

# A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV:

## O Tempo dos *Experimentalismos*

### Introdução

#### 1. Objectivos, Metodologia e Fontes

*"Não é no conhecimento que está o fruto*

*mas no acto de aprender"*

São Bernado, *De Consideratione ad Eugenium Papam*

#### *Objectivos*

Ao iniciar um estudo sobre a arquitectura religiosa gótica no século XIV em Portugal pretendeu-se, acima de tudo, trazer para a luz e valorizar um tema que nos parece da maior importância e cujas análises até ao momento têm frequentemente relegado para segundo plano: o facto de o século XIV se apresentar com uma diversidade de tipologias arquitectónicas que levam ao questionamento da possibilidade dessa centúria se afirmar como um momento de experimentação na arquitectura medieval portuguesa. Esta possibilidade marcou assim o ponto de partida de uma investigação centrada na tentativa de identificação, compreensão e distinção das diferentes tipologias, de forma a procurar entender-se se as mesmas são herdeiras de uma arquitectura proveniente dos séculos anteriores ou se se estabelecem como modelos inovadores até então não experimentados. Por outras palavras, tentar perceber se nos encontramos ou não perante um período de *experimentalismos*. Cumpre definir desde já o conceito de *experimentalismo* por que nos guiámos para procurar compreender as particularidades do século XIV: entendemos como *experimentalismo* toda a solução, voluntária ou derivada de condicionantes específicas, da qual resultam construções que não se podem inserir dentro de qualquer tipologia padrão

preexistente e confinada ao território em que se manifestam. Não queremos com isto referir meras soluções alternativas apresentadas dentro de um modelo mais comum (e que entendemos como soluções menos difundidas, mas não *experimentais*), mas sim, exclusivamente, estruturas cujo resultado final se afirma como uma *experiência* pontual dentro do panorama geral da arquitectura portuguesa do século XIV.

A problemática havia sido já sugerida por alguma historiografia do século XX<sup>1</sup>, mas todas as possíveis questões por ela levantada e consequentes conclusões não chegaram a ser colocadas. É essa lacuna que agora se procura preencher, havendo, porém, a nítida consciência de que, dada a complexidade e dimensão do tema e os limites impostos por um trabalho desta natureza, alguns aspectos poderão não ser tratados em toda a sua plenitude.

Em paralelo, procurou-se definir se, para lá da existência dos *experimentalismos*, existe alguma tipologia "padrão" no século XIV português, uma tipologia que se possa considerar dominante e que se afirme sobre as restantes.

Finalmente, associado a este objectivo, surgiu-nos um terceiro, que foi a tentativa de compreensão da importância que as diferentes ordens religiosas tiveram no desenvolvimento do gótico português, bem como o de tentar compreender de que forma a sua arquitectura se interliga.

Muito embora sejam analisadas neste estudo construções que não pertencem a nenhuma ordem religiosa, como as igrejas paroquiais e algumas capelas privadas inseridas em sés ou em igrejas paroquiais, a verdade é que a grande maioria das construções abordadas está vinculada a uma determinada ordem, seja ela monástica, conventual ou militar. Procurou-se, assim, perceber se a cada ordem se pode associar uma determinada tipologia construtiva, se a existir essa "tipologia de ordem", ela é rígida e exclusiva, se se pode considerar alguma ordem (ou ordens) religiosa como responsável por qualquer espécie de *experimentalismo* arquitectónico, "criando" a sua própria arquitectura *ex nihilo* e até que ponto essa arquitectura extravasa para lá dela mesma e vai, ou não, influenciar construções que não pertençam a nenhuma ordem, como as igrejas paroquiais. Dentro deste

---

<sup>1</sup> Mário Chicó dedica já um capítulo ao século XIV em *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968, e a palavra "experiências" é mesmo utilizada por J. C. Vieira da Silva no capítulo 3.1.3 da *História da Arte Portuguesa, Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 122.

enquadramento tornou-se particularmente importante compreender o significado da ordem de Cister em Portugal, uma vez que a sua implantação no território acompanha o nascimento do gótico no nosso país e, como, tal a influência que as construções cistercienses exercem sobre os edifícios que lhe são posteriores pode ser determinante. Também o papel das ordens mendicantes se reveste de uma importância extrema, uma vez que os seus conventos começam a ser erguidos num período de consolidação do gótico e muitos deles são já edificadas no século XIV, podendo estas ordens ser "agentes" de experimentação em Portugal.

### *Metodologia*

A organização formal deste trabalho passou pela sua estruturação num bloco nuclear subordinado à questão dos *experimentalismos* (Parte II), antecedido de uma introdução e de um primeiro bloco de contextualização relativo à implantação do gótico em Portugal e ao papel das novas ordens religiosas face ao gótico (Parte I). A Introdução encontra-se dividida em dois capítulos: no primeiro abordam-se as questões teóricas de definição de objetivos e metodologia inerentes à investigação, fazendo-se igualmente uma referência às fontes utilizadas. No segundo analisa-se, ainda que sumariamente, o nascimento da arquitectura gótica, ao qual a tese está subordinada. Trata-se de um capítulo que envolve, para lá das questões artísticas, problemas de enquadramento histórico, filosófico e teológico, uma vez que se procura compreender a essência do Gótico enquanto materialização de um determinado pensamento filosófico e teológico medieval, ou seja, entender as transformações subjacentes à renovação estética e técnica<sup>2</sup>.

O núcleo seguinte (Parte I) é dedicado à implantação da arquitectura gótica no território português e às ordens religiosas que acompanham o nascimento e desenvolvimento da arte gótica e que, como tal, têm uma importância crucial para a arquitectura deste período. Analisaram-se nesta parte a Ordem de Cister, as Ordens

---

2 Como afirmou Georges Duby “para compreender a arte deste tempo [leia-se o tempo do gótico] é de teologia (...) que devemos informar-nos.”, in *O Tempo das Catedrais, A Arte e a Sociedade, 980 - 1420*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 101.

Militares (Ordem do Templo e Ordem do Hospital), as Ordens Mendicantes (Franciscanos, Clarissas e Dominicanos) e a introdução do gótico nas catedrais nacionais.

Procurou-se compreender o nascimento destas ordens de um ponto de vista histórico e filosófico, uma vez que, para lá das questões de natureza arquitectónica propriamente dita, a abordagem da arte destas ordens engloba (tal como o conceito de gótico) problemas de enquadramento histórico-filosófico (e mesmo teológico), dado que se procura compreender o pensamento subjacente à arte das novas ordens e a forma como esta arte se irá reflectir no nosso território. Relativamente à Ordem de Cister, foi, antes de mais, fundamental uma análise do pensamento de São Bernardo de Claraval, figura lapidar do século XII e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma estética artística que vários autores classificam como “estética cisterciense”.

Assim, na primeira parte abordam-se questões cronologicamente anteriores à formulação da problemática de base, de forma a contextualizar e melhor compreender o problema dos *experimentalismos*. Deste modo, efectuou-se uma pesquisa sobre os antecedentes arquitectónicos do século XIV, ou seja, sobre a implantação da arquitectura gótica em Portugal no final do século XII e ao longo do século XIII, de forma a ser possível definir e entender as tipologias destas duas centúrias para depois compreender a forma como o século XIV se enquadra e/ou autonomiza face às mesmas. Esta análise foi dividida em quatro capítulos que correspondem a conteúdos temáticos distintos (ainda que entrecruzados), relacionados com arquitecturas inseridas em contextos religiosos diferentes: leia-se, construções associadas à Ordem de Cister, construções associadas às Ordens Militares, construções associadas às Ordens Mendicantes e construções catedralícias. Esta organização dos capítulos foi depois subdividida, em cada um deles, de acordo com as tipologias específicas das construções, de forma a ser mais fácil estabelecer paralelismos com os capítulos da segunda parte.

Qualquer destes capítulos se mostrou relevante em termos de contribuição para o esclarecimento da problemática fundamental. O estudo da arte cisterciense, porém, revelou-se essencial, na medida em que a introdução do Gótico no nosso território está indissociavelmente ligada a esta ordem, sendo necessário compreender se todo o posterior panorama da arquitectura gótica recebeu influências da arte de Cister. A compreensão da

arquitectura cisterciense torna-se, pois, essencial na subsequente análise da arquitectura do século XIV. Também o papel das ordens mendicantes e da sua arte se revestiu de uma importância extrema, uma vez que as construções destas ordens no nosso território se vão desenvolver a partir da segunda metade do século XIII e no século XIV.

Uma vez estabelecidas as tipologias das primeiras construções góticas no nosso território e definidos os pontos fundamentais sobre a implantação da arquitectura gótica em Portugal, passamos a dedicar-nos ao problema central da nossa tese: a análise das tipologias do século XIV em Portugal (e a forma como estes edifícios são ou não herdeiros das construções ducentistas), desenvolvida ao longo da II parte.

A selecção das construções do século XIV a analisar colocou-nos variadíssimos problemas. Em primeiro lugar, o período cronológico a abranger, mais concretamente o término exacto da nossa análise, uma vez que em História da Arte um balizamento cronológico muito rígido se torna sempre problemático e potencialmente falacioso. No que respeita ao século XIV, contudo, afigura-se-nos que a mutação fundamental nas tipologias góticas se dá com a edificação de um dos mais importantes complexos conventuais portugueses, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória e mais concretamente ainda com a campanha de Mestre Huguet. Com a acção deste mestre no estaleiro batalhino fecha-se um ciclo arquitectónico em que, apesar da diversidade tipológica, é patente uma marca de homogeneidade associada ao despojamento inerente a todas as construções e inicia-se um novo, que coloca novas questões e problemáticas, relacionadas com a designada arquitectura “pós-batalhina” (ou do “ciclo batalhino”) que extravasa já os nossos fins. Esta circunstância facilitou a conclusão do nosso objecto de trabalho, uma vez que a intervenção de Huguet na Batalha se verifica justamente com a transição para o século XV.

A segunda questão, absolutamente fundamental, era qual o *corpus* construtivo a analisar e qual a sua organização. Inicialmente fez-se uma catalogação pelo tipo de categoria religiosa em que as construções se inseriam: igrejas monásticas ou conventuais, igrejas de ordens militares, igrejas paroquiais, sés, etc. Esta catalogação, porém, veio a revelar-se progressivamente desadequada, uma vez que se perdia com esta divisão o elo de ligação subjacente à temática da tese, que é a questão dos *experimentalismos*. Optou-se então por fazer uma divisão das construções consoante a sua tipologia arquitectónica -

igrejas de três naves com cabeceira escalonada, igrejas de três naves com capela-mor, igrejas de uma só nave com cabeceira tripartida, igrejas fortificadas, capelas funerárias e claustros. Selecionou-se, deste modo, um corpo tipológico suficientemente vasto para poder ser representativo das diferentes tipologias desenvolvidas ao longo do século XIV, embora não tenhamos tido a ambição (ou pretensão) de esgotarmos toda a arquitectura deste século. Duas obras fundamentais, mas complexas, levantaram-nos problemas de inserção nos referidos capítulos, uma vez que são estruturas que fazem parte integrante de igrejas, mas não se podem incluir num capítulo dedicado a igrejas, por não serem uma igreja propriamente dita – referimo-nos à charola da Sé de Lisboa e ao coro da Igreja de São Francisco em Santarém. O facto de serem ambas resultado de uma acção mecenática régia levou-nos a inseri-las num capítulo intitulado “experiências reais”, uma vez que nos parece que a originalidade e magnificência tipológica destas duas construções não pode deixar de estar subordinada ao patrocínio régio. Em termos de organização metodológica, o núcleo fundamental a que corresponde a Parte II ficou, assim, dividido em sete capítulos subordinados a diferentes tipologias.

Dentro deste contexto, um dos conjuntos arquitectónicos mais importantes deste estudo foi, inevitavelmente, o núcleo composto pela arquitectura mendicante, na medida em que a expansão do Gótico em Portugal está indissociavelmente ligada a estas ordens, tendo o posterior panorama da arquitectura gótica sofrido a sua influência. A compreensão da arquitectura mendicante torna-se, pois, essencial na análise da arquitectura do século XIV, sendo também primordial entender se se pode falar de um modelo mendicante. Contudo, a análise do conjunto mendicante colocou problemas particulares, uma vez que *a priori* parecia sustentável não desmembrar este grupo de construções e tratá-las dentro de uma lógica interna de arquitectura pertencente a uma ordem religiosa; esta análise, viável num tipo de abordagem não tipológico, revelou-se, contudo, impraticável numa leitura global do século XIV, dado que (entre outras questões) a vertente feminina da ordem franciscana, as clarissas, coloca problemas exclusivos relacionados com as características particulares dos casos de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra e de Santa Clara de Vila do Conde. Assim, era forçoso subordinar a arquitectura mendicante à lógica interna do conjunto regida pela problemática de fundo dos *experimentalismos* e das diferenças tipológicas. Não obstante, a

arquitectura mendicante manteve-se em geral como um corpo uno, e embora algumas igrejas sejam abordadas em capítulos diferentes, estes não são absolutamente estanques havendo entre todos uma interligação.

Uma vez determinados os edifícios a analisar, procurou-se seguir o mesmo padrão de abordagem para todos, privilegiando a análise estética e artística de cada edificação, a sua estrutura, a sua planta, alçados e diferentes aspectos construtivos, como arcos, abóbadas e capitéis (privilegiámos o estudo da arquitectura sobre a escultura, embora esta também não tenha sido negligenciada), não só pela necessidade imprescindível de uma tal abordagem numa tese em História da Arte, como também porque esse estudo permitiu a obtenção de um objectivo fundamental, que foi o estabelecimento de tipologias comuns. Lamentavelmente as condições de ruína de muitas das construções ou a impossibilidade da sua reconstituição conjectural não permitiram que tal intuito pudesse ser sempre concretizado.

Considerou-se ainda a conjuntura histórica de cada um dos edifícios a fim de poderem ser tiradas ilações sobre o seu enquadramento, tendo em atenção, nomeadamente, aspectos como a evolução da independência do reino ou a importância dos mecenatos (régios, episcopais ou nobres).

Estão, assim, sumariamente descritos os propósitos (e metodologia) subjacentes à elaboração desta tese e que, apesar de todos os obstáculos que lhe estão inerentes, pensamos ter conseguido alcançar.

### *Fontes*

A investigação efectuada para a elaboração deste trabalho centrou-se na pesquisa bibliográfica levada a cabo em diversas bibliotecas nacionais e estrangeiras<sup>3</sup>, feita pessoalmente ou através da importação de cópias de obras aí existentes por meio dos

---

3 Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca da Universidade Clássica de Lisboa - Faculdade de Letras, Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa – F.C.S.H., Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa – F.C.S.H. / Departamento de História da Arte, Biblioteca da Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Biblioteca da Universidade do Porto – Faculdade de Letras e Faculdade de Arquitectura, Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica, Biblioteca Municipal do Porto, Bibliothèque Nationale de Paris e Bibliothèque de la Sorbonne.

serviços de empréstimo da Biblioteca Nacional de Lisboa. No caso da Bibliothèque Nationale de Paris e da Bibliothèque de la Sorbonne os artigos foram trazidos em mão. A investigação em arquivos não foi determinante no nosso trajecto, uma vez que já existem estudos e traduções dos principais documentos relacionados com as construções abordadas e os objectivos fundamentais deste estudo não passavam pela procura de documentação histórica inédita.

A análise destas construções envolveu não apenas uma pesquisa bibliográfica, mas também a observação dos edifícios *in loco* e respectivo levantamento fotográfico, bem como a deslocação a França, Alemanha, Inglaterra e Itália para uma análise directa de algumas construções pertencentes à Ordem Cisterciense, às Ordens Mendicantes e à Ordem do Templo<sup>4</sup>.

---

4 Foram visitadas as abadias cistercienses de Fontenay, Pontigny, Fontfroide, Valmagne e Silvanès em França e Maulbronn na Alemanha; as igrejas mendicantes de Esslingen am Neckar e Regensburg na Alemanha, a igreja dos Jacobinos de Toulouse em França e as igrejas italianas de São Francisco de Assis, Santa Clara de Assis, Santa Maria Gloriosa dei Frari em Veneza e Santa Maria Novella em Florença; e a Temple Church em Londres. Foram ainda alvo de uma observação directa a Abadia de Saint Denis em Paris e algumas catedrais francesas como a Notre Dame de Paris e a Notre Dame de Reims, entre outras.

## **2. Os Pressupostos Fundadores da Arte Gótica**

*“É o próprio conceito de ‘Idade Média’ que é bastante difícil de definir e o próprio termo, na sua explícita etimologia, é como se tivesse sido inventado para poder integrar uma dezena de séculos que ninguém conseguia situar”<sup>5</sup>*

A Idade Média não é apenas o período em que foram lançadas as fundações da civilização europeia, mas é igualmente o período em “que enraizamos algumas das nossas mais profundas crenças e preconceitos, bem como os ideais pelos quais lutaríamos e morreríamos”<sup>6</sup>. Dos vários períodos em que a História (e conseqüentemente a História da Arte) foram divididos por uma necessidade de compartimentação e organização da mesma, a Idade Média parece ser aquele que mais problemas levanta no que toca ao seu entendimento, aos seus conceitos e até mesmo às suas balizas cronológicas.

Devastada e humilhada por uma plêiade de figuras do Renascimento italiano cujos objectivos políticos passavam pelo enaltecimento do Império Romano e da sua Arte, a Idade Média nunca se recompôs completamente do opróbrio que desde então sobre ela se abateu. Ainda hoje (em círculos menos esclarecidos como a televisão ou o cinema) a ideia de “obscurantismo” ou de “idade das trevas” impera. Inevitavelmente essa carga negativa acabou por englobar também uma das principais manifestações artísticas do período medieval – a Arte Gótica. A arquitectura desse tempo, mais do que qualquer outra vertente, foi particularmente atacada.

A compreensão de um determinado período artístico passa sempre pelo entendimento da sua conjuntura, da sociedade em que se insere, dos pressupostos culturais e ideologias filosóficas que o possam ter influenciado. E, como se referiu, a Idade Média

---

<sup>5</sup> Umberto Eco, *Arte e Beleza na Estética Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 10

<sup>6</sup> G. Barraclough, “What Is to be Done about Medieval History?”, in *New York Review of Books*, 4 Junho 1970, p.51, cit. por G. Constable, “The Many Middle Ages”, p.4, in *Bilan et Perspectives des Études Médiévales en Europe. Actes du premier Congrès Européen d’Études Médiévales*, Spoleto, 27-29 Mai 1993, Spoleto, Congrès Européen d’Études Médiévales, 1993, éd. par Jacqueline Hamesse Louvain-La-Neuve : Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 1995

não é uma época de fácil compreensão. A actual historiografia medieval tem procurado clarificar alguns problemas, mas um conceito consensual e homogéneo de Idade Média é algo que não existe – da problemática cronológica às divisões regionais, a Idade Média enfrenta vários obstáculos que impedem uma concepção/compreensão global da mesma. Na realidade, o simples facto de nos estarmos a referir a um período que se estende por mais de mil anos levanta problemas óbvios: não pode existir homogeneidade durante um tão longo intervalo temporal; ao invés de falarmos de uma ‘Idade Média’, deveríamos referir-nos a várias ‘idades médias’. Esta questão já foi, aliás, abordada por alguns autores <sup>7</sup>.

O problema torna-se, obviamente, mais complexo quando se recua até à Alta Idade Média e nos encontramos perante uma Europa fragmentada e desorganizada pelo fim da homogeneidade romana, pelos surtos sucessivos de invasões dos povos do Norte e pela confrontação com uma nova religião ainda em processo de consolidação. Apesar de alguns destes problemas se desvanecerem durante a Baixa Idade Média, e conseqüentemente durante o período artístico em análise, a questão principal mantém-se – exactamente o que foi a Idade Média? Como defini-la e através de quê? Da arte, da filosofia, do sistema económico, do sistema político? E podemos aplicar os mesmos critérios económicos, políticos, e artísticos a toda a Europa? Não compete a um trabalho que versa sobre Arte procurar dar resposta a estas questões que têm vindo a ocupar os historiadores medievais ao longo das últimas décadas. O objectivo deste capítulo não é o entendimento do período histórico mas sim da sua arte – o gótico. Se para alcançar este objectivo não é possível isolar a arte e se torna necessária uma análise mais abrangente, esta também não passa pela solução das questões acima abordadas. Parece-nos antes que para entender o gótico é preciso compreender o pensamento que lhe deu origem, enquadrá-lo na sua época sim, mas em termos mentais (para além, naturalmente dos enquadramentos económico-sociais). Definido por Georges Duby, desde a década de sessenta, como “o tempo das catedrais”, o Gótico é uma arte originariamente ligada a edificios religiosos e conseqüentemente à

---

<sup>7</sup> Veja-se entre outros Jacques Heers, *A Idade Média, uma Impostura*, Lisboa, Edições Asa, 1994, G. Constable, "The many Middle Ages", in *Opus Cit. e Les Tendances Actuelles de l' Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Actes des Colloques de Sévres (1997) et Göttingen (1998), org. CNRS e Max-Planck Institut für Geschichte, dir. Jean-Claude Schmitt e Otto Gerhard Oexle, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003

religião. Torna-se então fundamental entender a Arte Gótica enquanto produto de um determinado pensamento filosófico medieval, ou seja, compreender as circunstâncias ideológicas e culturais que levaram à renovação estética e técnica.

Com este capítulo pretende-se, assim, compreender e analisar as questões inerentes ao pensamento filosófico subjacente ao Gótico.

### 2.1 Suger, Saint Denis e o nascimento da Arte Gótica

Dentro da conjuntura filosófico-teológica do século XII, na qual se enquadra o nascimento da arte gótica, encontram-se três vertentes fundamentais – as ideias do abade Suger de Saint-Denis, principal responsável pela recuperação dos escritos do Pseudo-Dionísio e habitualmente considerado o “criador” de uma “arquitectura de luz”; o pensamento escolástico derivado das escolas de Paris e arredores; e, por fim, o ideário cisterciense de despojamento e ascetismo preconizada por São Bernardo de Claraval<sup>8</sup>. Neste capítulo abordaremos as duas primeiras questões, e na I Parte, dedicada às novas ordens religiosas e com um capítulo sobre a Ordem de Cister, analisaremos a figura de São Bernardo, o seu papel na definição de uma *estética cisterciense* e a forma como essa *estética* se repercutiu no desenvolvimento da arte gótica.

Parece ser ponto assente que a arte gótica está indissociavelmente ligada à acção de uma figura fundamental para a História e Arte do século XII: Suger [c. 1081-1151]<sup>9</sup>, abade de Saint Denis, entre 1122 e 1151, conselheiro real de Luís VI [1081-1137, r. 1108] e de

---

8 É interessante constatar que as datas de edificação da Abadia de Saint-Denis e da Abadia de Fontenay, exemplo perfeito da arte cisterciense e antónimo estético/espiritual de Saint-Denis, são coincidentes.

9 Para uma informação mais detalhada da vida de Suger ver J. F. Benton, "Introduction: Suger's Life and Personality", in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986 e F. Gasparri, "Introduction. I. Vie de Suger", in Suger, *Oeuvres*, vol. I, Paris, Les Belles Lettres, 1996.

Luís VII [1120-1180, r. 1137], e regente de França<sup>10</sup> aquando da ausência de Luís VII entre 1147 e 1149, em virtude da II Cruzada.

É através do plano de reconstrução da Abadia de Saint Denis, - abadia claramente associada ao poder real e à dinastia dos Capetos<sup>11</sup> -, que Suger desenvolve progressivamente a partir de 1125<sup>12</sup>, mas que apenas virá a concretizar em 1137, que os princípios fundamentais do gótico ficam estabelecidos. Entre os principais contam-se o uso da luz e a sua relação com a estrutura do edifício, bem como o equilíbrio das proporções. Alguns destes princípios são defendidos por Suger nas suas obras, nomeadamente no *Scriptum Consecrationis*<sup>13</sup> e nos famosos *versiculi* incluídos na *Gesta Sugerii Abbatis*<sup>14</sup>,

---

10 O envolvimento de Luís VII na II Cruzada não mereceu o apoio de Suger que, aliás, inicialmente recusou a regência do país. A proposta, porém, havia sido feita por São Bernardo numa assembleia reunida pelo rei em Étampes em Fevereiro de 1147, justamente com o objectivo de discutir a questão da regência, e é o próprio Suger que acaba por se ver "obrigado" a deixar a decisão para o Papa. A Eugénio III, São Bernardo escreve que "se existe na Igreja dos Gauleses um receptáculo de honra, se existe na Corte do rei um servidor tão bom como David, na minha opinião, esse não pode senão ser o venerável Suger" (São Bernardo, "Epístola 309"). O Papa aceita o conselho de São Bernardo e Suger é nomeado regente a 8 de Junho de 1147. São igualmente nomeados dois co-regentes, o bispo de Reims, Samson Mauvoisin e o senescal Raoul de Vermandois. A obra de Suger enquanto regente foi sábia e ponderada. Ver sobre o assunto F. Gasparri, "Introduction. I. Vie de Suger", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, pp. XXIII-XXX. Sobre algumas das tomadas de posição de Suger face à Cruzada e aos cruzados ver A. Grabois, "*Militia and Malitia: The Bernardine Vision of Chivalry*", in *The Second Crusade and the Cistercians*, New York, St. Martin's Press, 1992.

11 "A nova arte foi reconhecida por todos os contemporâneos como sendo propriamente a "arte de França". Desabrochou na província que tinha então este nome, aquela onde Clóvis morrera, entre Chartres e Soissons. Fixou em Paris o foco da sua irradiação.", G. Duby, *O Tempo das Catedrais, Opus Cit.*, p. 99; "A arte gótica, que a partir de 1140, se difunde por toda a Ile-de-France, coincidindo com a explosão demográfica e económica, com o crescimento do poder Capeto e com o auge das metrópoles religiosas e intelectuais (Chartres e a sua Escola, Paris e o seu novo meio escolar, Laon e os últimos focos do seu centro teológico, Sens e a sua cúria arcebispal), manifesta um espírito, um estilo e um programa novo.", J. Le Goff, *La Baja Edad Media*, Madrid, Ediciones Castilla S.A., 3ª ed., 1973 p. 163.

12 Com este objectivo, Suger irá procurar alargar o património da abadia, de forma a fazer face às despesas. Sobre este assunto ver F. Gasparri, "Introduction. I. Vie de Suger", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, pp. XXI-XXII.

13 O texto sobre a Consagração de Saint-Denis, foi escrito pouco depois da consagração da cabeceira, em 1144, com o objectivo de apresentar uma narração da extraordinária cerimónia de consagração dos vinte altares da cabeceira, uma cerimónia "que pela sua grandeza e magnificência criava um 'concerto angelical', a transposição dos *visibilia* aos *invisibilia*, dando uma préfiguração do reino celeste, da união do céu e da terra numa única República: a verdadeira vocação da igreja de Saint-Denis tal como a pretendia Suger", F. Gasparri, "Introduction / III. Les Oeuvres do Premier Volume", in Suger, *Oeuvres*, vol. I, Paris, Les Belles Lettres, 1996 p. LV.

14 Terminada durante o período de regência, entre 1148 e 1149, o seu objectivo era descrever a actividade de Suger durante o seu abaciado, de acordo com um pedido feito pelos monges da abadia, durante uma reunião de Capítulo, no 23º ano de abaciado de Suger (portanto, entre 12 de Março de 1144 e 11 de Março de 1145).

em que a ideia da luz é exaltada. A exaltação da luz e o entendimento da luz como reflexo de Deus não é, porém, uma invenção de Suger; o abade de Saint Denis vai basear todo o seu pensamento nas correntes neo-platónicas que foram divulgadas na Alta Idade Média, por um lado através de Santo Agostinho e, por outro, através da obra *A Hierarquia Celeste*, do Pseudo-Dionísio (ou Pseudo-Denis/Denis) Areopagita<sup>15</sup>, autor do século V ou VI, erroneamente identificado com o discípulo de São Paulo, Dionísio Areopagita e com o bispo-mártir de Paris<sup>16</sup>. Sabemos pouco sobre a identidade do Pseudo-Dionísio ou sobre a data exacta em que a sua obra, habitualmente referida como *Corpus Dionysiacum*<sup>17</sup>, foi escrita; a primeira referência histórica ao *Corpus* data de um Concílio levado a cabo em Constantinopla, em 533<sup>18</sup>, sendo, porém, a partir da acção de São Máximo, o Confessor<sup>19</sup> que se verificou uma crescente admiração pela mesma, que passou a ser objecto de estudo e de interesse pelos filósofos medievais. O *Corpus Dionysiacum* passará a ter uma

---

A obra está dividida em duas partes: a primeira, com vinte e três capítulos, remete para a gestão da abadia; a segunda, com onze capítulos, descreve as obras de embelezamento e de reconstrução da basilica, a aquisição de tesouros e o restauro de algumas peças. É a obra que melhor revela a personalidade do abade, "o seu talento de construtor, de artista e de 'antiquário', de praticante da filosofia e da teologia políticas.", F. Gasparri, "Introduction / III. Les Oeuvres du Premier Volume", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.* p. LVI. Para uma leitura completa das obras ver Suger, *Oeuvres*, vol. I, *Écrit sur la Consécration de Saint-Denis (Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii)*, *L' Oeuvre Administrative (Gesta Suggestii Abbatis)* e *Histoire de Louis VII (De Glorioso Rege Ludovico Ludovici Filio)*, texte établi, traduit et commenté par Françoise Gasparri, Paris, Les Belles Lettres, 1996. Para uma melhor compreensão das mesmas ver a Introdução de F. Gasparri, bem como as notas aos textos. Para uma interpretação de algumas das palavras utilizadas por Suger e passíveis de mais de um significado ver P. Verdier, "Some New Readings of Suger's Writings", in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986.

15 Para uma leitura completa da obra ver "La Hiérarchie Céleste", in *Oeuvres Complètes*, traduction, préface et notes par Maurice de Gandillac, Aubier/ Paris, Éditions Montaigne, 1943 [reedição de 1995].

16 São três as figuras de nome Dionysius que ao longo do final da Alta Idade Média se vão fundir numa só: Dionysius/Denis, o Areopagita convertido por São Paulo no século I d.C. (a conversão do Aeoropagita aparece mencionada nos *Actos dos Apóstolos*, 17,34); Dionysius/Denis, bispo de Paris martirizado no século III na sequência das perseguições de Domiciano e patrono da Abadia de Saint-Denis; e por fim, Dionysius/Denis, filósofo do século V ou VI autor da *Hierarquia Celeste* que serve de inspiração a Suger.

17 Constituída por *Os Nomes Divinos*, *A Teologia Mística*, *A Hierarquia Celeste*, *A Hierarquia Eclesiástica* e dez *Cartas* (incluindo uma dirigida a São João exilado em Patmos). Ver Pseudo-Denys L' Aréopagite, *Oeuvres Completes, Opus Cit.*

18 Cfr. Maurice de Gandillac, in Pseudo-Denys L' Aréopagite, "Introduction", *Oeuvres Complètes, Opus Cit.*, p. 14.

19 Para uma análise sumária da relação entre a obra deste monge bizantino [580-662] e a obra do Pseudo-Dionísio ver Maurice de Gandillac, "III. L' Influence Dionysienne / A. Maxime Le Confesseur", in Pseudo-Denys L' Aréopagite, *Oeuvres Complètes, Opus Cit.*, pp. 46-49.

divulgação ainda maior com a tradução para latim de João Escoto Erígena<sup>20</sup>, por ordem do imperador Carlos, o Calvo [823-877]<sup>21</sup>.

Para o Pseudo-Dionísio, Areopagita, a Criação é um acto de iluminação, ideia que concilia a filosofia neo-platónica com a teologia da Luz de São João Evangelista, cujo *Evangelho* abre com um Prólogo que associa Deus à Luz – “ (...) N’ Ele estava a vida / e a vida era a Luz dos homens. / A Luz resplandece nas trevas / mas as trevas não a admitiram”<sup>22</sup>. A ideia fundamental da *Hierarquia Celeste* do Pseudo-Dionísio é a “transformação” de Deus em luz. Deus é luz. Uma luz intemporal, não criada mas criadora. Mais uma vez a ideia tem raízes no *Evangelho* de São João, onde o próprio Cristo se assume como Luz: “*Eu sou a Luz do mundo; quem Me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida*”<sup>23</sup>. E nesta luz todo o ser tem lugar; toda e qualquer criatura é iluminada por Deus e transmite essa iluminação de acordo com a sua escala na hierarquia terrestre: “[120 B] Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das Luzes<sup>24</sup>. *Acrescentemos que, quando sob o impulso do Pai, a Luz sai de si para se dividir e para nos iluminar com os seus dons excelentes, é apenas ela que, como poder reunificador, nos restitui ao nosso estado primitivo elevando-nos em direcção ao alto,*[121 A], *é ela que nos converte ao Um e à simplicidade divinizadora do Pai unificador. Pois de acordo com a Palavra Sagrada, tudo vem Dele, tudo regressa a Ele*<sup>25</sup>. Assim, todo o universo

---

20 A obra (originalmente escrita em grego) havia já sido traduzida pelo bispo de Paris e abade de Saint-Denis, Hilduino [775-840], mas o imperador considerara essa tradução ininteligível. Para uma análise sumária da relação entre a obra de João Escoto Erígena (ou Eriúgena) [810-877] e a obra do Pseudo-Dionísio ver Maurice de Gandillac, "III. L' Influence Dionysienne / B. Jean Scot Eriugène", in Pseudo-Denys L' Aréopagite, *Oeuvres Completes, Opus Cit.*, pp. 49-53.

21 É mesmo possível afirmar que é a partir da tradução e análise da obra feita por Erígena que o Pseudo-Dionísio irá entrar no II milénio. A partir desta tradução "o pensamento pseudo-dionisino irá penetrar em toda a tradição teológica e mística da Idade Média, com dois grandes representantes nos séculos posteriores: Hugo de Saint-Victor no XII e Alberto o Grande no XIII.", F. Gasparri, "Introduction / II. Suger et Saint-Denis", in Suger, *Oeuvres*, vol. I, Paris, Les Belles Lettres, 1996, pp. XXXIII.

22 *Evangelho segundo São João*, "Prólogo", 4-5, in *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1988.

23 Idem, *ibidem*, 8, 12, in *Opus Cit.* E anteriormente São João assim o definira no "Prólogo", 6-9, "Surgiu um homem enviado por Deus, cujo nome era João. / Veio como testemunha, para dar testemunho da Luz, / a fim de todos serem por Seu intermédio. / Ele não era a Luz, mas veio para dar testemunho da Luz. / O Verbo era a luz verdadeira / que, vindo ao mundo / a todo o homem ilumina."

24 Para consultar a citação integral ver Tgo I, 17, in *Bíblia Sagrada, Opus Cit.*

25 Pseudo-Denys L' Aréopagite, "La Hierarchie Celeste", in *Oeuvres Completes, Opus Cit.*, cap. I/1, p. 185. A última citação deriva de S. Paulo – "Porque da parte d' Ele, por meio d' Ele e para Ele são todas as coisas.", Rom. 11, 36, in *Opus Cit.*

é luz fluida. De tal concepção deriva também a ideia de que é possível regressar a Deus através da contemplação da luz e consequentemente dos objectos que são particularmente luminosos e brilhantes<sup>26</sup>.

Os escritos do Pseudo-Areopagita foram, deste modo, uma das obras fundamentais na elaboração teológica do século XII e tiveram um forte impacto no abade de Saint Denis, que procurou passá-los à prática aquando da reconstrução da abadia parisiense. O contacto de Suger com a obra do Pseudo-Dionísio Areopagita deve-se ter processado por intermédio de uma terceira figura, o abade Hugo de Saint-Victor [m. 1141], eminente filósofo do século XII e autor de um comentário à *Hierarquia Celeste*, datado da década de 1120<sup>27</sup>. Suger não era um teólogo na verdadeira acepção da palavra e é provável que tenha recorrido à análise que Hugo de Saint-Victor, figura proeminente do universo teológico-intelectual de Paris, elaborou sobre a obra dionisina<sup>28</sup>. “Os contactos que Suger pode ter tido com o mestre mais ouvido na Paris daquele tempo, o ilustre mestre da Escola de Saint-Victor, seu exacto contemporâneo, não podem senão tê-lo confortado na sua visão do

---

26 Um exemplo “[333 A] A veste pontifical significa o seu poder de se elevar espiritualmente até aos espectáculos divinos e místicos e de a eles consagrar uma vida inteira.”, Pseudo-Denys L' Aréopagite, “La Hierarchie Celeste”, in *Opus Cit.*, cap. XV/4, p. 240. “Aceita-se o luxo, não em primeira instância, para o prazer do homem, mas como exaltação da glória de Deus e instrumento do processo anagógico através do qual o espírito pode alcançar os *immaterialia*”, F. Gasparri, “Introduction / II. Suger et Saint-Denis”, in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, pp. XXXV.

27 A sua análise da obra foi, aliás, particularmente relevante para a importância que as ideias do Pseudo-Dionísio alcançaram no século XII: “A interpretação de Hugo preparou o terreno para a incorporação da tradição dionisina nas tradições teológicas e contemplativas do Ocidente medieval.”, G. A. Zinn, Jr., “Suger, Theology, and the Pseudo-Dionysian Tradition”, in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986, p. 34. Esta análise deve ser situada em ano incerto, depois de 1120 e antes de 1125. Ver F. Gasparri, “Introduction / II. Suger et Saint-Denis”, in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, pp. XXXV.

28 G. A. Zinn Jr., vai mesmo ao ponto de afirmar que o programa iconográfico que Suger escolheu para as portas de bronze do portal central (e às quais dedicou um poema), deriva da interpretação particular que o Abade Hugo teria de *A Hierarquia Celeste*, segundo a qual “apenas através do Cristo crucificado, elevado e ascendente pode uma pessoa ter acesso ao verdadeiro significado do mundo material que leva à Verdadeira Luz.”, G. A. Zinn, Jr., “Suger, Theology, and the Pseudo-Dionysian Tradition”, in *Opus Cit.*, p. 35. Para consultar o poema ver, Suger, “L' Oeuvre Administrative”/ 4. Les portes de bronze [et] dorées”, in *Oeuvres, Opus Cit.*, pp. 115/117. Para uma análise mais detalhada das ideias de G. A. Zinn Jr. ver o artigo do autor supra citado. Ver também F. Gasparri, “Introduction / II. Suger et Saint-Denis”, in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.* Entender Hugo de Saint-Victor como principal responsável pelas opções escolhidas poderá ser excessivo, mas é lógico aceitar que Suger tenha discutido com Hugo de Saint-Victor, senão a própria arquitectura e todo o programa iconográfico do portal (e mesmo isso não seria descabido), pelo menos as componentes teológicas que lhe serviram de base.

mundo. Comentador, em 1125, da *Hierarquia Celeste* (...) e espírito prático, autor de uma *practica geometria*, Hugo concedia nos seus ensinamentos um lugar importante às artes mecânicas e a sua obra está recheada de referências à arte enquanto suporte do espiritual<sup>29</sup>.

A abadia de Saint Denis vem, deste modo, a desempenhar um papel fundamental no nascimento da arte gótica. A primeira abadia, dedicada ao santo patrono de França, foi iniciada em 603 e funcionou desde a época merovíngia como necrópole real, o que lhe granjeou um prestígio imenso<sup>30</sup>. Contudo, em inícios do século XII, o espaço edificado tornava-se pequeno para as funções que lhe estavam destinadas, sendo que ao mesmo tempo Suger possuía ambições face à abadia, propondo-se, assim, reestruturar a igreja<sup>31</sup>. Suger vai procurar transformar a abadia no centro espiritual de toda a França e num local de peregrinação para os francos, uma vez que era o local de sepultura de figuras como Pepino, o Breve e Carlos, o Calvo, bem como o santuário do patrono francês. Durante o seu abaciado, que vai de 1122 a 1151, data da sua morte, Suger não terá oportunidade de reedificar toda a abadia<sup>32</sup>, centrando-se a sua acção nos extremos do edifício – entre c. 1135 e 1140, o nártex, com a respectiva fachada, e, entre 1140 e 1144, a cabeceira<sup>33</sup>.

---

29 Françoise Gasparri, “Suger, Moine, Abbé, Bâtitseur, Homme d’État”, in *Dossiers d’Archeologie*, nº 261, Mars 2001, p. 20. Sobre este assunto ver também Conrad Rudolph, *Artistic Change at St-Denis, Abbot Suger’s Program and the Early Twelfth-Century Controversy over Art*, Princeton / New Jersey, Princeton University Press, 1990, cap. 8.

30 Para uma cronologia dos vários períodos e fases de construção da abadia ver, *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, cap. III, *Architecture*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986, S. Gardner, “Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 1. Carolingian / 2. Early Gothic”, in *The Dictionary of Art*, New York, Grove, 1996, vol. 27 e C. Bruzelius, “Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 3. Rayonnant / 4. From 1789”, in *The Dictionary of Art*, New York, Grove, 1996, vol. 27.

31 Referindo-se às dimensões reduzidas da igreja e à falta de espaço para todos os fieis, Suger escreve que, enquanto noviço, “em novo afligia-me do exterior e chegando à idade madura desejava ardentemente encontrar uma solução”; quando finalmente teve a oportunidade, enquanto abade, “propusemo-nos com todo o nosso coração, com toda a ternura do nosso espírito, a trabalhar rapidamente no engrandecimento desse espaço”, Suger, *Écrit sur la Consécration de Saint-Denis (Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii)*, cap. 2, in *Oeuvres, Opus Cit.*, p. 11.

32 Porém, “a descoberta de Crosby das vastas fundações da nave, do século XII, provam, não apenas que Suger queria substituir a nave antiga, mas também que esse trabalho chegou mesmo a começar.”, in W. Clark, “Suger’s Church at Saint-Denis: the State of the Research”, in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986, p. 105. F. Gasparri coloca a hipótese de o abade não ter podido continuar a obra devido à sobrecarga das novas funções de regência. Ver “Introduction / II. Suger et Saint-Denis”, in *Oeuvres, Opus Cit.*, p. XLV. O próprio abade fala sobre a possibilidade de poder não ser ele a completar a obra. Ver Suger, “L’Oeuvre Administrative”, cap. 7 *La poursuite de l’un et l’autre ouvrage*, in *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, pp. 121-123. Quanto à existência de um

A fachada [Fig. 1] introduz já alterações a nível da composição do conjunto, com um maior número de aberturas face às antecedentes construções românicas e com a rosácea central a fazer aqui a sua primeira aparição, tendo esta fachada no seu conjunto influenciado a maioria das suas congéneres góticas posteriores<sup>34</sup>.

Se em termos das ideias do abade, da herança dionisina e da influência de Hugo de Saint-Victor a fachada é já um espaço privilegiado<sup>35</sup>, arquitectonicamente, a nível da transição de um universo românico para um universo gótico, será na zona da cabeceira - que se afirma como uma das obras mais marcantes da arquitectura religiosa medieval - que iremos encontrar os elementos mais decisivos<sup>36</sup> [Figs. 2 e 3].

Estruturada segundo o modelo românico das chamadas “igrejas de peregrinação”, com uma capela-mor semi-circular de arcadas abertas para o deambulatório, o projecto de Suger ultrapassa o modelo românico na forma como as capelas radiantes se organizam – elas deixaram de ser espaços independentes uns dos outros para se fundirem numa área

---

claustro datado ainda do período do abaciado de Suger as informações são mais escassas. Que existiu um claustro medieval, cuja cronologia se pode inserir no século XII e que foi demolido em meados do século XVIII, na sequência da modernização das dependências monásticas, é um facto aceite; mas a sua construção até 1151, data da morte de Suger, é muito discutível e o mais provável é que seja já posterior ao abaciado de Suger. Sobre o assunto ver L. Pressouyre, "Did Suger build the Cloister at Saint-Denis?", in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986.

33 Ver, para a cronologia das obras do Abade, *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, cap. III, *Architecture, Opus Cit.*, S. Gardner, "Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 1. Carolingian / 2. Early Gothic", in *Opus Cit.*

34 Sobre a fachada ver S. Gardner, "Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 1. Carolingian / 2. Early Gothic", in *Opus Cit.*, p. 540; sobre as conclusões derivadas das escavações arqueológicas feitas na fachada ver W. Clark, "Suger's Church at Saint-Denis: the State of the Research", in *Opus Cit.*, pp. 105-108. Sobre a descrição da fachada pelo próprio Suger ver "L' Oeuvre Administrative", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, p.113.

35 Sobre a importância que *A Hierarquia Celeste* e a análise/interpretação da mesma por Hugo de Saint-Victor tiveram na fachada ver G. A. Zinn, Jr., "Suger, Theology, and the Pseudo-Dionysian Tradition", in *Opus Cit.* e F. Gasparri, "Introduction / II. Suger et Saint-Denis", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*

36 S. Gardner considera mesmo que a cabeceira de Saint-Denis "marca um dos mais significativos pontos de viragem da arquitectura medieval.", in *Op. Cit.*, p. 540. Para questões relacionadas com a planificação, geometrismo do espaço e conclusões derivadas das escavações arqueológicas na zona da cabeceira ver W. Clark, "Suger's Church at Saint-Denis: the State of the Research", in *Opus Cit.*, pp. 108-116. Um outro aspecto importante prende-se com o universo escultórico e com a influência que os capiteis vegetalistas de Saint-Denis terão tido no desenvolvimento de uma nova gramática; W. Clark in "Suger's Church at Saint-Denis: the State of the Research", in *Opus Cit.*, p. 121, nota 37, considera que o desenvolvimento do *acanthus dionisino*, poderá explicar o desaparecimento dos capiteis historiados no início do gótico.

contínua, constituindo como que um segundo deambulatório - “(...) essa extensão elegante e notável distribuindo uma coroa de oratórios e graças à qual [a igreja] inteira brilhará com a luminosidade admirável e ininterrupta de vitrais resplandescentes iluminando a beleza interior.”<sup>37</sup> Suger aplicou aqui o princípio de substituição da pedra em benefício da luminosidade e o resultado é um espaço estrutural e arquetonicamente leve e translúcido. “Verticalidade e luminosidade, estes eram os componentes da *opus novum*”<sup>38</sup>: duplas janelas rasgam-se em cada uma das setes capelas permitindo a entrada de luz de forma transbordante. “A estrutura e o abobadamento [das capelas radiantes] surgem em função da nova amplitude das janelas. A procura de luminosidade condicionou a arquitectura”<sup>39</sup>. Esta é uma ideia chave: a ideia de que a arquitectura gótica resulta de uma busca de iluminação do espaço. A anulação das paredes de separação entre as capelas, que permite efectivamente uma iluminação ininterrupta, cria igualmente uma espacialidade mais ampla e fluida.

Tem sido considerado, porém, que a ideia de Suger não foi completamente original e que o processo de procura de uma maior amplitude espacial já havia sido tentado na cabeceira da igreja parisiense de Saint-Martin-des-Champs<sup>40</sup>. Esta igreja românica fundada

---

37 Suger, "Écrit sur la Consécration de l'Église de Saint-Denis (*Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii*)", cap. 7, in *Oeuvres, Opus Cit.*, p. 27.

38 Françoise Gasparri, “Suger, Moine, Abbé, Bâtitseur, Homme d’État”, in *Dossiers d’Archeologie, Opus Cit.*, p.22

39 Anne Prache, “L’ Architecture de l’ Abbaye de Saint-Denis”, in *Dossiers d’Archeologie*, nº 158, Mars 1991, p. 44. Relativamente à parte superior da cabeceira no tempo de Suger, apenas se podem colocar hipóteses, uma vez que os andares superiores foram desmantelados no século XIII. Ver S. Gardner, "Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 1. Carolingian / 2. Early Gothic", in *Opus Cit.*, p. 541 e C. Bruzelius, "Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 3. Rayonnant / 4. From 1789", in *Opus Cit.*, p. 542. Ver também as conclusões dos estudos feitos por S. Crosby e W. Clark in W. Clark, "Suger's Church at Saint-Denis: the State of the Research", in *Opus Cit.*, pp. 114-115.

40 Ver sobre a igreja e a influência que esta exerceu em Saint-Denis M. Bur, *Suger, Abbé de Saint Denis, Regent de France*, Paris, Perrin, 1991, p. 238. Sobre as possíveis influencias na edificação da cabeceira de Saint-Denis, incluindo a igreja de Saint-Martin-des-Champs, ver também J. Bony, "What Possible Sources for the Chevet of Saint-Denis?", in *Abbot Suger and Saint-Denis, a Symposium*, New York, edited by Paula Liber Gerson / The Metropolitan Museum of Art, 1986. Qualquer dos autores refere também a hipótese de uma influência das rotundas paleocristãs. Ver M. Bur, *Ibidem*, p. 239 e J. Bony, *Ibidem*, pp. 134-136. J. Bony, no artigo supracitado, p. 136, considera também fundamental a ideia de que Suger terá rejeitado o pesado sistema de suportes românicos e optado por um retorno ao estilo de colunata utilizado no período paleocristão. A viagem de Suger a Roma e à Santa Sé, em 1123, permitiu ao abade um contacto directo com as basílicas romanas, sendo provável que esta viagem tenha tido um profundo impacto estético em Suger. Sobre esta deslocação e sobre o impacto das construções romanas/paleocristãs ver F. Gasparri, "Introduction / I. Vie de Suger", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, pp. XV-XVII e "Introduction / II. Suger et Saint-Denis", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. XLIV.

graças a um mecenato do monarca Henrique I, em 1059 e consagrada em 1067, vai ser alterada na zona da cabeceira pouco depois de 1130<sup>41</sup>. A cabeceira de Saint-Martin-des-Champs apresenta um deambulatório duplo, com capelas, num esquema idêntico ao que Suger define para Saint-Denis, muito embora a espacialidade, a irregularidade das proporções e o equilíbrio e harmonia geral do espaço fossem distintos<sup>42</sup>. Apesar da inspiração, o abade de Saint-Denis aperfeiçoou o plano para a sua igreja, nomeadamente a nível da regularidade e equilíbrio das proporções<sup>43</sup> [Figs. 4 e 5].

Com a edificação da cabeceira de Saint-Denis a arquitectura medieval sofre uma transformação profunda, emergindo a ideia de Arte Gótica como Arte da Luz. Recentemente, alguns autores<sup>44</sup> questionaram o facto de Suger poder ser considerado um “arquitecto da luz” ou de que o abade tenha sido verdadeiramente movido pelas teorias do Pseudo-Areopagita. Um deles, Conrad Rudolph, afirma mesmo que o recurso às teorias da luz é apenas um argumento para justificar uma arquitectura opulenta. Mas o facto é que o

---

41 Anteriormente terá existido uma basílica funerária merovíngia, edificada entre o século VI e VII, e reestruturada no período carolíngio, mas as informações sobre estes períodos são escassas. Em 1079 Filipe I entrega a igreja e respectiva colegiada à Ordem de Cluny, à frente da qual se encontrava o famoso São Hugo [1024-1109, abade desde 1049 até à sua morte]. A partir de 1093 dá-se início à construção de uma nova igreja (substituída no século XIII), prolongando-se as obras ao longo das primeiras décadas do século XII e edificando-se pouco depois de 1130 a cabeceira. Em 1800 a igreja é transformada em *Musée des Arts et Métiers* (aberto ao público em 1802) e ao longo do século XIX são levadas a cabo obras de recuperação dos espaços. O site oficial do Museu possui um historial/cronologia bastante detalhado. Ver <http://www.arts-et-metiers.net>

42 Saint-Martin-des-Champs destinava-se a funcionar como uma espécie de cripta exterior, colocada em torno da antiga absida do século XI a um nível ligeiramente inferior; a irregularidade do espaço é visível na falta de concordância entre os pilares da fila exterior do deambulatório e os que circundam o espaço central. Ver J. Bony, "What Possible Sources for the Chevet of Saint-Denis?", *Opus Cit.*, p. 135.

43 Uma questão que se levanta relativamente ao planeamento arquitectónico tem a ver com a definição do que é que foi efectivamente delineado pelo abade. Sabemos que dois arquitectos trabalharam nas campanhas de Saint-Denis durante o abaciado de Suger – um iniciou o trabalho do nartex/fachada e o segundo concluiu esta área e foi responsável pela edificação da cabeceira. O que não sabemos é até que ponto o abade poderá ter desenhado esboços pelos quais os arquitectos se terão guiado, ou se se terá limitado a expor uma ideia, materializada pela pena dos arquitectos. Em última análise, a questão fundamental é que a ideia pertenceria a Suger e derivaria do seu contacto com Saint-Martin-des-Champs, mas também, e sobretudo, do seu conceito de arquitectura religiosa e da importância que questões como a luz e a geometria tinham para o abade. Sobre a relação com Saint-Martin-des-Champs ver Bur, *Opus Cit.*, pp. 238-242 e J. Bony, "What Possible Sources for the Chevet of Saint-Denis?", in *Opus Cit.*, pp. 134-138. Sobre o trabalho dos arquitectos ver S. Gardner, "Saint-Denis Abbey. I. Architecture: 1. Carolingian / 2. Early Gothic", in *Opus Cit.*, p. 540.

44 Ver Conrad Rudolph, *Artistic Change at St. Denis, Abbot Suger's Program and the Early Twelfth Century Controversy over Art*, *Opus Cit.*, e Roland Recht, *Le Croire et le Voir, L'Art des Cathédrales (XIIe – Xve Siècle)*, Paris, Gallimard, 1999.

programa arquitectónico de Suger privilegia a luz (quer seja natural, quer, enveredando por uma outra vertente, artificial através do brilho do ouro e das pedras preciosas), o que nos leva a questionar a argumentação deste autor. Já na exaltação da fachada/portal Suger havia sublinhado a importância da luz – “*A obra nobre resplandece, mas que essa obra que brilha na sua nobreza / ilumine os espíritos para que eles, se dirijam através de verdadeiras luzes, / para a luz verdadeira onde o Cristo é a verdadeira porta*”<sup>45</sup>. E aqui não é possível ignorar que Suger se refere a uma iluminação espiritual, proveniente de uma iluminação material, sem dúvida, mas aludindo à necessidade de os espíritos de quem entra na abadia serem iluminados no sentido metafísico da palavra<sup>46</sup>. É-nos actualmente praticamente impossível saber se Suger estava verdadeiramente imbuído da metafísica da luz ou se, efectivamente, se serviu das teorias do Pseudo-Dionísio apenas para justificar o seu programa artístico - da arquitectura a todo o conjunto de peças de ourivesaria que constituíam o tesouro da abadia. O entusiasmo que ele coloca nos seus escritos e a forma como fala do espaço iluminado fazem, porém, crer que o abade entendia verdadeiramente a sua obra como uma iluminação – “*Enquanto que a parte posterior, nova, é unida à anterior, / a **basilica** resplandece, **iluminada** no seu meio*<sup>47</sup>. / *Porque resplandece o que está brilhantemente unido às coisas **luminosas**; / e atravessada por uma **luz** nova a obra nova resplandece, / aumentada no nosso tempo, e era eu, Suger, que dirigia enquanto essa obra era realizada*”<sup>48</sup>. Há nesta frase um orgulho incomensurável na sua obra, obviamente também na sua própria pessoa<sup>49</sup>, mas esse orgulho pessoal deriva daquilo que foi alcançado, da capacidade de criar um espaço novo, envolto

---

45 Suger, “L’ Oeuvre Administrative”, in *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 117.

46 Veja-se sobre este assunto Erwin Panofsky, *L’ Abbé Suger de Saint-Denis*, Paris, Éditions de Minuit, 1974, capítulo IV, “A Nova Arte e a Metafísica da Luz”.

47 Subentenda-se aqui a basílica pré-existente, uma vez que a parte central da basílica (ou seja, as naves) só foi reconstruída após a morte de Suger.

48 Suger, “L’ Oeuvre Administrative”, in *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 121

49 Esta não é a única inscrição com o nome de Suger: entre inscrições em pedra e inscrições em objectos litúrgicos, o nome do abade aparece catorze vezes. Não se deve, porém, ir ao extremo de acusar o abade de narcisismo ou de orgulho excessivo, uma vez que Suger mais não fez do que seguir o tipo de modelo de inscrição clássica posteriormente utilizada ao longo da Idade Média. Veja-se a este propósito Françoise Gasparri, nota 188 ao “L’ Oeuvre Administrative de l’ Abbé Suger (*Gesta Suggestii Abbatis*)”, in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 210. Ver ainda sobre esta questão e sobre as representações de Suger em pedra e vitral, a mesma autora in “Introduction / II. Suger et Saint-Denis”, in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, pp. LII-LIII.

numa luminosidade completamente nova - uma "lux nova"<sup>50</sup> nas suas próprias palavras. Claramente Suger apercebeu-se da diferença entre o efeito visual e estético da cabeceira de Saint Denis e as anteriores obras românicas, mesmo aquelas onde os elementos técnicos do gótico começavam a aparecer<sup>51</sup>. Será lógico acreditar que ao planejar um espaço tão distinto dos anteriores Suger se limitasse a tentar obter uma desculpa para o luxo utilizado? E que para alcançar essa desculpa tenha enveredado por uma tão original solução artística? Não nos parece suficientemente credível que tal esforço derivasse apenas de uma tentativa de justificação. Afigura-se sobejamente plausível que o abade partilhasse, na realidade, das teorias do Pseudo-Dionísio sobre a luz e que tenha procurado transpô-las para a sua criação<sup>52</sup>. Ao fazê-lo revolucionou a arquitectura ocidental<sup>53</sup>.

## 2.2 Pensamento escolástico e opus novum

A sociedade parisiense (bem como de toda a região da Île-de-France) de meados da centúria é dominada, intelectualmente falando, pela supremacia das escolas urbanas. “No decurso do século XII, as escolas urbanas tomam decisivamente a dianteira às escolas

---

50 Também aqui uma referência explícita à Luz de que nos fala São João no início do seu Evangelho. Sobre isso ver Erwin Panofsky, *L'Abbé Suger de Saint-Denis, Opus Cit.*, pp.42/43

51 Aliás, a noção de diferença entre o [que hoje definimos como] românico e gótico está patente na própria descrição (por vezes pouco clara) que o abade faz da construção da cabeceira, na qual se refere à necessidade de harmonizar a obra antiga (a capela existente na cripta que Suger acreditava ser do período de Hilduíno) com a obra nova, sublinhando que não são iguais e mencionando a "beleza do comprimento e da largura" da obra nova. Ver Suger, "Écrit sur la Consécration de l'Église de Saint-Denis (*Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii*)", cap. 7, in *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 27.

52 Esta questão prende-se também com problemáticas complexas relacionadas com o entendimento da luz e da sua função enquanto forma de acesso a Deus. A ideia da luz passa para lá da importância de iluminar e mesmo do significado da presença Divina, ela é, em última instância, uma forma de ascensão, uma forma de chegar até Deus. "A iluminação gótica significa algo mais para lá da presença da luz divina: ela implica a clarificação e a compreensão; em termos arquitectónicos ela concretiza-se numa estrutura lógica resultante da interacção da luz e da substância material. A forma da catedral gótica pode, assim, ser justamente definida como "matéria espiritualizada.", in C. Norberg-Schulz, *La Signification dans l'Architecture Occidentale*, Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 1977, pp. 221-222.

53 Esta problemática da relação arquitectura gótica/luz e o seu impacto no território português é, contudo, uma área ainda pouco trabalhada pela investigação nacional. A análise das obras arquitectónicas abordadas ao longo da dissertação aponta, porém, no sentido de uma maior contenção face à exaltação da importância da iluminação, que, não sendo descurada, assume, na maioria dos edifícios nacionais, um menor destaque.

monásticas. Saídos das escolas episcopais, os novos centros escolares emancipam-se delas pelo recrutamento dos professores e dos alunos, pelos programas e pelos métodos. A Escolástica é filha das cidades.”<sup>54</sup>

O desenvolvimento das escolas urbanas, no final do século XI e ao longo do XII, vai fazer-se em oposição às escolas monásticas, procurando alcançar Deus através da ciência mas cada vez mais por meio dos processos racionais do pensamento, ao invés da via mística das escolas monásticas. Os novos métodos e conceitos filosófico-teológicos culminam no século XIII com as obras de Roberto Grossatesta [c/ 1175-1253] e de São Tomás de Aquino [1225-1274]. A dialéctica é valorizada entre as artes liberais e as artes mecânicas assumem uma posição de relevo que até aí lhes era tendencialmente negada. Ora, todo o pensamento escolástico vai também ser influenciado pelas correntes neoplatónicas retomadas por Santo Agostinho e pela metafísica da luz do Pseudo-Denis, Areopagita.

Ao longo do século XII autores como Gilbert de la Porrée [1076-1154], Thierry de Chartres [c/ 1100-c/1150], João de Salisbury [c/ 1115-1180] e, já no século XIII, Roberto Grossatesta, São Boaventura [1221-1274] e São Tomás de Aquino irão desenvolver a ideia da luz enquanto sinónimo de belo, sendo os dois conceitos associados a Deus<sup>55</sup>. O mestre de Oxford e bispo de Lincoln, Roberto Grossatesta define assim o seu conceito de luz - “[A luz] é bela em si mesma, ‘dado que a sua natureza é simples e compreende em si todas as coisas simultaneamente’. Por isso é maximamente unida e proporcionada em relação a si própria de maneira conforme à igualdade: a beleza é, de facto, harmonia das proporções”<sup>56</sup>.

Desta frase é possível extrair um outro aspecto importante que ocupou o pensamento escolástico desde meados do século XII e que será também visível na arquitectura gótica: a importância da proporção enquanto sinónimo de belo. Entre as mais

---

54 Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, vol. I, p. 113.

55 E. Bruyne afirmou mesmo que “é no século XIII que a estética da luz aparece de uma forma sistemática.” in *L'Esthétique du Moyen Age*, Louvain, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1947, p. 71. Para uma listagem de alguns dos autores medievais influenciados pelas obras do Pseudo-Dionísio ver Maurice de Gandillac, “III. L'Influence Dionysienne / C. Perspective Cavalière sur sept Siècles Dionysiens”, in *Pseudo-Denys L'Aréopagite, Opus Cit.*, pp. 49-57.

56 In *Hexaameron*, cit. por Umberto Eco in, *Arte e Beleza na Estética Medieval, Opus Cit.*, p. 62.

importantes escolas do século XII encontra-se a Escola de Chartres<sup>57</sup>. Para lá da redescoberta de Aristóteles e Platão, a Escola de Chartres vai também desenvolver alguns conceitos pitagóricos de valorização do número enquanto princípio do Universo, derivando daqui o destaque dado à proporção. Aliás, já Santo Agostinho havia teorizado sobre o belo associado à geometria e à proporção.

Qual a influência destas ideias na arquitectura gótica? Essa é uma questão pertinente. Se a arquitectura gótica foi estruturada com base na geometria e no número, e considerando que a Escola de Chartres era um dos mais prestigiados locais de estudos geométricos e numéricos, pode-se assumir que as influências teológicas, filosóficas e matemáticas da escola de Chartres foram uma das bases teóricas da arquitectura gótica. O próprio Suger fala no *Scriptum Consecrationis* "da ajuda de instrumentos geométricos e aritméticos"<sup>58</sup>, sendo que neste caso a utilização da palavra *instrumentos* pode, eventualmente, ser entendida no sentido, não de utensílios, mas sim de "um meio para tornar a obra mais digna e gloriosa"<sup>59</sup>, ou seja, de uma forma figurativa de referir a existência de preocupações geométricas e aritméticas, de proporção e equilíbrio das formas.

Sobre esta problemática, Erwin Panofsky apresenta uma síntese pertinente: "É muito pouco provável que os construtores dos edifícios góticos tenham lido Gilbert de la Porrée ou Tomás de Aquino no seu texto original. Mas eles estavam em contacto com a doutrina escolástica de milhares de outras maneiras, independentemente do facto de a sua actividade os colocar automaticamente em contacto com aqueles que concebiam os programas litúrgicos e iconográficos. Eles tinham frequentado a escola; eles tinham ouvido

---

57 De mérito reconhecido desde o século XI, sob o domínio do bispo Fulbert [c/ 960-1028], por onde passaram Bernard de Chartres [chanceler 1119-1126], Gilbert de la Porrée [chanceler 1126-1140], Thierry de Chartres [chanceler 1142-1150], Guillaume de Conches [mestre 1120-1150] e João de Salisbury [discípulo de Guillaume de Conches e bispo de Chartres entre 1176-1180], para citar apenas os mais célebres. Para uma breve informação sobre a Escola de Chartres ver J. Le Goff, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, Gradiva, s.d., pp. 66-77.

58 Suger, "Écrit sur la Consécration de l' Église de Saint-Denis (*Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii*)", cap. 7, in *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 27.

59 F. Gasparri, nota 51 ao "Écrit sur la Consécration de l' Église de Saint-Denis (*Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii*)", in Suger, *Oeuvres, Opus Cit.*, vol. I, p. 187. A autora refere que a palavra *instrumentum* era passível de diversas interpretações e que, por exemplo, Thierry de Chartres, mestre da catedral entre 1141 e 1150, designa de *instrumentum* as quatro artes do *Quadrivium*, através das quais o "artificium do Criador é visível nas coisas". Idem, *Ibidem*, p. 187, nota 51.

sermões; eles tinham podido assistir às *disputationes de quolibet* que, tratando de todas as questões do momento, tinham-se tornado acontecimentos sociais bastante parecidos com as nossas óperas, os nossos concertos ou as nossas leituras públicas (...) a totalidade do saber humano mantinha-se acessível ao espírito normal e não especializado<sup>760</sup>.

Independentemente de Panofsky ter procurado, com algum exagero, fazer a Arte Gótica depender quase que exclusivamente do pensamento escolástico, esta afirmação em concreto é particularmente válida. A conjuntura filosófico-teológica do século XII (e posteriormente ainda do século XIII) é dominada por esse pensamento que extravasa para lá das próprias escolas atingindo todos aqueles que possuíam um contacto mínimo com o meio intelectual urbano. E a Escolástica, entre outros valores, irá defender a harmonia através do número e da proporção, bem como a importância da luz enquanto sinónimo de beleza associada ao Criador. “A Arte religiosa reflecte a mudança de visão que diferentes idades possuíam relativamente à possibilidade de representar a verdade transcendental numa obra de arte; uma renovada experiência religiosa produz habitualmente uma nova resposta para esta questão. Isto é eminentemente verdadeiro no que respeita à Idade Gótica”<sup>61</sup>. E acima de todas as transformações técnicas o Gótico, ao nascer e expandir-se em França, é a teologia da luz materializada no templo sagrado, e é também a procura e sistematização do equilíbrio absoluto das proporções, a perfeição das formas.

\* \* \*

Em Portugal, as vertentes espirituais que marcaram o nascimento (e desenvolvimento) do gótico em França, não irão ter todas o mesmo peso. Na realidade, as questões associadas à luz, por exemplo, possuem um impacto distinto no território português e a arquitectura gótica portuguesa não irá absorver o modelo das catedrais do Norte de França, não vindo, conseqüentemente, a erguer construções similares.

---

60 Erwin Panofsky, *Architecture Gothique et Pensée Scolastique*, Paris, Éditions de Minuit, 1974, pp. 84/85

61 Otto Von Simson, *A Catedral Gótica, Origens da Arquitectura Gótica e o Conceito Medieval de Ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p.33

Paralelamente as problemáticas relacionadas com o nascimento e desenvolvimento do gótico no nosso território prendem-se com as condições políticas da formação do reino, bem como com as questões próprias da espiritualidade das ordens que as introduzem e expandem, daí derivando, como se verá, uma arquitectura com características próprias.

**Parte I:**  
**A Implantação da Arquitectura Gótica em Portugal.**  
**O Papel das Ordens Religiosas**

**1. A Ordem de Cister**

*“A Minha Casa será chamada a Casa de Oração”*

Isaías, 56,7

**1.1 O pensamento de São Bernardo e a estética cisterciense**

A introdução ao estudo da arte cisterciense, incluindo as manifestações arquitectónicas, engloba problemas de enquadramento histórico, filosófico e até mesmo teológico, uma vez que se procura assimilar toda a essência desta arte de forma a compreender como ela se irá reflectir no nosso território.

Para o entendimento destes conceitos é, antes de mais, fundamental uma análise do pensamento de São Bernardo de Claraval, figura lapidar do século XII e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma estética artística que vários autores classificam como “estética cisterciense”. A sua aprovação de uma determinada forma de construção<sup>62</sup> levou mesmo a definir um estilo arquitectónico adoptado em várias casas da Ordem, estilo esse que foi, inclusive, denominado “plano bernardino” e cuja problemática será desenvolvida mais adiante.

Uma das questões que nos surgem ao abordar a influência da arquitectura cisterciense no Gótico é saber se, de certa maneira, São Bernardo não será um dos

---

<sup>62</sup> Veja-se nas páginas 42-43 as questões relacionadas com a construção de Himmerod feita de acordo com as directrizes de São Bernardo e levada a cabo pelo seu arquitecto. Veja-se Karl Heinz Esser, “Les Fouilles a Himmerod et le Plan Bernardin”, in *Melanges Saint Bernard*, Dijon, 1954.

responsáveis directos pelo *opus novum*, ou se irá “apenas” influenciar um estilo já emergente<sup>63</sup>. De facto, com a sua crítica ao luxo excessivo nos santuários, São Bernardo pugna por uma arquitectura despojada em termos decorativos, onde a pureza da construção e a proporção das formas são essenciais (o referido “plano bernardino”). E estas são premissas fundamentais da arte gótica. É, pois, importante esclarecer qual foi, efectivamente, o papel dos cistercienses e do seu líder espiritual, São Bernardo.

As questões que se colocam na prossecução deste objectivo são várias e complexas. Um primeiro ponto a abordar tem a ver com o balizamento cronológico de São Bernardo. Bernardo nasce na Borgonha, na região de Fontaine-les-Dijon, em 1090, no seio de uma família aristocrata, e “continuará um aristocrata até à sua morte”<sup>64</sup>. O seu percurso, porém, não será o de um nobre, mas sim o de um monge. Em 1112<sup>65</sup> junta-se à Ordem beneditina de Cister, recentemente fundada por Roberto de Molesme [c. 1028-1111], dando entrada no mosteiro de Cister, com quatro irmãos e um tio. No ano seguinte, encontrando-se Cister excessivamente povoado, o abade Estêvão Harding [antes de 1066-1134] decide criar as primeiras casas-filhas – La Ferté (18 de Maio de 1113), Pontigny (31 de Maio de 1114), Claraval (25 de Junho de 1115) e Morimond (25 de Junho de 1115). A Bernardo é entregue a fundação do mosteiro de Claraval.

---

63 Esta questão também já havia sido alvo de preocupação para Angiola M<sup>a</sup> Romanini, "O Projecto Cisterciense", in *História Artística da Europa*, sob a direcção de G. Duby e M. Laclotte, *A Idade Média*, Tomo II, por G. Duby, Lisboa, Quetzal Editores, 1998.

64 Pierre Riché, “Bernard de Clairvaux”, in *Dossiers d’ Archeologie*, n<sup>o</sup> 229, *Cîteaux 1098/1998, 900 Ans de l’Abbaye de Cîteaux, L’ Épopée Cistercienne*, Dec. 1997 – Janv. 1998, Dijon, Editions Faton, p. 16. As próprias expressões usadas pelo Santo nos seus textos - por exemplo, a introdução de termos como *Milites Christi* ou apenas *Miles*, e a ideia sistemática do “combate espiritual” - remetem para o universo cavaleiresco onde foi educado. Talvez o mais perfeito testemunho da força das suas origens seja a obra *De Laude Novae Militiae*, escrita entre 1132-1135 para a Ordem do Templo, uma Ordem monástico-militar, composta por cavaleiros. Era filho de Tescelin de Châtillon e de Aleth de Montbard.

65 A data de entrada de S. Bernardo no Mosteiro de Cister levanta algumas dúvidas, indicando alguns autores o ano de 1112 e outros o de 1113. Na tabela cronológica apresentada por Dominique Bertrand e Guy Lobrichon no artigo “Une Introduction Concertante”, in *Bernard Clairvaux, Histoire, Mentalités, Spiritualité*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d’ Histoire de L’ Ordre de Cîteaux, 1953, pp. 32-41 refere-se o ano de 1113, data indicada na *Vita Prima*. Actualmente, porém, acredita-se que São Bernardo tenha entrado em Cister no ano de 1112, tendo os seus familiares seguido os seus passos entre 1112 e 1113. Ver Aires A. Nascimento, *Cister, Documentos Primitivos*, introdução, tradução e notas de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 21

Assim sendo, é preciso ter em conta que Bernardo de Claraval surge apenas na chamada ‘segunda geração cisterciense’ e a fundação do mosteiro de Claraval por Bernardo (à data ainda Bernardo de Fontaine) remonta, pois, apenas a 1115; mas a Ordem em si já tinha quase vinte anos de existência.

O Mosteiro de Cister fundado por Roberto de Molesme, na floresta com o mesmo nome, datava de 1098 e este havia sido inicialmente designado como o “Mosteiro Novo”. Antes existira já a comunidade de Molesme, fundada cerca de 1075 por Roberto<sup>66</sup>, à data prior da fundação beneditina de Saint-Ayoul de Provins<sup>67</sup>.

Bernardo de Fontaine junta-se a Cister em 1112 e o impacto das suas acções verifica-se, sobretudo, a partir da ascensão ao abaciado de Claraval, ou seja, a partir de 1115. Antes de São Bernardo toda uma primeira geração de cistercienses havia já procurado definir um estilo de vida humilde e despojado, sendo estes, aliás, objectivos fundamentais na estruturação da Ordem. A fundação da Ordem de Cister nasce, na realidade, da necessidade de reforma das instituições monásticas, que então se fazia sentir um pouco por toda a Europa, e, de baixo desse ponto de vista, insere-se num quadro conjuntural próprio do início do novo milénio<sup>68</sup>. São Bernardo irá, contudo, afirmar-se

---

66 A abadia/comunidade de Molesme foi fundada com o apoio de um eremita de nome Aubri ou Alberico (m. 1109), que, com alguns discípulos, vivia retirado na floresta de Collan, perto de Molesme. As informações sobre Alberico e o seu papel na fundação de Molesme são muito escassas, mas o papel de Alberico foi certamente determinante no desenrolar dos acontecimentos. A sua intervenção foi igualmente importante na decisão de abandonar Molesme e fundar um “mosteiro novo”. Jean- Baptiste Auberger afirma mesmo que “(...) o verdadeiro fundador de Cister foi Alberico e não Roberto, que procurava acima de tudo uma reforma interna do mosteiro de Molesme.”, in “La Législation Cistercienne Primitive et sa Relecture Claravallienne”, in *Bernard Clairvaux, Histoire, Mentalités, Spiritualité*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d’ Histoire de L’ Ordre de Cîteaux, 1953, p. 181.

67 Sobre os primeiros anos da Ordem de Cister ver Jean-Baptiste Auberger, “Cîteaux, Les Origines”, in *Dossiers d’ Archeologie*, n° 229, *Cîteaux 1098/1998, 900 Ans de l’Abbaye de Cîteaux, L’ Épopée Cistercienne*, Dec. 1997 – Janv. 1998, Dijon, Editions Faton; J. F. Leroux-Dhuys, *Cistercian Abbeys, History and Architecture*, Éditions Mengès / Konemann, 1998, cap. III, “From Molesme to Cîteaux. 1075-1119”, Marcel Pacaut, *Les Moines Blancs, Histoire de L’ Ordre de Cîteaux*, Librairie Arthème Fayard, 1993

68 “Não existem em História criações *ex nihilo*, e isto é válido para Cister. Esta Ordem não deve ser considerada como um fenómeno isolado (...) Verificavam-se incontestavelmente novas necessidades no monaquismo ocidental, correntes de ideias, tentativas mais ou menos felizes. É no quadro deste movimento que convém recolocar a reforma cisterciense, reforma que surge como resultado necessário de uma lenta evolução começada mais de um século antes da sua fundação.” Dom Maur Cocheril, *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*, Paris-Lisbonne, les Belle Lettres/Livraria Bertrand, 1966, p. 129. Recordem-se, para citar apenas alguns exemplos: em Inglaterra, a reforma de São Dustan [909-988], abade de Glastonbury, em 943-944 (Estêvão de Harding estava, naturalmente familiarizado com esta reforma); em

como um dos mais exacerbados defensores dos ideais de simplicidade e ascetismo, não apenas dentro da Ordem, mas em todo o panorama medieval europeu. Pela sua força espiritual e pelo seu carisma Bernardo será, sem dúvida, “a fonte inspiradora da segunda geração que irá fundar toda a restante espiritualidade, até ao século XVII.”<sup>69</sup>.

Os primeiros testemunhos escritos sobre o estilo de vida cisterciense começam a chegar-nos ao longo da década de 1110: a *Carta de Caridade e Unanimidade*<sup>70</sup> de Estêvão Harding data de 1113/1114. E o *Exordium Parvum*, novamente de Estêvão Harding,

---

Itália, os Camaldulos, fundados por São Romualdo [925-1027], em Camaldoli, perto de Arezzo, e a Ordem de Vallombrosa, fundada na Toscana, em 1038, por São João Gualberto [995-1073]; Estêvão Harding conheceu Gualberto aquando da sua viagem a Itália e é possível que alguns aspectos da Ordem de Cister, como a ligação entre casa-mãe e casas-filhas, tenham sofrido influência de Vallombrosa; paralelamente é igualmente nesta Ordem que vamos encontrar as primeiras referências aos Conversos que, depois, também irão aparecer na Ordem de Cister; a Ordem da Cartuxa, fundada em 1086, por São Bruno de Colónia [c.1030-1101], no deserto da Cartuxa (São Bruno e São Roberto de Molesme chegaram a conhecer-se); e em França, a reforma levada a cabo, em 1094, por Odon de Tournai no Mosteiro de Saint-Martin de Tournai (a proximidade cronológica e até mesmo geográfica deste movimento em comparação com o de Cister, leva também a pensar numa possível influência mútua). Em última análise este surto de “renovações” poderia recuar mesmo até à acção de Bento Aniano [c. 750-821] e à fundação do Mosteiro de Aniano (Aniane, perto de Lodève, no Languedoque), no qual “impõe a verdadeira regra beneditina revista por ele próprio afim de dar novamente um pleno valor espiritual ao ofício divino e ao trabalho manual e, de não abrir imoderadamente o monaquismo ao exterior. (...) Exerce, assim, uma influência profunda que se traduz pelo retorno à regra beneditina em inúmeros mosteiros do Languedoque, do Maciço Central e da Borgonha.” Marcel Pacaut, *Les Ordres Monastiques et Religieux au Moyen Age, Opus Cit.*, p. 67. Veja-se sobre estas questões Dom Maur Cocheril, *Ibidem* e Marcel Pacaut, *Ibidem*, pp. 56-70 e 110-138

69 Joel Regnard, “Cîteaux, esprit et pratique”, in *Dossiers d’ Archeologie*, nº 229, *Cîteaux 1098/1998*, 900 *Ans de l’Abbaye de Cîteaux, L’ Épopée Cistercienne*, Dec. 1997 – Janv. 1998, Dijon, Editions Faton, p. 30

70 Ao que tudo indica (e tendo em conta uma referência à mesma no documento de fundação de Pontigny, atribuído ao ano de 1114) a *Carta de Caridade (Carta Caritatis Prior)* é um documento redigido a partir de 1113, que visa estabelecer um determinado número de ideais de vida comunitária comuns a todas as casas da Ordem. Foi aprovada em Capítulo Geral em Setembro de 1119 e obteve aprovação do Papa Calisto II, a 23 de Dezembro de 1119. Em data incerta, mas seguramente antes de 1130, a *Suma Cartae Caritatis* sintetiza a *Carta Caritatis*, embora especificando mais pormenorizadamente alguns aspectos pontuais. Cerca de 1165-1173 (e na sequência da revisão feita, em 1151, para o pedido de aprovação ao Papa Eugénio III, concedido a 1 de Agosto 1152) introduziram-se estatutos complementares derivados de problemas surgidos ao longo dos anos, constituindo-se assim a *Carta de Caridade Posterior (Carta Caritatis Posteriori)*. Ver quadro cronológico apresentado por A. Nascimento em *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.* Ver igualmente Jean-Baptiste Auberger “La Législation Cistercienne Primitive et sa Relecture Claravallienne”, in *Opus Cit.*, René Locatelli, “Rappel des Principes Fondateurs de l’ Ordre Cistercien, Aux Origines du Modèle Doménial”, in *L’ Espace Cistercien, Actes du Colloque*, Abbaye de Fontfroide, Mars 1993, sous la direction de Léon Pressouyre, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1994 e Juan M<sup>a</sup> de la Torre, “El Carisma Cisterciense y Bernardiano”, in *Obras Completas de San Bernardo*, vol I, *Introducción General y Tratados (I)*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, edición preparada por Los Monjes Cistercienses de España, prólogo de Dom J. Leclercq, Tomo I, 1983, pp. 18-21.

remonta (na sua forma primitiva) a 1115/1119<sup>71</sup>. “Estêvão, genial intérprete da primeira geração cisterciense, fixou os traços essenciais da espiritualidade da sua ordem: autêntica fidelidade à regra, pobreza e, sobretudo, caridade.”<sup>72</sup>

A figura de Estêvão Harding, terceiro abade do mosteiro de Cister [1109-1133] será lapidar na estipulação e definição dos estatutos de Cister e terá igualmente uma acção determinante na vida de São Bernardo, uma vez que é Estêvão quem encarrega o jovem monge da fundação de Claraval.

Quando Estêvão Harding chega ao governo de Cister a Ordem ainda não possuía estatutos específicos que definissem as premissas e regras pelas quais os monges se deviam reger. Os encontros anuais dos abades em capítulos haviam já procurado definir uma uniformidade de hábitos e costumes, mas será Estêvão quem irá estruturar a organização interna da Ordem ao elaborar a partir de 1113/1114 a *Carta Caritatis*, uma “Carta de Caridade e Unanimidade”, que estipula a criação de capítulos gerais anuais nos quais os assuntos fundamentais para o bom funcionamento e homogeneidade da Ordem seriam discutidos. A aprovação papal da *Carta Caritatis* marca o começo legal da Ordem e é a partir desta data que se começa a falar de “cistercienses”.

A composição pelo terceiro abade de Cister do *Exordium Parvum* (ou de um esboço do que viria a ser o *Exordium Parvum*<sup>73</sup>) no qual se renovam os ideais de humildade, pobreza e despojamento, é fundamental para a estruturação desses conceitos e terá reflexos em obras posteriores, nomeadamente no *Exordium Cistercii*<sup>74</sup> (*Exórdio de Cister*), em que

---

71 A atribuição do *Exordium Parvum* a Estêvão Harding foi feita no século XVII por B. Tissier. Na década de cinquenta J.A. Lefèvre rebateu essa teoria, situando o texto cerca de 1151-1152. A teoria não foi, porém, consensualmente aceite e muitos historiadores continuam a considerar Harding o autor do *Exordium Parvum*. Ver nomeadamente Maur Standaert, “Étienne Harding (saint)”, in *Spiritualité Cistercienne, Histoire et Doctrine*, Paris, Beauchesne, 1998, p. 139. A problemática também é abordada por A. Nascimento, in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, pp.21-24. Este autor considera que “È provável que a forma actual do *Exordium Parvum* seja resultado de intervenções posteriores, onde se reflectem tensões que se tornam mais evidentes entre 1130 e 1150 entre cistercienses e cluniacenses. Nessas condições, um *Exórdio Primitivo* que acompanharia os documentos apresentados ao Papa e bem assim, posteriormente, a bula de aprovação, teria sofrido remodelações, mas elas são difíceis de determinar”, p. 23.

72 Maur Standaert, “Étienne Harding (saint)”, in *Opus Cit.*, p. 141

73 Ver nota 71, na página 30.

74 A datação e atribuição do *Exordium Cistercii* também não é linear. Sobre o assunto A. Nascimento escreve o seguinte: “Ultrapassada está a opinião que atribuía este texto ao próprio Estêvão Harding, mas não sem

esses ideais vão ser expressos inclusive nos ornamentos litúrgicos, cálices sagrados e alfaias litúrgicas<sup>75</sup>.

Antes da famosa *Apologia* bernardina Estêvão havia já exortado à pobreza e despojamento<sup>76</sup>, mas este abade não enveredou pela questões artísticas – não há na *Carta Caritatis* alusões às representações pictóricas, escultóricas ou à própria arquitectura (aliás, e talvez, contraditoriamente, Estêvão Harding irá ser o responsável por uma das mais luxuosas Bíblias iluminadas da Ordem cisterciense - a *Bíblia* de 1109). E quanto ao *Exordium Cistercii*, em que essas directrizes se encontram, parece ser posterior à *Apologia*, pelo que se pode supor que tenha já sido influenciado por ela. Estêvão foi contudo, definitivo na orientação quanto aos hábitos de pobreza e nisso antecede São Bernardo, estabelecendo directrizes e normas de uma forma inclusive mais sistemática do que o abade de Claraval viria a fazer. Bernardo, porém, irá mesmo entrar no domínio da arte e com isso marcar as legislações posteriores. “Se fosse necessário caracterizar ambas as figuras, poder-se-ia dizer que Étienne teve mais o carisma da instituição e da organização da nova ordem e Bernardo o da intuição e da inspiração mística (...) é da conjugação do carisma destes dois homens que resulta o sucesso da ordem de Cister.”<sup>77</sup>

---

maior razão se apontou a sua origem claravalense e se sublinharam relações de semelhança com expressões utilizadas por S. Bernardo em data próxima dos anos de 1123 ou 1124, pelo que se poderá presumir que o autor seja algum dos secretários do fundador de Claraval. Todavia a imagem de Estêvão Harding é demasiado elaborada e elogiosa para ser consentida por ele; pelo que será mais prudente atribuir a redacção actual a data posterior à sua morte, circunstância que nos leva para dez anos mais tarde, por 1134. O intervalo de confirmação haverá que colocá-lo antes de 1147, data do manuscrito mais antigo.”, in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, p. 47

75 Lê-se o seguinte nos capítulos XXV e XXVI: “XXV.1. *Que seja consentido fazer ou não com ouro, prata, pedras preciosas e seda.* 2. *As toalhas dos altares e os paramentos do ministro não tenham seda, com excepção da estola e do manipulo; a casula seja de uma só cor e não mais.* 3. *Qualquer das alfaias do mosteiro, vasos e utensílios, não sejam de ouro, de prata e de pedras preciosas, com excepção do cálice e da colherinha, que são os únicos objectos que consentimos que sejam de prata ou douradas, mas não inteiramente de ouro.* XXVI. 1. *Imagens, pinturas e cruz em madeira.* 2. *Não é permitido ter em lugar algum esculturas, mas apenas cruces pintadas, e não sejam senão de madeira.*”, *Exordium Cistercii*, capítulos XXV e XXVI, cit. in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, p. 61

76 O *Exordium Cistercii* refere-se-lhe nestes termos: “*homem de amor mais que ardente da vida monástica, da pobreza e da disciplina regular e de fidelidade e zelo a toda a prova*”, cit. in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, p. 51

77 Jean-Baptiste Auberger, “La Législation Cistercienne Primitive et sa Relecture Claravallienne”, in *Opus Cit.*, p. 181/182

Entre 1124 / 1125 São Bernardo escreve uma obra que irá ultrapassar todas as anteriores na exaltação da pobreza, humildade, despojamento e, acima de tudo, austeridade. Trata-se da *Apologia dirigida ao Abade Guilherme (Apologia Ad Guillelmum Abbatem)*, “um dos melhores tratados da Idade Média e um documento cuja passagem sobre arte (28-29) é a mais importante fonte que possuímos actualmente para a compreensão da verdadeira atitude medieval face à arte.”<sup>78</sup> A elaboração da *Apologia* não resultou exclusivamente da vontade e opinião de São Bernardo. Como se pode de imediato deduzir pelo próprio nome - *Apologia dirigida ao Abade Guilherme* -, o abade beneditino de Saint-Thierry de Reims, Guilherme [c. 1070-1148], amigo pessoal de São Bernardo, foi em parte espiritualmente responsável pela elaboração da obra; por um lado ela foi escrita a pedido de Saint-Thierry com a dupla (e difícil) tarefa de calar as difamações feitas por cistercienses e cluniacenses, mas procurando ao mesmo tempo chamar a atenção para o afastamento da Ordem de Cluny das premissas estabelecidas por São Bento; por outro lado as sugestões de Guilherme de Saint-Thierry deverão inevitavelmente ter influenciado São Bernardo. Também outra figura do seu círculo poderá tê-lo inspirado, Ogier, cônego regular do Mont-Saint-Eloi, na zona de Arrás<sup>79</sup>. O conteúdo fundamental da obra deve-se, no entanto, à opinião pessoal de São Bernardo sobre o estado e comportamento monástico.

Um dos aspectos mais debatidos em torno desta obra são os seus destinatários: a quem se dirigia a *Apologia*? A teoria mais veiculada foi sistematicamente a de que a *Apologia* se destinava aos monges de Cluny, cuja opulência e luxo chocava São Bernardo. Vários são os autores<sup>80</sup> (historiadores de arte, historiadores, filósofos, teólogos) que

---

78 Conrad Rudolph, *The 'Things of Greater Importance', Bernard of Clairvaux's Apologia and the Medieval Attitude Towards Art*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, pp.3/4

79 André Louf defende mesmo que a Segunda parte da *Apologia* foi escrita a pedido de Ogier. Ver André Louf, “Fue San Bernardo un Iconoclasta?”, in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Outubro 1991, vol. 2, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992. Sabemos que São Bernardo se correspondeu com Ogier e que a primeira carta de São Bernardo ao cônego data (provavelmente) de 1124.

80 Veja-se entre outros, Fr. M<sup>o</sup> Damian Yañez Neira, “San Bernardo, ‘Revolucionário del Arte’”, in *Cistercium*, 180, ano 42, 1990, H.B. De Warren, “Bernard et les Premières Cisterciens face au Problème de l’Art”, in *Bernard de Clairvaux*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d’ Histoire de L’ Ordre de Cîteaux, 1953, Jean de la Croix Bouton, “Bernard et l’ Ordre de Cluny”, in *Bernard de Clairvaux*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d’ Histoire de L’ Ordre de Cîteaux, 1953, Georges Duby, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltd., 1990, Louis J. Lekai, S.O.C., *Les Moines Blancs, Histoire de L’ Ordre Cistercien*, Paris, Éditions du Seuil, 1957, A. Dimier, “Les Cisterciens

repetiram geração após geração que a *Apologia* era um ataque dirigido à Ordem de Cluny, no qual estava implícito um louvor do modo de vida e costumes da Ordem de Cister. Contudo, os estudos mais recentes têm vindo a provar que São Bernardo não se dirigia apenas a Cluny, ou mesmo a Suger de Saint Denis<sup>81</sup>, mas que visava também a sua própria ordem<sup>82</sup>.

A *Apologia* compreende duas partes. Na primeira, na sequência do pedido feito por Saint-Thierry e, de acordo com a sua própria admiração por muitos dos monges negros, São Bernardo louva as qualidades da Ordem de Cluny e acusa os seus detractores [*Incipit Adversus Detractores*]. Na segunda, novamente tendo em conta o pedido feito pelo abade de Saint-Thierry, mas também a sua visão pessoal do problema, reflecte sobre os relaxamentos da vida monástica, abordando aqui as questões que considera fundamentais para o quotidiano dos monges e condenando tudo quanto distraía o monge da sua reflexão espiritual. É a crítica às coisas supérfluas [*Incipit Contra Superfluitates*]<sup>83</sup>.

São Bernardo vai classificar as coisas supérfluas [*superfluitates*] em dois grupos: aquelas que poderíamos classificar como as “coisas menores”, sobre as quais ele próprio

---

et le Dépouillement Architectural”, in *Mélanges à la Mémoire du Père Anselme Dimier*, présentés par Benoit Chauvin, Arbois, 1982-1987.

81 Ver problemática relacionada com esta figura na Introdução, capítulo 2.1.

82 Veja-se, entre outros, Jean Leclercq, “S. Bernard et les debuts de l’Ordre Cistercien”, in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Outubro 1991, vol. 1, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992, André Louf, “Fue San Bernardo un Iconoclasta?”, in *Opus Cit.*, Conrad Rudolph, *The ‘Things of Greater Importance’, Bernard of Clairvaux’s Apologia and the Medieval Attitude Towards Art, Opus Cit.*. A obra de Conrad Rudolph apresenta inclusive uma excelente “dissecação” da descrição de São Bernardo no capítulo 29 procurando a correspondência de todas as figuras descritas por São Bernardo (centauros, seres híbridos, leões, tigres, etc) com obras de arte suas contemporâneas. A conclusão apresentada remete para os manuscritos da Ordem de Cister mais do que para qualquer obra cluniacense, manuscrita ou escultórica.

83 É de referir que São Bernardo não foi a única figura do século XII a levantar-se contra a extrema riqueza de algumas ordens religiosas. Também o bem-aventurado Aelred [1109-1166], abade (entre 1146 e 1166) da Abadia de Rievaulx (filha directa de Claraval, fundada em 1132), na região de York, chamou a atenção para a decoração despropositada em obras diversas, a mais famosa das quais é *O Espelho da Caridade (Speculum Charitatis, 1141-1142)*, na qual o abade escreve: “Porque é que nos claustros dos monges se encontram estes grous e lebres, estas corças e veados, estas pegas e corvos? Estes não são os instrumentos de António ou Macarius, mas simplesmente divertimentos de mulheres. Nada disto é adequado à pobreza monástica, servindo apenas para alimentar os olhares curiosos”, in J. F. Leroux-Dhuys, “Rievaulx”, in *Opus Cit.*, p. 306. Ver também Anselme Dimier, “Les Cisterciense et le Dépouillement Architectural”, in *Opus Cit.*, p. 792

escreverá “isto nada é”<sup>84</sup> [*Sed haec parva sunt*]; e as chamadas “coisas maiores” [*ad maiora*].

No primeiro grupo incluem-se os excessos em comida [*De Commessatione*], a bebida [*De Potatione*], a crítica aos monges saudáveis que se instalam nas enfermarias [*De His Qui, Infirmirate Non Expectata, In Domo Infirmorum Pausare Consueverunt*], às vestes luxuosas [*De Vestitu Superfluo Vel Superbo*], à inibição dos abades perante os seus monges [*De Incuria Praelatorum*] e à sumptuosidade das montadas e tudo o que lhes está inerente [*De Fastu Equitandi*].

No segundo grupo surge a famosa incursão na área das artes (capítulos 28 e 29), “pinturas e esculturas. O ouro e a prata nos nossos mosteiros”<sup>85</sup> [*De Picturis et Sculpturis, Auro et Argento in Monasteriis*]. Esta parece ser a principal preocupação de São Bernardo no que respeita aos excessos dos monges, uma decoração excessiva, inapropriada e que não só desvia o espírito dos monges da sua função primordial, a oração, como exige despesas desnecessárias e que dificultam a utilização do dinheiro em obras de caridade.

Se o objectivo de São Bernardo era a orientação espiritual dos monges e a correcção dos desvios a essa espiritualidade fundamental, o facto é que ele acabou por estabelecer determinadas normas face à arte do seu tempo. Isso não era, na realidade, o que São Bernardo pretendia – “A *Apologia* não é, nem nunca pretendeu ser, uma declaração programática sobre arte”<sup>86</sup>-, mas foi, entre outras coisas, o que alcançou.

É fundamental sublinhar que São Bernardo distingue muito claramente entre a arte destinada aos espaços religiosos públicos, como as grandes catedrais frequentadas por multidões, e a arte destinada exclusivamente aos espaços religiosos privados e visualizada

---

84 Veja-se a tradução castelhana do latim feita por Iñaki Aranguren in *Obras Completas de San Bernardo*, vol I, *Introducción General y Tratados (1º)*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, edicion preparada por Los Monjes Cistercienses de España, prólogo de Dom. J. Leclercq, Tomo I, 1983, pp. 248 – 295.

85 Veja-se a tradução castelhana do latim feita por Iñaki Aranguren in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, vol I, pp. 248 - 295

86 Conrad Rudolph, *The ‘Things of Greater Importance’, Bernard of Clairvaux’s Apologia and the Medieval Attitude Towards Art, Opus Cit.*, p. 8. Também Geraldo C. Dias expressa a mesma ideia “O seu conceito de arte não é estético, mas ético. A *Apologia* não é um tratado de Arte, nem um código de estética, mas um tratado de espiritualidade monástica em que tenta libertar o homem para a procura de Deus.”, “Cister – Irradiação de Espiritualidade e Cultura”, in *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto / Edições Afrontamento, 1999, p. 28.

exclusivamente por monges. “Porque uma coisa é a missão dos bispos e outra a dos monges (...) [os bispos] têm de estimular a devoção exterior do povo mediante a decoração artística, porque não lhes bastam os recursos espirituais”<sup>87</sup>. E os padrões artísticos que São Bernardo acaba por definir (pela negativa) reportam-se acima de tudo aos monges. Seria desejável, para o abade de Claraval que existisse uma contenção decorativa fosse qual fosse a circunstância, mas ele tem perfeita noção da realidade social que o rodeia, de um grau elevado de analfabetismo, de um contacto com a Palavra feito indirectamente através do clero e da necessidade de auxiliar a fortalecer a fé e o conhecimento por meio da imagem. Neste sentido devemos entender as críticas e indicações de São Bernardo incluídas dentro do mundo monástico. É nas construções, escultura e manuscritos monásticos que São Bernardo condena o luxo, o ouro, o excesso de decoração, o recurso à figuração híbrida<sup>88</sup>.

A pergunta que se coloca em seguida é: até que ponto as declarações de São Bernardo tiveram repercussões na arte sua contemporânea, nomeadamente, e acima de tudo, na arte cisterciense. Partindo do pressuposto de que as críticas feitas por São Bernardo se dirigiam tanto a cluniacenses como a cistercienses podemos de imediato concluir que a sua posição não era a posição de toda a Ordem, nem representava a totalidade das vozes existentes entre os cistercienses. Se já havia antecedentes na legislação cisterciense no sentido do despojamento, serão, contudo, o *Exordium Cistercii* e os Capítulos Gerais da Ordem Cisterciense (*Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*) imediatamente anteriores ao ano de 1134 – portanto, posteriores à *Apologia* e às directrizes de S. Bernardo – que irão estabelecer um determinado número de regras (na realidade, decisões capitulares) relativamente às questões artísticas: ausência de esculturas, ausência

---

87 São Bernardo, *Apologia*, cap. 28, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, vol I, Tomo I, 1983, p. 289

88 É neste contexto que surge a famosa frase: “Mas nós, os que deixámos o mundo, os que deixámos por Cristo as riquezas e tesouros do mundo com o objectivo de alcançar Cristo, o que nos importa isso (...) que procuram com tudo isto? A compunção dos convertidos ou a admiração dos visitantes? Vaidade das vaidades. Vaidade ou insensatez? Arde de luz a igreja nas suas paredes e agoniza em miséria nos seus pobres. Cobre de ouro as suas pedras e deixa nus os seus filhos”, São Bernardo, *Apologia*, cap. 28, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, vol I, Tomo I, pp. 289/291.

de decoração pictórica, cruzeiros em madeira e sem qualquer material precioso e ausência de cor nos manuscritos<sup>89</sup> e nos vitrais<sup>90</sup>.

Claramente a figura de São Bernardo foi, na realidade, absolutamente lapidar dentro da ordem; refira-se apenas como exemplo um dado estatístico altamente significativo: “(...) enquanto que à entrada do jovem noviço para Cister em 1112 não existia senão essa abadia de monges brancos, a ordem contava aquando da morte do abade de Claraval, em 1153, cerca de 350 abadias espalhadas por toda a cristandade latina. Ímpeto prodigioso, excepcional na história religiosa e ainda mais porque esse apogeu não sobreviveu ao desaparecimento do santo; sem dúvida, as fundações prosseguiram até ao dealbar do século XIII, mas sem jamais voltarem a ter o ritmo dos anos de 1140”<sup>91</sup>. Por outras palavras, uma crítica feita por São Bernardo seria certamente considerada, uma orientação dada pelo Santo seria certamente seguida, pelo menos durante a sua vida.

Ao longo da vida do Santo a exaltação ao despojamento mantém-se uma constante. Os artigos X, XIII e XX dos Capítulos Gerais afirmam os mesmos ideais que se encontram no *Exordium Cistercii*<sup>92</sup>. E essas premissas são (quase) textualmente repetidas no artigo XX do Capítulo Geral de 1152<sup>93</sup>.

---

89 De acordo com um ideal claramente oposto, no que toca à questão dos manuscritos, ao de Estêvão Harding.

90 Veja-se sobre este assunto Louis J. Lekai, *Opus Cit*, pp. 239-241 e Anselme Dimier, “Saint Bernard et l’Art”, in *Mélanges à la Mémoire du Père Anselme Dimier*, présentés par Benoit Chauvin, Arbois, 1982-1987. Neste artigo (pp. 683-685) A. Dimier levanta a questão das datações exactas no que toca às proibições relacionadas com as iluminuras, referindo que, como já Jean Leclercq havia chamado à atenção, parece mais provável que essas proibições tenham sido feitas apenas no Capítulo Geral de 1152. Não se pretende aqui esclarecer esta questão (que extravasa para lá dos objectivos propostos), mas apenas salientar a importância que São Bernardo terá tido a este nível, importância essa que se mantém independentemente das datas (qualquer delas posterior à *Apologia*). Relativamente à proibição de cor nos vitrais, este assume-se como um dos aspectos de maior antagonismo face ao universo da Ile-de-France. “A novidade patente no vitral cisterciense, não consiste tanto na negação do tema, como na omissão da cor e no controlo racional da luz como forma ‘tamizada’ de iluminação e negação do valor simbólico da luz colorida.”, Nieto Alcaide, *La Luz, Símbolo y Sistema Visual, (El Espacio y la Luz en el Arte Gótico y del Renacimiento)*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1978, p.84.

91 René Locatelli, “L’ Expansion de l’ Ordre Cistercien”, in *Bernard Clairvaux, Histoire, Mentalités, Spiritualité*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d’ Histoire de L’ Ordre de Cîteaux, 1953, p.103.

92 “X.2. *As toalhas dos altares, os paramentos do ministro, com excepção da estola e do manipulo, não sejam de seda; a casula, porém, seja de uma só cor; todas as peças de serviço do mosteiro, copos e outras, sejam sem ouro e prata ou gemas, com excepção de duas, do cálice e da colherinha, os quais se permite que sejam dourados e prateados, mas não de ouro.* / XIII. *Proibimos que nos livros das nossas comunidades haja peças, que usualmente recebem o nome de fchos, que sejam de ouro ou de prata ou mesmo prateados e dourados,*

As ideias expressas nestes registos são as mesmas definidas por São Bernardo cerca de 25 anos antes. A tendência para respeitar e observar essas ideias foi progressivamente desaparecendo<sup>94</sup>, mas de início os ideais de austeridade e despojamento de São Bernardo foram seguidos. Inevitavelmente a arte cisterciense dos séculos XII e mesmo XIII irá reflectir essa situação. De baixo deste ponto de vista, podemos admitir que São Bernardo ajudou a definir (pela negativa) um programa artístico cisterciense, que corresponde cronologicamente, à edificação de construções entre o final do românico e o início do gótico. E que, desta forma, e com um “entendimento artístico” oposto ao do Abade Suger, São Bernardo vai ajudar a criar uma “corrente” arquitectónica gótica de despojamento, distinta da iniciada por Suger de Saint Denis<sup>95</sup>.

Devido à sua "cruzada" por uma arte despojada São Bernardo foi posteriormente classificado como iconoclasta e a historiografia dedicada ao santo e à arte cisterciense debateu-se com esse problema. As opiniões dividiram-se e as posições extremaram-se. Actualmente parece existir um maior consenso no sentido de entender e enquadrar o pensamento de São Bernardo dentro de um contexto monástico. Neste contexto São Bernardo não pode de forma alguma ser acusado de iconoclastia. André Louf<sup>96</sup> chamou mesmo a atenção para uma passagem da *Apologia*, habitualmente ignorada, na qual São

---

*nem haja códice algum recoberto de brocado. / XX. Proibimos que haja esculturas ou pinturas nas nossas igrejas ou em quaisquer dependências do mosteiro, pois quando se olha para elas, deita-se a perder a utilidade da boa meditação ou a disciplina da gravidade monástica. No entanto, temos cruces pintadas que são de madeira.”* Artigos X, XIII e XX dos Capítulos Gerais da Ordem Cisterciense anteriores a 1134, cit. in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, pp. 82-84

<sup>93</sup> “Proibimos a colocação de imagens pintadas ou esculpidas, nas nossas igrejas ou em qualquer outro local do mosteiro: pois frequentemente aqueles que as contemplam esquecem-se da excelência da verdadeira contemplação e isso é um atentado à seriedade da disciplina monástica (...) Quanto aos vitrais que sejam brancos sem cruces nem figuras”, Cit. por Frédéric Van der Meer, *Atlas de L’Ordre Cistercien*, Paris-Bruelles, Éditions Sequoia, 1965, p. 50. Ver também sobre o assunto Anselme Dimier, “Saint Bernard et l’Art”, in *Opus Cit.*

<sup>94</sup> Em 1231 na reunião de abades no Mosteiro de Cister protestou-se ainda contra “essas novidades supérfluas em matéria de pintura, dos edifícios, das vestes preciosas e coisas semelhantes que desfiguram a antiga honestidade da nossa Ordem”, [cit. in Frédéric Van der Meer, *Ibidem*, p. 51] o que nos leva a crer que em algumas situações as “regras” haveriam sido desrespeitadas.

<sup>95</sup> Sobre esta questão do impacto da arte cisterciense no gótico A. M<sup>a</sup> Romanini, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*, p. 151, considera que os monges de Cister “fecundaram o código genético da arte ocidental com dados novos”.

<sup>96</sup> André Louf, “Fue San Bernardo um Iconoclasta?”, in *Opus Cit.*

Bernardo refere as imagens sagradas [*sacrae imagines*] defendendo-as: “*E ainda por cima, nem sequer respeitamos as imagens dos santos que pululam pelo pavimento que pisam os nossos pés. Mais de uma vez se escupe na boca de um anjo ou se sacode o calçado sobre o rosto de um santo*”<sup>97</sup>. O autor subentende por meio desta passagem que São Bernardo seria de alguma forma um defensor dos ícones – “*Pede para eles um respeito que uma arte religiosa banalizada à força da exuberância já não permite*”<sup>98</sup>. Respeito sem dúvida. Mas defensor dos ícones será talvez excessivo. O abade prossegue de seguida afirmando “*Se chegamos a não poder prescindir das imagens no solo, porque se hão de pintar com tanto esmero? É embelezar o que de seguida se vai estropear. É pintar o que se vai pisar. Para quê pintar tanta imagem primorosa para continuamente se cobrir de pó? De que serve isto aos pobres, aos monges e aos homens espirituais?*”<sup>99</sup>. Este não é certamente o discurso de um partidário das imagens sagradas. Respeito indiscutivelmente, trata-se da representação do sagrado, mas se se puder prescindir das mesmas é preferível.

A situação é um pouco mais complexa quando nos centramos em concreto na construção arquitectónica. Nem São Bernardo nem os seus contemporâneos estipularam regras específicas para a arquitectura das suas casas. As informações de que dispomos são pela negativa: ausência de cor nos vitrais, ausência de cor nas paredes, ausência de lustres pendendo das abobadas, ausência de tapeçarias a cobrir as paredes. Sempre proibições, mas nunca definição de regras. “*Sabemos o que o Capítulo Geral não queria, mas não sabemos verdadeiramente o que queria, na medida em que nenhuma directiva foi alguma vez dada*”<sup>100</sup>. Mais grave ainda, estas proibições reportam-se aos elementos que complementam a arquitectura não à construção pétreo propriamente dita<sup>101</sup>. Tudo o que podemos aventar sobre o assunto resulta da observação da arquitectura em si mesma.

---

97 São Bernardo, *Apologia*, cap. 28, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, vol I, Tomo I, p. 291

98 André Louf, “*Fue San Bernardo um Iconoclasta?*”, in *Opus Cit.*, p. 1010

99 São Bernardo, *Apologia*, cap. 28, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, vol I, Tomo I, p. 293

100 Terryl N. Kinder, *L' Europe Cistercienne*, Zodiaque, 1997, p. 385

101 A única directriz concreta relativamente à arquitectura encontra-se no Capítulo Geral de 1157 e diz respeito à proibição de construir torres (campanários) em pedra (“*Turres lapideae ad campanas non fiant*”). Em 1237 acrescentou-se a esta proibição uma especificação que permitia a construção de pequenas torres de madeira. Ver Anselme Dimier, “*Sur L' Architecture Monastique au XIIe Siècle*”, in *Mélanges à la Mémoire du Père Anselme Dimier*, présentés par Benoit Chauvin, Arbois, 1982-1987, p. 783. Ver também Richard A. Sundt, “*Mediocres domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and*

Partindo desta observação vários autores procuraram definir ao longo dos anos um conceito de arquitectura cisterciense<sup>102</sup>, ou, mais concretamente ainda, um plano arquitectónico cisterciense. “É incontestável que todos os monumentos cistercienses, seja qual for o ponto onde se situam, comungam de uma mesma ânsia de simplicidade e singeleza, de um mesmo desejo de supressão da decoração, tanto pintada como esculpida, do mesmo modo que a sua organização, idêntica em todos, obedece a uma lógica absoluta e rigorosa, a uma adequação perfeita a fins claramente delimitados e precisos: os derivados da submissão estrita às prescrições da Regra”<sup>103</sup>.

Embora não possamos afirmar que os próprios cistercienses tenham estabelecido ou eleito um modelo ideal de arquitectura, o facto é que um plano em concreto parece ter prevalecido: planta em cruz latina com nave central e colaterais, cabeceira recta e capelas igualmente rectas abertas no lado Este do transepto [Figs. 7 e 8]. Existiram evidentemente variações, nomeadamente de carácter regional dado que nenhum estilo se impõe num território específico sem deste absorver algumas características particulares. Mas também é verdade que as influências locais se irão fazer sentir, sobretudo, a partir de finais do século XII e inícios do século XIII e que ao longo de todo o século XII este é o plano que se afirma e que viria a acabar por ser definido como “plano cisterciense” – na obra *Recueil des Plans*, Anselme Dimier “recolheu” cerca de 700 planos de construções cistercienses; cerca de metade apresentam esta planta. É claramente significativo, mas não significa que os cistercienses tenham adoptado exclusivamente esta planta, ou mesmo que este plano não

---

Architectural Decoration in the 13th Century”, in *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 46, nº 4, Dec. 1987, University of California Press, 1987, para uma análise comparativa das legislações cistercienses e mendicantes.

102 Veja-se entre outros, Marcel Auber, *L' Architecture Cistercienne en France*, avec la collaboration de la marquise de Maillé, Paris, éditions d' art et d' histoire, 1943, Anselme Dimier, *L' Art Cistercien, France*, Edition de L' Abbaye Saint-Marie de la Pierre-Qui-Vire, Yonne, 1962, Karl Esser, “Les Fouilles a Himmerod et le Plan Bernardin”, in *Opus Cit.*, Frédéric Van der Meer, *Opus Cit.*, Benoît Chauvin, “Le Plan Bernardin: Réalité et Problèmes”, in *Bernard Clairvaux, Histoire, Mentalités, Spiritualité*, Préface de Thomas Merton, Drôme, Commission d' Histoire de L' Ordre de Cîteaux, 1953 e Elie Lambert, *Remarques sur les Plans des Églises dits Cisterciens*, in *Bulletin des Relations Artistiques France-Allemagne*, Mayence, Service des Relations Artistiques, Numero spécial, 1951.

103 J.C. Valle Pérez, *La Arquitectura Cisterciense en Galicia*, La Coruña, Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1982, p. 33.

possa ter sido adoptado por outras ordens<sup>104</sup>. Significa, contudo, que houve uma clara predilecção por esta planta e que ela se sobrepôs a outras, encontrando-se assim uma grande quantidade de exemplos subordinados a esta planta, espalhados por toda a Europa, o que provoca uma forte uniformidade entre construções tão distantes quanto Tarouca em Portugal e Fontenay em França, Casamari ou Fossanova em Itália ou Eberbach na Alemanha<sup>105</sup>.

Valle Pérez justifica esta uniformidade com base em quatro motivos fundamentais: a observância da Regra, no sentido em que a *Carta de Caridade* preconizava a existência de uma unidade absoluta entre as diversas casas; o sistema de filiações que facilitava a difusão de modelos; o Capítulo Geral Anual que contribuía para a manutenção da unidade em todas as áreas; e as próprias prescrições da Ordem face à edificação dos mosteiros, uma vez que os mestres de obras responsáveis pela construção das várias casas eram frequentemente monges, e que estes se deslocavam de casa para casa, visualizando e assimilando uma estética repetida e coerente<sup>106</sup>.

Na década de 50, Karl Heinz Esser<sup>107</sup> deu um contributo fundamental para esta questão ao relacionar directamente o desenvolvimento do chamado “plano cisterciense” com a abadia de Claraval, (recorde-se que Claraval II<sup>108</sup> - 1135/1145 - foi a primeira abadia

---

104 O próprio Anselme Dimier, responsável por esta demonstração do número de igrejas subordinadas a uma mesma planta, refere, noutra obra, a existência do “mito da cabeceira plana”, no sentido em que ela não foi, na realidade, nem um exclusivo, nem uma criação da Ordem de Cister. Ver Anselme Dimier, “Sur L’ Architecture Monastique au XIIe Siècle”, in *Opus Cit.*, p. 779

105 E isto para citar apenas exemplos da filiação de Claraval e dos países mais estudados no que toca à Ordem de Cister, pois poder-se-iam ainda referir alguns casos pontuais, por exemplo, na Escandinávia – Alvastra na Suécia e Hovedo na Noruega. Posteriormente também as filiações de Cister e, sobretudo, Morimond irão dar preferência a este plano. Ver Anselme Dimier, “Sur L’ Architecture Monastique au XIIe Siècle”, in *Opus Cit.*, p. 779

106 J.C. Valle Pérez, *La Arquitectura Cisterciense en Galicia*, *Opus Cit.*, pp. 35 / 36. Sobre a questão dos mestres monges A. M<sup>a</sup> Romanini refere a existência de um estaleiro-escola na Borgonha "onde os monges eram previamente preparados para executarem onde quer que estivessem, sem a mais pequena variante, um 'projecto-piloto'.", "O Projecto Cisterciense", in *Opus Cit.*, p. 147.

107 Karl Heinz Esser, “Les Fouilles a Himmerod et le Plan Bernardin”, in *Opus Cit.*

108 Claraval é a terceira filha de Cister, edificada na região de Champagne em 1115, e a abadia mais emblemática da ordem, devido à sua ligação com São Bernardo. A construção da igreja, conhecida como Claraval II, deu-se entre 1135 e 1145 e fez-se, muito naturalmente, seguindo o chamado “plano Bernardino” – planta em cruz latina com três naves, central e colaterais, transepto saliente com quatro capelas a oeste e cabeceira plana com três capelas de cada lado, terminado também de forma recta. Esta cabeceira foi destruída

cisterciense de cabeceira plana), e constatando que todas as igrejas filiadas em Claraval e iniciadas em França, na Alemanha, na Itália, na Suécia e em Inglaterra, entre 1135 e 1153, data da morte de São Bernardo, seguiram este plano; sabe-se também que em Portugal, na Polónia e na Hungria este foi o modelo de eleição<sup>109</sup>. Ao relacionar este plano com Claraval, Esser vincula-o também à figura de São Bernardo, abade de Claraval e desta forma substitui a designação de “plano cisterciense” por “plano bernardino”. Para além da abacial de Claraval, uma outra construção parece confirmar esta vinculação às ideias de São Bernardo: Himmerod, edificada na região de Eifel (Renânia). A igreja, como muitas outras, foi totalmente arruinada no século XVIII, mas as escavações aí efectuadas demonstraram que o plano seguido foi o habitualmente designado “plano cisterciense”. Por oposição à igreja devastada, a documentação relacionada com a sua edificação subsistiu até aos nossos dias e refere o facto de São Bernardo ter aprovado o projecto, delineado nos anos de 1135/1138 ou 1139, e de este ter sido executado, a pedido de São Bernardo, por Achard, seu mestre de obras, cerca de 1145.

Por sua vez, Anselme Dimier<sup>110</sup>, na sequência deste estudo, aprofundou a questão, chamando a atenção para o facto de várias das primeiras casas-filhas da descendência de Claraval, fundadas por São Bernardo e construídas durante a sua vida (ou logo após a sua morte), seguirem o chamado “plano bernardino” – em França: Trois-Fontaines (fundada em

---

para, entre 1154 (o projecto poderá datar ainda do final de 1153) e 1174, se edificar um deambulatório com nove capelas de planta trapezoidal, inseridas dentro da parede exterior, de planta poligonal com nove lados – esta igreja ficou conhecida como Claraval III. Em 1791, na sequência da Revolução Francesa, a abadia foi apreendida pelo Estado e deixou de funcionar enquanto mosteiro. Em 1808 Claraval foi transformada em prisão, assim se mantendo até aos nossos dias. A igreja foi “desmontada” e as suas pedras vendidas como material de construção em 1812. Da Abadia do período medieval sobreviveram apenas as dependências dos conversos edificadas no século XII (c. 1150).

<sup>109</sup> Também Valle Pérez define claramente Claraval como o modelo seguido, sublinhando que antes de 1133-1135 (data do início da construção de Claraval II), não seria possível falar de um modelo definido. Remete ainda para Claraval a responsabilidade do início do “relaxamento” no cumprimento dos ideais de simplicidade, associado à construção da nova cabeceira, em 1154, após a morte de S. Bernardo. Veja-se sobre esta questão *La Arquitectura Cisterciense en Galicia, Opus Cit.*, pp. 36 a 38. A. M<sup>a</sup> Romanini, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*, p. 142/3, assinala igualmente a importância de Claraval na difusão de uma planimetria específica desta ordem.

<sup>110</sup> Anselme Dimier, “Eglises Cisterciennes sur Plan Bernardin et sur Plan Bénédictin”, in *Mélanges à la Mémoire du Père Anselme Dimier*, présentés par Benoit Chauvin, Arbois, 1982-1987

1118, construção, hoje arruinada<sup>111</sup>, de 1160/1190), Foigny (fundada em 1121, actualmente também arruinada<sup>112</sup>), Auberive (fundada em 1135); na Grã Bretanha: Rievaulx I (fundada em 1132 no Yorkshire; no século XIII o “plano bernardino” foi substituído por uma cabeceira com deambulatório recto), Whitland (fundada em 1140 no País de Gales; actualmente encontra-se destruída mas o seu plano é conhecido); na Sardenha: Cabuabbas (fundada em 1149, construção do século XIII); em Itália: Cerreto (fundada em 1136, filha indirecta de Claraval através de Chiaravalle de Milão). Se bem que o autor mencione depois a existência de igrejas cistercienses que não seguiram o “plano bernardino” mas sim o plano beneditino tradicional, ele conclui afirmando que “De entre o imenso número de igrejas cistercienses construídas em toda a Europa, e até mesmo no Oriente, aquelas que adoptaram o plano beneditino não representam senão uma ínfima minoria”<sup>113</sup> [Fig. 6].

O conhecimento do plano de Claraval, associado a estes dados apresentados por Dimier, bem como as conclusões de Esser sobre Himmerod, parecem efectivamente atribuir a São Bernardo a responsabilidade da definição ou da aceitação de um plano, que pelo menos o santo, consideraria ideal, pelo que a designação de “plano bernardino” se afigura adequada<sup>114</sup>.

A particularidade desse plano, em Himmerod e nas outras construções cisterciense, prende-se com a terminação da cabeceira em forma recta, comportando capela mor e capelas laterais rectas. Nesta sequencia Elie Lambert concluiu então que “existiu, portanto, efectivamente na Ordem de Cister uma *arquitectura* particular, caracterizada por um

---

111 Resta apenas uma parte da nave e respectivas colaterais. Entre 1963 e 1964 decorreram aí trabalhos arqueológicos que puseram a descoberto a cabeceira de planta plana. Ver A. Dimier, “Le Plan de l’Église Cistercienne de Trois-Fontaines”, in *Bulletin Monumental*, Paris, Société Française d’Archéologie, t. CXXIII, 1965

112 As conclusões apresentadas por Dimier derivam mais uma vez das escavações aí efectuadas (em 1959) que trouxeram à superfície uma cabeceira idêntica à de Claraval II. Ver A. Dimier, “L’Église de la Abbaye de Foigny”, in *Bulletin Monumental*, Paris, Société Française d’Archéologie, t. CXVIII, 1960.

113 Anselme Dimier, “Eglises Cisterciennes sur Plan Bernardin et sur Plan Bénédictin”, in *Opus Cit.*, p. 757

114 No entanto, é importante sublinhar que o “plano bernardino” não ‘morre’ com a morte de São Bernardo e, que após 1153 se continuaram a edificar igrejas de acordo com esta tipologia; veja-se por exemplo, Silvacane (fundação de 1111, igreja edificada entre 1157 e 1230) e Maulbronn (fundada em 1138, igreja edificada entre 1147 e 1178).

emprego sistemático do plano rectangular em toda a cabeceira das igrejas.”<sup>115</sup>. É, no entanto, importante sublinhar que esta *arquitectura* não foi universal na Ordem.

Ao referirmo-nos a esse “plano bernardino”, contudo, importa talvez destacar os aspectos particulares do mesmo e procurar entendê-los. A planta basilical em cruz latina não é, obviamente, uma inovação cisterciense: a sua difusão veio a desenvolver-se progressivamente ao longo de toda a Alta Idade Média. A junção da mesma a formas absolutamente rectilíneas na zona da cabeceira, num período em que as absides semicirculares imperavam, é que revela uma opção estética distinta dos modelos vigentes, embora a “invenção” desta fórmula não possa, na realidade, ser atribuída aos cistercienses. As explicações têm sido dadas na área das razões práticas e mentais, que vão de uma construção menos complexa e como tal mais económica<sup>116</sup>, a uma construção mais despojada e conseqüentemente consonante com os valores da ordem: “Eles pretendiam construir, como ascetas que eram, igrejas ascéticas”<sup>117</sup>. Parece-nos, porém, fundamental considerar o valor simbólico das próprias formas. A planta cruciforme simboliza desde o período paleocristão a *Paixão*, o sofrimento de Cristo, a cruz do martírio, e a sua utilização (ainda que em cruz grega) remete pois para os primeiros momentos da arte cristã. Mas para além da cruz, a preferência pelas formas rectilíneas comporta igualmente razões de natureza simbólica – a rectidão das formas simboliza a rectidão do espírito. Para São Bernardo este aspecto deveria ser fundamental. “Para os primeiros Padres de Cister, na realidade, espiritualidade e arquitectura encontram-se estreitamente ligadas, ou melhor, a

---

115 Elie Lambert, *Remarques sur les Plans d'Églises dits Cisterciens, Opus Cit.* O autor, porém, chama a atenção para aspectos relevantes que se prendem com a multiplicidade de variantes possíveis dentro deste tipo de plano e com a utilização deste tipo de plano também fora da Ordem de Cister: “Contudo, o que torna o problema da existência de uma arquitectura cisterciense tão complexo é, em primeiro lugar, o terem existido na Ordem e fora da Ordem, todas as espécies de registos intermédios entre os tipos de igrejas com cabeceira de planta rectangular e os tipos de igreja com cabeceira de terminação em absides.” A conclusão pessoal do autor, que nós subscrevemos, é que talvez seja excessivo falar de uma “arquitectura cisterciense”, embora reconheça que houve uma clara preferência dos cistercienses pela utilização da planta com a terminação de cabeceira de forma recta.

116 A própria liturgia da Ordem justificava a simplicidade construtiva, uma vez que com os cistercienses as missas de intercessão e as procissões eram em menor escala do que com outras ordens, como por exemplo a de Cluny.

117 Frédéric Van der Meer, *Opus Cit.*, p. 39

segunda é consequência da primeira”<sup>118</sup>. A arquitectura que envolvia o monge deveria materializar a sua pureza, a sua humildade, a sua austeridade. As formas curvilíneas deveriam pois ser evitadas. É claro que o plano em questão corresponde também ao tipo de comunidade em causa; Georges Duby diz-nos que a “igreja cisterciense é doméstica”<sup>119</sup>, ou seja, não está destinada às grandes multidões que frequentam as catedrais, mas sim a uma comunidade de monges que, embora por vezes numerosa, é comparativamente reduzida. Isto também explica a ausência de tribunas, visíveis, por exemplo, nas chamadas "igrejas de peregrinação", ou de criptas, igualmente utilizadas nos espaços de peregrinação. Contudo, nunca é demais sublinhar que “o receio do luxo, da riqueza, que é a causa das decisões tomadas pelo Capítulo geral, não anula nos abades o sentido da beleza, da grandeza e da nobreza na austeridade. Obriga o construtor a procurar soluções simples e lógicas, e por vezes é isso mesmo que conduz à perfeição.”<sup>120</sup>

Em 1088 era consagrada na Alemanha a Igreja de SS. Pedro e Paulo de Hirsau cuja cabeceira apresentava formas planas. Esser<sup>121</sup> coloca a hipótese de São Bernardo ter visto esta igreja aquando da sua deslocação à Alemanha no início de 1135. Contudo, o abade de Claraval não precisava de se deslocar tão longe para encontrar este tipo de solução arquitectónica, ela existia já na região da Borgonha em pequenas igrejas anteriores ao século XII<sup>122</sup>; paralelamente a tradição irlandesa e inglesa privilegiou este tipo de planta, pelo que inevitavelmente, Estêvão Harding, educado no Sherborne, no Dorsetshire e em York conheceria estes modelos. É provável que os tenha mencionado a São Bernardo. Para todos os efeitos, independentemente do conhecimento da igreja de Hirsau, da troca de ideias com Estêvão, da indiscutível visualização das igrejas borgonhesas de cabeceira rectilínea, o facto é que São Bernardo elegeu a igreja de cabeceira recta como modelo ideal.

---

118 Anselme Dimier, “Architecture et Spiritualité Cisterciennes”, in *Revue du Moyen Age Latin*, III/3, 1947, Lyon, Facultés Catholiques de Lyon, 1947, p. 255.

119 Georges Duby, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, *Opus Cit.*, p. 106

120 Marcel Aubert in prefácio de *Saint Bernard et l' Art des Cisterciens*, catálogo da exposição, Dijon, Musée de Dijon, Palais des États de Bourgogne, 1953, p. 15.

121 Karl Heinz Esser, “Les Fouilles a Himmerod et le Plan Bernardin”, in *Opus Cit.*, p. 315.

122 “Em particular na Borgonha, onde a Ordem nasceu, construíam-se frequentemente, desde o século XI, igrejas de cabeceira rectangular, onde capelas de planta quadrada podiam enquadrar um coro da mesma forma.”, Elie Lambert, “Remarques sur le Plan d' Églises dits Cisterciens”, in *Opus Cit.*

Estabelecida esta questão, dentro do “plano bernardino” é fundamental salientar a problemática relacionada com o abobadamento. Num primeiro momento de desenvolvimento do “plano bernardino” a cobertura das igrejas far-se-ia maioritariamente<sup>123</sup> por meio de abóbada quebrada na nave central e de aresta nas colaterais, ou ainda através de abóbada quebrada colocada transversalmente face à nave central, num registo tipicamente borgonhês, de que a Igreja de Fontenay é hoje o principal e mais antigo exemplo conservado. Este seria um abobadamento ainda claramente tributário da arquitectura românica. A evolução da arquitectura cisterciense e do “plano bernardino” será, porém, no sentido das abóbadas de cruzamento de ogivas, características do gótico, sendo que em muitos casos o plano inicial para o qual se previa este “abobadamento borgonhês” foi substituído a meio da construção por um abobadamento já nitidamente gótico. “Pode afirmar-se que enquanto os cistercienses utilizavam e divulgavam este sistema de cobertura [o abobadamento borgonhês empregue em Fontenay], realizava-se em Saint Denis a primeira experiência gótica francesa, utilizando abóbadas de ogiva, e então deu-se um facto chocante: as igrejas cistercienses que se encontravam já edificadas, mas sem cobertura, adoptaram este mesmo sistema de cobertura. Daqui resulta que muitos dos nossos templos de finais do século XII, inícios do século XIII, tenham mais de góticos que de românicos. É o fruto amadurecido que São Bernardo alcançou com as suas severas admoestações aos grandes mestres do românico”.<sup>124</sup> Esta problemática leva-nos novamente à questão fundamental da influência decisiva da Abadia de Saint-Denis na definição da arte gótica<sup>125</sup>; mas, para lá desta influência, sublinha-se igualmente o papel que a arquitectura cisterciense terá tido enquanto, também ela, difusora de novos modelos, que através da expansão da ordem foram “exportados” para toda a Europa<sup>126</sup>. Este é, de facto, um aspecto

---

123 H.Hahn demonstrou em 1957 que o chamado “abobadamento borgonhês” era dominante na grande maioria das igrejas “bernardinias” de quase toda a Europa; H.Hahn cit. por Benoît Chauvin, “Le Plan Bernardin: Réalités et Problèmes”, in *Opus Cit.*, p. 316

124 Frei M<sup>a</sup> Damián Yañez Neira, “Frutos Conseguídos por San Bernardo com su ‘Apologia’”, in *Cistercium*, 182, ano 42, 1990, p. 292

125 Ver Introdução, capítulo 2.1.

126 “Como a Ordem possuía mosteiros em toda a cristandade, os cistercienses difundiram o “gótico” mesmo nos países mais longínquos e, na realidade, tornaram-se embaixadores desse estilo tão eminentemente francês”, Henry-Bernard De Warren, “Bernard et les Premiers Cisterciens Face au Problème de l’ Art”, in *Opus Cit.*, p. 52. A. M<sup>a</sup> Romanini, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*, p. 137, considera que o papel de

fundamental. No entanto, deve referir-se também que estas transformações contribuíram de alguma maneira para o engrandecimento dos espaços internos cistercienses, o que, a médio prazo, irá levar à adulteração do “plano bernardino”, despojado e austero. A transformação da cobertura irá levar a uma maior elevação do espaço interno, aliás também característica do gótico; consequência desta elevação do alçado são as janelas de grande verticalidade, as rosáceas progressivamente maiores e mais trabalhadas, por outras palavras a adulteração do espírito de São Bernardo. Igrejas como Longpont II (fundação 1131, edificada c. 1190) ou Vaucelles (fundação 1131, edificação entre 1175 e 1190) irão testemunhar essa transformação e Royaumont<sup>127</sup> (fundação 1228, edificada c. 1230), Marienstatt (fundação 1212, edificada c. 1222) ou Valmagne (fundação 1159, edificada em 1257) irão ser edificadas de acordo com um plano que já nada tem de bernardino. Os edifícios de meados do século XIII, distanciam-se já do ascetismo (e do aspecto recto) pretendido por São Bernardo, muito embora esse afastamento nunca seja total<sup>128</sup>.

Mas a citação de Damián Yañez remete ainda para um outro aspecto significativo: a importância dos anos que medeiam entre o início da década de 1130 e o seu final, muito em especial o período que vai de 1134 até 1140, período já referenciado como fundamental para o desenvolvimento da arte gótica<sup>129</sup>. “Os anos de 1135/1140 marcam, sem qualquer dúvida, uma mudança no pensamento medieval. Em Saint-Denis Suger faz triunfar a importância da luz, concepção do pseudo-Denis transmitida pelos autores carolíngios – João Escoto Erígena [c. 810-877] e Hilduino [775-840] – fazendo desta a inspiração de uma

---

"missionários do gótico" tem sido sobrevalorizado, ao passo que o papel enquanto "pioneiros e fundadores" do gótico tem sido esquecido.

127 A abadia de Royaumont, situada perto da residência real de Asnières-sur-Oise, foi uma fundação de Luís IX e da sua mãe, Branca de Castela, tendo servido de necrópole real, o que justifica a grandiosidade do projecto.

128 Contudo, é significativo que a partir de 1188 o Capítulo Geral seja obrigado a tomar medidas para impedir as abadias de se endividarem devido à construção de edifícios sumptuosos. E que em 1231 um decreto interdite o ‘supérfluo’ nos edifícios. E este tipo de medidas e interdições prolongar-se-ão ao longo do século XIII, como consequência do engrandecimento e enriquecimento da Ordem. Ver sobre o assunto Anselme Dimier, “Architecture et Spiritualité Cisterciennes”, in *Opus Cit.*, pp. 270-271

129 Veja-se entre outros, Jean-Baptiste Auberger, O.F.M., *L’Unanimité Cistercienne Primitive: Mythe ou réalité?*, Achel, Editions Sine Parvulos, 1986, H. B. De Warren, “Bernard et les Premiers Cisterciens Face au Problème de l’ Art”, in *Opus Cit.*, Georges Duby, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, *Opus Cit.*, Ver Introdução, Capítulo 2.1.

nova arquitetura: a arte Gótica que, suplantando a arte românica marca a vitória das novas concepções sobre as ideias recebidas”<sup>130</sup>. Na mesma década edificam-se algumas das principais construções cistercienses responsáveis pela difusão do mesmo estilo, sublinhando-se, contudo, o despojamento e austeridade das construções cistercienses, por oposição a um certo luxo em Saint Denis, que o próprio Suger defendia.

Sabemos pouco sobre as construções dos primeiros anos de existência da Ordem, até porque os primeiros edifícios eram edificados em madeira e posteriormente substituídos por construções em pedra<sup>131</sup>. Frequentemente era edificado em conjunto com esse núcleo de edifícios em madeira uma pequena capela em pedra, como a que foi consagrada em Cister em 1106<sup>132</sup>. “Era apenas mais tarde, quando a subsistência material da pequena comunidade se encontrava assegurada e os primeiros noviços se haviam apresentado, que as cabanas cediam lugar a um mosteiro propriamente dito, edificado em pedra (...). Naturalmente nada resta desses mosteiros primitivos. As cabanas, em madeira, desapareceram”<sup>133</sup>. Isto explica o desfasamento entre as datas de fundação das casas e o início das construções. Atente-se nas datas da casa-mãe e das primeiras quatro filhas: Cister, fundação 1098, início da construção 1130-1140; La Ferté, fundação 1113, início da

---

130 Jean-Baptiste Auberger, O.F.M., *L’Unanimité Cistercienne Primitive: Mythe ou réalité*, *Opus Cit.*, p. 321

131 Essa prática é visível desde logo no Mosteiro de Cister. Diz-nos Peter J. Fergusson que “os monges do *novum monasterium* ocuparam construções em madeira que eles próprios haviam construído e que substituíram por edifícios em pedra alguns anos mais tarde”, in “Les Cisterciens et le Roman”, in *Dossiers d’Archeologie*, nº 229, *Cîteaux 1098/1998, 900 Ans de l’Abbaye de Cîteaux, L’Épopée Cistercienne*, Dec. 1997 – Janv. 1998, Dijon, Editions Faton, p. 41. Frequentemente o mosteiro em pedra era construído num local diferente das primitivas construções de madeira, sendo que a distância podia ser de poucas centenas de metros, como em Claraval (200 metros), ou significativa, como no caso de Cister, em que o mosteiro de pedra foi edificado a cerca de dois quilómetros do local originalmente escolhido. As razões que levavam a uma tal mudança prendiam-se com a constatação de que o terreno original não era afinal adequado (insalubridade do ar, falta de água, terras dificilmente aráveis ou mesmo vizinhança de animais selvagens, como em Bellecombe). Ver também sobre este assunto Dom Maur Cocheril, *Notes sur l’Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, F.C.G., 1972.

132 As capelas tal como as cabanas de madeira também não sobreviveram até aos nossos dias. Há, no entanto registos conhecidos sobre algumas delas. Em Cister a capela possuía 24 m de comprimento, nave única e cabeceira de três panos; em Pontigny não excederia também os 20 metros de comprimento mas terminaria em absíde semi-circular; a de Claraval estendia-se ao longo de 17 m ladeada por uma nave colateral. As diferenças entre elas indicam que ainda não fora estabelecido qualquer tipo de directriz face ao erigir das mesmas, verificando-se já, porém, um despojamento significativo. Ver Anselme Dimier, “Sur l’Architecture Monastique au XIIe Siècle”, in *Opus Cit.*, p. 779

133 Dom Maur Cocheril, *Notes sur l’Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 10

construção entre 1140/1160; Pontigny, fundação 1114, início da construção 1140; Claraval, fundação 1115, início da construção 1135; e Morimond, fundação 1115, início da construção entre 1150 e 1155<sup>134</sup>.

O surto construtivo parece ter-se iniciado a partir de meados da década de trinta com a construção de Claraval II que irá influenciar significativamente a arquitectura cisterciense. Esta data foi fundamental de baixo de vários pontos de vista, uma vez que, como já se referiu, assinala também um momento de viragem na arquitectura ocidental com a transição do românico para o gótico. No entanto, “as qualificações Românico e Gótico não convêm à arquitectura cisterciense relativamente à qual são utilizadas com reticências (...) e em alguns aspectos a arquitectura cisterciense não foi nunca plenamente românica nem mesmo gótica, no sentido tradicional destes dois termos”<sup>135</sup>. Na realidade, definir a arquitectura cisterciense como românica ou gótica torna-se difícil, senão mesmo impossível. A arquitectura cisterciense nasce, efectivamente, ainda à sombra do estilo românico e uma grande parte das construções iniciais vai adoptar este estilo, ou pelo menos certas características deste estilo. Mas, como demonstrou Damián Yañez, muitas delas foram já concluídas assinalando a transição para o gótico e será esse o modelo que maioritariamente irão “exportar” para lá das fronteiras de França. No entanto, é fundamental perceber que a arquitectura gótica difundida pela Ordem de Cister não corresponderá nunca ao gótico catedralício do Norte da França, patente em construções como a Abadia de Saint Denis, a Catedral de Notre Dame de Paris ou a Catedral de Notre Dame de Chartes. As directrizes de São Bernardo eram demasiado marcantes para permitir a adopção do gótico na sua totalidade, e mesmo após a morte do abade, a arquitectura cisterciense nunca alcançará o esplendor decorativo da arte gótica catedralícia. Porém, com o decorrer dos anos são adoptadas algumas das características estruturais elementares do

---

134 Anselme Dimier, *L' Art Cistercien, France, Opus Cit.*, p. 52, data a igreja de cerca de 1160; Benoît Chauvin, “Morimond, entre France et Empire”, *Dossiers d' Archeologie*, nº 234, *Cîteaux 1098 /1998, A la Découverte de 64 Sites en France*, Jun.-Jul. 1998, Dijon, Editions Faton, p. 87 situa a construção à roda do ano 1155.

135 Caroline Bruzelius, “Les Cisterciens et le Gothique”, in *Dossiers d' Archeologie*, nº 229, *Cîteaux 1098/1998, 900 Ans de l'Abbaye de Cîteaux, L' Épopée Cistercienne*, Dec. 1997 – Janv. 1998, Dijon, Editions Faton, p. 48-50

gótico – a abobada de cruzamento de ogivas, o arco quebrado<sup>136</sup>, o arcobotante e a cabeceira radiante. A transformação de Claraval II em Claraval III com a substituição da cabeceira plana por um deambulatório poligonal e capelas radiantes, ainda em 1153, é o primeiro testemunho dessa adoção de elementos góticos, que, muito naturalmente, reflectem o engrandecimento (e enriquecimento) da ordem<sup>137</sup>. Na sequência desta transformação outras igrejas irão proceder á substituição da cabeceira plana por uma cabeceira radiante. Entre os mais antigos exemplos conservados conta-se Pontigny [Figs. 9 e 10], segunda casa-filha (1114), onde em 1185 se dá início à construção de uma nova cabeceira. Cerca de 1190 iniciam-se as obras de Longpont e Vaucelles que podem ser entendidas como os primeiros planos verdadeiramente góticos em termos da estrutura da cabeceira<sup>138</sup>. Uma variante deste plano foi desenvolvida em Cister III e Morimond I<sup>139</sup>, onde se optou por um deambulatório rectangular, mais fácil de construir (e mais económico) e mais consonante com os ideais bernardinos<sup>140</sup>.

Na realidade, as cedências à riqueza construtiva do gótico são limitadas e o “ar de família” inerente às construções cistercienses mantem-se, verificando-se uma tendência

---

136 Já plenamente adoptado no último quartel do século XII.

137 Porém, os desenhos do exterior da igreja (única fonte de informação sobre o assunto) anteriores à destruição causada na sequência da Revolução Francesa deixam supor que grande parte dos elementos arquitectónicos da nave se tenham mantido românicos. Ver sobre o assunto Caroline Bruzelius, “Les Cisterciens et le Gothique”, in *Opus Cit.*, p. 51

138 No caso de Longpont as introduções de elementos góticos foram diversas e significativas. É aqui que aparece pela primeira vez um *triforium* decorado (embora singelamente), sendo de sublinhar também a (consequente) elevação da nave, que atinge os 26,75 m. Ver, sobre o assunto, Caroline Bruzelius, “Les Cisterciens et le Gothique”, in *Opus Cit.*, pp. 51, 53/54.

139 Morimond I [seria Morimond II, se entendêssemos a construção primitiva do período da fundação, como Morimond I, de acordo com a numeração que habitualmente se faz para Claraval] possuía uma cabeceira com deambulatório recto de doze capelas. As datas de Morimond I indicam que a sua cabeceira deverá ter sido a primeira a ser edificada de acordo com o modelo de deambulatório recto. A cabeceira de Cister III [entendendo Cister I como a pequena capela consagrada em 1106] terá sido inspirada neste modelo. Ver A. Dimier, *L' Art Cistercien, France, Opus Cit.*, p. 52 e B. Chauvin, “Morimond, entre France et Empire”, in *Opus Cit.*, pp. 86-87

140 Georges Fontaine estabelece quatro tipo de cabeceiras na arquitectura cisterciense: o tipo Claraval II – cabeceira rectangular sem capelas; o tipo Cister II – cabeceira rectangular com capelas; o tipo Morimond II - semicircular ou poligonal sem capelas; o tipo Clarval III – semicircular com deambulatório e capelas radiantes. Ver *Pontigny, Abbaye Cistercienne*, Paris, Librairie Ernest Leroux, 1928, p. 11. Ver também a análise às cabeceiras cistercienses feita por Mário T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, pp.61-62

geral para o despojamento, se nem sempre arquitectónico, pelo menos, decorativo. “A ordem, sem ter tido verdadeiramente a ambição de criar um estilo que lhe fosse particular, pela aplicação rigorosa do seu ideal espiritual na arte e especialmente na arquitectura, fez nascer um estilo intrinsecamente cisterciense, enquanto que as outras ordens religiosas não efectuaram nunca a formação de uma escola de arte que lhes fosse comparável pelo carácter e unidade.”<sup>141</sup>

O conceito de arquitectura cisterciense era entendido pelos próprios monges de forma vasta e complexa e incluía, não apenas a igreja, mas também as dependências monásticas e todo um conjunto de infra-estruturas de carácter agrícola e “industrial” (celeiros, forjas, etc). Tal circunstância relacionava-se com a necessidade de auto-sustento e isolamento do monge face ao resto do mundo<sup>142</sup>.

A *Carta de Fundação* do Mosteiro Feminino de Jully<sup>143</sup>, para onde entrará a irmã de Bernardo, Umbelina, data de 1114, e nela também já estão perfeitamente explícitas algumas das premissas da Ordem: “*O modo de vida das monjas (...) será tal que elas receberão a alimentação e as vestes do seu próprio trabalho e da criação dos seus bois e das esmolas dos feis*”<sup>144</sup>.

---

141 Louis J. Lekai, *Opus Cit.*, p. 242.

142 O *Exordium Cistercii* estabelece que “*O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais; pela mesma razão, para nosso uso, é permitida a posse de águas, florestas, prados, terras afastadas dos lugares habitados por homens do mundo, e animais, com excepção daqueles que poderiam provocar a curiosidade e contribuir mais para vaidade de quem os possuísse do que trazer ajuda: é o caso dos veados, dos grou e de animais deste tipo; para cultivo e pastagem e manutenção de tudo isto, podemos possuir granjas, que deverão ser confiadas à guarda e administração dos conversos. Ao monge, que segundo a Regra deve residir sempre no claustro, é certamente permitido deslocar-se aqueles locais, mas em caso algum aí permanecer.*” *Exordium Cistercii*, XV.1 e XVI.1, cit. in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, p. 59

143 Mosteiro fundado em 1114 por um grupo de mulheres que viviam junto de Molesme; o Mosteiro está ligado à família de S. Bernardo, através da sua cunhada Isabel (mulher do seu irmão Guy) e através da sua irmã, Umbelina, que entra no Mosteiro em 1125. A fundação de Jully é aprovada em 1118 pelo bispo de Langres, sendo confirmada em 1145 pelo Papa Eugénio III. Jully, seguido de Tart (fundado, perto de Cister por uma familiar dos Condes da Borgonha, Isabel de Vergy) marca o início da vertente feminina da Ordem de Cister, muito embora o Capítulo Geral só tenha aceite a incorporação de monjas na Ordem entre 1199 e 1210 (para logo em 1220 proibir novas incorporações, medida que não foi de imediato seguida).

144 in *Cartulário da Abadia de Molesme 916-1250* cit. por Jean Leclercq, “S. Bernard et les Debuts de l’Ordre Cistercien”, in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Outubro 1991, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992, p.49.

A definição do plano arquitectónico cisterciense começava pela escolha do local<sup>145</sup>, em geral vales isolados, afastados dos centros urbanos<sup>146</sup> e que disponibilizassem as condições necessárias à manutenção do mosteiro – terras aráveis e água<sup>147</sup>. Existem ainda hoje testemunhos significativos de construções cistercienses que se mantêm “retiradas do mundo”, como por exemplo, Fontenay, Fontfroide, Silvanés e Valmagne em França ou Tarouca e Aguiar em Portugal, para citar apenas alguns exemplos.

As abadias e mosteiros cistercienses surgem, assim, como verdadeiros núcleos independentes, possuindo no interior da sua cerca tudo o que era necessário para satisfazer a vida espiritual e material do monge. Para alcançar tal perfeição torna-se necessária uma unidade de plano que fosse seguida e mantida nas diferentes casas-filha, não apenas no que toca à arquitectura, mas também, no que concerne às infra-estruturas necessárias, enquadramento e local escolhido. Dentro desta conjuntura, pode-se considerar que existe realmente "um plano cisterciense, no sentido em que a disposição dos locais corresponde a certas regras"<sup>148</sup>. Contudo, especificidades locais e geográficas provocam alterações ao plano original, sofrendo por vezes as filiações desregulamentos face à casa-mãe. O único

---

145 Brenda M. Bolton considera mesmo que “o desejo de uniformidade estendia-se inclusive à escolha de locais semelhantes para cada uma das novas fundações.”, in “Cistercian Order. III Patronage”, *The Dictionary of Art*, New York, Grove, 1996, vol. 7, p. 350.

146 Este ideal é expresso na própria legislação cisterciense que impõe “*Não é nas cidades, castelos ou aldeias, que se hão de construir os nossos mosteiros, mas em locais afastados do convívio dos homens.*”, in *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*, I, in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, p. 81. Saliente-se, no entanto, que havia o cuidado de escolher um local relativamente próximo de uma via de circulação.

147 No *Exordium Parvum* lê-se a seguinte descrição sobre a fundação de Cister e o local escolhido: “*Encorajados com semelhante grupo, dirigiram-se jubilosos para um ermo a que dão o nome de Cister. Situava-se esse lugar na diocese de Chalon e era um sitio que, ao tempo, pela densidade da floresta e dos silvedos ficava fora de mão a qualquer pessoa e apenas nele se acoitavam as feras. Ao chegarem aqueles servos de Deus aperceberam-se de que tal lugar era tanto mais idóneo para a vida religiosa que tinham planeado no seu espírito quanto mais votado ao abandono e inacessível era a gente do mundo*”, *Exordium Parvum*, III.1-4, cit. in *Cister, Documentos Primitivos, Opus Cit.*, pp. 29-30

148 Dom Maur Cocheril, *Notes sur l' Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal, Opus Cit.*, p.26. A. M<sup>a</sup> Romanini considera que o conceito de plano bernardino não define apenas a arquitectura da igreja, mas também a organização geral do mosteiro, a rede viária, hidráulica, bem como a definição dos vitrais, pavimentos, cantos litúrgicos, condicionando toda a vida do monge e levando à criação de “cidades rurais abaciais que são verdadeiros modelos urbanísticos”, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*, pp. 142-144.

aspecto em que a intransigência era total estava na colocação da igreja com a cabeceira sempre a Este, em direcção ao Oriente<sup>149</sup>.

O mosteiro cisterciense seguia, desta forma, uma planta rígida e uniforme de casa para casa<sup>150</sup> [Fig. 11]. À partida a igreja é o ponto fulcral de todo e qualquer mosteiro cisterciense: é preciso não esquecer que, em última análise, o objectivo final do monge é a oração. São Bernardo repete as palavras de Cristo (que por sua vez reproduz o que havia sido dito pelo Profeta Isaías), “*A Minha casa será chamada a casa de Oração*”<sup>151</sup>. Mas se a igreja é a cabeça, o “claustro é o coração de todo o complexo conventual”<sup>152</sup>, elo de ligação entre as dependências monásticas, e é em torno deste que se organiza todo o mosteiro, de acordo com um modelo pré-definido<sup>153</sup>. Esse modelo vai ser seguido por todas as casas da Ordem de forma bastante fiel; por vezes, encontram-se alterações na colocação do claustro e respectivas dependências a norte ou a sul da igreja (relacionadas com questões locais, que vão dos acidentes de terreno, aos cursos de água, à orientação da luz), mas isso não perturba a disposição das construções monásticas. Da mesma forma, os ideais de simplicidade e austeridade são mantidos durante os primeiros tempos da Ordem, contribuindo significativamente para a uniformidade inerente a todas as construções cistercienses. A rigidez, porém, e como já se referiu, não é absoluta e verificam-se, por vezes, diferenças em termos decorativos, estruturais e, mesmo na definição da planta. Frequentemente essas alterações devem-se à obediência a modelos regionais<sup>154</sup>, como se

---

149 Note-se, no entanto, que, mesmo assim, algumas raríssimas excepções se deram em relação a esta colocação. É o caso de Sénanque que apresenta a cabeceira colocada a Norte.

150 A. Nobre de Gusmão considera que mais do que de uma unidade cisterciense se pode falar de uma unidade monástica, mas há que não esquecer que a própria Ordem de Cister ajudou a reforçar essa unidade, não só a nível espiritual, mas também a nível arquitectónico, e que certas características de um mosteiro cisterciense são específicas da Ordem de Cister e diferem das restantes. Ver *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia da Idade Média)*, Lisboa, Oficinas Escolares de Tipografia da casa Pia, 1956, p.318.

151 Isaías, 56,7, in *Bíblia Sagrada, Opus Cit.*; “*Está escrito: ‘A Minha casa há-de chamar-se casa de oração’*”, Mateus, 21,13, in *Ibidem*.

152 José C. Vieira da Silva, “Para um Entendimento da Batalha: A Influência Mediterrânica”, in *Actas do III Congresso de História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, vol.IV/1, 1991, p. 86.

153 Para aprofundamento da importância e significado do espaço do claustro ver Catarina Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV*, Lisboa, FCSH/UNL, 1997.

154 Esta situação explica-se até pelo recurso à mão de obra local. Como afirmam Jean-Louis Biget, H. Pradalier e M. Pradalier-Schlumberger, “Quando os cistercienses iniciavam uma construção, utilizavam

verifica, por exemplo em Silvanès [Fig. 12], cuja igreja apresenta uma nave única e que “pela sua organização interna (...) constitui o tipo de naves únicas frequente no século XII no Midi em França”<sup>155</sup>.

Em última análise, pensamos ser mais correcto falar de uma *estética cisterciense*, ou até mesmo de uma *espiritualidade cisterciense*<sup>156</sup>, do que de uma *arquitectura cisterciense*. Não nos parece que exista uma arquitectura cisterciense na verdadeira acepção do conceito, da mesma maneira que não nos parece que se possa falar de um “plano cisterciense” em termos gerais – no sentido em que não podemos falar de uma arquitectura única, comum a todas as casas da Ordem. A ideia de um “plano bernardino” torna-se mais coerente, na medida em que remete para um plano definido ou aceite por São Bernardo<sup>157</sup>, que o abade

---

provavelmente modelos, recebiam por vezes mestres de obras enviados pela Ordem, mas não podiam receber de todas as vezes uma equipa de pedreiros. Era pois necessário recorrer à mão de obra local, que possuía as suas técnicas próprias e os seus hábitos.” in, “L’ Art Cistercien dans le Midi Toulousain”, in *Les Cisterciens de Languedoc (XIIIe – XIVe s.)*, Cahiers de Fanjeaux, n° 21, 1986, Édouard Privat Éditeur, 1986, pp. 332-333. A situação oposta também se verifica e frequentemente são os cistercienses que vão influenciar ou alterar a arquitectura de uma determinada região. No Midi irão desenvolver e aperfeiçoar a abobada de cruzamento de ogivas e, sobretudo, irão ser os responsáveis pela transformação da escultura, ao substituírem a vertente historiada pela vegetalista, introduzindo, assim, uma escultura proto-gótica na área.

155 Idem, *Ibidem*, p. 333. A abadia de Silvanès foi fundada em 1136 por um nobre da região de Lodève, Pons de l’ Heras. A igreja foi começada cerca de 1157 e estrutura-se numa grande nave de cinco tramos, ao longo dos quais se abrem capelas laterais (cinco do lado norte e quatro do lado sul, encontrando-se no espaço correspondente ao quinto tramo a porta de passagem para o claustro). A cabeceira é de terminação plana, com capela mor rectangular ao centro e duas capelas de planta recta, abertas em cada um dos braços do transepto (as interiores mais estreitas do que as exteriores). O abobadamento faz-se por meio de abóbada de berço quebrado (na nave, transepto, capela-mor, capelas do transepto e capelas laterais); na zona do cruzeiro a abóbada foi ornamentada com nervuras em forma de cruz dando a impressão de se tratar de uma abóbada de cruzamento de ogivas, mas trata-se de uma ilusão, uma vez que as nervuras são meramente decorativas. A ornamentação do espaço é diminuta e singela, traduzindo os mais puros princípios da Ordem. Quanto à iluminação da nave, provem das três janelas escalonadas do arco triunfal, da janela da fachada e das janelas abertas nas capelas laterais sul e nas duas primeiras a norte; sobre as capelas corre ainda uma pequena galeria com frestas abertas para o exterior e de aberturas rectangulares para a nave. Em 1791, a abadia foi posta à venda e grande parte das dependências monásticas foi demolida; sobreviveram a Sacristia, a Sala do Capítulo, a Sala dos Monges e quatro tramos da galeria este do claustro. Ver também Anselme Dimier, *L’ Art Cistercien, France, Opus Cit.*, pp. 143-147.

156 O termo, aliás, tem sido empregue por vários autores, nomeadamente Anselme Dimier, “Architecture et Spiritualité Cisterciennes”, in *Opus Cit.*

157 É-nos impossível afirmar com precisão se S. Bernardo definiu ele próprio este plano, ou se se limitou a aceitar ou a corrigir um plano que lhe tenha sido proposto por outrem. Mas não há dúvida que, de uma forma ou de outra, o aceitou. Sobre o plano de Claraval, Valle Pèrez escreve “Claraval II, reflexo fiel do pensamento de São Bernardo em matéria de arquitectura monástica (ignoramos qual foi a sua participação directa no desenho do complexo e suas dependências, mas qualquer que tenha sido, é inquestionável que o considerou adequado, pois adoptou-o para a sua própria Casa), começa a construir-se numa época em que a Ordem

consideraria adequado para as casas cistercienses, e que teve uma forte implantação e difusão pela maioria dos territórios em que a Ordem se estabeleceu, mas que não é o único plano aceite e empregue pelos cistercienses, não se podendo sequer, no limite, afirmar que seja um plano exclusivo da Ordem de Cister. Contudo, e apesar destas salvaguardas, há uma unidade inegável na arquitectura erguida pelos cistercienses<sup>158</sup>, unidade essa que passa pela transposição da essência da Ordem para a arquitectura, ou seja, pela materialização do espírito. É esta materialização que leva ao despojamento, à austeridade e à simplicidade que caracteriza as construções cistercienses e que lhe confere o “ar de família” patente em todas as abadias. Em síntese, é esta materialização do espírito que cria esse elo de união existente em todas as casas, que é, no fundo, a *estética cisterciense*.

Tendo em conta todos os elementos até agora analisados, parece-nos que a resposta à pergunta inicial, sobre a responsabilidade directa de São Bernardo na criação do *opus novum*, passa pela aceitação do facto de o Abade de Claraval ter tido, na realidade, um papel (ainda que indirecto) muito forte no desenvolvimento da arte gótica. Claramente, São Bernardo não inventou o Gótico. Mas as circunstâncias históricas e artísticas mostram-nos que o nascimento do gótico se produz em paralelo com existência de São Bernardo, que de alguma maneira acabará por intervir na formação do novo estilo<sup>159</sup>. É evidente que o gótico catedralício puro, plasmado nas grandes catedrais francesas, permaneceu basicamente intocado face à acção do Santo. As repercussões das directrizes de São Bernardo na arte não chegam a ter a força necessária para abalar os fundamentos desse gótico urbano, episcopal e por vezes até real. Mas, em oposição, a marca no gótico monástico (e não

---

princiava a expandir-se espectacularmente por toda a Europa Ocidental.”, “Entre la Innovación y el Recuerdo: Notas sobre la Implantación Monumental de la Orden del Cister en Galicia (siglos XII-XIV)”, *IX Centenario de la Fundacion del Cister, II Congreso sobre el Cister en Galicia y Portugal – Ourense 1998*, Zamora, Ediciones Monte Casino, 1999, p.1055. Ver também a opinião de A. M<sup>a</sup> Romanini na nota 148, p. 51.

158 “(...) há uma harmonia, uma solidez, uma amplidão e uma concepção de espaço que nos levam a reconhecer que existem muitas afinidades entre os monumentos cistercienses mais representativos, mesmo quando os alçados e a planta são diferentes.”, Mário T, Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p.59

159 Um aspecto que vale a pena realçar tem a ver com o facto de que S. Bernardo pode ter tido uma intervenção mais directa do que habitualmente se pensa na arquitectura da sua ordem, ou pelo menos na construção da sua abadia, uma vez que, em 1136, S. Bernardo se pronunciava sobre a qualidade da instalação hidráulica de Claraval I, demonstrando um conhecimento prático e técnico sobre o assunto. Ver sobre esta questão A. M<sup>a</sup> Romanini, "O Projecto Cisterciense", in *Opus Cit.*, pp.138/139.

apenas cisterciense) e conventual (visível de forma muito evidente nas ordens mendicantes) vai ser fortíssima e a orientação que a arte monástica dos séculos XII, XIII e, em alguns casos, até mesmo XIV, vai seguir, é um resultado directo da arte preconizada pelos cistercienses e, conseqüentemente, da acção de São Bernardo. Se, em França, a imagem do gótico que sobressai, e que de imediato associamos à arte francesa, é a das catedrais – embora seja inegável a importância de um gótico monástico no território francês –, noutros países, como em Portugal (território que nos interessa sobre todos os outros), o gótico catedralício não encontrou (salvo raras excepções) um terreno adequado para se expandir e florescer como em França. Aqui será, pelo contrário, o gótico despojado, austero e simples, preconizado pela Ordem cisterciense a vingar e a criar raízes. Em Portugal o gótico não alcançará nunca, até à eclosão do Mosteiro da Batalha, que marca a viragem para o período do Tardo-Gótico, as características específicas inerentes ao gótico catedralício francês<sup>160</sup>. Em contraste, a Abadia cisterciense de Alcobaça, apesar da sua grandeza programática irrepetível, parece ter marcado a arte gótica portuguesa com a sua estética despojada e de simplicidade. A acção de São Bernardo acaba, assim, por se fazer sentir.

### *1.2. A Ordem de Cister em Portugal*

A implantação da Ordem de Cister em Portugal<sup>161</sup> coincide com a formação do território, não apenas no que concerne à delimitação de fronteiras decorrente da luta com os árabes, mas também no que respeita à formação de uma monarquia independente, levada a cabo pelo acção de D. Afonso Henriques. A questão da entrada dos cistercienses em Portugal não é pacífica entre os historiadores, nem no que toca à data exacta, nem no que se refere ao mosteiro que primeiramente lhes pertenceu. O assunto tem sido debatido por

---

<sup>160</sup> A única excepção a esta situação é a Charola da Sé de Lisboa edificada no reinado de D. Afonso IV.

<sup>161</sup> Sobre as investigações relacionadas com a presença da Ordem de Cister em Portugal até 1991, ver o artigo de M<sup>a</sup> Alegria Fernandes Marques, “Os Estudos Cistercienses em Portugal. Realizações e Perspectivas”, in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, vol. 1, Outubro 1991, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992. Para uma bibliografia mais recente sobre o assunto, mas dispersa (e não inventariada numa só obra) ver as várias referências nas notas do capítulo 1.2 e dos sub-capítulos 1.2.1 e 1.2.2.

vários autores<sup>162</sup> e originado várias teorias ao longo dos anos. As balizas cronológicas do debate situam-se entre 1138 e 1144 e oscilam entre o mosteiro de São Cristóvão de Lafões e o mosteiro de São João de Tarouca, duas fundações originariamente de tipo eremítico e sem ligação inicial à Ordem de Cister, como se infere dos próprios nomes (uma vez que as casas cistercienses são sempre consagradas à Virgem).

Se nos limitarmos a aceitar dados seguros (e aparentemente inquestionáveis) a entrada da Ordem em Portugal relaciona-se directamente com o mosteiro de S. João de Tarouca e deve situar-se entre 1142 e 1143. Uma doação régia de 10 de Abril de 1144<sup>163</sup>, pertencente ao cartório do Mosteiro de Tarouca, refere já claramente a presença da Ordem de Cister no território, relacionando-a com este mosteiro. Contudo, no século XVII, D. Rodrigo da Cunha<sup>164</sup> alude nas suas obras à existência da ordem em Portugal, desde 1138, em São Cristóvão de Lafões. A ausência dos documentos originais nos quais o autor diz que se baseou impossibilita a aceitação incondicional desta informação que, apesar disso, alguns autores<sup>165</sup> consideram poder ser verdadeira. A resolução deste problema de

---

162 Entre outros, os cronistas Fr. António Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desde Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973; Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister onde se contam as cousas principaes desta Ordem, & muytas Antiquidades do Reyno de Portugal, Primeyra Parte*, Lisboa Occidental, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, M.DCCXX; e os historiadores Alfredo Pimenta, *A Carta de Feudo a Claraval*, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães, 1947; P.de Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951; M<sup>a</sup> Alegria Marques, “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Edições Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998; e José I. Torre Rodríguez, “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”, in *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto / Edições Afrontamento, 1999. Para mais informação ver o artigo citado na nota anterior.

163 No documento referente à doação do ermo de Santa Eulália ao Mosteiro de Tarouca pode ler-se “(...) ego Alfonsus Portugalensium rex servis Dei in loco qui dicitur S[ancti] Johannis Taraucae secundum ordinem Cisterciensem Deo servientibus et omnibus qui sunt eis in eodem ordine (...) donavi per manum Johannis abbatis”. Ver Rui Azevedo, *DMP, DR*, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, pp. 251-252, doc. n.º 203. Pde Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal, Opus Cit.*, p. 18 e M<sup>a</sup> Alegria Marques, “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 33, consideram ser inquestionável que esta é a primeira notícia absolutamente segura sobre a presença da Ordem de Cister em Portugal.

164 Ver informação detalhada in M<sup>a</sup> Alegria Marques, “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 34.

165 Nomeadamente M<sup>a</sup> Alegria Marques, in “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.* e Luís Manuel Real, “A Construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, in *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, coord. Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pèrez, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, pp. 43-46. Já na década de cinquenta Artur Gusmão tinha também

natureza histórica extravasa para lá dos objectivos deste estudo, sendo que, dada a incerteza relativa a datas anteriores, aceitamos aqui os anos de 1142-43, imediatamente anteriores à referência explícita no documento de 1144<sup>166</sup>, como o momento de entrada dos cistercienses em Portugal e o Mosteiro de São João de Tarouca como a primeira casa em que se instalaram<sup>167</sup>.

A instalação dos cistercienses no nosso território fez-se de forma rápida e bastante positiva para a Ordem. “A Ordem de Cister beneficiou de condições excepcionais em Portugal (...) Os cistercienses encontraram o terreno livre quando se estabeleceram no país. Os cluniacenses apenas possuíam três mosteiros pouco influentes que não podiam estorvar muito. As outras abadias beneditinas viviam isoladas.”<sup>168</sup>

Miguel de Oliveira<sup>169</sup> distingue dois grupos de mosteiros cistercienses em Portugal durante a Idade Média: os mosteiros da Beira (Lafões, Sever, Tarouca, Salzedas, S. Pedro das Águias, Maceira do Dão e a tentativa frustrada de S. Pedro de Mouraz<sup>170</sup>), quase todos de filiação directa em Claraval e de que São João de Tarouca foi, não só o mais importante, mas também o modelo; e os que nascem de filiação a Santa Maria de Alcobaça. M<sup>a</sup> A. Marques assinala igualmente esta existência de dois pólos, justificando que “as razões parecem-nos por demais evidentes: no primeiro, a tradição eremítica da zona propendia à aceitação da nova reforma; no segundo, sobressai o carácter despovoado da região, o

---

aceite a primazia de Lafões sobre Tarouca - ver *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 127

166 Tendo em conta as necessidades formais impostas pela Regra que incluem a aprovação de uma nova fundação dada pelo Conselho do Capítulo.

167 A problemática é, na realidade, complexa. Só para citar duas opiniões contrárias vejamos as posições de M<sup>a</sup> Alegria Marques, “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, e de José I. Torre Rodríguez, “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”, in *Opus Cit.* A primeira defende a possibilidade de primazia de São Cristóvão de Lafões e conseqüente introdução da Ordem de Cister em Portugal na década de 1130. O segundo advoga a causa de Tarouca, situando a entrada de Cister entre 1141 e 1144, uma vez que a carta de couto de 1140 não se refere a Cister, mas sim aos monges de S. Bento.

168 Dom Maur Cocheril, “L’Ordre de Cîteaux au Portugal, Le Problème Historique”, in *Sep. Studia Monastica*, vol.1, Fasc.1, Abadia de Montserrat, 1959, p. 81.

169 in *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 38

170 A mesma posição já havia sido defendida por Maur Cocheril, in “Les Monasteres Cisterciens du Nord du Portugal”, extrait des *Collectanea Ordre Cistercien*, t. XIX, 1957 - “Todos estes mosteiros (...) formam um grupo bem localizado na Beira, com uma vida própria, de alguma maneira, escapando, pelo menos durante dois séculos, à influência de Alcobaça”, p. 17.

*desertum*, atracção conhecida dos monges brancos. Aqui se juntava também todo um interesse do rei em ver povoadas e valorizadas essas terras, ao mesmo tempo penhor de uma efectiva protecção régia aos pioneiros do seu desbravamento<sup>171</sup>.

Na realidade, a rápida afirmação da posição cisterciense no território português deve-se a vários factores, não apenas de carácter religioso, mas também de natureza política, nomeadamente ao apoio que a ordem obteve da alta nobreza<sup>172</sup>, sobretudo nos mosteiros da região da Beira (Tarouca e Salzedas foram alvo de doações de famílias importantes), e, acima de tudo, ao apoio concedido pelo rei D. Afonso Henriques, em especial a Alcobaça, apostado na colonização de territórios conquistados aos muçulmanos (a própria escolha do local é disso um testemunho).

Também no que diz respeito ao avanço da Reconquista se verifica uma distinção entre estes dois pólos: os mosteiros da Beira, os primeiros a surgirem no território, instalam-se em zonas já claramente reconquistadas e onde se pode falar de uma relativa segurança (Viseu e Lamego foram reconquistados em 1057 e Coimbra em 1064); os mosteiros de filiação em Alcobaça, pelo contrário, nascem numa região recentemente recuperada e onde as investidas se vão fazer sentir, sendo que um dos objectivos da coroa ao apoiar esses mosteiros é justamente incentivar a colonização de zonas limítrofes.

As primeiras fundações cistercienses em Portugal colocam diversos problemas, que se prendem com questões de natureza distinta, que vão desde as problemáticas relacionadas com as suas fundações, até às interrogações levantadas pela origem dos seus mestres de obras, sendo evidente em muitas delas a acção ou influência de mestres estrangeiros, inserindo-se também neste enquadramento a questão da introdução dos modelos góticos em

---

171 M<sup>a</sup> Alegria Marques, in “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 51

172 “Normalmente pouco interessados pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho, os nobres da velha cepa acolhem, porém, com estima, segundo parece, os monges cistercienses, que, a partir dos anos 40 do século XII se implantam em comunidades eremíticas da Beira Alta e depois passam a outras regiões, geralmente na periferia, ou mesmo bastante longe das zonas mais habitadas. É o que acontece, primeiro em Tarouca, Lafões, Salzedas, Santa Eulália de Bouças, e depois em Alcobaça, Bouro, Aguiar, Fiães, etc. É possível que se possa ligar esta benevolência da alta nobreza pelos monges francos a um esforço de recuperação do prestígio espiritual, de certo modo abalado pela falta de vitalidade que então tinha atingido os mosteiros beneditinos.”, José Mattoso, “A Nobreza Medieval Portuguesa – as Correntes Monásticas dos séculos XI e XII”, in *Portugal Medieval – Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1992, p. 217.

Portugal<sup>173</sup>. Relativamente a este último problema torna-se crucial analisar e distinguir as posições ocupadas pelas igrejas de São João de Tarouca e Santa Maria de Alcobaça no quadro do gótico nacional.

### 1.2.1 Igrejas de Três Naves com Cabeceira Escalonada:

#### a) São João de Tarouca:

A história das origens de São João de Tarouca é particularmente confusa e encontra-se envolta em lendas, de tal forma enraizadas no imaginário do mosteiro e sustentadas por documentos forjados, que por vezes se torna difícil destrinçar a lenda da realidade histórica. A acreditar na lenda, o mosteiro teria nascido por obra do abade João Cirita<sup>174</sup> que após se ter cruzado com um grupo de oito monges enviados a Portugal por S. Bernardo de Claraval, teria pedido autorização a D. Afonso Henriques para fundar um novo mosteiro afecto à Ordem de Cister. O mosteiro estaria, assim, directamente ligado à acção de S. Bernardo, de D. Afonso Henriques e de João Cirita, pertencendo desde o início à Ordem de Cister. Esta sequência de acontecimentos deve ter sido inventada por Fr. Bernardo de Brito, que na *Chronica de Cister*<sup>175</sup>, apresenta um relato minucioso destes acontecimentos.

Os poucos factos históricos seguros nos quais nos podemos basear apontam, porém, para uma versão ligeiramente diferente e actualmente é comumente aceite a existência de

---

173 Sendo de sublinhar, desde logo, que “O papel pioneiro que os cistercienses desempenharam por toda a Europa na difusão das novas formas góticas fez-se sentir também em Portugal”, J. C. Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 115.

174 Pde Miguel de Oliveira dá-nos a indicação de que “O primeiro, e segundo nos parece, o único mosteiro a que anda legitimamente associado o nome de João Cirita é o de São Cristóvão de Lafões”, in *Origens da Ordem de Cister em Portugal, Opus Cit.*, p. 6. A comunidade de São Cristóvão de Lafões data de c. 1130, altura em que seria constituída por um pequeno grupo de eremitas. Posteriormente passou à Ordem de S. Bento e com o Abade D. Miguel, possivelmente em 1162, passou para a Ordem de Cister. Sobre a figura de João Cirita ver M. Gonçalves da Costa, “Frei João Cirita, Fundador Cisterciense. Mito Histórico?”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 24 / Tomo I, Lisboa, 1977 e José I. Torre Rodríguez, “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”, in *Opus Cit.*

175 Livro II, cap. I e seguintes, *Chronica de Cister onde se contam as cousas principaes desta Ordem, & myntas Antiquidades do Reyno de Portugal, Primeyra Parte*, Lisboa Occidental, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, M.DCCXX.

um mosteiro ou eremitério anterior denominado S. João de *Vellaria*, (designação herdada do topónimo *Vellarias* atribuído ao corgo<sup>176</sup> da Cerca ou da Aveleira). Esta ideia é reforçada, como já afirmámos, pela consagração do cenóbio a S. João Baptista, em oposição à habitual consagração à Virgem Maria das fundações *ex nihilo* cistercienses.

A presença duma comunidade religiosa no local deve ser anterior a 1110, muito embora, não possua qualquer ligação à Ordem de Cister antes da década de 1140. Em Junho de 1140, D. Afonso Henriques passa uma carta de couto a S. João de Tarouca - documento de que temos conhecimento através do *Exórdio do Mosteiro de São João de Tarouca*<sup>177</sup>, no qual se encontra incluído - que deverá ser autêntica<sup>178</sup>. Segundo a carta de 1140, nessa data o mosteiro seguia a regra beneditina, tendo como abade uma figura de nome João, não o Cirita, mas sim o abade que fundou o eremitério de S. Tiago de Sever<sup>179</sup>. De acordo com o *Livro das Doações do Mosteiro de Tarouca*, João terá sido abade do mosteiro até pelo menos 1145 e terá sido durante a sua vigência que o mosteiro passou para a Ordem de Cister. Sabemos, através da já referida carta passada em Abril de 1144 por D. Afonso Henriques<sup>180</sup>, que em 1144, a ligação à Ordem de Cister já existia, sendo que

---

176 O mosteiro situa-se no “cruzamento de duas linhas de água denominadas localmente de Corgo da Cerca (ou da Aveleira, nascendo em Vila Chã do Monte e correndo de Sul para Norte) e Corgo do Pinheiro (da Fraga ou da Frágua, correndo de Nordeste-Sudoeste), que aqui se unem formando a ribeira principal a que a população chama simplesmente Corgo, num sinuoso vale da Serra de Leomil, perpendicular e subsidiário do rio Varosa”, in Ana Castro e Luís Sebastian, “A Intervenção Arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 – 2004”, in *IV Congresso de Arqueologia Peninsular* - 14 a 19 de Setembro de 2004 / Faro, p. 5

177 Trata-se de uma obra que a maioria dos autores tem considerado pós-medieval (M. Gonçalves da Costa, “Frei João Cirita, Fundador Cisterciense. Mito Histórico?”, in *Op. Cit.*, p. 120, data o *Exórdio* do século XVI), apresentando um carácter narrativo, de teor histórico-literário, cuja veracidade geral é muito discutível. José Mattoso, contudo, data a obra do século XIII e considera que se pode aceitar o “essencial da narrativa”, ver *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 92. Independentemente da datação, a carta de couto de 1140 tem sido entendida como um documento verdadeiro, copiado de um original autêntico. Ver Rui de Azevedo, comentário XXXIII, *DMP, DR, Opus Cit.*, Tomo II, p. 662.

178 À excepção de uma referência falseada à figura de João Cirita, tendo-se justamente acrescentado a palavra *Cirita* ao nome do Abade João. Ver sobre o assunto Pde Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 12-18.

179 O mosteiro de S. Tiago, em Sever do Vouga, recebeu carta de couto de D. Afonso Henriques a 11 de Novembro de 1141 e deve ter sido incorporado na Ordem de Cister ao mesmo tempo que Tarouca, mosteiro ao qual se encontrava unido. O mosteiro de São Tiago de Sever nunca alcançou grande importância e em 1288 já deveria estar desabitado. Ver sobre o assunto Pde Miguel de Oliveira, *Ibidem*, pp. 10/12

180 Ver capítulo 1.2., pp. 56/57.

afecção a Cister, já nesse ano, é também referida pelo *Livro das Doações*. Terá sido, pois, entre 1140 e 1144, o abade João a fazer um apelo a São Bernardo para o envio de monges que pudessem auxiliar a instaurar a regra cisterciense. Tratando-se de uma afiliação e não de uma fundação de raiz não seriam necessários os dozes monges que a Regra prescrevia para as novas fundações, pelo que terá sido enviado um grupo menor. “A viagem dos monges franceses é um facto seguro. Não é menos seguro que não conhecemos nem os seus nomes, nem o seu número”<sup>181</sup>, embora no *Exórdio do Mosteiro* sejam referidos oito monges e apresentados os seus nomes (esta é, porém, uma informação falseada, ou melhor, inventada pelo autor do *Exórdio*).

Não há assim um envolvimento directo entre D. Afonso Henriques e S. Bernardo, contrariamente ao que as lendas da Ordem procuraram fazer crer<sup>182</sup>. O que se pode dizer é que S. Bernardo enviou monges para Portugal, como enviaria para todos os locais onde fosse necessária uma fundação ou uma afiliação e que, indirectamente, conheceria o monarca português, tendo tido ao longo dos anos notícia dos acontecimentos do reino através dos monges enviados para Portugal (é preciso não esquecer a existência de uma ligação entre casa-mãe e casa-filha)<sup>183</sup>. Em última análise, o abade de Claraval acaba por estar indirectamente ligado aos acontecimentos portugueses, ao pregar, a partir de 1146, a favor da II Cruzada<sup>184</sup>, o que leva à passagem de cruzados por Lisboa, os quais participaram

---

181 Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, p. 62.

182 A elaboração de uma relação directa entre S. Bernardo e D. Afonso Henriques levou mesmo ao forjar de correspondência entre os dois (três cartas), bem como entre S. Bernardo e João Cirita (uma carta). Esta correspondência foi inclusive incluída na *Patrologia Latina* com os números 308, 463, 470 e 464. Actualmente são todas dadas como apócrifas. Ver sobre o assunto Dom Maur Cocheril, “Saint Bernard et le Portugal, A Propos d’une Lettre Apocryphe”, extrait de la *Revue d’Histoire Ecclésiastique*, vol. LIV, 1959, nº 2-3, Louvain, 1959. José Mattoso, *D. Afonso Henriques, Opus Cit.*, capítulo 17. *Santarém e Lisboa*, p. 170, admite a hipótese de a carta 308 poder ser autêntica.

183 Esta questão é analisada por José Mattoso, *D. Afonso Henriques, Opus Cit.*, capítulo 8. *Eremitas, Cistercienses e Monjas*, p. 95

184 Sobre a conquista de Lisboa ver *A Conquista de Lisboa aos Mouros, relato de um Cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. de Nascimento, Lisboa, Vega, 2001. Sobre a II Cruzada e a sua ligação à Ordem de Cister ver *The Second Crusade and the Cistercians*, edited by Michael Gervers, Nova York, St. Martin’s Press, 1992.

activamente na reconquista da cidade<sup>185</sup>. Mas qualquer ligação directa entre D. Afonso Henriques e S. Bernardo, relacionada com a fundação do Mosteiro de Tarouca, parece estar fora de causa.

A 1 de Julho de 1154<sup>186</sup> fundou-se a Igreja de Tarouca. A 4 de Junho de 1163 o Papa Alexandre III (pela bula *Quotiens illud*) conferiu ao mosteiro a protecção da Santa Sé e estipulou a sua sujeição directa (e eterna) à abadia de Claraval. E, a 18 de Maio de 1169<sup>187</sup>, tendo por abade D. Giraldo, fez-se a sagração da igreja do mosteiro. São João de Tarouca rapidamente se tornou uma comunidade rica e uma das mais importantes da Ordem em Portugal, sendo que “desde a sua fundação que o mosteiro contou com o apoio régio, a protecção de casas nobres e o apoio de particulares através de doações constantes, o que permitiu o alargamento sistemático do seu património.”<sup>188</sup>

A localização de São João de Tarouca está de acordo com as premissas habituais da Ordem: um local isolado, na encosta de um vale, rodeado de floresta, com terrenos passíveis de serem cultivados e cursos de água próximos (os ribeiros Pinheiro e Aveliras), e pedreiras para construção dos edifícios<sup>189</sup>.

---

185 José Mattoso defende mesmo que, pelo menos uma parte dos cruzados, estariam desde o início preparados para combater em Lisboa, “sem dúvida por incumbência de S. Bernardo”, *D. Afonso Henriques, Opus Cit.*, capítulo 17. *Santarém e Lisboa*, p. 169.

186 Nesta data celebra-se a Oitava de S. João Baptista, santo a quem o mosteiro fora previamente consagrado, o que justifica a escolha do dia. Um tímpano existente no interior da igreja, e que deve ter pertencido à porta norte da igreja (porta dos monges), fornece esta indicação. Ver Mário J. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo I, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2000, pp. 254-258. Antes do estudo epigráfico levado a cabo por Mário Barroca, a interpretação desta lápide propunha o ano de 1152 e não 1154.

187 Na fachada da igreja, à direita do portal, encontra-se uma inscrição gravada em silhar que contem estas indicações. Ver Mário J. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II / Tomo I, pp. 333-336.

188 Ana Pagará, “A arquitectura da Igreja Cisterciense de São João de Tarouca”, in *Tarouca e Cister, Espaço, Espírito e Poder*, - *Actas do I Seminário Internacional de Tarouca e Cister*, Tarouca – Setembro 2002, Tarouca, Câmara Municipal de Tarouca, 2004, p. 56. Sobre a questão do património de Tarouca ver João C. Matos e Rosa Marreiros, “O Património do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca nos Séculos XII e XIII”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal* - Outubro 1991, vol, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992.

189 No entanto, “a área de implantação do Mosteiro de S João de Tarouca, apresentava uma forte inclinação descendente no sentido das duas linhas de água, sobretudo de Sul para Norte, obrigando à adaptação escalonada dos níveis de circulação dos diferentes espaços, recorrendo ao talhe ou preenchimento com lastro do afloramento granítico sobre o qual a igreja se ergueu, ou a consideráveis aterros na elevação das

Cerca de dez anos após a instalação no local e uma vez constatada a sua adequação, dá-se início, em 1154, à construção da igreja<sup>190</sup>. A igreja de Tarouca apresentava uma planta em cruz latina [Fig. 13], com transepto saliente e cabeceira escalonada com três capelas de terminação recta, de acordo com o “plano bernardino”. A capela-mor possuía, como habitual, uma planta mais larga e profunda do que as capelas laterais. No século XVII a capela-mor viu a sua profundidade duplicada e as capelas colaterais, por sua vez, foram reduzidas<sup>191</sup>. Actualmente o acesso a estas últimas está tapado por retábulos de talha dourada.

O corpo da igreja divide-se em três naves de cinco tramos, sendo a nave central mais elevada e mais larga do que as laterais. Nas colaterais os tramos estão separados por arcos quebrados criando quase a ilusão de serem capelas intercomunicantes, mas independentes, e não uma nave, tal como se verifica nas colaterais da igreja de Fontenay<sup>192</sup>.

---

dependências, crescentes no sentido Norte.”, in Ana Castro e Luís Sebastian, “A Intervenção Arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 – 2004”, in *Opus Cit.*, p. 7

190 A análise da pedra efectuada durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo entre 1998 e 2005, levou à conclusão de que a construção da igreja começou, não pela cabeceira como habitual, mas sim por toda a igreja em paralelo. Informação fornecida *in loco* pelo arqueólogo Luís Sebastian em 7 de Junho de 2005. Esta constatação parece confirmar a possibilidade proposta por A. M<sup>a</sup> Romanini, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*, p. 146, de o ritmo das obras nas igrejas e mosteiros cistercienses seguir uma campanha de obras na qual se lançavam as fundações de todo o conjunto em simultâneo, avançando depois as obras por blocos.

191 Ainda no século XVII e, depois, já no XVIII, a igreja sofre múltiplas intervenções, levando ao desaparecimento de parte das características medievais. A alteração mais significativa foi a ampliação da capela-mor, colocando-se, em 1704, um retábulo de talha dourada. Sequencialmente também as capelas laterais vão ser dotadas de altares em talha dourada e adulteradas. Em 1710 conclui-se também a nova Sacristia, situada a norte da capela-mor. Em termos decorativos, verificou-se a introdução de talha dourada na cabeceira, transepto sul e últimos três tramos das colaterais e o revestimento do espaço interno com azulejos e pintura; o tecto da capela mor foi também decorado com pintura mural. Na primeira metade do século XVIII (1729/30) assistiu-se ainda à construção do impressionante cadeiral dos monges. Sobre os azulejos da igreja ver Ana Cristina Fonseca, “A Fundação do Mosteiro de São João de Tarouca e de Santa Maria de Alcobaça no programa iconográfico e artístico dos azulejos setecentistas”, in *Cister, Espaços, Territórios e Paisagens*, vol. II, *Arte e Iconografia – Arqueologia – Espaços, Paisagens – Património de Cister, Recuperação e Valorização*, Lisboa, MC/IPPAR, 2000.

192 A abadia de Fontenay, no Norte da Borgonha, é a segunda filha de Claraval, fundada em 1118 por ordem de S. Bernardo. O primeiro local onde os monges se estabelecem (perto de um afluente do rio Armançon) rapidamente se torna demasiado exíguo e, em 1130, mudam-se para o local definitivo. A construção da igreja começa em 1139, com o abade Guillaume de Spiriaco [1132-1154], e em 1147 encontrava-se já terminada, tendo sido consagrada a 21 de Setembro. “Construída de acordo com o plano da igreja de Claraval, sob a vigilância de São Bernardo, se não mesmo sob a sua direcção, ela permanece o testemunho mais perfeito e mais feliz das ideias do abade de Claraval sobre a simplicidade e despojamento em arquitectura.”, Anselme Dimier, *L’ Art Cistercien, France, Opus Cit.*, pp. 66-67. A Igreja de Fontenay apresenta uma planta em cruz

Todo o espaço é abobadado com abóbada de berço quebrado com arcos torais muito largos a marcarem a separação dos tramos. Estes arcos descarregam em mísulas amplas em forma de cunha, sem continuação em colunas ou pilares<sup>193</sup>. Esta solução diverge do modelo de Fontenay, em que os arcos torais descansam em capitéis assentes em colunas, que por sua vez se apoiam em pilares. As abóbadas das colaterais não possuem arcos torais e encontram-se colocadas transversalmente face à abóbada da nave central e à própria nave, situação inédita no panorama português, e que é herdada da tipologia borgonhesa de Fontenay [Figs. 14, 15, 16 e 17]. O transepto e o cruzeiro são igualmente cobertos com abóbada de berço quebrado, sem reforço de arcos torais. É provável que a introdução da

---

latina com três naves, transepto com duas capelas planas em cada braço e capela mor de terminação recta. As capelas abrem para o transepto por meio de arcos quebrados; à data da sua construção seriam independentes, mas desde o século XIV que se encontram interligadas através de arcos de volta inteira abatidos. A sua cobertura, tal como a da capela-mor, é em abóbada de berço quebrado. A cobertura da nave central faz-se por meio de abóbada de berço quebrado, com arcos torais duplos, que desaparecem nas colaterais, mantendo-se, porém, a abóbada de berço quebrado colocada transversalmente face à nave central. A nave central não possui clerestório, nem tribuna, estruturando-se em arcadas de arcos quebrados de grande simplicidade. Nas colaterais os tramos são separados passando-se de um para outro através de arcos quebrados. “Este sistema de origem borgonhesa, que apoia a abóbada da nave, encontra-se em várias igrejas cistercienses, como em Trois-Fontaines na Champagne, primeira filha de Claraval, em Escale-Dieu, na Gasconha, e em Silvanés, em Rouergue.”, Anselme Dimier, *Ibidem*, p. 71. Os arcos assentam em pilares largos com colunelos adossados no intradorso e pilastras nos lados virados para as naves, formando, assim, um efeito cruciforme. A iluminação do espaço é conseguida através de várias aberturas disseminadas em pontos distintos: janelas em arco de volta inteira nas paredes das naves laterais e no braço norte do transepto, cinco janelas organizadas “em escada” no arco triunfal que liga o cruzeiro à capela mor, seis janelas abertas na capela mor e sete janelas rasgadas na fachada principal. O despojamento é quase total. Parte dos capitéis são lisos e os que possuem alguma decoração limitam-na a simples formas geométricas ou vegetalistas, com folhas planas, lanceoladas e de pouco relevo, revelando uma grande simplicidade. No exterior o despojamento é igualmente visível. A fachada apresenta um portal central com arquivolta em arco perfeito, abrindo-se no alçado superior duas fiadas de janelas. Foram encontradas em frente à fachada as fundações de um nártex desaparecido no século XVIII, que correria a todo o comprimento ao nível do primeiro piso da fachada. Seria uma estrutura com cobertura de madeira, com uma divisão em três corpos, sublinhando a divisão interna da igreja, abrindo-se ao centro um arco de entrada em volta perfeita, ladeado, no mesmo corpo, por uma janela em arco perfeito, de cada lado, rasgada até à altura do arco de entrada; os corpos laterais possuíam duas janelas cada, também em arco perfeito, mas de menor elevação face às do corpo central. Ver Julien Frizot, *Abbaye de Fontenay*, Moisenay, Editions Gaud, 2004, Denis Cailleaux, "Fontenay, Patrimoine Mondial", in *Dossiers d'Archeologie*, nº 234, Jun.-Jul. 1998 – *Cîteaux 1098 /1998, A la Découverte de 64 Sites en France*, Dijon, Éditions Faton, 1998 e Glyn Coopack, “Fontenay Abbey”, in *The Dictionary of Art*, vol. 11, New York, Grove, 1996.

193 “É uma arquitectura essencialmente funcional que dispensa o uso de colunas e capitéis”, Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro”, in *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto / Edições Afrontamento, 1999, p. 218. Maur Cocheril chama a atenção para o facto de que esta circunstância também permite um fácil encosto dos espaldares do cadeiral do coro; ver *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 69.

abóbada de berço quebrado em Portugal se deva ao abobadamento de Tarouca, que transpõe, assim, para o nosso território os modelos então difundidos na Borgonha.

A circulação entre as naves faz-se por meio de arcadas em arco quebrado assentes em pilares de secção rectangular, sem capitéis e sem base. O modelo destes pilares é distinto do da igreja borgonhesa de Fontenay, onde se encontram pilares de secção cruciforme com colunas adossadas para descarga dos arcos torais, e ainda colunas no intradorso para apoio da arquivolta do arco quebrado. A nave central apresenta um alçado único sem tribuna ou clerestório. A ausência de clerestório tem como consequência uma iluminação indirecta da nave central, à semelhança do que acontece em Fontenay. A luz entrava na igreja através das aberturas nas naves laterais (uma por tramo) e da rosácea na fachada principal (sendo de sublinhar que os actuais janelões são posteriores ao período medieval e que a própria rosácea foi alterada). No transepto existiria, em ambos os braços, uma janela semelhante às das naves laterais. No que toca à capela-mor não se possui, lamentavelmente, qualquer dado sobre a sua iluminação, uma vez que todo o espaço foi completamente alterado no Barroco, sendo embora, provável (e quase garantido) que a capela possuiria aberturas – simples frestas, ou um óculo ou a combinação das duas; o vazamento com amplos janelões como acontece em Fontenay, onde se rasgam seis janelas dispostas em duas filas de três, não seria possível pois a elevação da parede não o permitiria<sup>194</sup>.

O espaço na nave central estava organizado de acordo com os preceitos da Ordem, existindo um gradeamento que fazia a separação entre o coro dos monges (nos primeiros tramos a este) e o coro dos conversos (a oeste), sendo que em cada coro havia ainda bancos reservados para os monges e conversos enfermos.

No braço norte do transepto abria-se, em arco quebrado, a "porta das matinas" que dava para as escadas do dormitório. Ao seu lado direito encontrava-se a porta para a sacristia. No braço sul do transepto, abria-se a "porta dos mortos", cujo perfil ainda é possível distinguir no exterior do paramento, tal como as anteriores. No primeiro tramo da

---

194 Cfr. L. Sebastian e A. S. e Castro, "Uma Primeira Proposta de Reconstituição Arquitectónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca", in *Revista de História da Arte*, nº 4, 2007, Lisboa, IHA/FCSH/UNL – Edições Colibri, 2007, p. 168.

colateral norte abre-se ainda hoje uma outra porta, a chamada “porta dos monges”, em arco quebrado, que permitia aos monges a comunicação directa entre a igreja e o claustro<sup>195</sup>. A abertura destas portas na igreja seguia a disposição habitual dos espaços cistercienses, permitindo a organização da vida quotidiana segundo os preceitos da regra.

Na fachada rasgava-se um portal em arco quebrado de feição gótica, destruído aquando das transformações do século XVII; contudo, é ainda possível observar por detrás do portal seiscentista, os arranques do arco quebrado. Do lado direito do portal principal abria-se a “porta dos conversos”, também em arco quebrado<sup>196</sup>. Esta porta foi igualmente entaipada na sequência das transformações seiscentistas.

À data da sua construção, a fachada da igreja de Tarouca seria escalonada (como se verifica, ainda que timidamente, em Fontenay) deixando adivinhar a organização do espaço interno. No século XVII deu-se a elevação exterior dos alçados das naves laterais até à altura da nave central, perdendo-se a organização característica da fachada<sup>197</sup>. Paralelamente, a rosácea foi refeita e acompanhada pelo rasgamento de dois janelões rectangulares que alteram, não apenas o aspecto da fachada, mas também a concepção da iluminação interna. Aquando da sua construção, a fachada ocidental possuía um nartex, à

---

195 No século XVII o perfil da porta do transepto norte para o dormitório foi adulterado rasgando-se uma porta de feição rectangular; contudo, a terminação do arco quebrado é ainda visível. No século XVIII, a porta da sacristia foi entaipada e coberta por um painel de azulejos e a escada demolida. Ao mesmo tempo, abriu-se, na parede este, uma porta de acesso à nova sacristia. “Desconhecemos que novas funções terão sido atribuídas à sacristia original, apenas que a sua porta foi eliminada pela mesma altura [entre 1708-1711] aquando da colocação de um painel de azulejo historiado pelo lado da igreja, pelo que o seu acesso passaria obrigatoriamente a fazer-se pela demolição da parede que a separava do armário sob a escadaria para o dormitório dos monges” [no claustro, a oeste da sacristia situava-se a escadaria de acesso ao dormitório, provavelmente em madeira; do seu vão resultaria um pequeno armário, cuja porta de acesso estaria virada ao claustro], in Ana Castro e Luís Sebastian, “A Intervenção Arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 – 2004”, in *Opus Cit.*, p. 17. No século XVII a “porta dos mortos” foi entaipada, tendo-se colocado aí, no interior, um grande altar. No topo desta parede rasgou-se ainda um janelão em semi-círculo; na sequência deste encontra-se um segundo janelão em semi-círculo no primeiro tramo (a este) da colateral sul. Todo este conjunto de transformações alterou significativamente a zona do transepto.

196 A localização da porta dos conversos na fachada ocidental é invulgar; por norma, esta porta costuma situar-se no primeiro tramo da igreja dando acesso directo à “ala dos conversos”. Ver reconstituição da fachada medieval em L. Sebastian e A. Castro, “Uma Primeira Proposta de Reconstituição Arquitectónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca”, in *Opus Cit.*, p. 163.

197 Segundo informação fornecida pelo arqueólogo Luís Sebastian a 7 de Junho de 2005, as observações *in loco* dos telhados da igreja, confirmaram que a cobertura exterior das naves laterais seria, de origem, rebaixada.

semelhança do que acontecia em Claraval, Fontenay e do que ainda hoje se verifica em Pontigny. No século XVII, porém, desmontou-se o nártex devido à reformulação da fachada. No entanto, alguns vestígios confirmam a sua existência, sobretudo a interrupção do contraforte do lado esquerdo do portal principal e também a fiada de pedra mais estreita que corre ao longo de toda a fachada sobre o portal e que identifica o local onde assentava a cobertura do nártex. Este seria uma estrutura simples, coberta, que acompanharia o desenvolvimento longitudinal da fachada<sup>198</sup> [Figs. 18, 19 e 20].

Lamentavelmente as dependências medievais (a norte da igreja) não sobreviveram até à actualidade, muito embora tenham resistido parcialmente até inícios do século XX<sup>199</sup>.

O nosso desconhecimento no que toca aos arquitectos que trabalharam em Tarouca tanto na Idade Média como na Época Moderna é total, uma vez que não há documentação que nos possa esclarecer sobre o assunto. Há, contudo, uma referência ao eventual mestre de obras responsável pela construção da igreja no século XII. Essa informação é fornecida por Frei Bernardo de Brito na *Chronica de Cister*, onde afirma que João Froilaz foi o autor da igreja. Paralelamente Frei António Brandão viu, segundo afirmação do próprio, e copiou uma inscrição epigráfica existente na fachada da igreja (mas que não sobreviveu até nós), na qual se lia “Ioannis Froylaci de Tarouca Fecit Hoc”<sup>200</sup>. Estas duas informações levaram alguns historiadores a concluir que João Froilaz seria o arquitecto responsável pela construção da igreja de São João de Tarouca. Na realidade, o nome de Froilaz aparece

---

198 Segundo Jorge M. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, FCSH/UNL, 2011, p. 575, o nártex (ou galilé) seria um espaço de enterramento destinado aos leigos, a quem o enterramento na igreja estava proibido (até ao final do século XIII).

199 Em 1933 ainda existiam vestígios do claustro medieval e dependências anexas, incluindo as cozinhas e a casa do capítulo; era também visível a ligação do corpo regular primitivo ao dormitório do século XVIII, bem como a estrutura da hospedaria e a portaria. Alguns anos mais tarde, porém, estas estruturas foram destruídas e os terrenos em redor aproveitados para produção agrícola. Do período medieval mantêm-se apenas a igreja (com as respectivas alterações), tendo sobrevivido de épocas posteriores a sacristia, a torre sineira, o dormitório setecentista (embora arruinado) e as capelas de São Bento e Santa Umbelina, bem como alguns troços da cerca. Subsistem também os sistemas hidráulicos. Sobre as estruturas hidráulicas ver Virgolino F. Jorge, “Análise Preliminar das Estruturas Hidráulicas da Abadia Cisterciense de São João de Tarouca (Portugal)”, in *IX Centenário de la Fundacion del Cister, II Congreso sobre el Cister en Galicia y Portugal – Ourense 1998*, vol. III, Zamora, Ediciones Monte Casino, 1999.

200 Frei António Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana, Opus Cit.*, cap. XXI, fl. 101. Ver também M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II/Tomo I, p. 259.

citado em documentação da época relacionada com Tarouca (essencialmente doações e vendas de terras), mas sem nunca o referir como arquitecto, o que permite questionar o seu papel nessa área. Esta questão já foi debatida por alguns autores<sup>201</sup> que aventaram uma nova hipótese, segundo a qual João Froilaz não terá sido o arquitecto, mas sim um grande proprietário que terá contribuído largamente para a construção da igreja.

Na impossibilidade de esclarecer esta questão, o arquitecto responsável pelos trabalhos de São João Tarouca permanece assim desconhecido para nós, e o mais provável é que tenha vindo de fora, podendo mesmo pertencer à Ordem. “A adopção da planta bernardina, as soluções construtivas empregues e a métrica e proporção indubitavelmente aplicadas em outros templos cistercienses coevos, não nos deixam dúvidas de que se trata de uma obra importada, sem precedentes no espaço nacional. O arquitecto responsável pelo traçado da igreja (e dos lugares regulares, cuja organização obedece a um *modus vivendi* muito específico) pertencia à Ordem e terá vindo com os primeiros monges para definir a implantação dos edifícios.”<sup>202</sup>.

A principal fonte de influência da igreja do mosteiro de Tarouca parece ter sido, como referido anteriormente, a igreja cisterciense de Fontenay, na Borgonha, cuja planta evidencia claros paralelismos com a de Tarouca, nomeadamente a nível da simplicidade e desenho dos arcos quebrados ou no que respeita à definição do modelo das colaterais com tramos separados, passando-se de um para outro através de arcos quebrados. A questão do abobadamento é particularmente reveladora. Por um lado, e como também já foi dito, devido à (forte) possibilidade de a abóbada de berço quebrado, importada de França, ter sido introduzida no nosso território nesta data. E por outro, e especialmente, pela forma como esse abobadamento se processa, dispensando todo um sistema de contrafortes internos, que se tornaria necessariamente complexo e dispendioso. O facto de as abóbadas das colaterais serem colocadas transversalmente face à nave central (e ao sentido da sua

---

201 Ver C. A. Ferreira de Almeida, “Geografia da Arquitectura Românica”, in *História da Arte em Portugal*, vol. 3, *O Românico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 110 e Ana Pagará, “A arquitectura da Igreja Cisterciense de São João de Tarouca”, in *Opus Cit.*, p. 70. Veja-se também sobre esta figura Almeida Fernandes, “O ‘Arquitecto’ João Froilaz, de Tarouca, e sua família”, in *Esparços de História Dúrio-Beirense*, ano XV / n.º8, Agosto 1966, Boletim da Casa Regional da Beira-Douro, anos 15-19, 1966-1970, Porto, 1970.

202 Ana Pagará, “A arquitectura da Igreja Cisterciense de São João de Tarouca”, in *Opus Cit.*, p. 71

abóbada) ajuda a contrafortar a nave principal, permitindo um equilíbrio entre esta e as laterais. A iluminação do espaço revela também semelhanças com a igreja borgonhesa, inclusive na ausência de clerestório na nave central.

Para lá das semelhanças estruturais e formais, um dado que reforça a ideia de inspiração num modelo francês é a utilização de medidas diferentes das habituais em Portugal e na Península Ibérica em geral. Um estudo de proporção e geometria levado a cabo por Virgolino F. Jorge<sup>203</sup> demonstrou que foi utilizada uma grelha ortogonal na definição da arquitectura da igreja de Tarouca (tanto a nível da planta como dos alçados); esta grelha resulta da multiplicação de um módulo (*ad quadratum*), tendo a unidade de medida utilizada para definir a quadratura sido o pé real<sup>204</sup> (0,325 m). Significativamente o padrão de medida habitual na Península Ibérica no século XII era o pé romano (0,296 m). O facto de ter sido utilizado o pé real (*pied du roi*) comum em França, revela, não apenas uma situação inovadora, mas também, e acima de tudo, uma influência directa dos modelos franceses na igreja de Tarouca. Esta situação reforça senão a impossibilidade, pelo menos a grande improbabilidade de a planta da igreja se dever a um arquitecto nacional.

Também o estudo das siglas, existentes “em tal profusão, e com formas morfológicas tão invulgares, que parece possível e provável poder atribuí-las a canteiros monges ou a conversos”<sup>205</sup>, permite pensar na hipótese de membros da ordem oriundos do território francês, com o objectivo de traçar o plano do mosteiro; esta ideia ganha força se pensarmos que São João de Tarouca foi a primeira casa da Ordem em Portugal, tornando-

---

203 Cit. por Ana Pagará, in “A arquitectura da Igreja Cisterciense de São João de Tarouca”, in *Opus Cit.*, p. 63

204 Sobre as medidas medievais ver o glossário da obra de R. Cunha, *Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana, as Medidas como Elemento Caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XIII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz*, dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997

205 Francisco M. Teixeira, “O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros”, in *Cister, Espaços, Territórios e Paisagens*, vol. II, *Arte e Iconografia – Arqueologia – Espaços, Paisagens – Património de Cister, Recuperação e Valorização*, Lisboa, MC/IPPAR, 2000, p. 549. Sobre a questão das siglas de São João de Tarouca ver também C. A. Ferreira de Almeida, “Geografia da Arquitectura Românica”, in *Opus Cit.*, p. 110. Este autor considera que “as abundantes siglas que nos aparecem nas paredes recomendam a ideia, de resto normal na instituição, da chegada de canteiros forâneos de outras abadias claravalenses”.

se, deste modo, fundamental estabelecer, desde o início e num novo território, as directrizes essenciais das construções da Ordem.

Esta situação leva à introdução de algumas tipologias que pré-anunciam o gótico, como o arco quebrado, ou o tipo de abobadamento, aparentemente inédito em Portugal. “A igreja de São João de Tarouca (...) introduzia formas novas e uma espacialidade que, em certo sentido, preparava já o advento do gótico”<sup>206</sup>. Não se pode, porém, falar da introdução do gótico no nosso território através da igreja de São João de Tarouca<sup>207</sup>, mas apenas da inclusão de algumas tipologias que, posteriormente, viriam a ser desenvolvidas, nomeadamente em Santa Maria de Alcobaça, construção responsável (essa sim) pela introdução do gótico no território português.

É evidente que a adopção dos modelos borgonheses não significa uma cópia exacta da igreja de Fontenay e que se podem sublinhar algumas diferenças, começando, desde logo, pelas proporções, havendo em Fontenay um programa mais ambicioso, com sete tramos (contra os cinco de Tarouca) e cinco capelas na cabeceira (contra três em Tarouca). Também alguns pormenores divergem, como a estrutura dos pilares ou a organização das janelas na fachada principal, que muito embora tenha sido alterada em Tarouca, tudo indica que se organizaria com uma rosácea e duas frestas, por oposição às janelas escalonadas de Fontenay.

Artur N. Gusmão considera que estas diferenças podem significar uma influência preponderante de Claraval “pois no seu todo as variantes que a nossa igreja apresenta em relação a Fontenay em nada alteram a proveniência borgonhesa dos seus construtores”<sup>208</sup>. O desconhecimento que temos face a Claraval impede a absoluta confirmação e aceitação desta teoria, mas concordamos com a ideia de uma vinculação evidente à arquitectura

---

206 Paulo Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 342

207 J.C. Vieira da Silva refere “o uso preferencial e sistemático do arco quebrado, essencial para a definição da arquitectura gótica”, sublinhando, porém, “ser ainda a arquitectura românica a modelar-lhe o traçado”, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 115; e Pedro Dias classifica a igreja de Tarouca, como “um românico muito evoluído”, in *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 46.

208 *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal, Opus Cit.*, p. 347.

cisterciense borgonhesa<sup>209</sup>. Essa vinculação permite reforçar a ideia de uniformidade nas construções da ordem e a expansão da *estética cisterciense* para os diversos territórios onde estes monges se implantaram, Portugal incluído.

#### b) Santa Maria de Aguiar

As informações relativas aos primórdios do mosteiro de Santa Maria de Aguiar<sup>210</sup> são tão imprecisas como as referentes a São João de Tarouca.

A afectação à Ordem de S. Bento (ou até mesmo a uma comunidade eremítica) ou à Ordem de Cister e respectivas datações não são, de todo, lineares. Há autores que defendem a antiguidade de Santa Maria de Aguiar (existindo desde pelo menos 1150) e a vinculam à Ordem Beneditina, situando a passagem para Cister em 1174, associada a uma doação de D. Afonso Henriques; outros, porém, remetem para uma filiação a Cister desde a origem, através da filiação ao Mosteiro de Moreruela<sup>211</sup>.

As origens do mosteiro permanecem desconhecidas e não se sabe se inicialmente Santa Maria de Aguiar seria um núcleo eremítico ou uma comunidade monástica beneditina. Parece razoavelmente seguro, porém, que os monges cistercienses não terão

---

209 Pelo contrario, a influência galega que se poderia esperar em Tarouca não existe; isto explica-se, sobretudo, pela forte ascendência do modelo borgonhês de Claraval e Fontenay, mas também pela própria distribuição geográfica dos mosteiros, abaixo da linha do Douro e fora da área de domínio (artístico) galego. “Como explicar que dentre os primeiros mosteiros cistercienses nenhum se situe ao norte do Douro, apesar de haver aí também alguns centros de vida eremítica? É que o Cister português não nos parece ser a continuação, o prolongamento do Cister galego, mas antes, teve os seus inícios e vida autónomos. É ainda de notar que os cistercienses se localizaram, grosso modo, em espaços não ocupados pelos beneditinos. Salta à evidência a instalação preferencial dos primeiros no Entre Douro e Minho, enquanto os segundos optam pelo Entre Douro e Tejo.”, M<sup>a</sup> Alegria Marques, in “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 52. Sobre a arte cisterciense na Galiza ver José C. Valle Pèrez, “Implantación de la Ordem del Cister en Galicia y su Reflejo Monumental durante la Edad Media”, *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, coord. Jorge Rodrigues e José C. Valle Pèrez, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998 e J. C. Valle Pèrez, *La Arquitectura Cisterciense en Galicia*, *Opus Cit.*

210 Sobre este mosteiro ver a monografia de Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, edição Parque Arqueológico do Vale do Côa / IPA / MC, 2002.

211 Sobre este mosteiro ver Antonio Maria Mouriño, “Acção e Influência dos Monges de S. Bernardo no Nordeste Transmontano (sécs. XII-XVI), partindo de Santa Maria de Moreruela, em Leão”, in *Actas, Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, 17-20 Outubro 1991, vol. I, Ourense-Oseira, IX Centenario de San Bernardo, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992.

sido os fundadores iniciais, tendo antes, adoptado uma ‘estrutura’ pré-existente. À sua chegada os cistercienses ter-se-ão instalado na Torre de Aguiar [Fig. 21]<sup>212</sup> (é também designada Torre de Almofala, Torre dos Frades e Torre das Águias), sabendo-se que esta Torre já era habitada por monges desde antes de 1174, data em que D. Afonso Henriques lhes passa uma carta de couto. Nada indica, no entanto, que antes de 1174 esses monges fossem já os cistercienses e o cenário mais provável é que estes se tenham instalado numa comunidade pré-existente, à semelhança do que se passou em Tarouca<sup>213</sup>. Uma vez instalados na Torre terão feito o reconhecimento do território, concluindo que este servia os seus propósitos e, só então, dado início à construção do actual mosteiro de Santa Maria de Aguiar.

A integração do mosteiro em território português ou leonês é igualmente complexa. A fronteira oriental entre o território português e o território espanhol (à data leonês), ainda não estava perfeitamente definida no século XII e a região de Ribacoa<sup>214</sup> terá oscilado entre Portugal e Leão, até à delimitação definitiva com o Tratado de Alcanises, em 1297 .

---

212 Desconhece-se exactamente a que estrutura se referem os documentos. Rui Azevedo, “Riba Côa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação portuguesa e não leonesa”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 12, Lisboa, 1962, p. 261 e Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 104 pensam que esta torre pode ter sido uma atalaia da fortificação de Castelo Rodrigo. Também é possível, porém, que a Torre de Aguiar tenha sido na sua origem uma estrutura de fundação romana, a *Turris Aquilaris*, construção ainda hoje sobrevivente situada a cerca de 5 km do actual mosteiro; esta opinião é defendida por alguns autores, nomeadamente Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro”, in *Opus Cit.*, p. 205. Para todos os efeitos, parece ser um dado seguro que os monges estiveram provisoriamente instalados numa Torre, independentemente das origens e funções primitivas dessa estrutura.

213 A primeira menção de Santa Maria de Aguiar nas actas dos Capítulos Gerais data de 1190. Ver Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 104

214 Possivelmente, na sequência de investidas levadas a cabo durante a Reconquista, o território de Ribacoa terá pertencido a Portugal até 1180, altura em que terá passado para a posse de Leão, após a Batalha de Arganal. Sobre o assunto afirma José Mattoso “Disputava-se então entre os dois reinos a região de Ribacoa, que em 1174 D. Afonso Henriques considerava sua, pois nesse ano deu carta de couto ao mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar, que aí estava situado. Os problemas de soberania continuavam ainda por resolver em 1180, e foi talvez por isso que Sancho I tentou atacar esta zona. Sofreu, porém, uma pesada derrota na Batalha de Arganal, perto de Cidade Rodrigo. A posição portuguesa em Ribacoa tornou-se assim insustentável, de tal modo que os portugueses não parece terem tentado reaver este território durante os anos seguintes.” in *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 90. Alguns autores (nomeadamente Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 69), contudo, remetem a perda do território para o “desastre de Badajoz”, em 1169, em que D. Afonso Henriques foi derrotado por Fernando II de Leão, hipótese aparentemente menos credível. Independentemente da data exacta, o facto é que, a partir das duas últimas décadas do século XII o território pertencia já a coroa

O primeiro documento em que o mosteiro aparece mencionado é uma carta de 22 de Agosto de 1165<sup>215</sup>, pela qual o rei Fernando II de Leão doava o lugar *Turris Aquilaris* (e outras propriedades) ao abade Hugo, havendo notícia de outra doação em 1176. Esta documentação colocaria, na segunda metade do século XII, o mosteiro em posse da coroa leonesa. No entanto, uma carta de D. Afonso Henriques, datada de Fevereiro de 1174, complica um pouco o cenário; nesta carta o monarca português “concede e demarca um couto ao abade Domingos e ao *monasterio de turre de aguiar* declarando: *quod olim ad edificandum et construendum uobis per scripturam et cartam dedi*”<sup>216</sup>. Esta carta questiona a fundação e pertença do mosteiro – Leão ou Portugal? A autenticidade (ou não) de ambas as cartas ainda levanta dúvidas, muito embora actualmente pareça existir um consenso razoável no que toca à aceitação da carta de 1174 e rejeição (por ser possivelmente falsa) da carta de 1165<sup>217</sup>.

Assim sendo, o mosteiro poderá ter sido fundado por D. Fernando II de Leão, em data igual ou anterior a 1165, ou, por D. Afonso Henriques, em data anterior a 1174 - hipótese talvez mais plausível. Há mesmo autores<sup>218</sup> que defendem uma dupla fundação.

---

leonesa (depois leonesa-castelhana) e assim permanecerá até à investida de D. Dinis, em 1296, e consequente celebração do Tratado de Alcanises.

215 Rui de Azevedo considera este documento falso. Ver “Riba Côa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação portuguesa e não leonesa”, in *Opus Cit.*, p. 266. A mesma opinião é partilhada por José I. Torre Rodríguez, in “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”, in *Opus Cit.*, p. 106 e Júlio A. Borges, “O Real Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Resenha Histórica”, in *IX Centenário de la Fundacion del Cister, II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal – Ourense 1998*, vol. I, Zamora, Ediciones Monte Casino, 1999 p. 185.

216 Pde Miguel de Oliveira, in *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 24

217 M<sup>a</sup> Alegria Marques refere o mosteiro como “fundado por D. Afonso Henriques”, in “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 59. José Mattoso, in *História de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.* p. 90 refere a carta de 1174 como argumento para a aceitação de que o território de Ribacoa seria português em 1174. Luís Manuel Real, in “A Construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, *Opus Cit.*, p. 5, por sua vez, afirma “Santa Maria de Aguiar, cuja fundação cisterciense se deve já a Fernando II de Leão, apesar de em Fevereiro de 1174 ter também recebido carta de couto, por parte de D. Afonso Henriques, numa vã tentativa de afirmação de soberania”, mas não contesta a autenticidade da carta, apenas a origem da fundação do mosteiro. Para uma análise detalhada dos argumentos a favor da autenticidade desta carta ver Rui de Azevedo, “Riba Côa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação portuguesa e não leonesa”, in *Opus Cit.*

218 José I. Torre Rodríguez, in “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”, in *Opus Cit.*, p. 107.

Este quadro acentua também as dificuldades no que toca à filiação de Santa Maria de Aguiar, muito embora neste aspecto uma das hipóteses pareça ser mais lógica do que as restantes. As possibilidades apresentadas pelos historiadores ao longo dos séculos remetem para três abadias: Notre Dame de Boulbonne (na região de Toulouse), Valparaíso (na província de Zamora) e Moreruela<sup>219</sup>. O mosteiro de Moreruela, em território leonês, seria a escolha mais lógica para filiação de Santa Maria de Aguiar, que à data da transição para a observância de Cister estaria, provavelmente, também na posse da coroa de Leão, havendo, para além disso uma razoável proximidade geográfica, mas, sobretudo (e até porque as duas razões anteriores são comuns a Valparaíso) porque Moreruela é a abadia cisterciense mais importante do Reino de Leão<sup>220</sup>. É apenas após o Tratado de Alcanises, em 1297, que Santa Maria de Aguiar ‘abandona’ Moreruela, para passar para a tutela de São João de Tarouca, por razões que deverão ter sido de ordem geográfica, religiosa (sublinhando-se a importância de São João de Tarouca), e também muito de natureza política. Após a definição das fronteiras não fazia sentido, nem seria conveniente que um mosteiro situado em território português, ficasse directamente ligado a um mosteiro castelhano (-leonês).

---

219 Mosteiro leonês situado na margem esquerda do Esla e pertencente à diocese de Zamora, supostamente fundado em 1131 por monges de Claraval. Alguns historiadores admitem a possibilidade deste mosteiro ser a primeira fundação da Ordem em Espanha (Saul A. Gomes, por exemplo, defende a datação de 1131, in “Revisitação a um Velho Tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”, *Actas, Cister, Espaços, Territórios, Paisagens, Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, vol. I, Lisboa, MC / IPPAR, 2000, pp. 32-33); mas o primeiro documento indiscutível relativamente a Moreruela é uma doação de Afonso VII e data apenas de 1143. Isto leva a questionar a datação correcta, até porque se o mosteiro tiver efectivamente sido fundado em 1131 isso significa que durante dez anos foi a única casa cisterciense em Espanha. É talvez mais credível a data de 1143 que o inseriria no surto de fundações levadas a cabo entre 1140 e 1150, em que se incluem Fitero (1141), em Navarra, Sobrado (1142), e Oseira (os estudos mais recentes apontam para uma datação situada entre 1148-1151), na Galiza. A construção da igreja de Moreruela iniciou-se em 1170. Sobre estes mosteiros ver J.C. Valle Perez, *La Arquitectura Cisterciense en Galicia, Opus Cit.*, Miguel Romani, *El Monasterio Cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense), Estudio Histórico (1137-1310)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, M. Pallares e E. Portela, “Santa Maria de Sobrado. Tiempos y Espacios de un Monasterio Cisterciense. 1142-1150”, in *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, vol. I, Ourense-Oseira, IX Centenário de San Bernardo, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992.

220 Regina Raick considera indiscutível a filiação de Aguiar em Moreruela e sublinha as semelhanças artísticas entre as duas construções – “Considerando as diferentes relações de escala entre os dois edifícios, são, de facto, inegáveis algumas semelhanças estruturais.”, *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar*, Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 207. A questão da problemática da filiação já havia sido aflorada por Fr. F. Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia dos primeiros 23 annos DelRey D. Dinis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976, Livro XVII, capítulo XXXI, pp. 242 e 242 a.

As datas de início e conclusão da igreja de Santa Maria de Aguiar também não são conhecidas e levantam algumas dúvidas, sendo que as propostas de datação não são consensuais. Artur N. Gusmão<sup>221</sup> coloca a hipótese da igreja ter sido edificada apenas no século XIV devido à instabilidade causada pelas guerras com Castela. Pedro Dias considera que “a pureza da sua construção e a clara filiação estilística na corrente cisterciense nascida em Fontenay demonstram que só pode ter sido realizada em data próxima, mas posterior àquela, e quando os seus religiosos já tinham passado para a Ordem de Cister. Podemos adiantar como hipótese para o início da edificação da igreja os anos próximos aos de 1200.”<sup>222</sup> Semelhante datação é proposta por Ana M. Carvalheira que conclui que “talvez em cerca dos finais da centúria [XII], ou nos inícios da seguinte, o edifício (...) se encontrasse em fase de construção”.<sup>223</sup> Esta cronologia afigura-se-nos acertada. Corresponde ao período de apogeu económico do mosteiro<sup>224</sup>, o que pode explicar o hipotético delinear de um projecto construtivo mais ambicioso, com uma igreja mais vasta, mais consentânea não apenas com as dimensões da capela-mor mas também com a arquitectura da Ordem. A conjuntura político-militar da região e as consequentes guerras com Leão e Castela, terão causado alguma instabilidade no mosteiro, impossibilitando a edificação do plano inicial. Por sua vez, a transição para o século XIV vem acompanhada de algum declínio, que justificará o não retomar das obras nesse século.

O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar obedece aos critérios habituais da Ordem, encontrando-se suficientemente afastado das povoações mais próximas para permitir um certo isolamento e razoavelmente perto da ribeira de Aguiar<sup>225</sup>, de forma a nela se poder abastecer.

---

221 Artur Nobre de Gusmão, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros da Ordem de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 340

222 Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 69

223 Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, p. 46.

224 Ao longo do século XIII o mosteiro foi beneficiado com doações régias e doações de particulares. Sobre o assunto ver a dissertação de mestrado de António M<sup>a</sup> B. Vicente, *Santa Maria de Aguiar, Um Mosteiro de Fronteira, Património Rural e Paisagem Agrícola, Séculos XII-XIV*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

225 “O novo sitio, um vale aberto, permite a proximidade de solos agrícolas, mas proporciona também recursos hídricos que escasseavam no primeiro, pelo menos de forma a satisfazer adequadamente as

A igreja de Santa Maria de Aguiar apresenta uma planta original, com particularidades diversas, e que não se pode integrar incondicionalmente na tipologia das chamadas “plantas bernardinas”. Estrutura-se numa planta de cruz latina, com três naves, de dois tramos, transepto desenvolvido e cabeceira recta [Fig. 22].

A organização da cabeceira primitiva levanta, contudo, alguns problemas. Actualmente a planta da cabeceira apresenta-nos uma estrutura tripartida, com capela-mor recta e duas capelas laterais quadrangulares [Fig. 23]. Porém, antes das intervenções levadas a cabo pela D.G.E.M.N. entre 1936 e 1962, as capelas laterais não existiam e não há nenhum dado seguro, quer documental, quer material, que comprove a existência das mesmas [Fig. 24]. É facto que esta é uma tipologia comum na arquitectura da Ordem (começando pelo caso de Fontenay, cuja influência em Portugal já se havia feito sentir em Tarouca), e que o modelo teve impacto no território cisterciense português (surge em São João de Tarouca, Santa Maria de Fiães<sup>226</sup>, possivelmente na igreja do século XII de São Cristóvão de Lafões e também na Abadia de Salzedas<sup>227</sup>); mas estes elementos comparativos não chegam por si só para assegurar a existência das capelas laterais. Em paralelo, e estranhamente, o relato efectuado por Frei Hilário das Chagas<sup>228</sup>, no final do século XV/início do XVI (antes das transformações barrocas efectuadas na cabeceira), não faz qualquer menção sobre a existência destas capelas. Para além disso, sabemos que, apesar de uma evidente preferência pelo “plano bernardino”, a arquitectura cisterciense desenvolveu mais do que um tipo de planta, incluindo uma particularmente simples, de igreja com três naves, ou mesmo de uma só nave, e cabeceira com capela-mor sem capelas

---

necessidades do mosteiro cisterciense”, Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro”, in *Opus Cit.*, pp. 205/206

226 Na remodelação feita pelos cistercienses entre o final do século XII e o início do século XIII; ver C. A. Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal*, vol. 1, *O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 136/7 e Paulo Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 286.

227 Ver P. Pereira, *Ibidem*, p. 286.

228 Frei Hilário das Chagas, *Memórias Várias a Saber da Fundação e Doações do Real Mosteiro de Alcobaça. Catálogo dos seus primeiros 20 Abades. De como El-Rey Dom Manoel no anno de 1498 mandou visitar e saber das Fundações, e Lendas dos Mosteiros Cistercienses deste Reyno*, 1575, Códice Alcobacense, 372/92, cit. por Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauo da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, p. 74

laterais<sup>229</sup>. Embora contrariando a tipologia mais comum adoptada no território português, esta opção pela planta de cabeceira sem capelas laterais, não seria caso único no panorama europeu, e poderia ter sido a solução original em Santa Maria de Aguiar. O único factor que parece indicar que esta planta simplificada poderá não ser a hipótese mais plausível é a abertura de arcos na parede este do transepto<sup>230</sup>, o que permite avançar com a possibilidade de estas aberturas (que ladeiam a capela-mor) terem sido rasgadas aquando da construção da cabeceira medievá [Fig. 25]. Estes arcos poderiam ser as aberturas das capelas laterais. Se as mesmas chegaram a ser edificadas, ou se, por razões de ordem financeira ou de instabilidade político-militar, a construção se ficou apenas pelos rasgamento das aberturas, é algo que não podemos afirmar. O que é fundamental ressaltar, dada a actual composição da cabeceira, é que a solução avançada pela D.G.E.M.N. é apenas uma hipótese (não fundamentada) e não uma certeza.

As intervenções da D.G.E.M.N. na zona da cabeceira fizeram-se sentir também ao nível da iluminação da capela-mor. A planta anterior ao restauro (possivelmente de 1936) mostra a parede este fechada, resultando esta ausência de aberturas, muito provavelmente, de transformações pós-medievais. Após o restauro a parede passou a incluir três janelas, seguindo um modelo semelhante ao que se encontra no registo inferior de Fontenay [Fig. 26]. A hipótese, embora mais uma vez não fundamentada, é plausível, não sendo, contudo, de descartar a possibilidade de uma janela única (que, alias, esteve prevista como hipótese em 1936<sup>231</sup>).

Paralelamente, as dimensões e o desenvolvimento das naves em apenas dois tramos, levando a um aspecto quase cúbico da construção, colocam também algumas dúvidas quanto à possibilidade de um projecto inicial mais prolongado e consentâneo com o

---

229 Um exemplo muito idêntico ao de Aguiar, no que toca ao tipo de planta, encontrava-se na Igreja do Mosteiro de La Prée, fundado no século XII (desactivado na Revolução e entregue em 1954 aos *Frades dos Pobres*), na região de Ségry (no Centro de França), que possui três naves, capela-mor reduzida e transepto muito desenvolvido.

230 Esta informação é-nos dada pelas fotografias tiradas c.1936-1938 e que constam do processo de restauro da D.G.E.M.N.

231 Para uma análise detalhada dos restauros estudados, mas não executados, bem como dos restauros e reconstruções levados a cabo ver Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, IV Parte.

desenvolvimento e elegância característico das igrejas cistercienses. Verifica-se, na realidade, uma certa desproporção entre a cabeceira, o transepto e as dimensões das naves<sup>232</sup>, que sugerem um plano inicial mais ambicioso [Fig. 27]. Aceitando a sequência habitual das obras, segundo a qual a construção de uma igreja começava habitualmente pela cabeceira<sup>233</sup>, podemos também aceitar que a capela-mor foi planeada tendo em conta um desenvolvimento maior das naves, que depois não se verificou<sup>234</sup>.

O sistema de coberturas deste espaço revela-se igualmente problemático. No século XVIII, não só se construiu o coro-alto, como se substituiu a primitiva cobertura da nave central por uma abóbada de volta perfeita, em tijolo, estucada e pintada com motivos barrocos. No século XX retirou-se esta abóbada e cobriu-se o espaço com um travejamento de madeira de castanho, à semelhança do que (segundo o relato de Frei Hilário das Chagas) acontecia no século XVI. Este registo documental, porém, não nos esclarece sobre a primitiva cobertura da igreja, e a existência de duas colunas paralelepípedicas e terminadas em ponta de diamante, colocadas nas paredes do primeiro tramo (a leste) da nave [Fig. 27], leva-nos a colocar a hipótese de um projecto inicial com abobadamento em berço quebrado. Este é o modelo seguido na igreja de Moreruela, sendo que a provável filiação de Aguiar em Moreruela reforça a possibilidade de um projecto semelhante ao da casa-mãe, para além de ser também o tipo de cobertura que se encontra em São João de Tarouca. É igualmente o modelo de abobadamento da zona do transepto, permitindo aceitar a ideia de um projecto que incluísse a cobertura da nave central e transepto em berço quebrado. As vicissitudes que impediram o desenvolvimento da igreja deverão ter sido igualmente responsáveis pela desistência de um abobadamento em pedra<sup>235</sup>.

---

232 A simples análise do comprimento da nave central e do comprimento do transepto comprova esta desproporção: a nave central mede 13,17m e o transepto mede 23,90 m, ou seja quase o dobro da nave central.

233 Tenha-se, porém, em atenção a possibilidade de excepções. Ver a nota 190, p. 63.

234 O relatório da D.G.E.M.N. refere a existência de elementos que denunciariam a construção de mais dois tramos, mas não especifica nem inclui fotografias que ilustrem a ideia. Ver Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, p. 118. Dom Maur Cocheril refere a existência de uma outra igreja cisterciense inacabada, na Abadia de Monsalud de Córcoles. *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 109.

235 A. Gusmão entende, porém, que Aguiar foi “pensada originalmente com uma cobertura de madeira nas três naves, como foi frequente no grupo de construções do Noroeste, em seguimento de práticas do românico,

O abobadamento da nave norte desapareceu no século XVIII, devido à construção da escada de acesso ao coro alto. Em princípio, deveria ser idêntico ao da nave lateral sul e é essa a opção escolhida pela D.G.E.M.N. para o restauro levado a cabo entre 1938 e 1955<sup>236</sup>. Aqui vemos um abobadamento com abóbada de cruzaria de ogivas (sextapartida no primeiro tramo e quadripartida no segundo), com nervuras rectangulares e arestas chanfradas. As nervuras descarregam o seu peso em mísulas em ponta de diamante, comuns aos arcos torais. Estamos perante um tipo de cobertura já claramente associado ao universo gótico [Fig. 28]. O abobadamento escolhido para as laterais, em cruzamento de ogivas, distancia-se das soluções propostas em Fontenay e em São João de Tarouca, resultando a grande originalidade de Aguiar, não tanto da escolha do cruzamento de ogivas (que aparece, por exemplo, em Alcobaça), mas da localização das mesmas nas naves laterais.

A circulação entre as naves faz-se por meio de arcos quebrados duplos “cortados por uma simples moldura na zona dos seus arranques, dando a ilusão de se prolongarem até o solo, de que os separa então um ressalto que lhes forma pouco pronunciada base.”<sup>237</sup> Artur N. Gusmão<sup>238</sup> chama a atenção para os evidentes paralelismos entre estas arcadas e respectivos pilares e o modelo que se encontra em Le Thoronet<sup>239</sup>, o que, por um lado, pode ajudar a situar o edifício entre finais do século XII / inícios do século XIII (Le Thoronet foi edificado na segunda metade do século XII), e, por outro, testemunha a circulação dos modelos vigentes na Ordem [Figs. 29 e 30].

---

em Leão como na Galiza ou como entre nós. Mais tarde, possivelmente a exemplo de Moreruela, empreenderam esse trabalho de substituição do tecto de pau pelas ogivas.”, in *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 340

236 Ver Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, p. 84

237 A. Gusmão, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 341.

238 Idem, *Ibidem*, p. 341

239 Filha indirecta de Cister, através de Mazan, fundada em 1136 em Floriège, e transferida cerca de 1147 para Le Thoronet, na região de Var (na Provença). Em 1157, as obras já deviam ter começado e a consagração data de cerca de 1176. Ver sobre esta abadia J. F. Leroux-Dhuys, *Opus Cit.*, pp. 354-361 e E. F. Barbier, “Le Thoronet, forêt, pierres e cigales”, in *Dossiers d’ Archeologie*, nº 234, Jun.-Jul. 1998 – *Cîteaux 1098 /1998, A la Découverte de 64 Sites en France*, Dijon, Editions Faton, 1998, pp. 120-123.

Tudo indica que (e apesar dos restauros do século XX) não tenham existido quaisquer janelas na nave central, que seria, assim, iluminada de forma indirecta, através das naves norte e sul (a nave norte com uma janela, a nave sul com duas), num esquema comum à maioria das igrejas da Ordem. É também o modelo que encontramos em São João de Tarouca. A iluminação do espaço reúne, no entanto, características estilísticas diferentes, particularmente no braço sul do transepto [Fig. 31], onde se rasga uma janela de cariz gótico, apontando para a opção por soluções formais ligadas ao novo estilo, a par da restante fenestração do espaço, ainda caracteristicamente românica. “Assim, a adopção de elementos estruturais que estavam a ser desenvolvidos em larga escala, pela estética gótica que, na altura dominava o panorama arquitectónico e decorativo europeu, configura o hibridismo estilístico que caracteriza a igreja de Aguiar.”<sup>240</sup> O óculo no arco para a capela-mor resulta dos restauros do século XX, não sendo, porém, de rejeitar que aí se encontrasse uma abertura, uma vez que este é um espaço habitual de iluminação.

O transepto foi alvo de grandes intervenções, especialmente no braço norte, onde se reconstituiu a abóbada, em berço quebrado, e parte das paredes, desobstruindo-se a “porta das matinas”. A localização e traçado desta porta, em arco de volta perfeita, apresenta grandes analogias com as suas congéneres nas igrejas de Alcobaça e Moreruela [Fig. 32].

A fachada principal possui um portal único em arco de volta perfeita encimado por uma pequena fresta, aí colocada pela D.G.E.M.N. em substituição de uma janela mais ampla, datada possivelmente de um período pós-medieval [Fig. 33]. Nos extremos da parede encontram-se dois contrafortes (um de cada lado), destinados a sustentar o peso das abobadas das naves laterais. Ana Carvalheira<sup>241</sup> coloca a hipótese da existência de um nártex adossado à fachada, tendo por base uma fotografia publicada por João Couto em 1927, na qual se vêem (na fachada) as marcas de uma estrutura triangular. Torna-se impossível (sem uma intervenção arqueológica) saber a forma e planta exacta deste nártex,

---

240 Ana M. G. Carvalheira, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar, O Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, *Opus Cit.*, p.53. Já A. Gusmão utiliza o termo híbrido para caracterizar a Igreja de Santa Maria de Aguiar, in *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 341.

241 *Ibidem*, p. 65. Também Dom Maur Cocheril faz referência a esta estrutura, embora sublinhando não ser possível precisar se se tratava de uma construção de origem, in *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p. 110.

bem como a sua datação precisa. Parece-nos, contudo, plausível uma cronologia medieval, dado que esta tipologia de fachada com nártex era comum nas igrejas da Ordem, como se tem vindo a observar.

A cabeceira é a zona do edifício mais intervencionada pela D.G.E.M.N. e o aspecto exterior que hoje apresenta é o resultado final de uma reconstituição possível, mas não segura, nem sequer documentada<sup>242</sup>. Surge-nos, assim, uma capela-mor rematada por uma parede recta, terminada em frontão triangular, na qual se rasgam três frestas em arco, destacando-se nos extremos das paredes, dois contrafortes piramidais. As paredes laterais integram igualmente contrafortes, um junto ao ângulo com a parede testeira, e de perfil idêntico ao que aí se encontra, e outro a meio, prolongado até ao topo em secção rectangular. Mais controversa do que a reconstituição das paredes da capela-mor é, como se viu anteriormente, a inclusão, na reelaboração da cabeceira, das capelas laterais [Fig. 23].

Na fachada lateral sul [Fig. 34], inserida no ângulo formado pela saliência do transepto, encontra-se um dos elementos mais interessantes da igreja: a torre cilíndrica, cuja função original é discutível (actualmente alberga a escada de acesso aos telhados). Sabemos que na fachada norte, no ângulo norte-oeste quase à face da fachada principal, se encontrava uma torre sineira, demolida, (possivelmente) na década de quarenta do século XX; esta torre, contudo, contraria o Capítulo Geral de 1157 que estabelecia a proibição de construir torres (campanários) em pedra<sup>243</sup>, e deverá, portanto, ser uma construção ulterior ao projecto inicial e ao período de maior rigidez face às normas de despojamento promulgadas pelos Capítulos. Muito embora a torre da fachada sul também seja em pedra, ela encontra-se num plano secundário, situação que não é inédita na arquitectura cisterciense e que se encontra na igreja de Morerueta, cuja (eventual) afiliação pode ter influenciado a igreja de Aguiar. Estes factores permitem extrapolar que a torre cilíndrica tivesse sido na sua origem uma torre sineira. A torre é ladeada por dois contrafortes, destinados a sustentar o peso da abóbada que se encontra no interior do braço do transepto,

---

242 “Mais que reconstruído, o alçado nascente foi reconstituído segundo um critério de reabilitação estilística que, na ausência de um estudo prévio, poderá ser questionável. A cabeceira da igreja de Santa Maria de Aguiar foi, então, demolida para dar lugar à reconstituição *do que se supunha ser* a cabeceira original.”, Ana M. G. Carvalheira, *Ibidem*, p. 69

243 Ver ponto 1.1, p. 38, nota 101.

e que se repetem na parede do lado oposto. As paredes laterais do braço do transepto são ainda ornamentadas por uma cachorrada que sustenta uma cornija vegetalista.

Na parede de topo do braço sul do transepto abre-se a “porta dos mortos”<sup>244</sup>, actualmente ocultada pelo desnivelamento da igreja face à estrada que lhe é paralela. Esta porta evidencia já uma gramática de natureza gótica, estruturando-se num arco quebrado emoldurado por uma arquivolta constituída por toros e molduras rectas e apoiada em impostas de perfil duplo assentes no pé-direito da parede. Sobre a porta rasga-se uma janela em arco quebrado com arquivoltas compostas por toros e escócias, assentes em impostas idênticas às da porta inferior; a janela, de dois lumes é dividida por um mainel, coroado por um pequeno óculo quadrilobado [Fig. 35]. Sob a janela surgem duas mísulas que parecem indicar a presença de um pequeno alpendre ou cobertura, executado, possivelmente, em madeira, num registo idêntico ao que se encontrava em Alcobaça. A fachada termina em frontão triangular, delineado por uma cornija.

Na parede norte da igreja encontra-se a “porta dos monges”, aberta em arco quebrado, revelando novamente a inclusão de elementos góticos na traça da igreja<sup>245</sup> [Fig. 36]. As arquivoltas apresentam toros e escócias, assentando em impostas de perfil duplo, verificando-se uma configuração geral muito idêntica à da “porta dos mortos”. A inclusão de colunas surge como uma forma de ornamentar a estrutura do portal, uma vez que elas estão adossadas ao pé-direito do portal e não servem para sustentar o peso das arquivoltas; terminam em toros assentes sobre pequenos plintos e são encimadas por capitéis vegetalistas, possivelmente do século XIII, de feição um pouco rude, similares aos da sala do capítulo. A terminação das folhagens com um ornamento em forma de bola encontra paralelismos nos capitéis das igrejas galegas de Oseira e Armenteira. No entanto, o conjunto deste portal, mais do que uma inspiração galega, encontra afinidades com a “porta dos mortos” da Abadia de Alcobaça. No extremo oposto da parede norte abria-se, por norma, a “porta dos conversos”, que em Santa Maria de Aguiar, porém, parece não ter

---

244 Tudo indica que o cemitério do Mosteiro seria no prado existente a sul da igreja.

245 Esta porta havia sido emparedada aquando da construção da escada de acesso ao coro-alto, vindo a ser novamente desobstruída durante os restauros do século XX.

existido, talvez devido às reduzidas dimensões da igreja. É, contudo, muito invulgar a entrada na igreja, de monges e conversos, pela mesma porta<sup>246</sup>.

Podemos assinalar paralelismos entre a igreja de Santa Maria de Aguiar e a arquitectura borgonhesa expressa em Fontenay ao nível do despojamento e pureza das formas, bem como ao nível do eventual projecto de abobadamento em berço quebrado, na nave, e do abobadamento do transepto, e capela-mor. Da mesma forma é possível estabelecer analogias com a igreja provençal de Le Thoronet, sublinhando-se, em última análise, mais do que semelhanças com regiões específicas de França, uma filiação evidente nos modelos gerais preconizados pela Ordem. A escala da igreja de Aguiar, contudo, não tem qualquer comparação com as igrejas francesas da Ordem ou mesmo com as construções levantadas em território nacional, o que potencia efectivamente a ideia de um plano inacabado.

O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar levanta, como se pode verificar, vários problemas de natureza histórica e artística que dificultam a compreensão e entendimento do conjunto no seu todo; contudo, apesar das várias problemáticas inerentes a esta construção, há um aspecto fundamental que importa sublinhar, que é a sua integração dentro da “família cisterciense”, através dos modelos gerais de simplicidade e despojamento que caracterizam a *estética cisterciense*.

---

<sup>246</sup> As dependências monásticas situam-se a norte da igreja, provavelmente por razões hidráulicas, muito embora a ausência de escavações arqueológicas não permita grandes extrapolações sobre este assunto. “O facto de o claustro se encontrar localizado a norte estará, certamente, relacionado com o aproveitamento das linhas de água do mosteiro, permitindo uma melhor adaptação ao terreno em função do escoamento das águas residuais. Por outro lado, permitia que os edifícios envolventes, a norte e a leste, o protegessem do ‘Cieiro’, principal vento predominante que, dessas direcções, sopra particularmente gélido durante os frios invernos da região.” António B. Vicente, *Santa Maria de Aguiar, Um Mosteiro de Fronteira, Património Rural e Paisagem Agrícola, Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, p. 104

### 1.2.2 Igrejas de Três naves com Deambulatório:

#### a) Santa Maria de Alcobaça

Também a fundação de Alcobaça está envolta em lendas que envolvem a figura crucial de S. Bernardo. Segundo a lenda, antes da conquista de Santarém, um irmão bastardo de D. Afonso Henriques, D. Pedro Afonso (que teria conhecido o abade de Claraval aquando de uma visita a França), teria sugerido ao monarca que invocasse a protecção de São Bernardo para a batalha. D. Afonso Henriques segue o conselho do (pseudo) irmão e promete a S. Bernardo, como agradecimento caso Santarém fosse conquistada, toda a terra que ia da Serra de Albardos até ao mar, para criação de uma abadia. Santarém cai às mãos dos cristãos e o monarca cumpre a promessa<sup>247</sup>.

Os acontecimentos reais devem-se, contudo, mais a razões de natureza política do que a promessas religiosas<sup>248</sup>. O mosteiro pode, eventualmente, ter sido fundado a 21 de Setembro de 1152<sup>249</sup>, mas é apenas a 8 de Abril de 1153 que D. Afonso Henriques (e a sua

---

247 A lenda aparece narrada em várias crónicas (sobretudo da Ordem, mas não só). Um dos testemunhos mais antigos encontra-se na *Crónica de Portugal de 1419*, onde se pode ler a promessa de D. Afonso Henriques: “Eu à onrra e louvor de Deos prometo, se me ele Santarém dar quiser por Sua merçe e por roguos do bemto Sam Bernardo que vós [infante D. Pedro Afonso] dizes, que eu lhe dê toda esta terra pera sua ordem quanta vejo daquy ate o mar e que faça hum moisteyro em que frades da sua ordem vivem a serviço de Deos, e por que ela seja mais acrescentada”, Fol. 22 v, edição crítica de A. A. Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 38. Ver sobre o assunto Pde Miguel de Oliveira, in *Origens da Ordem de Cister em Portugal, Opus Cit.*, p. 26-31, Pedro Gomes Barbosa, “S. Bernardo e a Independência de Portugal”, in *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo – Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, Alfredo Pimenta, *A Carta de Feudo a Claraval, Opus Cit.*

248 Em 1148, D. Afonso VII de Leão protesta junto do Papa face ao uso do título de rei por D. Afonso Henriques. O facto de os protestos do monarca leonês apenas se verificarem em 1148 pode estar relacionado com a conquista de Lisboa, em 1147. Este acontecimento estende o reino “rebelde” para um território que Afonso VII poderia cobiçar para si próprio e reafirma a vontade de independência de D. Afonso Henriques. Sobre este assunto ver José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 73. Independentemente das questões relacionadas com a lenda, é de acreditar que, na prática, D. Afonso Henriques, tenha procurado “suavizar” a atitude do Papa através das benesses concedidas à Ordem de Cister, nomeadamente com a criação de um grande mosteiro. Paralelamente há que ter em conta a necessidade de povoar um território recentemente reconquistado aos muçulmanos, sendo que a criação de uma abadia, seria uma forma de dinamizar a região.

249 Ver Saúl A. Gomes, “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”, in *Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 2, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura / Universidade de Coimbra, 2002, p. 206. Esta data, que tem por

mulher, D. Mafalda) passa a carta de couto pela qual legava a São Bernardo uma vasta propriedade régia, situada entre Leiria e Óbidos, limitada a Oeste pelo oceano e a Este pela região de Aljubarrota. No lugar de Alcobaça fundar-se-ia o mosteiro que deveria, como contrapartida para o rei, assegurar o repovoamento e cultivo do território. Em termos de localização, a escolha de Alcobaça para fundar uma abadia cisterciense inseria-se perfeitamente dentro das premissas definidas pelas normas da ordem<sup>250</sup>: tratava-se de um local isolado, perto de dois cursos de água<sup>251</sup> e de um maciço calcário (a Serra dos Candeeiros).

Sabemos muito pouco sobre o primeiro quarto de século de existência do mosteiro. Ao que tudo indica, de início os monges instalaram-se num local diferente, na margem direita do Alcoa<sup>252</sup>. Aí se terá edificado uma primeira e singela construção<sup>253</sup>, de que no

---

base uma inscrição na igreja de Alcobaça (na parede norte, à direita do portal que dá passagem para o claustro), é muito discutível. A lápide é uma cópia do século XVII de uma suposta inscrição medieval e muitos autores têm-na considerado falsa. Mário Barroca, que analisou a inscrição, não avança, neste aspecto, com nenhuma conclusão categórica. Ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II / Tomo I, pp. 245-248.

250 Ver sobre o assunto José M. de Mascarenhas, Pedro G. Barbosa, Virgolino F. Jorge, “Les Cisterciense et l’ Aménagement de l’ Espace, Le cas d’ Alcobaça”, in *L’ Espace Cistercien, Actes du Colloque*, Abbaye de Fontfroide, Mars 1993, sous la direction de Léon Pressouyre, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1994

251 Sobre a rede hidráulica de Alcobaça ver José P. D. Tavares, “Mosteiro de Alcobaça, as Cheias e os Assentamentos no Edificado Cisterciense”, in *Património – Estudos*, nº 6, Lisboa, IPPAR, nº 6, 2004. A importância da água em Alcobaça é assinalada pela colocação na colateral norte, a meio da nave, de uma pequena lápide, que tem gravadas duas mãos com os dedos indicadores voltados para baixo e a inscrição *Aqueductus*; esta lápide indicava o local onde passava a canalização do lavabo do Refeitório. “O sistema hidráulico cisterciense relacionado com o Mosteiro de Alcobaça, rios incluídos, estava organizado de um modo hierarquizado e disciplinado, com expressões notáveis de concepção, materialização, desenvolvimento, conservação e exploração, revelando conhecimentos notáveis de Hidráulica, de Engenharia e de Arquitectura, em cenário de criação harmoniosa, artística, útil e pragmática”, Idem, *Ibidem*, p. 82.

252 A tese tradicional, de que a primeira instalação teria sido no lugar de Chiqueda, está ultrapassada. Ver sobre os primeiros anos de Alcobaça, Saúl A. Gomes, “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”, in *Opus Cit.*

253 Diz-nos Fr. A. Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, *Opus Cit.*, Livro X, capítulo XXXII, p. 180 que “em Alcobaça ouue duas Igrejas, & dous Conuentos. Em o primeiro cuja Igreja ainda permanece com o titulo de Santa Maria a velha, moraraõ os Religiosos alguns annos, & para o segundo em que oje viuem se mudarão quando esteue acabado”.

século XVI ainda haveria vestígios; embora actualmente já nada subsista, a memória foi preservada através do topónimo de *Santa Maria-a-Velha*<sup>254</sup>.

O início da construção do actual mosteiro deu-se apenas 25 anos após a carta de couto, sendo o lançamento da primeira pedra a 2 de Maio de 1178<sup>255</sup>.

Em 1195, a Península Ibérica foi alvo de um violento ataque almóada que resultou, aliás, na derrota de Afonso VIII de Castela na batalha de Alarcos a 19 de Julho de 1195. Esta ofensiva vinha na sequência das investidas levadas a cabo pelo emir de Marrocos, Abu Yaqub al-Mansur, desde meados de 1190 e que haviam enfraquecido as posições cristãs<sup>256</sup>. O núcleo cisterciense de Alcobaça parece ter sido particularmente afectado pelo ataque de 1195<sup>257</sup>, o que pode justificar as doações feitas por D. Sancho I a Alcobaça, nesse mesmo

---

254 Ver Luís M. Real, “A Construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, in *Opus Cit.*, p. 85 e Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, colaboração de José Manuel N. Sanches Coelho e prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1989, p. 27

255 Este hiato não é excessivo, é preciso ter em conta que os monges “tinham de começar por cultivar a propriedade, assegurar a sua subsistência e prever o recrutamento, pois era em função da população do mosteiro que se determinavam as dimensões da igreja”, Dom Maur Cocheril, “Abadias Cistercienses Portuguesas - I, Inventário e Cronologia das Abadias do Século XII”, in *Sp. Revista Lusitânia Sacra*, Tomo IV, 1959, Lisboa, 1959, p. 27. A inscrição comemorativa da fundação da Abadia Nova em 1178, que se encontra em Alcobaça (também na parede norte junto à passagem para o claustro), também é uma cópia do século XVII, mas tem sido aceite como autêntica. Ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II / Tomo I, pp. 417-419.

256 Sobre este assunto ver José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, pp. 95-97, M<sup>a</sup> E. Ferreira, “D. Sancho I”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, vol. V, pp. 439-442 e Herminia Vilar, *D. Afonso II, Um Rei sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, III/ 3. *A Guerra*, pp. 125-129.

257 Sendo, contudo, impossível precisar as consequências exactas. Alguns autores do final do século XIX e início do século XX, referiam a destruição total – por exemplo Pinho Leal que afirma que todos os frades foram degolados, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & companhia, vol. I, 1873, p. 74 ou Alberto Pimentel que escreve que “Em 1195 o Miramolim de Marrocos, Yacub, destruiu as paredes do novo edificio, que excediam já meia altura”, in, *Portugal Pittoresco e Illustrado*, vol. II, *A Extremadura Portuguesa*, Lisboa, Empreza da História de Portugal Sociedade Editora, 1908, p. 391. Sobre o assunto escreve Fr. A. Brandão, *Quarta Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desde tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey Dom Afonso III*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974, Livro XII, capítulo XVII, p. 26 a, o seguinte “Chegou [um exército árabe] à villa de Alcobaça distante de Santarém oito legoas, & do Mar Oceano quasi duas, aonde lhe fizeraõ os nossos rsistencia, mas não resultou della mais que ficarem os Christãos desbaratados, & os Monges de Cister daquelle insigne Mosteiro passados a cutello”. No entanto, o avanço das obras até à data e o grau de destruição causado pela investida é desconhecido. Sobre esta questão Pedro Dias afirma o seguinte: “(...) se a comunidade monástica foi obrigada a dispersar-se, as construções tiveram também de sofrer com a investida. Pensamos que só depois desta data [1195], com o repovoamento e reorganização, é que a nova igreja foi reiniciada”, in *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 51

ano, sobretudo se tivermos em conta que a política de D. Sancho I face aos cistercienses foi de contenção e restrição de poderes (contrariamente à de D. Afonso Henriques<sup>258</sup>).

Uma epígrafe na igreja esclarece que os monges se mudaram para as novas instalações a 6 de Agosto de 1223<sup>259</sup>. A Sagração, contudo, deu-se, cerca de 30 anos mais tarde, a 20 de Outubro de 1252, no abaciado de D. Egas Rodrigues.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi uma das grandes obras da arquitectura medieval portuguesa, e, claramente, a mais importante construção da Ordem de Cister no território português, importância essa que se irá fazer sentir em todas as áreas<sup>260</sup>. A obra foi de grande envergadura e, conseqüentemente, os trabalhos foram morosos, o que é atestado pelo número de canteiros que aí laborou, que deve ter sido elevado como se deduz pela variedade das siglas existentes<sup>261</sup>.

O plano geral da Abadia de Santa Maria de Alcobaça reproduz o da casa-mãe, Claraval, com a particularidade de as dependências monásticas se encontrarem a norte da igreja, ao passo que em Claraval se situam a sul. Esta “reprodução” permite-nos através da

---

258 “A documentação régia do século XII que chegou até nós leva-nos a concluir por uma maior atenção aos mosteiros cistercienses durante o reinado de D. Afonso Henriques. (...) No plano puramente interno, seria esta protecção também um meio para buscar, nos cistercienses, mais uma das bases de apoio de que necessitava para se afirmar no reino e, sobretudo, perante a nobreza nortenha”. M<sup>a</sup> Alegria Marques, “A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 60

259 Encontra-se na ala sul do Claustro de D. Dinis, junto da porta de acesso à nave da igreja. Ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II / Tomo I, pp. 711-717.

260 “Foi enorme a importância de Alcobaça no contexto da sociedade medieval portuguesa. Manifestou-se essa importância em vários domínios: na agricultura e povoamento da região (distribuição de terras, concessão de forais aos colonos, fornecimento de alfaias e de sementes, secagem de pântanos, fabrico de ferramentas, criação de gado, introdução de técnicas agrícolas); no plano militar (participação na defesa da fronteira sul); no sector social (distribuição de esmolas, recolha de doentes); no aspecto cultural (em 1269 instituição por Frei Estevão Martins da primeira escola pública portuguesa que funcionou no claustro, com ensino de gramática, de lógica e de teologia; criação de *scriptoria* com trabalho de copistas; organização de uma das mais importantes “livrarias” portuguesas da Idade Média); no domínio do urbanismo (à sombra do Mosteiro se geraram alguns centros populacionais); no plano comercial (actividade internacional com exportação por via marítima de produtos agrícolas nacionais para o Norte da Europa); e no domínio artístico.” J. H. Pais da Silva, “A Arquitectura Religiosa Gótica Portuguesa: Problemática e Fichas de Monumentos”, in *Páginas de História da Arte*, vol. I, *Artistas e Monumentos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 38

261 Sobre as siglas do mosteiro ver R. De La Torre, “Aproximacion a los Constructores de Alcobaça através de sus marcas de Canteria”, in *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, 17-20 Outubro 1991, vol. II, Ourense-Oseira, IX Centenário de San Bernardo, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992

observação de Alcobaça, não apenas entender a construção alcobacense, mas também, de alguma maneira “materializar” a abadia de Claraval, cujas construções do século XII não sobreviveram até aos nossos dias. Naturalmente que há pequenas diferenças entre ambas as construções, nomeadamente a nível das dimensões da igreja, sendo que as naves de Alcobaça têm doze tramos e as de Claraval dez, bem como a nível da iluminação da nave central - Claraval possuía arcobotantes que transpunham a cobertura das colaterais, e a nave era, portanto, directamente iluminada, enquanto a de Alcobaça não é.

A evolução cronológica das obras, as várias fases e os arquitectos que aqui trabalharam mantêm-se desconhecidos para nós e a opinião dos autores nem sempre é absolutamente coincidente. Luís Manuel Real<sup>262</sup> defende um faseamento tripartido das obras. Segundo este autor a primeira fase das obras decorre até ao final do século XII e deve ter sido orientada por um mestre vindo de Claraval<sup>263</sup>. Neste período teria sido definido o plano geral do mosteiro com a disposição das dependências a norte da igreja, edificando-se a cabeceira, transepto e coro dos monges. A segunda fase das obras teria começado no início do século XIII, podendo ser obra de um mestre português, embora com uma qualidade francamente acima do habitual no nosso território. Este mestre teria sido o responsável pelas alterações na parte mais elevada da construção, e pela cobertura da igreja, sendo também a ele que se deveria o prolongamento da igreja com mais um tramo, criando um total de dez tramos (a parede norte estava, até aí, já levantada até ao nono tramo), englobando o coro dos enfermos e o coro dos conversos<sup>264</sup>. O autor considera que esta fase deve ter decorrido durante o reinado de Afonso II (1211-1223). Após esta campanha de obras, em que a igreja ficaria praticamente construída, verificar-se-ia uma terceira fase, na qual se teriam erguido os dois últimos tramos (ficando assim a igreja com doze tramos) e o pórtico e que se pode atribuir a um terceiro mestre<sup>265</sup>.

---

262 “A Construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, in *Opus Cit.*

263 Luís M. Real chama-lhe “mestre de Clairvaux”, *Ibidem*, p. 89.

264 Segundo o autor encontram-se neste período algumas tipologias específicas, como as mísulas em forma de cunha e a passagem para uma temática decorativa vegetalista de nítida influência coimbrã.

265 Se aceitarmos que D. Afonso II, falecido em 1223, se fez sepultar no nártex/galilé, temos igualmente de aceitar que a fachada já estaria terminada nessa data, o que anula a hipótese da terceira campanha ser posterior a 1223. Ver sobre o nártex as pp. 99/100.

Esta sequência e divisão (bem como as respectivas atribuições a mestres estrangeiros e portugueses) é impossível de confirmar. A existência de três fases distintas é um facto, confirmado<sup>266</sup> nomeadamente pelas diferenças entre os tramos e respectivos pilares – sendo os quatro primeiros a contar do transepto os mais antigos, depois os seis seguintes, e por fim, os mais tardios, os dois últimos. Mas é inviável tentar datá-los com precisão. Há autores que questionam a sobrevivência da construção edificada entre 1178 e 1195, devido à (possível) destruição causada pela investida almóada de 1195. Isto anularia a hipótese de uma primeira campanha construtiva sobrevivente, proposta por Luís M. Real. Dom Maur Cocheril<sup>267</sup>, embora assinalando três fases distintas, defende uma posição quase antagónica, considerando que a construção de 1178 foi significativamente abalada e que, após 1195, teriam vindo para Portugal monges provenientes de Claraval, sendo estes os responsáveis pela construção que hoje conhecemos<sup>268</sup>; esta opinião não só contradiz a hipótese de uma segunda campanha orientada por um mestre português, como coloca a construção da actual cabeceira (e da quase totalidade do templo) no século XIII, enquanto Luís M. Real a situa no século XII.

Que a construção se iniciou em 1178 é algo que não oferece dúvidas e é possível aceitar que a destruição de 1195 tenha sido apenas parcial; contudo, é impossível precisar o que sobreviveu ou não. Admitir que o deambulatório com as suas abóbadas de cruzaria simples e as capelas com abóbada de berço tenham sobrevivido, é possível, mas talvez não seja o cenário mais provável. A própria utilização de abóbadas de berço não é um argumento definitivo para situar a construção ainda no século XII, uma vez que estas abóbadas se mantiveram em uso ao longo da primeira metade do século XIII. E ao aceitarmos a sobrevivência do deambulatório deveríamos incluir também nessa campanha (e nessa sobrevivência) os quatro primeiros tramos da nave, o que significaria que a destruição teria sido quase inexistente.

---

266 Ver, para além dos autores já citados, entre outros, Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 51 e Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 349 e *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 287.

267 “Abadias Cistercienses Portuguesas - I, Inventario e Cronologia das Abadias do Século XII”, in *Opus Cit.*, pp. 32-34

268 Paulo Pereira defende uma posição idêntica, in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, p. 349.

Uma questão que parece reunir o consenso dos vários autores<sup>269</sup>, embora por vezes com propostas diferentes, é a origem francesa do projecto. Esta ideia foi recentemente reforçada por um estudo sobre o espaço e as proporções levado a cabo por Virgolino F. Jorge<sup>270</sup>, que demonstrou, tal como se havia verificado em São João de Tarouca, que em Alcobaça foi utilizada uma grelha ortogonal na definição da arquitectura da igreja; esta grelha resulta da multiplicação de um módulo (*ad quadratum*<sup>271</sup>), tendo a unidade de medida utilizada para definir a quadratura sido o pé real (*pied du roi*), medida que como se viu, era mais comum em França do que na Península Ibérica. O próprio autor justifica esta escolha pelo facto de “o projecto não ter sido elaborado em Portugal, mas provir directamente do país berço da Ordem Cisterciense”<sup>272</sup>. Também o estudo das marcas de canteiros parece apontar neste sentido<sup>273</sup>. Uma situação plausível é a vinda de monges franceses para Portugal cerca de 1178, tendo permanecido no território durante algumas décadas. A lenda atribui a autoria do projecto a um monge de nome *Didier* (Desidério), sobre o qual nada sabemos (nem sequer se existiu), mas o próprio nome “pode remeter precisamente para a possível origem borgonhesa dos constructores”<sup>274</sup>. Em última análise, torna-se indiscutível que a Igreja de Alcobaça “constitui um enclave estrangeiro na história da arte portuguesa”<sup>275</sup>.

---

269 Alguns exemplos, Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 348; Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, pp.49 e 52.

270 Virgolino Ferreira Jorge, “Espaço e Eritmia na Abadia Medieval de Alcobaça”, in *Sep. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, série IV, nº 93, 1999.

271 A utilização deste módulo era comum na arte cisterciense. Ver sobre o assunto A. M<sup>a</sup> Romanini, “O Projecto Cisterciense”, in *Opus Cit.*

272 Virgolino F. Jorge, “Espaço e Eritmia na Abadia Medieval de Alcobaça”, in *Opus Cit.*, p. 8.

273 “Está fora de dúvida a íntima genealogia claravaliense da arquitectura e da decoração (o que enquadra o arquitecto e a equipa planificadora, estreitamente vinculados á Ordem).”, R. De La Torre, “Aproximacion a los Constructores de Alcobaça através de sus marcas de Canteria”, in *Opus Cit.*, p. 837.

274 Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 348 e *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 287.

275 Mário Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 46

A igreja de Santa Maria de Alcobaça apresenta uma planta de cruz latina, dividida em três naves de doze tramos cada uma<sup>276</sup>, com transepto saliente e cabeceira composta por nove capelas radiantes [Fig. 37].

Uma particularidade desta igreja é a altura das colaterais, praticamente ao nível da nave central. Esta situação deriva da necessidade de garantir a solidez e resistência da construção. Por motivos indeterminados não se optou por escorar a igreja com arcobotantes (que não seriam desconhecidos pois aparecem na cabeceira) e como tal, as próprias naves laterais assumem, com essa elevação, uma função de sustentação do edifício. Na parede exterior sul as colaterais são reforçadas pela existência de contrafortes; na parede exterior norte a existência do claustro evitou a existência dos mesmos – esta opção de dispensar os contrafortes devido à presença do claustro foi igualmente tomada em Claraval, casa-mãe e modelo de Alcobaça, o que parece explicar esta solução na igreja alcobacense. Não é, porém, uma situação completamente invulgar e é possível assinalar exemplos semelhantes, como Fontfroide, Haina (Alemanha) ou Hohenfurt (Boémia)<sup>277</sup> [Figs. 38, 39 e 40].

Outro aspecto invulgar tem a ver com a estreiteza das naves colaterais, situação, de facto, pouco comum e cujos motivos não são suficientemente claros, mas que poderá ter a ver com a necessidade de a luz proveniente das janelas não chegar demasiado difusa à nave central [Fig. 41].

---

276 Esta divisão obriga à existência de duas filas de 12 pilares ao longo da nave, num total de 24, sendo que também no transepto surgem 12 pilares (6 de cada lado). A simbologia torna-se assim muito forte remetendo para os 12 Apóstolos, verdadeiros pilares ou colunas da igreja, como haviam sido descritos por São Paulo na “Carta aos Gálatas” “(...) Tiago, Cefas e João, que eram considerados as colunas” (*Bíblia Sagrada, Opus Cit.*, “Carta aos Gálatas”, 2,9) e na “Carta aos Efésios”, “(...) sois concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre o alicerce dos Apóstolos e dos Profetas, com Cristo por pedra angular” (*Bíblia Sagrada, Opus Cit.*, “Carta aos Efésios”, 2, 20). Esta última ideia é claramente expressa por Suger na obra *Scriptum Consecrationis Ecclesiae Sancti Dionysii* (*Écrit sur la Consécration de l’Église de Saint-Denis*), na qual escreve “Assim, ao meio [do edifício] doze colunas apresentam o grupo dos doze Apóstolos, e na segunda fila as [doze] colunas do deambulatório representam o mesmo número de Profetas.”, (Suger, “Écrit sur la Consécration de l’Église de Saint-Denis”, in *Opus Cit.*, p. 31) repetindo em seguida a frase de São Paulo retirada da “Carta aos Efésios”. Verifica-se, assim, que certas simbologias são transversais ao pensamento medieval.

277 Dentro do território nacional, podemos encontrar um exemplo, fora da arquitectura cisterciense, na Sé de Coimbra, com a qual, aliás, Alcobaça possui outros paralelismos, como o coroamento de ameias.

O abobadamento faz-se por meio de abóbada de cruzamento de ogivas<sup>278</sup> com arcos torais de secção quadrada emoldurados por dois toros [Fig. 42]. Tais arcos descarregam em capitéis vegetalistas de grande elegância, decorados com diferentes tipos de folhagens, desde os *crochets* às palmetas, passando pelas folhas de água (também designadas *feuilles-plates*). Esta diversidade de folhagem é maior nos tramos correspondentes à zona do coro dos monges, o que pode evidenciar um cuidado especial conferido a este coro [Fig. 43]. Os restantes capitéis da nave são maioritariamente compostos por *crochets*. Encontramos um único capitel com representação antropomórfica no interior da igreja: no segundo pilar (a oeste) do lado sul, três pequenos rostos surgem entre as folhagens<sup>279</sup> [Fig. 44].

As colunas em que assentam os capitéis dos arcos torais prolongam-se até mais de meio do pilar. As suas terminações são distintas; nos primeiros tramos (no coro dos monges) assentam em mísulas arredondadas com ornamentação vegetalista; nos tramos seguintes (no coro dos conversos) apoiam-se em mísulas biseladas ou em cunha. As mísulas biseladas não são muito comuns, embora apareçam em algumas construções cistercienses, inclusive em Portugal, como se verifica, por exemplo, em São João de Tarouca onde os arcos torais se apoiam directamente sobre mísulas biseladas. Nos dois últimos tramos a oeste as mísulas são recortadas [Figs. 45, 46 e 47]. As diferenças nos pilares não se limitam à terminação das mísulas. Nos quatro primeiros tramos os pilares são complementados com colunas nas faces e nos ângulos; estas colunas assentam em socos

---

278 J.H. Pais da Silva considera que “Alcobaça foi o primeiro edifício erguido em Portugal onde esta estrutura apareceu utilizada sistematicamente”, “A Arquitectura Religiosa Gótica Portuguesa: Problemática e Fichas de Monumentos”, in *Opus Cit.*, vol. I, p. 39. A. Gusmão entende que “à semelhança de Claraval, teriam começado a erguer uma igreja destinada a receber a iluminação directa na nave e, como no modelo, terão pensado cobrir as colaterais, mais baixas, com arestas, recorrendo no exterior ao uso de contrafortes. Mas não nos parece que então se previsse para a nave o emprego das ogivas.”, in *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 365.

279 Sobre os capiteis de Alcobaça ver o estudo de Eduardo Duarte, “Os Capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aspectos estéticos, plásticos e funcionais”, in *Actas, Cister, Espaços, Territórios, Paisagens, Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, vol. II, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000. O autor faz uma análise da simbologia dos capiteis alcobacenses, chamando a atenção para o aparecimento maioritário de duas tipologias: os *crochets* (símbolos de prosperidade) e as folhas de água (que evidenciam a importância da água na religião cristã). O autor considera ainda que, para além da recusa do capitel historiado, a opção pelos capiteis vegetalistas na arte cisterciense pode ter a ver com o entendimento da Natureza como reflexo da beleza Divina. Artur N. Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça – Estudo Histórico-Arquológico*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1948, pp. 80-81, faz a divisão em três tipos de capiteis: os de *crochets*, os de folhas largas e pouco recortadas e os de folhagem estilizada.

salientes e estes sobre uma pequena base octogonal. Os restantes pilares não possuem colunas nos ângulos, mas também as apresentam nas faces; estas colunas estão igualmente colocadas sobre socos salientes, embora estes assentem directamente no chão [Figs. 48 e 49]. Apesar das diferenças, os pilares possuem, porém, uma característica comum: na face interna a parte inferior é plana<sup>280</sup>, permitindo que se lhes encoste o espaldar dos cadeirais dos vários coros<sup>281</sup>. As semelhanças entre os pilares da igreja de Alcobaça e os da igreja de Pontigny<sup>282</sup> têm sido apontadas por diversos autores<sup>283</sup>, nomeadamente a nível da

---

280 Dom Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 47 considera esta característica uma particularidade das igrejas cistercienses, que conferiu a este tipo de pilar a designação de “pilares-muros”.

281 O mais importante era o coro dos monges composto por um cadeiral de duas filas, com um espaldar dotado de sobrecéu que se encostava aos pilares.

282 A abadia de Pontigny, fundada em 1114, é a segunda filha de Cister (apenas precedida por La Ferté). A sua fundação deve-se a um padre de nome Ansius, que ofereceu a Estêvão Harding, então abade de Cister, um terreno numa clareira no meio da floresta da Borgonha, junto do rio Serein. O grupo dos monges para aí enviado vai ter por abade Hugues de Mácon, amigo de São Bernardo. Apesar das dificuldades iniciais, a comunidade cresce rapidamente e a igreja primitiva acaba por se tornar pequena. Cerca de 1140, o Conde de Champagne, Thibaud le Grand, amigo de São Bernardo, irá beneficiar Pontigny permitindo a construção de uma nova igreja, terminada no início da década de cinquenta. A igreja foi estruturada com uma planta em cruz latina, com três naves, transepto com duas capelas em cada um dos três lados, cabeceira quadrada e nártex. Esta planta corresponde a Pontigny II. A nave central possui abóbadas de cruzamento de ogivas, enquanto nas colaterais surgem abóbadas de aresta. As arcadas de circulação abrem-se em arcos quebrados, idênticos aos que se vêem a separar os tramos nas naves colaterais. Também as janelas do clerestório se rasgam em arco quebrado. As capelas do transepto são cobertas por abobadas de aresta e iluminadas por uma janela aberta em arco de volta perfeita. Sobre as capelas este e oeste encontram-se janelas em arco quebrado e sobre as capelas situadas no topo dos braços do transepto abriram-se rosáceas. A decoração é simples, apresentando os capitéis ornamentação de carácter vegetalista, com palmetas estilizadas de grande simplicidade. Na década de 1180, cerca de 1185, a cabeceira plana foi substituída por uma ampla cabeceira poligonal, com deambulatório e onze capelas radiantes (esta campanha de obras deve ter sido financiada por Adèle de Champagne, filha do Conde Thibaud le Grand e viúva de Louis VII, sepultada nesta cabeceira em 1206), perdendo-se muito da austeridade inicial, muito embora a igreja seja, no seu conjunto, despojada e sóbria. “As formas dos colunelos, capiteis e cornijas são simples, mas em todos os aspectos consonante com a linguagem gótica”, W.Sauerlander, *Le Monde Gothique, Le Siècle des Cathédrales, 1140-1260*, Paris, Éditions Gallimard, 1989, p. 42. O deambulatório possui abobadamento com cruzamento de ogivas e as capelas abóbadas nervadas com seis nervuras. As capelas radiantes são separadas entre si por paredes, não permitindo a circulação interna. Toda a estrutura da cabeceira é sustentada por grandes arcobotantes. Esta planta é habitualmente designada Pontigny III e testemunha a transformação que muitas casas cistercienses sofreram face ao projecto inicial, nomeadamente a própria casa-mãe e as respectivas quatro primeiras casas-filha. Se em Cister III e Morimond II a “adulteração” da simplicidade inicial foi mais suavizada (pela escolha de formas rectas em Cister e pela ausência de capelas em Morimond), em Claraval e Pontigny, ela foi evidente. Ver Terryl N. Kinder, “Pontigny Abbey”, in *The Dictionary of Art*, vol. 25, New York, Grove, 1996 e a monografia de Georges Fontaine, *Pontigny, Abbaye Cistercienne*, Paris, Librairie Ernest Leroux, 1928.

283 Ver a título de exemplo G. Fontaine, *Pontigny, Abbaye Cistercienne, Opus Cit.*, p. 69. Sublinhe-se, no entanto, que a tipologia dos pilares de Pontigny é menos elaborada.

terminação das mísulas, que apresentam em Pontigny um modelo análogo ao do coro dos monges de Alcobaça [Fig. 50]. Sublinha-se assim o intercâmbio de modelos entre as casas da Ordem e, em concreto, entre Alcobaça e as primeiras casas-filha, Claraval (em termos do plano geral) e Pontigny.

As nervuras das abóbadas, por sua vez, assentam em impostas colocadas nos ângulos dos pilares. Nos tramos correspondentes ao espaço destinado ao coro dos monges as impostas assentam em colunas adossadas que se prolongam até ao soco da base. Nos restantes tramos um cone inserido no ângulo remata a imposta [Figs. 51 e 43]. Nas paredes das colaterais a cerca de 10 m encontra-se uma cornija que divide o alçado em dois<sup>284</sup>.

Uma das questões complexas no que toca à análise de Alcobaça tem a ver com a estruturação da sua cabeceira [Fig. 52]. A magnífica cabeceira alcobacense apresenta uma estrutura radiante com nove capelas trapezoidais abertas para um deambulatório (o primeiro da arquitectura portuguesa), de acordo com uma fórmula nitidamente inspirada em Claraval III, o que, aliás, não surpreende, dada a inspiração de todo o edifício na abadia de S. Bernardo. A opinião comumente aceite é de que esta cabeceira terá sido a primeira e única edificada em Alcobaça, iniciada, portanto, em 1178, aquando do começo das obras e não tendo, assim, sido precedida por nenhuma outra. Contudo, esta teoria veio a ser refutada por um grande estudioso da arquitectura cisterciense, Dom Maur Cocheril, aceitando outros autores, na sequência deste, a sua hipótese<sup>285</sup>. Cocheril advogou que, antes da edificação desta cabeceira, a igreja havia possuído uma terminação plana, com uma capela-mor rectangular e capelas laterais de planta recta. A esta igreja anterior à actual Cocheril chamou Alcobaça I, justificando a sua existência pelo facto de Alcobaça ter sido

---

284 Dom Maur Cocheril, in *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 49, considera que esta cornija poderá indicar que o plano original previa uma abóbada de berço quebrado nas naves laterais, tendo-se posteriormente vindo a optar pelo cruzamento de ogivas. Artur Gusmão, in *A Real Abadia de Alcobaça, Opus Cit.*, p. 81, menciona a cornija, sem daí retirar ilações, limitando-se a constatar as semelhanças com a cornija da nave central de Pontigny.

285 Dom M. Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, pp. 42-45 e “Abadias Cistercienses Portuguesas - I, Inventário e Cronologia das Abadias do Século XII”, *Opus Cit.*, pp. 29-32. Ver também Carlos Alberto F. Almeida, “Arquitectura”, in *Nos Confins da Idade Média, Arte Portuguesa Séculos XII-XV*, catálogo da Exposição patente no Museu Nacional Soares dos Reis / 13 Março 1992 – 26 Abril 1992, SEC/IPM, 1992, p. 77 e Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 348 e *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, pp. 287/288.

fundada ainda em vida de S. Bernardo e, como tal, ter de obedecer ao "plano Bernardino". O autor procurou fazer a justaposição da cabeceira de Alcobaça I com a planta de Alcobaça de forma a demonstrar a forma de encaixe e a estrutura geral de tal plano [Fig. 53]. Esta sobreposição levanta, porém, inúmeros problemas que dificultam a aceitação da teoria – as dimensões do transepto<sup>286</sup> tornam-se inconsistentes e a unidade dos pilares na cabeceira, transepto e quatro primeiros tramos da nave apontam para uma mesma campanha de obras (e não para uma cabeceira posterior aos tramos). O sistema de coberturas de todo o conjunto da cabeceira também parece contrariar esta tese: abóbadas de berço nas capelas<sup>287</sup>, cruzamento de ogivas simples no deambulatório<sup>288</sup> e abóbada polinervada na capela-mor, tudo aponta para uma evolução progressiva do sistema de cobertura [Figs. 54, 55 e 52]. Também o estudo das marcas de canteiro parece indicar a existência de uma única cabeceira, excluindo a possibilidade de uma Alcobaça I. “Este plano é cuidadosamente controlado desde o seu início: pode afirmar-se categoricamente que a igreja do mosteiro não assenta sobre restos anteriores ou reaproveitados; ou seja, salvo resultados contrários de uma prospecção arqueológica, nenhum elemento visível induz a pensar num edifício – cisterciense ou não – anterior à cabeceira com deambulatório que hoje contemplamos.”<sup>289</sup> Uma hipótese que nos parece mais plausível é a de Alcobaça reproduzir praticamente na

---

286 Luís M. Real defende uma posição contrária à de Cocheril afirmando que “Através do mero exercício de sobreposição das plantas torna-se impossível obter uma reconstituição equilibrada do transepto. O tramo exterior de cada braço e, conseqüentemente, a respectiva capela colateral, passariam a ter uma largura superior aos restantes, o que é um contra-senso. Ao invés, a própria arquitectura oferece indicadores que contrariam a possibilidade de uma mutação tão radical. A tipologia das consolas, que o próprio Cocheril utilizou para definir as fases subseqüentes da obra, demonstra a grande unidade do transepto.”, in “A Construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, in *Opus Cit.*, p. 86

287 J. H. Pais da Silva, define a utilização destas abóbadas como um *arcaísmo*, que se torna compreensível tendo em conta que a construção começou pela cabeceira. Ver “A Arquitectura Religiosa Gótica Portuguesa: Problemática e Fichas de Monumentos”, in *Opus Cit.*, vol. I, p. 39

288 No primeiro tramo de cada lado, pertencente ainda ao transepto, mas inserido no anel de deambulação, o abobadamento é feito com abobada de berço quebrado.

289 R. De La Torre, “Aproximacion a los Constructores de Alcobaça através de sus marcas de Canteria”, in *Opus Cit.*, vol. II, p. 836. O autor também estabelece três etapas de construção, mas sem que isso signifique a existência de duas cabeceiras. Segundo o autor, na primeira fase edificou-se a cabeceira completa, o perímetro do cruzeiro e o início das naves; na segunda fase avançou-se a igreja e construíram-se as dependências da galeria da sala do capítulo; num terceiro momento as siglas indicam a existência de várias campanhas fragmentárias.

íntegra o modelo de Claraval III<sup>290</sup>, não tendo copiado a cabeceira de Claraval II que, aliás, já teria sido demolida aquando do início das obras de Alcobaça - recorde-se que Claraval III é começado logo após a morte de São Bernardo, em 1154 e que a construção de Alcobaça se dá a partir de 1178; o facto de a fundação de Alcobaça ser de 1153 não significa que vinte e cinco anos mais tarde, quando efectivamente se começa a construir, se tenha adoptado um modelo contemporâneo da fundação.

A capela-mor, absidial, abre-se para o deambulatório através de arcos quebrados suportados por colunas assentes em base quadrangulares e apoiadas sobre um pequeno murete. Os capitéis são vegetalistas, decorados com *crochets*. Sobre os arcos eleva-se uma parede dividida em dois alçados por uma cornija. No alçado inferior abrem-se pequenas janelas e no superior um elegante clerestório em arco de volta perfeita dispõe-se a toda a volta. O espaço é coberto por uma abóbada polinervada cujas nervuras assentam em finos colunelos adossados às paredes e que terminam um pouco acima dos ábacos dos capitéis [Fig. 52]. O modelo definido na cabeceira de Alcobaça é idêntico ao que se encontra na cabeceira de Pontigny III, verificando-se assim a manutenção de uma unidade estética entre diversos edifícios da Ordem, mesmo quando as igrejas foram objecto de transformações, como aconteceu nesta abadia borgonhesa [Fig. 56].

Para o deambulatório abrem nove capelas radiantes, inseridas no muro exterior. Possuem planta trapezoidal e são separadas entre si por uma parede recta, solução igual à adoptada em Claraval III. São cobertas com abóbada de berço e na parede do lado direito de cada uma delas, encontrava-se a credência<sup>291</sup>. Cada capela possui uma janela na parede

---

290 Esta é a tese defendida por historiadores de arte como Artur Nobre de Gusmão in *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.* O autor afirma inclusive que “Se, baseados nas características da igreja, procurarmos reconstituir a marcha da construção, verificamos que o aspecto apresentado pelas capelas radiantes, o deambulatório e os braços do cruzeiro, são mais simples quanto ao sistema de cobertura e composição dos pilares. De facto ao compararmos estes elementos estruturais com os da capela-mor e das naves, somos levados a considerar verosímil a hipótese de que, à semelhança de muitas igrejas medievais, a cabeceira e a face oriental do transepto foram as primeiras partes edificadas”, p. 83. Esta teoria é igualmente assumida por J. C. Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 116. Recentemente, também Valle Pérez defendeu a existência de uma só cabeceira, num artigo de homenagem a Artur N. Gusmão, no qual admite ter modificado a sua posição original. Ver “O Professor Artur Nobre de Gusmão e os estudos sobre a Arte da Idade Média em Portugal”, *II Congresso Internacional de História da Arte 2001, Portugal: Encruzilhada de Culturas, das Artes e das Sensibilidades*, Coimbra, Almedina / Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 515.

291 Nicho no qual os cistercienses colocavam o cálice e restantes objectos necessários à celebração da missa.

de topo. A sexta capela a partir da esquerda foi substituída pela passagem que dá acesso à sacristia nova [Figs. 54 e 55].

De acordo com Maur Cocheril “a observação da planta ao nível da entrada leva a pensar que o transepto foi concebido como uma nave central ladeada por colaterais”<sup>292</sup>. Do lado este, porém, a (pseudo) colateral foi transformada em capelas, comunicantes entre si<sup>293</sup>. No término das mesmas, junto ao deambulatório, as capelas foram fechadas por paredes que as separam da zona de circulação. Estas capelas deveriam ser semelhantes às que se encontravam na primitiva cabeceira de Claraval e a cobertura em abóbada de aresta sem nervuras, aproxima-se do tipo de cobertura que aparece nas naves laterais da igreja de Pontigny. No braço norte do transepto encontra-se a porta da sacristia medieval e a porta da escada para o dormitório. No topo abrem-se dois óculos quadrilobados. No braço sul abre-se a “porta dos mortos” (para além de uma porta para o panteão neo-gótico e de uma pequena porta que esconde uma escada de acesso aos telhados). Sobre a “porta dos mortos” rasgam-se duas janelas e uma grande rosácea. As paredes este do transepto possuem sobre as capelas dois níveis de aberturas, o inferior composto por janelas de pequenas dimensões e o superior por grandes janelões. A oeste há apenas um nível de janelas; no seu conjunto, porém, verifica-se uma clara preocupação com a iluminação do espaço, reveladora de uma mentalidade já claramente gótica [Figs. 57 e 58]<sup>294</sup>.

A cobertura do transepto é igual à da nave central e encontra-se à mesma altura. No cruzeiro a chave é circular e aberta [Fig. 57]<sup>295</sup>. As nervuras descarregam em pilares de grande simplicidade, com uma tipologia idêntica aos que se encontram em Pontigny. Os capitéis do transepto, vegetalistas, são de grande simplicidade e despojamento, sublinhando-se em alguns o pouco relevo das formas esculpidas, que encontra analogias

---

292 *Alcobaça Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 50

293 Do lado Sul com a colocação do altar dedicado a S. Bernardo, fechou-se a comunicação entre as capelas, mas trata-se de uma intervenção pós-medieval.

294 Esta disposição permite efectivamente uma boa iluminação da zona do transepto e está de acordo com a ideia de que “todos os edifícios da ordem mostram uma precisa hierarquização das aberturas”, P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 290.

295 Artur Gusmão considera que “sobre este tramo devia ficar situado o pequeno campanário da igreja, servindo a aludida chave, no cruzamento das ogivas, para passar a corda do sino”, in *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 82.

com os capitéis da igreja de Pontigny. Aliás, em todo o conjunto de capitéis de Alcobaça, encontramos similitudes com os capitéis de Pontigny, bem como com os de Fontenay e de outras igrejas cistercienses, onde ainda hoje se encontram tipologias de capitéis bem inseridas no espírito da Ordem, como por exemplo, Fontfroide<sup>296</sup>.

A iluminação da nave da igreja é feita através das janelas que se abrem em cada um dos doze tramos das colaterais. Estas janelas rasgam-se em arco de volta perfeita e estão inseridas no fundo de vãos muito largos; juntamente com as janelas dos braços do transepto, capela-mor e aberturas dos topos do transepto e fachada inundariam a igreja de luz. Diz-nos o cronista Frei Manuel dos Santos que “*com tanta lux he a igreja tam clara como a rua*”<sup>297</sup>, o que evidencia já bem a essência gótica de que se reveste Alcobaça. A rosácea completaria esta iluminação criando “um foco de luz dirigida que mais aprofunda as já de si excepcionais dimensões do edifício”<sup>298</sup>.

Não dispomos de nenhuma descrição da fachada primitiva da igreja de Alcobaça, mas a comparação com outras fachadas coevas, permite uma tentativa de reconstituição. Devia ser muito simples, com uma rosácea a encimar o portal e duas janelas simples a enquadrar a rosácea. Ladeando o portal estariam contrafortes verticais que denunciariam a divisão interna em três naves. “O frontispício he de obra moderna; porque a igreja da sua primeira planta nam o tem, que sobisse acima do telhado: a rezam foi porque nam o consintiam as leis de Cister; nem torres levantadas, em que se vissem estar os sinos publicamente”<sup>299</sup>. O portal, remanescente<sup>300</sup>, compõe-se de sete arquivoltas assentes em

---

296 Mosteiro cisterciense na região do Languedoc, fundado em 1146 com filiação em Claraval (através de Grandselve). A construção da igreja começou no final do século XII. Sobre este mosteiro ver Nicolas d'Andoque, *Ancienne Abbaye Cistercienne de Fontfroide*, Moisenay, Editions Gaud, 2002; Anselme Dimier, *L'Art Cistercien, France, Opus Cit.*, pp. 228-252; Jean Blanc, "Fontfroide, une oasis en Languedoc", in *Dossiers d'Archeologie*, nº 234, *Cîteaux 1098 /1998, A la Découverte de 64 Sites en France*, Jun.-Jul. 1998, Dijon, Editions Faton, pp. 64-67; J. F. Leroux-Dhuys, *Opus Cit.*, pp. 196-205.

297 *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, BNL - Códice Alcob. 307, Fols. 1-35, leitura, introdução e notas por Aires A. Nascimento, Alcobaça, Edição da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979, p. 31.

298 J.C. Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 117

299 Frei Manuel dos Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça, Opus Cit.*, p. 33

300 Dom Maur Cocheril, *Notes sur L' l'Architecture et le Decor dans les Abbayes Cistercienne du Portugal, Opus Cit.*, p. 140, afirma que o portal era dotado de um tímpano. Não há, porém, elementos suficientes que permitam comprovar essa teoria.

colunas com capiteis vegetalistas diversificados. A dimensão da rosácea ainda hoje é perceptível pela sobrevivência da moldura e a sua ornamentação deveria ser idêntica à da rosácea do braço sul do transepto. Como em Casamari<sup>301</sup>, a fachada seria antecedida por uma escadaria de um só lanço, cuja existência é referida pelo cronista Frei Hierónimo Roman [Figs. 59, 60 e 61].

A fachada possuiria, à semelhança de Claraval, um nártex, que caso, reproduzisse o da casa-mãe, teria uma só nave e não duas, como em Pontigny<sup>302</sup>. Novamente segundo Frei Hieronimo Román era nesta galilé<sup>303</sup> que se encontravam sepultados os reis e os príncipes, antes de os túmulos terem transitado para o interior da igreja. Se a informação do cronista estiver correcta ficamos a saber que a galilé e, conseqüentemente a fachada, estaria concluída em 1223, uma vez que D. Afonso II, cuja morte ocorreu em 1223, aí se fez

---

301 Mosteiro da região do Lácio, fundado em 1140, com filiação em Claraval. A construção dos edificios começou em 1203. Sobre este mosteiro ver J. F. Leroux-Dhuys, *Opus Cit.*, pp. 162-165.

302 Ver sobre a fachada original Dom Maur Cocheril, *Alcobaça Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 41. A imagem de Claraval em 1708 que nos deixou Dom Milley mostra um nártex de uma só nave, aberto ao centro por meio de um arco quebrado ladeado por janelas também em arco quebrado; ver A. N. Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça, Opus Cit.*, p. 67. Também o nártex de Casamari apresenta uma só nave, mas ao contrário de um arco ao centro ladeado por janelas, apresenta três arcos: o central em volta perfeita, os dois laterais quebrados.

303 Em Portugal o nártex é frequentemente designado *galilé*. “Este espaço monástico – a galilé – situava-se junto da porta principal dos templos, mas no seu exterior: nessa época estava interdita a tumulação de leigos dentro das igrejas. Era, no entanto, uma zona no limiar do sagrado que, nos mosteiros adstritos à regra de São Bento, ficou também associada ao momento último do itinerário que, em procissão ritual em memória da Paixão e Ressurreição de Cristo, os monges realizavam todos os Domingos: depois de terem percorrido as quadras do claustro, saíam dele, por uma porta de comunicação, para o alpendre fronteiro à igreja onde efectuavam a última paragem processional, recolhendo-se de seguida ao interior do templo. Aí, nesse espaço exterior e nessa derradeira estação ritual, comemoravam a última aparição que Cristo, antes de ascender definitivamente aos Céus, fizera aos Apóstolos num monte da Galileia. Por tal razão (e por aproximação fonética a *Galileia*), esse alpendre passou, no mundo ibérico, a ser denominado de *galilé*, numa analogia clara com a certeza da ressurreição dos corpos dos justos no dia do Juízo Final e, a exemplo de Cristo, da sua subida, por fim, aos céus. Já nos mosteiros da Europa Central este mesmo espaço ficou conhecido com o nome de *paraíso*. Embora diferindo radicalmente de *galilé*, as razões que explicam esta outra opção coincidem no essencial: neste caso a designação foi retirada do início da antífona *In paradisum*, cantada ou recitada nas exéquias dos benfeitores sepultados nesse local à entrada do templo, no momento imediatamente antecedente à deposição do corpo no sepulcro. Com ela, o coro dos monges exprimia o desejo de os anjos transportarem a alma do defunto ao Paraíso, em cuja entrada seria recebida pelos mártires e por eles conduzida ao interior da cidade santa de Jerusalém.”, José C. Vieira da Silva, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, IPPAR, 2003, p. 17. Ver também sobre este assunto J. C. Vieira da Silva, “Da Galilé à Capela-Mor: o Percurso do Espaço Funerário na Arquitectura Gótica Portuguesa”, in *O Fascínio do Fim, Viagens pelo Final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997; e J. Rodrigues, *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 123-137

sepultar, tendo, aliás, a iniciativa desta construção pertencido ao próprio monarca<sup>304</sup>. A *Crónica de Portugal de 1419* refere igualmente a existência deste espaço, dizendo o seguinte. “(...) e jaz [D. Afonso II] no muymento d. Alcobaça na capela mor d’ante a porta do moisteyro que ele em sua vida mandou fazer. E em ese ano foy mudado o convento de Santa Maria antiga à nova igreja d. Alcobaça que el. rey dom Afonso, seu avoo, mandou ffazer”<sup>305</sup>. Em 1487, Frei Pedro Serrano<sup>306</sup> refere, aquando da sua visita ao mosteiro, a existência da galilé e informa-nos sobre a invocação do espaço de tumulação aí existente – Capela dos Santos Tomé e Martinho. Frei Hierónimo Roman<sup>307</sup> refere este espaço como “uma capela à mão direita de quem sai da igreja”, o que leva a crer que o espaço de tumulação<sup>308</sup> ocuparia apenas o lado esquerdo da galilé. Segundo Frei Manuel de Figueiredo<sup>309</sup>, estava arruinada durante o abaciado de Dom Jorge de Melo (1505-1519)<sup>310</sup>.

A cabeceira da igreja ergue-se em dois níveis; o piso térreo correspondendo exteriormente à terminação das capelas do deambulatório, cada uma com uma pequena janela em arco quebrado e separadas por contrafortes [Fig. 62]. O piso superior correspondendo à elevação da capela mor estruturada em dois registos de janelas (o superior com esguias frestas em cada pano e o inferior com pequenas janelas intercaladas com panos cegos). Os únicos arcobotantes da igreja encontram-se aqui a sustentar o abobadamento da capela-mor, tendo sido os primeiros a aparecer no território português [Fig. 63]. Um aspecto importante nestes arcobotantes é o facto de não estarem encastrados na parede, mas sim encostados aos contrafortes. Uma hipótese explicativa para esta

---

304 Na realidade a construção do mosteiro “decorreu, em grande parte, à sombra da protecção deste monarca”, Hermínia Vilar, *D. Afonso II, Um Rei sem Tempo, Opus Cit.*, p. 63.

305 *Crónica de Portugal de 1419, Opus Cit.*, Fol. 61r/Fol. 61v, p. 119

306 cit. por José C. Vieira da Silva, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça, Opus Cit.*, p. 19

307 cit. por José C. Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 20

308 José C. Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 20, designa este espaço como “capela-panteão”.

309 Cit. por Dom Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 40

310 O que deverá ter levado, nesse mesmo período, à deslocação dos túmulos para o interior da igreja, para o braço sul do transepto. Ver J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 137.

situação é a possibilidade de os arcobotantes terem sido acrescentados posteriormente e não planeados de origem<sup>311</sup>.

A fachada sul é escorada com dez contrafortes. De início deveriam ser doze, mas os dois primeiros desapareceram quando se construíram as torres da fachada barroca. Esta opção por um escoramento com contrafortes, em vez de arcobotantes, difere da solução adoptada na casa-mãe, Claraval, onde a parede norte se encontrava sustentada por arcobotantes; a justificação para essa diferença reside provavelmente na elevação das naves à mesma altura que se verifica em Alcobaça. A meio da fachada encontra-se um arco de volta perfeita entaipado, que deveria corresponder a uma porta para o exterior [Fig. 38].

O transepto sul também possui contrafortes, em número de três, dispostos de acordo com a divisão interna do espaço<sup>312</sup>. A organização das janelas segue a mesma lógica: a janela em arco quebrado encimada por um óculo no pano mais estreito, corresponde à iluminação da colateral oeste; as duas janelas em arco quebrado encimadas pela grande rosácea, correspondem à nave central do transepto. Sob estas surge a “porta dos mortos”, actualmente rectangular, mas sendo ainda perceptível entaipado na parede, o desenho em arco. Por cima da “porta dos mortos” vêem-se os modilhões que serviriam de suporte a um alpendre. Uma situação idêntica aparece em Santa Maria de Aguiar, servindo, possivelmente, o alpendre para proteger a saída de procissões relacionadas com o culto dos mortos [Fig. 64].

As paredes da nave, do transepto e da cabeceira são rematadas por ameias de carácter ornamental<sup>313</sup>, opção estética que encontra paralelos na Se Velha de Coimbra e na Sé de Lisboa. Mário Chicó, considera, porém, que a comparação entre a cabeceira de Alcobaça e a de Pontigny “permite-nos supor que Santa Maria de Alcobaça só tardiamente

---

311 Esta hipótese já foi colocada por M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 67 e Virgolino F. Jorge considera os arcobotantes efectivamente posteriores - ver “Espaço e Eúritmia na Abadia Medieval de Alcobaça”, in *Opus Cit.*, p. 17.

312 O contraforte do meio - que não é central em relação à fachada do transepto - corresponde ao pilar que, internamente, se encontra adossado à parede e sustenta as abóbadas das naves do transepto (central e colateral oeste).

313 “Esta característica confere ao conjunto uma solidez militar, um ar de fortaleza (aliás contrastante com a verticalidade e a transparência do interior) que se adequa à conjuntura da fundação e à situação do edifício em terras “extremadas”, Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 351

foi fortificada e que foi na altura em que às fachadas laterais foi acrescentada uma platibanda coroada de merlões que, para consolidar a cabeceira, houve a necessidade de construir os pesados arcobotantes que amparam a capela-Mor.”<sup>314</sup> A relação entre os arcobotantes e a coração de ameias (e a datação também tardia da mesma) carece, no entanto, de confirmação.

Com Santa Maria de Alcobaça entra-se num novo período da arquitectura portuguesa. Contudo, é discutível que o estaleiro de Alcobaça tenha influenciado de forma determinante as construções que lhe são ulteriores. Se, por um lado, podemos dizer que o gótico entra em Portugal através das obras alcobacenses, por outro torna-se difícil atribuir-lhe “descendentes” directos. A grandiosidade do projecto (excepcional no nosso território, e que só viria a ser repetida com a construção do Mosteiro da Batalha), a provável origem borgonhesa dos mestres que aí trabalharam (e que após o término das obras, ou ainda durante as mesmas, terão voltado ao seu país de origem), o arrastar da construção ao longo de várias décadas e a permanência do românico até um período tardio tornaram, em parte, este edifício num caso irrepitível. De certa forma, Alcobaça aparece desenquadrada no panorama nacional e “só o processo de construção dos cistercienses – que faziam deslocar os seus próprios mestres por toda a Europa -, a capacidade económica da ordem e também a sua importância política, sobretudo a partir dos finais do século XII, justificam e explicam o verdadeiro milagre que foi, mal o século de Duzentos se iniciou, construir uma obra num estilo gótico tão adulto e com uma tão vigorosa manifestação de saber e capacidade técnica”<sup>315</sup>. No entanto, é indesmentível a influência que a arquitectura cisterciense teve na orientação da arquitectura gótica portuguesa dos séculos XIII e XIV<sup>316</sup>. Se não encontramos uma repetição dos programas a nível dos seus elementos técnicos, como os arcobotantes ou a abóbada de cruzamento de ogivas (cuja divulgação foi lenta e parcimoniosa), a verdade é que toda a arquitectura portuguesa pós Alcobaça vai ser marcada por uma aura de

---

314 *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 67

315 Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 55

316 "É assim que se constata que, quando o gótico, enquanto sistema global e coerente, chega a Portugal, chega por via cisterciense. Despojada e frio. Claro e plano, luminoso e branco.", P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 291.

sobriedade, austeridade e despojamento. O grande trunfo do Mosteiro de Alcobaça foi justamente a capacidade de conferir à arquitectura que se seguiu, e apesar das inúmeras diferenças técnicas e formais que por vezes se fazem sentir, uma unidade estética, derivada da *estética cisterciense*. Este é o legado alcobacense, e em última análise, o legado da própria ordem de Cister à arquitectura medieval do Ocidente. “Sem dúvida, o seu sentido das proporções, a sua lógica construtiva, assim como o seu espírito de simplicidade, austeridade e pobreza, exerceram uma influência marcada na evolução da arquitectura ocidental, muito especialmente na daquelas ordens que a substituem quando a sua importância e significado começam a decrescer: as Ordens Mendicantes.”<sup>317</sup> Esta herança é, como refere Valle Pérez, particularmente significativa na arquitectura das Ordens Mendicantes, o que se explica até pelo próprio conceito de religiosidade dos mendicantes<sup>318</sup> que, pese embora as diferenças significativas face à dicotomia isolamento/contacto com as populações, partilham os mesmos ideais de austeridade e simplicidade.

A análise das igrejas cistercienses portuguesas anteriores ao século XIV vem reforçar as ideias anteriormente expressas no que respeita à questão do “plano bernardino” e à *estética cisterciense*.

À partida, a observação das plantas parece indicar uma preferência significativa pelo “plano bernardino”, com São João de Tarouca e Santa Maria de Aguiar a ostentarem cabeceiras tripartidas de terminação recta. As intervenções e transformações posteriores colocam dúvidas quanto à exacta tipologia original, mas, tanto no caso de S. João de Tarouca como no de Santa Maria de Aguiar, parece não haver dúvidas quanto a uma primitiva terminação recta (a problemática inerente à cabeceira original de Aguiar, não invalida a sua terminação recta, apenas questiona a existência ou não de capelas laterais). Quanto a Santa Maria de Alcobaça, parece ser relativamente segura a existência de apenas

---

317 J. C. Valle Perez, *La Arquitectura Cisterciense en Galicia, Opus Cit.*, p. 38

318 “Num plano mais estritamente religioso, Alcobaça e Cister divulgaram entre nós expressões da sensibilidade religiosa que preparariam o caminho para a espiritualidade popular difundida pelos Franciscanos. Como se sabe, São Bernardo e os seus discípulos, utilizando os recursos da emotividade, contribuíram para dar uma forma mais pessoal e mais humana ao sentimento religioso.” José Mattoso, “Cluny, Cruzios e Cistercienses na Formação de Portugal”, in *Portugal Medieval – Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1992, p. 119

uma cabeceira com deambulatório e capelas radiantes, não tendo aqui sido seguido o plano preferido por São Bernardo. O quadro português confirma, assim, o cenário geral: há uma predominância do “plano bernardino”, mas não uma aceitação exclusiva do mesmo.

Também em termos de tipologias formais, no que toca à estruturação das coberturas e organização dos pilares se encontram certas disparidades entre as três igrejas analisadas, embora se possam estabelecer pontos de contacto entre estas e algumas das suas congéneres francesas, nomeadamente, como se viu, entre Tarouca e Fontenay e entre Alcobaça e Pontigny. Outros aspectos, como a ausência de clerestório, são comuns às três igrejas, e certos pormenores, como o tipo de mísulas utilizadas em Alcobaça e Tarouca, revelam a existência de paralelismos entre as construções. Se não se pode falar de um modelo arquitectónico comum a todas estas igrejas, pode-se, no entanto, falar de uma inegável unidade nas construções erguidas pelos cistercienses no território português nos séculos XII e XIII; unidade essa que passa pelo despojamento, simplicidade e sobriedade que caracteriza estas construções e as aproxima, não apenas entre si, mas de toda a arquitectura cisterciense, renovando-se, assim, a ideia, anteriormente expressa, de uma *estética cisterciense*.

## 2. As Ordens Militares

### 2.1. A Ordem do Templo (Milícia dos Pobres Cavaleiros de Cristo):

*"Não a nós Senhor, não a nós, mas ao Vosso nome dai glória, pela  
Vossa bondade e fidelidade"*

Salmos, 115 (114), 1

Muito embora o panorama da arquitectura da Ordem do Templo em Portugal seja de cariz predominantemente militar, os monges desta Ordem ergueram também algumas construções de carácter religioso no nosso território, destacando-se à cabeça a célebre Rotunda de Tomar (maioritariamente românica e que, como tal, extravasa dos nossos objectivos), mas sendo também relevantes a Igreja de Santa Maria do Olival em Tomar e a (possivelmente templária) Ermida de Santa Catarina de Monsaraz.

#### 2.1.1 Nascimento da Ordem do Templo e "Arquitectura Templária"

A conquista de Jerusalém para a cristandade, em 1099 (na sequência da I Cruzada iniciada em 1095), e a consequente implantação dos cristãos oriundos da Europa nos territórios que ficaram conhecidos como Oriente Latino ou Estados Latinos do Oriente<sup>319</sup>, levou à necessidade de criar corpos de defesa especificamente destinados à preservação, manutenção e (se possível) alargamento dos territórios recém-conquistados<sup>320</sup>. Era preciso,

---

319 São quatro os Estados Latinos do Oriente: o Condado de Edessa a norte (na actual Turquia), o principado de Antioquia na Síria do Norte, o Condado de Tripoli e o Reino de Jerusalém, do actual Líbano ao Sinai. Ver sobre a formação dos Estados Latinos Alain Demurger, *Vie et Mort de l' Ordre du Temple, 1120-1314*, Paris, Éditions du Seuil, 1989, pp. 20-21.

320 "As Ordens religiosas e militares: Hospitalários, Templários (e mais tarde Teutónicos..) nasceram no século XII, da necessidade de se dispor de um pequeno exército permanente nos reinos latinos do Oriente, recentemente conquistados.", Michel Miguet, "Cîteaux et les Ordres Militaires. Analogies et Différences des

em simultâneo, dar assistência aos peregrinos<sup>321</sup>, nomeadamente em termos de instalações e de auxílio hospitalar, e protegê-los dos ataques infligidos pelos muçulmanos, que frequentemente não faziam distinção entre cavaleiros e simples peregrinos<sup>322</sup>, bem como dos simples salteadores que cruzavam os caminhos à procura de presas fáceis. “*Facínoras e ladrões infestavam os caminhos, apanhavam os peregrinos de surpresa, despojavam um grande número destes e massacravam muitos*”<sup>323</sup>.

A primeira ordem nascida especificamente com o objectivo de proteger os peregrinos da Terra Santa, é a Ordem do Templo<sup>324</sup>, inicialmente designada como os *Pobres Cavaleiros de Cristo*, nome que os próprios monges escolhem para o seu grupo. Muito embora a Ordem de São João do Hospital lhe seja cronologicamente anterior, os seus objectivos iniciais não passavam pela defesa militar dos peregrinos. A Ordem do Templo, pelo contrário, nasce com o objectivo específico de proteger e defender todos aqueles que se dirigissem (para) e residissem na Terra Santa<sup>325</sup>. O impulsionador e fundador desta nova Ordem foi um cavaleiro francês da região da Champagne, Hugues de Payns [c.1070-1136], que a partir de 1104<sup>326</sup> encontramos em peregrinação à Terra Santa, em companhia do

---

Politiques Domaniales”, in *L’Espace Cistercien, Actes du Colloque*, Abbaye de Fontfroide, Mars 1993, sous la direction de Léon Pressouyre, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1994, p. 227.

321 Missão que, como se verá no capítulo 2.2, ficou a cargo dos Hospitalários. Sobre a peregrinação à Terra Santa ver P. A. Sigal, “Il Pellegrinaggio in Terrasanta nei Secoli XII e XIII”, in *Le Crociate – L’Oriente e l’Occidente da Urbano II a San Luigi (1096-1270)*, Milão, Ed. Electa, 1997 e J. Wilkinson, *Jerusalem Pilgrimage, 1099-1185*, Londres, The Hakluyt Society, 1988.

322 Um ataque perpetrado, em 1119, contra um grupo de peregrinos que se deslocavam de Jerusalém para o Jordão, durante o período da Páscoa, poderá ter estado na origem da formação da Ordem do Templo, ou pelo menos, contribuído para isso. Ver M. L. Bulst-Thiele, “The Influence of St. Bernard of Clairvaux on the Formation of the Order of the Knights Templar”, in *The Second Crusade and the Cistercians*, Nova York, ed. Michael Gervers, St. Martin’s Press, 1992, p. 57.

323 Jacques de Vitry cit. por Régine Pernoud, *Os Templários*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2ª edição p. 14.

324 Sobre as problemáticas relacionadas com a Ordem do Templo ver Alain Demurger, *Opus Cit.*, Régine Pernoud, *Opus Cit.* e F. Tommasi, “Pauperes commilitones Christi”. Aspetti e Problemi delle Origini Gerosolimitane”, in “*Militia Christi*” e *Crociata nei Secoli XI-XII*, *Atti della Undecima Settimana Internazionale di Studio – Mendola*, 28/08-1/09 1989, Milão, Pubblicazioni dell’ Università Cattolica del Sacro Cuore, 1992.

325 Só depois de 1129 é que a Ordem vai passar a ter também um importante papel na luta contra o *infidel*.

326 Payns situa-se na margem esquerda do Sena, a poucos quilómetros de Troyes. As informações relativas à primeira partida de Hugues de Payns para o Oriente são escassas e imprecisas, causando alguma heterogeneidade entre os historiadores, pretendendo alguns que a primeira visita de Payns à Terra Santa data

Conde Hugues de Champagne [1074-1126], primeiro Conde de Champagne. É impossível determinar quanto tempo Hugues de Payns permaneceu e quantas vezes voltou à Terra Santa, mas sabe-se que em 1114 regressou, de novo com o Conde de Champagne, e que nesta data se instalou por vários anos. Terá sido a partir desta última estadia que a ideia de um grupo de cavaleiros destinados a proteger os peregrinos se terá formado. Acompanham-no nesse objectivo Geoffroy de Saint-Omer e André de Montbard<sup>327</sup>, desde o início, Foulques d'Angers, a partir de 1120 e o Conde Hugues de Champagne, a partir de 1125 ou 1126, para citar apenas alguns dos nomes mais conhecidos.

A data de fundação da Ordem tem sido situada, ao longo dos anos entre 1118 e 1120. Esta imprecisão prende-se com a falta de informação concreta fornecida pela documentação da época; duas das principais fontes das ordens militares são os historiadores do Oriente, Guilherme de Tiro e Jacques de Vitry<sup>328</sup>, que apenas referem que o Concílio de Troyes se reuniu “na festa de monsenhor Santo Hilário no ano da Encarnação de Jesus Cristo 1128, no nono ano do começo da anteriormente citada cavalaria”<sup>329</sup>. Esta data de 1128 foi até há pouco tempo entendida como o próprio ano de 1128, porém, estudos recentes avançam a hipótese de, na realidade, o concílio ter tido lugar a 13 de Janeiro de 1129 do nosso calendário. Assim sendo a data de fundação da Ordem tem forçosamente de avançar um ano. Alain Demurger situa-a entre 14 de Janeiro de 1120 e 14 de Setembro de 1120<sup>330</sup>. Nessa data, os cavaleiros fundadores solicitaram o apoio do rei de Jerusalém, Balduino II, que os acolhe no seu palácio (a mesquita de *Al-Aqsa* a que os cruzados chamavam Templo ou Palácio de Salomão) na esplanada do Monte do Templo, enquanto o rei se muda para o

---

de 1100, logo após a conquista de Jerusalém. Contudo, não há qualquer dado seguro relativo a uma estadia anterior à de 1104. Ver Alain Demurger, *Vie et Mort de l' Ordre du Temple*, *Opus Cit.*, p. 23

327 André de Montbard [1103-1156] foi o quinto Mestre da Ordem (entre 1153 e 1156). Era tio de São Bernardo.

328 Guilherme de Tiro [c. 1128-1186], nascido em Jerusalém, é o autor da obra *Historia Rarum in paribus Transmarinis Gestarum*. Jacques de Vitry [c.1160-1240], nascido em Vitry-sur-Seine, é o autor da *Historia Orientalis seu Hierosolimitana* (1220-1225).

329 Cit. por Alain Demurger, *Vie et Mort de l' Ordre du Temple*, *Opus Cit.*, p. 23

330 Ver sobre toda esta questão Alain Demurger, *Idem*, p. 24. A mesma problemática é abordada por F. Tommasi, “Pauperes commilitones Christi”. *Aspetti e Problemi delle Origini Gerosolimitane*”, in *Opus Cit.*, pp. 454-458. Régine Pernoud, *Os Templários*, *Opus Cit.*, p. 14, situa a fundação entre 1119 e 1120, sem especificar mais nada.

novo palácio real na Torre de David. A designação de Templários, que progressivamente substitui o nome inicial de *Pobres Cavaleiros de Cristo*, advém, assim, da casa-mãe da ordem, no Monte do Templo, em Jerusalém.

O Concílio de Troyes vai ser o primeiro passo para legitimação da Ordem<sup>331</sup>. Aqui Hugues de Payns expõe a fundação e costumes da sua ordem e consegue que seja redigida uma regra<sup>332</sup>, fundamental para dar orientação e credibilidade. É também neste Concílio que São Bernardo contacta mais de perto com Hugues de Payns e se inteira da essência da nova Ordem. E será também ao abade de Claraval, cujo apoio se vai revelar absolutamente fundamental, que o Mestre pede auxílio na legitimação dos seus cavaleiros. O auxílio de São Bernardo não é imediato<sup>333</sup>, mas acaba por chegar, e da melhor forma possível, através de um tratado apologético sobre as “glórias da nova milícia”, uma exortação em louvor da

---

331 Estavam presentes várias figuras importantes da igreja do início do século XII, incluindo os arcebispos de Reims e de Sens, os bispos de Troyes e de Auxerre, os principais dignitários de Cister, Estêvão Harding, abade de Cister, Hugues de Mâcon, abade de Pontigny e, quase de certeza, o próprio São Bernardo. A presença deste último já foi questionada, mas tanto Alain Demurger, como Régine Pernoud, aceitam a sua participação no Concílio. Ver *Vie et Mort de l' Ordre du Temple, Opus Cit.*, p 42. *Os Templários, Opus Cit.*, p. 16.

332 Imediatamente a seguir à redacção desta Regra, o patriarca de Jerusalém, irá redigir uma segunda versão (c. 1130), chamada a *Norma Latina*; uma década mais tarde (c. 1140) é elaborada uma versão francesa a partir desse texto. Posteriormente (c. 1165) foram redigidos os *Hábitos* ou *Costumes*. Ver R. Pernoud, *Os Templários, Opus Cit.*, p. 16 e M. L. Bulst-Thiele, “The Influence of St. Bernard of Clairvaux on the Formation of the Order of the Knights Templar”, in *Opus Cit.* Sobre o conteúdo da Regra ver A. Demurger, *Vie et Mort de l' Ordre du Temple, Opus Cit.*, pp. 67-78.

333 Este hiato entre o pedido de auxílio e a concretização do mesmo é visível inclusive no próprio prólogo do Tratado que São Bernardo escreve em louvor dos Templários: “Uma, e duas, e até três vezes, se não me falha a memória, me pediste, amadíssimo Hugo, que escrevesse para ti e para os teus companheiros um sermão de exortação. Como não posso empunhar a minha lança contra a soberba do inimigo, desejas que ao menos branda a minha pena, e insistes em que muito vos ajudaria, levantando os vossos ânimos, já que não me é possível faze-lo com as armas.”, São Bernardo, *De Laude Novae Militiae*, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, Tomo I, p. 499. Sublinhe-se, porém, que a primeira linha deste prólogo tem sido também analisada, não como estando associada a uma maturação de São Bernardo sobre o assunto que se tenha arrastado ao longo de alguns anos obrigando Hugues de Payns a repetir o pedido, mas antes como estando revestida de uma simbologia associada ao número três. G. Duby, aliás, chama a atenção para a importância da simbologia numérica nos textos do Santo: “ assim como ele se empenha ao escrever, em fazer corresponder o próprio texto e todo um jogo de números, número de linha na página, número de sílabas na frase, que desvela e prolonga a significação oculta de certas palavras, assim como exige de seus ouvintes, para chegar até ao centro oculto do seu discurso, um esforço de análise, de decifração, de glosa, análogo ao que exige a ‘lectio divina’, assim também considera evidente que o edifício seja também objecto de um comentário, contenha um sentido, uma hierarquia de sentidos articulados e seja ao mesmo tempo figuração simbólica e equivalência aritmética da Escritura.”, in *São Bernardo e a Arte Cisterciense, Opus Cit.*, p. 68.

nova Ordem: o *Livro sobre as Glórias da Nova Milícia. Aos Cavaleiros Templários (Liber Ad Milites Templi De Laude Novae Militiae)*<sup>334</sup>.

São Bernardo elabora um texto que é uma justificação da vertente guerreira da Ordem – “Não peca como homicida, mas sim – diria eu – como malicida, o que mata o pecador para defender os bons. (...) A morte que ele causa é um benefício para Cristo”<sup>335</sup> –, desenvolvendo, assim, uma ideia de uma guerra “defensiva”, legítima, assente na defesa dos lugares santos e daqueles que os visitam<sup>336</sup>. São Bernardo faz mesmo a distinção<sup>337</sup> entre estes cavaleiros e os restantes membros da cavalaria do século XII, sublinhando as virtudes da nova milícia monástica por oposição à cavalaria secular, designando os primeiros como *militia* e os segundos como *malitia*. A data de redacção desta exortação é incerta e tem sido balizada entre 1130 e 1136<sup>338</sup>.

Tudo indica que, em 1135, no Concílio de Pisa, o Papa tenha concedido aos Templários o primeiro documento pontifical relativo à Ordem, o *Milites Templi*<sup>339</sup>, mas será

---

334 Sobre o apoio prestado por São Bernardo ver, para além de A. Demurger, *Opus Cit.*, A. Grabois, “*Militia and Malitia: The Bernardine Vision of Chivalry*”, in *The Second Crusade and the Cistercians*, edited by Michael Gervers, New York, St. Martin’s Press, 1992; M. L. Bulst-Thiele, “The Influence of St. Bernard of Clairvaux on the Formation of the Order of the Knights Templar”, in *Opus Cit.*; I. Aranguren, introdução ao Tratado *De Laude Novae Militiae* in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, Tomo I, pp. 494-495; e A. Vauchez, “Bernardo di Chiaravalle”, in *Le Crociate, – L’ Oriente e l’ Occidente da Urbano II a San Luigi (1096-1270)*, Milão, Ed. Electa, 1997.

335 *De Laude Novae Militiae*, capítulo III “A Nova Milícia”, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, Tomo I, p. 503.

336 Uma parte do Tratado (capítulos V a XIII) consta mesmo da enumeração dos vários lugares da Terra Santa que os Templários protegem e da forma como estes lhes propiciam uma reflexão e inspiração permanentes.

337 *De Laude Novae Militiae*, capítulo II “A milícia Secular” e capítulo III “A Nova milícia”, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, Tomo I. Para um aprofundamento desta questão ver A. Grabois, “*Militia and Malitia: The Bernardine Vision of Chivalry*”, in *Opus Cit.*

338 Esta é a datação apresentada por I. Aranguren na introdução ao Tratado *De Laude Novae Militiae*, in *Obras Completas de San Bernardo, Opus Cit.*, Tomo I, pp. 494-495. A. Demurger, *Vie et Mort de L’ Ordre du Temple, Opus Cit.*, p. 51, propõe barreiras cronológicas mais restritas apontando para 1130-1131. M. L. Bulst-Thiele, “The Influence of St. Bernard of Clairvaux on the Formation of the Order of the Knights Templar”, in *Opus Cit.*, p. 59, refere apenas que o texto foi composto após o Concílio de Troyes e Maur Cocheril, “Les Ordres Militaires Cisterciens au Portugal”, in *Bulletin des Etudes Portugaises*, nouvelle série, tome XXVIII/XXIX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967/1968, p. 22 apenas comenta que tratado “ainda não se consegue datar com exactidão”.

339 Sobre o assunto ver M. L. Bulst-Thiele, “The Influence of St. Bernard of Clairvaux on the Formation of the Order of the Knights Templar”, in *Opus Cit.*, pp. 61-62.

preciso esperar por 1139, para o Papa Inocêncio II publicar a bula *Omne datum optimum*, explicitando claramente a missão dos Templários e garantindo-lhes, assim, a aprovação pontifical. Daqui em diante a Ordem irá conhecer um desenvolvimento e enriquecimento progressivo, que só virá a terminar em 1307, com a prisão dos Templários em França por Ordem de Filipe, *o Belo*<sup>340</sup>.

A proximidade espiritual entre a Ordem de Cister e a Ordem do Templo acabou também por gerar paralelismos em termos artísticos, nomeadamente ao nível do despojamento preconizado por ambas as ordens, sendo que o próprio sistema de organização das respectivas casas possuía pontos de contacto, por exemplo o sistema de granjas<sup>341</sup>. Ao falar de arquitectura templária torna-se necessário fazer a distinção entre a arquitectura militar<sup>342</sup> (que extravasa dos nossos objectivos) e a arquitectura religiosa, frequentemente enquadrada dentro de extensos complexos monásticos. Não se pode falar de uma arquitectura religiosa templária da mesma forma que habitualmente se fala (e apesar de todas as reticências já apresentadas) de “arquitectura cisterciense”. Não há um plano que se possa considerar tipicamente templário, apesar de muitos autores procurarem definir a planta centralizada como a planta templária por excelência. É facto que esta planta foi utilizada, a Rotunda de Tomar é um dos melhores exemplos desta tipologia, mas ela não foi

---

340 Seguida da extinção da Ordem a 12 de Abril de 1312, no Concílio de Viena e da morte do último Mestre, Jacques de Molay, queimado na fogueira, em 1314. As problemáticas relacionadas com a extinção da Ordem do Templo, ultrapassam os objectivos propostos para este estudo, pelo que remetemos para a já citada obra de Alain Demurger.

341 A existência de granjas templárias está essencialmente associada a territórios onde a Ordem não possuía uma vertente de luta contra o Infiel, como em França. Ver sobre esta questão Michel Miguet, “Cîteaux et les Ordres Militaires. Analogies et Différences des Politiques Domaniales”, in *Opus Cit.*.

342 Sobre a arquitectura militar templária, ver Hugh Kennedy, *Crusader Castles*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994; Paul Deschamps, *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte*, I, *Le Crac des Chevaliers*; II, *La Défense du Royaume de Jérusalem*; III, *La Défense du Comté de Tripoli et de la Principauté d'Antioche*, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris, T. I-1934, T. II -1939, T. III -1973; Adrian J. Boas, *Archaeology of the Military Orders – A survey of the urban centres, rural settlements and castles of the military orders in the Latin East (c. 1120-1291)*, Nova Iorque, Routledge, 2006; Denys Pringle, *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem – A Corpus – Vol.I-IV*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993-2009. Para Portugal, em particular, ver Nuno V. Oliveira, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal, 1120-1314*, dissertação de Mestrado em História da Arte Medieval, apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

a única, nem sequer a principal, não tendo sequer sido um exclusivo da Ordem<sup>343</sup>. Talvez o principal elo de união, entre as construções religiosas templárias seja, como em Cister, o despojamento e simplicidade que as caracteriza.

### 2.1.2 A Implantação da Ordem em Portugal

A entrada da Ordem do Templo no território português verifica-se numa conjuntura de grande instabilidade, não apenas no que respeita à luta contra os muçulmanos, mas também no que concerne à formação do próprio reino. A famosa batalha de São Mamede, que opõe D. Afonso Henriques a Fernão Peres de Trava e, conseqüentemente à sua mãe, D. Teresa, data de 1128, o mesmo ano em que se acredita que os Cavaleiros do Templo entraram em Portugal. Os Templários chegam, portanto, num momento de profunda mudança interna e de definição de estratégias para o futuro do condado.

A primeira referência aos Templários em Portugal remete para a figura de D. Teresa que, a 19 de Março de 1128, doa aos Cavaleiros, na pessoa de Raymond Bernard<sup>344</sup>, o território de Soure (castelo e termo)<sup>345</sup> procurando, assim, assegurar a defesa da cidade de Coimbra face às investidas muçulmanas<sup>346</sup>. É preciso ter em conta que a região do

---

343 É de referir, inclusive, que muitas das igrejas de planta centralizada que têm sido atribuídas aos Templários, foram recentemente consideradas como não tendo pertencido aos Cavaleiros do Templo, como se verificou com as igrejas de Santa Maria de Eunate (c. 1170) e do Santo Sepulcro de Torres del Rio (c. 1200), ambas na região de Navarra, em Espanha. Actualmente a hipótese mais válida é no sentido de considerar estas igrejas como capelas funerárias; sobre Eunate L. Lojendio escreveu que poderíamos encontrar-nos perante “uma das três capelas funerárias que pontuavam o caminho de Peregrinação na região de Navarra: *Sancti Spiritus* em Roncevaux, igreja hoje em dia completamente desfigurada, que foi na realidade um ossário do Grande Hospício, Santa Maria de Eunate no local onde se unem as duas vias de acesso a Espanha seguidas pelos peregrinos e o Santo Sepulcro de Torres del Rio, para lá de Estella, na extremidade do percurso que atravessa Navarra, quando o caminho vai penetrar em Castela.”, “Santa Maria de Eunate”, in *Navarre Romane*, Yonne, Zodiaque, 1967, p. 257. Ver sobre estas duas construções L. M. Lojendio, “Santa Maria de Eunate” e “Torres del Rio”, in *Navarre Romane*, *Opus Cit.*

344 Um dos companheiros iniciais de Hugues de Payns, vindo do Oriente para a Europa, na viagem empreendida por Payns em 1127.

345 Ver Rui de Azevedo, *DMP, DR, Opus Cit.*, Tomo I, doc. 79, p. 101

346 Sobre a defesa de Coimbra ver J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, pp. 69-71. Dom Maur Cocheril, “Les Ordres Militaires Cisterciens au Portugal”, in *Opus Cit.*, pp. 22-24, considera que, em 1128, os Templários ainda não poderiam ter uma actividade significativa

Mondego havia sido alvo de um ataque almorávida, em 1116, que provocara graves danos no território, levando ao abandono de Soure, acompanhado do incêndio da vila (e do castelo), de forma a impedir que os almorávidas aí se estabelecessem. O território doado aos Templários encontrava-se pois, abandonado e destruído, necessitando de um repovoamento e de uma recuperação dos núcleos defensivos. O que se pedia aos cavaleiros era, deste modo, uma “tarefa ingrata, em zona instável e de fronteira”<sup>347</sup>.

Talvez por isso (e também devido a uma afirmação de poder pessoal), no ano seguinte, em Março de 1129, D. Afonso Henriques repete a doação do território de Soure aos Templários<sup>348</sup>. Durante mais de uma década, porém, não temos referências a doações feitas aos cavaleiros e sabemos, inclusive, muito pouco sobre a sua actuação no território<sup>349</sup>. Será apenas na década de 1140 que recomeçam as doações do monarca (e as informações que possuímos relativamente à Ordem), que a partir daí se tornam uma constante ao longo da vida de D. Afonso Henriques. Na verdade, os Templários foram um precioso contingente na luta contra os muçulmanos e terão desempenhado um papel fundamental na

---

no território português, devido ao facto de até essa data se terem mantido apenas em número de nove, ideia que hoje se entende não passar de uma lenda. Cataloga, assim a doação de D. Teresa como “uma obra piedosa feita em favor da Terra Santa”. Contudo, a nova doação feita por D. Afonso Henriques, logo no ano seguinte, permite acreditar que o papel dos Templários na defesa do território de Coimbra poderia ser significativo.

347 M. Barroca, “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII”, in *Portvgália*, nova série, vol. XVII-XVIII, 1996/1997, Porto, Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, p. 173

348 Esta nova doação permite-nos também equacionar se, para além do apoio prestado na luta contra o infiel, os templários terão igualmente auxiliado D. Afonso Henriques na sua oposição a D. Teresa. “Está por compreender o papel que os Templários desempenharam neste momento tão crucial para a formação do reino português, pois efectivamente desconhecemos se terão participado, de algum modo, na guerra entre mãe e filho. O único dado seguro que podemos extrapolar é que a Ordem já deveria ter um contingente de efectivos suficiente para poder fazer frente, naquele posto avançado da defesa de Coimbra, aos ataques muçulmanos, embora se ignore se, em alguma circunstancia, terão participado mais activamente ao lado do futuro rei.”, N. V. Oliveira, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal, 1120-1314*, *Opus Cit.*, p. 45. Esta hipótese, embora credível, afigura-se impossível de confirmar á luz dos conhecimentos que hoje possuímos. Sobre esta doação ver Rui de Azevedo, *DMP, DR*, Tomo I, *Opus Cit.*, doc. 96, p. 120 e o comentário [XXV] ao documento, Tomo II, *Ibidem*, pp. 614-616.

349 “Devem ter encontrado algumas dificuldades em assegurar a sua defesa [do castelo de Soure] na fase incipiente da implantação da ordem, quando tinham de aplicar a maior parte dos seus recursos materiais e humanos à formação dos seus cavaleiros na Terra Santa, à fortificação dos seus castelos e à gestão das numerosas terras e rendimentos que lhes haviam sido entregues em França e noutros países. Assim se explica que a primeira informação acerca das suas actividades militares se registe só em 1144, dezasseis anos depois da doação de Soure.” José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, capítulo 18. *A Reorganização do Reino*, *Opus Cit.*, pp. 188-189.

conquista de Santarém, em 1147, o que poderá justificar a preferência que o nosso primeiro monarca demonstrou pela Ordem. Diz-nos Frei António Brandão, a propósito da participação dos Templários na conquista de Santarém, que “*sabemos, como forão com el Rey nesta empresa muitos caualeiros do Templo, & fez el rey voto em o caminho de dar a esta Ordem todas as Igrejas & direito Ecclesiastico da mesma terra, se o Senhor por sua misericordia lha concedia*”<sup>350</sup>. Podemos mesmo afirmar, concordando com D. Maur Cocheril, que “no século XII, foi o Templo que assumiu a parte mais significativa da actividade das Ordens Militares em Portugal.”<sup>351</sup>

Paralelamente, a sua actividade defensiva acabou também por ter consequências a nível do povoamento do território, uma vez que quase todas as fortificações templárias deram origem a localidades, às quais os cavaleiros outorgaram cartas de foral, contribuindo, deste modo, para o repovoamento das terras recentemente reconquistadas. Deste modo aparecem construções templárias não apenas de carácter militar, mas também de natureza religiosa. Entre as mais importantes contam-se a Igreja de Santa Maria do Olival e (provavelmente) a Ermida de Santa Catarina de Monsaraz.

#### 2.1.2.1. Igrejas de Três naves com cabeceira escalonada:

##### a) Santa Maria do Olival

A fundação da igreja de Santa Maria do Olival está atribuída a D. Gualdim Pais, na mesma data em que se dava início às obras do castelo e Rotunda, o ano de 1160. Sabemos que, em 1195, este Mestre foi sepultado na igreja do Olival. Esta datação não deverá, porém, corresponder ao edifício que hoje vemos, cuja composição denuncia um gótico já bem assimilado e não uma construção de um período de transição. Tem sido defendido<sup>352</sup>

---

350 Fr. A. Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques*, Livro X, capítulo XXIV, *Opus Cit.*, p. 165 a.

351 Dom Maur Cocheril, “Les Ordres Militaires Cisterciens au Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 26

352 Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 61, Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 358

que a igreja inicial, de final do século XII, desapareceu para dar lugar à construção que hoje vemos. É, contudo, possível, que o desaparecimento não tenha sido integral, uma vez que o portal situado na fachada norte apresenta um cariz tendencialmente românico, podendo pertencer a este período construtivo inicial. As arcadas internas, a cabeceira tripartida e o portal ocidental, no entanto, deverão ser enquadrados numa campanha posterior, datada, possivelmente, do reinado de D. Afonso III (monarca reinante entre 1248 e 1279)<sup>353</sup>.

A construção de Santa Maria do Olival aparece enquadrada num cenário artístico até então vincadamente românico, começando a viragem a dar-se justamente na segunda metade da centúria de trezentos, após a edificação de Santa Maria de Alcobaça e iniciadas as construções mendicantes de Santarém. A edificação da igreja tomarense, nos meados do século, segundo matrizes góticas, levanta, assim, algumas questões que se prendem com as suas possíveis fontes de influência. À partida é fundamental ter em conta o “internacionalismo” da Ordem referido por Paulo Pereira<sup>354</sup>, que permitia a importação de modelos e de mão de obra de territórios mais avançados estilisticamente; sublinhe-se, porém, que o despojamento arquitectónico da igreja do Olival, nomeadamente a opção por uma cobertura das naves em madeira parece estar mais próxima de modelos nacionais do que de tipologias internacionais. Dentro deste contexto de influência goticizante tem sido considerada a envolvência territorial, destacando-se a proximidade geográfica com os estaleiros de Alcobaça e de Santarém.

A ligação ao Mosteiro de Alcobaça é reforçada pela ascendência espiritual que a Ordem de Cister possuía sobre a Ordem do Templo. Efectivamente, tendo em conta este enquadramento geográfico e a estreita ligação entre as duas ordens, seria provável que o traçado de Santa Maria de Olival estivesse intimamente ligado ao estaleiro alcobacense, talvez até de forma muito directa, através da proveniência de algum mestre de Alcobaça para Tomar; não necessariamente um mestre de origem francesa (uma vez que nesta data os primeiros mestres de Alcobaça, monges ou não, já deveriam ter regressado ao seu país),

---

353 Pedro Dias, *Ibidem*, p. 61, Paulo Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *Ibidem*, vol. 1, p. 358

354 Idem, *Ibidem*, vol. 1, p. 357

mas um mestre nacional formado nesse estaleiro<sup>355</sup>. Porém a análise da arquitectura dos dois edifícios parece contradizer essa influência directa. Não se trata propriamente das diferenças a nível da envergadura do projecto cisterciense (na qual podemos incluir a elaborada cabeceira radiante), que, como já referido, só irá encontrar paralelo na arquitectura portuguesa no final do século XIV, com o Mosteiro da Batalha. A questão é que, salvaguardadas as diferenças de dimensão, a Igreja do Olival poderia reproduzir o modelo alcobacense em menor escala. Mas não o faz: as opções escolhidas para a igreja templária distanciam-se das que encontramos na igreja cisterciense. A principal diferença encontra-se ao nível da cobertura do espaço das naves, abobadado em Alcobaça e em madeira no Olival. Mas, para além dessa simplificação arquitectónica, a própria análise da feição das arcadas, dos arcos de passagem para as capelas e das nervuras que encontramos na capela-mor, evidenciam uma situação de distanciamento estético face a Alcobaça. Não podemos, pois, aceitar uma influência directa da igreja de Alcobaça na igreja do Olival.

Relativamente à possível influência de São Francisco e Santa Clara de Santarém, esta afigura-se-nos mais credível. É provável que os templos tenham evoluído em simultâneo e que o modelo mendicante, expresso nestas igrejas escalabitanas, tenha encontrado eco em Tomar. A opção por uma cobertura em madeira (uma característica que não encontramos nas construções cistercienses já edificadas no território) parece efectivamente apontar no sentido de uma influência das construções de Santarém. Esta possibilidade torna-se ainda mais credível ao olharmos para os pormenores estéticos do edifício templário – o lançamento das arcadas, a definição dos arcos de acesso às capelas, o modelo das nervuras do abobadamento da capela-mor, entre outros – e constatarmos que estes são absolutamente idênticos aos das construções mendicantes. As semelhanças são demasiadas óbvias para se não aceitar que as construções mendicantes de Santarém serviram de modelo para a igreja templária de Tomar.

O local escolhido para a igreja situa-se na margem esquerda do rio Nabão, na zona onde se encontrava o primitivo núcleo habitacional romano e visigótico. Possivelmente devido a esta situação geográfica, a tradição pretende que D. Gualdim edificou a igreja

---

355 Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 61, coloca a hipótese de um mestre “subalterno”.

sobre uma estrutura pré-existente, cujas origens recuariam até ao século VII (o antigo mosteiro de Santa Maria de Selho edificado pelo bispo de Braga, São Frutuoso), mas tudo indica que esta teoria não passe de uma lenda, por vezes misturada com a de Santa Iria, martirizada em 653<sup>356</sup>. A invocação de Santa Maria deve-se ao facto de Nossa Senhora ser a padroeira da Ordem<sup>357</sup>, situação que muito deve à influência de São Bernardo e à invocação que as próprias igrejas cistercienses possuíam.

A igreja possui planta de três naves, divididas em cinco tramos, sem transepto, com cabeceira tripartida escalonada, formada por uma capela-mor poligonal de cinco faces e duas capelas laterais rectas [Fig. 65].

A abertura para a capela-mor faz-se por meio de um amplo arco triunfal, em arco quebrado, abrindo-se actualmente, na parede que se eleva acima da capela-mor, rebaixada face à nave, um signo-saimão [Fig. 66]<sup>358</sup>. A capela-mor é formada por dois tramos, o primeiro recto e o segundo em ábside de cinco panos, sendo o espaço abobadado com abobadas nervadas de secção recta - no primeiro tramo com cruzamento de ogivas e cadeia longitudinal e no tramo este com abobada polinervada; ambas possuem chaves com um florão. As nervuras das abóbadas descarregam em colunas em que os capiteis são substituídos por duas molduras facetadas e salientes e que assentam em socos elevados [Fig. 69]<sup>359</sup>. Nas paredes da ábside abrem-se cinco frestas de grande elegância, em arco quebrado, emolduradas por uma arquivolta de secção recta, atravessada por uma fina

---

356 Esta pré-existência (lendária) é referida por vários autores, M. Conde, *Tomar Medieval, O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, p. 131; A. Rosa, *História de Tomar*, vol. 1, Tomar, Ed. Gabinete de Estudos Tomarenses, 1965-1982 p. 141; *Guia de Portugal*, apresentação e notas de Sant' Anna Dionísio, vol.2, *Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 1991, p. 489.

357 Alain Demurger, *Vie et Mort de l' Ordre du Temple, 1120-1314, Opus Cit.*, p. 66.

358 Este óculo com o signo-saimão foi reconstituído na década de quarenta do século XX (ver o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 27, Março de 1942 dedicado à Igreja de Santa Maria dos Olivais, p. 27), mas a sua origem poderá ser medieval, uma vez que na *Visitação de 1510*, aparece já mencionado um óculo - “*Tem a dita oussia hum arco de pedraria debruado e grande com seu espelho em çima*”, *Visitação da Vigairia de Thomar*, Livro 123ª da Ordem de Cristo – AN/TT, relatório incluído na obra de Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510, Aspectos Artísticos*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979, p. 89.

359 No primeiro tramo da parede sul, os capiteis têm continuação em cornija ligando às impostas dos capitéis do arco de entrada; do lado norte a cornija desapareceu, provavelmente com a inclusão do tumulo de pedra pós-medieval que aí se encontra.

moldura que funciona como um pequeno capitel. Nos extremos de ambos os lados encontra-se uma arcada cega [Fig. 70].

A entrada para as capelas laterais faz-se por meio de arco quebrado duplo, de secção recta, assente em impostas idênticas às molduras que ornamentam as colunas da capela-mor. O arco interno descarrega em colunas de cinco faces embebidas na parede e o externo repousa na própria parede, seccionado de forma idêntica à das colunas do arco interno. Estas capelas possuem planta rectangular de terminação recta, com uma fresta de iluminação, podendo de início ter sido revestidas com cobertura de madeira; no século XVII, quando se procedeu ao revestimento de azulejo, poderão ter sido substituídas as coberturas de madeira por abóbadas de pedra em berço quebrado<sup>360</sup>. Na capela norte abriu-se um óculo ao centro da abóbada, na capela sul edificou-se um arco toral para sustentar o peso da abóbada. As capelas comunicam com a capela-mor - a capela norte através de uma abertura rectangular (dado que o túmulo renascentista colocado do lado da capela-mor, sobre a comunicação, trancou o arco) e a capela sul através de um arco de volta perfeita [Figs. 71, 72 e 73]. Esta ligação entre as capelas é uma característica da arte mendicante e a sua inclusão nesta igreja remete para a já referida influência das igrejas escalabitanas.

Em Santa Maria do Olival o transepto é inexistente, sendo que esta característica é talvez aquela que mais a distancia das construções mendicantes (mas também de Alcobça). Esta solução deverá remeter para uma opção estética de grande despojamento e de redução do espaço à expressão mais simples.

Contrariamente à capela-mor, a cobertura das naves é em madeira, solução amplamente difundida durante os séculos XIII e XIV [Fig. 74]. Esta opção é comum na arquitectura mendicante<sup>361</sup>, sendo provável que a preferência por este tipo de cobertura na igreja do Olival remeta para pontos de contacto com as igrejas mendicantes de Santarém.

---

360 Note-se, contudo, que o topo da parede e a terminação do arco da fresta se adaptam perfeitamente à forma da abóbada da época moderna. Tem sido geralmente aceite que a cobertura medieval em madeira teria esta forma, embora seja possível questionar se estas abóbadas não serão mais antigas do que se julga. A tipologia em berço quebrado surge nas capelas da igreja de Santa Clara de Santarém e é possível aceitar uma inspiração nesta igreja a nível do sistema de cobertura das capelas laterais do Olival (salvaguardadas as questões relacionadas com os restauros da D.G.E.M.N., que serão ponderadas no sub-capítulo dedicado a Santa-Clara).

361 Pode-se também referir, naturalmente, o panorama do chamado "românico rural" nacional, muito embora na arquitectura românica a cobertura em madeira surja maioritariamente associada às igrejas de nave única.

As arcadas são de grande simplicidade, formadas por arcos quebrados duplos, muito elegantes, assentando em pilares cruciformes, compostos por quatro colunas de cinco faces cada. Tanto os arcos como as colunas são facetados e de secção recta. Esta tipologia aproxima-se da arquitectura mendicante, o que parece comprovar a influência das igrejas de Santa Clara e São Francisco de Santarém na igreja do Olival. Os pilares são desprovidos de capitéis, possuindo apenas uma simples moldura (num registo igual ao da capela-mor) a envolvê-los na ligação entre o arco e o fuste dos pilares, assentando em bases muito elevadas que, por sua vez, repousam numa fina plataforma. Este modelo de pilar, a sua delicadeza e pouca espessura, bem como a ausência de capitéis, evidenciam já um modelo gótico perfeitamente definido. A ausência de qualquer tipo de capitel poderia mesmo sugerir uma cronologia mais avançada, a qual, contudo, não parece ser confirmada pelos restantes elementos estruturais, inclusive as bases dos pilares, cujo modelo é, comparativamente, arcaizante. Junto à capela-mor as arcadas descarregam em mísulas em ponta de diamante e junto ao portal de entrada em colunas iguais às da nave [Figs. 75 e 76]<sup>362</sup>.

Em termos de iluminação, no topo da parede, no intervalo entre os arcos (comprovando a inexistência de qualquer plano que envolvesse uma cobertura em pedra), abre-se um clerestório, composto por quatro janelas; na parede da colateral norte rasgam-se mais cinco janelas; a nave sul apresentava uma disposição semelhante, mas a abertura das capelas renascentistas veio alterar a sua feição e o sistema de iluminação do espaço interno faz-se agora através de janelas rectas. A estas fontes de luz acrescem ainda as duas janelas e rosácea da fachada, o óculo com o signo-saimão aberto sobre o arco triunfal e as frestas da capela-mor, bem como as pequenas frestas em arco de volta perfeita que se rasgam sobre as capelas laterais (uma sobre cada capela) [Figs. 74, 77 e 78]. O resultado final é um interior profundamente luminoso e translúcido, que se reflecte na própria concepção do espaço, imaterial e leve, sendo que, muito embora não se possa falar em Santa Maria do Olival na substituição das paredes de pedra por paredes “transparentes”, encontra-se, no entanto,

---

362 Possuem, contudo, a particularidade de terem as bases assentes sobre um banco de pedra que corre a todo o comprimento. Os primeiros arcos junto ao topo oeste foram modificados no século XV-XVI, possivelmente aquando da introdução do coro-alto manuelino; ver Paulo Pereira, “O Primeiro Gótico Português”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 358 e P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 61. No primeiro (a partir do nascente) encontra-se um púlpito edificado durante o reinado de D. João III.

neste espaço, uma certa desmaterialização, caracteristicamente gótica e que deriva da concepção da iluminação. Recordamos aqui, novamente, a ideia de Otto Von Simpson, de que a grande transformação do gótico é a luz<sup>363</sup>. Neste aspecto (entre outros), Santa Maria do Olival é absoluta e plenamente gótica. Este cuidadoso tratamento da iluminação da igreja do Olival pode remeter para uma influência cisterciense, uma vez que a "teoria da luz" era um "dato fundamental para a estética bernardina"<sup>364</sup>.

A fachada ocidental estrutura-se em três corpos correspondendo às três naves interiores, sendo essa organização interna sublinhada, também, através da elevação do corpo central terminado em frontão triangular, face aos dois laterais, em empena oblíqua. Esta fachada possui um portal central inserido num gablete<sup>365</sup>, encimado por uma ampla rosácea e ladeado por duas janelas de dois lumes, trilobadas. O portal, em arco quebrado, é composto por três arquivoltas<sup>366</sup> assentes em colunas simples e lisas; os capitéis encontram-se completamente corroídos. Ao gablete, bastante pronunciado, encostam-se dois contrafortes que se prolongam um pouco acima da terminação das naves laterais. Sob o vértice do triângulo formado pelo gablete e um pouco acima do arco, encontra-se um medalhão circular com o *signum salomonis*, o signo-saimão, inscrito numa flor de cinco pétalas. Sobre o portal rasga-se a rosácea que ocupa a quase totalidade da parede; é formada por doze folhas trilobadas de grande harmonia e vazamento, de acordo com um conceito de iluminação já plenamente gótico, reforçado pelas janelas que ladeiam o portal [Figs. 79 e 80].

---

363 “A luz, que é habitualmente dissimulada pela matéria, surge aqui como principio activo; e a matéria apenas é esteticamente real na medida em que participa da, e é definida pela, quantidade luminosa da luz.”, O. Von Simson, *A Catedral Gótica, Origens da Arquitectura Gótica e o Conceito Medieval de Ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 27

364 P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 290.

365 O gablete é um elemento comum na arquitectura das Ordens Mendicantes (embora não sendo um exclusivo dessas ordens, como se vê pelo presente exemplo) e aparece em São Francisco de Santarém, podendo, talvez, ser mais um elemento de influência desta igreja.

366 As arquivoltas encontram-se extremamente danificadas, mas numa delas pode-se observar o que parece ser o "resto" de uma sequência de pequenos arcos; em São Francisco de Santarém podemos encontrar um motivo idêntico na arquivolta interna.

A fachada possuía um pequeno alpendre<sup>367</sup> sobre o portal. Este alpendre ainda existiria em 1510, ano em que se encontra uma descrição do mesmo no relatório da *Visitação* feita por D. João Pereira e D. Diogo do Rego a Santa Maria do Olival (incluída numa série de *Visitações* feitas a comendas da Ordem de Cristo, entre 1507 e 1510), na qual se lê: “*Diante da porta principal tem huum alpendre armado sobre dous grandes arcos de pedraria cuberto e forrado de oliuel de castanho sobre as asnas em quatro aguas, e mais diante tem outros dous arcos de pedraria descubertos*”<sup>368</sup>. A existência deste alpendre, poderá advir de uma influência cisterciense, via Alcobaça<sup>369</sup>. Sublinhe-se, porém, que a Igreja de S. Francisco de Santarém apresentava uma tipologia de fachada semelhante à da Igreja do Olival, estruturada em três corpos, o central terminado em empena triangular e os laterais em empena oblíqua, com o portal inserido no gablete e sobre este uma rosácea, tendo mesmo existido um alpendre<sup>370</sup>; apenas os contrafortes são inexistentes em Santarém, o que não invalida a possibilidade de uma inspiração na igreja escalabítana [Fig. 132]<sup>371</sup>.

---

367 Segundo M. Conde, *Tomar Medieval, O Espaço e os Homens, Opus Cit.*, p. 132, terão sobrevivido alguns vestígios do alpendre até ao século XX.

368 *Visitação da Vigairia de Thomar*, in *Opus Cit.*, p. 89.

369 Paulo Pereira sublinha as semelhanças entre a fachada de Santa Maria do Olival e a fachada da igreja cisterciense de Fossanova, estruturada em três corpos, o central em empena triangular e os laterais em empena oblíqua, com um portal inserido num gablete, encimado por uma ampla rosácea e ladeado por contrafortes, considerando que o modelo da fachada, pode ter inspiração cisterciense. A abadia de Fossanova, na região do Lácio, em Itália, é uma filiação indirecta de Claraval, fundada em 1135, através de Hautecombe. A igreja foi edificada entre 1186 e 1208, mas a introdução na fachada do gablete com o seu portal em arco quebrado e da rosácea que o encima, é posterior (encontrando-se, alias, sobreposto à antiga estrutura de forma pouco graciosa), datando possivelmente das intervenções efectuadas na abadia a partir de 1280, nas quais se edificou também a quarta galeria do claustro, em estilo gótico, por oposição às outras três declaradamente românicas. A tentativa de estabelecer um paralelismo entre esta fachada e a de Santa Maria do Olival parece-nos um pouco forçada.

370 Claro que se pode aceitar a influência dos alpendres cistercienses nas construções mendicantes e assim uma influência, ainda que indirecta, de modelos de Cister no Olival.

371 A estruturação da fachada em três corpos, que evidenciam desde logo a divisão interna do espaço, já existia em construções românicas, mas a utilização do gablete e, sobretudo, da rosácea apontam já para o universo gótico. M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, pp. 12-13, chama a atenção, através do exemplo de Vorges (na região de Laonnais, em França) para a forma como os modelos românicos de fachada de três corpos se adaptaram ao gótico, referindo Santa Maria do Olival, como exemplo português da mesma situação. As fachadas das igrejas de Santa Maria do Olival e de Vorges apresentam uma tipologia idêntica na disposição dos três corpos e na organização das aberturas e enquadramento do portal com um gablete [Fig. 81].

A concepção das colunas do portal de Santa Maria do Olival ostenta também algumas semelhanças com as do portal de Alcobaça, nomeadamente a nível da elegância do fuste das colunas e, sobretudo, no que toca à forma dos capitéis, com um cesto muito esguio e elevado, num tipo de composição acentuadamente vertical, pouco comum [Fig. 80]. Um esquema idêntico surge também em S. Francisco de Santarém, pelo que neste caso, acima de tudo, talvez se possa assinalar uma eventual influência de Alcobaça sobre São Francisco (na sequência da herança de despojamento e simplicidade que os mendicantes recebem dos cistercienses), sendo que a igreja do Olival herdou o mesmo modelo, por uma via ou outra.

Na fachada lateral norte abre-se um portal em arco de volta perfeita, com simples impostas iguais às do portal principal e da restante decoração interna [Fig. 82]. A concordância da sua feição, a nível da definição das impostas, com o restante edifício leva à aceitação de uma influência de uma das partes sobre a outra, sendo que este portal tem sido considerado como parte sobrevivente de uma primeira campanha de obras, atribuindo-se-lhe, deste modo, a precedência estética, o que se afigura credível.

Exteriormente, a capela-mor estrutura-se em cinco panos e apresenta contrafortes escalonados (com três esbarros), intercalados de frestas em arco quebrado para iluminação do espaço interno. O beiral do telhado, tanto na cabeceira como no resto da construção, apoia-se em modilhões curvos [Fig. 83].

Actualmente o adro encontra-se rebaixado e possui uma pequena escada de acesso à igreja. Até meados do século XIX existiam junto à igreja quatro capelas: S. Pedro Fins (pertencente a um primeiro mosteiro beneditino), Santa Madalena<sup>372</sup>, S. Pedro Apóstolo e S.

---

372 Relativamente às capelas, em 1843 um artigo na revista *O Panorama* fornece-nos a seguinte informação, “Capella de St<sup>a</sup> Maria Magdalena, quasi encostada à igreja de Santa Maria do Olival, do lado norte. Esta antiga lindíssima capella foi demolida em 1840. (...) Pelo mesmo tempo se demoliu aquelloutra capella de S. Perofins (...) Vê-se de todas estas memorias que a egreja de Santa Maria do Olival, hoje desamparada e só, fora antigamente acompanhada e rodeada de capellas”, v. 2, 2<sup>a</sup> série, nº 100, 25/11/1843, pp. 374-375, cit. por Lúcia Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, dissertação de doutoramento em História da Arte, FLUP, Porto, 1995, p. 302. Em frente à fachada ergue-se a torre sineira, à qual alguns autores atribuem uma (não muito credível) função defensiva - entre outros, J. A. França, *Tomar, Opus Cit.*, p. 33, A. Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal, Continental e Insular - Hidrográfico, Histórico, Orográfico, Biográfico, Arqueológico, Heráldico, Etimológico*, com prefácio do Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Joaquim Nunes, vol. IX, Porto, 1947, p. 713 e P. Pereira, *A Arte Portuguesa, História*

Miguel. Ao longo dos séculos a igreja sofreu algumas transformações, tendo ainda sido alvo de intervenções de restauro em 1895, 1918 e, já no século XX, em 1940, de uma campanha da D.G.E.M.N.<sup>373</sup>.

Alguns autores<sup>374</sup> têm defendido que o arquitecto de Santa Maria do Olival criou com esta planta – estrutura de três naves com cobertura em madeira, cabeceira tripartida, clerestório simples e fachada triangular - um modelo “nacional” de arquitectura gótica, que iria influenciar dezenas de construções posteriores até ao século XVI, nomeadamente a maioria dos edificios mendicantes. Outros, porém, defendem uma posição diferente: a

---

*Essencial, Opus Cit.*, p. 294. Possui um portal em arco quebrado, possivelmente contemporâneo do da fachada da igreja.

373 No reinado de D. Manuel, quando D. Diogo Pinheiro (m. 1525) era vigário *ad honores* de Santa Maria do Olival, foram efectuadas obras de restauro do templo, nomeadamente a nível da cobertura das naves; não é, porém, provável que se tenham feito então grandes alterações na construção existente (sobre este assunto ver o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 27, Março de 1942, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, dedicado à Igreja de Santa Maria dos Olivais, p. 11). Não sabemos exactamente de quando data o coro alto em madeira (Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 61, refere-se-lhe como “coro manuelino”) que aparece descrito na *Visitação de 1510* (“*Sobre o portal principal tem huum coro de madeira sem cadeiras, somente tem huuns assentos, parte delles feito de novo, e o mais de velho e sobre elle huum grande espelho aberto*”, *Visitação da Vigairia de Thomar*, in *Opus Cit.*, p. 89), mas é seguro que foi intervencionado neste período, pelo menos ao nível dos assentos. Sabemos já, pelo contrario, que no reinado de D. João III, Frei António de Lisboa, provincial da Ordem de S. Jerónimo e “reformador dos freires de Cristo” (*Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 27, *Opus Cit.*, p. 12) foi responsável por algumas transformações no aspecto geral da igreja, tendo mandado edificar as cinco capelas da fachada sul e respectiva varanda. No mesmo período edificou-se a sacristia. Nos séculos XVI e XVII procedeu-se ao revestimento do espaço interno com painéis de azulejos. Para as intervenções de 1895 (obras de reparação) e 1918 (obras no telhado motivadas pela infiltração de águas ver Lúcia Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 302. Sobre as intervenções de 1940 ver o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 27, *Opus Cit.* Entre as intervenções mais significativas contam-se a demolição de “contrafortes de alvenaria e conseqüente consolidação das paredes que eles fortaleciam” (p. 26), “rebaixamento do pavimento da capela mor, que fora elevado e estava encobrindo a base das pilastras “ (p. 26), “rebaixamento das paredes laterais das naves (que tinham sido modernamente elevadas, em toda a sua extensão) até ao nível das antigas cornijas” (p. 27), “apeamento e reconstrução da grande rosácea da fachada principal” (p. 27), “desentaipamento e reparação de algumas frestas da fachada norte e da capela-mor” (p. 27) e “substituição da moderna janela aberta sobre o arco cruzeiro por uma rosácea reconstituída em conformidade com os vestígios que se encontraram durante os trabalhos” (p. 27).

374 P. Pereira, “O Primeiro Gótico Português”, in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p.359. P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 61, considera que a igreja do Olival serviu de modelo a inúmeras construções posteriores até ao século XVI, mas não refere as mendicantes em particular.

influência das ordens mendicantes na Igreja de Santa Maria do Olival e não o contrário<sup>375</sup>. Parece-nos que esta última hipótese é mais correcta. Os paralelismos a nível da cobertura das naves e da tipologia nas arcadas e nervuras, revelam um ponto de contacto indiscutível entre a igreja de Santa Maria do Olival e as igrejas das ordens mendicantes. Essa proximidade obriga a que se aceite que houve uma influência de um dos lados. E se Santa Maria do Olival não possuísse influência mendicante (por ter sido ela a influenciar as igrejas destas ordens), seria então de esperar que os modelos aqui encontrados remetessem para as tipologias encontradas em Santa Maria de Alcobaça, recentemente edificada e geograficamente próxima<sup>376</sup>. Não é isto que se verifica, mas sim a repetição, na igreja do Olival, do modelo definido em (quase) todos os edifícios mendicantes deste período. Aceitamos, deste modo, a influência da arquitectura mendicante sobre a igreja do Olival.

#### 2.1.2.2. Igrejas de Planta Centralizada:

Significativamente é na Península Ibérica<sup>377</sup> que se encontram alguns dos exemplos mais interessantes de igrejas com planta centralizada, cuja atribuição aos Templários possui algum grau de segurança – a Igreja de Vera Cruz<sup>378</sup>, em Segóvia (cuja atribuição aos

---

375 Pais da Silva, “Monumentos e Edifícios Notáveis de Tomar”, in *Páginas de História da Arte*, vol. I, *Artistas e Monumentos, Opus Cit.*, p. 192; Ana Sutton, *The Influence of the Mendicant Orders on Portuguese Gothic Architecture*, University of Bristol, 1974., p. 209; e, J. C. Vieira da Silva, in “A Arte Gótica”, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, pp. 120-121.

376 Neste cenário (hipotético), tendo a igreja do Olival sofrido influências de Alcobaça e a aceitar a ascendência da construção templária sobre a arquitectura mendicante, seria então de esperar que se encontrassem nas construções das ordens mendicantes as soluções alcobacenses – em termos de cobertura, modelo de arcadas, pilares, tipo de nervuras - através da influência do Olival. Porém, não é isso que acontece.

377 Sobre a presença das Ordens Militares na Península Ibérica ver D. Maur Cocheril, “Essai sur l’ Origine des Ordres Militaires dans la Péninsule Ibérique”, in *Collectanea Ordinis Cisterciensium Reformatae*, t. XX - fasc. 3, Outubro-Dezembro 1958, t. XXI - fasc. 3 e 4, Julho-Setembro 1959 e Outubro-Dezembro 1959.

378 A Igreja da Vera Cruz de Segóvia está datada de cerca de 1200, tendo sido sagrada em 1208. Tem sido atribuída aos cavaleiros do Santo Sepulcro ou aos Templários, embora a maioria dos autores pareça inclinar-se mais para a atribuição templária, alguns sublinhando os paralelismos com Tomar. Esta igreja estrutura-se num polígono central de doze lados, circundado por um polígono de maiores dimensões, também com doze faces (correspondendo a três delas as absides orientais), formando entre ambos um deambulatório de circulação, à semelhança do que acontece em Tomar. Esta disposição do espaço, independentemente do tipo de polígono adoptado (o octógono em Tomar, dodecágono em Segóvia) é o principal elo de união entre as duas construções. A fonte de inspiração directa, porém, não terá sido a mesma, uma vez que a Igreja de Vera

Templários não é linear, mas possível), a Ermida de Santa Catarina de Monsaraz (cuja atribuição também não é garantida, mas provável) e a extraordinária Rotunda de Tomar. As construções portuguesas, porém, chamam à atenção para um outro atributo característico da Península Ibérica, o carácter fortificado evidente em ambas as igrejas, e que se relaciona com a própria implantação da Ordem no território português<sup>379</sup>.

#### a) Ermida de Santa Catarina de Monsaraz

A ermida de Santa Catarina de Monsaraz está localizada no sopé do monte onde se ergue a vila de Monsaraz. A ocupação do espaço da vila é bastante antiga, podendo aí ter existido um castro lusitano, verificando-se depois uma ocupação sequencial por romanos, visigodos e muçulmanos. A ocupação muçulmana (de onde advém o nome, Xarez ou Xaraz da Mata), é particularmente duradoura e não deixará de ter tido uma forte influência na região. Será a acção do famoso Geraldo Geraldês, *Sem Pavor*<sup>380</sup>, resultante da reconquista de Évora (e das áreas entre Évora e a fronteira), no ano de 1165, a por cobro ao domínio muçulmano de Monsaraz. Contudo, esta reconquista da região de Monsaraz parece ter sido apenas temporária, uma vez que após a derrota, em 1169, de D. Afonso Henriques (e Geraldo, *Sem Pavor*) em Badajoz, as tropas de Abu Ya'qub Yusuf, levaram a cabo diversas investidas, que resultaram na conquista de Cáceres e Alcântara, em 1174, ano em que Abu Ya'qub também manda repovoar e reconstruir Beja, intensificando o seu domínio da

---

Cruz tem sido apontada como uma réplica do Santo Sepulcro, muito embora alguns autores refiram também uma ligação ao *Templum Domini*. Uma hipótese que tem sido colocada é a "colaboração", na execução do templo entre cavaleiros do Santo Sepulcro e Templários ou o começo da construção por uns e o término por outros. Ver Luís M<sup>a</sup> de Lojendio, "Vera Cruz, Segóvia", in *La España Románica, Castilla 2 – Sória, Segóvia, Ávila y Valladolid*, Madrid, Encuentros Ediciones, 1981, e Paolo Piva, "Las 'Copias' del Santo Sepulcro en el Occidente Románico (variantes de una relación problemática)", in *El Arte en el Mediterráneo en la Época de las Cruzadas*, edición a cargo de Roberto Cassanelli, Barcelona, Lunwerg Editores, 2000. Ver ainda sobre as questões relacionadas com as cópias do Santo Sepulcro, G. Bresc-Bautier, "Le Imitazioni del Santo Sepulcro", in *Le Crociate, – L' Oriente e l' Occidente da Urbano II a San Luigi (1096-1270)*, Milão, Ed. Electa, 1997.

379 "Só na Terra Santa e na Península Ibérica é que [os Templários] se revelaram sob o aspecto de combatentes", R. Pernoud, *Os Templários, Opus Cit.*, p. 52. A Rotunda de Tomar, no entanto, e como referido anteriormente, extravasa dos nossos objectivos dada a sua cronologia.

380 Sobre a conquista de Évora e outros territórios alentejanos de fronteira, ver J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, pp. 76-80 e D. Afonso Henriques, capítulo 21. *O Fim da Ofensiva, Opus Cit.*, pp. 215/221.

cidade. Sabemos que a linha sul do Tejo se encontrava então, à excepção de Évora, toda sob domínio almóada<sup>381</sup>. Esta circunstância implica, necessariamente, a recuperação do território de Monsaraz, pelos árabes. O domínio efectivo do território virá apenas com as investidas de D. Sancho II na região (fortemente apoiado pelas Ordens militares<sup>382</sup>), inseridas no cenário de reconquista da zona de fronteira, empreendida, não apenas pelo monarca português, mas também por Afonso IX de Leão (que já havia reconquistado Alcântara em 1213) e por Fernando III de Castela, que entre Junho e Julho de 1224, reúne a Cúria para preparar a guerra com o *al-Andalus*. Em 1229, Afonso IX, auxiliado por Fernando III, reconquista Cáceres; em 1230, são conquistadas Mérida e Badajoz, e, no território português, Elvas e Juromenha são abandonadas pelos árabes e ocupadas pelas Ordens Militares (que as entregam a D. Sancho II). É a recuperação do território perdido umas décadas antes.

A política de repovoamento da região vai ser empreendida por D. Afonso III<sup>383</sup>, após a reconquista do Algarve. “Com a conquista do Algarve e o conseqüente redimensionar do espaço territorial do reino, torna-se cada vez maior a apetência do monarca [D. Afonso III] pelo Sul, com a conseqüente valorização da Estremadura e o acentuar do protagonismo da fronteira alentejana. No Alentejo oriental concedeu foral a Estremoz, Portalegre, Vila

---

381 Ver M<sup>a</sup> J. Branco, *D. Sancho I, o Filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, Cronologia, ano 1174, p. 285 e Capítulo 2. *Badajoz e a entrada no mundo dos adultos / 1. O adolescente e o poder*. Ver também J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, capítulo 24. *Tentativas de Recuperação Militar, Opus Cit.*, pp. 244-251.

382 “Nos anos 30, porém, e depois da ocupação de Elvas, as ordens militares vão, no Ocidente da Hispânia na área de influência portuguesa, sobrelevar todas as outras forças em importância estratégica. Não se trata aqui, por enquanto, de medir a real participação de Sancho nestas campanhas mas de assinalar o inequívoco papel estruturante e, diria, quase exclusivo das ordens militares, que não pode deixar de ter directas conseqüências políticas, já na sua influência dentro do reino, já na crescente e inevitável dependência de Sancho face a elas.”, H. Fernandes, *D. Sancho II, Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, capítulo 7. *Conquistas, Negócios, Interdito (1230-1235)*, p. 205. Este capítulo (pp. 187-209) aborda a questão dos avanços militares da Reconquista, embora intercalado com questões de política interna e externa, não apenas do reino de Portugal, mas também dos seus vizinhos, Leão e Castela.

383 “Após o abandono muçulmano, o processo de repovoamento cristão e da reedificação da vila ordenado por D. Afonso III foi confiado a D. Martim Anes, “(...) que parece ter sido também o primeiro alcaide de Monsaraz.”, J. Correia, *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento*, dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Universidade Técnica de Lisboa / Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 1989, p. 35

Viçosa, Évora-Monte e Monsaraz.<sup>384</sup> O foral de Monsaraz data de 1276 e testemunha, certamente, a prévia existência de um núcleo urbano, devendo-se também à acção do *bolonhês* a construção da cerca urbana e reformulação do castelo, prolongando-se estas obras para o reinado de D. Dinis (que sobe ao trono em 1279).

A construção da ermida, insere-se neste complexo cenário político-militar<sup>385</sup> e a sua datação levanta alguns problemas. O final do século XII foi tradicionalmente<sup>386</sup> indicado como data de edificação da construção original (a estrutura hexagonal), remetendo para o período de domínio cristão da zona, que se verificou após a conquista de Évora. Este domínio, porém, foi demasiado efêmero, o que, se não impossibilita o levantamento de uma estrutura destas dimensões, questiona, no entanto, a hipótese de sobrevivência da mesma, no quadro de destruição e guerra que se sucedeu.

Estudos mais recentes<sup>387</sup>, apontam para a possibilidade desta construção recuar apenas até ao final do século XIII, ou mesmo inícios do século XIV, tomando por base as comparações com as portas da vila de Monsaraz, remetendo para o período de (re)fundação

---

384 L. Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 113. A autora analisa a importância que a acção de D. Afonso III teve na fundação de novas cidades e vilas, sobretudo, nas regiões fronteiriças, destacando ainda a atenção dada à reestruturação dos sistemas defensivos do território, nomeadamente, e mais uma vez, nas zonas de fronteira. “O referido protagonismo de Afonso III na fundação de algumas cidades ou vilas novas, implantadas junto de troços viários de grande importância e sobretudo na zona fronteiriça – a quem outorga cartas de foral – acompanha a consciência da fragilidade do sistema defensivo do reino. (...) Foi, naturalmente, nas zonas fronteiriças que melhor se materializou o surto construtivo de castelos e muralhas urbanas, bem como o fomento dos núcleos urbanos mediante a concessão de cartas de foral.”, p. 115.

385 E, aparentemente, num espaço de implantação centenária, local de uma antiga via romana. Segundo Rui Cunha, no interior da ermida encontrou-se um marco miliário pertencente a essa antiga via. Ver, *Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana, as Medidas como Elemento Caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XIII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz, Opus Cit.*, p.164. Recentemente foi também colocada a hipótese de a ermida assentar sobre a cabeceira de uma antiga basílica paleocristã, existindo também no local uma necrópole do mesmo período. A necrópole foi alvo de escavações arqueológicas no âmbito das actividades curriculares dos cursos de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da Faculdade de Arquitectura da UTL. Ver Rui Cunha, *Idem*, p. 164.

386 T. Espanca, “Ermida de Santa Catarina”, in *Inventário Artístico de Portugal*, volume IX, *Distrito de Évora (zona sul), concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1978, p. 388.

387 J. Correia, *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento, Opus Cit.*, p. 101, situa a ermida no século XIII. Já J.P. Gonçalves, “Monsaraz e o seu termo. Ensaio Monográfico”, in, *Separata do Boletim Junta Distrital de Évora - nº 2*, Évora, Gráfica Eborense, I Parte, 1962, p. 37, havia indicado uma cronologia entre finais do século XIII e princípios do XIV, “período da preponderância templária na vida social do velho burgo”.

do espaço urbano, situado na segunda metade do século XIII, inserido na acção repovoadora de D. Afonso III. As questões levantadas por esta datação prendem-se com alguns arcaísmos que o edifício apresenta, mas que não representam um argumento definitivo (até porque a resistência do românico no nosso território é particularmente significativa). Jorge Rodrigues<sup>388</sup> situa a ermida entre meados e finais do século XIII, remetendo assim para o reinado de D. Afonso III ou mesmo de D. Dinis. A política de recuperação da zona no reinado de D. Afonso III e a conseqüente dinamização da região leva-nos a aceitar que a ermida possa datar do período deste monarca.

Uma segunda questão que se coloca é a da atribuição desta construção à Ordem do Templo<sup>389</sup>, detentora do castelo da vila, que posteriormente será entregue à Ordem de Cristo<sup>390</sup>. A invocação a Santa Catarina remete para a figura de Santa Catarina de Alexandria<sup>391</sup>, sepultada no Monte Sinai e cuja difusão no território ocidental, nomeadamente em Portugal, chega como consequência das cruzadas e eventualmente por via templária<sup>392</sup>, uma vez que as igrejas da invocação desta Santa aparecem em áreas de influência da milícia<sup>393</sup>. A progressiva popularidade desta Santa no Ocidente é acentuada

---

388 Galilea, *Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 410. Anteriormente o autor havia apresentado uma datação categórica para a edificação da ermida: o ano de 1249; mas sem indicar as fontes nem explicar porquê, pelo que não podemos aceitar a data incondicionalmente, cfr. “A Diocese de Lisboa e o Românico do Sul”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Da Pré-História ao “Modo” Gótico*, *Opus Cit.*, p. 259.

389 J. Correia, *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento*, *Opus Cit.*, p. 101, refere a existência de uma estela funerária em granito com a cruz dos Templários insculpida, que poderá confirmar a atribuição da ermida aos cavaleiros do Templo. T. Espanca, “Ermida de Santa Catarina”, in *Inventário Artístico de Portugal*, volume IX, *Opus Cit.*, p. 388, menciona “um fragmento de capitel marmóreo, esculpado, representando a cruz de Cristo, peça que se guarda, actualmente [1978], no Museu de Arte Sacra da Matriz de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Lagoa.”

390 O traçado da urbe de Monsaraz apresenta, aliás, semelhanças com outras implantações militares da Ordem no século XIII, como Penamacor, Montalvão e Nisa, entre outros. Sobre o castelo de Monsaraz ver N. V. Oliveira, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal, 1120-1314*, *Opus Cit.*, pp. 289-293.

391 Sobre a figura de Santa Catarina de Alexandria ver L. Réau, *Iconografia del Arte Cristiano*, tomo 2, vol. 3, *Iconografia de los Santos, de le A a la F*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1997, pp. 273-283.

392 Esta possibilidade é avançada por J. P. Gonçalves “Monsaraz e o seu termo. Ensaio Monográfico”, in *Separata do Boletim Junta Distrital de Évora - nº 2*, *Opus Cit.*, p. 37. Sobre a introdução do culto no Ocidente através das Cruzadas parece não haver dúvidas, ver L. Réau, *Opus Cit.*, p. 275.

393 Entre outros exemplos veja-se a Igreja de Santa Catarina de Jerez de los Caballeros (zona de domínio templário), que, apesar de transformações posteriores, é atribuída na sua origem a estes cavaleiros.

através da *Lenda Dourada* (séc. XIII), muito embora a sua iconografia apareça já em vitrais do século XII (Catedral de Angers<sup>394</sup>, Maine-et-Loire), tornando-se comum em frescos do século XIII (sacristia de Saint Sernin de Toulouse, cripta da Notre Dame de Montmorillon no Poitou-Charentes e Capela de Santa Catarina de Blankenberg, na Renania<sup>395</sup>). A invocação a Santa Catarina e a sua progressiva popularidade ao longo do século XIII é mais um elemento a favor da datação desta ermida a partir de meados da centúria de duzentos.

Nenhum dos argumentos habitualmente avançados – o domínio templário do castelo, a planta poligonal e até mesmo a invocação a Santa Catarina de Alexandria - é conclusivo, mas qualquer deles é suficientemente forte para aceitar a atribuição da ermida à Ordem do Templo. Esta atribuição é, na realidade, aceite pela maioria dos autores<sup>396</sup> e parece-nos válida.

Também a função da ermida é alvo de interrogações. Habitualmente é referida a sua função funerária<sup>397</sup>, remetendo-se para o Santo Sepulcro de Jerusalém e para a Rotunda de Tomar (sendo que a própria ligação entre estes edifícios é indevida). Contudo, a ligação a Tomar não significa necessariamente uma componente funerária, uma vez que não há sequer certezas dessa função na Rotunda templária. Por outro lado, não é de excluir a possibilidade de a ermida ter sido entendida desde a origem como um espaço de oração. Uma última hipótese, prende-se com a possibilidade de a ermida se inserir nas rotas de peregrinação do sul da Península a Santiago de Compostela<sup>398</sup> funcionando como espaço de

---

394 Ver L. Réau, *Iconografia del Arte Cristiano*, *Opus Cit.*, pp. 278 e 281.

395 Ver L. Réau, *Iconografia del Arte Cristiano*, *Opus Cit.*, pp. 278, 281 e 283.

396 J. Rodrigues, “A Arquitectura Religiosa”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, pp. 212 e 258, T. Espanca, “Ermida de Santa Catarina”, in *Inventário Artístico de Portugal*, volume IX, *Opus Cit.*, p. 388, P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 392

397 P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 392

398 Esta posição é defendida por J. Correia, *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento*, *Opus Cit.*, que afirma que “Muitas das povoações do Norte e do Sul de Portugal beneficiaram do trajecto das peregrinações para elevar pequenas ermidas ou igrejas e em muitos lugares construíram-se albergues de estrada ligados a instituições religiosas que faziam a cobertura assistencial dos peregrinos e acudiam aos pobres em necessidade. No que se refere ao concelho de Reguengos de Monsaraz (...) estamos em condições de afirmar que também ele era tocado pelos itinerários compostelanos. A nossa concepção assenta essencialmente em testemunhos/vestigios de carácter edificável que se podem constatar nos territórios do concelho: 1 - As antigas vias romanas, 2 - A Ermida de Stª Catarina de Monsaraz, 3 - A Capela de Nossa Senhora da Orada, 4 - A toponímia envolvente de Monsaraz.”, 87. Sobre as peregrinações e caminhos de Santiago ver *Las Peregrinaciones a Santiago de Compostela y San Salvador*

apoio e protecção dos viajantes, o que justificaria a sua cobertura ameaçada. Esta cobertura é por vezes associada a uma função de defesa<sup>399</sup> da vila de Monsaraz, mas a distância entre os dois espaços invalida esta hipótese. Em qualquer dos casos (defesa dos peregrinos ou da vila), a ideia de a ermida ter assumido um papel defensivo não nos parece particularmente credível e, embora esta questão ainda não tenha sido abordada, talvez fosse mais coerente procurar inserir esta construção dentro do panorama das igrejas-fortificadas existentes no território, como aliás, noutras regiões do sul da Europa (Catalunha, Provença ou Aquitânia). Sabemos que há, em Portugal, “uma continuidade indiscutível no ‘facies’ guerreiro das catedrais e das igrejas paroquiais desde a época românica até ao alvorecer do renascimento”<sup>400</sup>, e que a utilização de elementos militares nas construções religiosas, não significava necessariamente uma função militar – Leça do Balio é disso testemunho. A Ermida de Santa Catarina de Monsaraz poderá, deste modo, ter sido "apenas" um local de oração templário, inserido num território de domínio desta Ordem.

A ermida apresenta uma planta centralizada, hexagonal<sup>401</sup>, com o alçado dividido em dois níveis [Fig. 84]. A sua estrutura poligonal constitui, na opinião de Jorge Rodrigues (e

---

*de Oviedo en la Edad Media*, Actas del Congreso Internacional celebrado en Oviedo del 3 al 7 de Diciembre de 1990, coordenação de Juan I. Ruiz de la Peña Solar, Oviedo, Servicio de Publicaciones Principado de Astúrias, 1993.

399 J. Rodrigues, “A Diocese de Lisboa e o Românico do Sul”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 259, afirma que o terraço “desempenharia funções defensivas”, mas não refere em relação a quê. A ideia é reafirmada em *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 411. Nesta obra o autor coloca a hipótese de a ermida ter conjugado "as funções de oratório, provável intenção funerária, e de torre.", p. 412.

400 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 113-115.

401 “A análise do corpo hexagonal revela que este foi delineado tendo por base uma malha de triângulos equiláteros que permite a inscrição da planta hexagonal do templo.”, R. Cunha, *Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana, as Medidas como Elemento Caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XIII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz*, *Opus Cit.*, p. 167. O cruzamento de dois triângulos equiláteros foi entendido por J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz*, Separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora* - nº 8, 1967, Évora, Gráfica Eborense, 1969, pp. 8 e 22, como uma evidência da presença templária na ermida, uma vez que este cruzamento forma uma estrela de seis pontas, remetendo o autor para o *signo-saimão*, símbolo dos templários. Esta teoria é, no entanto, um pouco redutora, uma vez que existem construções com planta hexagonal que não pertencem aos templários. Sobre a estrela de Salomão ver Louis Réau, *Iconografía del Arte Cristiano*, Tomo 1/ vol. 1, *Iconografía de la Biblia, Antiguo*

juntamente com a Rotunda de Tomar), a “mais original aportação trazida ao românico português, sem paralelo em qualquer outra iniciativa de qualquer outra ordem religiosa ou encomendador laico – mesmo dos Hospitalários, permeáveis à mesma espiritualidade ‘orientalizante’ que influenciou os cavaleiros do Templo.”<sup>402</sup> Porém, a classificação linear de românico para ambos os edifícios parece-nos redutora. Não só consideramos que a Rotunda apresenta já elementos de transição, como nos parece que a própria ermida deve ser entendida como um gótico eventualmente arcaizante<sup>403</sup>, em que se destaca a composição da abóbada, claramente gótica. Concordamos, contudo, com o autor na afirmação de que estas construções se revestem de uma importância extraordinária dentro do panorama da arquitectura religiosa medieval portuguesa, sobretudo pela originalidade das soluções propostas ao nível do tipo de planta apresentada, e, também, pela importação para o território português de modelos oriundos do Oriente latino.

A construção da ermida fez-se recorrendo a diversos materiais, desde o xisto e tijolo, utilizados nas paredes, ao granito, reservado para reforço dos paramentos, cunhais e contrafortes, até aos fragmentos de mármore, reaproveitados de construções anteriores. As decorações do espaço interno, incluindo a modelação do arco quebrado, foram executadas em ladrilho<sup>404</sup>, material igualmente utilizado para os merlões e campanário. No que toca à utilização do tijolo, material menos difundido do que a pedra e que revela também uma certa originalidade do edifício, a explicação deve ser entendida à luz do enquadramento político da região, passando por um cenário de presença muçulmana, sendo esse material amplamente aplicado nas suas construções.

---

*Testamento*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1995, p. 336. Esta estrela ou "selo" aparece, por vezes, representada como um pentagrama – veja-se o caso do símbolo de Santa Maria do Olival.

402 J. Rodrigues, “A Diocese de Lisboa e o Românico do Sul”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, pp. 258-259.

403 Como afirma T. Espanca, “Apresenta, na contextura arquitectónica geral, o hibridismo de transição do romano-gótico.”, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 389.

404 O ladrilho é um tipo de material pouco utilizado na arquitectura portuguesa e que poderá ter relação com a arquitectura muçulmana. A sua utilização em alguns (poucos) edifícios em Portugal e Espanha levou o historiador de arte Lampérez y Romea (cit. por J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz*, *Opus Cit.*, p. 25) a referir-se às construções românicas, na qual se empregava esse material como “românico de ladrilho”.

O espaço interno é coberto por uma abóbada-cúpula formada por seis gomos e assente em grossas nervuras, de moldura dupla, que se prolongam até à base de um falso trifório [Fig. 85]; descarregam em capiteis de cesto cúbico, sem qualquer ornamentação, apoiados em meias colunas embebidas em pilares. Os pilares e meias colunas assentam em bases de formato quadrangular muito elevadas [Fig. 86]. A chave da abóbada encontrava-se particularmente danificada, no final da década de sessenta; porém, J. P. Gonçalves afirma que esta ostentava “o fecho desprovido de qualquer ornato.”<sup>405</sup>

O alçado interno é dividido por um falso trifório formado por arcos de volta perfeita que corre a toda a volta (à excepção da parede este, onde se abre um arco elíptico que ocupa quase todo o vão); estes arcos são inseridos em molduras rectas semelhantes a pequenos alizes, o que tem levado à extrapolação de uma filiação construtiva muçulmana<sup>406</sup>. Sobre este falso trifório corre um friso denticulado. E acima deste, entre as nervuras da cúpula/abóbada, abrem-se pequenos vãos<sup>407</sup>, que dão para uma estreita galeria de circulação da abóbada [Fig. 87]; a estas aberturas correspondem outras idênticas nas paredes exteriores, permitindo, assim, uma ampla iluminação da galeria, chegando, porém, a luz de forma um pouco mais difusa ao interior da ermida. Num dos panos de parede (do nível inferior do alçado) do lado norte da ermida é ainda hoje visível uma pequena abertura de formato rectangular, que se rasga no vão do arco cego [Fig. 86]; também na parede sul é visível no exterior, uma abertura semelhante, mas que deverá ter sido entaipada internamente (pelo reboco de cimento), pois não é visível no interior. É possível que os

---

405 J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 10

406 Alguns autores enunciam ainda a planta centralizada como elemento derivado da arquitectura árabe, o que nos parece excessivo, uma vez que este tipo de planta não é exclusivo da arquitectura muçulmana, sendo que a aceitar a atribuição templária do edifício, esta planta encontra-se por demais justificada. J. Correia, *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento, Opus Cit.*, p. 101, relaciona mesmo a utilização de plantas centralizadas pelos árabes, com a existência do Santo Sepulcro na Terra Santa, o que também nos parece excessivo. J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 17, considera que devem ter colaborado na edificação desta ermida mestres pedreiros muçulmanos ou moçárabes, embora o mestre principal devesse ser cristão.

407 J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 7, afirma que “os arcos destas janelas eram de tipo de volta inteira e a cada uma delas correspondia, interior e radialmente, na base dos interstícios triangulares da abóbada, uma abertura do mesmo tipo”. Contudo, a curvatura dos arcos não é actualmente perceptível, nem interna, nem externamente.

panos de parede dos lados norte e sul possuissem pequenas frestas de iluminação directa para compensar a iluminação indirecta superior, posteriormente adulteradas.

O nível inferior do alçado é composto por arcadas formadas por arcos ligeiramente abatidos, duplas nas paredes norte e sul e única na parede este onde se situaria o altar [Fig. 87]. Relativamente à parede este Túlio Espanca escreve o seguinte: “Na ousia rasga-se um sóbrio nicho, decerto destinado à desaparecida imagem da padroeira, revestido de singelas composições de tinta d’água, com tabelas geometrizes ligadas a laçaria policroma, segundo trabalho da arte popular de meados do século XVII. Superiormente, existe uma edícula que denuncia ter sido, primitivamente, destinada à exposição de núcleo sacro.”<sup>408</sup> Ficamos na incerteza se o autor se refere ao arco cego abatido que ocupa todo o vão do nível inferior do alçado, ou se existiria na parede desse arco um nicho rasgado; actualmente o reboco de cimento revestiu a quase totalidade da parede, sendo porém perceptível um pouco abaixo da curvatura do arco, e acompanhando a superfície que o cimento cobre, uma área que poderia corresponder a um nicho. Quanto ao revestimento policromo, desapareceu integralmente.

A parede oeste é rasgada pelo arco de entrada, de volta perfeita, assente em capitéis de mármore. Este é envolvido por um arco quebrado que alguns autores consideram original<sup>409</sup>, hipótese que nos coloca sérias dúvidas, uma vez que esse arco parece fazer claramente parte da estrutura que posteriormente foi adossada ao hexágono [Figs. 88 e 89].

No exterior, a cobertura é sustentada por contrafortes angulares, em granito, que se elevam até ao nível do trifório e que têm continuação até ao eirado em cunhais, no mesmo material. Esta estrutura é coberta por um terraço ameado, com ameias piramidais [Fig. 90]. A sul encontra-se uma pequena torre, cuja terminação exterior este e sul é recta, sendo a parede oeste curva [Fig. 91]. Possui entrada pelo interior, e reveste uma escada de caracol de acesso à galeria de circulação da abóbada e ao terraço. “Sugere, embora em escala

---

408 “Ermida de Santa Catarina”, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 388. J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz*, *Opus Cit.*, p. 8, considera que a imagem da padroeira deveria estar na edícula superior.

409 Nomeadamente J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz*, *Opus Cit.*, p. 27.

modesta, a torre encostada à charola templária de Tomar<sup>410</sup> que, no entanto, é posterior à construção original da Rotunda, pelo que não se pode aqui falar de uma influência de Tomar sobre Monsaraz.

A medida utilizada nesta construção foi o pé real<sup>411</sup>, medida que, como se viu, foi também utilizada nas igrejas cistercienses de Tarouca e Alcobaça, substituindo o habitual pé romano. A utilização de uma medida mais comum em França do que em Portugal, pode ser entendida como mais um elemento a favor da origem templária deste edifício, sobretudo devido à internacionalização da ordem; é também possível falar, neste caso, de uma eventual influência da arquitectura cisterciense sobre a arquitectura templária.

A este corpo original foi adossado um segundo corpo, de planta rectangular, que funcionou como nave e que tem sido datado entre o século XVI e o XVIII<sup>412</sup>.

Os modelos definidos pelos Templários na Ermida de Santa Catarina de Monsaraz (e na Rotunda de Tomar) parecem ter tido reflexos na arquitectura subsequente de outras ordens militares (e não só), tanto a nível da utilização de plantas centralizadas – veja-se, já no século XIV, o caso da Capela dos Mestres na Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, em Alcácer do Sal<sup>413</sup>, pertencente à Ordem de Santiago da Espada -, como no que respeita à arquitectura religiosa fortificada que, ao longo do século XIV, irá expandir-se em construções como a Igreja Matriz de Leça do Balio, a Igreja de Santa Maria de Flor da Rosa e Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Terena<sup>414</sup>.

---

410 Idem, *Ibidem*, p. 7.

411 R. Cunha, *Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana, as Medidas como Elemento Caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XIII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 167.

412 J. P. Gonçalves, *A Ermida Românica de Santa Catarina de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 27, defende uma cronologia tardia: “O actual pórtico do frontão, as mísulas do púlpito e as empenas laterais da nave parecem poder atribuir-se ao século XVIII”, enquanto R. Cunha, *Elementos Caracterizadores da Arquitectura Urbana, as Medidas como Elemento Caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XIII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz, Opus Cit.*, p. 165, o situa no século XVI.

413 Ver Parte II, capítulo 5.2.

414 Ver para estas três igrejas, Parte II, capítulo 4. Não é possível terminar esta abordagem da ermida de Santa Catarina sem fazer uma chamada de atenção para o estado lamentável em que esta se encontra. É verdadeiramente inaceitável que uma construção tão importante como esta se apresente em tão indignas condições, tornando-se, pois, absolutamente imperativo que se levem a cabo medidas de limpeza e de

## 2.2. A Ordem de São João do Hospital

### 2.2.1 Nascimento da Ordem de São João do Hospital

Ao que tudo indica, a formação da Ordem de São João do Hospital<sup>415</sup> remonta de forma indirecta ao ano de 1048, data em que um grupo de mercadores amalfitanos fundou em Jerusalém o Mosteiro de Santa Maria Latina, subordinado à Regra de São Bento, e que tinha como função albergar os peregrinos que viajavam para a Terra Santa. A progressiva afluência de peregrinos a Jerusalém levou à edificação do Hospital de São João Baptista, que inicialmente funcionava sob a dependência do mosteiro beneditino, mas que, já no início do século XII, (com a chegada de cada vez mais peregrinos, motivada, acima de tudo, pela conquista da Cidade Santa em 1099), se torna independente, dando origem directa à Ordem de São João. A 15 de Fevereiro de 1113, era concedida, pelo Papa Pascoal II, ao primeiro Mestre da Ordem, Gérard de Martigues [c.1040-1120], a bula *Piae Postulatio*, na qual ficava estabelecida a Regra da Ordem. A vocação inicial da Ordem, e que, aliás, nunca se perdeu, é, pois, de carácter assistencial. Mais tarde, possivelmente durante o mestrado de Raymundo de Puy [?-1160], às funções de assistência hospitalar aos peregrinos juntam-se também funções de natureza militar, passando a Ordem a aliar uma vertente assistencial com outra guerreira<sup>416</sup>.

---

restauro. Saliente-se ainda, na sequência deste assunto, a dificuldade que tais condições criam para um estudo pormenorizado sobre o objecto em análise

415 Sobre a Ordem do Hospital ver Mário Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)", in *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7, *Arqueologia da Idade Média em Portugal*, coord. Mário Barroca, António M. Cuello, Manuel Real, UTAD, Vila Real, Setembro de 1999, Porto, ADECAP, 2000; Paula Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal, Séculos XII – XIV*, dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, FLUP, 1993; e R. Abreu Torres, "Ordem dos Hospitalários", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 225-226.

416 D. Maur Cocheril, "Essai sur l' Origine des Ordres Militaires dans la Péninsule Ibérique", in *Opus Cit.*, p. 327, defende a possibilidade de a Ordem só ter assumido uma vertente guerreira após a instalação na Península Ibérica.

### 2.2.2. A Implantação em Portugal

A entrada da Ordem de São João em Portugal coloca algumas questões, sobretudo no que respeita à data exacta em que terão chegado ao território<sup>417</sup>, uma vez que o *bailio* em que se instalam não oferece dúvidas: trata-se da igreja fortificada de Leça do Balio. Ao longo dos anos têm sido avançadas várias hipóteses de datação, a mais antiga colocando a entrada da Ordem no ano de 1106, a mais tardia apontando para 1128. A entrada da Ordem em Portugal em 1106 parece estar absolutamente fora de questão e deverá partir de documentos forjados pelos próprios Hospitalários para reivindicarem a sua antiguidade no país e o seu direito a territórios disputados aos Templários<sup>418</sup>. Paula Costa, por sua vez, propôs o ano de 1112 para estabelecimento dos monges em Portugal, baseada num documento de 1130 (de que não se conhece o original), segundo o qual a Ordem já estaria sediada no território há 18 anos<sup>419</sup>. Esta datação, porém, também parece estar incorrecta, levantando, dois problemas fundamentais: o primeiro é que a aceitar esta data teríamos igualmente de aceitar o facto de a Ordem se ter estabelecido em Portugal antes mesmo de ter recebido a bula de 1113, o que se afigura improvável. O segundo, prende-se com a entrada da Ordem na Península Ibérica, sendo que a primeira data segura que temos para a implantação dos Hospitalários no território peninsular é o ano de 1125, altura em que se instalaram no Reino de Aragão; é questionável que a entrada em Portugal se tenha efectuado antes de os freires estarem já sediados nesse reino. Uma datação mais segura é apresentada por Mário Barroca, que situa a entrada do Hospital em Portugal após o seu aparecimento no reino de Aragão, algures entre 1126 e 1128, durante o governo de D.

---

417 Estas questões devem-se, sobretudo, à falta de fontes directas sobre o assunto, uma vez que o arquivo da Ordem em Portugal, que se encontrava na Flor da Rosa, foi destruído, em 1662, pelos espanhóis.

418 Ver sobre a controvérsia em torno da data de 1106 o comentário [IV] de Rui Azevedo ao documento 9 in *DMP, DR*, Tomo II, *Opus Cit.*, pp. 555-560. O doc. 9 [*DMP, DR*, vol. I, pp.13-14] aparece classificado como *Falsificação*. Ver também M. Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)", in *3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Opus Cit.*, pp. 188-189.

419 *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, col. *Militarium Ordinum Anacleto*, 3/4, 1999/2000, pp. 94-98. Posteriormente, na obra, elaborada em conjunto com Lúcia Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, Lisboa, Edições Inapa, 2001, p. 22, a(s) autora(s) baliza(m) a entrada da Ordem em Portugal entre 1122 e 1128.

Teresa, e num período cronológico próximo da chegada dos Templários<sup>420</sup>. A primeira referência incontestável à presença desta Ordem em Portugal data, contudo, apenas de 1132<sup>421</sup>, subentendendo-se, no entanto, que já aqui estariam sediados há uns anos. O seu papel durante os primeiros anos de implantação em Portugal limita-se, como aliás se havia verificado nos primeiros anos na Terra Santa, a uma função de natureza assistencial, sendo que a vertente militar só irá ganhar relevo a partir do reinado de D. Sancho I<sup>422</sup>, e mesmo assim, “é aos Templários que o rei [D. Sancho I] vai recorrer de forma mais explícita (...) Eram eles, sem dúvida, a ordem com mais expressividade no terreno, beneficiada como tinha sido desde D. Teresa e Afonso Henriques.”<sup>423</sup> Apesar destas circunstâncias, o desenvolvimento da Ordem do Hospital em Portugal data, contudo, ainda do reinado de D. Afonso Henriques<sup>424</sup>, que em 1140 concede carta de couto e privilégios aos Hospitalários<sup>425</sup>, expandindo-se a Ordem, durante este reinado, no Norte do país, nas regiões a Norte do Douro e entre o Douro e o Mondego. Esta localização geográfica contrasta com a dos

---

420 M. Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)", in 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, *Opus Cit.*, p. 191. Anteriormente já Rui de Azevedo havia defendido uma cronologia entre 1122 e 1128, com maior probabilidade para o ano de 1128 – “Entre 1122 e 1128 a rainha D. Teresa concedeu aos freires desta Ordem o mosteiro de Leça do Balio, sua primeira casa capitular, recaindo as maiores probabilidades no ano de 1128, em que os Templários receberam da mesma rainha a doação de Soure”. Ver comentário [IV] ao documento 9 in *DMP, DR*, Tomo II, *Opus Cit.*, p. 560. Na sua esteira, R. Abreu Torres, “Ordem dos Hospitalários”, in *Dicionário de História de Portugal, Opus Cit.*, pp. 225-226, indica as mesmas datas. Mais recentemente a mesma datação é defendida por J. Custódio, “A Ordem dos Hospitalários e a Comenda de S. João do Hospital”, in *S. João de Alporão, na História, Arte e Museologia*, Catálogo da Exposição - 11 Setembro 1994 / 31 Agosto 1995, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1994, p. 15.

421 Ver Rui Azevedo, comentário [IV] ao documento 9 in *DMP, DR*, Tomo II, *Opus Cit.*, p. 558.

422 A conquista de Silves, em 1189, é a primeira batalha na qual os Hospitalários participam com uma função militar. Contudo, o apoio prestado tanto pelos Hospitalários, como pelos Templários, pode não ter sido o esperado pelo monarca, uma vez que Sancho I expulsa as duas ordens da cidade, após a sua conquista. Ver sobre o assunto J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, p. 95 e Mª J. Violante Branco, *D. Sancho I*, Parte II, capítulo 2/1. *O Rei Conquistador. A Guerra Ofensiva*, *Opus Cit.*, pp. 128-141

423 Mª J. Violante Branco, *D. Sancho I*, Parte II, capítulo 3/ 2. *A Construção do Reino*, *Opus Cit.*, p. 179

424 “Foi no reinado de D. Afonso Henriques que os Hospitalários se integraram na vida do reino (em 1140 D. Afonso Henriques concede carta de couto a Leça do Balio), através de um processo célere, uma vez que já tinham adquirido uma experiência de adaptação em outros reinos da Cristandade e contavam com o apoio de uma estrutura supranacional, que lhes imprimia força e orgânica.”, P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, *Opus Cit.*, p. 23

425 Ver Rui Azevedo, *DMP, DR*, Tomo I, *Opus Cit.*, pp. 321-323 - doc. 260, "1157, Abril, D. Afonso Henriques manda renovar a carta de couto e privilégios que em 30 de Março de 1140 concedera à Ordem do Hospital, abrangendo todos os bens que lhe pertencem ou vierem a pertencer em Portugal".

Templários, instalados nas regiões de fronteira<sup>426</sup>, onde desempenhavam um importante papel de guardiães dos territórios até então conquistados. A descida dos Hospitalários para a zona do Tejo data apenas do final do século XII, quando (na sequência do seu papel na Reconquista e da doação de *Guidimtesta*, em 1194<sup>427</sup>) edificam o Castelo de Belver, que foi, na época, a principal fortificação da Ordem, sendo o seu comendador o segundo elemento da hierarquia da Ordem em Portugal.

Em geral, os Hospitalários nunca tiveram bens tão extensos como os Templários, o que demonstra a supremacia que a Ordem do Templo possuiu entre nós, e a preferência que os monarcas lhe votaram. Em termos arquitectónicos, porém, a Ordem do Hospital edificou no território algumas das experiências mais interessantes do período gótico.

#### 2.2.2.1 As Igrejas de uma só nave com Capela-Mor

##### a) São João do Alporão

A participação dos Hospitalários na conquista de Santarém, em 1147, é incerta, e mesmo improvável, se se tiver em conta a natureza da Ordem, à data, quase de certeza, exclusivamente assistencial<sup>428</sup>. As informações existentes relativas à defesa da cidade,

---

426 “Os Templários ocupavam importantes posições estratégicas junto do rio Zêzere, e ficavam, por isso mesmo, encarregados da defesa de Santarém e de Lisboa, impedindo as incursões muçulmanas vindas de leste de atingirem estas duas cidades.”, J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, p.76

427 Território situado junto ao Tejo, no actual concelho de Mação. Corresponde a Belver (nome posto pelo próprio monarca no acto de doação, embora, certamente, por sugestão dos cavaleiros do Hospital). Esta doação surge após as investidas de Abu Yacub Yusuf, al-Mansor, na região do Vale do Tejo, ou seja, num momento em que este território estava, mais uma vez, parcialmente ocupado por contingentes muçulmanos, o que confere à doação uma importância significativa: não se tratava de uma zona completamente cristianizada e pacífica, mas sim de uma região de fronteira, necessitada de defesa militar, o que comprova as capacidades militares da Ordem nesta data. A doação vem também “quebrar” o domínio quase exclusivo que os Templários possuíam deste território e que, provavelmente, a coroa consideraria indesejado. Ver sobre estas questões M. Barroca, “A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)”, in *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, *Opus Cit.*, pp. 194-195. Sobre a defesa das linhas de fronteira ver J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 101.

428 Na realidade, não se conhece nenhum evento militar em que os Hospitalários tenham participado durante o reinado de D. Afonso Henriques, que, aliás, nunca doou nenhum castelo à Ordem do Hospital, tendo, pelo

desde a sua conquista até 1159, remetem para os Templários, que, aliás, detinham um importante papel na defesa geral da região. A própria implantação dos cavaleiros do Hospital no território escalabitano é desconhecida, não se conhecendo o documento que cria a comenda de S. João do Hospital de Santarém.

A entrada dos Hospitalários em Santarém não deverá ser anterior a 1159, ano em que os Templários abandonaram Santarém, transitando para Tomar, deixando a cidade relativamente desguarnecida em termos militares. Em 1179, D. Afonso Henriques concede carta de foral a Santarém, prevendo-se nesta carta a presença dos cavaleiros do Hospital na cidade, levando a crer que eles poderiam já se encontrar na cidade (ou no máximo, que estariam prestes a entrar). Assim, as balizas para a entrada da Ordem do Hospital em Santarém devem situar-se num período de vinte anos, entre 1159 e 1179.

A historiografia de finais do século XIX e inícios / meados do século XX<sup>429</sup> confere à igreja de São João do Alporão uma antiguidade que a igreja certamente não teve, revestindo a sua história de acontecimentos lendários e associando o nome a *Alcorão*, de cuja corrupção teria resultado *Alporão*<sup>430</sup>.

A edificação do mosteiro e igreja deverá, no entanto, estar apenas associada à presença da Ordem em Santarém, e poderemos tentar situá-los no final do século XII, existindo já, possivelmente no início do século XIII<sup>431</sup>, uma vez que a lápide sepulcral do meio irmão de D. Sancho I, Mestre Afonso<sup>432</sup>, datada de 20 de Fevereiro de 1207, permite

---

contrário, feito inúmeras doações (sobretudo) à Ordem do Templo, (mas também), à Ordem de Santiago e aos Cavaleiros da Milícia de Évora.

429 Nomeadamente, Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 40 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VIII, *Opus Cit.*, p. 449.

430 Esta explicação é avançada, entre outros, por Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 40 e por Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VIII, p. *Opus Cit.*, 449. J. Custódio e F. Custódio defendem que o nome deriva de uma corrupção de *Alplan*, o plano, hipótese que também carece de confirmação – cfr. “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *S. João de Alporão, na História, Arte e Museologia*, Catálogo da Exposição - 11 Setembro 1994 / 31 Agosto 1995, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, nota 11, p. 95.

431 O hibridismo estilístico da igreja do Alporão tem levado a datações diversas por parte dos historiadores, variando também a classificação geral do edifício, tão depressa definido como “arcaico” ou como “precoce”.

432 “Fernando Afonso fora o primeiro filho bastardo de Afonso Henriques, que o pai elevou à categoria de alferes-mor do reino depois de Badajoz [1169] e que já nessa altura parecia competir com Sancho I pela sucessão ao trono. Em 1172/1173, na sequência da reforma da cúria que colocara todos os ofícios sob a alçada

acreditar que o mosteiro já estaria em funcionamento nessa data, possuindo, certamente, uma função defensiva na cidade (a própria localização aponta nesse sentido). Ao longo do século XIII, outras referências documentais parecem indicar que o mosteiro já estaria edificado<sup>433</sup>. Esta datação vem também ao encontro daquilo que sabemos sobre o papel militar da Ordem no território português: em 1189, participam ao lado de Sancho I na conquista de Silves e, em 1194, o mesmo monarca doa à Ordem a herdade de *Guidimtesta*, mediante a obrigação de aí edificarem um castelo. “Estes dois aspectos asseguram-nos que na última década do século XII os Hospitalários já contemplavam uma dimensão militar. Asseguram-nos, ainda, que o acontecimento é anterior a esses anos: a estrutura da Ordem já se tinha adaptado, estando apta a fornecer contingentes militares bem equipados e preparados e a construir estruturas militares. Por isso, a mutação deverá ter ocorrido alguns anos antes, talvez no decurso da década de 70 ou de 80.”<sup>434</sup> Dentro deste contexto é aceitável pretender que a edificação do mosteiro, com uma função defensiva, possa recuar até ao último quartel do século XII.

A datação da igreja do Alporão não é, porém, consensual, e a análise estilística levanta problemas, que ainda não se encontram suficientemente esclarecidos. Mesmo os estudos mais recentes sobre a igreja, elaborados no final do século XX, não são

---

directa de Sancho, tinha-se exilado, e depois de deambular por entre círculos cultos da Europa desses anos, integrara os Hospitalários, de quem era Mestre na Hispânia em 1198, quando leva a Roma o censo que Sancho I devia ao Papa, e tomou parte na 4ª Cruzada. Mais tarde, assumiria o cargo de grão-Mestre geral da Ordem do Hospital, cargo que desempenhou entre 1202/1203 e 1206 na Terra Santa. Em 1206, e depois de ter instituído uma importante reforma dos estatutos da Ordem, demitir-se-ia do grão-mestrado do Hospital, fruto de desavenças com os restantes cavaleiros, regressando a Portugal. Os cronistas da Ordem dizem que, ao regressar a Portugal, foi envenenado, pelo caminho.”, M<sup>a</sup> J. Violante Branco, *D. Sancho I*, Parte 3, capítulo 1/1 *Sinais e Indícios*, *Opus Cit.*, p. 231. Foi sepultado em São João do Alporão, onde ainda hoje se conserva a referida lápide, na parede sul da igreja. Ver também sobre esta figura J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, pp. 88-89.

433 Em 1240, o Infante D. Fernando Serpa (filho de D. Afonso II) passa pelo Mosteiro dos Hospitalários de Santarém a caminho da Igreja da Alcáçova, aquando do cumprimento de uma penitência. E, em 1269, D. Maria Mendes, deixa no seu testamento vários bens à Igreja de S. João do Hospital, expressando intenção de aí se fazer sepultar. (ver J. Custódio e F. Custódio, “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *Opus Cit.*, p. 77). Qualquer das circunstâncias parece indicar que o núcleo hospitalar de Santarém estaria já concluído e a funcionar em pleno.

434 M. Barroca, “A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)”, in 3<sup>o</sup> *Congresso de Arqueologia Peninsular*, *Opus Cit.*, p. 193.

absolutamente coincidentes. Pedro Dias<sup>435</sup> considera que a igreja deve ter sido iniciada em meados do século XIII e concluída (talvez) já no século XIV. Paulo Pereira<sup>436</sup> aceita a possibilidade da igreja ter sido iniciada ainda no século XII, datando os elementos góticos de cerca de 1250. Vítor Serrão situa a construção da igreja em finais do século XII, inícios do século XIII, “concebida segundo um projecto de grande sensibilidade ao longo de três campanhas quase simultâneas”<sup>437</sup>. Jorge Custódio aponta para um início de construção no final do século XII, continuado ao longo do século XIII<sup>438</sup>.

Esta igreja levanta, na realidade, problemas significativos, tornando difícil considerações categóricas, podendo apenas afirmar-se com segurança que a igreja foi edificada em mais do que uma campanha. A análise arquitectónica do corpo da igreja permite entendê-la como pertencendo ainda a uma linguagem românica, caracterizada pela solidez e robustez das paredes, sendo que, paralelamente, o estudo das siglas (como se verá adiante) indica que o corpo da igreja foi edificado numa campanha distinta da capela-mor e cobertura da nave, campanha essa anterior, dado o arcaísmo das siglas aí utilizadas.

---

435 *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 61.

436 "A Arquitectura (1250-1450)", *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 357. Ver também Idem, "O Gótico de Santarém no tempo de S. Frei Gil", in *S. Frei Gil de Santarém e a sua Época*, Catálogo da exposição, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997, pp. 100/102.

437 "Santarém, Fundamentação Patrimonial - A Arquitectura Gótica", in *Santarém Cidade do Mundo*, vol. II, Investigação Realizada no Âmbito da Candidatura de Santarém à Classificação pela UNESCO como Património Mundial, Santarém, CMS, 1996, p. 113

438 J. Custódio, "A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte", in *Opus Cit.*, p. 93. Uma datação semelhante já havia sido defendida por J. V. Serrão, *Santarém, História e Arte*, 2ª ed. refundida com a colab. artística de A. Braz Ruivo, Santarém, Edição da Comissão Municipal de Santarém, 1959, p. 134, que enquadra a igreja no "reinado de D. Sancho I" [1185-1211], considerando-a um "magnífico exemplar da arquitectura romano-gótica (...) [sendo] românico pela frontaria e parte da sua cachorrada, tendo recebido do estilo gótico o aspecto abobadado da sua única nave e da capela-mor", p. 135. E anteriormente por Z. Sarmento, *Santarém: S. João de Alporão, Igreja da Graça, Convento de S. Francisco, Igreja de Santa Clara, Capela da Senhora do Monte, Igreja da Misericórdia, Igreja do Seminário, Igreja de Santa Maria de Alcobaça, Igreja do Milagre, Ermida do Milagre, Igreja de Marvila, Fonte das Figueiras*, Porto, ed. Marques Abreu, 1931, p. 6, que afirma que "a construção não vai mais longe do que o final do século XII ou princípio de século XIII". Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. III, *Distrito de Santarém*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1949, pp. 67-68, data a igreja do século XII, avançando que a explicação da "junção dos dois estilos, está na circunstância do primitivo abobadado ter derruído num dos violentos sismos do duocentismo, e ter-se depois, já no domínio e conhecimento do ogival, feito a reconstrução erguendo a abobada segundo o novo *cânon* construtivo, no princípio do século XIII".

A localização do mosteiro e igreja no espaço urbano, junto à Porta do Alporão<sup>439</sup>, perto da Alcáçova, acentua a sua ligação a uma função militar. Aliás, a implantação de ordens militares na zona da Alcáçova de Santarém não se limitou à Ordem do Hospital. Aquando da sua entrada na cidade, em Abril de 1147, os Templários edificaram na Alcáçova a igreja de Santa Maria, ocupando diversas casas neste espaço, que se mantiveram na sua posse, mesmo depois da saída da Ordem da cidade<sup>440</sup>. A ocupação de zonas limítrofes da cidade pelas ordens guerreiras faz, aliás, todo o sentido.

A Porta do Alporão encontrava-se ladeada por duas torres: uma, de planta rectangular, inserida na estrutura da Porta, que no século XV foi transformada em Torre do Relógio da Vila (a chamada *Torre das Cabaças*); e, uma segunda, de planta circular, designada Torre do Alporão, junto à igreja. Esta junção da Torre do Alporão à igreja tem sido entendida<sup>441</sup> como um elemento comprovador da função militar da igreja, inserida, assim, na estrutura defensiva do recinto muralhado. Entre o século XV e XVI a Porta do Alporão é demolida e, no final do século XVIII, em 1785, a Torre do Alporão é deitada abaixo, alterando-se completamente o entendimento e integração original da igreja.

A análise das siglas<sup>442</sup> da igreja de São João do Alporão permite chegar a duas conclusões importantes: em primeiro lugar, a possível circulação de canteiros na região centro do país, uma vez que se encontraram siglas semelhantes às existentes não apenas nas igrejas de Santa Cruz e da Graça, também na cidade de Santarém, mas igualmente, em Santa Maria do Olival e na Sé Velha de Coimbra. Em segundo lugar, a diversidade das siglas e a sua localização, permite constatar uma distinção entre os muros da igreja, a cobertura da igreja e a zona da capela-mor, sugerindo a existência de três fases distintas de construção. Segundo F. Rafael, o carácter das siglas leva a crer que o corpo da igreja seja a

---

439 Esta Porta dava acesso a uma zona comercial e artesanal, povoada de tendas, seguindo-se a este pequeno rossio, outra porta, a Porta da Cidadela ou da Alcáçova, principal recinto militar da cidade. Ver sobre a organização do espaço urbano em Santarém M<sup>a</sup> Ângela Beirante, *Santarem Medieval*, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 1980.

440 Ver M<sup>a</sup> Ângela Beirante, *Santarem Medieval*, *Opus Cit.*, pp. 38-39.

441 Ver J. Custódio, “S. João Alporão na História de Santarém”, in *Opus Cit.*, p. 33.

442 Sobre o estudo das siglas de Alporão ver F. T. Rafael, c/colab. M<sup>a</sup> P. Soares, “S. João de Alporão através das suas Siglas”, in *S. João de Alporão, na História, Arte e Museologia*, Catálogo da Exposição - 11 Setembro 1994 / 31 Agosto 1995, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1994.

parte mais antiga da construção (de acordo com o autor possivelmente do final do século XII), uma vez que é aí que se encontram as siglas mais arcaicas, tendo-se seguido a construção da capela-mor e, por fim, o abobadamento do corpo da igreja, onde se encontram as siglas com um desenho mais preciso e em melhor estado de conservação<sup>443</sup>. Esta análise leva a crer que a capela-mor terá sido reconstruída ou que a construção não terá começado pela cabeceira, situação pouco comum, embora não inédita. Quanto à cobertura do corpo da igreja, a análise das siglas confirma o que a própria arquitectura deixa adivinhar: que as abóbadas dos três tramos da igreja não correspondem à cobertura primitiva do edifício, tendo sido lançadas num terceiro e último momento construtivo, por razões desconhecidas, que poderão passar por uma opção estilística ou por uma necessidade (motivada eventualmente por um tremor de terra).

A sede dos cavaleiros do Hospital da Comenda de Santarém englobava, na sua origem, não apenas a igreja remanescente, mas também um espaço habitacional, composto por um conjunto de casas dispostas em torno de um claustro. Este conjunto encontrava-se adossado à fachada sul, onde ainda hoje se podem ver alguns cachorros, seguramente pertencentes ao claustro. Sobre a localização do refeitório, sala do capítulo e, eventual, hospital, nada sabemos, a não ser que terão de ter existido.

A igreja do Alporão apresenta uma só nave composta por três tramos e cabeceira pentagonal (com uma "passagem mural"), para a qual se transita através de um arco triunfal de volta perfeita [Fig. 92]. Este arco é formado por dupla moldura<sup>444</sup>, assente em elegantes colunas, e possui, no topo, um óculo polilobado de iluminação [Fig. 93].

A capela-mor estrutura-se numa sequência de cinco arcadas em arco quebrado formadas internamente por duplos arcos de volta perfeita apoiados em finos colunelos duplos que repousam em bases quadradas colocadas sobre um muro a meia altura [Figs. 93, 94 e 95]. Possuem capitéis campaniformes de cesto alongado com decoração vegetalista

---

443 J. Custódio e F. Custódio, "A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte", in *Opus Cit.*, p. 93, defendem uma diferença, que subescrevemos, no abobadamento entre os dois primeiros tramos do lado oeste e o tramo mais oriental, anterior aos restantes.

444 Paulo Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 357, chama a atenção para as semelhanças entre o perfil desta moldura e os arcos torais da igreja de Alcobaça. Sublinha-se aqui a ligação que também existe entre o perfil deste arco toral e as abóbadas da capela-mor e do tramo oriental, distintas na sua composição das abóbadas dos tramos central e oeste.

estilizada e ábaco muito pronunciado<sup>445</sup>. Os arcos quebrados descarregam em pequenos capitéis assentes em finos colunelos que se prolongam até ao solo, poisando sobre uma base quadrangular assente sobre um soco (comum às bases dos colunelos da abóbada); estes arcos quebrados são vazados (sobre os arcos duplos) por óculos polilobados idênticos aos do óculo do arco triunfal [Figs. 96 e 97]. A primeira arcada do lado sul é cega, correspondendo ao espaço de uma pequena torre que se ergue exteriormente, na junção entre a cabeceira e a fachada sul [Fig. 98]. A capela-mor é coberta por uma abóbada polinervada, cujas nervuras assentam em ábaco muito pronunciado com colunelos idênticos aos das arcadas; os colunelos prolongam-se até ao solo e poisam em bases assentes num soco corrido [Figs. 95 e 97]. Por trás desta estrutura (a que Paulo Pereira chama “paredemembrana”<sup>446</sup>), encontra-se um estreitíssimo espaço, cujo piso se encontra ao nível do muro e ao qual se acede através de um arco perfeito aberto na parede norte, que dá passagem para umas escadas [Fig. 99]. Esta “passagem mural” é o elemento mais notável da igreja do Alporão e também aquele que mais questões nos coloca, até pela sua originalidade no panorama do gótico português. Jorge Rodrigues refere-se a este espaço como “uma experiência feita a partir do modelo das igrejas de peregrinação”<sup>447</sup>, entendendo-o como um “estreito deambulatório” e remetendo para o facto de Santarém ser um marco fundamental no caminho de peregrinação que partia de Lisboa para Santiago de Compostela, afirmando mesmo que, em Santarém “os peregrinos visitariam decerto a igreja de S. João de Alporão, com o seu original deambulatório”<sup>448</sup>. Não nos parece, contudo, que este espaço possa ser entendido como um deambulatório, nem que a sua função (e a sua razão de ser) fosse de natureza peregrinatória, uma vez que as escassas dimensões da zona e a estreiteza do acesso certamente não permitiriam a movimentação dos peregrinos. Na realidade, e de acordo com Pierre Héliot, parece-nos que este espaço cumpre “uma missão puramente estética: a de interpor uma divisória vazada entre a luz do sol e o espaço reservado ao culto das

---

445 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 119, compara estes capitéis aos das galerias da nave da Catedral de Laon e aos da absida da Igreja de Chars, na região de Paris.

446 Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 357 e *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus Cit.*, p. 280.

447 J. Rodrigues, “A Longa Duração da ‘Maneira’ Românica”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 327.

448 J. Rodrigues, “Os Temas Doutrinários”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 286.

cerimónias"<sup>449</sup>. A estreita "passagem mural" é iluminada pelas quatro frestas que se abrem nas paredes por trás dos arcos da capela-mor e é indiscutível que, para além da estética do espaço, o aspecto mais importante desta zona é claramente a intensidade luminosa e a forma como a luz se distribui. Este perfil da cabeceira do Alporão é absolutamente inédito no nosso panorama e denota uma qualidade artística extraordinária, bem como um entendimento lumínico do espaço que parece já indicar uma perfeita assimilação dos princípios do gótico<sup>450</sup>.

Pierre Héliot relaciona a cabeceira de Santarém com a capela do castelo de Bezdez (na região de Bösig, na Boémia do Norte / República Checa), datada do final do século XIII, e que apresenta uma ábside poligonal de três panos em cujo o alçado superior se abrem arcos quebrados; por trás destes arcos corre uma pequena galeria na qual se rasgam as janelas que iluminam o espaço<sup>451</sup> [Fig. 100]. Segundo este autor, as fontes de inspiração para as construções do Alporão e Bezdez são idênticas e relacionam-se com as galerias murais existentes em edifícios do Nordeste de França (Borgonha, Alta Picardia e Champagne)<sup>452</sup>.

Uma hipótese semelhante é avançada por Paulo Pereira<sup>453</sup> (na esteira de Manuel L. Real<sup>454</sup>) que também associa a cabeceira de São João do Alporão a uma adaptação das

---

449 P. Héliot, "Passages Muraux Gothiques à Santarém en Portugal et à Bezdez en Bohème", in *Baukunst des Mittelalters in Europa*, Estugarda, Franz J. Munch Ed., 1988, p. 71.

450 Esta opinião não é partilhada por todos os autores, J. Custódio, "Igreja de São João do Hospital ou de Alporão - Classificação MN: 1910-06-16", in *Património Monumental de Santarém, Inventário, Estudos Descritivos*, Investigação Realizada no Âmbito da Candidatura de Santarém à Classificação pela UNESCO como Património Mundial, Santarém, CMS, 1996, p. 5, considera que "Se na nave ainda pesa, pela sua robustez, o carácter românico do edifício, no presbitério da capela-mor, prepassa um momento artístico de novas características, se bem que ainda no seu alvor". Porém, P. Héliot, "Passages Muraux Gothiques à Santarém en Portugal et à Bezdez en Bohème", in *Opus Cit.*, p. 74, considera que a cabeceira de São João foi edificada "por um arquitecto que trabalhava o gótico com perfeito à vontade." Relativamente ao arquitecto P. Pereira, "O Gótico de Santarém no tempo de S. Frei Gil", in *Opus Cit.*, p. 101, coloca a hipótese deste ser de origem francesa, ideia que vem ao encontro das influências referidas por P. Héliot, in *Opus Cit.*, e que nos parece credível.

451 Este corredor assenta numa galeria térrea por trás da capela, mas sem comunicação com a mesma. Ver P. Héliot, "Passages Muraux Gothiques à Santarém en Portugal et à Bezdez en Bohème", in *Opus Cit.*, p. 75.

452 Ver Idem, *Ibidem*, pp. 72/74 e 79.

453 *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 280.

454 Cit. por Idem, *Ibidem*, p. 280.

galerias murais visíveis em algumas catedrais góticas, mas remetendo para a Normandia. Para todos os efeitos, independentemente da problemática das influências, a questão fundamental aqui é o facto de esta capela-mor se assumir como um *experimentalismo* em pleno século XIII.

A nave é coberta por abóbada de cruzamento de ogivas nos três tramos, embora o perfil das mesmas apresente diferenças: no tramo este as nervuras são molduradas; nos dois tramos ocidentais não possuem molduras e apresentam um perfil recto [Figs. 101 e 102]. A separação entre os tramos faz-se através de dois arcos torais, um em arco de volta perfeita - o primeiro a contar de este - composto por três nervuras molduradas e o outro em arco quebrado com arestas chanfradas. As nervuras das abóbadas descarregam em mísulas em ponta de diamante. As quatro chaves das abóbadas ostentam motivos vegetalistas (na capela-mor e primeiro tramo este) e uma cruz nos restantes tramos. Vítor Serrão remete a composição desta abóbada para os “alvores do século XIII”<sup>455</sup>. Devemos, no entanto, fazer uma distinção entre a abóbada do tramo mais oriental e as restantes. As diferenças no perfil das nervuras das abóbadas e arcos torais permitem pressupor um interregno nos trabalhos da cobertura. A maior parecença entre as nervuras da abóbada oriental e as da abóbada polinervada da capela-mor permitem aceitar que a cobertura do tramo este foi feita na continuação da capela-mor<sup>456</sup>, seguindo-se (por motivos e duração desconhecidos) uma pausa nas obras e o retomar das mesmas segundo um modelo distinto. É também possível tentar avançar eventuais influências para os modelos seguidos. Na capela-mor, abóbada do tramo oriental e respectivo arco toral, as nervuras são molduradas (embora não sejam absolutamente iguais) o que poderá revelar uma influência dos modelos alcobacences<sup>457</sup>, uma vez que a igreja de Santa Maria de Alcobaça deveria já estar concluída quando se iniciam as campanhas góticas de São João do Alporão. As abóbadas e arco toral dos tramos

---

455 “Santarém, Fundamentação Patrimonial - A Arquitectura Gótica”, in *Santarém Cidade do Mundo, Opus Cit.*, p. 113.

456 Ver nota 443, p. 142.

457 Como referido a semelhança com Alcobaça já foi estabelecida por Paulo Pereira no que toca ao perfil do arco toral oriental. Ver nota 444, p. 142.

ocidentais não possuem molduras e apresentam secção recta<sup>458</sup>. Este modelo poderá derivar das construções mendicantes que entretanto haviam começado a ser erguidas na cidade. Em última análise, as diferenças nas soluções encontradas em São João do Alporão revelam, uma vez mais, uma sequência de *experimentalismos* sucessivos que fazem desta construção um caso verdadeiramente inédito em Portugal.

Todos os elementos construtivos da igreja indicam que a cobertura primitiva da mesma não é a actual e que o plano original previa uma solução diferente. As razões que levaram à substituição da cobertura original – que podem ter sido motivadas por um qualquer cataclismo ou por questões de natureza estética - bem como a sua forma – abóbada de berço ou cobertura de madeira - são desconhecidas. A existência de pilares internos, chanfrados, actualmente desprovidos de qualquer funcionalidade, parece apontar para a cobertura em berço, que descarregaria sobre esses suportes [Fig. 103].

Os capitéis possuem cesto campaniforme e a sua decoração é maioritariamente vegetalista, com folhagem estilizada [Fig. 104] e de pouco recorte, destacando-se neste enquadramento, um único capitel de feição zoomórfica<sup>459</sup>. O trabalho escultórico de capiteis e mísulas revela qualidade e aponta, para além disso, para formulários de natureza gótica, rejeitando-se a figuração híbrida (e até mesmo a antropomórfica) que aparece tendencialmente no românico<sup>460</sup>.

A iluminação faz-se por meio de três frestas de cada lado (uma em cada tramo), do óculo no arco triunfal, das frestas da capela-mor e da rosácea da fachada. As frestas do

---

458 As abóbadas da igreja do Alporão foram alvo de campanhas de intervenção já no século XX (o que, aliás, é visível nas duas abóbadas ocidentais). Porém, os trabalhos de recuperação DGEMN levados a cabo entre 1932 e 1936 e mais tarde em 1969/1970 e 1982, não alteraram o perfil da estrutura. Na década de trinta limitaram-se à "consolidação e refecimento de algumas pedras das nervuras e forro da abóbada"; em 1969/70 passaram por uma intervenção no sentido da "consolidação dos danos causados pelo sismo" e da "recuperação da cobertura"; e por fim, em 1982, as intervenções foram para "beneficiação da cobertura da nave e capela-mor, dos tectos em abóbada". Ver a página do monumento no site da DGEMN [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3393](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3393) (consultada a 08/09/2012).

459 No capitel zoomórfico (actualmente fruto de uma reconstituição) vê-se um lebréu a perseguir um coelho (e um terceiro animal não identificado). Na nave encontram-se também duas mísulas antropomórficas (no primeiro tramo oeste), compostas por rostos humanos.

460 “Todas as molduras e elementos ornamentais são de grande finura, denotando a mão de um mestre hábil e bom conhecedor do que se fazia em zonas mais avançadas”. P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 60.

corpo da nave não só não estão perfeitamente alinhadas frente a frente, como se encontram a diferente altura de um lado e de outro, revelando algumas irregularidades no projecto [Fig. 105]<sup>461</sup>.

A fachada ocidental é rasgada por um portal muito escavado inserido num gablete e encimado por uma rosácea radiada [Figs. 106 e 107]. O portal é formado por várias arquivoltas em arco perfeito assentes em capitéis vegetalistas apoiados em finas colunas<sup>462</sup> (à excepção das primeiras que assentam nas impostas dos pés direitos), remetendo o elegante fuste para uma gramática gótica. As colunas estão colocadas sobre bases quadradas poisadas sobre um soco comum aos quatro fustes e aos pés direitos [Fig. 108]. O modelo deste portal é idêntico ao que se encontra em Santa Maria do Olival (se excluirmos o signo-saimão), embora na igreja tomarense a verticalidade seja acentuada pela elegância dos capitéis e pelo facto de as arquivoltas formarem um arco quebrado; as semelhanças são contudo evidentes e podem remeter, inclusive a nível do despojamento decorativo, para o (não longínquo) portal da Abadia de Alcobça. A rosácea<sup>463</sup> é composta por um óculo central do qual partem colonelos adossados a arcos de volta perfeita formando um efeito de estrela; seguem-se mais três anéis, desprovidos de decoração e uma fina moldura externa, ornamentada de flores. J. Custódio coloca esta rosácea ainda na primeira campanha, considerando-a parte de um “românico evoluído”, opinião que não partilhamos; concordamos com Paulo Pereira<sup>464</sup> que situa já a feição geral da fachada dentro das intervenções góticas.

---

461 Na parede sul, a meio do primeiro tramo, rasga-se um arco perfeito, hoje transformado em janela de vidro, mas que na origem deveria corresponder a uma passagem para o recinto claustral e não a uma janela.

462 Os fustes das colunas foram substituídos na campanha de 1877-82. Ver J. Custódio e F. Custódio, “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *Opus Cit.*, p. 67.

463 A rosácea foi reconstruída na campanha de 1877-82. Ver J. Custódio e F. Custódio, “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *Opus Cit.*, p. 67.

464 J. Custódio, “Igreja de São João do Hospital ou de Alporão - Classificação MN: 1910-06-16”, in *Opus Cit.*, p. 50. O autor chama ainda a atenção para os paralelismos com a rosácea de Santa Maria das Huelgas, em Burgos (mosteiro fundado pela Rainha D. Leonor de Inglaterra e o seu marido, Afonso VIII de Castela e de las Navas, aparecendo já dotado e habitado em 1187, tendo-se incorporado na Ordem de Cister em 1199). P. Pereira “A Arquitectura (1250-1450)”, *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 357.

Na fachada norte rasga-se um portal<sup>465</sup> de feição idêntica ao da fachada principal, muito escavado, com arquivoltas em arco perfeito e inscrito num gablete. Contudo, um dos contrafortes desta fachada encontra-se embebido no gablete deste portal, testemunhando a posterioridade da abertura [Fig. 109]. Ambas as fachadas laterais possuem contrafortes, três do lado norte e dois do lado sul, dois deles (um de cada lado) de feição distinta dos restantes, escalonados, pertencendo provavelmente a uma campanha de obras diferente, sendo que todas estas pequenas incongruências confirmam a existência de várias fases construtivas [Fig. 110]. A cabeceira penta-facetada é mais baixa do que o corpo da nave e apresenta contrafortes nos ângulos de cada face (menos no segundo do lado norte), sendo marcada em toda a superfície por um esbarro. É rasgada por janelas rectangulares [Fig. 111]. O beiral do telhado é rematado por uma bordadura em forma de arco de volta perfeita ornamentada por pérolas na arquivolta e rematada por modilhões de terminação pentagonal, semelhantes aos existentes nas Igrejas de Santa Clara e da Graça, em Santarém; a cabeceira não possui a ornamentação com os arcos de volta perfeita e os modilhões apresentam-se sob a forma de um pequeno bloco saliente e lateralmente encurvado [Figs. 112 e 113]. As diferenças nos modilhões deverão remeter para intervenções das diferentes campanhas<sup>466</sup>.

O plano de São João do Alporão, sobretudo no que toca à disposição da cabeceira, não possui paralelos em Portugal, nem lhe é possível encontrar no nosso território uma fonte de influência. Esta dever-se-á procurar, como referido, nas construções do nordeste da

---

465 Este portal foi transformado em janela durante as campanhas do século XIX. Ver J. Custódio e F. Custódio, “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *Opus Cit.*, p. 67.

466 Em 1849 a igreja foi transformada em teatro, o que terá contribuído significativamente para a sua degradação interna. Cerca de trinta anos mais tarde, em 1876, foi criado por alvará o Museu Distrital de Santarém, tendo-lhe sido destinada a igreja como albergue, passando em 1880, o Alporão a funcionar como Museu Arqueológico de Santarém. Entre o século XIX e o século XX a igreja foi alvo de campanhas de intervenção, com objectivos distintos: entre 1877 e 1882, a Junta Geral de Distrito e a Comissão do [futuro] Museu, levaram a cabo obras de recuperação de forma poder adaptar o (então) Teatro a Museu; entre 1932 e 1936, como referido, a DGEMN procedeu a obras de manutenção. Entre as mais significativas intervenções das campanhas do século XIX contam-se, o desaterro do pórtico de entrada, o nivelamento do pavimento interno, o arranjo de várias frestas, a reconstrução da rosácea e a transformação do portal lateral em janelão. Sobre as campanhas de intervenção na Igreja do Alporão ver, L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, pp. 273-275, J. Custódio e F. Custódio, “A Igreja de S. João - Um Problema da História da Arte”, in *Opus Cit.*, pp. 66-70 e [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3393](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3393) (consultada a 08/09/2012).

França, uma vez que, como Mário Chicó afirmou “nenhuma outra cabeceira obedece à mesma fórmula em Portugal e não conhecemos em Espanha um monumento que se assemelhe”<sup>467</sup>. João Barreira e Mário Chicó procuraram estabelecer paralelismos ao nível do abobadamento com algumas construções francesas, nomeadamente a Igreja de Quesmy, na região do Oise<sup>468</sup>, chamando ainda Mário Chicó<sup>469</sup> a atenção para o “ar de família”, no que toca ao tipo de decoração vegetalista e à iluminação, com as igrejas do século XIII da Ilê-de-France, Champagne e Laonnais. J. V. Serrão subscreve a opinião de M. Chicó, tendo em conta a “presença de muitos colonos franceses em Portugal, nos fins do século XII, que nos trariam elementos da sua arte”<sup>470</sup>. Também Paulo Pereira remete para contactos com o exterior referindo que o “internacionalismo” das Ordens Militares “detinha a chave de importantes contactos com o exterior o que poderá explicar a mobilidade de mestres pedreiros e empreitadas”, levando à criação de “programas arquitectónicos inovadores”<sup>471</sup>. Já Vitor Serrão fala na “direcção de *magistri operi* lisboetas”<sup>472</sup>, para a feição exterior do edifício. Maioritariamente, apesar de diferenças a nível da datação, os autores são consensuais ao referir o internacionalismo da igreja e a existência de influências externas, que, aliás, subscrevemos.

Sendo impossível precisar com segurança o início da construção da igreja do Alporão, parece-nos, porém, razoavelmente seguro aceitar que a sua tipologia original segue de perto o modelo de muitas igrejas românicas portuguesas (nomeadamente as do norte), estruturada numa só nave e formada por robustas paredes<sup>473</sup>. A sua edificação ainda

---

467 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 42.

468 J. Barreira, “São João de Alporão”, *Boletim da Junta de Provincia do Ribatejo*, nº 1, Anos 1937-1940, Lisboa, Oficinas Bertrand, 1940, p. 131. A Igreja de Quesmy data da segunda metade do século XII, apresentando-se como um edifício de transição. O autor chama a atenção para as analogias ao nível do abobadamento do corpo da igreja e do espaço interno, considerando mesmo que, num geral, as duas construções parecem “cópias” uma da outra.

469 *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 42 e p. 70, nota 8.

470 J. V. Serrão, *Santarém, História e Arte*, *Opus Cit.*, p. 135.

471 “A Arquitectura (1250-1450)”, *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, pp. 356-357. O autor já havia chamado a atenção para esta circunstância em Santa Maria do Olival; veja-se sobre essa questão a página 114 do presente trabalho.

472 “Santarém, Fundamentação Patrimonial - A Arquitectura Gótica”, in *Opus Cit.*, p. 113.

473 P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus Cit.*, p. 294 estabelece um paralelismo com a igreja de S. Pedro de Roriz. As próprias hipóteses formuladas para o tipo de cobertura primitivo, madeira ou

no final do século XII, coincidindo com a consolidação da presença da Ordem na cidade, afigura-se lógica, muito embora a deslocação do começo da igreja para o início do século XIII, não seja inviável, dado que as tipologias românicas perduraram até tarde no nosso território. A lápide de D. Fernando Afonso não pode ser entendida como um elemento definitivo na datação da igreja, pois pode aí ter sido colocada posteriormente, vinda de outra igreja. Pelo contrário, a indicação da passagem do infante D. Fernando Serpa pela igreja, em 1240, é já um testemunho de que a igreja estaria, se não totalmente, pelo menos parcialmente construída. Teremos de aceitar, assim, que no máximo, no início da década de vinte do século XIII, se teria dado começo à construção da igreja. Independentemente da data exacta do início da construção, final do XII, ou início do XIII, não restam, porém, dúvidas, de que a igreja foi edificada em mais do que uma campanha. As diferenças no tipo de calcário utilizado em algumas partes do edifício, a análise do conjunto das siglas e as transformações na cobertura testemunham a existência de uma primeira fase construtiva, interrompida e, depois, retomada. Parece indiscutível que o corpo da igreja e a sua cobertura não pertencem à mesma campanha, tendo a parte superior de se adaptar (por vezes com alguma dificuldade) à estrutura pré-existente. A única dúvida relativamente a este aspecto é saber se todo o conjunto da nave (corpo e cobertura) é inteiramente edificado no século XIII (ainda que em campanhas distintas) ou, se a estrutura mais antiga vem ainda do século XII. O enquadramento em modelos românicos não permite um estreitamento significativo das balizas cronológicas, uma vez que este estilo se prolonga no nosso território até meados do século XIII, apesar de algumas situações góticas entre o final do XII e o início do XIII. No entanto, a conjugação desta análise arquitectónica com outros elementos permite uma tentativa de redução da malha cronológica. Um aspecto fundamental a considerar é a localização da igreja, junto a uma porta, numa zona onde a Ordem (de carácter militar) deveria ter, portanto, uma função defensiva; se tivermos em conta que os Templários, primeiros responsáveis pela defesa do núcleo urbano, abandonam Santarém em 1159, e que o burgo fica, assim, mais fragilizado, numa região onde as investidas árabes eram uma constante, facilmente se depreende que a existência de uma

---

abóbada de berço, apontam no sentido da arquitectura românica. A opção, talvez mais provável de uma abóbada de berço, solução mais invulgar no românico português de uma só nave, poderá ter a ver com o facto de estarmos em presença de uma ordem militar, fazendo-se aqui já sentir os referidos internacionalismos.

Ordem Militar que ajudasse a assegurar a defesa da cidade se tornava premente. Sendo credível que a Ordem tenha entrado em Santarém entre 1159 e 1179, manifestando (provavelmente) de início uma vertente assistencial, mas, aceitando, por outro lado, que a vertente militar da Ordem do Hospital se manifesta a partir da década de setenta / oitenta, do século XII, é a partir desta data que se torna aceitável situar a edificação da igreja e mosteiro, junto à Porta do Alporão.

Esta não nos parece, contudo, a questão fundamental no que toca à igreja do Alporão, uma vez que esta variação cronológica de dez ou vinte anos (embora importante) não invalida a leitura tipológica da estrutura, mantendo-se em qualquer dos casos, uma situação óbvia de transição de um românico final para um gótico emergente. A principal problemática relativamente à igreja hospitalária do Alporão prende-se, a nosso ver, com a zona da cabeceira, cujo percurso é uma incógnita. De acordo com a "norma" medieval a construção deve ter começado por aí. Porém, dificilmente podemos situar, no território português, esta cabeceira no final do século XII, princípios do seguinte, o que nos leva a acreditar que, talvez por razões idênticas às do abobadamento, houve necessidade de edificar uma nova cabeceira, em data incerta, mas possivelmente perto dos meados do século XIII. Independentemente da sua filiação, a importância desta construção em Portugal é significativa, pela originalidade que aporta ao panorama nacional. Contudo, este protótipo não gerou qualquer descendência, não só em termos de modelo da cabeceira, como a nível da solução de nave única abobadada. Em qualquer dos casos, as razões devem prender-se com questões de ordem prática: não só a "passagem mural" não seria funcional, assumindo-se como uma "mera" opção estética preterida pelo tipo de modelo de capela-mor que se encontra em Santa Maria do Olival e nas igrejas mendicantes; como, por sua vez, a exiguidade do espaço da nave justificará a preferência por igrejas de três naves, surgindo a opção da cobertura em madeira, ao invés do abobadamento patente no Alporão, como um elemento de simplicidade e despojamento, relacionado com a corrente sóbria preconizada pelos Mendicantes.

A igreja de São João de Alporão assume-se, assim, como um caso raro, de uma construção inovadora, na qual se expressam modelos de um estilo ainda mal assimilado no conjunto geral do território (e que eventualmente poderão ter sido apreendidos em outras

construções da mesma cidade), mas cuja herança real é aparentemente nula. Em última análise, teremos ainda de a entender como um caso de *experimentalismo* "avant la lettre".

### 3. As Ordens Mendicantes

"*Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri*"

São Domingos, *Constituições*<sup>474</sup>

As principais Ordens Mendicantes<sup>475</sup> durante a Idade Média são os Franciscanos (e a sua vertente feminina, as Clarissas), os Dominicanos, os Carmelitas<sup>476</sup> e os Eremitas de Santo Agostinho ou Agostinhos<sup>477</sup>, ordens cuja existência foi devidamente sancionada no Concílio de Lyon em 1274. Posteriormente foram fundadas novas ordens ou novos ramos das já existentes (como os Capuchinhos em 1525), mas extravasam já do período cronológico em análise.

---

474 *Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri, ita quod nec ipsi expensis graventur, nec alii seculares vel religiosi in nostris sumptuosis edificiis scandalizentur* ("Que os nossos irmãos tenham casas modestas e humildes de forma a que nem eles se sobrecarreguem com despesas, nem outros – seculares ou religiosos – fiquem escandalizados com os nossos edificios sumptuosos"), *Constituições* de 1220, cit. in R. Sundt, "*Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century*", in *Opus Cit.*, pp. 396 e 405.

475 "A designação de *ordens mendicantes* é uma denominação económica curiosa que designa não directamente a mendicidade, mas a recusa de uma economia em curso: a feudalidade com os seus benefícios e as suas propriedades dominiais. É o critério da sua ruptura e da sua marginalidade", P. Chenu, "L' Athéisme Méthodologique. Saint Thomas d' Aquin", in *Philosophie et Religion*, Paris, 1974, p. 83, cit. por M<sup>a</sup> C. Pacheco, "Franciscanismo e Pensamento Filosófico na Idade Média", in Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, Porto, Arquivo Distrital, 1982, p. 8. No século XVII Fr. A. Brandão definia o conceito de ordem mendicante da seguinte forma: "*São as Ordes Mendicantes as que professão pobreza não só nos particulares, mas ainda na comunidade, & se sustentão de esmolas. E posto q hoje, tirando a de São Francisco, as outras três tenhaõ ja rendas nas comunidades, todauia algum tempo goradaraõ este estilo.*", *Quarta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XIII, Cap. IX. *Da instituição das quatro Ordens Mendicantes, e da Ordem da santissima Trindade. Mostrase o grade bem que tem causado na Igreja*, *Opus Cit.*, p. 85<sup>a</sup>. Sobre as ordens mendicantes em geral ver "Ordres Mendiants", in Agnés Gerhards, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, préface de Jacques Le Goff, Paris, Fayard, 1998.

476 O fundador da Ordem é São Bertoldo, antigo cruzado, que em 1156 começa a viver como eremita no Monte Carmelo, na Galileia. Entre 1205 e 1214, o seu sucessor, Brocardo, recebe de S. Alberto, patriarca de Jerusalém, uma *Regra*, que Honório III confirma em 1226. Em 1254 tornam-se uma ordem mendicante. Sobre os Carmelitas ver José M<sup>a</sup> Moliner, *Espiritualidad Medieval, Los Mendicantes*, Burgos, Facultad Teologica del Norte de España / Editorial El Monte Carmelo, 1974

477 Entre o século XII e o século XIII surgem diversas congregações de eremitas e monges que seguem a Regra de Santo Agostinho e que o Papa Inocêncio IV procura centralizar, a partir de 1243. Em 1256, data habitualmente aceite para a fundação da Ordem, o Papa Alexandre IV confirma a união das várias congregações através da bula *Licet Ecclesiae*. Sobre os Agostinhos ver José M<sup>a</sup> Moliner, *Espiritualidad Medieval, Los Mendicantes*, *Opus Cit.*

Optou-se, neste estudo, por abordar exclusivamente as construções dos franciscanos, clarissas e dominicanos, por serem, claramente, as mais numerosas e nos parecer que constituíam um núcleo suficientemente vasto para tentar estabelecer um (eventual) modelo mendicante.

A sequência de análise das Ordens e suas construções inicia-se com a Ordem dos Frades Menores. Embora São Domingos tenha começado a pregar em 1206, a fundação da Ordem Dominicana dá-se apenas em 1215, passando, a partir de 1216, a seguir a Regra de Santo Agostinho. São Francisco, por sua vez, começou as pregações também em 1206 e, em 1209 é elaborada uma primeira *Regra* para a Ordem; apesar da *Regra* definitiva e da aprovação papal virem apenas uns anos mais tarde, podemos aceitar o ano de 1209 como o ano de nascimento dos franciscanos. Esta datação confere aos frades menores uma precedência face aos pregadores. É a esta precedência que se deve a opção de iniciar o estudo das construções mendicantes com esta Ordem.

Em contraste com as Ordens Monásticas, cujas regras estabelecem uma obrigatoriedade de clausura e isolamento, as Ordens Mendicantes procuram desde sempre aproximar-se dos espaços urbanos, procurando o contacto directo com as populações. Mantendo, como não poderia deixar de ser, uma componente de oração comum às Ordens Monásticas, o objectivo fundamental é, porém, a evangelização e a pregação, objectivos que obrigam a essa integração nas cidades. “A criação das Ordens Mendicantes corresponde da forma mais adequada possível às novas necessidades nascidas da evolução material e mental das sociedades ocidentais; são ordens de vocação especificamente urbana, profundamente implantadas no meio laico envolvente e prioritariamente votadas à pregação.”<sup>478</sup> Os motivos que possibilitaram o nascimento e expansão destas ordens são de natureza política e social e vão do desenvolvimento das cidades, com uma população em crescimento e necessitando de um acompanhamento espiritual cada vez mais próximo, ao alastrar de heresias diversas (nomeadamente e, sobretudo, a heresia cátara), resultante de um descrédito e descontentamento crescente relativamente à Igreja e seus representantes, que facilitou igualmente a implantação mendicante. Estas circunstâncias, embora distintas, interligam-se - o crescimento urbano catalizou uma inadaptação das ordens monásticas

---

478 P. Bonnassie, *Dicionário de História Medieval*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 144.

tradicionais e do clero secular, abrindo espaço para as ordens mendicantes, que, por sua vez, pelas suas características intrínsecas, mas também pelas circunstâncias excepcionais de desenvolvimento urbano e incapacidade de resposta do clero tradicional, se vão inserir e procurar adaptar aos núcleos citadinos<sup>479</sup>.

### 3.1. Ordem de S. Francisco ou dos Frades Menores

O fundador da Ordem dos Frades Menores, São Francisco<sup>480</sup>, nasceu em Assis em final de 1181 (ou princípios de 1182), proveniente de uma família abastada, sendo o pai, Pietro di Bernardone, um rico mercador de panos.

A sua conversão começa, em 1205, na sequência de uma (primeira) visão, após uma vida até aí idêntica à de outros jovens abastados da região, incluindo a participação na guerra entre Assis e Perugia<sup>481</sup>. Em 1206 veste-se com o hábito dos eremitas e começa a reparar a igreja de S. Damião em Assis, resolvendo abandonar a vida que até então levava e iniciar uma vida de pobreza e despojamento. Rompe com a família, renuncia aos seus bens e dedica-se à “imitação de Cristo” (adoptando como veste uma túnica atada com uma simples corda), começando a pregar apesar de não ter uma formação teológica. Rapidamente reúne à sua volta alguns discípulos, tornando-se então necessária a elaboração de uma *Regra*, que viria a obter aprovação (oral) do Papa Inocêncio III, em 1209. É, na verdade, a primeira *Regra* de São Francisco, que infelizmente não chegou aos nossos

---

479 A relação entre o desenvolvimento das cidades e das ordens mendicantes foi analisado, para o território francês, por Jacques Le Goff no artigo “Ordres Mendians et Urbanisation dans la France Médiévale”, in *Annales E.S.C.*, nº 4, Julho-Outubro 1970.

480 Para uma biografia do santo ver Franco Cardini, *São Francisco de Assis*, Lisboa, Editorial Presença, 1993 e o artigo "François d' Assise (saint), in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux, Opus Cit.*, pp. 261/264.

481 Em 1202, Francisco participa na batalha da Ponte de San Giovanni, onde é feito prisioneiro. Em 1203, encontrando-se doente, é solto e regressa a Assis, prolongando-se a sua convalescença pelo ano de 1204. Em 1205 ainda se junta ao exército do Papa que combate na Apúlia, mas em Espoleto uma visão impele-o a voltar a Assis.

dias<sup>482</sup>, mas que se pensa (pelo que, posteriormente, o próprio Santo diz sobre ela) que seria composta essencialmente por textos evangélicos, não possuindo uma organização jurídica. É o próprio São Francisco que irá escolher a designação de *menoritas* para si e seus companheiros. À medida que o número de irmãos crescia e que a ordem se espalhava pela Europa (após o Capítulo Geral de 1217 que determinou as primeiras missões para além dos Alpes<sup>483</sup>), tornou-se também evidente a necessidade de estabelecer uma hierarquia interna. Paralelamente, aumentavam as dissidências internas na Ordem (nomeadamente a nível da concepção de pobreza que alguns franciscanos, como Santo António e São Boaventura, consideravam que deveria ser entendida de forma mais lata<sup>484</sup>). Estes motivos levam São Francisco a redigir, em 1221, uma segunda *Regra*, aceite no Capítulo Geral desse ano. Esta *Regra* é habitualmente designada como *Primeira Regra*, uma vez que é a primeira das duas existentes actualmente (o texto de 1209 perdeu-se, como se referiu). A designação é, porém, incorrecta dado que não foi, na realidade, o primeiro texto elaborado pelo Santo com cariz de regra; para além disso, não foi sancionada pelo Papa, o que lhe retira o valor legal em termos de documento válido dentro da Ordem. O correcto, por conseguinte, seria chamar-lhe *Regra não bulada*. Trata-se de um texto mais específico que o de 1209 e que possui uma maior componente jurídica, tendo São Francisco, provavelmente, sido ajudado na elaboração desta regra por Cesário de Espira [c/1150 - c/1232]. Estabelece-se, assim, a obrigatoriedade de celebração de capítulos gerais e provinciais<sup>485</sup> (que, aliás, já existiam,

---

482 Sabemos, porém, pelo próprio Santo que ela existiu. “E depois que o Senhor me deu o cuidado dos irmãos, ninguém me ensinava o que eu devia fazer, mas o mesmo Senhor me revelou que devia viver segundo a forma do Santo Evangelho e eu assim o fiz escrever em poucas e simples palavras e o Senhor Papa mo confirmou”, São Francisco, *Testamento*, 14-15, in *S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas*, introduções de Fr. David de Azevedo, OFM, tradução de Fr. Armando Vaz da Mota, OFM, Braga, Editorial Franciscana, 1982, pp. 157-158.

483 Estes primeiros irmãos ficam sob a obediência de um ministro, numa espécie de “províncias pessoais”. No capítulo geral de 1219 são criadas as províncias territoriais sistematizando um pouco mais a organização institucional da Ordem. Portugal fica englobada na Província das Espanhas, que incluía os cinco reinos cristãos da Península Ibérica. Entre 1232 e 1239 esta Província desdobrou-se em três, Aragão, Castela e Santiago, esta última também designada Província de Portugal, porque abrangia o território português.

484 Esta questão gerou uma controvérsia constante na Ordem e foi uma das causas que levou à separação entre os *zelanti* (*zelantes* ou *espirituais*), aqueles que zelavam pela estrita observância da Regra (e que mais tarde foram designados Observantes) e os *relaxati* ou *frate de communitate* (*frades da comunidade*), que defendiam algum “relaxamento” (posteriormente designados Conventuais).

485 “*Todos os anos na festa de S. Miguel cada um dos Ministros se poderá reunir com os seus irmãos, onde bem lhes parecer, a tratar das coisas que se referem ao serviço de Deus. E todos os Ministros, os que vivem*

embora de forma menos rígida) e estipulam-se uma série de patamares hierárquicos: para além do Ministro<sup>486</sup> geral, instância máxima entre os franciscanos (definida no capítulo geral de 1217), as províncias passariam também a ser dirigidas por ministros e os conventos por “guardiães”. Esta regra não teve, porém, a desejada aprovação papal, aparentemente devido à desaprovação da mesma por uma vertente interna da Ordem, situação que levou à redacção da terceira *Regra*<sup>487</sup>, em 1223, por vezes erroneamente chamada *Segunda Regra*. A regra de 1223, *Regra Bulada*, foi escrita com a ajuda do cardeal Hugolino [1160-1241] (que o Papa havia designado protector da ordem a pedido de Francisco, em 1220) e torna-se a regra definitiva dos franciscanos ao obter, a 29 de Novembro do mesmo ano, a aprovação do Papa Honório III, através da bula *Solet annuere*.

Após a aprovação da regra, São Francisco passa a levar uma vida cada vez mais retirada, rodeado apenas por um pequeno grupo composto pelos seus mais fiéis discípulos, vindo a morrer, em 1226, na Porciúncula (dependência rural da abadia de S. Benedetto al Subasio). Em 1228, a 16 de Julho, o cardeal Hugolino, entretanto elevado, em 1227, à condição de Papa, sob o nome de Gregório IX, procedeu à sua canonização. Em 1230, o seu corpo é trasladado da igreja de S. Jorge em Assis, para a Basílica edificada em sua honra na mesma cidade e que passou a ser entendida como a casa-mãe da Ordem.

---

*nas terras de Além-mar e de Além-dos-Montes, uma vez cada três anos, e os demais Ministros uma vez cada ano, venham ao capítulo, na festa do Pentecostes, a S. Maria da Porciúncula, a não ser que outra coisa ordene o Ministro e servo de toda a Fraternidade.”, Regra não bulada, “18º - Como os Ministros se hão-de reunir”, in S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas, Opus Cit., p. 135.*

486 A palavra vem do latim *minister*, que significa “servidor”, acentuando a ideia de dedicação total ao serviço do Senhor.

487 Para além das Regras, São Francisco escreveu ainda a *Regra para os Ermitérios*, a *Forma de Vida para Santa Clara* e as *Normas sobre o Jejum para Santa Clara*. Deixou igualmente um legado de escritos espirituais que incluem o *Cântico das Criaturas* e o *Cântico ao Irmão Sol*. Também o seu *Testamento* [São Francisco escreveu dois testamentos no ano de 1226, o primeiro, no final da Primavera, é um texto pequeno conhecido como Testamento de Sena, e o segundo, no final do Verão, é um texto mais longo e que pode ser considerado o testamento definitivo] é um legado fundamental, na medida em que nele o Santo relembra aos frades a obrigação de praticar a pobreza e de viver exclusivamente do trabalho e da mendicidade. O entendimento do *Testamento* na Ordem não foi unânime: “uns consideravam-no lei obrigatória ao lado da Regra, e emblema de fidelidade plena ao ideal franciscano. Outros – a maioria – seguiam a declaração de Gregório IX, segundo a qual o Testamento não obrigava em consciência.”, Frei D. Azevedo, OFM, in S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas, Opus Cit., p. 153.

A implantação dos franciscanos faz-se nas cidades, muito embora o frade franciscano possa ser entendido como “um religioso *in via*”<sup>488</sup>, dado o carácter de mobilidade inerente ao espírito da Ordem. Contudo, o crescimento da Ordem leva à necessidade de “sedes” locais, mesmo para os frades que se deslocassem de uma cidade para a outra, erguendo-se essas sedes nos centros urbanos. O desejo pastoral de se instalarem o mais perto possível das populações às quais se dirigem, a necessidade material de subsistência (dos frades e daqueles a quem assistem, como os doentes e os marginais) e a necessidade de segurança levam à construção de conventos nas cidades. O próprio São Boaventura indicará estas razões, opondo as necessidades dos franciscanos às dos monges que vivem nos seus domínios e às dos eremitas que se contentam com muito pouco<sup>489</sup>.

A rapidez da expansão e desenvolvimento dos Frades Menores por toda a Europa e, sobretudo, durante os primeiros tempos, em Itália, prende-se, como já foi dito, com questões de ordem política e social<sup>490</sup>. A mensagem transmitida pelo *Poverello* de pobreza, humildade e imitação da vida de Cristo, com a obrigação de abandono de todos os bens materiais, necessidade de trabalhar ou mesmo de mendigar<sup>491</sup>, era particularmente apelativa para uma grande parte da população, desprovida ela própria de posses e que se sentia,

---

488 J. Le Goff, “Ordres Mendians et Urbanisation dans la France Médiévale”, in *Opus Cit.*, p. 927. Essa circunstância poderá inclusive ter determinado a “rota” de implantação dos conventos mendicantes. C. Bourel de la Roncière, cit. por J. Le Goff in *Ibidem*, p. 927, procurou definir, para a Toscana dos séculos XIII e XIV, a importância das rotas de circulação na fixação de conventos franciscanos, concluindo que frequentemente a distância entre dois conventos corresponde a uma etapa de uma determinada via de circulação.

489 Cfr. J. Le Goff, “Ordres Mendians et Urbanisation dans la France Médiévale”, in *Opus Cit.*, p. 929. Significativamente, as razões apresentadas pelos dominicanos para uma preferência urbana colocam a tónica na pregação. Humberto de Romans, mestre geral da Ordem entre 1254 e 1263, explica em *De Eruditione Praedicatorum*, que a prédica é quantitativamente mais eficaz nas cidades porque a população é aí mais numerosa, sendo também qualitativamente mais necessária pois os costumes são piores. Cit. por J. Le Goff, *Ibidem*, p. 930. Naturalmente a pregação também era fundamental para os franciscanos, está escrito na regra, “*todos os irmãos devem pregar*”, *Regra não bulada*, “17º - Dos Pregadores”, in *S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas*, in *Opus Cit.*, p. 134.

490 A par dos franciscanos propriamente ditos, a Ordem foi completada por uma vertente feminina, fundada por Santa Clara e por uma Ordem Terceira, destinada àqueles que, querendo imitar Cristo, não desejavam, porém, abandonar a família e a casa.

491 “*E os irmãos que sabem trabalhar, trabalhem no ofício que aprenderam, se não for contra a salvação da sua alma e com honestidade o puderem exercer. (...) E possam receber pelo seu trabalho tudo o que lhes é necessário, excepto pecúnia. E quando a necessidade exigir, vão pedir esmola, como os outros irmãos.*”, *Regra não bulada*, “7º - Do modo de servir e trabalhar”, in *S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas, Opus Cit.*, p. 127.

assim, mais próxima de São Francisco e dos seus discípulos. “Para os pobres, tornar-se franciscano, é continuar o mesmo tipo de vida, talvez de forma um pouco mais precária, com o conforto de uma comunidade e a esperança de acumular méritos até alcançar a santidade”<sup>492</sup>. Paralelamente, o contacto directo com as populações, nas ruas, nas praças, à semelhança de Cristo e dos Apóstolos, e a utilização da língua vulgar, ao invés do latim, estimulavam também uma aproximação das populações.

### 3.2. A Vertente feminina do franciscanismo: as Clarissas

Em 1193 (ou 1194) nasce, em Assis, Clara, que viria a ser (juntamente com São Francisco), a fundadora da Ordem das Clarissas<sup>493</sup>, considerada a Segunda Ordem de São Francisco. O ano exacto da fundação da Ordem não está definido, situando-se entre 1211 e 1212. Sabe-se, no entanto, que o "ritual" de fundação terá ocorrido na noite de Domingo de Ramos, recebendo São Francisco Clara na Porciúncula, onde lhe dá o hábito de penitência de pobreza. Algumas semanas mais tarde as primeiras “clarissas” instalam-se em S. Damião.

O primeiro esboço de regra ou de orientação espiritual das clarissas é dado pelo Papa Inocêncio III, em 1216: o *Privilegium Paupertatis* (confirmado por Gregório IX em 1238) que exorta à pobreza, dentro do espírito franciscano. A primeira regra das Clarissas, porém, deverá ter sido a *Regra* escrita pelo Cardeal Hugolino com base na Regra de São Bento e aprovada, em 1219, pelo Papa Honório III. Possivelmente em 1246, Santa Clara

---

492 J. Paul, “La Signification Sociale du Franciscanisme”, in *Mouvements Franciscains et Société Française, XIIIe – XXe Siècles*, études présentées à la Table Ronde du CNRS, 23 Oct. 1982, Réunies para André Vauchez, Paris, Beauchesne / CNRS, 1984, p. 11. Sobre a aceitação social desta Ordem e sobre as questões relacionadas com a proveniência social dos membros que integravam na Ordem, ver J. Paul, *Ibidem*.

493 Sobre a implantação das clarissas em Portugal ver a síntese de A. M. Moreira, "Breve História das Clarissas em Portugal", in *Las Clarisas en España y Portugal, Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 Septiembre 1993, Madrid, Archivos e História, 1994, Actas II /vol. I. Sobre a arquitectura das monjas ver o interessante estudo comparativo entre arquitectura cisterciense feminina e arquitectura mendicante feminina, E. Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monástica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, in *Las Clarisas en España y Portugal, Actas do Congreso Internacional, Opus Cit.*, Actas I /vol. II.

escreve uma Regra para a sua Ordem<sup>494</sup> que vai, naturalmente, adoptar espiritualmente a Regra franciscana, muito embora seja uma regra autónoma, recusando a pregação (ou qualquer outro tipo de actividade exterior à clausura conventual<sup>495</sup>), centrando os seus objectivos numa vida de isolamento e oração. Clara foi, no entanto, profundamente influenciada por São Francisco, que sempre a acompanhou, e a sua Regra traduz os ideais franciscanos, incluindo mesmo, no sexto capítulo, a *Forma de Vida para Santa Clara*, que São Francisco lhe escreveu<sup>496</sup>. Esta *Regra* de Santa Clara foi aprovada pelo Papa Inocêncio IV, em 1253, em vésperas da morte da sua autora.

A expansão das clarissas ao longo do século XIII prendeu-se com questões de natureza não apenas religiosa, mas também social, resultando em grande parte de uma nova forma de entender a espiritualidade por parte do universo feminino, que irá levar a uma forte adesão de mulheres à vida religiosa, justificando, conseqüentemente, uma elevada criação de mosteiros<sup>497</sup>.

### 3.3 Ordem de S. Domingos ou dos Pregadores

Domingos de Gusmão nasceu em Caleruega (Castela), em 1170, oriundo de uma família da pequena nobreza local. Em 1191, torna-se cónego de Santo Agostinho no

---

494 Na realidade, a *Regra* é escrita em concreto para a sua comunidade de S. Damião, por Clara se encontrar descontente com a *Regra* do Cardeal Hugolino; mas rapidamente vai ser adoptada por várias outras comunidades.

495 A clausura é, aliás, uma característica das ordens femininas, sendo que as ordens mendicantes não são uma excepção. Esta imposição da vertente feminina acarreta “toda uma série de inconvenientes, como seja: uma dependência total dos mosteiros masculinos, menores expectativas de autonomia espiritual, económica e administrativa e, finalmente, dificuldades de expansão.”, E. Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monástica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, in *Opus Cit.*, p. 690.

496 Antes de transcrever o texto de São Francisco, Santa Clara escreve o seguinte na sua Regra: “*E o bem-aventurado Pai [S. Francisco], vendo que nos não amedrontava nem a pobreza, nem o trabalho, nem as tribulações, nem o desprezo do mundo, e todas estas coisas suportávamos com grande alegria de alma, cheio de compaixão nos escreveu esta forma de vida.*”, cit. in *S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas, Opus Cit.*, p. 120.

497 Para o caso português ver Francisco Pato Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História, especialidade de História da Arte, Coimbra, 2006, p. 20.

Convento de Osma. Na sequência da viagem que empreendeu pela Europa, em 1203, tomou contacto com a heresia cátara e, em 1206, começa a pregar contra os albigenses.

Em 1215, assiste ao IV Concílio de Latrão e, nesse mesmo ano, forma a primeira comunidade de pregadores (com sede no convento de S. Romão em Toulouse). Em 1216, Honório III<sup>498</sup> aprova a Ordem, que acaba por adoptar a Regra de Santo Agostinho, devido às medidas do referido Concílio, onde se havia proibido a fundação de novas regras.

Em 1220 e 1221, têm lugar os primeiros capítulos gerais da Ordem, ainda presididos por São Domingos, que viria a morrer nesse ano, em Bolonha. No primeiro aceitam-se as Constituições<sup>499</sup> do fundador, que definem as orientações fundamentais da Ordem e, no segundo, divide-se a Ordem em províncias. Nos primeiros tempos os dominicanos são referidos como Ordem de S. Romão ou apenas como cónegos regulares, aparecendo num documento pontifício de 1222 a designação de Ordem dos Pregadores.

Os Pregadores possuem uma estrutura menos inovadora do que os Frades Menores, uma vez que os seus membros são clérigos e irmãos leigos, subordinados à já existente Regra de Santo Agostinho. Embora a pregação fosse uma componente essencial e também apostassem no contacto directo com as populações, a formação de muitos dos seus membros levou a Ordem a dedicar-se também ao estudo, sendo que algumas das figuras

---

498 Este Papa demonstrou um interesse especial pela Ordem, tendo especificado na bula de aprovação que tomaria pessoalmente o governo da Ordem (*sub nostra gubernatione suscipimus*). Sobre os dominicanos ver "Dominicains", in Agnès Gerhards, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, *Opus Cit.*

499 As *Constituições*, também designadas *Liber Consuetudinum*, estão divididas em duas partes (*prima et secunda distinctio*), a primeira escrita em 1216 e a segunda em 1220, ao que tudo indica já com a colaboração de alguns companheiros de São Domingos. A primeira parte é essencialmente centrada na definição do ofício litúrgico; na segunda estabelece-se a constituição da ordem propriamente dita, capítulos gerais, fundação de conventos, organização dos estudos, etc. As primeiras directrizes sobre a arquitectura das igrejas dominicanas surgem já nestas *Constituições*, embora tenham vindo a sofrer alterações ao longo do século XIII. Sobre as *Constituições* ver J. Moliner, *Espiritualidad Medieval, Los Mendicantes*, *Opus Cit.*, pp. 58-59 e *São Domingos e a Ordem dos Pregadores*, coord. Frei Eugénio Boléo, Porto, Edição do Secretariado da Família Dominicana, 1989. No que respeita à legislação relativa à arquitectura ver R. Sundt, "*Mediocris domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century*", in *Opus Cit.*

mais marcantes do século XIII foram dominicanos, destacando-se a figura de Tomás de Aquino<sup>500</sup> [1225- 1274].

Paralelamente, também a questão da pobreza foi entendida de forma diferente por São Domingos, comparativamente às posições de São Francisco. Condição nuclear para a vivência franciscana, a pobreza era para São Domingos “antes de tudo uma arma contra a heresia e uma condição necessária para que o testemunho dos pregadores católicos fosse recebido e compreendido pelas massas”<sup>501</sup>, pretendendo, deste modo, o seu criador, uma ordem despojada, mas de uma forma menos rígida e austera do que a franciscana. A importância que a conversão dos heréticos tinha para os dominicanos – um dos objectivos da fundação da Ordem é mesmo irradiar a heresia cátara – leva a que os pregadores se sintam obrigados a demonstrar que conseguem ser tão ascéticos quanto estes. Este ascetismo estende-se não apenas aos hábitos quotidianos, mas à própria arquitectura da ordem, procurando contrariar a ideia difundida pelos cátaros de que as igrejas não eram necessárias (pelo contrário, como "coisa" material que eram, a sua edificação deveria ser evitada)<sup>502</sup>. Na impossibilidade de não erguer igrejas, os dominicanos viram-se confrontados com a necessidade de, pelo menos, erguer os seus templos da forma o mais despojada possível, "obrigação" que, sobretudo a partir do século XIV, veio a desvanecer-se progressivamente.

Não descurando as questões relacionadas com a pobreza e humildade que os franciscanos tanto exortavam, os dominicanos vão, no entanto, preocupar-se com dois objectivos fundamentais: a pregação e o ensino, a que se vem somar um terceiro (menos nobre), que passa pelo papel desempenhado na Inquisição.

---

500 A *Summa Theologica* (I Parte, 1266-1268, II Parte, 1269-1272), é uma das obras primas da Escolástica. Ver a edição comentada por C. Fernandez S.I., in *Los Filósofos Medievales, Selección de Textos*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, selección de textos por Clemente Fernandez, S.I., Tomo II – 1980.

501 A. Vauchez, *A Espiritualidade da Idade Média, Ocidental, séculos VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 153.

502 Na realidade, esta ideia havia já sido defendida no século XII por Pedro de Bruys [c/1095-1131] e pelos seus seguidores que afirmavam que "*Deus ouve tão bem quando invocado numa taberna, como numa igreja, numa praça como num templo, perante um altar ou num estábulo; Ele ouve aqueles que são merecedores*"; a linha de pensamento dos *petrobrussianos* ficou conhecida através de Pedro, o Venerável [c/1092-1156], que escreveu aos bispos e arcebispos da Provença (onde Pedro de Bruys pregava) uma carta *Contra Petrobrusianos hereticos*. Ver sobre este assunto R. Sundt, "*Mediocres domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century*", in *Opus Cit.*, pp. 396/397.

### 3.4. O Modelo Mendicante: um modelo urbano. Os Problemas da sua implantação em Portugal

Nos primeiros tempos de difusão das Ordens Mendicantes é frequente as comunidades ocuparem espaços doados por particulares, que só numa segunda fase serão substituídos por edifícios contruídos de raiz. A arquitectura edificada entre c. 1216 e 1240 já foi classificada como “arquitECTURA de gestAÇÃO”<sup>503</sup>, por se caracterizar pela reutilização de edifícios já existentes ou pela construção de estruturas muito simples. Paralelamente, é só após a morte dos respectivos fundadores que as casas se começam a desenvolver em dimensões e aparato (embora sempre com uma contenção razoável). Tanto São Domingos, nas *Constituições* de 1220, como São Francisco, no Capítulo Geral de 1219, haviam definido directrizes rígidas no sentido de um despojamento e austeridade significativa para as respectivas Ordens que se deveria reflectir nas próprias casas, na senda do que os cistercienses haviam previamente estipulado, mas também, de acordo com o próprio espírito das Ordens<sup>504</sup>.

No Capítulo Geral de 1228, em Paris, os dominicanos estipulavam as premissas específicas para a arquitectura das suas casas, já tenuemente esboçadas nas *Constituições* de 1220<sup>505</sup>. Estas directrizes são reforçadas no Capítulo Geral de 1258, em Toulouse, e no

---

503 Meersseman, cit. por C. Porto e R. Perrín, “Los Fundamentos de la Arquitectura Mendicante”, in *Galicie – Arte*, Tomo XI, *Arte Medieval*, vol. II, Coruña, Ediciones Hércules, 1985, p. 266.

504 Muitas das indicações que a legislação dominicana definiu sobre escultura e pintura “fazem eco” da legislação cisterciense sobre o assunto, muito embora deva ser sublinhado que os dominicanos definiram de uma forma muito mais precisa o que era ou não permitido, inclusive por terem deixado especificações relativamente à arquitectura. Cfr. R. Sundt, “*Mediocris domos et humiles habeant fratres nostri*: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century”, in *Opus Cit.*, p. 394.

505 M. Durliat, “Le Rôle des Ordres Mendiants dans la Création de l’ Architecture Gothique Méridionale”, in *La Naissance et l’ Essor du Gothique Meridional au XIII Siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, n° 9, Fanjeaux, Edouard Privat, Editeur, 1974, p. 74, considera que esta estipulação não foi, de imediato, seguida pelos franciscanos, que nos primeiros tempos “não promulgaram nenhuma prescrição acerca dos seus edifícios, sem dúvida porque entre eles as regras de pobreza impunham-se elas próprias”. A esta ideia, porém, deve ser feita a ressalva de que não podemos fazer uma análise da evolução da legislação franciscana sobre o assunto, pois, a verdade é que, a maioria dos estatutos e actas dos capítulos anteriores a 1260 não sobreviveram até aos nossos dias. Recorde-se, no entanto, que São Francisco no seu testamento reforça o ideal de pobreza da Ordem, nomeadamente no que respeita às igrejas, o que nos permite, efectivamente, pressupor que, nos primeiros tempos, o conceito de pobreza seria abrangente. Ver R. Sundt, “*Mediocris domos et humiles habeant fratres nostri*: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th

Capítulo Geral de 1261, em Barcelona, onde se definem mesmo medidas contra algumas construções que tinham quebrado as regras. Entre as prescrições mais severas de 1228 encontra-se a definição de uma altura máxima para as igrejas e a proibição de utilizar coberturas em pedra nas mesmas, excepção feita para a zona da cabeceira e sacristia<sup>506</sup>. No entanto, na viragem para o século XIV, no Capítulo Geral de 1300 em Marselha, os pregadores vão optar por retirar das *Constituições* as proibições relativas à altura das naves e abobadamento das mesmas<sup>507</sup>. Esta decisão não pode deixar de estar relacionada com as diversas infracções que se foram verificando ao longo do século XIII (e que motivaram, aliás, como referido, os reforços dos ideais em vários capítulos), tendo-se provavelmente concluído que se tornava impraticável garantir o cumprimento destas duas medidas, sendo, com certeza, igualmente impossível a sua punição sistemática. A partir desta data e até ao final da Idade Média não houve nenhuma tentativa de re-introduzir as proibições relativas à

---

Century", in *Opus Cit.*, pp. 394/395 e *S. Francisco de Assis, Escritos – Biografias – Documentos – Fontes Franciscanas, Opus Cit.* É também indesmentível que os dominicanos deverão ter prestado uma atenção muito significativa à construção das suas casas; sabe-se que, desde 1235, se havia estipulado que em cada convento seriam escolhidos três frades para decidirem em conjunto com o prior os assuntos relacionados com a construção – *Item, in quolibet conventu tres fratres de discretioribus eligantur, sine quorum consilio edificia non fiant* ("em cada convento três frades criteriosos deverão ser eleitos sem cujo conselho nenhum edifício deva ser construído"), acrescento de 1235 às *Constituições*, cit. in R. Sundt, *Ibidem*, pp. 400 e 405. Ver também M. Durliat, *Ibidem*, p. 84, nota 18.

506 Data pois desta década a indicação sobre as "casas modestas" (*Mediocrates Domos...*), definida logo em 1220 (ver nota 499, p. 161) e reformulada em 1228, introduzindo-se neste ano as especificações sobre a altura das igrejas e a cobertura das mesmas, bem como a indicação de punição quando estas não fossem cumpridas. Cfr. R. Sundt, "*Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century*", in *Opus Cit.*, pp. 398 e 405. Ver também sobre o assunto M. Durliat, *Opus Cit.*, p. 74. A necessidade sentida ao longo das décadas de reafirmar os ideais de simplicidade pode ter a ver com a grandiosidade de quatro igrejas da Ordem: a igreja dos jacobinos de Toulouse (iniciada em 1230, mantendo-se a construção ao longo da centúria), a igreja de São Domingos de Bolonha (consagrada em 1251), a igreja de São Domingos de Santarém (fundada cerca de 1225) e a Igreja de São Domingos de Bonaval, em Santiago de Compostela (cuja fundação está atribuída ao Santo aquando da sua visita a Compostela, em 1219, mantendo-se as obras da igreja ao longo do século XIII e início do XIV). Estas igrejas nascem de circunstâncias excepcionais e alcançam, por essa razão, dimensões excepcionais – em Toulouse porque a própria população contribuiu para o financiamento do convento devido ao apreço que possuíam pelo santo que havia pregado contra a heresia albigense nesta cidade; em Bolonha porque se trata do local onde se encontra o corpo do Santo e, como tal, de um espaço peregrinatório; em Santarém porque o projecto foi financiado pela coroa, que, aliás, irá igualmente patrocinar os conventos de franciscanos e clarissas; e, por fim, em Santiago porque estamos perante um centro de peregrinação europeia e por esse motivos os frades procuram uma forte implantação na cidade. A única construção franciscana do mesmo período que se pode comparar em grandiosidade de projecto é a igreja de São Francisco de Assis (iniciada em 1228), que, à semelhança de Bolonha, é um espaço de culto dedicado ao Santo, cujo corpo aí está sepultado.

507 Esta medida surge depois de um dos períodos mais severos a nível da legislação sobre arquitectura, com o acrescento feito, em 1263, por Humberto dos Romanos, às *Constituições*.

altura e abobadamento. No que respeita aos franciscanos, apenas temos conhecimento da promulgação de medidas severas, em 1260, no Capítulo Geral em Narbonne; estas medidas incluíam a obrigação de cobertura em madeira em toda a igreja à excepção da abside<sup>508</sup>, prescrição que, tal como aconteceu com os dominicanos, nem sempre será seguida - vejam-se os exemplos de São Francisco de Bolonha (1236-1256) ou, já no século XIV, de Santa Maria Gloriosa dei Frari em Veneza (1330) [Fig. 114]. É de sublinhar, nesta questão, a influência que a Ordem de Cister teve sobre as Ordens Mendicantes, nomeadamente a nível do despojamento arquitectónico. As prescrições seguidas por dominicanos e franciscanos, em 1228 e 1260, devem ser entendidas como parte dessa influência, naturalmente associada aos princípios das próprias ordens. Paralelamente, é preciso ter em conta que no IV Concílio de Latrão, em 1215, a organização da Ordem Cisterciense foi indicada como exemplo a seguir pelas diversas ordens religiosas<sup>509</sup>.

Será cerca de 1240 que se assiste à passagem de pequenos oratórios para construções de grandes dimensões, de acordo com um conceito de igreja pública<sup>510</sup>. Esta circunstância deverá ter sido motivada por factores distintos: por um lado o crescimento progressivo das ordens e, por outro, a crescente hostilidade do clero secular face aos mendicantes, a quem recusam a partir de meados do século a prédica nas igrejas paroquiais, obrigando à construção de espaços próprios<sup>511</sup>.

---

508 As proibições dos franciscanos relacionadas com as casas da Ordem devem, contudo, recuar algumas décadas, pelo menos até 1239 data em que se sabe que em Inglaterra foi promulgado um decreto disciplinar devido à dimensão de uma capela em Reading. Esta situação permite-nos aceitar que existiram já regras definidas sobre o que era ou não aceitável em arquitectura, não tendo estas chegado até aos nossos dias – não por não terem existido, mas por que se perderam. Ver sobre o assunto R. Sundt, "*Mediocris domos et humiles habeant fratres nostri*: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century", in *Opus Cit.*, p. 402. Em 1260 é também proibida qualquer decoração pictórica supérflua, o vitral historiado (apenas permitido nas janelas por trás do altar e com temáticas restritas); à excepção de um crucifixo e do recipiente para as hóstias, nenhum objecto litúrgico deveria ser de ouro ou prata e os campanários não podiam ser construções independentes (situação muito comum em Itália). Estas prescrições (que em muito lembram as cistercienses) nem sempre foram respeitadas.

509 Ver C. J. Héfélé, *Histoire des Conciles d'après les Documents Originaux*, vol. VIII, Livre 35, "Douzième Concile Oecuménique, quatrième de Latran", Paris, Adrien Le Clere et Cie Librairies Éditeurs, pp. 112-162.

510 Ver, sobre a questão, C. Porto e R. Perrín, "Los Fundamentos de la Arquitectura mendicante", in *Opus Cit.*, p. 266.

511 Ver sobre este assunto M. Durliat, "Le Role des Ordres Mendicants dans la Création de l'Architecture Gothique Méridionale", in *Opus Cit.*, cap. II.

Esta transição é mais visível na arquitectura dominicana, que, para além da vertente relacionada com a prédica, tem de ter em conta a vida comunitária dos frades sujeitos à Regra de Santo Agostinho. Os franciscanos, pelo contrário, não estavam subordinados a uma obrigatoriedade de permanência no mesmo espaço e exerciam frequentemente a pregação enquanto peregrinos. Esta circunstância não invalida, porém, que, com o correr dos anos, os conventos franciscanos não tenham alcançado também dimensões significativas (nomeadamente em Portugal).

Não se pode falar de uma “arquitectura mendicante” da mesma forma que se falava de uma arquitectura ou estética cisterciense (salvaguardadas todas as questões já abordadas), pois os mendicantes adoptaram vários tipos de plantas, não apenas no que toca à organização da nave, mas também relativamente à existência ou não de transepto, disposição da cabeceira e tipo de cobertura<sup>512</sup>. No entanto, parece ter havido uma certa preferência por determinadas opções, verificando-se em muitos territórios uma tendência para a nave única<sup>513</sup>, com ou sem capelas laterais, e para a cobertura de madeira na zona das naves (sobretudo nos franciscanos, uma vez que as igrejas dominicanas apresentam frequentemente abobadamento em pedra em todo o espaço). Esta tipologia não foi, porém, universal, situação que testemunha a heterogeneidade de soluções arquitectónicas seguidas

---

512 Pais da Silva, ao analisar as igrejas mendicantes da Alemanha, Itália e Sul de França, estabeleceu cinco tipos distintos: as igrejas de uma só nave (de que São Francisco de Assis [1228-1253] é o principal e mais significativo exemplo); as igrejas de uma nave com capelas laterais (neste grupo inseria-se a famosa igreja dominicana de Santa Catarina de Barcelona [posterior a 1221 e destruída em 1837]); as igrejas de duas naves da mesma altura (de que a igreja dos jacobinos de Toulouse [c. 1230-1292] é o mais importante testemunho); as igrejas de três naves com a central mais elevada (destaca-se aqui a igreja de São Domingos de Regensburg [iniciada em 1260]); e por fim, as igrejas de três naves quase da mesma altura (por exemplo, a igreja dos Dominicanos de Colmar [iniciada em 1283]). *A Noção de Espaço na Arquitectura Monástica Nacional (séculos XIII-XIV)*, pp. 53-65. A. Sutton, na obra *The Influence of the Mendicant Orders, Opus Cit.*, p. 14, defende uma divisão geográfica geral entre arquitectura mendicante do sul (Itália e Península Ibérica) e arquitectura mendicante do norte, sublinhando algumas diferenças como a utilização do transepto no sul e ausência do mesmo no norte; não se pode, porém, falar de modelos do norte e modelos do sul de forma absolutamente estanque, uma vez que as tipologias, nomeadamente a nível do número de naves são muito variadas – na Alemanha, o modelo mais comum é de três naves, tal como em Portugal; mas as três naves também são utilizadas no sul, em Itália (vejam-se os casos das Igrejas de Santa Croce e Santa Maria Novella, em Florença ou Santa Maria Gloriosa dei Frari em Veneza) e até mesmo em Espanha (por exemplo, São Domingos de Bonaval e São Domingos de Ribadavia). Sobre a invulgar tipologia da igreja dos jacobinos de Toulouse ver Richard Sundt, "The Jacobin Church of Toulouse and the Origin of Its Double-Nave Plan", in *The Art Bulletin*, vol. 71, nº. 2, Jun. 1989, College Art Association, 1989.

513 Encontramos exemplos na Galiza, na Catalunha ou em Itália (embora em nenhum dos territórios seja a única tipologia existente).

pelos mendicantes, por vezes, subordinados a regionalismos<sup>514</sup>, sublinhando-se, na análise geral da arquitectura das ordens, uma heterogeneidade mais acentuada do que acontecia, por exemplo, com a arquitectura cisterciense. No que respeita aos franciscanos podemos mesmo dizer que “com excepção de um punhado de igrejas na Umbria e Toscana, o resto da Ordem não procurou fazer as suas igrejas parecerem ‘franciscanas’<sup>515</sup>. A mesma afirmação é válida para os dominicanos.

Se alguma homogeneidade encontramos é, sobretudo, a nível do ideal de despojamento e simplicidade, que condiciona certas características como a preferência por coberturas em madeira nas naves (sobretudo nas igrejas franciscanas) ou a ausência de arcobotantes (mesmo na zona da cabeceira onde a cobertura era em pedra). Paralelamente, a ideia de pregação tende a fazer com que a nave (ou naves) seja(m), por norma, espaçosa(s).

Uma função que surge frequentemente associada às construções mendicantes é a de panteão funerário, o que se explica pela vontade de eternização da memória por parte de muitos dos fundadores particulares, associada à autorização concedida, em 1244 aos dominicanos e em 1250 aos franciscanos, de procederem ao enterramento nas suas igrejas e conventos. Esta vertente funerária, à qual se liga a questão do patrocínio de muitas igrejas mendicantes por particulares (reis e nobres), acaba, por vezes, por pôr em causa o despojamento das igrejas; nestes templos onde "os poderosos vão ter permissão de ser sepultados em capelas consagradas a devoções privadas das suas famílias ou de confrarias, muitas vezes com a imagem figurada na tampa dos sarcófagos (...) a realização de tão importantes funções não prescinde de um cenário sumptuoso e do recurso à imagem."<sup>516</sup> Vejam-se os casos de Santa Clara-a-Velha e de Santa Clara de Vila do Conde.

---

514 Veja-se, por exemplo, o caso da Igreja de Santo António de Pádua [1290] que revela claras influências bizantinas.

515 L. Bourdua, “Franciscan Order, III. Patronage”, in *The Dictionary of Art*, New York, Grove, 1996, vol. 11, p. 712. E a igreja de São Francisco de Assis, que podemos classificar como "casa-mãe" da Ordem, não desempenhou de forma alguma o mesmo papel referencial que Cister (ou Claraval) teve nas restantes construções cistercienses. Quanto a São Francisco de Bolonha, construção igualmente fundamental, destaca-se claramente da igreja de Assis e toma como referência o modelo cisterciense de Claraval.

516 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, p. 36.

As igrejas mendicantes femininas tendem a ser menores do que as masculinas, uma vez que as comunidades também são tendencialmente menores. Esta situação leva, mais uma vez, a que sejam frequentemente erguidas igrejas de uma só nave, de acordo com o modelo da igreja de Santa Clara em Assis<sup>517</sup>, muito embora não se possa de todo falar de um modelo mendicante feminino, ou sequer de uma planta de eleição, variando também a tipologia adoptada de território para território. Se em Espanha, por exemplo, se encontra uma certa predominância do modelo de uma só nave<sup>518</sup>, já em Portugal tal não acontece e das construções medievais femininas sobreviventes, apenas Santa Clara de Vila do Conde se estrutura com uma tipologia de nave única.

Em Portugal, a tendência da arquitectura mendicante é para igrejas com planta de três naves, de altura desigual, transepto destacado, e cabeceira com capela-mor ladeada por duas ou quatro capelas laterais intercomunicantes<sup>519</sup>. Tal tendência não significa, porém, a recusa da tipologia de nave única, utilizada na igreja feminina de Santa Clara de Vila do Conde, ao que tudo indica, nas igrejas masculinas de São Francisco de Bragança<sup>520</sup> e São Francisco de Portalegre<sup>521</sup> e, possivelmente ainda nas igrejas masculinas de São Francisco

---

517 A igreja de Assis, vila de nascimento e difusão do franciscanismo masculino e feminino, é a mais importante casa da Ordem Clarissa. Foi edificada entre 1257 e 1265 e tem como base o modelo da igreja de São Francisco da mesma cidade. Apresenta nave única com transepto destacado e abside pentagonal. Do lado sul abrem-se capelas ao longo da nave.

518 Extensível, aliás, às próprias igrejas masculinas, vejam-se os casos de São Francisco de Ourense [f. meados do séc. XIII, construção do século XIV], São Francisco de Pontevedra [f. final do séc. XIII, construção 1310-1360], São Francisco de Lugo [f. séc. XIII, construção de séc. XIV] ou São Francisco de Betanzos [f. do séc. XIII, construção do final do séc. XIV]. E nos casos femininos, Santa Clara de Pontevedra [f. séc. XIV, sabendo-se que ainda não estava concluída em 1362], Santa Clara de Astudillo em Palência [f. e construção meados do séc. XIV] e de Santa Clara de Tordesilhas, em Valladolid [transformação em 1363 do Palácio fundado por Afonso XI em 1340].

519 Nestas igrejas a “parte mais extraordinária é uma cabeceira muito elegante, que engloba de um lado e doutro de uma abside principal, absidiolos ou capelas rectangulares paralelamente escalonadas”. E. Lambert, *Les Grands Monastères Portugais, Leur Caractère National dans l’ Histoire de l’ Architecture Monastique Internationale*, Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1954, pp. 13-14.

520 A tradição franciscana remete a fundação para 1214 pelo próprio São Francisco, porém, o testamento de D. Afonso III comprova a fundação em 1271. A igreja foi muito alterada entre os séculos XVII e XIX, devendo, no entanto, a planta de nave única ser original. Sobre esta igreja ver F. Pato Macedo *Santa Clara-velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus cit.*, pp. 56/57.

521 De fundação anterior a 1266, e cujas obras se terão iniciado ainda no reinado de D. Afonso III (antes de 1272), vindo a ser concluídas já durante o período dionisino. Foi profundamente transformada em 1571 e, depois novamente, no século XVIII. No século XIX, o Convento, abandonado com a extinção das ordens religiosas, foi adaptado para aí funcionar a Fábrica de Cortiça Robinson, cuja actividade se manteve ainda na

de Leiria<sup>522</sup>, São Francisco de Alenquer<sup>523</sup> e São Francisco da Covilhã<sup>524</sup>. No seu recente estudo sobre a "velha" igreja clarissa de Coimbra, F. Pato Macedo chama a atenção para um importante factor de união destas igrejas: o facto de todas terem desempenhado uma função funerária fundamental: "De facto, em todos eles [templos] se pode realçar uma

---

transição para o século XX. Actualmente é a sede do Teatro de Portalegre. Relativamente à sua planta F. P. Macedo afirma que "teria com toda a probabilidade uma planta em cruz latina de uma só nave, cabeceira tripla e transepto desenvolvido", in *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 66. Sobre esta igreja ver G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, p. 79; F. Pato Macedo, *Ibidem*, pp. 64/66; bem como a página do site da DGEMN sobre o Convento de São Francisco/ Fábrica de Cortiça Robinson ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6564](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6564), consultada em 08/09/2011).

522 A fundação da Igreja do Convento de São Francisco de Leiria, recua a c. 1232, tendo, contudo, a igreja sido profundamente transformada (ou mesmo integralmente reconstruída) com o apoio de D. João I e vindo a ser novamente intervencionada no século XV (finais do século de acordo com Sául A. Gomes; primeira metade do século segundo Luís U. Afonso). Relativamente à sua tipologia original a opinião mais difundida aponta para a probabilidade de uma planta original única, embora as interrogações se mantenham. Sobre esta questão Luís U. Afonso diz-nos o seguinte: "desconhecemos se o corpo da igreja teria sido concebido para compreender três naves escalonadas, ou apenas uma única nave (...) [e] sem escavações arqueológicas é impossível saber se a construção joanina tinha já, de origem, uma nave única sem transepto.", in *Convento de S. Francisco de Leiria*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 26 e 50. S. A. Gomes, por sua vez, considera que "teríamos, porventura, e com base nos vestígios que atingiram a actualidade, uma igreja de nave única, com transepto e com armação de madeira. No eixo da nave abrir-se-ia a abside ladeada por absidiolos.", in "O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média", *Separata de Itinerarium*, XL, (1994), Braga, 1994, p. 426. F. Pato Macedo, partilha da opinião de S. A. Gomes sobre a antiguidade da planta de nave única, mas realçando a existência de capelas entre os contrafortes também desde a origem: "A análise que tivemos oportunidade de efectuar às paredes do interior da igreja, na década de 90 do século XX, quando esta se encontrava sem reboco, deixou-nos a convicção de que a estrutura do corpo, com nave única e capelas entre os contrafortes, remonta à primitiva construção, provavelmente ainda de finais do século XIII.", in *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 62. Sobre o convento de São Francisco de Leiria ver S. A. Gomes, *Ibidem*; Luís U. Afonso, *Ibidem* e "A Influência da Espiritualidade e da Estética Mendicantes nas Pinturas Murais da Igreja de São Francisco de Leiria", in *III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1999; F. P. Macedo, *Ibidem*, pp. 61 e 62.

523 Fundação de 1217; as obras tiveram início no final do século XIII, concluindo-se em 1317. Na opinião de F. P. Macedo, "A actual abertura de capelas entre os contrafortes, ao longo da nave, sugere que essa seria já a configuração primitiva. Por isso, defendemos que a igreja do Convento de S. Francisco de Alenquer, sempre apoiada pela família real e pela nobreza, construída a partir da última década do século XIII e terminada no final da segunda década do século seguinte, tinha planta em cruz latina de uma só nave, com cabeceira tripla e transepto desenvolvido", *Santa-Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 55.

524 A fundação recua ao início do século XIII, mas as obras arrastaram-se ao longo do século XIV, verificando-se a sua conclusão apenas no final dessa centúria. Sobre esta igreja, afirma F. P. Macedo o seguinte: "Da sua primitiva traça gótica conservam-se só as paredes laterais com seus dois portais em ogiva e o pórtico principal encaixado numa frontaria do século XIX. (...) concluímos que a planta em cruz latina de uma só nave com transepto saliente e uma capela-mor recta tem correspondência com a do templo que já aí se encontrava implantada no século XIV, construída com protecção régia, mas também de particulares, bispos e membros da nobreza, que a elegeram como última morada", *Ibidem*, p. 59.

importante utilização funerária com reflexos na arquitectura, seja através da construção de capelas adjacentes às naves, como se documenta nas igrejas de Bragança, Portalegre e Vila do Conde, seja através da inclusão de capelas entre os contrafortes como é o caso de São Francisco de Alenquer e de Leiria."<sup>525</sup> Como se referiu anteriormente, a autorização concedida a estas ordens de enterramento no interior das suas igrejas levou, naturalmente, a que esta fosse uma das principais funções associada aos espaços sagrados mendicantes. Situação que se verifica, aliás, noutras igrejas para além das supra mencionadas (como, por exemplo, as escalabitanas). Não se podendo aceitar que esta função seja um factor determinante na edificação de igrejas de nave única, por um lado, porque se assim fosse todas teriam essa tipologia, por outro, porque em alguns casos essa função surgirá quando a planta já estava definida, é, no entanto, plausível supor que em alguns casos possa ter havido uma predisposição do "patrocinador" nesse sentido.

Não desvalorizando a tipologia de nave única, importa, porém, chamar à atenção para o facto de que uma parte significativa das igrejas mendicantes portuguesas se estruturou, com planta de três naves – vejam-se os casos de São Francisco e Santa Clara de Santarém, São Francisco de Estremoz<sup>526</sup>, São Francisco do Porto, Santa Clara-a-Velha de Coimbra, São Domingos de Elvas, São Domingos de Guimarães, bem como as desaparecidas igrejas de São Domingos de Santarém e São Domingos de Lisboa e as primitivas igrejas<sup>527</sup> de São Francisco de Guimarães<sup>528</sup> e São Francisco de Évora<sup>529</sup>. A

---

525 F. P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit*, p. 69.

526 São Francisco de Estremoz destaca-se relativamente às restantes, tal como Santa Clara-a-Velha, pelo facto de apresentar transepto incluso.

527 "Apesar das incertezas que continuam a rodear as primitivas etapas construtivas das igrejas dos frades menores de Guimarães e de Évora é possível afirmar que a ordem teve nestas cidades, no reinado de D. Dinis, templos de três naves e cabeceiras triplas. Por circunstâncias diversas, estes templos iriam ambos ser monumentalizados, a partir de finais do século XIV e nos séculos seguintes.", F. P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit*, p. 77.

528 O convento de São Francisco de Guimarães foi fundado em 1217, nos arrabaldes da cidade, junto à chamada fonte de S. Gualter, a cerca de um quilometro da cidade; possivelmente no mesmo ano, os frades mudaram-se para mais perto da cidade, aí permanecendo durante cerca de meio século. Em 1271, é a própria cidade que doa aos franciscanos um hospital (ou albergaria) junto à muralha da urbe, tendo as obras começado em 1282. Na sequência da guerra civil entre D. Dinis e o futuro D. Afonso IV este convento é destruído, em 1325, por ordem do próprio monarca. Será apenas em 1400, com o apoio de D. João I, que se irá dar incio às obras do novo convento. Um percurso idêntico sofreu o convento dominicano – ver II Parte / cap. 1.1. Sobre a Guerra Civil de 1319 a 1324, entre D. Dinis e o príncipe Afonso, veja-se José Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2, *Opus Cit.*, pp.161 a 163.

análise destas construções leva-nos, efectivamente, a reiteirar a ideia de que a planta mendicante de eleição, no território português, foi a planta de três naves e cabeceira escalonada<sup>530</sup>.

As cabeceiras com capelas radiantes são inexistentes nas construções medievais portuguesas dos mendicantes, ao contrário do que acontece em alguns edifícios italianos (destaque-se a igreja de São Francisco de Bolonha, 1236-1256), o que poderia acentuar a influência de construções de outros territórios europeus, como por exemplo a Alemanha, que tendencialmente rejeita também as cabeceiras radiantes; no entanto, apesar de alguns pontos de contacto, a nível, sobretudo, da preferência por espaço de três naves, a verdade é que as igrejas mendicantes alemãs adoptam frequentemente soluções distintas das portuguesas<sup>531</sup>.

---

529 A data exacta de fundação do Convento de São Francisco de Évora permanece incerta; o cronista Frei Jerónimo de Belém situa-a, no entanto, num momento anterior a 1226: "(...) *este convento teve seu princípio em vida do nosso Padre S.Francisco; e fallecendo elle no anno de 1226, alguns annos antes havia de ser fundado*", in *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da Regular Observancia do Nosso Seráfico Padre S.Francisco*, Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, anno MDCCL, p.27. O documento mais antigo de que há notícia é, porém, de 1245; trata-se de uma doação, feita por João Esteves e sua mulher Maria Martins, aos religiosos, de terras para a expansão do convento; veja-se sobre o assunto A. Filipe Simões, "Évora, Igreja e Convento de S.Francisco", in *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, vol.XI, 1868, pp. 10 a 19. A primitiva igreja dataria, assim, da segunda metade do século XIII. Em meados do século XV, contudo, essa igreja (ou mesmo uma segunda construção) estaria já em ruína, o que foi aproveitado por D. Afonso V "como moeda de troca para, com a promessa da sua reconstrução, se apossar de parte do convento franciscano", in J.C. Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 96. O objectivo do monarca era a instalação dos paços régios na cidade - embora tenha sido D. João I o primeiro rei a pretender instalar paços reais na cidade de Évora, serão D. Afonso V e, sobretudo D. João II, a concretizar a ideia, bem como a levar a cabo a reconstrução da igreja, cujas obras irão terminar já no reinado de D. Manuel I. No século XVI pouco restava, assim, da original estrutura medieval do convento. Sobre a construção quatrocentista ver J. C. Vieira da Silva, *Ibidem*, II Parte / Cap. III.

530 Relativamente às construções franciscanas e de clarissas F. P. Macedo, apesar de defender a tipologia de nave única em algumas construções, conclui que "a planta de tipo basilical de três naves foi a favorita de franciscanos e clarissas, desde os finais do século XIII até entrado o século XV.", in *Santa-Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit*, p. 86.

531 Os exemplos mendicantes que encontramos na Alemanha apresentam um tipo de planta despojada, com três naves (visível nas igrejas dominicanas de Regensburg [1248], Esslingen [pós 1233] e Erfurt [séc. XIII; remodelações no séc. XIV]), ausência de transepto (novamente os casos de Regensburg e Esslingen), e, por vezes, de torre sineira. A tipologia das cabeceiras, porém, é variada, podendo optar-se pela mais despojada, apenas com uma capela (Esslingen), ou pela cabeceira tripartida com capela mor e absidiolos (Regensburg - apesar de existir nesta igreja alguma irregularidade na terminação das naves). A cobertura dos espaços, porém, tende a ser mais complexa do que em Portugal, uma vez que muitas destas igrejas são completamente abobadadas. É de sublinhar que, num primeiro momento, os mendicantes adoptam na Alemanha os modelos

Em termos de cobertura parece ter imperado em Portugal a simplicidade característica das ordens, optando-se [quase] sistematicamente por coberturas de madeira nas naves e transepto (a grande excepção é Santa Clara-a-Velha de Coimbra) e utilizando-se o abobadamento em pedra apenas na cabeceira<sup>532</sup>. Embora esta seja uma premissa das ordens mendicantes, a sua obediência parece ter sido observada com maior rigor em Portugal do que noutros países, onde se encontram diversas excepções<sup>533</sup>. No seu conjunto, aliás, não é possível "decalcar" a arquitectura mendicante nacional de um modelo oriundo de qualquer outro território europeu, seja ele, francês, espanhol, italiano ou alemão.

A tentativa de estabelecer paralelismos entre as construções portuguesas e as italianas (território onde se encontram as "casas-mãe" de franciscanos e clarissas e uma das mais importantes construções dominicanas) só é válida até certo ponto: se, por um lado, encontramos semelhanças a nível da composição dos alçados das naves, frequentemente a nível da tipologia de três naves, e, em alguns casos pontuais, a nível das cabeceiras (por vezes com capela-mor poligonal e capelas laterais rectas<sup>534</sup>), por outro lado, a tendência para o abobadamento em pedra e a concepção do espaço<sup>535</sup> diferem. Para além disso, a maioria das igrejas italianas não antecede cronologicamente São Domingos de Santarém, o que inviabiliza uma filiação e inspiração nas mesmas.

A provável influência galega, esperada pelo menos para os franciscanos, dado o facto de a província ser a mesma, não se fez sentir. As igrejas franciscanas galegas possuem uma tipologia de nave única<sup>536</sup>, subordinada à igreja de Assis, abrindo-se a cabeceira em

---

arquitectónicos cistercienses, que, aliás, nunca irão abandonar por completo, reforçando-se deste modo a influência cisterciense.

532 Os exemplos dominicanos levantam algumas dúvidas nesta área.

533 Vejam-se os casos da igreja dos Jacobinos de Toulouse, em França, das igrejas de São Francisco de Bolonha, Santa Maria Gloriosa dei Frari ou Santa Maria Novella, em Itália e das igrejas dominicanas de Regensburg e Esslingen, na Alemanha.

534 Muito embora nem sempre se verifique o escalonamento, veja-se o caso da igreja franciscana de Santa Croce em Florença, iniciada em 1294 e com cabeceira formada por capela-mor poligonal ladeada por dez capelas rectas, todas à mesma altura.

535 Nomeadamente no que toca à altura da capela-mor (que em Portugal é mais elevada do que nas igrejas italianas), e à colocação das janelas (em Itália sistematicamente incluídas a meio de cada tramo). Ver sobre estas questões M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, pp. 79-83.

536 Tipologia que também triunfou na Catalunha e no sul de França, não apenas com os franciscanos, mas com os mendicantes em geral. Esta adopção da nave única (juntamente com outras características) em

capela-mor e duas capelas laterais (tipologia, aliás, comum na Galiza românica, o que também deve justificar a aceitação deste modelo). Este modelo não irá ter repercussões no nosso território onde as plantas de três naves predominaram, verificando-se nas construções que (comprovada ou hipoteticamente) possuíram apenas uma nave, uma alternância entre cabeceira tripartida (Santa Clara de Vila do Conde, São Francisco de Alenquer e São Francisco de Portalegre) e simples capela-mor (São Francisco da Covilhã, com transepto e São Francisco de Leiria e São Francisco de Bragança, sem transepto)<sup>537</sup>. A não adopção do modelo galelo poderá talvez explicar-se pela datação das igrejas mendicantes portuguesas,

---

algumas regiões do sul da Europa, levou alguns autores a associar o mendicante nestas regiões ao gótico em geral, afirmando mesmo que "é incontestável a existência de uma escola gótica meridional" (L. Lasteyrie, *L' Architecture Religieuse en France a l' Époque Gothique*, ouvrage posthume, publié par les soins de Marcel Aubert, Paris, Auguste Picard Éditeur, Tome I – 1926, Tome II – 1927, p. 117), criada pelos mendicantes. Contudo, é preciso ter em conta que a igreja de nave única pertence "à herança cultural do Mediterrâneo" (M. Durliat, "Le Role des Ordres Mendiants dans la Création de l' Architecture Gothique Méridionale", in *Opus Cit.*, p. 80) desde o período românico, muito embora nesta época a sua existência seja difusa. A sua expansão prende-se com um motivo que tem vindo a ser assinalado ao longo das últimas décadas: a ligação entre a arquitectura do Mediterrâneo e as ordens mendicantes. Serão os mendicantes a desenvolver e expandir este modelo arquitectónico, mas não foram eles a inventá-lo. A sua adopção e aperfeiçoamento pelas ordens mendicantes era porém, quase inevitável – esta tipologia adapta-se na perfeição às necessidades da prédica, para além de ser mais económica e despojada. Aos mendicantes podemos, no entanto, atribuir um outro elemento arquitectónico característico da arte gótica do Midi: as capelas laterais abertas entre os contrafortes. Relativamente a este modelo, porém, coloca-se uma questão particularmente interessante e significativa, que se prende com a possível influência da arquitectura cisterciense na definição deste modelo. Veja-se o caso da Igreja de Silvanès, edificada na região do Midi e que se estrutura numa só nave, com capelas laterais entre os contrafortes [Figs. 115 e 116]. É abusivo aceitar que os cistercienses definiram o modelo de gótico meridional, uma vez que este se caracteriza por uma conjugação de factores (que incluem, por exemplo, a supressão de transepto) que não encontramos em Silvanès. Mas podemos, isso sim, aceitar que com o modelo estipulado em Silvanès os Cistercienses forneceram a matriz para um determinado tipo de arquitectura mendicante associada à região do Midi, mas que, claramente, se espalhou para além desta zona. Ver sobre estas questões E. Mâle, "L' Architecture Gothique du Midi de la France", in *Art et Artistes du Moyen Age*, Paris, Librairie Armand Colin, 3ª ed., 1939 e mais recentemente J. L. Biget, H. Pradalier e M. Pradalier-Schlumberger, "L' Art Cistercien dans le Midi Toulousain", in *Les Cisterciens du Languedoc (XIIIe – XIVe s.)*, Cahiers de Fanjeaux, nº 21, 1986, Édouard Privat Éditeur, 1986, L. Grodecki, *Gothic Architecture*, contributions by Anne Prache and Roland Recht, London, Faber and Faber/Electa, 1986 e M. Durliat, "Le Role des Ordres Mendiants dans la Création de l' Architecture Gothique Méridionale", in *Opus Cit.* Sobre a influência da arquitectura do Midi em Portugal ver José C. Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*, *Opus Cit.*, II Parte - Cap. III/1. "Fontes de Influência de S. Francisco de Évora: o Gótico Mediterrânico do Midi e da Catalunha".

537 Relativamente às igrejas franciscanas e de clarissas F. P. Macedo considera que "o paralelismo com as igrejas galegas homónimas é susceptível de ser estabelecido, ainda que se possa realçar em termos comparativos a monumentalidade das nossas igrejas, talvez explicado pelo mais avultado patrocínio régio recebido por estas. As cabeceiras das igrejas portuguesas distinguem-se, também, das galegas pela maior profundidade dos absidiolos e pela sua comunicação por meio de pequenos vãos.", in *Santa-Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante*, *Opus Cit.*, p. 87.

sendo que a igreja dominicana de Santarém deverá ter sido anterior às suas congéneres galegas, tendo-se guiado, assim, não por estas, mas sim por um modelo que parece ter alcançado difusão no território nacional: a tipologia de três naves, possivelmente herdada da ordem cisterciense.

A ligação à arquitectura cisterciense e a influência desta afigura-se nos provável, embora não de forma vinculativa ou compulsiva. Apesar de possuírem uma espiritualidade idêntica, M. Chicó é da opinião de que as igrejas mendicantes portuguesas se afastam “muito mais das construções cistercienses do que as de Itália, da Galiza e da Alemanha”<sup>538</sup>, onde a arte cisterciense teve um peso muito forte sobre a arte mendicante. Em Portugal, os mendicantes vão absorver as bases de um gótico emergente (tributário da arte cisterciense, é um facto), e difundi-lo, criando uma arquitectura própria e independente face aos modelos de outros territórios. “Os frades menores e os dominicanos chegam a Portugal quando o Norte fala ainda a linguagem românica, que um século depois não terá esquecido, e o Sul balbucia, com certa timidez, a linguagem de um ‘novo estilo’.”<sup>539</sup> Será no centro e no sul, pouco ligado à arte românica, à conta de um passado essencialmente marcado pelo romano, pelo visigótico e pelo muçulmano, que o novo estilo vai encontrar um terreno propício para se desenvolver, desempenhando as ordens mendicantes um papel fundamental. Não se podendo falar de uma arquitectura mendicante, uma vez que não há um modelo uno que vincule todas as construções, pode-se, em Portugal, falar de características comuns de construção para construção, o que confere uma unidade própria à arquitectura dos frades menores e pregadores<sup>540</sup>. Essa unidade resulta no que M. Chicó classificou como uma “arquitectura nacionalizada”<sup>541</sup>, e é visível em vários aspectos (muitos deles realçados pelo

---

538 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 83.

539 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 85.

540 No que respeita a franciscanos e clarissas, F. P. Macedo refere uma "identidade patente nesta arquitectura [que] é a seu modo um reflexo da uniformidade que caracteriza a ordem e se baseia em grandes princípios", realçando a obediência nos séculos XIII e XIV às normas do Capítulo Geral de Narbonne; in *Santa Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 88

541 “Desde o início da construção de São Francisco de Santarém (...) até os primeiros decénios do século XVI, quando um novo sentido de proporções e uma nova decoração aparecem, serão as fórmulas adoptadas nas igrejas mendicantes nacionais que irão conservar-se e que conseguirão persistir, mesmo depois de Nicolau Chanterene e de outros mestres estrangeiros terem introduzido a arte do Renascimento em Lisboa, em Coimbra e em várias povoações do Alentejo.”, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 85.

próprio autor), que vão da tendência declarada para a divisão do espaço em três naves, para o desenvolvimento de uma cabeceira escalonada (inserindo-se estes dois primeiros aspectos num quadro tipológico nacional ao qual o sub-capítulo 3.4.1 está subordinado), para o desenvolvimento poligonal da abside, para a estruturação dos alçados em dois andares, para a divisão da igreja num mesmo número de tramos (por norma cinco, salvaguardas exceções, como Santa Clara de Santarém), para a colocação das janelas do clerestório no eixo dos pilares<sup>542</sup> (e não a meio do tramo), o que se justifica pela inexistência de abóbada, para o abobadamento sistemático da cabeceira com abóbadas de ogivas com cadeia longitudinal, mantendo-se no restante espaço a cobertura em madeira, para o tipo de ábacos rectangulares e ainda pela composição das fachadas.

Para lá da tipologia tripartida da planta, a arquitectura cisterciense poderá ter tido um papel igualmente importante na definição do modelo característico da cabeceira mendicante em Portugal: capela-mor poligonal ladeada por capelas rectas escalonadas<sup>543</sup>.

A importância desta influência não é partilhada por todos os autores. A. Sutton<sup>544</sup> considera que a influência mendicante deriva das igrejas românicas do norte (São Salvador de Travanca, Santa Maria de Pombeiro, Paço de Sousa e São Pedro de Rates), limitando a ascendência cisterciense à utilização do transepto destacado. Porém, a filiação das construções mendicantes no universo românico levanta alguns problemas a nível do modelo da cabeceira: nos exemplos acima citados, apesar das transformações e/ou reconstruções em todas elas, a cabeceira seria originalmente de capela-mor e capelas laterais de planta semi-circular, sendo que "o sistema de cabeceira com diversas absides redondas é mais frequente e mais tipicamente românico que aquele que apresenta capelas quadrangulares"<sup>545</sup>. Esta tipologia não corresponde, no entanto, ao modelo mais característico das construções mendicantes portuguesas. A influência de algumas construções do românico do Norte poderá ter-se feito sentir - a par das construções

---

542 As exceções a esta situação são as igrejas de São Francisco do Porto e de São Domingos de Guimarães.

543 Embora haja exceções, como o caso de S. Francisco do Porto, em que as capelas laterais são também poligonais.

544 A. Sutton, *Opus Cit.*, pp.82-90.

545 C. A. Ferreira de Almeida, "Análise da Arquitectura Religiosa", in *História da Arte em Portugal, Opus cit.*, vol. 3, *O Românico*, p. 29.

cistercienses - a nível da estruturação em três naves, mas a influência em termos da tipologia de cabeceira e do transepto destacado terá de se ir procurar noutro modelo.

Parece-nos plausível aceitar que, mais do que uma influência do Românico do Norte (embora sem a rejeitar), as igrejas mendicantes portuguesas possam ter ido buscar inspiração, a nível das três naves, a nível do modelo de transepto e a nível da estrutura da cabeceira às construções cistercienses; por um lado às igrejas já edificadas no território português, Tarouca e Aguiar, e, por outro, às construções galegas e castelhanas ou mesmo de Navarra.

No que respeita ao modelo de cabeceira a tipologia de abside poligonal com capelas rectas surge nas igrejas cistercienses de Castela e Navarra, como La Oliva<sup>546</sup>, Matallana<sup>547</sup> ou Las Huelgas<sup>548</sup>, bem como na igreja galega de Meira<sup>549</sup>. E o escalonamento<sup>550</sup> é visível na Galiza e Castela, em Oya<sup>551</sup>, Valbuena<sup>552</sup> e Sacramenia<sup>553</sup> [Fig. 117]. Estes territórios terão sido forçosamente atravessados pelos mendicantes para chegarem a Portugal e o modelo pode ter agradado aos dominicanos escalabitanos<sup>554</sup>, influenciando, assim, a igreja franciscana e, conseqüentemente, também a clarissa. O facto é que esta é a tipologia que vai ser adoptada em São Domingos de Santarém e daí derivará para a maioria das construções mendicantes portuguesas.

---

546 Mosteiro perto de Tudela (Navarra); f. 1149, construção ao longo dos séculos XII e XIII.

547 Mosteiro perto de Valladolid (Castela), actualmente em ruínas e transformado num campo arqueológico; f. 1185, construção de 1228.

548 Mosteiro em Burgos (Castela); f. 1180, construção ao longo dos séculos XII e XIII.

549 Mosteiro em Lugo (Galiza) já existente (data de fundação desconhecida) e incorporado na Ordem de Cister em 1142/3; em 1153, Afonso IX faz uma doação para as obras do mosteiro, que é consagrado em 1258.

550 Este modelo encontra-se também em algumas igrejas cistercienses da região do Languedoc, o que levou Élie Lambert a falar de uma escola *hispano-languedocienne*; ver *L'art gothique en Espagne et au Portugal aux XII et XIII siècles*, Paris, Henri Laurens, 1931, cap. IV, pp. 99-134. Mas no que toca à influência sobre os mendicantes a tónica aqui deve incidir sobre a importância da arte cisterciense.

551 Mosteiro em Pontevedra (Galiza); f. 1137, incorporação na Ordem de Cister em 1185.

552 Mosteiro perto de Valladolid (Castela) ; f. 1143, construção da segunda metade do século XII.

553 Mosteiro perto de Segóvia (Castela); f. 1141, construção da segunda metade do século XII.

554 Esta hipótese foi já sugerida por L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV*, dissertação de Mestrado em História da Arte, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 35. Para uma análise destas igrejas ver J. Yarza, *Arte y Arquitectura en España, 500-1250*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1981.

A influência dos cistercienses faz-se também sentir, e é talvez essa a sua grande herança, a nível do despojamento das construções mendicantes portuguesas, à semelhança do que se verifica noutros territórios, o que, aliás, se pode explicar dada a afinidade entre determinadas premissas de ambas as ordens, nomeadamente os ideais de humildade, austeridade e simplicidade.

No seu conjunto, a arquitectura mendicante portuguesa parece ser tributária de uma herança cisterciense<sup>555</sup> expressa acima de tudo no despojamento, muito embora se possa referir igualmente a concepção do espaço em três naves, a tipologia de cabeceira ou o transepto destacado. No entanto, as condicionantes próprias das ordens mendicantes levam à alteração de determinados aspectos da arquitectura cisterciense, como a substituição do abobadamento em pedra por cobertura de madeira na zona das naves. Nasce assim um modelo que, pela conjugação da herança cisterciense com as condicionantes próprias das ordens mendicantes, associadas à assimilação de regionalismos, levou à criação de uma arquitectura mendicante "nacionalizada" e cuja tipologia, ao contrário do que acontecia com a arquitectura cisterciense, não deriva na íntegra de tipologias de nenhum outro território mendicante.

A expansão europeia dos franciscanos foi mais ampla que a dos dominicanos, essencialmente devido a questões estratégicas: enquanto os franciscanos optaram por

---

555 No que toca à estrutura das dependências conventuais, o modelo base é claramente cisterciense, sendo, contudo, feitas alterações, relacionadas com o espírito das novas ordens, como a transformação do refeitório num espaço público destinado à pregação ("Era possível o refeitório tornar-se um local de sermões, discussão e estudo, bem como o espaço onde os homens mais importantes da cidade comiam em conjunto com os frades". W. Braunfels, *Monasteries of Western Europe*, cap. 7. *The Mendicant Orders*, London, Thames and Hudson, 1972, p. 138). Também a nível das infraestruturas relacionadas com a subsistência se verificam mudanças, como o desaparecimento dos espaços de armazéns e celeiros na ordem franciscana, uma vez que a subsistência destes frades provinha de esmolas e não da actividade agrícola. A enfermaria alcança, pelo contrário, um desenvolvimento significativo, atingindo por vezes proporções consideráveis dado que a vertente assistencial é fundamental para os mendicantes (muito embora estes também prestassem assistência em espaços hospitalares urbanos não associados aos seus conventos.) Contudo, em termos arquitectónicos, a principal transformação é a substituição progressiva, a partir do final do século XIV, do dormitório por celas individuais no piso superior, fenómeno a que, em Portugal, se assiste após a construção do claustro afonsino no Mosteiro da Batalha - sobre este claustro ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses. Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, pp. 98-101 e José C. Vieira da Silva, "Para um Entendimento da Batalha: A Influência Mediterrânica", in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, vol.IV/1, 1991.

edificar um maior número de casas de menor dimensão e maior despojamento, os dominicanos preferiram implantar-se apenas em pontos estratégicos, nas cidades e vilas mais importantes<sup>556</sup>.

Contudo, apesar destas diferenças, encontram-se vários pontos de contacto na forma como as ordens se estabeleceram nas cidades, nomeadamente a nível dos apoios e oposição que tiveram. Se, por um lado, tanto os nobres (e os próprios monarcas), como a população em geral apoiavam a instalação destas ordens (por vezes, a fundação de conventos derivava mesmo de mecenatos régios ou nobres), por outro, a relação com os bispos e clero secular foi particularmente difícil, sobretudo nos primeiros tempos, sendo frequentemente necessária a intervenção papal.

Em Portugal, a sua função em termos sociais é fundamental a vários níveis, não apenas em termos da introdução de uma nova religiosidade, mas também a nível da dinamização dos pólos urbanos em que se instalaram, animando as zonas periféricas onde se estabeleceram, particularmente nos primeiros tempos. Muito embora fundem casas em todo o país, parece ter havido uma preferência pelas regiões a Sul do Mondego, onde as cidades (devido ao cenário político do território) se encontravam ainda em franca expansão e onde, acima de tudo, as ordens monásticas tradicionais possuíam uma implantação menos forte. Paralelamente, os franciscanos procuraram inicialmente estabelecer-se em zonas próximas da presença muçulmana, o que resulta numa expansão franciscana de Sul para Norte.

Os franciscanos, representados por Fr. Gualter e Fr. Zacarias de Roma, são os primeiros a chegar, em 1217<sup>557</sup>, estabelecendo, com o auxílio da Rainha D. Urraca,

---

<sup>556</sup> Esta questão é analisada para o território francês por J. Le Goff, “Ordres Mendicants et Urbanisation dans la France Médiévale”, in *Opus Cit.*, pp. 932-937 e para a Galiza por C. Porto e R. Perrín, “La Implantación de las Órdenes Mendicantes”, in *Galicia – Arte*, Tomo XI, *Arte Medieval*, vol. II, Coruña, Ediciones Hércules, 1985, pp. 264-266.

<sup>557</sup> A eventual vinda de São Francisco a Portugal, em 1214 (na sequência de uma deslocação a Santiago, com o objectivo final – não cumprido por motivo de doença – de ir a Marrocos), é um dado que carece de confirmação, muito embora não seja inverosímil. F. Faria, “Os Primeiros Franciscanos em Portugal”, Sep. *Colóquio Antoniano*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1983, p. 54, considera admissível que S. Francisco tenha estado em Portugal e que se tenha encontrado em Guimarães com D. Urraca, o que explicaria, que, à data da chegada dos frades a Portugal, os mesmos se tenham dirigido a esta Rainha, que os acolheu e protegeu.

eremitérios em Guimarães e Lisboa e fundando, sob a protecção de D. Sancha, irmã de D. Afonso II, um convento em Alenquer<sup>558</sup>. A implantação efectiva no território é, por vezes, difícil de precisar, até porque a entrada dos frades nas cidades nem sempre foi seguida da fundação de conventos, frequentemente devido aos problemas e tensões sociais que a sua presença levantava. Sabemos, no entanto, que a expansão da Ordem no território se fez sentir sobretudo a partir da segunda metade do século XIII. J. Mattoso<sup>559</sup> define cinco fases na implantação da Ordem no território ao longo do século XIII: a fase das fundações de tipo eremítico junto às cidades, entre 1217 e c/1230; a fase de confrontos com as instituições eclesiásticas pré-estabelecidas, entre c/ 1230 e c/ 1245; a fase que o autor designa de “ofensiva franciscana”, em que são edificadas as primeiras construções com o apoio da Santa Sé, entre 1245 e 1266; a fase de consolidação com uma implantação cada vez mais forte e uma construção cada vez mais activa, associada a uma maior intromissão na vida institucional religiosa das cidades, que passa, entre outras coisas, pelo apoio real, entre 1266 e 1286; e, por fim, a transição para um normal funcionamento em termos institucionais, que corresponde também, a um decréscimo das fundações e que ocorre entre 1286 e o final do século <sup>560</sup>.

Sabemos, pois, que os frades franciscanos (à semelhança do que acontece também com os dominicanos) passaram em Portugal pelo mesmo tipo de vicissitudes que sofreram noutras cidades europeias, ou seja, a forte oposição do clero secular, ordens tradicionais,

---

558 “*A Infanta Dona Sancha irmã del rey tendo noticia da vinda destes Padres, mandou chamar a Alenquer Frey Zacharias, (...) & lhe deu hua Ermida fora da villa junto ao rio, & depois lhe largou seus próprios Paços, aonde se fez o Conuento.*”, Fr. A. Brandão, *Quarta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XIII, Cap. XIII. *Da primeira vinda dos religiosos de S. Domingos, e S. Francisco a este Reyno, das casas que começaram a fundar. Examinãose alguas cousas tocantes a esta matéria*, p. 93<sup>a</sup>. As primeiras construções, porém, terão sido estruturas muito simples e a igreja primitiva apenas foi edificada entre 1280 e 1317, após a cedência de novos terrenos por parte de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III. Foi, no entanto, quase inteiramente destruída pelo terramoto de 1755 e reconstruída em 1762. Do período medieval manteve-se o portal e do século XVI sobreviveu o claustro manuelino.

559 “O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas em Portugal”, in *Colóquio Antoniano*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p. 68.

560 Se quisermos simplificar muito a questão (e seguindo a opinião de J. Marques, *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média*, Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, Porto, Arquivo Distrital, 1982, p. 8) podemos referir apenas duas fases nucleares: uma primeira fase que corresponde à implantação e expansão de franciscanos e clarissas no território (com todos os problemas adjacentes), entre o século XIII e a primeira metade do XIV; e uma segunda fase, associada à chegada dos *Observantes* e expansão dos mesmos pelo país, ao longo da segunda metade do século XIV e do século XV.

como os Crúzios e até pontualmente ordens militares (como se verifica em Estremoz com a forte oposição da Ordem de Avis). São particularmente significativos os casos do Porto, Guimarães, Leiria, Estremoz e Braga. Para além da já referida empatia que estas ordens conseguiram estabelecer com as populações, a verdade é que, também em termos económicos, elas eram vistas como uma ameaça, uma vez que as suas propriedades eram juridicamente pertença da Santa Sé encontrando-se, como tal, livres de imposições fiscais, o que “criava obstáculos graves ao monopólio do poder”<sup>561</sup> que o episcopado e ordens tradicionais exerciam nas cidades. Por outro lado, porém, e à semelhança do que também se verifica nos restantes territórios europeus, tanto franciscanos como dominicanos beneficiaram em Portugal do apoio régio e nobre, para já não falar do apoio papal (constante nas suas dissidências com o clero tradicional).

A implantação da vertente feminina da Ordem fez-se de forma distinta e menos problemática, sendo que a oposição urbana à fundação de conventos destas freiras é quase inexistente (se comparada com a situação masculina). O primeiro convento feminino da Ordem surge em Lamego, em 1258<sup>562</sup>, na sequência da morte e canonização de Santa Clara, respectivamente, em 1253 e 1255. No entanto, rapidamente se considerou inadequado, nomeadamente porque os franciscanos, responsáveis pelo convento, se encontravam fisicamente distantes – os mais próximos estavam na Guarda ou Porto. Verifica-se então, logo em 1259, a transição das freiras para Santarém, onde D. Afonso III mandou edificar um mosteiro. Inicialmente o convento era dedicado a Santa Maria<sup>563</sup> e Santa Clara, mas a

---

561 J. Mattoso, “O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas em Portugal”, *Opus Cit.*, p. 65.

562 Em 1256 é fundado, por D. Chamoá Gomes e seu marido, D. Rodrigo Froilaz, fidalgo leonês, o Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios, que apesar da anterioridade da fundação, só recebe a Regra em Abril de 1258, dois meses depois da outorgação da regra ao convento de Lamego, em Fevereiro de 1258, perdendo deste modo a primazia. A insegurança do lugar leva a que em 1415 o Papa autorize a transição das freiras para o Porto, sendo a primeira pedra do novo convento lançada em Março de 1416. Sobre a instalação das Clarissas no nosso território ver A. Moreira, “Breve História das Clarissas em Portugal”, in *Las Clarisas en España y Portugal, Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 Septiembre 1993, Actas II – Vol. II, Madrid, Archivos e História, 1994.

563 Esta dedicação parece sugerir uma influência da Ordem Cisterciense.

partir de uma bula de 7 de Maio de 1259<sup>564</sup>, a invocação passará a ser apenas de Santa Clara.

Em 1217, chegam também a Portugal<sup>565</sup> os Dominicanos, dirigindo-se a Alenquer, Frei Soeiro Gomes<sup>566</sup> [?-1233], colega de São Domingos e responsável pela difusão dominicana em Portugal. A primeira construção a ser edificada foi a desaparecida igreja de Santarém, fundada cerca de 1218/1225<sup>567</sup>. No seu primeiro testamento (escrito entre 1229 e 1231) D. Sancho II determina uma verba para apoiar as obras desse convento, mas os conflitos com o seu irmão (futuro D. Afonso III) e a sua morte em 1248 terão atrasado as obras, uma vez que o convento ainda estava por concluir em 1257<sup>568</sup>. Era uma igreja de três naves com quatro ou cinco tramos, transepto destacado e cabeceira com capela-mor e quatro capelas, que viria a influenciar as restantes construções mendicantes da cidade, bem como as igrejas dominicanas que se lhe seguiriam<sup>569</sup>. O facto de ser uma construção com

---

564 Referida por A. Moreira, “Breve História das Clarissas em Portugal”, in *Opus Cit.*, p. 213.

565 O ano de 1217 foi, ao que tudo indica, um ano chave na implantação das ordens mendicantes no nosso território. Esta percepção já era sentida no século XVII, altura em que Fr. A. Brandão escreve que “*Venturoso foi este anno [1217] ao Reyno de Portugal, não só pella conquista de Alcácer do Sal, & milagrosos casos q nella ouue, mas também pella primeira entrada q fizeraõ neste Reyno os Religiosos das duas sagradas Ordens dos Pregadores, & Menores*”, in *Quarta Parte da Monarchia Lusitana, Opus Cit.*, Livro XIII, Cap. XIII – *Da primeira vinda dos religiosos de S. Domingos, e S. Francisco a este Reyno, das casas que começaraõ a fundar. Examinãose algumas cousas tocantes a esta matéria*, p. 93<sup>a</sup>.

566 Este Frade alcançou um estatuto importante na Ordem, tendo sido designado Provincial de Espanha em 1221, participando, em 1228, na codificação da primeira parte das constituições da Ordem. Sucedeu-lhe no provincialato São Frei Gil de Santarém, doutor parisiense, que, por sua vez, participou na codificação da segunda parte das constituições, em 1236.

567 O Convento terá sido possivelmente fundado em 1218 numa antiga ermida junto à Ribeira de Santarém. Com o aumento da popularidade dos dominicanos junto da população e devido à escassez de dimensões da ermida original, tornou-se necessário edificar uma construção maior, tendo as obras arrancado cerca de 1225. Ver sobre este convento Jorge Custódio, “O Convento de S. Domingos de Santarém: Memória, Espaço e Arquitectura”, in *S. Frei Gil de Santarém e a sua Época*, Catálogo da exposição, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997; e G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém, Opus Cit.*, pp. 64-66. P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 96 situa a fundação em 1223 e a sua “edificação iniciada entre 1228 e 1229”.

568 G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém, Opus Cit.* e J. Custódio, “O Convento de S. Domingos de Santarém: Memória, Espaço e Arquitectura”, *Opus Cit.*, p. 121, referem uma bula do Papa Alexandre III, de 1257, na qual o Pontífice apela aos fiéis para contribuírem para esta igreja.

569 Embora a Igreja de São Domingos tenha desaparecido no final do século XIX, sobreviveram-lhe duas descrições, pós-medievais, é facto, mas que permitem, mesmo assim, ter uma noção bastante clara da tipologia da igreja. A descrição mais antiga encontra-se na obra (de 1632) de Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*; uma segunda descrição (de 1740) encontra-se na *História de Santarém Edificada* de Padre Inácio da Piedade e Vasconcelos. Ambas as descrições são transcritas por G. Pradalié, *O Convento de S.*

apoio régio pode justificar a envergadura do projecto, demasiado grande para a comunidade conventual e que se afastava, pela monumentalidade, das premissas de humildade da Ordem. "Ao conceber S. Domingos de Santarém, D. Sancho II tinha desejado uma igreja que testemunhasse o seu apego à nova ordem religiosa e que estivesse à escala das grandes igrejas urbanas do reino. Para esta demonstração, Santarém – que não era sede episcopal - prestava-se como cidade ideal, já que uma tal edificação não poderia ensombrar o bispo local."<sup>570</sup> A política de D. Afonso III, ao continuar a obra inacabada de São Francisco e ao auxiliar a igreja clarissa, insere-se na continuação da política do irmão face às ordens mendicantes e poderá, talvez, ter tido mesmo o objectivo de exibir construções igualmente grandiosas. Esta situação pode, eventualmente, explicar a grandiosidade das construções mendicantes de Santarém, tendo contribuído para impor de forma decisiva o estatuto das novas ordens no país. As construções que lhes sucederam, embora seguindo a tipologia de três naves e a cabeceira com capela-mor poligonal e capelas laterais rectas, tenderão em alguns casos a reduzir as dimensões e a diminuir o número de capelas – são disso exemplo São Francisco de Estremoz, São Francisco do Porto e São Domingos de Guimarães. Para todo os efeitos, estava definida a principal tipologia das construções mendicantes no território português.

### 3.4.1. Igrejas de Três Naves com Cabeceira Escalonada e Transepto Destacado:

#### a) A Igreja do Convento de São Francisco de Santarém

Fundado por D. Sancho II entre 1240 e 1245<sup>571</sup>, o convento de S. Francisco depressa se transformou numa das mais importantes casas religiosas da cidade (senão a mais

---

*Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 65 e notas 10 e 11, pp. 83-84. Ver também Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal*, vol. 1º, introdução e revisão por M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão ed., 1977.

<sup>570</sup> G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém*, p. 78

<sup>571</sup> Frei Manuel da Esperança escreve "*Pelo que dando a tudo inteira satisfação, no [ano] de 1242. principiámos este conuento Real*", in *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Primeira parte, que contem seu principio & augmentos no estado primeiro de Custódia*, Lisboa, na Officina Craesbeeckiana, Anno 1656, Livro IV, Cap. XXII, p. 446; Gerard Pradalié na

importante). As obras, se por acaso já tivessem começado, foram certamente interrompidas em 1246, aquando da deposição do monarca, devendo-se a edificação da igreja à acção dos cidadãos mais abastados de Santarém, bem como aos benefícios de D. Afonso III e D. Dinis<sup>572</sup>.

O terramoto de 1755, as invasões francesas, as guerras liberais da década de vinte do século XIX e a subsequente transformação do convento em quartel, danificaram profundamente este espaço<sup>573</sup>, posteriormente intervencionado pela DGEMN, mas que ainda hoje se encontra, lamentavelmente, em estado de abandono e fechado ao público<sup>574</sup>.

---

obra *O Convento de S. Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 33 considera esta data pouco segura, preferindo situar a chegada dos franciscanos a Santarém entre 1240 e 1245. M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, pp. 18 e 85, também atribui, para além da fundação, a construção da igreja ao reinado de D. Sancho II, o que tendo em conta a deposição do monarca em 1246 e a chegada dos franciscanos a Santarém entre 1240 e 1245, se revela praticamente impossível. F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 79, aceita a fundação em 1242, mas situa o "início efectivo do convento" no reinado de D. Afonso III. Para todos os efeitos, trata-se da mais antiga construção mendicante a ter sobrevivido até aos nossos dias; do reinado de D. Afonso II [r. 1211-1223] os eremitérios de Guimarães e Lisboa não chegaram até nós e o convento de Alenquer, apesar da fundação recuada, só foi edificado no final do século; e do reinado de D. Sancho II [r. 1223-1248] apenas sobreviveu o convento franciscano escalabitano. Mesmo em termos europeus a(s) igreja(s) de Santarém encontra(m)-se entre a(s) mais antiga(s) edificada(s) pelos mendicantes.

572 Aliás, os primeiros documentos que mencionam São Francisco de Santarém datam apenas do reinado de D. Afonso III. Ver para a sequencia cronológica do convento, G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém, Opus Cit.*, pp. 33-38. Para identificação das várias campanhas de obras medievais e pós-medievais ver Jorge Custódio, "Igreja e Claustro do Extinto Convento de S. Francisco – Classificação MN: 1917-03-17", *Património Monumental de Santarém, Inventário, Estudos, Descritivos*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1996, pp. 65/66.

573 O estado de degradação do convento foi assinalado já no século XIX por diversos autores que protestaram contra a "infâmia" praticada sobre o património nacional. Em 1846, Almeida Garrett escreve *Viagens na minha Terra*, referindo-se no cap. XLI ao convento nos seguintes termos "Da bela igreja gótica fizeram uma arrecadação militar; andou a mão destruidora do soldado quebrando e abolando esses monumentos preciosos, riscando com a baioneta pelo verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os labores mais delicados esmoucou-os, degradou-os. Levantaram as lajes dos sepulcros e, ao som da corneta militar, acordaram os mortos de séculos, cuidando ouvir a trombeta final. (...) Malditas sejam as mãos que te profanaram, Santarém", *Obras Completas de Almeida Garrett*, vol. II, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Discolivro, Editores e Distribuidores lda, 1983, p. 237. No capítulo XLII continuam as referencias ao convento, nomeadamente à profanação do túmulo de D. Fernando, ver pp. 239-243.

574 Entre 1950 e 1958 a DGEMN procedeu ao "escoramento e apeamento de muros e reintegração das alas do claustro"; entre 1970 e 1974 a DGEMN procedeu à "demolição de alvenaria de pedra para consolidação de paredes através de pilares e cintagem em betão armado", bem como à "consolidação de abóbadas incluindo colocação de artesãos em falta", seguida de execução de "coberturas, desentaipamento e reconstrução de janelas, arcos, construção do cachorrado e cimalha de cantarias nas naves e alvenaria de pedra em elevação nas capelas laterais". De 1996 a 1997 o IPPAR levou a cabo escavações arqueológicas. Em 1999 assinou-se um protocolo entre o IPPAR e a Câmara Municipal de Santarém "com vista à intervenção para recuperação e

A igreja do convento estrutura-se numa planta de três naves com cinco tramos, transepto saliente e cabeceira escalonada com capela-mor e quatro capelas laterais [Fig. 118].

A cabeceira é composta por capela-mor e duas capelas intercomunicantes e escalonadas de cada lado. A capela-mor medieval, danificada pelo incêndio de 1580, foi substituída por uma capela rectangular, com arco triunfal à italiana e abóbada de arco pleno; porém, o terramoto de 1755 arruinou a construção quinhentista, tendo apenas sobrevivido o arco triunfal [Figs. 119 e 120]. Em 1969, contudo, as escavações levadas a cabo pela DGEMN, puseram a descoberto as fundações da capela-mor original, revelando uma parede de cinco panos e a existência de contrafortes para sustentar a abóbada. A capela-mor seria então composta por dois tramos, o primeiro rectangular e o segundo de terminação poligonal, respectivamente cobertos com abóbada de cruzamento de ogivas e abóbada polinervada<sup>575</sup>. A terminação em abside de cinco panos era comum às (também) escalabitanas Santa Clara e, provavelmente, à desaparecida igreja de São Domingos<sup>576</sup>. Segundo Leonardo Charréu<sup>577</sup> uma das mais prováveis fontes de influência, tanto para São Francisco, como anteriormente para São Domingos, seria a cabeceira da Igreja de São João do Alporão, hipótese que não secundamos por nos parecer que a cabeceira da igreja hospitalária apresenta uma tipologia complexa que envolve a edificação da "passagem mural", que não teve repercussão nas construções mendicantes de Santarém. A possibilidade do modelo de abside poligonal com capelas laterais rectas derivar de construções cistercienses edificadas em Navarra e Castela, hipótese sugerida pelo mesmo autor<sup>578</sup>, e já aqui por nós abordada, parece-nos, de facto, mais plausível.

---

valorização global do Convento de São Francisco, que abrangerá os espaços interiores e zona envolvente", mas que não teve sequência. Informação retirada da página do monumento no site da DGEMN [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6494](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6494), consultado a 12/09/2012.

<sup>575</sup> As escavações mostraram igualmente que, numa fase pós-medieval, a capela-mor foi reconstruída com planta rectangular. Ver L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 24.

<sup>576</sup> P. Pereira, "O Gótico de Santarém no tempo de S. Frei Gil", in *Opus Cit.*, p. 103 considera que os mestres que trabalharam em São Francisco e em São Domingos deverão ter sido os mesmos.

<sup>577</sup> L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 34.

<sup>578</sup> O autor refere as (já mencionadas) igrejas de La Oliva, em Navarra, Matallana, perto de Valladolid e a das Huelgas em Burgos. Ver L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 35. Poderíamos ainda acrescentar Santa Maria de

As capelas laterais norte chegaram até nós bastante danificadas e as do lado sul não sobreviveram mesmo até ao século XX (uma vez que a "documentação visual demonstra não existirem à data da passagem do mosteiro da jurisdição do exército para a tutela civil"<sup>579</sup>), tendo sido inteiramente reedificadas nessa centúria. Na sua origem seriam escalonadas, possuíam planta rectangular e cobertura em abóbada de berço quebrado.

A capela interna do lado norte apresenta planta rectangular e abobadamento em berço quebrado com arco toral assente em mísulas em forma de ponta de diamante; nas paredes laterais corre uma cornija. A fresta de iluminação da parede de topo, aberta em arco quebrado, resulta de uma reconstituição da DGEMN<sup>580</sup> [Fig. 121]. Sob esta fresta rasga-se uma abertura rectangular inexistente no período medieval. O arco de comunicação com a capela-mor foi entaipado, encontrando-se, no entanto, aberto o que comunica com a capela externa. O arco de acesso a esta capela encontra-se danificado, mas mantém-se visível a sua abertura para o transepto em arco quebrado duplo (mais elevado que o da capela exterior) de secção rectangular, assente sobre pilares também rectangulares [Fig. 122].

A capela externa apresenta algumas diferenças relativamente às restantes, nomeadamente a nível do abobadamento, possuindo, no tramo este, abóbada de cruzamento de ogivas e no tramo oeste abóbada de berço quebrado com arco toral assente em mísulas de formato distinto das da capela interna, e decoradas; as nervuras das abóbadas são enfeitadas com bolas<sup>581</sup> [Fig. 123]. A abóbada de ogivas, executada em tijolo (embora as nervuras sejam em pedra) data do final do século XV (1488), altura em que esta capela foi transformada em capela privada por João de Sousa. A iluminação (novamente uma reconstituição da DGEMN) é idêntica à da capela interna. No primeiro tramo rasga-se um arco que permite a comunicação com a zona conventual (abre para a sacristia) e no segundo

---

Valbuena del Duero, em Valladolid (esta com as capelas laterais internas poligonais e as externas rectas) e Santa Maria de Sacramenia, em Segóvia.

579 L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 24.

580 Em 1972, G. Pradalié refere ainda a existência de um óculo sob o qual se vêem "os montantes de uma janela de traça alongada.", *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 51.

581 L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 24, designa-as como "meias esferas" características do período manuelino, o que corresponde efectivamente à data de alteração do espaço.

tramo recorta-se uma abertura rectangular que dá para a mesma zona. O arco de entrada foi transformado, mas ainda é perceptível o lançamento do arco quebrado medieval.

Actualmente a capela interna sul estrutura-se de acordo com a primitiva planta rectangular, possuindo abóbada de berço quebrado com arco toral ao centro assente em mísulas e uma fresta de iluminação em arco quebrado na parede de topo. O arco de entrada é ulterior ao período medieval [Fig. 124].

A capela externa do lado sul possui igualmente abóbada em berço quebrado, mas sem arco toral. A fresta de iluminação é idêntica à da capela interna e resulta, uma vez mais (e como toda a capela), de uma reconstituição da DGEMN (sendo, portanto, todas as janelas dos absidiolos fruto de reconstituições). O arco de entrada rasga-se em arco quebrado assente em pilares rectos; este arco (bem como o do lado norte) deveria possuir uma ligação à capela interna através de cornija, à semelhança do que se verifica em Santa Clara. Em data imprecisa (e de acordo com os vestígios arqueológicos) esta capela foi alongada.

Um aspecto fundamental nestas capelas é o facto de comunicarem entre si e a capela-mor por meio de arcos (cujo perfil, em volta perfeita, se tornou visível após terem sido desentapados durante as intervenções do século XX). Este modelo de capelas intercomunicantes irá ter uma grande aceitação na arquitectura das ordens mendicantes em Portugal.

O transepto é saliente, inserindo-se dentro da tipologia mais comum da arquitectura mendicante nacional; ergue-se à mesma altura da nave central (neste aspecto fazendo lembrar a solução alcobacense, a que poderá ter ido buscar inspiração) e, originalmente, estaria coberto por uma estrutura de madeira. A transição da zona do cruzeiro para os braços do transepto faz-se, de ambos os lados, por meio de arco quebrado assente em mísulas em ponta de diamante, mais elevado do que as arcadas da nave central [Fig. 125]. No transepto sul a parede de topo foi cimentada e não possui actualmente qualquer janela ou rosácea; no registo inferior abre-se uma porta em arco abatido que comunica com o exterior. O braço norte foi também transformado uma vez que, no topo norte, se rasga um portal renascentista que dá para uma capela pós medieval (Capela das Almas).

O arco triunfal que abre do cruzeiro para a nave principal é idêntico ao arco de acesso à capela-mor e data do mesmo período; ostenta ao centro o escudo dos Almeidas [Fig. 126]. Na mesma data, após o incêndio de 1580, colocaram-se nas naves tectos em madeira formando abóbada de canhão, substituídos no século XX pela estrutura em tijolo e traves de madeira (em telhado de duas águas) que hoje se pode observar. Na sua origem, a cobertura seria em madeira de acordo com o habitual na ordem, assentando em cinco arcos quebrados duplos suportados por pilares de secção poligonal com colunas no intradorso, nas quais descarrega o arco interno; os arcos possuem perfil recto e facetado [Fig. 127]. Os capitéis são maioritariamente vegetalistas (grande parte deles fruto de reconstituição no século XX) e apresentam uma folhagem recortada, por oposição à de Santa Clara de feição mais plana [Figs. 128 e 129]. As bases são muito elevadas e facetadas num modelo idêntico ao que se irá encontrar também na igreja das clarissas [Fig. 130].

As naves laterais possuem cobertura igual à da nave principal (mas com uma só água). A transição para a zona do transepto faz-se por meio de arco quebrado, criando uma parede diafragma, solução que já havia sido utilizada na arquitectura cisterciense, e que vemos também noutras construções mendicantes, como por exemplo, São Domingos de Guimarães [Fig. 131].

A parede da nave sul foi transformada ao longo dos séculos. Nela se rasgam três arcos quebrados, provavelmente do século XV, e outros três de feição distinta, datando do século XVI - um arco quebrado mais elevado que os restantes, um arco de volta perfeita rebaixado e outro manuelino. Destas seis aberturas, quatro correspondem a capelas fundadas em diferentes épocas<sup>582</sup>.

A iluminação do espaço é feita através de um clerestório na nave central (quatro janelas de cada lado) e janelas nas laterais (duas do lado sul e quatro do lado norte) [Fig. 127]. As janelas da nave central e as das laterais encontram-se desacetadas, técnica que permite difundir melhor a luz. Aliás a iluminação do espaço parece ser uma das principais preocupações dos mendicantes, registando-se nas suas igrejas um "cuidado esquema de

---

<sup>582</sup> Sobre as capelas laterais da nave sul ver G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, pp. 91-98 e J. Custódio, *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, 3º vol., p. 67.

distribuição de luz<sup>583</sup>, que se, por um lado, poderá reflectir uma herança cisterciense, por outro, revela também a apreensão de uma das premissas fundamentais da arquitectura gótica. Estas janelas deverão ser posteriores à data de início do convento, uma vez que a sua tipologia corresponde já a uma fase mais avançada do gótico, formando um arco abatido com a flecha invertida para baixo, no qual se inserem duas janelas em arco quebrado. Este modelo é idêntico ao que se encontra nas janelas da nave sul da igreja de São Francisco do Porto, (re)edificada já em finais do século XIV.

Nas presentes circunstâncias é impossível reconstruir as aberturas do transepto; tem sido avançado que deveriam ser idênticas às que hoje se rasgam em Santa Clara, amplos janelões de dois lumes. Porém, as próprias janelas da igreja clarissa resultam de intervenção da DGEMN, cuja reconstrução é meramente conjectural<sup>584</sup>.

A fachada de S. Francisco de Santarém estrutura-se num corpo central, mais elevado, rematado em frontão triangular, e nos laterais, rebaixados, em empena oblíqua. O pórtico apresenta um arco inserido num gablete, formado por arquivoltas, emolduradas por um fino toro quebrado. As arquivoltas compõem-se (de fora para dentro) por uma arquivolta moldurada, arquivolta de dentes de serra, arquivolta moldurada e arquivolta com pequenos arcos de ferradura. Descarregam em quatro colunelos de capitéis vegetalistas com ábaco continuando como imposta. Os colunelos assentam em bases de dois níveis separadas por emolduramento com dois toros e uma escócia. No ângulo, sob a imposta, o gablete é rematado por um fino colunelo<sup>585</sup> [Figs. 132 e 133]. A tipologia de portal inserido num

---

583 A. Nobre Gusmão, "De São Francisco de Santarém a São Francisco de Évora, Para uma Teoria da Arquitectura em Portugal", in *O Franciscanismo em Portugal*, I Seminário – Séculos XIII-XVI, Actas do Congresso / Convento da Arrábida, 22-24 Abril 1994, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 124. Torna-se, porém, impossível afirmar se esta técnica das janelas "desacertadas" era uma característica mendicante, uma vez que não só algumas igrejas chegaram até nós sem clerestório (São Domingos de Elvas, por exemplo), como noutras houve transformações a nível das aberturas (São Francisco de Estremoz, por exemplo).

584 As fotografias dos anos 40 mostram que o transepto foi encurtado e alterado no período barroco.

585 G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém*, *Opus Cit.*, p. 67, atribui este pórtico à campanha de obras levada a cabo por D. Fernando, devido ao tipo de colunas aneladas e à riqueza da composição. Também L. Charrreu, *Opus Cit.*, p. 134 considera que este portal data do período fernandino. Já P. Dias, "Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização", in *Mare Liberum*, nº 8, Dez. 94, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p. 59, atribui a decoração deste portal ao século XV, remetendo para uma influência mudéjar, visível nos "arquinhos". É

gablete parece ter tido alguma aceitação entre as ordens mendicantes, se bem que o desaparecimento de uma grande parte dos portais originais dificulte a confirmação desta teoria. Para além de São Francisco de Santarém, sobreviveram, no entanto, dois outros portais franciscanos inseridos num gablete; o portal da igreja do Convento de São Francisco de Alenquer (aliás, o portal é o principal vestígio da construção medieval, como se viu, profundamente arruinada com o terramoto de 1755 e posteriormente reedificada) e o primitivo portal de São Francisco de Évora deslocado posteriormente para a fachada norte. O portal de Alenquer é composto por três arquivoltas em arco quebrado, assentes em finos colunelos, rematados por capiteis vegetalistas. O conjunto está inserido num gablete pontiagudo. Entre as arquivoltas e o vértice do gablete encontram-se as armas reais de D. Dinis, ladeadas por duas lápides [Fig. 134]. O portal de S. Francisco de Évora é igualmente formado por três arquivoltas que repousam em elegantes colunelos, sublinhando-se também a decoração de uma das arquivoltas com dentes de serra, tal como em Santarém.

Sobre o portal de Santarém abria-se uma rosácea, destruída, ou, em 1588, aquando da mudança do "coro alto" ou, já no século XIX, aquando das transformações efectuadas na adaptação do mosteiro a quartel<sup>586</sup>.

Adossado à fachada abria-se um alpendre (ou galilé). Esta estrutura deve datar de cerca de 1282<sup>587</sup> e aparece mencionado em documentação sobre o convento, nomeadamente na *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, de Frei Manuel da Esperança. Segundo este cronista, o alpendre foi edificado para suprir a falta de espaço no interior da igreja, "*Tanta era a deuação, que seus vizinhos nos tinhao: com tanto feruor acodião*

---

possível que durante o período de D. Fernando este portal tenha sofrido uma intervenção a nível da sua decoração, mas a sua feição geral deve ter ficado definida na fase inicial da construção. M. Chico, 585 *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 89 considerou este portal a fonte de influência do portal sul do Mosteiro da Batalha.

586 M<sup>a</sup> Ramalho, *O Convento de São Francisco de Santarém – História e Arqueologia de um Monumento*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 56, coloca a hipótese de a parte superior da fachada poder ter ruído com o terramoto de 1755, contrariamente às opiniões de L. Charréu, *Opus Cit.*, pp. 57 e 61, nota 7 e G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, pp. 68-9, que situam as alterações da fachada no século XIX, ou (o primeiro) eventualmente no século XVI. J. Custódio, *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, 3<sup>o</sup> vol., p. 66, considera que a rosácea desapareceu com a transferência do "coro-alto" para os tramos ocidentais, em 1588.

587 M<sup>a</sup> Ramalho, *Opus Cit.*, p. 56, G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 67. J. Custódio, *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, 3<sup>o</sup> vol., p. 67.

*quasi todos aos diuinos officios, que não bastaua pêra elles hua igreja tão grande, e foi necessário estender, e dilatar o alpendre por todo aquelle largo espaço*<sup>588</sup>. Surge, assim, como um prolongamento da igreja, dividido em três naves abobadadas e composto por três arcadas<sup>589</sup>. Este alpendre encontra paralelismos na arquitectura cisterciense, o que testemunha os pontos de contacto entre as ordens. A informação relativa à data de execução do alpendre confirma que as obras já estariam terminadas em 1282, pelo menos a nível da definição dos alçados que demarcavam o espaço interno.

#### b) A Igreja de Santa Clara de Santarém

O Convento de Santa Clara foi fundado com o auxílio do monarca D. Afonso III e da sua filha, D. Leonor Afonso, que aqui professou (e que aqui se encontra sepultada desde 1319), tendo as primeiras freiras sido transferidas de Lamego<sup>590</sup>. Diz-nos Frei Brandão que o começo da construção escalabitana se deu em 1259, estando o convento quase pronto em 1272, tendo para isso contribuído o próprio monarca: *“Deuse neste anno [1259] principio ao celebre mosteiro de Santa Clara de Santarém, obra verdadeiramente Real, assi na sumptuosidade do edificio, como na grandeza das rendas. Mostrou elRey Dom Afonso nella sua grandeza, deução, & liberalidade, que se notou também na pressa da obra, pois começandoa neste anno, estava no de mil duzentos & settenta & dous o Mosteiro quasi perfeito, como refere o cardeal Francisco Gonzaga*<sup>591</sup>. A edificação de uma igreja, de dimensões consideráveis, em apenas treze anos,

---

588 *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco, Opus Cit.*, Livro IV, Cap. XXIV, p. 452. Para além da obra do cronista franciscano, o alpendre é também mencionado por Damião de Góis na *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 200 e desenhado num alçado de 1864, elaborado pelo Coronel de Engenharia L. Herculano Ferreira – apud L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 61, nota 7.

589 As escavações arqueológicas levadas a cabo neste espaço em 1992, levaram à conclusão de que toda a área do alpendre serviu de cemitério com sepulturas individuais e ossários. Ver M<sup>a</sup> Ramalho, *Opus Cit.*, pp. 57-58 e J. Custódio, *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, 3<sup>o</sup> vol., p. 67.

590 Como referido anteriormente, o primeiro convento da vertente feminina em Portugal, já existente em 1258, segundo Frei M. da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Opus Cit.*, Livro V, Cap. I. J. Custódio, "Igreja do Convento de Santa Clara – Classificação MN: 1917-03-14", in *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, p. 68, afirma que os patrocínios régios se mantiveram pelo menos até 1327, incluindo apoios de D. Dinis e da Rainha Santa Isabel.

591 Frei A. Brandão, *Quarta Parte da Monarchia Lusitana, Opus Cit.*, Livro XV, Cap. XXV, p. 212<sup>a</sup>. A mesma datação é proposta por Frei M. da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Opus Cit.*, Livro V, Cap. II, pp. 506 e 508.

parece-nos algo improvável. Sabemos que a 10 de Outubro de 1265 as freiras fizeram benzer a igreja, mas esta informação poderá remeter ainda para uma construção provisória<sup>592</sup>, ou, segundo alguns autores, para a conclusão da cabeceira, ou pelo menos da capela-mor<sup>593</sup>, hipótese que nos parece a mais plausível. De acordo com Pedro Dias<sup>594</sup>, a construção ter-se-á prolongado até ao início do século XIV, o que se afigura lógico e credível.

A igreja possui uma planta de três naves com sete tramos, a central mais elevada do que as laterais, transepto destacado e cabeceira com cinco capelas interligadas [Fig. 135].

A dimensão desta igreja é pouco comum na arquitectura mendicante portuguesa, e testemunha a aceitação progressiva e consequente adesão da monarquia e das populações às ordens mendicantes. O exemplo da vizinha igreja de São Francisco que se veria acrescentada por um alpendre para responder às necessidades de afluência, pode ter

---

592 É um facto que, "a fundação de um convento ou de um mosteiro não implicava a construção imediata de uma grande igreja, nem mesmo pequena, e menos ainda que os templos dessas instituições que chegaram até nós datem dos primeiros anos de vida comunitária. Normalmente, os mosteiros, mesmo os de patrocínio régio, começavam por se destinar somente a uns quantos frades ou freiras que raramente ultrapassavam a dezena. (...) Só depois de terem assegurado o seu sustento quotidiano e aforrado algumas reservas é que os religiosos metiam ombros a construções de grande porte." P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 71.

593 L. Charréu, *Opus Cit.*, p. 28, "Documentação iconográfica dos inícios do século XV mostra-nos que, regra geral, o "mosteiro pétreo" começava pela construção da igreja, e nesta, a cabeceira construía-se em primeiro lugar. Só assim se explica que em 1265, apenas seis após ter sido lançada a primeira pedra, as Clarissas de Santarém tenham feito benzer a sua igreja. Julgamos que esta não corresponderia senão à capela-mor, ou talvez até mesmo à totalidade da cabeceira." G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 66, considera que em 1265 a cabeceira estaria ou concluída, ou quase concluída. P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 298, afirma que apesar da sagração do templo em 1265, a construção deve ter-se arrastado mais algum tempo, embora os princípios planimétricos e de alçado estivessem já definidos". Francisco Teixeira defende a existência de duas fases no edifício da igreja: "em primeiro lugar terá sido edificada Santa Clara I, uma igreja pequena e modesta, de mais rápida realização, necessária para albergar a comunidade de clarissas oriundas de Lamego. Desta igreja, tanto quanto é possível verificar na actual edificação e na ausência de qualquer campanha arqueológica, não existem nenhuns vestígios. Certamente que Santa Clara I não estaria de acordo com uma igreja construída com apoio régio, neste caso de D. Afonso III que, procuraria construir um templo que dignificasse a sua própria actuação. Daí a construção de Santa Clara II, francamente ambiciosa para os programas existentes na época, no panorama arquitectónico português, nomeadamente em Santarém."; ver *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, tese para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História da Arte, especialidade de História da Arte Islâmica e Medieval, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2007, p. 259.

594 P. Dias, *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *O Gótico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 36.

influenciado o desenvolvimento da igreja clarissa, ao qual, certamente, também não será estranho o apoio real que o edifício granjeou. O facto é que a igreja possui uma monumentalidade inusitada, apesar de se manterem as premissas de simplicidade e despojamento tão caras à Ordem. O espaço interno é amplo e profundamente elegante. M. Chicó procurou estabelecer paralelismos entre esta igreja e a igreja dominicana de Esslingen<sup>595</sup> no que toca à organização horizontal dos volumes e à concepção do espaço<sup>596</sup>, sendo também de referir o cuidado posto na iluminação [Fig. 136]. No entanto, e apesar dos pontos de contacto, devemos sublinhar que se registam algumas diferenças significativas, como o abobadamento do espaço das naves e a ausência de transepto na igreja alemã, da qual resulta a colocação da capela-mor ao mesmo nível da nave, destacando-se ainda a disparidade a nível dos pilares, que em Esslingen se estruturam em possantes colunas de pouca elevação.

Por outro lado, a qualidade técnica e estética da construção portuguesa levou G. Matos Sequeira<sup>597</sup> a colocar a hipótese de poderem ter intervindo neste espaço mestres franceses. Na realidade, e como acontece numa grande parte dos nossos monumentos, o arquitecto responsável por esta obra permaneceu anónimo até aos nossos dias. E, muito embora sejam possíveis as comparações com Esslingen, a verdade é que nada parece comprovar que o autor desta construção fosse estrangeiro. Naturalmente, as premissas de simplicidade, despojamento, proibição de ornamentação e de abobadamentos em pedra são comuns à ideologia das ordens independentemente do território em que se encontram, mas excluindo a comunhão ideológica não se pode afirmar categoricamente que a arquitectura mendicante nacional tenha seguido um modelo específico oriundo de França, Itália,

---

595 Actual *Münster Sankt Paul* é considerada a mais antiga igreja mendicante na Alemanha e a mais antiga igreja dominicana abobadada. Os dominicanos chegaram a Esslingen em 1221 e em 1233 começaram a construir o convento (a data exacta de início da igreja permanece desconhecida). A igreja foi consagrada em 1268 por Alberto Magno, fundador do Colégio da Ordem em Colónia, Bispo de Regensburgo e legado papal. Trata-se de uma igreja de três naves, abobadada, sem transepto e com a cabeceira organizada com capela-mor sem capelas laterais. Ver *Münster St. Paul, Esslingen am Neckar*, Regensburg, Schnell & Steiner, 2005.

596 O mesmo tipo de paralelismos pode ser feito com a igreja dominicana de Regensburg, (também designada St. Basilius), iniciada em 1248, e estruturada em três naves abobadadas. Ver Heidemarie Böcker, *Regensburg, Regensburg*, Verlag Friedrich Pustet, 2003 e Richard Strobel, "Regensburg, History and Urban Development", in *The Dictionary of Arte, Opus Cit.*, vol. 26.

597 G. Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. III, *Opus Cit.*, p. 80.

Espanha ou Alemanha, como, aliás, já se referiu. A estruturação em três naves, logo à partida, parece ser uma característica nacional, muito embora encontre paralelismos em algumas igrejas alemãs. Mas, como se viu, as raízes dessa opção podem relacionar-se com Cister, de forma talvez mais directa do que com as quaisquer igrejas mendicantes estrangeiras.

A cabeceira é formada por capela-mor poligonal e quatro capelas de terminação recta, escalonadas e intercomunicantes, reproduzindo o modelo de São Francisco [Fig. 137].

A capela-mor estrutura-se em dois tramos, separados por um arco toral quebrado com uma pequena chave de motivo floral [Fig. 138]. O primeiro tramo, rectangular, é coberto por cruzaria de ogivas com uma grande chave floral; o segundo rematando de forma pentagonal, é coberto por uma abóbada polinervada, cuja chave desapareceu. As abóbadas são unidas por uma cadeia e possuem nervuras poligonais de secção recta, que descarregam em pilares com ábacos sem capitéis, estando assentes em bases quadradas<sup>598</sup> [Fig. 139]. Trata-se de um espaço muito luminoso, com cinco janelas de dois lumes em arco quebrado e um pequeno óculo quadrilobado<sup>599</sup>, que se alongam abaixo dos ábacos.

Aquilo que hoje se vê das quatro capelas laterais resulta da intervenção da DGEMN, fundamentada nos vestígios arqueológicos encontrados<sup>600</sup>. A capela interna do lado norte

---

598 A abóbada é uma reconstituição da DGEMN. "A bela abóbada primitiva – talvez por ter ruído ou por ameaçar a ruína – fora substituída por outra, de berço, com caixotões de cantaria, inadapável no seu conjunto e nos seus elementos decorativos à feição dominante da igreja" tendo-se, assim, procedido "ao apeamento da abóbada com caixotões de cantaria" e reconstituído "segundo os elementos existentes" a abóbada medieval. in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, Dez. 1942 / Março 1943 – *A Igreja de Stª Clara de Santarém*, pp. 33 e 38.

599 Também as janelas foram refeitas pela DGEMN. "Das cinco janelas geminadas que ali recebiam a luz exterior restavam apenas alguns destroços", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, *Opus Cit.*, p. 33. Ver também p. 38.

600 "Em qualquer dos lados, nada subsistia dos quatro absidiolos incluídos na traça original. E, participando do infortúnio destes, a nave cruzeira, que excedia com as suas extremidades a linha de limite das fachadas laterais, fora sujeita, por meio de dupla mutilação, ao alinhamento geral. Contudo, ainda foi possível reparar estes danos, porque não só se descobriram, os alicerces das paredes desaparecidas, mas também se encontraram, entre calíça e pedras inúteis, muitos dos elementos de que dependia a honesta reconstituição.", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, *Opus Cit.*, p. 33. Ver também p. 38. O cuidado posto na reconstrução dos espaços em muito se deve à figura do Arq. António Couto que executou o restauro com "enorme escrúpulo (...) e atendeu ao estudo meticoloso das fundações do monumento

possui abobadamento em berço quebrado com arco toral ao centro assente em mísulas [Fig. 140]; nas paredes laterais corre uma cornija idêntica à que se encontra em São Francisco de Santarém. A fresta de iluminação, muito elegante, rasga-se em arco quebrado. O acesso à capela faz-se por meio de arco quebrado assente nas impostas dos pés direitos, sem capitéis, sendo que a imposta externa é continuada na imposta da capela externa. A capela externa é menor que a interna e encontra-se rebaixada face a esta, mas a tipologia em termos de definição do abobadamento, iluminação e arco de entrada é idêntica. O abobadamento de capelas laterais em berço quebrado encontra-se também nas capelas internas de São Domingos de Elvas e em São Francisco de Santarém, surgindo assim como uma opção comum nas cabeceiras mendicantes de cinco capelas. Aparece igualmente na igreja de Santa Maria do Olival e na igreja de Santa Maria de Almoester, podendo remeter para uma influência das igrejas mendicantes sobre estes dois templos.

A capela interna sul estrutura-se da mesma forma que a sua correspondente norte, distinguindo-se apenas pela existência de dois arcos de volta perfeita (um em cada parede) que formam uma pequena "janela" de comunicação com a capela-mor e com a capela externa. A capela externa sul é igualmente idêntica à correspondente norte. Os arcos de comunicação entre as cinco capelas que compõem a cabeceira são de volta perfeita [Fig. 141].

O transepto é bastante destacado, de acordo com o modelo mais comum nas construções mendicantes nacionais. A transição do cruzeiro para os braços do transepto e destes para as naves laterais faz-se por meio de arco quebrado; na zona do cruzeiro este arco assenta em pilares incompletos apoiados em mísulas [Fig. 142]. Os braços do transepto são ligeiramente mais baixos do que a nave central, ao contrário do que se vê em São Francisco onde nave central e transepto se elevam à mesma altura. Outra diferença face à congénere masculina é a ausência de porta no braço sul. A terminação dos braços do transepto é, contudo, também uma reconstituição da DGEMN, uma vez que durante o

---

e à investigação histórica complementar", J. Custódio, "A Igreja do Convento de Santa Clara", in *O Património Monumental de Santarém, Opus Cit.*, 3º vol., p. 69.

período barroco tinham sido encurtados de forma a ficarem alinhados com as paredes das naves<sup>601</sup>.

As arcadas de separação entre as naves são compostas por sete arcos quebrados duplos assentes em pilares quadrangulares (à excepção dos últimos arcos do lado oeste que descarregam apenas em colunas adossadas à parede). O arco interno é de secção recta e descarrega em colunas de capitéis vegetalistas adossadas ao intradorso dos pilares; o ábaco é comum à coluna e pilar. As colunas poissam em base elevada quadrada, que assenta, juntamente com o pilar, numa base comum<sup>602</sup> [Fig. 143]. Os capitéis são maioritariamente vegetalistas<sup>603</sup>, surgindo, no entanto, no segundo tramo do lado sul (a contar de este), capitéis com escudos entre a folhagem [Figs. 144 e 145]<sup>604</sup>.

A cobertura das naves é, segundo as premissas habituais, em madeira - a que se vê actualmente resulta das intervenções da DGEMN.

A iluminação do espaço provém de várias fontes: das janelas abertas nas naves laterais - do lado sul sete janelas de dois lumes em arco quebrado<sup>605</sup> e na parede norte seis janelas em arco de volta perfeita (tipo fresta)<sup>606</sup>; do clerestório da nave central, composto de

---

601 Sobre a reconstituição do espaço pode ler-se o seguinte no Boletim da DGEMN, "Reconstrução das testeiras da nave transversal, incluindo as suas antigas janelas geminadas, em conformidade com os alicerces e demais vestígios encontrados", in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, *Opus Cit.*, p. 38. Ver nota 136, p. 41.

602 Diferenças a nível da observação da pedra levaram F. Teixeira a falar em diferentes estaleiros de obras, com uma primeira oficina a ter levantado os pilares até c/ de 30 ou 50 cm de altura, sendo depois as obras interrompidas; ver *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 263.

603 I. Corte-Real cit. por F. Teixeira divide os capitéis em três grupos vegetalistas – capitéis de *crochet*, capitéis com folhas largas e capitéis com dupla folhagem ou folhagem e flores-de-lis, remetendo para uma só oficina, provavelmente do final do século XIII; ver *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 265.

604 Têm sido propostas hipóteses de representação das armas de D. Afonso III, D. Dinis, D. Leonor Afonso e de Portugal. Sobre o assunto ver a síntese apresentada por F. Teixeira in *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, pp. 265 a 269. J. Custódio, "A Igreja do Convento de Santa Clara", in *O Património Monumental de Santarém*, *Opus Cit.*, 3º vol., p. 68 afirma também existirem brasões com a heráldica da Rainha D. Isabel.

605 As quais se encontravam entaipadas antes da intervenção da DGEMN. No boletim pode ler-se "Desentapamento e reparação das janelas geminadas da nave do Sul", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, *Opus Cit.*, p. 39.

606 Estas frestas haviam sido profundamente danificadas aquando das intervenções barrocas e foram refeitas pela DGEMN – "Reposição das frestas da nave do Norte, nos respectivos lugares, onde ainda se encontraram

ambos os lados por seis janelas em arco abatido dentro do qual se abrem duas janelas em arco quebrado, num modelo idêntico ao que encontramos em São Francisco - sendo ainda de referir que, tal como em São Francisco, o clerestório e as janelas das naves se encontram desacertadas; estas janelas encontram-se no eixo dos pilares o que testemunha que a cobertura de madeira estava prevista desde o início; das janelas do transepto – uma janela em cada braço, aberta com arco quebrado de dois lumes com óculo quadrilobado idêntica às janelas da capela-mor; das frestas da capela-mor e óculo aberto à entrada da mesma; e ainda da rosácea da fachada poente. A multiplicidade dos modelos das aberturas coloca algumas questões (que permanecem sem resposta) no que respeita à sua data de execução. Contudo, essa multiplicação das fontes de iluminação do espaço confirma a preocupação mendicante por um espaço iluminado [Figs. 146 e 147].

A fachada oeste ostenta uma divisão tripartida que permite adivinhar a disposição interna, com o corpo central mais elevado terminando em frontão triangular e os corpos laterais, rebaixados e rematados em empena oblíqua. A separação entre os corpos é sublinhada por contrafortes, cuja parte superior é escalonada e que ultrapassam a altura interna das naves laterais. Ao centro abre-se a grande rosácea, composta por um motivo central rendilhado do qual partem finos colunelos que formam arcos trilobados<sup>607</sup>; a arquivolta externa é formada por uma bordadura de pérolas. Sobre a rosácea abre-se uma pequena moldura rectangular com o escudo real [Fig. 148]<sup>608</sup>. No extremo sul da fachada ergue-se o maciço da torre sineira, à qual se acede internamente. Na fachada norte abre-se actualmente o portal de acesso ao interior do templo, executado no século XVII<sup>609</sup>, e na fachada sul rasga-se o portal de acesso ao antigo espaço do claustro, de feição rectangular e pós-medieval. Nos panos exteriores da capela-mor encontramos contrafortes escalonados

---

numerosos e bem visíveis vestígios.", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N° 30-31, *Opus Cit.*, p. 39.

607 Esta rosácea encontrava-se coberta por uma camada de entulho e foi desentapada pelos Monumentos Nacionais. Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N° 30-31, *Opus Cit.*, pp. 34 e 38.

608 Ver, sobre este escudo, a análise de C. A. Ferreira de Almeida cit. por F. Teixeira in *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 267.

609 Sobre as especificidades das igrejas femininas, nomeadamente a ausência de portal axial, ver F. Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*

entre as janelas. O remate dos beirais na cabeceira, transepto e naves é feito com modilhões pentagonais, num modelo idêntico aos das fachadas de S. João do Alporão [Fig. 137].

Ao longo dos séculos a igreja foi alvo de transformações e acrescentos diversos, que em muito alteraram a traça original, mas que foram, posteriormente, retirados pela DGEMN<sup>610</sup>.

Embora se possa considerar que a Igreja de Santa Clara segue de perto o modelo de São Francisco, devem, no entanto, assinalar-se algumas diferenças, nomeadamente a nível das janelas das colaterais, no que respeita ao comprimento das naves e ainda, relativamente à altura dos braços do transepto<sup>611</sup>. É, contudo, inegável que as duas igrejas possuíam uma unidade muito grande e que a construção feminina procurou repetir o prototipo masculino.

### c) A Igreja de São Domingos de Elvas

Esta igreja foi fundada pelo monarca D. Afonso III, como se infere da menção que lhe é feita no seu testamento de 1271 – *item Fratribus Praedicatorib de Elvis 100 libras, quia ego fundavi Monasterium illud in haereditate mea*<sup>612</sup>. A fundação data de 1267<sup>613</sup> e dever-se-á

---

610 No século XVII revestiram-se as paredes de azulejos, cobriram-se as colunas com pinturas e cobriu-se a capela-mor com caixotões de cantaria; paralelamente colocou-se na nave um extenso coro com cadeiral decorado com pinturas; derrubaram-se ainda alguns arcos medievais para se abrirem janelas no seu lugar e rasga-se também o portal que hoje se vê na fachada norte. . Em 1755, o terramoto atingiu o núcleo conventual causando desabamentos vários em todo o convento. Em 1902 morre a última freira e o convento foi encerrado, seguindo-se um período de tumulto e destruição que resultou no desaparecimento total das construções conventuais em 1906. "Desleixos, incompreensões e fatalidades, foram obliterando e arruinando a clausura, e antes de acabar o primeiro decénio deste século, já dela não existiam senão um amontoado de pedras e umas empenas a desmoronar-se. O claustro do final do século XVI foi das ultimas ruínas a desaparecer", G. Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. III, *Opus Cit.*, p. 79. Na década de 1930 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procedeu à recuperação do monumento, procurando não apenas impedir a sua ruína, mas também restituir-lhe o aspecto medieval, de acordo com a filosofia da época. Desaparecem então as intervenções barrocas e confere-se ao templo o aspecto que hoje apresenta. Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, *Opus Cit.*

611 Esta questão é abordada em pormenor por G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém*, *Opus Cit.*, pp. 63-64. Como se referiu anteriormente em São Francisco os braços do transepto elevam-se à altura da nave principal e estão interligados, encontrando-se em Santa Clara mais elevados do que as naves laterais mas mais baixos do que a nave central (resultando externamente em três níveis de telhado).

612 Cit. in M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 93. Para o excerto do testamento de D. Afonso III relativo aos mendicantes ver Idem, *Ibidem*, p. 93. Para a leitura completa do testamento ver D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra,

ter inspirado no modelo da igreja de S. Domingos de Lisboa (que por sua vez tinha por base a igreja dominicana de Santarém), também fundada por D. Afonso III, em 1249<sup>614</sup> - "*Foi a traça da Igreja a mesma que el-Rei dom Affonso tinha dado na de Lisboa. e não só no talho, mas também na grandeza, e capacidade: com que na verdade ficou descompassada pera hum povo tanto inferior em numero de gente*"<sup>615</sup>. Para além do convento, existiam igualmente uma hospedaria e um hospício (integrado dentro da importância que os mendicantes davam à assistência aos necessitados), demolidos aquando da construção das muralhas seiscentistas da cidade<sup>616</sup>.

A igreja estrutura-se numa planta de três naves com cinco tramos, transepto destacado e cabeceira escalonada com cinco capelas comunicantes entre si [Fig. 149].

Ao contrário do resto do edifício, a cabeceira sobreviveu quase intocada até aos nossos dias. A capela-mor, bastante ampla, termina numa parede poligonal de cinco panos antecedida por um tramo rectangular demarcado do tramo este por meio de um arco toral quebrado [Fig. 150]. O primeiro tramo possui abóbada de cruzamento de ogivas e o segundo uma abóbada polinervada, ambas com nervuras de perfil facetado e chaves com motivos florais. Do arco de entrada à chave da abóbada polinervada corre uma cadeia

---

Atlântida – Livraria Editora, Lda, 1946, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, pp. 69/73.

613 A data é avançada por M. Chicó, in *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, nota 60, p. 104. É também aceite por A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 103, Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 82, J. Rodrigues, *Elvas*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 20, Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I, *Distrito de Portalegre*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 74 e L. Ventura, *D. Afonso III, Opus Cit.*, Cap. IV/ 2 c. *Os cavaleiros e os clérigos do rei*, p. 194.

614 D. Afonso III demonstrou ao longo da sua vida um apreço declarado pelas ordens mendicantes. "É pois natural que os documentos da chancelaria régia (...) revelem a presença assídua de frades menores ou pregadores, ou, através de algumas doações do monarca, denunciem a atenção dada pelo rei a seus conselhos e pedidos. Uns e outros são testemunhos seguros da preferência, da familiaridade, da simpatia e da estima que Afonso tinha para com os Frades Mendicantes, nomeadamente para com os Pregadores. A palavra dos Mendicantes parece ter sido norteadora da acção régia. Que se soube materializar também em muitas fundações mendicantes: São Domingos de Lisboa (1249) e São Domingos de Elvas (1267); São Francisco de Estremoz (1255) e São Francisco de Alenquer; e Santa Clara de Santarém (1259).", L. Ventura, *D. Afonso III, Opus Cit.*, Cap. IV/ 2 c. *Os cavaleiros e os clérigos do rei*, p. 194.

615 Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal*, Lisboa, Typographia Panorama, terceira edição, 1866, p. 30.

616 Ver J. Rodrigues, *Elvas, Opus Cit.*, p. 21.

longitudinal. As nervuras do tramo oeste descarregam nas colunas do arco de entrada e nas colunas do arco toral; estas colunas são facetadas e possuem simples molduras sem capitéis. As nervuras da abóbada polinervada assentam em colunas idênticas. Uma moldura estende-se ao longo da parede unindo as colunas [Fig. 151].

Na capela-mor a iluminação faz-se através de cinco janelas geminadas de dois lumes colocadas uma em cada pano e que ocupam a quase totalidade da parede (ao contrário do que vemos, por exemplo, em Santa Clara de Santarém, onde as janelas apenas ocupam metade da superfície parietal) contribuindo para a verticalização do espaço. São separadas por mainéis e ostentam no topo um pequeno óculo [Fig. 152]. A concepção lumínica do espaço revela aqui um entendimento plenamente gótico. M. Chicó<sup>617</sup> chamou à atenção para os paralelismos entre esta capela-mor e as capelas das igrejas galegas de São Domingos de Pontevedra e de São Francisco de Ourense, nomeadamente devido à verticalidade e equilíbrio de proporções; sublinhe-se, porém, que os pontos de contacto são reduzidos e que as diferenças, inclusive a nível da estruturação das naves, são significativas, não se podendo por isso falar de uma inspiração em modelos galegos<sup>618</sup>. O mesmo autor refere ainda as semelhanças com a desaparecida cabeceira da Sé de Évora, que poderá assim, ter sido influenciada pela cabeceira de S. Domingos de Elvas<sup>619</sup>.

As capelas laterais internas estruturam-se em dois tramos, o primeiro rectangular, e o segundo terminando em abside de três panos. Na capela sul, a iluminação faz-se por meio de uma janela de dois lumes na parede central [Fig. 153]; na capela norte, o processo de iluminação é idêntico, mas a janela é mais ampla; paralelamente os panos laterais são escavados em arco quebrado, não possuindo, porém, frestas sendo meros panos cegos [Fig. 154]. Esta alteração dos panos laterais permite pensar num conceito de iluminação mais elaborado - muito embora apenas pudesse alguma vez ter estado prevista uma janela (a norte), dado que do lado anexo à capela-mor a parede não poderia ser vazada por os

---

617 *A catedral de Évora na Idade Média*, Évora, Edições Nazareth, 1946, pp. 15-16

618 São igrejas de uma só nave (a de São Domingos não sobreviveu até aos nossos dias, mantendo-se apenas a cabeceira). Para além disso, as construções sobreviventes datam do século XIV, (apesar de uma implantação no local ainda do século XIII) o que significa que, a existir influência, teria de ser de Elvas sobre estas igrejas e não o contrário.

619 Esta hipótese foi também defendida por A. Sutton, *Opus Cit.*, pp. 175-180.

espaços não serem separados. Esta é uma situação recorrente na arquitectura gótica portuguesa e que revela uma incapacidade por parte dos arquitectos de solucionarem o problema da ligação entre as capelas da cabeceira<sup>620</sup>.

A cobertura faz-se, em ambas as capelas, no primeiro tramo por meio de abóbada de berço quebrado com cadeia longitudinal até ao arco quebrado que separa os tramos; e, no tramo este, com uma abóbada com duas nervuras que descarregam nas colunas que flanqueiam a janela de topo. Estas nervuras e a cadeia longitudinal são unificadas no arco total por meio de uma pequena chave.

Contrariamente ao que vemos na capela-mor, nas absidiais as nervuras apoiam-se em capitéis de ábaco destacado, com motivos vegetalistas e, em alguns casos, rostos a aparecerem por entre a folhagem. Do ábaco do arco total ao ábaco do arco de entrada corre uma moldura<sup>621</sup>. Uma segunda moldura corre a toda a volta abaixo do nível da janela; as colunas do arco de entrada interrompem-se a esta altura, terminando em mísulas.

As capelas laterais exteriores possuem planta quadrada e são iluminadas por janelas abertas na parede oriental – na capela sul uma janela de dois lumes com um óculo, na capela norte uma lanceta [Figs. 155 e 156]. Apresentam cobertura em abóbada de cruzamento de ogivas assentes em mísulas de ábacos destacados ornamentadas com rostos humanos. As capelas são interligadas por aberturas em arco quebrado, como é comum na arquitectura mendicante portuguesa [Fig. 157]. "A cabeceira de São Domingos, cuja capela-mor é uma das obras-primas da arte gótica em Portugal, é uma cabeceira (...) que vai fazer escola e ser reproduzida mais ou menos fielmente – e até em igrejas de outras ordens – nos monumentos edificados em Portugal desde os últimos decénios do século XIII até aos primeiros do século XV"<sup>622</sup>. Dada a já referida inspiração da igreja de Elvas na dominicana de Lisboa, e desta na igreja de São Domingos de Santarém, temos que atribuir esse papel de

---

620 Esta situação já havia sido sublinhada por A. N. Gusmão, que considera, aliás, ter sido este um "dos combates técnicos mais importantes do gótico entre nós, como o revela um vasto conjunto de construções onde a mesma dificuldade repetiu o recurso.", in *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia da Idade Média)*, *Opus Cit.*, p. 372

621 O perfil dos ábacos e molduras não é igual em ambas as capelas, sendo escavada a norte e estriada a sul.

622 M. T. Chico, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 54.

modelo inspirador à igreja escalabitana, sublinhando novamente a sua importância no panorama nacional.

O transepto, transformado a nível do abobadamento e das arcadas que ligam às naves, seria iluminado, pelo menos a norte, por uma rosácea, da qual ainda hoje se podem ver vestígios [Fig. 158]. Externamente é, actualmente, pouco destacado, devido ao atrofiamento causado pelas construções laterais pós-medievais.

As naves encontram-se bastante modificadas. Estruturam-se em cinco tramos com arcadas de arcos quebrados assentes em pilares com seis colunas. Os arcos são duplos, sendo o arco interno trifacetado, de secção recta [Fig. 159]. Actualmente os capitéis são executados em talha dourada e pertencem à ordem coríntia (os capiteis e as bases dos pilares foram transformados no século XVIII). No transepto norte, porém, é ainda possível ver vestígios dos capitéis medievais, de composição vegetalista, sendo que os das naves deveriam ser idênticos [Figs. 160 e 160 a].

A nave central foi rebaixada e encontra-se hoje ao nível das laterais. Sabemos, no entanto, graças a um desenho (fl. 26) existente no *Livro das Fortalezas* de Duarte d' Armas, que se elevava destacadamente acima das laterais [Fig. 161]. Consequentemente, o abobadamento das naves, hoje em abóbadas de canhão, não corresponde à cobertura medieval, que seria, possivelmente, em madeira, segundo as directrizes da Ordem.

A nave central, mais larga do que as laterais, tem a particularidade de ser mais larga no topo este e mais estreita no extremo oeste, situação que não tem repercussões nas naves laterais, cuja largura é idêntica nos dois extremos (verificando-se, assim, um afinilamento geral de este para oeste). Esta irregularidade métrica no traçado da planta é pouco comum, embora não seja caso único. Encontram-se exemplos semelhantes de irregularidades no traçado fora de Portugal, por exemplo, na Catedral de Poitiers (1162 / fim do séc. XII – início do séc. XIII), em San Pedro de Nora (séc. IX), nas Astúrias ou em San Pedro de Roda (1022), em Gerona. E, no nosso território, em Santa Clara-a-Velha, embora com pequenas diferenças, uma vez que aí as naves laterais também possuem um traçado irregular. A explicação, mais do que devida a uma incapacidade técnica do arquitecto, pode

ter a ver com a intenção de criar alguma ilusão de grandeza<sup>623</sup> ou com a procura de um significado simbólico<sup>624</sup>.

A iluminação faz-se actualmente através de janelas rectangulares abertas nas naves laterais, não existindo qualquer fonte de iluminação na nave central. Desconhece-se a forma das janelas medievais e a multiplicidade de soluções encontrada nos exemplos sobreviventes noutras construções não nos permite avançar com uma resposta segura. Contudo, a vista da igreja que aparece na obra de Duarte d'Armas (fl. 26) mostra-nos um clerestório em arco de volta perfeita na nave central e uma janela de perfil idêntico na fachada lateral; este perfil poderá corresponder à solução medieval ou poderá ser uma simplificação do arco quebrado feita por Duarte d'Armas aquando da execução do desenho.

A fachada ocidental foi completamente transformada, tendo a primitiva fachada sido demolida por D. João III em 1553, para depois ser novamente substituída no século XVII, mantendo-se esta última até aos nossos dias. Conhece-se, porém, a sua forma original, de novo graças ao citado desenho existente no *Livro das Fortalezas* de Duarte d' Armas, no qual se vê uma disposição idêntica à das fachadas das igrejas mendicantes a nível da organização dos volumes. O corpo central, mais elevado do que os laterais, possuía rosácea e portal. O trabalho decorativo deste portal era, possivelmente, o resultado de uma intervenção posterior à construção do mesmo, uma vez que se abria em arco contracurvado de decoração flamejante, eventualmente inspirado na Igreja da Graça de Santarém<sup>625</sup>. As naves laterais não possuíam, aparentemente, qualquer abertura [Fig. 161].

---

623 J.J. Martín González considera que sempre que as "deformações" são regulares há "muitas probabilidades de tal corresponder à vontade criadora do homem", in *Iglesias Inclinadas de Galicia*, Madrid, 1964, p. 55, cit. por Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, Trabalho de Síntese a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da Disciplina de História da Arte, como prova de Capacidade Científica, Coimbra, 1988, p. 36.

624 P. Macedo, ao analisar a igreja de Santa Clara-a-Velha remete para vários estudos espanhóis que procuram encontrar um significado simbólico neste tipo de irregularidade. *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 36.

625 Esta inspiração já foi sugerida por A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 107.

A cabeceira possui contrafortes em degrau na zona da capela-mor e capelas internas e apresenta gárgulas e modilhões de feição arcaizante, com rostos distorcidos e seres híbridos pouco comuns nas igrejas mendicantes góticas até agora analisadas [Fig. 162].

O desenvolvimento do transepto (a que as igrejas deste sub-capítulo estão subordinadas) é uma característica aparentemente herdada da arquitectura cisterciense<sup>626</sup>, que se mantém na arquitectura mendicante em alguns territórios. Em Itália será um modelo comum - vejam-se os casos de São Francisco e Santa Clara de Assis ou de Santa Maria Novella em Florença. Não pode, contudo, ser considerado uma característica fundamental da arte mendicante em geral, uma vez que tende claramente a desaparecer em certos territórios, como na Alemanha - Sankt Paul de Esslingen e a igreja dominicana de Regensburg, são disso testemunho<sup>627</sup>. Em Portugal, embora sendo a tipologia mais comum na arquitectura mendicante medieval, também não chega a impor-se como regra absoluta, surgindo no panorama nacional exemplos de igrejas em que o transepto foi "encurtado" e incluído dentro do perímetro das naves.

#### 3.4.2 Igrejas de Três Naves com Cabeceira Escalonada e Transepto Incluso:

##### a) S. Francisco de Estremoz

A chegada dos franciscanos a Estremoz deverá ter ocorrido em 1239. As datas relativas à fundação da igreja, porém, não são consensuais. Ana Sutton refere um primeiro convento, bastante rudimentar e posteriormente desaparecido, fundado no local de um eremitério doado pelos monges de São Bento de Avis<sup>628</sup>, situando a fundação da igreja, em

---

<sup>626</sup> Este aspecto já tinha sido sublinhado por A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 82.

<sup>627</sup> Mesmo em França encontramos exemplos sem transepto, como se pode ver pela igreja dos jacobinos de Toulouse.

<sup>628</sup> A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 108. A informação é recolhida da obra de Fr. Jerónimo de Belém, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do nosso Seráfico padre S. Francisco*,

data bastante posterior durante o reinado de D. Afonso III, algures entre 1271 e 1279<sup>629</sup>. Já Túlio Espanca remete a fundação da igreja para o ano de 1255, data igualmente avançada por outros autores<sup>630</sup>. Que a igreja foi edificada sob a protecção de D. Beatriz (m. 1304), mulher de D. Afonso III, é algo que parece não oferecer dúvidas, pois as armas da rainha encontram-se na abóbada do cruzeiro. Dado que o monarca havia casado com D. Beatriz em 1253<sup>631</sup>, poderemos afirmar com alguma segurança que a igreja não começou a ser construída antes dessa data<sup>632</sup>. O término da mesma também não é seguro. Túlio Espanca considera que alguns elementos são trecentistas, nomeadamente a abóbada do cruzeiro, e Pedro Dias entende não ser possível esta igreja ser anterior ao claustro de Alcobaça e à igreja de Santa Clara-a-Velha, ambas construções do século XIV, uma vez que o nível de evolução de São Francisco de Estremoz é claramente avançado face a estas duas obras<sup>633</sup>. Anteriormente já Mário Chicó havia mencionado São Francisco de Estremoz como "posterior à morte do Conde de Bolonha"<sup>634</sup>. Não podendo afirmar categoricamente que a obra seja posterior à morte de D. Afonso III, parece-nos, contudo, seguro afirmar que a sua edificação se deu após a elaboração do testamento do monarca, em 1271, uma vez que não

---

*Opus Cit.*, pp. 88-89, onde se lê: " Teve este Convento o seu primeiro principio em huma Ermida de S. Bento, que derao aos nossos primitivos Fundadores os Freires de Aviz, intitulada S. Bento do Matto, respeitando ao sitio, onde ainda hoje se conservaõ dous grandes pinheiros."

629 A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 108. 1271 corresponde ao ano em que o monarca redigiu o seu testamento, no qual deixa somas às construções mendicantes até então edificadas, não sendo S. Francisco de Estremoz mencionado; e 1279 é o ano da morte de D. Afonso III.

630 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Opus Cit.*, p. 112. P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *Opus Cit.*, p. 373. Leontina Ventura, *D. Afonso III, Opus cit.*, cap. IV. *A Corte*, c) *Os cavaleiros e os clérigos do rei*, p. 194. A autora, refere a preferência, simpatia e estima de D. Afonso III para com os Mendicantes, que teve como consequência a fundação de muitas casas, indicando para Estremoz o ano de 1255. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Primeira Parte, Opus Cit.*, Livro IV, Cap. XXI, pp. 441-442, recua a fundação do convento "ao menos, reinando ainda el-Rei D. Sancho II".

631 Esponsórios em 1253 e núpcias em 1258. Ver L. Ventura, *D. Afonso III, Opus Cit.*, cap. III. *O Rei*, 2) *A Reorganização do reino* p. 101 e 3) *A centralização Régia*, p. 117.

632 No entanto, a comunidade conventual já existiria nesta data, uma vez que segundo Fr. Jerónimo de Belém, o cavaleiro Nuno Martins foi sepultado no claustro em 1255. Possivelmente a comunidade habitaria na área desde a chegada, em 1239, mas em instalações provisórias. Ver T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Opus Cit.*, p. 112.

633 *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 85. Segundo o autor, a mesma constatação é válida para São Domingos de Elvas e Santa Clara e São Francisco de Santarém; porém (pelo menos) o início das obras destas três construções pode ser situado com segurança no final do século XIII.

634 *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 94

é mencionada no mesmo (e neste testamento o rei contempla as igrejas mendicantes existentes, sendo ilógico que não contemplasse esta, que ainda por cima teve o apoio da sua mulher). É também seguro afirmar que a construção da igreja terá começado antes de 1304, data em que morre D. Beatriz, sua mecenas. Podemos, portanto balizar o início da construção entre 1271 e 1304, não sendo de excluir a possibilidade da fundação datar ainda do reinado de D. Afonso III (claramente um patrono dos mendicantes), tendo-se as obras prolongado até inícios do século XIV.

A igreja apresenta uma planta de três naves com cinco tramos, transepto incluso e cabeceira com três capelas escalonadas [Fig. 163].

A cabeceira parece ser a parte mais antiga do edifício, o que, aliás, é perfeitamente lógico, uma vez que a construção começaria habitualmente por essa zona. A capela-mor, porém, foi completamente reconstruída em 1623, pelo que a sua análise se torna complexa [Fig. 164].

As capelas laterais apresentavam um tramo rectangular seguido de um tramo terminado em parede de três panos<sup>635</sup> [Figs. 165 e 166], à semelhança do que se verifica nas capelas internas de São Domingos de Elvas. A cobertura destes espaços faz-se, em S. Francisco, por meio de abóbada de cruzamento de ogivas no primeiro tramo; no segundo tramo as abóbadas sofreram intervenções ulteriores, sendo, porém, perceptível que seriam cobertas com abóbada polinervada. Um arco toral assente em mísulas de cestos arredondados faz a separação dos dois tramos. As nervuras são de secção recta e encontram-se unidas por uma cadeia longitudinal com chaves de motivos florais no cruzamento das ogivas [Figs. 167 e 168]. Nas capelas internas de São Domingos, como se viu, encontram-se abóbadas de berço quebrado (esquema também adoptado nas construções escalabitanas), revelando a opção pelas abóbadas de cruzamento de ogivas e polinervada uma solução tecnicamente mais avançada. A forma de iluminação destes espaços permanece por determinar: ambas as capelas sofreram alterações internas e no exterior

---

635 A capela sul, porém, foi truncada, passando a apresentar terminação recta e a capela norte sofreu mutilações nas nervuras da abóbada oriental.

diversas construções foram sendo acopladas à igreja e respectiva cabeceira, o que torna inviável a visualização do espaço das capelas<sup>636</sup> [Fig. 169].

O acesso às capelas faz-se por meio de arcos quebrados duplos com molduras assentes em ábacos, apoiados em capitéis vegetalistas com pinhas e folhagens; o arco interno descarrega numa meia coluna adossada à parede e o arco externo apoia-se num fino colunelo. Este modelo repete-se nos arcos de transição das naves para o transepto e cruzeiro e nas arcadas da nave principal [Fig. 170]. As molduras destes arcos são das mais complexas das construções mendicantes nacionais, com escócias e toros, e, a nível da arquitectura mendicante, só voltarão a ser repetidas na nave da Batalha. O mesmo modelo é visível na Sé de Évora.

A diminuição de cinco capelas para três na zona da cabeceira irá ser uma constante nos edifícios mendicantes posteriores ou contemporâneos de São Francisco de Estremoz<sup>637</sup>, depois das excepções das igrejas franciscana e clarissa de Santarém e da dominicana de Elvas. Será necessário esperar pelos edifícios edificadas já durante a segunda dinastia para se recuperar o modelo das cinco capelas orientais, tal como acontece no Mosteiro da Batalha e na Igreja do Carmo, em Lisboa.

A inclusão do transepto é uma situação pontual, que apenas encontrará repetição na igreja de Santa Clara-a-Velha<sup>638</sup>, e que poderá ter a ver com a cobertura do espaço, feita por meio de abóbada de cruzamento de ogivas (no cruzeiro e nos dois braços inclusos), ao invés da habitual cobertura de madeira característica das construções mendicantes [Fig. 171]. A razão que levou os franciscanos de Estremoz a optarem por uma solução menos austera e despojada do que o habitual não é suficientemente clara. A. Sutton<sup>639</sup> refere uma possível influência de Alcobaça e da arte cisterciense, bem como o facto de as igrejas mendicantes do final do século XIII e do século XIV se mostrarem mais autónomas entre si, no que respeita a determinados pormenores. Mas o abobadar do espaço do transepto não é um

---

636 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 123, refere a existência de "fresta axial obstruída", possivelmente perceptível em 1975.

637 Como se irá também ver pelos casos de São Domingos de Guimarães e São Francisco do Porto.

638 Sendo que as igrejas franciscanas de nave única de Leiria e Bragança também não possuíam transepto.

639 *Opus Cit.*, p. 112.

pequeno pormenor e ia contra as premissas da ordem o que levanta problemas de natureza ideológica. A explicação não é, portanto, evidente. Uma razão poderá ter a ver com fundos mecenáticos. Na abóbada encontram-se as armas do monarca D. Afonso III e da sua mulher D. Beatriz, e a protecção e financiamento da rainha, bem como o gosto em ver as suas armas no espaço da igreja, podem justificar esta opção. A importância dos patrocínios dos fundadores e a possibilidade da sua acção interferir no despojamento das construções, foi já assinalada por F. Pato Macedo que refere que esta situação faz "pender o binómio pobreza/riqueza em favor da última, o que iria reflectir-se numa maior amplitude e complexidade de programas e enfatizar a decoração."<sup>640</sup>

As abóbadas do transepto, de cruzamento de ogivas, apresentam nervuras de perfil recto (de acordo com o modelo mais comum nas igrejas mendicantes), assentes em mísulas triangulares, sem continuação em colunas. Os tramos do cruzeiro e braços inclusos são separados por arcos torais quebrados. As mísulas são ornamentadas com rostos humanos. A chave do cruzeiro ostenta o escudo com as armas de Portugal, a chave do braço sul as armas de D. Beatriz e a do braço norte um emblema em forma de rodízio, "talvez símbolo dos reais consortes fundadores"<sup>641</sup> [Fig. 172]. As rosáceas que se abriam nos braços do transepto foram destruídas em 1749 para dar lugar a janelas rectangulares.

As naves possuíam originalmente cobertura de madeira, substituída no século XVIII por abóbada de alvenaria, apeada em 1950 pela DGEMN para se repor um travejamento de madeira<sup>642</sup>.

As arcadas estruturam-se em arcos quebrados duplos trabalhados num esquema toro/escócia/toro; os arcos assentam em pilares com colunas adossadas, uma meia-coluna central mais larga e dois colunelos, um de cada lado. Apoiam-se em bases individuais assentes numa base comum. Nas faces voltadas para as naves não há colunas [Fig. 164].

---

640 *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 89.

641 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 118.

642 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 118. Segundo informação retirada da página do monumento no site da DGEMN, entre 1955 e 1957 procedeu-se ao "reparo de coberturas, cintas em betão e tectos em casquinha"; em 1958 consolidaram-se tectos e vigamentos; em 1975 reparou-se a "abóbada do cruzeiro e telhados" e em 1984 reparam-se os "telhados da nave, cruzeiro e capela-mor" - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3833](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3833) consultado a 12/09/2012.

Os capitéis possuem uma decoração vegetalista variada, que inclui representações de palmeiras, enrolamentos de folhas, parras de videira e folhagens diversas; num geral são pouco pormenorizados e possuem uma volumetria pesada, desprovida de delicadeza. Os ábacos são pronunciados, característica comum nos capitéis das igrejas mendicantes [Fig. 173].

A iluminação das naves faz-se através do clerestório da nave principal, formado actualmente por pequenas janelas em arco de volta perfeita<sup>643</sup>, opção distinta das soluções encontradas noutras construções mendicantes (mas que poderá não ter sido a original).

O primeiro tramo oeste é ocupado por um coro, aí colocado no século XVII, mas datado do reinado de D. Fernando (c. 1385) e inicialmente colocado a meio da igreja, à semelhança do que acontecera em São Francisco de Santarém<sup>644</sup> [Fig. 174].

O exterior de São Francisco encontra-se profundamente alterado face ao que deve ter sido o seu aspecto medieval. A fachada principal foi transformada em 1719, data em que se rasgaram as grandes janelas rectangulares, que, naturalmente, destruíram as antigas aberturas<sup>645</sup>, e a partir de 1770 desapareceu o portal. Posteriormente, as fachadas laterais foram ocupadas a sul por construções diversas, tendo o espaço conventual a norte sido transformado num quartel<sup>646</sup>. Também a cabeceira foi abafada pelas construções adjacentes.

---

643 Refeitas pela DGEMN, uma vez que se encontravam danificadas desde a inclusão da abobada de alvenaria no século XVIII.

644 "O coro em que elle [Deus] auia de ser louuado no meio do mesmo templo, onde primeiro esteue, fizeram Alonso Peres, & sua mulher Constança Sanches, em sumptuosa grandeza. E disto dá testemunho hua pedra, que d'aqui se arrancou pera hum arco debaixo do dormitorio, quando se desfez a obra", Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Primeira parte, Opus Cit.*, Livro IV, Cap. XXI, p. 442. Sobre os paralelismos com São Francisco de Santarém escreve G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 107 o seguinte: "a forma das bases e dos pilares mostra bem que se trata de uma imitação de Santarém". A transferência para o extremo oeste, tal como em Santarém, causou algumas transformações neste coro, dificultando a sua análise.

645 T. Espanca *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 116, refere-as como "frestas trecentistas".

646 O convento foi profundamente transformado durante o reinado de D. Manuel, altura de que data o actual claustro (últimos anos do reinado de D. Manuel/inícios de D. João III), que deverá ter vindo substituir um anterior claustro gótico, de que a comunidade medieval forçosamente necessitaria. Nos séculos XVII e XVIII foram levadas a cabo novas intervenções. Em 1834 o convento foi expropriado e alguns anos mais tarde transformado em quartel de Lanceiros nº 1, tendo por fim, em 1874 sido ocupado pelo Regimento de

Segundo A. Sutton, através de uma fotografia “tirada ao nível dos telhados é, contudo, possível discernir que a capela lateral sul possui contrafortes escalonados que terminam numa fina faixa e modilhões do tipo que se encontrou em Santarém”<sup>647</sup>. A tipologia deveria ser idêntica à de São Domingos de Elvas a avaliar pelo tipo de planta interna das capelas laterais; contudo, torna-se impossível afirmá-lo categoricamente [Fig. 169].

As construções mendicantes do século XIII (ou cujo início recua a esta centúria) assumem um papel significativo na análise da arquitectura empreendida por estas ordens. Por um lado, porque se afirmam como uma antevisão do panorama geral da "arquitectura mendicante" gótica: plantas de três naves, com cabeceira escalonada de abside poligonal, transepto por norma destacado (nos quatro casos analisados apenas São Francisco de Estremoz possui transepto incluso), coberturas em madeira à excepção da zona da cabeceira (ressalva novamente para o caso de Estremoz em que o abobadamento se estende ao transepto) e um despojamento decorativo visível na definição das arcadas, simples e sem molduras toreadas (a excepção é mais uma vez a igreja franciscana de Estremoz), dos capitéis e da própria opção pela cobertura em madeira. Por outro lado, porque o modelo mendicante nacional, que transita para o século XIV, fica definido com estas igrejas (ao que tudo indica através da construção dominicana de Santarém), o que naturalmente, lhes confere uma importância acrescida. Paralelamente, a sua (provável) influência em construções como Santa Maria do Olival permite aceitar um ascendente destes templos sobre a arquitectura não mendicante, não apenas no século XIII, mas também ao longo do século XIV, o que vem igualmente reforçar a sua proeminência. Um ponto que também nos parece fundamental tem a ver com as particularidades encontradas em São Francisco de Estremoz, que apesar de manter uma matriz idêntica às restantes construções no que respeita às três naves, cabeceira escalonada e cobertura das naves em madeira, destaca-se

---

Cavalaria nº 3, que ainda hoje aí se mantém, ocupando a parte conventual do conjunto. Entre 1879 e 1880 fizeram-se obras nos telhados e abóbadas da igreja e entre 1940 e 1963, com interrupções diversas, a igreja foi alvo de intervenções de restauro e limpeza por parte da DGEMN. Ver T. Espanca *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 112.

<sup>647</sup> A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 110. A mesma constatação é expressa por T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VIII, p. 123.

pelo transepto incluso e abobadado e por uma maior complexidade no perfil de nervuras e arcadas. A intervenção régia nesta igreja e a possibilidade do mecenato real ser responsável por uma maior complexidade nas soluções alcançadas permite extrapolar a hipótese de associar os mecenatos reais (ou mesmo de nobres) a situações de exceção. A análise das construções mendicantes do século XIV procurará esclarecer esta questão de forma mais sólida.

#### 4. A Introdução do Gótico nas Catedrais

"Já não sois hóspedes nem peregrinos, mas sois concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre o alicerce dos Apóstolos e dos Profetas, com Cristo por pedra angular "

Carta aos Efésios, 2, 20

##### 4.1. A Sé Velha de Coimbra: o Claustro e a Torre Lanterna

Em 1080, o bispo D. Paterno [m. 1087] toma a seu cargo a diocese de Coimbra, encontrando a arruinada Igreja de Santa Maria<sup>648</sup> a desempenhar as funções de catedral. Decide, então, juntamente com o governador da cidade, D. Sesnando (governador entre 1064-1091)<sup>649</sup>, restaurar a diocese<sup>650</sup> e instituir na catedral um cabido que passasse a obedecer à regra de Santo Agostinho. Ergue-se então a igreja e “para a formação dos jovens clérigos, fundou [D. Paterno], com o governador Sesnando, a Escola da Catedral que, sob a orientação do arcediogo e, depois, do mestre-escola, perduraria até meados do século XVIII”<sup>651</sup>.

Segundo alguns autores, em 1117, porém, uma invasão árabe deixa a catedral em ruínas, ficando a cidade sem o seu principal edifício religioso e realizando-se o culto

---

648 P. David, *A Sé Velha de Coimbra, Das Origens ao Século XV*, Porto, Portucalense Editora, 1943, p. 16, refere a existência de construções pré-românicas a recuarem até ao século VI, informação que carece de confirmação arqueológica.

649 Sobre esta figura ver Pde. A. Costa, “Sesnando”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 546-547.

650 “Depois da segunda reconquista cristã (1064) o cabido foi reorganizado por D. Paterno (1086) com uma hierarquização interna que se foi tornando cada vez mais perfeita.” António J. Ramos, “Coimbra, Diocese de”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 391.

651 A. J. Ramos, *Ibidem*, p. 387.

litúrgico em várias igrejas menores que haviam sobrevivido aos ataques<sup>652</sup>. Outros autores<sup>653</sup> consideram que a catedral foi demolida entre 1139 e 1142, aparentemente por falta de condições. Independentemente da data da destruição da catedral pré-românica, a reconstrução terá sido implementada a partir de 1162, no bispado de D. Miguel Salomão<sup>654</sup> (bispado 1162/1176, m. 1180), bispo culto e viajado, pertencente à aristocracia e que teve, com toda a probabilidade, grande influência no nível artístico da obra. Cerca de vinte anos mais tarde, em 1184, a Sé abre ao culto. O projecto da Sé de Coimbra poderá ter sido executado por Mestre Roberto, a quem também se atribui a autoria do plano da Sé de Lisboa; mestre Roberto, contudo, vivia em Lisboa e, muito embora se tenha deslocado a Coimbra para fiscalizar o andamento das obras, a direcção local dos trabalhos decorreu sob a orientação de mestre Bernardo (substituído após a sua morte, em 1172, por mestre Soeiro)<sup>655</sup>.

O conjunto da igreja insere-se no estilo românico e o seu estudo extravasa do objectivo deste trabalho; algumas partes da construção, porém, foram já edificadas com

---

652 A. Vasconcellos, *Sé Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua História)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 38. Esta teoria da destruição da catedral devido a invasões árabes não é consensual; L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 223, rejeita a hipótese. Sabemos que, entre 1116 e 1117, Coimbra foi alvo de investidas árabes, mas nada nos permite supor que o núcleo urbano em si tenha sido atingido; pelo contrário, tudo indica que a cidade tenha resistido: “Durante o Verão de 1116 e no ano de 1117, a situação na fronteira meridional complicou-se. Uma invasão almorávida ameaçou gravemente Coimbra. Os habitantes do Castelo de Soure, que defendia a cidade pelo sul, temendo não poderem resistir, abandonaram o lugar, depois de o incendiarem. Os Mouros tomaram Miranda do Corvo e, a 7 de Junho de 1116, o Castelo de Santa Eulália, a jusante de Montemor-o-Velho. Em Fevereiro de 1117, o cardeal Boso referia-se a estes acontecimentos informando os bispos reunidos em Burgos de que os Sarracenos tinham incendiado os arrabaldes de Coimbra e morto milhares de cristãos. A rainha D. Teresa mal tinha tido tempo de se pôr a salvo dentro das muralhas da cidade. O ataque fora dirigido, segundo parece, pelo próprio Ali ben Yusuf, emir de Marrocos. No Verão seguinte o emir voltou ao Ocidente para cercar Coimbra durante três semanas, sem conseguir aí entrar”, J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, p. 49-50.

653 P. David, *A Sé Velha de Coimbra, Das Origens ao Século XV*, *Opus Cit.*, p. 54, e L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 223.

654 A implementação da obra neste bispado é apontada por vários autores. A. F. Simões, *Relíquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na Cidade de Coimbra*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870, p. 18, P. Dias, *Coimbra, Arte e História*, Coimbra, Livraria Minerva, 1995 (3ª ed. Revista e aumentada), p. 45, J. Rodrigues, *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, “A Diocese de Coimbra”, p. 255 e C.A. F. Almeida, “Geografia da Arquitectura Românica”, in *Opus Cit.*, p. 117.

655 Sobre a construção românica ver C. A. F. Almeida, “Geografia da Arquitectura Românica”, in *Opus Cit.*, pp. 116/117.

características góticas, justificando-se, deste modo, a sua análise e inserção nos capítulos dedicados à implementação do gótico no nosso território.

### *A Torre Lanterna*

A inclusão desta torre, de características assumidamente góticas, na Sé de Coimbra tem levantado algumas questões, nomeadamente no que respeita à data de execução da mesma, até porque não são conhecidos documentos específicos sobre a sua edificação.

Tudo indica que a construção da torre deva ter ocorrido em paralelo com a construção do claustro. Por um lado, os paralelismos estilísticos, a nível dos capitéis e da introdução da abóbada de cruzamento de ogivas, são evidentes. Por outro, algumas referências documentais parecem apontar nesse sentido. Em Fevereiro de 1218<sup>656</sup>, D. Afonso II entrega ao Prior da Ordem do Hospital, D. Mendo Gonçalves de Cerveira, a título de depositário, dinheiro para a construção do claustro da Sé de Coimbra. E a 15 de Agosto do mesmo ano retira desse montante 3.000 morabitinos, que entrega ao prior do Mosteiro de Santa Cruz, para empregar na construção do claustro ou de outra obra da Sé (“...expendendos in claustro vel in alio opere sedis”<sup>657</sup>), o que, na opinião de A.N. Gonçalves, leva a supor que haveria ainda obras para fazer na Sé (para além do claustro), mas que essas obras não seriam suficientemente significativas para se especificar do que se tratava. Podemos aceitar, e mais uma vez tendo em conta as afinidades estilísticas, que, para além do claustro, se edificava também a torre lanterna.

Posteriormente, a 30 de Março de 1240, D. Sancho II, pressiona o Prior do Hospital para que este entregue a verba que ainda possuía e que “era destinada ‘*ad faciendum opus et claustrum sedes Colimbrie*’ para que agora seja empregada ‘*ad perficiendum et reficiendum dictum opus et claustrum*”<sup>658</sup>. É possível (e lógico) que a *opus* referida seja a torre lanterna<sup>659</sup>.

---

656 Ver H. V. Vilar, *D. Afonso II, Um Rei sem Tempo, Opus Cit.*, Cap. III. *Governar I*, p. 146.

657 Cit. por A. N. Gonçalves, “A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra”, *Sep. Biblos*, vol. X / 1934, Coimbra, Coimbra Editora, 1934, p. 10.

658 Cit. por A. N. Gonçalves, “A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra”, in *Opus Cit.*, p. 10.

659 Esta é também a opinião de P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *Historia da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 354.

Podemos, então, balizar com alguma segurança a sua construção entre 1218 e 1240, sendo que nesta altura já deveria estar terminada, faltando apenas alguns aperfeiçoamentos<sup>660</sup>.

A torre situa-se na zona do cruzeiro, estruturando-se numa planta quadrada que se eleva em três níveis - uma arcada cega, estilisticamente próxima da restante construção, os panos de parede com janelas que constituem a torre propriamente dita, e a cobertura em abóbada de cruzamento de ogivas, de feição já gótica [Fig. 175].

Na arcada cega abrem-se arcos de volta perfeita assentes em capitéis vegetalistas de àbacos destacados, que se apoiam em grossas colunas<sup>661</sup> [Fig. 176].

O registo intermédio, que compõe a torre propriamente dita, possui, em cada um dos quatro lados, uma janela dupla; as janelas encontram-se recuadas e abrem-se em arco de volta perfeita [Fig. 177]; estes arcos prolongam-se até ao balcão, apoiando-se numa coluna central e em duas laterais e inserindo-se no arco de descarga da abóbada, também ele de volta perfeita [Fig. 178]. Entre as paredes em que se abrem as janelas e o balcão corre uma estreita passagem que permite a circulação a toda a volta [Fig. 179]. Observadas do solo as aberturas causam o efeito de janela dupla separada por uma coluna. A. N. Gonçalves<sup>662</sup>

---

660 A disponibilização das verbas destinadas por D. Afonso II, não foi, porém, imediata tendo-se arrastado uma situação de contenda entre rei, bispo e prior do Hospital até meados do século XIII. Estas divergências não terão, contudo, interferido na conclusão do claustro e torre lanterna, sendo as verbas remanescentes aproveitadas para a manutenção dos espaços, o que parece provar que claustro e torre estariam efectivamente concluídos cerca de 1240. P. David, *A Sé Velha de Coimbra, Das Origens ao Século XV, Opus Cit.*, p. 50, situa a conclusão da torre lanterna à roda de 1200; porém, os seus estudos sobre Coimbra foram alvo de diversas críticas, nomeadamente de A. N. Gonçalves, e, em concreto, no que respeita a esta datação carecem de rigor. A atribuição da torre ao século XIII é sustentada, para além de A. N. Gonçalves, por V. Correia no *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p. 11, por S. Dionísio, *Guia de Portugal*, 3º volume, *Beira, I. Beira Litoral*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1993, p. 242, por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 58, por P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *Historia da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, p. 354 e por C.A. Ferreira de Almeida, "Geografia da Arquitectura Românica", in *Opus Cit.*, p. 117.

661 Relativamente a estas arcadas A. Gonçalves, "A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra", in *Opus Cit.*, p. 5, afirma que este espaço "outrora constituía uma galeria, como as que circundam as partes altas dos braços da nave de cruzeiro, e com as quais estava em ligação por intermédio das escadas que delas partem, cavadas na espessura dos muros". As escadas desembocavam na galeria externa da fachada oriental, onde ainda hoje é perceptível uma porta de comunicação.

662 Idem, *Ibidem*, p. 9. No *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 11, e em conjunto com V. Correia, o autor descreve as aberturas como "duas janelas em cada face, que correspondem a uma arcada dupla interior", sendo pois que a modelação interna e externa causa um efeito diferente.

considera, com razão, que este modelo segue ainda o esquema românico de janela dupla, que se encontra também nas janelas superiores do transepto [Fig. 180], existindo, deste modo, uma certa unidade entre alguns elementos construtivos da torre e a tipologia da restante construção.

Verificam-se, no entanto, diferenças estéticas face ao resto da construção, visíveis nos pormenores, nomeadamente na definição dos arcos, que possuem todos molduras, enquanto que nas naves são lisos [Fig. 181]; estas molduras diferem das que se encontram na porta e janela da fachada ocidental, sendo que, alias, os próprios capitéis do registo intermédio (sobreviventes) são distintos, aproximando-se claramente dos que se encontram no claustro<sup>663</sup>. A amplitude das janelas aponta também para um novo conceito de iluminação.

A estrutura da torre é, como anteriormente referido, rematada por uma abóbada de cruzamento de ogivas [Fig. 182]. As nervuras são toreadas e de perfil triangular (igual ao modelo das ogivas do claustro), apoiando-se em mísulas antropomórficas, que representam rostos humanos<sup>664</sup>. Esta figuração de carácter humano pode ser entendida como uma reminiscência de uma estética românica, relacionada com o registo de transição em que esta obra é edificada; no entanto, a manutenção de representações antropomórficas, como por exemplo os evangelistas (sugeridos por Paulo Pereira) irá manter-se ao longo do gótico, como se verá nas esculturas do claustro da Sé de Évora, para citar um exemplo, pelo que a "redução" ao universo românico pode ser redutora.

Sobre a estrutura hoje remanescente erguia-se o coruchéu ou flecha que no século XVIII foi substituído pelo actual zimbório. O modelo do coruchéu original não é conhecido, muito embora uma descrição feita no primeiro quartel do século XVIII e

---

663 A. N. Gonçalves, *A Sé Velha Conimbricense e as Inconsistentes Afirmações Histórico Arqueológicas de M. Pierre David*, Porto, Tipografia Empreza Guedes, 1942, pp. 63-64, considera que o cálice e decoração destes capitéis (torre e claustro) possuem uma decoração 'atrasada', mas "estilisticamente diferenciada do românico". Pensamos que o adjectivo "atrasada" terá aqui a ver com uma certa falta de naturalismo da folhagem e com a forma como esta se encontra ainda muito presa ao cesto.

664 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", *Historia da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 354, sugere a possibilidade de representarem os quatro Evangelistas.

enviada pelo Cabido à Real Academia de História, nos forneça uma informação sumária do mesmo: “Tinha [a igreja] há poucos annos em cima da Capella mor hum corucho de estremada altura, vestido por fora de azulejo branco, e azul, e por dentro tinha três sobrados com janellas em todos para os quatro ventos, porem por se temer alguma ruína que ameaçava o mandou desmanchar o Bispo Dom António de Vasconcellos e Souza e em seu lugar fez no seu tempo hum zimbório ou meya laranja, com sua grade de ferro que o cerca de tôdas as quatro partes à maneira de varanda”<sup>665</sup>. Na opinião de A.N. Gonçalves<sup>666</sup> este *corucho* seria uma pirâmide octogonal, forma necessária devido à localização das escadas, e esta estrutura seria possivelmente de madeira (o que, alias, justifica a sua ruína e necessidade de substituição no século XVIII), existindo nos ângulos formados pelo quadrado da torre duas pirâmides menores, assentes em tambores cilíndricos que cobririam a estrutura das escadas. Estas pirâmides angulares impossibilitariam a colocação de janelas nos panos de parede situados nos ângulos, justificando, assim, a existência de apenas quatro janelas ao invés de oito. A estrutura piramidal do coruchéu é confirmada por uma gravura da cidade de Coimbra, desenhada pelo pintor florentino Baldi e incluída num relato da viagem à Península Ibéria feita pelo Príncipe herdeiro da Toscana, Cosme III, entre 1668 e 1669. Essa gravura mostra a Sé antes das transformações do século XVIII, com o coruchéu piramidal bem visível<sup>667</sup>.

Actualmente, no exterior, a torre assume-se como um paralelepípedo. As janelas são emolduradas por múltiplas arquivoltas, a mais externa decorada com pérolas idênticas às que aparecem nos modilhões da nave de S. João de Alporão. Assentam numa pilastra central emoldurada por dois colunelos com capitéis vegetalistas e imposta comum muito saliente. Lateralmente apoiam-se num fino colunelo com capitel vegetalista e imposta destacada que circunda a estrutura das paredes, formando como que uma moldura decorativa a meio da torre. O topo da torre é rematado por uma moldura idêntica que corre a toda a volta [Figs. 183 e 184]. Do lado este os ângulos terminam em corpos salientes de três faces rectas, que correspondem internamente ao espaço das escadas. Estas escadas

---

665 Cit. por A. N. Gonçalves, “A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra”, in *Opus Cit.*, p. 11.

666 A.N. Gonçalves, *Ibidem*, pp. 9/13.

667 Encontra-se uma reprodução da gravura na obra de A. N. Gonçalves, “A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra”, *Opus Cit.*, p. 18. No século XVIII deram-se as principais transformações da torre lanterna com a alteração do remate superior, através da construção de uma cúpula com lanternim e introdução de pináculos e ameias decorativas.

foram inutilizadas com as reformas de D. Jorge de Almeida, entre o final do século XV e o início do XVI, passando a utilizar-se uma escada exterior, do lado oeste<sup>668</sup>. Externamente, o nível das arcadas cegas só é perceptível a este, rasgando-se aqui uma galeria de seis arcos de volta perfeita abertos sobre a abside [Fig. 185].

A Torre Lanterna da Sé Velha de Coimbra testemunha, a par do claustro, a introdução do gótico nesta cidade, num período em que, apesar do andamento das obras de Alcobaça, o panorama nacional é ainda essencialmente românico. Embora a própria Torre apresente ainda elementos românicos, a definição da sua abóbada de ogivas, o vegetalismo embrionário dos capitéis e o vazamento substancial das janelas de iluminação revelam uma aceitação de valores góticos que se pode considerar precóce em termos nacionais. A sua excução numa urbe e numa sé marcadamente românicas deverá relacionar-se com os trabalhos do claustro, possivelmente associados (como se verá) a um universo estrangeiro ou alcobacense.

### *O Claustro*

O claustro da Sé Velha não foi de imediato construído na sequência da catedral; a reconstrução da catedral havia sido o mais importante, até porque a cidade perdera o seu lugar de culto principal e envolvera gastos e esforços consideráveis; por outro lado, a construção do claustro implicava alguns problemas graves a nível de implantação, o que terá igualmente suscitado discussões que poderão ter atrasado a sua edificação. Contudo, a ausência de um claustro "quer pelo seu simbolismo e maior dignidade que conferiria ao conjunto arquitectónico, quer fundamentalmente pela sua funcionalidade, deveria ser fortemente sentida pelo cabido"<sup>669</sup>. E, na realidade, a sua construção não estava esquecida e

---

668 Sobre esta escada escreve A. N. Gonçalves o seguinte: "No artigo de que este é uma remodelação deixámos escrito: 'A escada que hoje serve a cúpula é da obra primitiva e devia dar para o interior do coruchéu central, não directamente mas por uma forma aproximada da actual. (...) Hoje, sendo impossível documentarmo-nos cuidadosamente, não nos abalançamos a nenhuma afirmação categórica.", "A Lanterna-Coruchéu da Sé Velha de Coimbra", in *Opus Cit.*, p. 16.

669 F. Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p.71. Sobre este claustro ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV*, *Opus Cit.*, pp. 103/111.

os primeiros monarcas de Portugal preocuparam-se com a sua edificação: D. Afonso Henriques deixou dinheiro para a sua construção e D. Sancho I deixou também, no codicilo do seu testamento, uma importante soma para esse efeito. Será, porém, no reinado de D. Afonso II [1211/1223], como se viu anteriormente, que se irá iniciar a construção, sustentada pelo erário régio.

As obras devem ter começado, portanto, cerca de 1218, mas, apesar do empenho de D. Afonso II, só perto de meados do século terão terminado, muito embora, de acordo com uma carta régia de 1221<sup>670</sup>, se possa concluir que, devido à soma até aí dispendida na edificação do claustro, este deveria estar já bastante avançado.

A sua construção foi, pois, rápida e uniforme, situação que parece ser confirmada pelo uso das mesmas siglas ao longo de toda a construção<sup>671</sup>. O facto de ter sido um claustro edificado com dinheiros reais justifica muito possivelmente a excelente qualidade do projecto. O claustro da Sé Velha de Coimbra deve, na realidade, ser entendido como uma das mais notáveis obras do gótico inicial português e, na (justificada) opinião de alguns autores<sup>672</sup>, deverá ser obra de um conjunto de arquitectos e pedreiros provenientes do estrangeiro, uma vez que não há qualquer ligação com a arquitectura coimbrã até então edificada. Pedro Dias<sup>673</sup> coloca a hipótese de o mestre e respectivos pedreiros que aqui trabalharam poderem ser oriundos de Leão ou Castela ou mesmo da Catalunha, dadas as semelhanças estruturais e de sobriedade decorativa, entre este claustro e os claustros cistercienses de Poblet, Santa Creus e Santa Maria de Iranzu<sup>674</sup>. Também Pato Macedo

---

670 Carta de 15 de Novembro de 1221 - o documento encontra-se reproduzido in A. Vasconcellos, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 1, reed. 1993, pp. 447/449; ver também *Ibidem*, p. 71 e, Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.* p. 72.

671 Veja-se Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p.72

672 Veja-se V. Correia e Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p.13 e Pedro Dias, *História da Arte em Portugal*, *Opus Cit.*, vol. 4, p.26

673 *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 58.

674 A abadia de Poblet, na Catalunha foi fundada por Ramon Berenguer IV, Conde de Barcelona e príncipe soberano do Reino de Aragão, que fez uma doação ao abade Sancho de Fontfroide (filiação de Claraval), do *Hortus de Poblet*, em 18 de Janeiro de 1149. A igreja data de 1166/1190, e o claustro foi edificado no início do século XIII, seguindo a traça românica da igreja, mas empregando já nas suas abóbadas o sistema de cruzamento de ogivas. A Abadia Santa Creus, igualmente na Catalunha, foi fundada em 1150/58, por Granselve (também filiação de Claraval); o claustro, porém, é uma construção tardia (1332-1341), de um

associa a esta crasta uma "familiaridade grande com a arquitectura cisterciense", resultante do despojamento, "da falta de um programa iconográfico, de imagens, de adornos" e da preferência pelo abobadamento com cruzamento de ogivas<sup>675</sup>. A sobriedade decorativa do claustro da sé velha e a sua possível relação com a espiritualidade da Ordem de Cister torna-se particularmente credível se tivermos em conta que, no início da década de vinte do século XIII, o estaleiro de Alcobaça já deveria estar avançado e determinadas premissas do gótico e da *estética cisterciense* poderão ter-se feito sentir na Sé Velha de Coimbra. Através de mestres espanhóis oriundos de estaleiros cistercienses ou através do contacto com os mestres que trabalhavam em Alcobaça, a influência de Cister na execução do elegante e sóbrio claustro da Sé Velha parece perfeitamente admissível.

Para além de ser uma obra excepcional, que veio conferir à Sé Velha uma enorme magnificência e grandeza, o claustro era também necessário para as reuniões do cabido e para o funcionamento da Escola da Catedral que funcionaria, muito provavelmente, no claustro, como a grande maioria das escolas catedralícias.

Paralelamente, este claustro foi igualmente um importante espaço de tumulação de bispos, cónegos e também de gente ilustre, tendo parte das suas capelas sido fundada justamente com esse intento. Assim, a mais antiga capela do claustro, a Capela de São Miguel [Fig.186], datável de inícios do século XIII, foi construída para guardar os restos mortais do chanceler Julião Pais [m. 1215], que havia, aliás, incentivado grandemente a construção do claustro - possivelmente pela vontade de aí se fazer sepultar<sup>676</sup>.

---

mestre inglês, pelo que apresenta já algumas soluções mais elaboradas do que as dos Claustros da Sé Velha e de Poblet e não poderá ter sido uma fonte de influência dada a sua cronologia. O Mosteiro de Santa Maria de Iranzu, em Navarra, seria certamente uma comunidade beneditina, tendo em 1176, D. Pedro de Paris ou de Artajona, bispo de Pamplona, aí instalado uma comunidade cisterciense. A igreja é românica e o claustro, que data do final do século XII/ início do XIII, tendo-se prolongado a sua construção até ao século XIV, apresenta características românicas e góticas. Ver sobre a Abadia de Poblet, J. F. Leroux-Dhuys, "Poblet", in *Opus Cit.*, pp. 290/295 e L. D. Montaner, *Poblet*, Barcelona, Edicion Thomas S.A., s.d. Sobre a Abadia de Santa Cruz, J. F. Leroux-Dhuys, "Santa Cruz", *Ibidem*, pp. 324-331. Sobre Iranzu, ver L. M. Lojendio, "Iranzu, Mosteiro Real de Nossa Senhora", in *Navarre Romane*, Yonne, Zodiaque, 1967, pp. 47/48.

675 Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit*, p. 74. O autor afirma mesmo que "o claustro da Sé Velha pode inserir-se, sem dúvida, na primeira fase do gótico internacional divulgado talvez por modelos cistercienses", *Ibidem*, p. 75.

676 Julião Pais foi o último chanceler de D. Afonso Henriques, cargo que ocupou ainda no reinado de D. Sancho I e de D. Afonso II. Na mesma capela encontram-se também as ossadas do seu irmão, Gonçalo Dias [m. 1201], deão da Sé de Coimbra, e em campa rasa jaz o cónego João Gonçalves Chancino, que deixou

Posterior em quase um século à Capela de São Miguel é a Capela de Santa Catarina ou de São Nicolau [Fig.187], fundada, já em inícios de trezentos, pelo cónego Fernando Pires, que aí se fez sepultar e que, de acordo com uma lápide de 1332, colocada na parede em frente à porta, levou também para esta capela as ossadas de seus pais e de seus avós<sup>677</sup>. A Capela de Santa Maria [Fig.188] possui também dois túmulos não identificáveis na parede do fundo, e na Capela de Santa Cecília está sepultado, desde 1285, o deão da Sé de Viseu, Pascácio Godins.

O claustro da Sé Velha, para além das outras funções habituais que aí se desenrolavam, desempenhou, deste modo, um importante papel enquanto espaço funerário (situação, aliás, comum nos espaços claustrais), o que levou ao seu engrandecimento através da construção de capelas com patrocínios privados.

Devido a um acentuado declive no terreno a norte da Igreja, o claustro teve de ser colocado a sul do templo numa zona rochosa, que descia sobre o morro da Alcáçova, tendo sido necessário escavar a rocha para construir as naves este e sul e as suas respectivas capelas.

De planta quadrada, o claustro não fica, porém, encostado à parede Sul da igreja, tocando apenas na parede do transepto e desenvolvendo-se obliquamente a alguma distância da parede [Fig. 189]. Esta rotação do eixo do claustro é bastante invulgar, não se podendo considerar casual, mas sim planeada e derivada de um forte motivo, que a implantação no terreno não parece justificar plenamente. Nogueira Gonçalves considera que esta localização do claustro confirma a diferença de épocas e de arquitectos entre a igreja e o claustro, uma vez que "nunca o arquitecto românico da igreja teria projectado o

---

vários bens a esta capela, designando também três capelães para aí celebrarem diariamente três missas. Através das capelas, o claustro tinha, portanto, também uma intensa actividade litúrgica. As inscrições epigráficas de Julião Pais e Gonçalo Dias foram analisadas por M. Barroca in *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, Tomo I, doc. 277, pp. 681-686 e doc. 253, pp. 621-623.

<sup>677</sup> Fez o cónego, deste modo, panteão familiar da capela que, António Vasconcellos, *A Sé Velha de Coimbra*, *Opus Cit.*, p.143 considera ter sido, um pouco mais tarde, o cemitério privativo das dignidades e cónegos do cabido - para aí foram trasladadas algumas dignidades como o bispo D. Afonso de Castelo Branco, cuja lápide data de 1633, e o Conde D. Sesnando, o atrás referido governador de Coimbra no século XI, mas cujo cenotáfio data já do século XVI. Estas tumulações são, pois, posteriores ao período medieval e, se a capela serviu de cemitério privativo não foi já neste período, mas sim mais tardiamente.

claustro na forma porque ficou<sup>678</sup>. Para preencher o espaço intermédio entre o corpo da igreja e o claustro construiu-se ulteriormente uma sala abobadada.

A passagem da igreja para o claustro faz-se actualmente pela nave sul da Sé, na qual se abre uma porta onde um lanço de escadas dá acesso à galeria oeste do claustro, que se encontra a um nível mais elevado do que a igreja. Porém, até às obras de restauro levadas a cabo no século XX, o acesso da igreja fazia-se através da capela existente na galeria norte [Fig.190] - hoje entaipada<sup>679</sup> e com um retábulo do século XVI - que possuía uma escada de ligação entre a igreja e o claustro. Segundo Pedro Dias, durante o governo da diocese pelo bispo D. Jorge de Almeida [1483/1543] "no seguimento da Porta Especiosa e na parede fronteira do flanco direito da igreja abriu-se (...) uma porta de comunicação com o claustro"<sup>680</sup>. Contudo, é possível que mesmo antes do século XVI tenha existido aí uma abertura de menor aparato que fizesse a comunicação entre a igreja e o claustro durante o período medieval.

O claustro é composto por um só piso, com cinco tramos em cada galeria, sendo os tramos dos ângulos comuns às naves contíguas; o abobadamento [Figs. 191 e 192] faz-se com abóbada de cruzamento de ogivas e arcos torais, quebrados; estes não estão, no entanto, colocados à mesma altura, o que impossibilita o lançamento de uma cadeia longitudinal a uni-los. As nervuras das abóbadas assentam em colunelos colocados sobre bases largas muito elevadas: são em número de três<sup>681</sup>, no lado da parede, e em número de cinco, no lado das arcadas [Fig. 193], formando nos ângulos, devido à comunhão dos

---

678 *A Sé Velha Conimbricense as Inconsistentes Afirmações Histórico-Arqueológicas de M.Pierre David, Opus Cit.*, p.64

679 "Entaipamento da ligação entre a Igreja e o claustro com levantamento de arcos e degraus e reconstituição das paredes da nave da igreja e do topo da galeria do claustro", in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 109, *Sé Velha de Coimbra*, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro de 1962. No espaço da antiga ligação entre a igreja e o claustro está agora um retábulo de pedra de Ançã, datado de 1559, representando o "Natal do Senhor".

680 Pedro Dias, *A Arquitectura Coimbrã na Transição para Renascença, 1490/1540*, Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo Lda, 1982, p.209.

681 Este modelo de três colunas agrupadas a sustentar as nervuras, volta a surgir no claustro da Sé de Évora. Sobre este claustro ver Parte II, Capítulo 6.

tramos, grupos de sete colunelos; na galeria norte o número de colunelos do lado da parede é irregular.

As arcadas são formadas por arcos quebrados que englobam dois arcos de volta perfeita assentes em colunas duplas e encimados por óculos. Do lado do jardim, os arcos quebrados encontram-se recuados face à superfície da parede, rasgando-se à face, novos arcos quebrados que acompanham o desenho dos anteriores [Fig. 194]. Os arcos são separados por contrafortes, que sustentam a abóbada, e que, nos ângulos, desaparecem, dando lugar a uma união dos arcos que se interrompem a meio, formando uma ligação "harmoniosa do tipo misular que termina na imposta"<sup>682</sup> [Fig. 195]. Esta resolução do problema dos ângulos revela um domínio da pedra e uma qualidade de execução notáveis, sendo um dos aspectos mais interessantes e dignos de nota deste claustro.

As quatro galerias possuem nomes diferentes que lhes foram sendo conferidos consoante as suas funções ou atributos. A galeria norte [Fig.196], também chamada "nave de S. Miguel", recebe esse nome da capela que se abre ao fundo (já na galeria este) com essa invocação; possui esta galeria, logo à entrada (vista de poente para nascente), a já referida capela (quadrada e abobadada), por onde se fazia a comunicação com a igreja<sup>683</sup>. Ao longo da galeria rasgam-se três arco-sólios<sup>684</sup>. Entre os dois primeiros arcos surge uma porta (fechada com uma grade) com um tímpano decorado com uma cruz e folhagem bastante corroídas pelo tempo; a função desta porta é difícil de descortinar, uma vez que dá para o vácuo existente entre a igreja e o claustro; seria, possivelmente, um acesso a zonas privadas do cabido. No último tramo desta galeria rasga-se nova porta com escadas que, segundo António Vasconcellos<sup>685</sup>, ascendiam ao terraço [Fig.197].

---

682 F. Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p.75

683 É-lhe contígua uma casa, hoje sem comunicação com o claustro, feita para preencher o espaço entre a igreja e a crasta.

684 Um deles de pequenas dimensões; o último possui uma campa gravada com dois arcos e as figuras de um homem e de uma mulher - a campa é já do século XV, mas o arcosólio é anterior.

685 *Sé Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua História)*, *Opus Cit.*, p.145

A galeria seguinte (galeria este)<sup>686</sup>, designada como "nave da fonte" [Fig.198] devido a uma fonte de bica hoje inexistente, alberga três capelas: a primeira, a de S. Miguel, abre-se através de um arco de volta inteira e deve ser a construção mais antiga, recuando a sua data até ao século XIII; no seu interior encontram-se quatro arcos que guardam restos mortais de inumações. Segue-se a Capela de Santa Cecília, que se abre através de um arco quebrado simples; aqui funcionou a primeira sede da Misericórdia de Coimbra, que enquanto não tinha casa própria encontrou no claustro da Sé um espaço condigno para levar a cabo as suas funções. No centro da galeria abre-se a Capela de Santa Maria [Fig. 199], em arco de volta inteira, ulterior ao período medieval, ladeada por duas janelas também posteriores (que não são as autênticas, mas sim uma reconstituição hipotética dos restauros do século XX<sup>687</sup>); a capela é abobadada, sendo os seus capitéis decorados com motivos antropomórficos. Não é possível precisar a data exacta de construção desta capela, mas situa-se já num período um pouco posterior à edificação do claustro.

Tal como a anterior, a galeria sul [Fig. 200] encontra-se bastante danificada. Foi chamada a "nave do poço" por causa de uma cisterna nela existente. O claustro tinha também, deste modo, a função de abastecer a catedral de água; função essa que é, aliás, bastante frequente nos claustros, não só nos catedralícios, mas também, e sobretudo, nos monásticos. Na galeria sul abre-se a Capela de Santa Catarina ou de São Nicolau, através de dois arcos quebrados separados por um grosso pilar; data de inícios do século XIV e foi fundada pelo cónego Fernando Pires<sup>688</sup>.

A galeria oeste [Fig. 190] foi designada como "nave do cabido", pois, desde inícios do século XIV, que aí se encontravam estantes do coro e bancos, e que aí se faziam os Ofícios do Capítulo, bem como as leituras do Martirológio e dos Livros dos Aniversários Fúnebres. Processava-se, assim, nesta galeria, uma das mais importantes funções do

---

686 É de salientar que esta galeria se encontra extremamente corroída e estragada devido à humidade e aos efeitos corrosivos do tempo.

687 "(...) foram substituídos os arcos que ambientam a sua entrada, apeada e repostada parte da silharia", in L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 241

688 Ao lado da capela uma pequena porta rectangular (fechada por uma grade de ferro) dá para umas escadas que ascendiam ao piso superior.

claustro: as reuniões do cabido. O facto de o *Livro das Kalendas* informar que as reuniões do cabido se faziam aqui<sup>689</sup>, parece confirmar a inexistência de uma sala do capítulo para tal efeito; de facto, as capelas que se abrem ao longo do claustro parecem ter servido desde o início exclusivamente como capelas, sem mais funções paralelas, excluindo as funerárias. Admite-se que as leituras do capítulo pudessem ter tido lugar na Capela de Santa Maria, que apresenta, aliás, a tipologia cisterciense de sala do capítulo - uma porta em arco ladeada por duas janelas (se bem que qualquer das aberturas se afigure ulterior à construção da própria capela) - mas não há referências a esse respeito e as informações existentes sobre as reuniões do cabido remetem todas para a galeria oeste. Perante estes dados, afigura-se credível que nenhuma das capelas tenha, na realidade, servido para esse efeito. A situação não é, aliás, completamente invulgar: na Catedral de Évora também não existe sala do capítulo<sup>690</sup>.

Ao longo da galeria rasgam-se ainda, na parede, uma janela e uma porta, que dão para uma capela renascentista, bem como (já perto da galeria norte) o arco que actualmente

---

689 "*cui corpus sepultum est in claustro in nave capituli sub campana lapidea posita inter duo scamna in quibus sedent canonici in capitulo*", *Livro das Kalendas*, apud Pato Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p.77. P. Macedo chama, aliás, a esta galeria "nave do capítulo".

690 A sala do capítulo é um espaço próprio dos claustros monásticos onde a sua existência é indispensável. No entanto, a reforma da Igreja levada a cabo no Sínodo de Aix-la-Chapelle, em 816, vai estabelecer normas específicas para a vida comunitária dos cónegos definindo a reunião diária do cabido, para leituras diversas, nomeadamente de certas passagens da Bíblia, das Homilias dos Padres da Igreja e da Regra de Chrodegang. A *Regula Canonicorum* (c.755), mais tarde conhecida como *Regra de Chrodegang*, foi elaborada por Chrodegang de Metz [c.712-766] para os cónegos da sua catedral com o objectivo de estabelecer normas que permitissem uma melhor organização da vida quotidiana do cabido: "Chrodegang não era um teórico, nem era um ideólogo: era, como a maioria dos reformadores carolíngios, um oficial público – neste caso, um bispo – confrontado com uma série de problemas que ele procurou resolver", M. A. Claussen, *The Reform of the Frankish Church: Chrodegang of Metz and the Regula Canonicorum in the Eighth Century*, New York, Cambridge University Press, 2004. Esta *Regra*, elaborada com base nas de São Bento e de Santo Agostinho e, como estas, dividida em capítulos, obrigava a um registo de vida comunitária por parte dos cónegos. A sua extensão a todas as catedrais do Império a partir do Sínodo supra-mencionado terá reflexos na organização da vida do cabido o que, em termos arquitectónicos, se reflecte, como referido, na necessidade de um espaço de reunião para as leituras; deste modo, os claustros catedralícios reproduzem por vezes capelas com o mesmo tipo de disposição e aberturas da sala do capítulo, de forma a que aí se possam reunir os cónegos. No final do século XI / inícios do século XII a *Regra de Chrodegang* começa a ser progressivamente substituída pela *Regra de Santo Agostinho*. Ver sobre estas questões W. Braunfels, *Monasteries of Western Europe*, *Opus Cit.*, p. 19; M. A. Claussen, *Ibidem*, em particular o capítulo 2 dedicado à análise da *Regula Canonicorum*; C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses. Séculos XIII a XV*, *Opus Cit.*, pp. 16 e 38/39. Para o Sínodo de 816 ver C. J. Héféle, *Histoire des Conciles d'après les Documents Originaux*, *Opus Cit.*, vol. V, pp. 201-223.

faz a ligação com a igreja; este arco dá igualmente passagem para uma escada setecentista, que conduz ao piso superior, e para uma porta que abre para a rua.

Os capitéis deste claustro foram, com toda a certeza, executados por diferentes canteiros; nas galerias norte e sul são maioritariamente vegetalistas, embora se verifiquem algumas diferenças a nível de folhagem e do tratamento da cesta, sendo alguns mais arcaizantes e outros mais estilizados [Fig. 201]. Os capitéis mais arcaicos apresentam uma decoração de folhagem inteira que contrasta com outros, onde as folhas são trabalhadas, surgindo recortadas e lobuladas; todos possuem, no entanto, folhas espalmadas que, no geral, formam volutas nas pontas - o tratamento da voluta varia, sendo, em alguns capitéis, composta por três folhas e, noutros, por uma folha pequena ladeada de espirais. Saliente-se que, entre os capitéis vegetalistas, alguns apresentam ainda uma ornamentação enriquecida com fitas e laços [Fig. 202]. Nas galerias este e oeste existem capitéis vegetalistas e animalistas, com aves, animais fantásticos e um excepcional conjunto constituído por siameses com cabeças de felinos e laterais com dragões [Figs.203 e 204]. Embora a construção do claustro da Sé Velha de Coimbra corresponda a uma fase de transição, em que os motivos iconográficos nos capitéis começam aos poucos a ser substituídos por motivos vegetalistas, essa substituição ainda não se verifica aqui em plenitude, surgindo, pois, um número ainda razoável de capitéis figurados<sup>691</sup>. Será necessário esperar por um gótico um pouco mais tardio para que essa substituição se processe de uma forma mais intensa<sup>692</sup>.

Em 1772, o claustro foi cedido à Universidade de Coimbra, o que levou à necessidade de obras para instalação da imprensa universitária, desaparecendo, assim, a construção gótica por detrás de toda uma série de construções setecentistas e de camadas de

---

691 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 58, defende a ideia de terem sido aproveitados alguns canteiros locais, eventualmente provenientes da igreja de S. Tiago, que havia sido terminada recentemente. Já P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *Historia da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 356, considera a existência de duas campanhas "a primeira de formação gótica e já experimentada, a segunda de formação românica". Não nos parece que se trate de diferentes campanhas, mas sim de diferentes grupos de canteiros. P. Dias, *Coimbra, Arte e História, Opus Cit.*, p. 49, sublinha, porém, o "acentuado naturalismo" destes capitéis, próximos do modelo característico de decoração gótica.

692 Note-se, porém, que nunca o imaginário românico desapareceu em absoluto do universo gótico.

cal. Em 1893, a Sé de Coimbra foi alvo de uma campanha de restauro, iniciando-se as intervenções no claustro em 1903, vindo a terminar quinze anos mais tarde, em 1918. O Claustro foi “o elemento do conjunto monumental da Sé que necessitou de uma reconstrução mais radical”<sup>693</sup>. O principal objectivo destas intervenções foi a demolição das construções do século XVIII, de forma a conferir ao claustro o seu aspecto primitivo; mas os estragos causados pela construção dessas estruturas levaram à necessidade de reconstrução de diversos elementos do século XIII. Entre os restauros mais significativos da obra gótica propriamente dita, contam-se o refazer dos óculos das arcadas e a reconstrução da rosácea do arco central da nave sul<sup>694</sup>. Em 1962 conclui-se uma campanha de restauro da DGEMN, que também envolveu intervenções no claustro<sup>695</sup>.

Apesar das reconstruções do século XX, o claustro da Sé Velha, não perdeu a sua importância e significado no panorama histórico-artístico nacional, marcando o início do gótico nos claustros portugueses, criando uma concepção de espaço nova e inaugurando "um tipo lógico e complexo de claustro gótico abobadado (...) que representa já um progresso na arquitectura religiosa do país"<sup>696</sup>.

---

693 L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 240. Sobre o restauro de 1893 ver Idem, *Ibidem*.

694 A galeria norte foi a primeira a ser restaurada e os óculos que aí foram reconstruídos não resultaram de nenhum estudo, como se infere dos apontamentos de António Augusto Gonçalves sobre o assunto, “nas demolições foram encontrados fragmentos dos óculos. Entre elles um ou dois que justificavam perfeitamente o acerto dos que já estavam feitos no lanço norte. Outros vam ser aqui aproveitados”, cit. in L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 369. Nas restantes galerias a reconstrução dos óculos seguiu já os modelos perceptíveis nos fragmentos encontrados nas demolições. Em Dezembro de 1907 concluiu-se o “arco central do claustro, lado sul, com uma bella rosacea, reconstituída com 4 blocos antigos, achados na alvenaria”, António Augusto Gonçalves, cit. in Idem, *Ibidem*, p. 369.

695 Nomeadamente demolição de anexos sobre a parte poente do claustro, restauro e reconstituição de alguns arcos, colunas e óculos, construção do parapeito de cantaria no piso superior do claustro, entaipamento da ligação entre a igreja e o claustro e arranjo da fachada poente do claustro. Ver sobre o assunto o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 109, *Opus Cit.* Ver também nota 679, p. 221.

696 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 148 e 41.

#### 4.2. A Igreja da Sé de Évora

A data de fundação da Catedral de Évora tem sido alvo de debate ao longo das ultimas décadas, não sendo também linear quem foi o bispo responsável por essa fundação. A tradição situa-a em 1186, pouco depois da conquista da cidade aos mouros, atribuindo ao bispo D. Paio o lançamento da primeira pedra, a 24 de Abril desse ano<sup>697</sup>; de acordo com a mesma tradição, em 1204, dá-se a sagração e, cerca de meio século depois, entre 1267 e 1283, a catedral sofre várias renovações. Esta tradição baseia-se em elementos fornecidos pelo *Livro dos Aniversários* de 1470<sup>698</sup>, no qual se refere a data e o nome do bispo, não podendo, contudo, estas informações ser aceites linearmente; por um lado, porque se trata de uma fonte indirecta, e, por outro, porque está provado que algumas informações aí indicadas são falsas (por exemplo, D. Paio é referido como o primeiro bispo de Évora após a reconquista da cidade, quando, na realidade, o primeiro bispo foi D. Soeiro, responsável pela restauração da diocese<sup>699</sup>). Para além disso, nenhum outro documento confirma as informações do códice de 1470<sup>700</sup>.

---

697 Esta datação e atribuição é aceite, entre outros, por C. David, *Évora na História e na Arte, – o templo Romano, a Catedral, a Igreja de S. Francisco e outros Monumentos*, Porto, Editor Marques Abreu, 1952, p. 11; P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, p. 364; e Manuel Fialho, *Évora Gloriosa, Epilogo dos quatro Tomos da Évora Illufrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesu*, Roma, Com todas as Licenças neccessarias, Na Officina Komarekiana. Anno de MDCCXXVIII, p. 214 - “D. Payo, o qual no sexto ano do seo governo aos 24 de Abril lançou a primeyra pedra do edificio da nova Sè no canto, e lugar, em que està o altar do nosso Apostolo S. Mancos. Dezouto annos gastou o Santo Bispo nesta fabrica, que hoje não se faria em noventa, e no dia de S. Mancos. 21 de Mayo de 1204 a dedicou, e consagrou à Maria Santissima com o titulo da Annunciada, ou do Anjo”. A. Costa, in *Dicionário Corográfico de Portugal, Opus Cit.*, vol. VI, p. 461, tem uma posição indefinida, afirmando que “Este templo data de 1186, suppondo alguns auctores que a sua fundação se deve ao bispo D. Paio e afirmando outros que ella é obra do bispo D. Durando.”

698 Sobre a análise deste documento e sobre a data de fundação da catedral em geral ver J. C. Baptista, *A Catedral de Évora, Estudo Histórico*, Separata de *A Cidade de Évora*, nº 57, Évora, Gráfica Eborense, 1974.

699 Segundo J. C. Baptista, *A Catedral de Évora, Estudo Histórico, Opus Cit.*, p. 17, “D. Paio não foi o primeiro bispo da reconquista, mas o terceiro. Quando tomou o governo do episcopado já encontrou uma igreja a servir de catedral”. F. Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 271, designa-o como D. Paio ou D. Pelágio e fá-lo suceder a D. Soeiro I antecedendo D. Soeiro II - “O primeiro bispo foi D. Sueiro, que já como tal assinava em 1166”, Idem, *Ibidem*, vol. I, p. 91.

700 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1966, p. 19, sustenta a hipótese de esta construção de final do século XII ter existido, sendo “uma reconciliação da mesquita árabe”, desaparecida com as obras do século XIII.

Em oposição a esta cronologia e atribuição de fundação, encontra-se uma lápide<sup>701</sup>, actualmente na Capela do Santíssimo Sacramento (também designada do Santo Lenho), segundo a qual a igreja foi edificada pelo bispo D. Durando Pais [1267-1283]<sup>702</sup>, a quem “se deve, certamente, a parte mais importante da construção”<sup>703</sup>. A informação é reforçada pela inscrição existente na tampa do túmulo de D. Durando. Esta atribuição, porém, não é (também) absolutamente linear pois a tradução da lápide é passível de duas leituras distintas, uma que atribui ao bispo a edificação da catedral, e outra apenas a edificação da *capela-mor*. Contudo, a atribuição da iniciativa da construção da Sé de Évora ao bispo D. Durando, conselheiro de D. Afonso III, tem vindo a ser progressivamente aceite pela maioria dos historiadores<sup>704</sup>, até porque mesmo que se aceite a tradução de edificação da *capela-mor*, isso não exclui a possibilidade de D. Durando ter procedido a toda uma renovação, uma vez que as obras começavam por norma pela capela-mor. A sagração desta última dá-se alguns anos mais tarde, em 1308, presidida pelo então bispo de Évora, D. Fernando Martins<sup>705</sup>.

---

701 Sobre a problemática em torno desta lápide ver A. Guerreiro, *A Catedral de Évora, Arte e História*, Évora, Gráfica Eborense, 1982, pp. 5 e 6 e M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, Tomo I, doc. 402, pp. 1037-1042; ver também a análise da inscrição gravada na tampa do túmulo de D. Durando, doc. 401, pp. 1030-1036.

702 “D. Durando, eleito bispo de Évora em 1267, amigo pessoal do rei, comentador de Aristóteles e possivelmente antigo professor da Universidade de Paris, da qual teria sido procurador junto do Papa”, M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 145. Sobre a vida e obra de D. Durando ver M. Amzalak, *D. Durando Pais e o seu comentário ao Tratado “Da Economia” atribuído a Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1955 e M. Barroca in *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, Tomo I, doc. 401, pp. 1030-1036.

703 M. T. Chicó, *A Catedral de Évora na Idade Media*, Évora, Edições Nazareth, 1946, p. 44, nota 8.

704 T. Espanca, “A Vivência Histórico-Artística da Cidade de Évora nos fins do século XV a meados do século XVI”, in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX - 1989, Coimbra, 1989, p. 428. J. C. Baptista, *A Catedral de Évora, Estudo Histórico*, *Opus Cit.*, p. 39, M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 54 e P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 66. Em 1728, Manuel Fialho, *Évora Gloriosa*, *Opus Cit.*, p. 216, embora atribuindo a fundação a D. Paio, considerava já D. Durando responsável pela construção da capela-mor, “(...) porque parecia pequena cabeça para tão agigantado corpo, e limitado Coro para tão numeroso, e Reverendo Cabido; este emendou o famoso Bispo D. Durando I mandando fazer a famosissima Capella mor, que durou até o anno de 1721 em que a Magestade del Rey D. João V à petição do Cabido Sede Vacante mandou fazer a nova em tudo regia, e Pontificia”.

705 Ver sobre a lápide referente à sagração M. Barroca in *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, Tomo II, doc. 513, pp. 1331-1335 e J. Baptista, *A Catedral de Évora, Estudo Histórico*, *Opus Cit.*, cap. IV.

O que nos parece credível e aceitável é que, a seguir à conquista da cidade de Évora, em 1165, a cidade tenha sentido a necessidade de um espaço religioso condigno de uma cidade cristã e que, em 1186, se tenha efectivamente dado início à construção de uma igreja. Dessa construção, porém, nada sobreviveu até aos nossos dias. E a construção que hoje vemos deveu-se, ao que tudo indica, à acção do bispo D. Durando, em finais do século XIII. “A catedral eborense representa um enorme esforço do jovem reino, e a sua excepcional grandeza, comparada com a modéstia que então era habitual fazer, tem de se entender no conjunto de iniciativas régias com vista à fixação de populações e ao desenvolvimento da região do sul do País, num momento em que a expansão interna e a Reconquista tinham atingido o seu limite natural. Nestas circunstâncias, devemos entendê-la como o testemunho da capacidade dos melhores técnicos e artistas portugueses do tempo e como fruto da elaboração dos esquemas vindos de fora e a sua adaptação à realidade nacional. A Catedral de Évora é a primeira grande construção inteiramente portuguesa do período gótico”.<sup>706</sup>

Sabe-se pouco sobre os arquitectos que aí trabalharam, mas conhecem-se os nomes de dois deles, Domingos Pires e Martim Domingues<sup>707</sup>, activos em Évora no final do século XIII e início do século XIV, respectivamente. Os paralelismos com a Sé de Lisboa, a nível das torres, da planta das naves e transepto e ainda em termos de estruturação dos alçados, permitem colocar a hipótese de alguns dos arquitectos que trabalharam em Évora terem vindo da capital.

Um estudo de V. Jorge<sup>708</sup> permitiu estabelecer uma cronologia credível para o desenrolar das obras do actual edifício: entre 1280 e c. 1303 Domingos Pires edificava a cabeceira, transepto e naves até ao segundo tramo (muito embora a nave e o transepto não devessem estar concluídos em altura); desde 1280 e até 1334 ergueu-se o lado sul do edifício (a partir do início do século XIV sob a orientação de Martim Domingues);

---

706 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 68

707 Sobre este arquitecto ver Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos*, vol. I – A/G, Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM, com prefácio de Pedro Dias, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, pp. 290-292.

708 Cit. por P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, p. 364 e por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, pp. 64-65.

paralelamente, entre 1303 e 1334, construía-se o que faltava do lado norte. A definição das bases das torres da fachada deverá ter começado logo em 1280, uma vez que o plano original previa esta estruturação. O portal da fachada e o claustro (bem como a conclusão do braço sul do transepto e a sacristia) resultam do mecenato do bispo D. Pedro II, que governou a sé entre 1322 e 1340.

A catedral de Évora, “é a mais vasta das catedrais portuguesas”<sup>709</sup> e estrutura-se numa planta de três naves, em cruz latina, sendo a nave central mais larga e elevada do que as laterais. As naves são compostas por sete tramos<sup>710</sup> e o transepto por cinco tramos, erguendo-se ao centro, na zona do cruzeiro, a torre lanterna. Apesar da permanência de certas características românicas, é “uma catedral gótica quanto às proporções e quanto ao espaço”<sup>711</sup> [Fig. 205].

A nave central estrutura-se em dois níveis: galeria e arcadas [Fig. 206]. A galeria é composta por conjuntos de cinco arcos quebrados por tramo, abrindo-se sob a abóbada, mas não imediatamente abaixo da mesma, existindo uma superfície significativa de pano de parede entre a abóbada e o rasgamento da galeria [Fig. 207]; esta situação verificara-se já na estruturação do alçado da Sé de Lisboa (ao contrário do que acontece na Sé Velha de Coimbra, em que a galeria é quase tangente à abóbada), denunciando desta forma a absorção dos modelos olisiponenses por parte da Sé de Évora. Estes arcos apoiam-se em colunas de fuste atarracado. As arcadas de transição para as naves laterais, abrem-se também em arco quebrado, embora pouco apontado, descarregando em pilares cruciformes<sup>712</sup> com colunas sobre bases elevadas [Fig. 208], que nos primeiros quatro tramos a contar de oeste assentam em socos de desenho octogonal.

---

709 M. T. Chicó, *A Catedral de Évora na Idade Media, Opus Cit.*, p. 11.

710 Os dois primeiros tramos da nave central encontram-se ocupados pelo Coro, mandado erguer pelo Bispo D. Afonso de Portugal (1485-1522), no início do século XVI.

711 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 150.

712 Este tipo de pilar irá manter-se com frequência na arquitectura portuguesa até ao final do século XIV, aparecendo ainda nas naves do Mosteiro da Batalha.

A cobertura é feita por abóbada de berço quebrado assente em arcos torais que descarregam em capitéis de impostas salientes apoiados numa coluna que se prolonga até ao chão sem qualquer interrupção. As nervuras possuem perfil moldurado, idêntico ao que se encontra no transepto e nas arcadas da igreja [Fig. 209]. A opção por um abobadamento em berço quebrado deverá ter sido de ordem estética, uma vez que à data da execução desta cobertura a abóbada de cruzamento de ogivas já era conhecida em Portugal, como se comprova pelas coberturas da igreja de Alcobaça e das galerias do claustro da Sé Velha em Coimbra. Esta situação verifica-se também em algumas construções mendicantes dos séculos XIII e XIV, como os absidiolos de São Domingos de Elvas e a nave da igreja de Santa Clara-a-Velha. Nas naves laterais a cobertura é em abóbada de aresta à semelhança do que acontece na Sé Velha de Coimbra e na Sé de Lisboa [Fig. 210].

A nave central não possui actualmente iluminação directa, pois entre as janelas e as arcadas da galeria encontra-se uma parede - seguramente pós medieval<sup>713</sup>, uma vez que o vazamento das paredes com as janelas de dois lumes que se vêm no exterior [Fig. 225] teria seguramente a função de contribuir para iluminar o espaço da nave central. A iluminação das naves laterais sofreu algumas transformações ao longo dos séculos, fazendo-se, porém, de origem, através de estreitas frestas de carácter ainda românico.

Os capitéis são diversificados, alternando-se tipologias ainda românicas com motivos vegetalistas de natureza já gótica, onde surgem folhas de videira, cachos de uva, pinhas e *crochets*. A execução, contudo, é pouco elaborada [Fig. 211].

O alçado do transepto apresenta uma divisão em dois andares idêntica à da nave principal, com galeria nos três lados, arcadas abertas para as naves a oeste e capelas absidais a este [Figs. 212 e 213]. Os arcos que dão para as naves, bem como os das capelas externas apresentam molduras toreadas, tal como acontece na nave principal. Os capiteis do trifório apresentam, como no resto da igreja, uma decoração variada, que vai dos motivos vegetalistas às cabeças de animais.

---

713 Actualmente as galerias possuem abóbada de berço, mas deveriam ser, na origem, cobertas de madeira. Ver M. T. Chicó, *A Catedral de Évora na Idade Média, Opus Cit.*, cap. VI., pp. 28-29 e p. 47, nota 27. R. dos Santos, “Sé – Évora”, in *Guia de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 60, refere que “As frestas ogivais dão hoje, não directamente para o trifório, como primitivamente, mas para uma galeria que está separada deste por uma divisória mais moderna”.

No topo de cada braço rasgam-se duas amplas rosáceas de iluminação, que traduzem já claramente uma linguagem conceptual gótica. O modelo decorativo é diferente de um lado e de outro: a rosácea norte é composta por vinte colunelos adossados a dez círculos que desembocam num círculo central polilobado; a do braço sul possui o eixo ligeiramente mais acima, com a moldura a rasar a abóbada e estrutura-se num modelo multinervado de grande beleza e complexidade, que aponta já para uma maturidade do estilo muito significativa<sup>714</sup> [Fig. 214]. O espaço é coberto por abóbada de berço quebrado em ambos os braços, cujos arcos torais, idênticos aos da nave central, assentam em capitéis apoiados em feixes de três colunas que se prolongam ininterruptamente até ao solo<sup>715</sup>.

Ao centro ergue-se a torre lanterna. Assenta em trompas de ângulo antropomórficas, de forma a permitir a adaptação do octógono ao quadrado do cruzeiro, num registo semelhante ao da torre da Sé de Lisboa, à qual deverá ter ido buscar inspiração para a concepção interna. Eleva-se, pois, num tambor octogonal, com janelas em arco perfeito abatido em todas as faces, separadas pelas nervuras da abóbada. A abóbada é suportada por oito nervuras toreadas, semelhantes às que se encontram no claustro da própria catedral [Fig. 215]. Este modelo de nervura deverá ter sido “importado” do claustro da Sé Velha de Coimbra e não do perfil das nervuras da torre da Sé de Lisboa, mais próximas do modelo alcobacense.

A cabeceira, que hoje se encontra profundamente modificada, engloba a capela-mor em abside semi-circular e quatro absidiolos, dois de cada lado, os internos de planta rectangular e os externos, de planta quadrada. Este esquema resulta da construção da nova cabeceira, em 1718, que viria a ser terminada, em 1746, por João Frederico Ludovice<sup>716</sup>. Esta construção significou uma transformação profunda no plano original, mantendo-se

---

714 M. T. Chico, *A Catedral de Évora na Idade Média, Opus Cit.*, p. 18, entende esta rosácea como modelo para as das matrizes da Lourinhã e Alcochete. T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Opus Cit.*, p. 21, considera-as herdeiras das rosáceas da região de Champagne.

715 No transepto abre-se, no braço a norte, a Capela do Esporão (pós-medieval, à qual se acede através de um magnífico arco datado de 1529) e, a sul, a “Porta do Sol”, internamente estruturada numa abertura rectangular.

716 Ver sobre esta capela J. Fernandes Pereira, “A Arquitectura Régia”, in *História da Arte portuguesa*, vol. III, *Do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 54-55.

apenas o perfil dos arcos quebrados das capelas laterais exteriores<sup>717</sup>, formados por dois arcos toreados: o interno assente numa meia coluna embebida na parede e o externo apoiado num colunelo [Figs. 216 e 217]. A tentativa de reconstituição da cabeceira original tem sido alvo de várias análises, nomeadamente por parte de Mário T. Chicó<sup>718</sup> e de Virgolino F. Jorge<sup>719</sup>. Baseando-se na análise do aparelho construtivo externo da zona da cabeceira e na existência de um desenho da cidade de Évora, executado pelo, já referido, italiano Baldi, Chicó considera que a primitiva cabeceira da Sé seria constituída por capela-mor e quatro capelas terminando a igual altura (embora de dimensões diferentes), de acordo com um modelo semelhante ao da Igreja de S. Domingos de Elvas (excepção feita, segundo o autor, para as frestas de iluminação e altura das capelas). Esta é também a opinião de T. Espanca<sup>720</sup>. A confirmar o número de capelas encontra-se uma passagem da visita feita à Sé pelo Cardeal Infante D. Afonso, em Julho de 1537, na qual afirma que “*na dita See ha Cinco Capellas ha a Capella moor que he da invocaçã de nossa Snr<sup>a</sup> da sumpçã...*”<sup>721</sup>. A capela-mor estruturar-se-ia, deste modo, numa abside poligonal antecedida por um tramo rectangular. A iluminação deveria ser semelhante ao modelo encontrado em S. Domingos de Elvas e Santa Clara de Santarém, muito embora não haja qualquer certeza, uma vez que não sobreviveram quaisquer vestígios desta capela. Os absidiolos internos possuiriam terminação poligonal de três panos e um primeiro tramo rectangular; quanto aos absidiolos externos teriam planta quadrada. O mesmo modelo é proposto por Virgolino F. Jorge [Fig.

---

717 “Os primeiros absidiolos só conservam interiormente, do aspecto primitivo, os arcos triunfais, cujo perfil é igual ao dos arcos torais das naves e do transepto. As segundas capelas absidais (...) nenhum elemento conservam da época em que foram construídas, se exceptuarmos as paredes laterais e, talvez, a parede de topo da capela do lado Norte.”, M. T. Chicó, *A Catedral de Évora na Idade Media, Opus Cit.*, p. 13.

718 *A Catedral de Évora na Idade Media, Opus Cit.*, cap. II.

719 *Der dom Von Évora*, Freiburg, 1984, cit. por P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, vol. 1, p. 303.

720 “Esta cabeceira, disposta em cinco capelas interligadas entre si, de arcos quebrados e cobertura de ogivas estreladas, de pedra, infelizmente perdida, foi ponto de partida e de inspiração escolar dos restantes monumentos sacros do Sul, tanto de arquitectura das ordens mendicantes e de frades menores, como da secular e cujos únicos exemplares subsistentes – S. Domingos de Elvas e S. Francisco de Estremoz, embora de três absidiolos – se podem englobar no seu pólo original.”, in *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Opus Cit.*, p. XIII. Note-se, porém, que a influência deverá exercer-se de São Domingos de Elvas sobre a Sé de Évora e não o contrário.

721 Cit. por *A Catedral de Évora na Idade Media, Opus Cit.*, p. 44, nota 11.

205]<sup>722</sup>. A particularidade, citada por M. T. Chico, das capelas laterais se encontrarem a idêntica altura relaciona-se com a estrutura interna das naves e com o facto de toda a construção ser abobadada (contrariamente às igrejas mendicantes que eram maioritariamente cobertas por estruturas de madeira), e transforma a cabeceira da sé de Évora num “tipo intermédio e destinado a desaparecer, logo que as segundas capelas absidais abandonassem a planta quadrangular”<sup>723</sup>.

A fachada ocidental apresenta uma organização em três corpos, central e dois laterais, estes estruturados em torres de planta quadrada. Sublinha-se a originalidade de o portal de acesso ao interior ser recuado, remetendo para uma influência da fachada da Sé de Lisboa, e formando, assim, um espaço de galilé [Figs. 218 e 219].

O corpo central, com a sua galilé abobadada e núcleo escultório composto por estátuas-coluna, integra-se claramente no período gótico, tanto em termos arquitectónicos como em termos escultóricos, inserindo-se numa empreitada encomendada pelo Bispo D. Pedro [1322-1340]. Estrutura-se em dois níveis, o térreo, mais avançado, aberto através de um arco quebrado assente em grupos de três mísulas cónicas [Fig. 220], de grande elegância, encimados por capiteis de *crochet* com ábacos poligonais; e o registo superior, com um terraço e parede de topo formada pelo grande janelão recuado relativamente ao arco quebrado.

A galilé é coberta por abobada de cruzamento de ogivas de perfil triangular [Fig. 221], pertencente já “a uma fase avançada da evolução da arte gótica no país”<sup>724</sup>, com paralelismos evidentes com as abóbadas do Claustro da Sé Velha de Coimbra, onde esta tipologia fora já enunciada. O portal é formado por seis arquivoltas toreadas, assentes em capitéis vegetalistas, com folhagem repartida por três níveis e ábacos salientes; este tipo de decoração pode encontrar-se também em alguns capitéis do claustro. Sob os capitéis aparece o magnífico conjunto de estátuas-colunas com o grupo dos Apóstolos, caso único

---

<sup>722</sup> Ver reconstituição incluída in P. Dias, *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *Opus Cit.*, p. 36 e P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 302.

<sup>723</sup> M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 55.

<sup>724</sup> M. T. Chico, *A Catedral de Évora na Idade Média, Opus Cit.*, cap. VI., p. 26.

no nosso país, inserido dentro de uma tipologia decorativa de portal, que só voltará a encontrar expressão com a definição do portal principal do Mosteiro da Batalha, já no século XV [Figs. 222 e 223]<sup>725</sup>.

O andar superior é formado por um terraço. A parede é ocupada na quase totalidade pelo grande janelão composto por quatro arcos quebrados divididos em dois lumes encimados por pequenos óculos; sobre esses arcos encontra-se um grande óculo desprovido de qualquer decoração. Embora se tenha optado por um janelão ao invés da característica rosácea gótica, a tipologia desta abertura é já indiscutivelmente gótica, sendo que o próprio vazamento da quase totalidade da superfície aponta para um entendimento lumínico associado ao novo estilo. No topo, a parede é coroada por ameias chanfradas [Fig. 224].

A inserção das torres laterais num só estilo torna-se impossível, uma vez que a sua edificação se foi processando ao longo dos anos, reflectindo características de diferentes momentos<sup>726</sup>. Elevam-se bastante acima do corpo central, ambas à mesma altura e, apesar das aberturas, apresentam um aspecto sólido que remete ainda para uma linguagem românica. As janelas geminadas da torre norte, porém, com dois lumes em arco quebrado, denunciam já uma gramática gótica, embora a modelação das três arquivoltas que compõem a janela seja ainda em arco perfeito. A torre norte termina numa estrutura piramidal revestida de azulejos e com ameias chanfradas na base. A torre sul é rematada por uma agulha pouco elevada, rodeada por pináculos, nitidamente inspirada na composição da torre lanterna; na iluminura do foral de Évora<sup>727</sup>, datado do início do século XVI, esta estrutura ainda não existe.

---

725 Sobre este conjunto ver Erede C. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras /Universidade de Lisboa, 1998 e P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, pp. 367-368.

726 "Na segunda metade do século XIV continua-se a construção das torres da fachada ocidental, que ficam praticamente concluídas no final do século XV. Nos séculos XVI e XVII procede-se ao coroamento das torres.", in "Sé de Évora", *Dar Futuro ao Passado*, Catálogo da Exposição patente no Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura / IPPAR, 1993, p. 166.

727 O foral foi concedido por D. Manuel à cidade de Évora em 1501. Este foral é uma obra de excepção e um extraordinário testemunho sobre a cidade de Évora no século XVI. A iluminura que decora a folha de rosto inclui uma vista panorâmica da cidade, da qual sobressai no plano mais elevado a Catedral. Sobre o foral ver Teresa B. Serra, "O Foral Manuelino de Évora e as suas Iluminuras", in *Foral Manuelino de Évora*, Câmara Municipal de Évora / INCM, 2001.

As fachadas laterais, robustas e sólidas, denunciam claramente as origens românicas da catedral. T. Espanca sublinha mesmo as características românicas da fachada norte “O prospecto norte da nave lateral, com as suas frestas esguias e a espessura das paredes e, sobretudo, o corpo principal da torre do mesmo lado, ornada de janelas maineladas ou singelas, decoradas por colunelos atarracados, de volta inteira, denunciam, embora arcaizantes, uma forma construtiva de respeito ao estilo antigo, mas toda a restante estrutura exterior e interior, do pórtico à torre lanterna, das rosáceas transeptais ao trifólio, e dos pilares fasciculados à tipologia capitular, é nitidamente da arte gótica ducentista”<sup>728</sup>.

A fachada sul [Fig. 225] apresenta soluções mais avançadas face à fachada norte, tanto a nível da definição dos contrafortes, terminados em cunha<sup>729</sup>, por oposição aos do lado norte que são cortados obliquamente, como a nível das aberturas, sendo o andar superior já vazado por janelas em arco quebrado com dois lumes encimados por pequeno óculo quadrilobado, numa tipologia nitidamente gótica<sup>730</sup>. Estas janelas, como já mencionado, não iluminam hoje directamente a nave, mas sim as galerias que se encontram separadas do trifólio por uma parede. Nos braços do transepto, como se referiu anteriormente, surgem rosáceas rendilhadas em ambos os lados. Do lado sul, inserida numa galilé, tal como acontece na fachada ocidental, abre-se a *Porta do Sol*, em arco quebrado com três arquivoltas, apoiadas em capitéis vegetalistas, assentes em colunas de base elevada [Fig. 226].

Do lado norte, o braço do transepto foi transformado com a introdução da Capela do Esporão no século XVI. São, contudo, ainda visíveis algumas diferenças face ao lado sul, nomeadamente a nível dos contrafortes de apoio, um deles idêntico aos do lado sul, mas o outro mais largo associado à torre da escada; esta torre remata com uma pequena agulha semelhante à da torre lanterna [Fig. 227].

A catedral é coroada a toda a volta, incluindo os braços do transepto, por ameias chanfradas idênticas às da parede do corpo central da fachada, característica comum a

---

728 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Opus Cit.*, p. XII.

729 Numa tipologia semelhante à que se encontra na Igreja de Leça do Balio. Sobre esta igreja ver II Parte, capítulo 4.

730 No piso térreo mantém-se as frestas, que aqui foram parcialmente sacrificadas pela inclusão do claustro.

muitas outras construções portuguesas medievais, como a Sé de Lisboa, a Sé de Coimbra, Santa Clara de Vila do Conde e as igrejas fortificadas de Terena, Flor da Rosa e Leça do Balio<sup>731</sup>; sob as ameias corre ainda uma cornija trilobada de grande elegância.

A Torre Lanterna que se ergue ao centro do cruzeiro é um dos grandes trunfos desta catedral pela qualidade e originalidade tipológica dentro do panorama nacional [Fig. 228]. É constituída por um tambor octogonal de um só andar, rematado por uma cornija trilobada idêntica à das restantes superfícies da igreja, sendo os ângulos amparados por contrafortes de perfil semelhante aos das naves laterais. Em todas as faces abre-se uma janela em arco quebrado, dividida por um mainel e com um pequeno óculo trilobado. Este tambor é rematado por uma agulha piramidal revestida de escamas imbricadas. Dos ângulos nascem pequenas torres que repetem o modelo da torre de onde emergem: possuem planta octogonal coroada por uma agulha coberta de escamas e são circundadas por pináculos; a cornija destas pequena torres é, no entanto distinta, da que se encontra no resto do edifício, formando uma dupla moldura em triângulo e encontrando paralelismos com a cornija que percorre o claustro.

Se, internamente, esta torre foi buscar inspiração à torre da Sé de Lisboa, exteriormente a fonte de influência mais marcante parece ter sido a torre lanterna da Sé Velha de Salamanca<sup>732</sup>, habitualmente designada como *Torre del Gallo* [Fig. 229]. Muito

---

731 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 113, considera, aliás, que para além das referidas igrejas fortificadas, uma parte significativa das construções medievais portuguesas são fortificadas, independentemente de não possuírem qualquer função militar. “É vasto o numero de igrejas fortificadas que existe em Portugal. A partir do século XII as nossas catedrais são igrejas fortificadas: dão-lhe esse aspecto a solidez dos volumes, as linhas de merlões que lhes dominam as fachadas laterais e a fachada principal, em que as torres têm a robustez – e por vezes as características – das torres de menagem dos castelos da época, apesar das frestas sineiras que se abrem no ultimo andar. São grandes igrejas fortificadas, as catedrais românicas do Porto e de Lisboa, e as catedrais de Évora e de Viseu que, como vimos, se inspiram já nos princípios do novo estilo, sem abandonarem a solidez românica.”

732 M. T. Chico, *A Catedral de Évora na Idade Media, Opus Cit.*, cap. VII, chama a atenção para os paralelismos entre a torre de Salamanca e a da Catedral de Zamora, bem como para o tipo de disposição das torres das igrejas da região de Poitou, em França, que deverão ter influenciado directamente a *torre del gallo* e, indirectamente a torre de Évora. T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Opus Cit.*, p. XIII, remete para as cúpulas da Notre Dame-la-Grande, Abadia de Montierneuf, de Poitiers e Abadia de Saintes e ainda para as agulhas das chaminés de edificios religiosos franceses do Médio Loire até à Beauce, para além da referida *Torre del Gallo*. Reinaldo dos Santos, cit. por M.T. Chicó, in *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, pp. 51/52, refere ainda a importância das chaminés cónicas das cozinhas do século XII da região oeste da França, de que as chaminés do Palácio de Sintra são também, ainda hoje, um testemunho. Na sequência da citação de Reinaldo dos Santos, M. T. Chicó, p. 53, subscreeve a importância da influência da

embora a torre de Salamanca possua ainda uma concepção românica em muitos dos seus elementos (a catedral foi, aliás, sagrada em 1160), a base tipológica é claramente idêntica. A *torre del gallo* é composta por um tambor cilíndrico de dois andares rematado por uma agulha coberta de escamas, surgindo nos ângulos em que se encontram os pilares, pequenas torres que repetem o modelo da torre principal e igualmente rematadas por escamas. As semelhanças construtivas são nítidas, encontrando-se a única diferença significativa no facto de na torre de Salamanca ser o tambor a dominar o conjunto, ao passo que em Évora é a agulha piramidal que se impõe de forma declarada. "Este tipo de cobertura possuía uma grande importância em termos de iconologia da arquitectura por se associar aos edifícios de grande prestígio. Em Portugal, é a primeira e a única do seu tipo"<sup>733</sup>.

A catedral de Évora é um monumento particular no panorama da arquitectura portuguesa, pela diversidade de soluções apresentadas, que se relacionam em grande parte com o facto de estarmos perante uma obra que se enquadra em dois momentos construtivos distintos e cujas influências e paralelismos se encontram em edifícios com características bastante diferenciadas. A estruturação dos alçados revela ainda uma ligação ao românico, aliás, próxima da que se encontra na Sé de Lisboa, talvez a construção que mais influenciou a Sé de Évora<sup>734</sup>. O abobadamento, por sua vez, denuncia já uma solução de transição para o novo estilo. Mas as rosáceas, capitéis e bases dos pilares enquadram-se já claramente no período gótico<sup>735</sup>. Paralelamente, a planta da cabeceira aproximava-se dos modelos góticos de Santa Clara de Santarém e São Domingos de Elvas, registando-se deste modo uma relação entre a Sé de Évora e a arte mendicante.

\* \* \*

---

arte francesa. J. Rodrigues, "A Arquitectura Românica", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 216, aponta também a influência de Salamanca.

733 P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 304.

734 A influência da catedral lisiponense é igualmente visível na definição da planta das naves e transepto, na estruturação da fachada e na concepção interna da torre.

735 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Opus Cit.*, p. XII, cataloga a catedral como pertencente "à nascente arte gótica", considerando que "as raízes, em planta e alçados, seriam românicas, mas os acabamentos, tardios, e a introdução das novas formas arquitectónicas imprimiram à igreja as linhas adoptadas no estilo ogival".

As obras analisadas nesta I Parte marcam o nascimento e implantação do gótico no território nacional. O seu estudo revelou-se fundamental para tentar perceber a forma como este estilo entrou e se desenvolveu em Portugal, bem como para tentar perceber quais as tipologias dominantes no primeiro século da sua existência e quais as diferenças face ao futuro século XIV.

A introdução do gótico no território surge claramente associada à Ordem de Cister, quer por via da Abadia de Alcobaça, quer mesmo através de algumas inovações definidas já em São João de Tarouca. Praticamente em simultâneo com a construção alcobacense vemos surgir no centro do país o estaleiro gótico da Sé Velha de Coimbra, onde o novo estilo aparece também de forma já significativa, com a implantação da abóbada de cruzamento de ogivas e a definição do arco quebrado nas arcadas do claustro.

Estas construções surgem, porém, isoladas no panorama nacional e será preciso esperar pela chegada das ordens mendicantes para assistirmos a uma implantação mais efectiva do *opus novum* no território. A forte aceitação destas ordens, e a expansão das mesmas em Portugal a partir de meados da centúria de duzentos, não poderiam deixar de ter consequências em termos arquitectónicos. Se é excessivo e redutor limitar e reduzir o gótico nacional à acção mendicante, é, contudo, necessário ter em conta que a arquitectura destas ordens - com as possíveis (já analisadas) influências da ordem cisterciense - vai marcar o panorama gótico português. A partir da segunda metade do século XIII, porém, vemos o novo estilo a surgir em construções diversas, não apenas mendicantes, mas também pertencentes às ordens militares e expandindo-se, depois da experiência embrionária de Coimbra, para as catedrais – disso nos dá testemunho a Sé de Évora. Nesse "alastrar" do gótico a arquitectura das ordens mendicantes desempenhou um papel significativo.

Da observação das construções ducentistas em análise, constata-se que, em termos tipológicos sobressaem automaticamente duas estruturas invulgares (curiosamente, ambas associadas a ordens militares): Santa Catarina de Monsaraz e São João do Alporão. A sua originalidade revela a existência de *experimentalismos* já no século XIII e testemunha também a existência de modelos alternativos a uma possível regra.

Excluídos estes dois templos, e tendo em conta o facto de a introdução do gótico em Coimbra estar associado a um claustro e torre, a conclusão prévia que resulta da análise dos doze edifícios desta I parte é que a tipologia mais comum será a de três naves com cabeceira escalonada e transepto destacado – salvaguarda-se a especificidade da cabeceira alcobacense, casa mãe da ordem no território e a excepção do transepto incluso de São Francisco de Estremoz. Contudo, salvaguardas as excepções – que servem para confirmar as regras – a norma no século XIII passa por esta tipologia. A observação dos edifícios do século XIV permitirá confirmar se o panorama se mantém e qual o verdadeiro peso dos *experimentalismos* nessa centúria.

## Parte II:

### O Século XIV: o Tempo dos *Experimentalismos*

#### 1. As Igrejas de Três Naves com Cabeceira Escalonada

*"Non pluribus indigeo, fili,*

*scio Christum pauperem et crucifixum"*

São Francisco, segundo Tommaso da Celano,

*Vita Secunda S. Francisci*, cap. 71

A tipologia de igreja estruturada em três naves com cabeceira composta por capela-mor e capelas laterais (em número variável) escalonadas foi claramente um dos modelos mais difundidos no nosso território durante o período gótico. Apesar de algumas variações significativas, como a existência ou não de transepto e a diferença no desenho da planta das capelas da cabeceira, a tipologia das três naves com cabeceira escalonada prevaleceu no território português e foi, sem dúvida, uma das mais importantes da nossa arquitectura medieval, nomeadamente ao longo dos séculos XIII e XIV.

A abordagem destas construções, embora subordinada a um fio condutor tipológico que remete justamente para a organização da planta segundo este modelo, exige, contudo, uma análise distinta consoante o enquadramento religioso das construções: por outras palavras, dentro do conjunto de igrejas de três naves com cabeceira escalonada e, de acordo com o que já havia sido feito na I Parte, optou-se por fazer um estudo separado das igrejas pertencentes a ordens religiosas (mendicantes e cistercienses), e das igrejas paroquiais. Por um lado, subentende-se, à partida, que as premissas específicas de cada uma das ordens religiosas condicionam a sua arquitectura, imprimindo-lhe características que merecem uma análise conjunta, ainda que subordinada a um enquadramento maior; por outro, é igualmente importante compreender até que ponto igrejas que não são monásticas ou

conventuais se aproximam (ou não) destas e de que forma a arquitectura das diferentes ordens se relaciona entre si.

Desta forma, e tendo em conta estas condicionantes, analisam-se neste capítulo as igrejas de três naves com cabeceira escalonada, pertencentes às ordens mendicantes, as igrejas pertencentes à ordem cisterciense e duas igrejas matrizes – São Clemente de Loulé e Santiago do Cacém<sup>736</sup> -, procurando-se no final concluir quais os pontos de contacto e de separação entre elas.

### 1.1. As igrejas com Transepto Destacado:

#### 1.1.1. As Construções Mendicantes:

As duas igrejas mendicantes – São Domingos de Guimarães e São Francisco do Porto – que aqui se analisam, apresentam uma cronologia tardia (sobretudo a igreja franciscana), correspondente a re-construções das primeiras igrejas, o que as coloca no limite cronológico que nos propusemos abordar, vindo inclusivamente o término das obras a dar-se (no caso da igreja portuense, pelo menos) já para lá desse limite. Por esta razão, hesitámos em incluir as respectivas igrejas nesta tese; considerámos, porém, que, por um lado, o início de ambas se verificava ainda dentro das balizas cronológicas propostas e, por outro, que estas construções eram importantes para o estudo da tipologia de três naves com cabeceira escalonada e para o entendimento do tipo de planta preferencialmente escolhida pelas ordens mendicantes. Estes motivos pareceram-nos suficientemente válidos para justificar, neste contexto, a análise destes edifícios.

---

736 Estas igrejas afirmam-se como uma excepção no universo das igrejas paroquiais, cuja tipologia mais comum passa pela estruturação do espaço em três naves com capela-mor.

a) São Domingos de Guimarães

Em 1270, a câmara da vila de Guimarães convidou os dominicanos para se instalarem na cidade e aí construírem um convento, tendo então sido enviados com esse propósito Frei Álvaro, Prior de São Domingos do Porto e mais três religiosos (de acordo com as, já mencionadas, normas que estipulavam que para cada convento seriam escolhidos três frades para decidirem os assuntos relacionados com a construção).

A construção da igreja começou em 1271, fora dos muros da cidade, podendo ter sido concluída ainda no século XIII<sup>737</sup>. Contudo, durante as lutas entre D. Dinis e o seu filho D. Afonso (futuro Afonso IV), a cidade de Guimarães, fiel ao rei, foi cercada pelas tropas do Infante, que instaladas no topo da igreja dominicana levaram à destruição da mesma<sup>738</sup>. Diz-nos sobre o assunto Frei Luís de Sousa o seguinte: “(...) *por cima da igreja pretenderão os soldados do Príncipe entrar-a [na vila], (...) pelejando de lugar igual, e quasi pé a pé com os de dentro, pola commodidade que lhes dava a vizinhança, e altura da Igreja, e capellas*”<sup>739</sup>.

Nesta sequência, em 1323, D. Dinis ordenou que o convento se mudasse para outro local, escolhido pelo meirinho mor de Entre Douro e Minho, Mem Rodrigues<sup>740</sup>, não tendo a localização da nova casa ficado muito distante da primeira<sup>741</sup>.

A construção, porém, não foi imediata, pois o procurador do concelho embargou a obra, e muito embora D. Afonso IV tenha procurado resolver a contenda, a verdade é que a nova construção só deverá ter começado em 1375. A data de 1397 tem sido avançada<sup>742</sup>

---

737 No *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 108, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas, Junho de 1962, p. 5, é indicado o reinado de D. Afonso III para o término das obras, o que, dada a data de chegada dos dominicanos à cidade em 1270 e consequente posterior começo da construção, nos parece impossível.

738 Sobre a Guerra Civil de 1319-1324, entre D. Dinis e o Infante D. Afonso, ver José A. M. Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 189-200.

739 *Primeira Parte da História de S. Domingos, Particular do Reino e Conquistas de Portugal, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XIV, p. 442.

740 Cfr. *Primeira Parte da História de S. Domingos, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XIV, p. 442. A Igreja de São Francisco teve um percurso idêntico, como se viu na I Parte.

741 Apenas “cento e trinta passos” para poente, segundo Sant'Anna Dionísio, *Guia de Portugal*, 4º volume, *Entre Douro e Minho, II. Minho*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1996, p. 1214 e *Boletim DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*, p. 6.

742 *Boletim DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*, p. 7.

para o término das obras, mas é possível que estas tenham continuado até inícios do século XIV<sup>743</sup>, até porque grande parte da igreja foi financiada pelo arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, amigo e partidário de D. João I, ao lado de quem lutou em Aljubarrota. É provável que o apoio tenha sido pós-batalha (1385) e que o avanço das obras até essa data tivesse sido limitado. Também um fidalgo da região, D. João Afonso de Briteiros, contribuiu para a obra, mandando fazer todo o lanço da parede da igreja do lado da rua e a porta principal, tendo as obras sido concluídas com os bens que ele deixou<sup>744</sup>.

A igreja apresenta três naves, a central mais elevada, compostas por quatro tramos, transepto pouco saliente e cabeceira de três capelas escalonadas [Fig. 230].

A capela-mor foi profundamente transformada em 1744, subsistindo hoje a traça barroca, situação que também se verifica nas capelas laterais. Dada a profundidade das alterações torna-se impossível (pelo menos sem a existência de apoio arqueológico) definir a tipologia da capela-mor e capelas laterais, sendo apenas seguro afirmar que se tratava de um cabeceira com capelas escalonadas [Fig. 231].

Os braços do transepto são pouco destacados (contrastando com outras igrejas mendicantes em que se destacam de forma mais significativa). A transição entre a zona do cruzeiro e os braços do transepto faz-se por meio de arcos diafragmas, não existindo actualmente nenhuma demarcação entre o cruzeiro e a nave central. Nos topos do transepto abrem-se janelas (uma de cada lado) em arco quebrado, de dois lumes de perfil trilobado [Figs. 232 e 233].

As arcadas abrem-se em arcos quebrados duplos, de secção recta, assentes em pilares cruciformes sobre bases poisadas em socos [Fig. 234]; os arcos internos descarregam em colunas com capiteis de grande simplicidade, cesto liso e pequenas "orelhas" na parte superior do cesto, com ábaco toreado no topo. Do lado da nave

---

<sup>743</sup> Esta datação é avançada por P. Dias, *A Arquitectura Gótica, Opus Cit.*, p. 132.

<sup>744</sup> Sobre as acções destes benfeitores ver Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XIV, pp. 442-444.

encontram-se, adossadas aos pilares, colunas que se prolongam até à altura das impostas das arcadas; não possuem capitéis, mas sim molduras toreadas de feição idêntica às impostas das arcadas e ábacos dos capitéis. Estas colunas interrompem-se pouco acima da moldura. A sua existência permite pressupor um projecto de origem que previsse cobertura em pedra, ideia reforçada pela colocação das janelas sobre os arcos e não entre eles (muito embora as janelas tenham sido apeadas e re-colocadas durante as intervenções da DGEMN, a sua localização não deve ter sido alterada). É, no entanto, provável que esse abobadamento nunca tenha sido realizado e que o projecto tenha sido abandonado desde cedo [Fig. 235].

A cobertura das naves faz-se actualmente através de travejamento de madeira resultante de uma campanha de restauro da DGEMN<sup>745</sup> [Fig. 231] na qual se substituiu o abobadamento pós-medieval (em estuque formando uma abóbada de canhão). Esta substituição poderá corresponder ao seu aspecto primitivo, uma vez que, muito embora nesta data as igrejas dominicanas já não fossem obrigadas à cobertura em madeira, tudo indica que uma possível cobertura em pedra nunca tenha sido concretizada. A tendência para o despojamento que se verifica em Portugal, pode ter levado a que se optasse por uma cobertura de madeira ao invés de um abobadamento em pedra ou a alteração no projecto pode ter passado também por questões desconhecidas (como, por exemplo, problemas financeiros).

A transição entre as naves laterais e os braços do transepto faz-se por meio de arcos diafragma [Fig. 235], solução utilizada noutras igrejas mendicantes como, por exemplo, São Francisco de Santarém. Do lado das paredes os arcos descarregam em mísulas de perfil vegetalista, surgindo numa delas um rosto humano; esta ornamentação difere da gramática dos capitéis, absolutamente despojada [Figs. 236 e 237].

A iluminação faz-se através de quatro janelas em arco quebrado, de dois lumes encimados por quadrifólio ao centro, abertas de cada lado das naves laterais; de outras

---

<sup>745</sup> Ver sobre o assunto o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 108, *Opus Cit.*

quatro de feição idêntica rasgadas em ambos os lados da nave central<sup>746</sup>; bem como através das janelas dos braços do transepto e da rosácea da fachada principal [Fig. 238].

A fachada principal apresenta uma estrutura tripartida, com o corpo central mais elevado terminando em frontão triangular e os laterais, rebaixados, em empena oblíqua. O portal central foi substituído, em 1770, pelo actual, de cariz barroco. Mantêm-se, porém, os possantes contrafortes que o ladeavam e que ajudam à demarcação dos corpos da fachada. Sobre o portal subsiste a rosácea gótica, formada por três molduras, as exteriores com ornamentação floral e a interna vegetalista; no centro encontra-se um círculo do qual partem arcos lanceolados que, no seu conjunto, formam um motivo floral [Fig. 239]. Uma descrição do final do século XVII informa-nos que sobre o portal medieval existiria um alpendre, retirado em 1689<sup>747</sup>, o que se enquadra dentro de uma tipologia comum na arquitectura das ordens mendicantes.

A feição e localização do portal da fachada sul resultam da intervenção da DGEMN [Fig. 232]: “A falta dos principais elementos de reconstituição da primitiva porta lateral, que há anos havia sido desmontada, determinou que em sua substituição se aproveitasse o portal setecentista já existente na mesma fachada”<sup>748</sup>.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a igreja de S. Domingos de Guimarães sofreu, como já foi referido, profundas alterações<sup>749</sup>. Já no século XX foi alvo de uma

---

746 Estas frestas foram restauradas em 1962 durante a campanha levada a cabo pela DGEMN. “Apeamento e reconstrução do corpo superior das paredes da nave central, na parte correspondente aos janelões.” Ver *Boletim da DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*, p. 23.

747 “(...) com a porta principal para poente, em que teve antigamente alpendrada, que se tirou em 1689.”, Pe Torcato Peixoto de Azevedo, *Memorias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, cit. in *Boletim da DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*, p. 11.

748 *Boletim da DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*, pp. 25-26.

749 Em 1744, a capela-mor foi transformada, desaparecendo a maior parte da primitiva. Em 1770, por diligências de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, da Casa de Vila Pouca, substituiu-se a porta principal pela obra barroca, que actualmente ainda subsiste. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, a igreja ficou abandonada tendo sido cedida á Ordem Terceira de S. Domingos, por determinação da Rainha D. Maria II, em 24 de Janeiro de 1851. O convento anexo serviu em 1839 de quartel aos oficiais de Infantaria, e, em 25 de Abril de 1842, foi entregue à Câmara, que nele instalou o Tribunal Judicial. Finalmente, em 1874, a Ordem Terceira, e várias outras confrarias, reformaram a igreja, que ameaçava ruína, com pinturas, douramento e

campanha de intervenção levada a cabo pela DGEMN, restaurando-se igualmente a parede sul que se encontrava em ruínas.

Devido a essas alterações, a Igreja de São Domingos de Guimarães levanta alguns problemas que permanecem sem resposta – como a questão da cobertura. No conjunto, porém, e apesar da sua datação tardia, insere-se dentro do "ar de família" que caracteriza as construções mendicantes, patente no despojamento geral e na opção pela tipologia de três naves com cabeceira escalonada.

#### b) São Francisco do Porto

A data de chegada dos franciscanos ao Porto tem sido apresentada, consoante os autores, com cerca de dez anos de diferença, entre 1223 e 1233<sup>750</sup>. A data de início do convento propriamente dito tem também oscilado entre essas mesmas décadas, mas, relativamente à edificação de uma primeira igreja<sup>751</sup>, que posteriormente viria a ser substituída, parece haver um consenso, situando-se o começo da sua construção em 1244.

Esta igreja foi destruída durante o reinado de D. Fernando, dando-se início a uma nova, cerca de 1383 (ainda sob a égide do mesmo rei), mantendo-se as obras até 1410<sup>752</sup>.

---

estuques. Abriu de novo ao culto a 21 de Fevereiro de 1879. Ver sobre o assunto o *Boletim da DGEMN*, nº 108, *Opus Cit.*

750 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 134 e P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 369 aceitam o ano de 1223. A. Sutton, *The Influence of the Mendicant Orders, Opus Cit.*, F. P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 85 e Carlos de Passos, "Egreja de S. Francisco", in *Ilustração Moderna*, ano 1, nº 5, Setembro de 1926, Porto, Marques Abreu Editor, 1926, p. 112 indicam o ano de 1233.

751 F. P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 85, coloca a hipótese de a primitiva igreja ter sido de nave única.

752 Esta datação é apresentada por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 135, A. Sutton, *The Influence of the Mendicant Orders, Opus Cit.*, Carlos de Passos, "Egreja de S. Francisco", *Opus Cit.*, p. 112 e F.P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 85. É também a datação proposta na página da DGEMN sobre esta igreja - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944) (consultada a 20/03/2012). Alguns autores consideram o ano de 1383, como data de conclusão - B. Coutinho, "Arquitectura Militar e Religiosa", in *História da Cidade do Porto*, direcção de Damião Peres e António Cruz, segundo um plano de A. Magalhães de Basto, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1962, p. 505 e M. Monteiro, *Igrejas Medievais do Porto*, Porto, Marques Abreu Editor, 1954, p. 65; esta hipótese parece estar ultrapassada.

A de 7 de Julho de 1383, uma carta de D. Fernando, destina resíduos dos testamentos do Porto ao convento de São Francisco da mesma cidade – "*Sabede que nós fazemos graça e mercê ao Convento do Mosteiro de São Francisco dessa Cidade, de todos os resíduos que ficão e ficarem daqui em diante, dos testamentos dos moradores e vizinhos da dita Cidade, para fazerem deles obras e labores que cumpre fazer no dito mosteiro*"<sup>753</sup>.

Alguns autores<sup>754</sup> defendem que a expressão *obras e labores* parece indiciar não o começo da edificação, mas sim a sua conclusão, teoria que está ultrapassada. A destruição da igreja anterior no reinado de D. Fernando, que durou apenas dezasseis anos, torna difícil a finalização do novo edifício ainda durante o mesmo reinado. A hipótese mais credível é que, à data da morte do monarca, as obras estivessem ainda numa fase inicial<sup>755</sup>.

A igreja de São Francisco do Porto apresenta três naves, com transepto ligeiramente saliente e cabeceira composta por três capelas poligonais, escalonadas [Fig. 240].

A capela-mor é composta por dois tramos, o primeiro rectangular, mais reduzido do que o habitual, e o segundo poligonal, terminando em três panos. O revestimento integral deste espaço com talha dourada inviabiliza uma parte substancial da sua análise, nomeadamente no que respeita à estrutura do arco de entrada, ao perfil das nervuras da abóbada e ao tipo de capitéis e colunas. A iluminação do espaço fazia-se por meio de janelas em arco quebrado com dois lumes, encimados por quadrifólios. Actualmente encontram-se parcialmente tapadas pelo retábulo, mas são ainda perceptíveis do exterior [Fig. 241]. Uma particularidade desta cabeceira é o facto das capelas não serem interligadas, ao contrário do que é habitual na arquitectura das ordens mendicantes.

---

753 Cit. por B. Coutinho, "Arquitectura Militar e Religiosa", in *Opus Cit.*, p. 506. A carta é também referida na página do site da DGEMN sobre a igreja, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944) (consultada a 20/03/2012). Este privilégio foi, aliás, rapidamente abolido por D. Leonor Teles, em 23 de Dezembro do mesmo ano.

754 B. Coutinho, "Arquitectura Militar e Religiosa", in *Opus Cit.*, pp. 505-506 e M. Monteiro, *Igrejas Medievais do Porto*, *Opus Cit.*

755 A referência a "*obras e labores que cumpre fazer no dito mosteiro*", é vaga e poderia remeter para a parte conventual e não para a igreja propriamente dita. Não há, no entanto, referências a obras na parte conventual nesta data, pelo que aceitamos que a menção de D. Fernando diga respeito à igreja.

As capelas laterais apresentam uma planta idêntica à da àbside, encontrando-se o pano oblíquo interior adossado à capela-mor [Figs. 242 e 243]. A iluminação faz-se por meio de elegantes frestas em arco de volta perfeita, de grande simplicidade – duas em cada capela, colocadas nos panos "livres" (sendo o que não possui abertura, naturalmente, o que se encontra adossado à capela-mor). A colocação de retábulos impede a visualização interna destas aberturas, mas, tal como na capela-mor, são observáveis através do exterior. As capelas são cobertas por abóbadas de cruzamento de ogivas com cadeia longitudinal e nervuras de secção recta com chaves ornamentadas com motivos florais [Figs. 244 e 245].

Os arcos de entrada são quebrados, mas foram revestidos de talha dourada e ladeados de altares, encontrando-se, portanto, adulterados face ao seu aspecto primitivo.

A igreja de São Francisco do Porto e a igreja hospitalária de Leça do Bailio têm sido frequentemente comparadas, chamando M. Chicó<sup>756</sup> a atenção para as suas diferenças no que respeita aos arcaísmos ainda sentidos na igreja do Porto, a nível das nervuras das capelas, que em Leça já são molduradas. No entanto, é preciso ter em conta que, ao contrário do que foi escrito por alguns autores<sup>757</sup>, a Igreja de Leça não pode ter ido buscar inspiração à igreja franciscana do Porto, uma vez que lhe é anterior. O que se pode é aceitar que, como afirma A. Sutton, "São Francisco, se desprovida da talha dourada, seria tão austera como todas as outras igrejas mendicantes"<sup>758</sup>, pelo que, alguns pontos de contacto entre Leça do Balio e São Francisco do Porto poderiam também ser estabelecidos com outras igrejas mendicantes.

O transepto, como já referido, é apenas ligeiramente destacado [Fig. 246], sendo este um dos elementos de diferenciação entre esta igreja e a de Leça, uma vez que o de Leça se encontra incluso. Em São Francisco do Porto o transepto eleva-se à altura da nave principal, não havendo demarcação entre a zona do cruzeiro e a nave central. Entre a zona do cruzeiro e os braços do transepto existiria uma demarcação feita através de um arco quebrado (essa demarcação é hoje mais acentuada devido ao lançamento de um arco de

---

<sup>756</sup> A *Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 120.

<sup>757</sup> B. Coutinho, "Arquitectura Militar e Religiosa", in *Opus Cit.* e M. Monteiro, *Igrejas Medievais do Porto*, *Opus Cit.*

<sup>758</sup> A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 199.

volta perfeita pós-medieval). Na passagem dos braços do transepto para as naves laterais a separação do espaço é fortemente acentuada, até pela maior elevação do transepto face aquelas [Fig. 247]. Tanto o lado norte como o lado sul do transepto ostentam alterações face ao aspecto primitivo. No topo norte abre-se um portal pós-medieval e na parte superior encontra-se uma moldura cega, igualmente ulterior; no braço, sul, abre-se a Capela dos Carneiros, fundada, em 1534, por João Carneiro (mestre escola da Sé de Braga) e edificada por Diogo de Castilho. Sobre esta capela, porém, mantém-se um janelão que, embora inserido numa moldura ulterior, pertence ainda ao período de finais do século XIV / inícios do século XV: rasga-se em arco quebrado, com três lumes e um pequeno óculo polilobado por cima, ao centro [Fig. 248].

As naves, de altura desigual, encontram-se separadas por elegantes arcos quebrados, que descarregam em pilares; o intradorso é modelado por um arco de secção recta apoiado em colunas, num modelo comum a outras construções mendicantes (vejam-se os casos de Santarém, Guimarães e Elvas) [Fig. 249].

Os capitéis apresentam motivos diversos que vão das máscaras aos zoomórficos – reconhecendo-se, nestes últimos, quadrúpedes, como burros e leões, com os focinhos a tocarem-se, sistematicamente unidos sob o ângulo do ábaco; vêem-se ainda capitéis vegetalistas, com uma folhagem cuja flora tem sido relacionada com o universo românico<sup>759</sup> [Figs. 250 e 251].

A cobertura original far-se-ia, respeitando as directrizes da ordem, em madeira<sup>760</sup>. Nos séculos XVII e XVIII, porém, toda a igreja foi coberta de talha dourada, o que adulterou em absoluto o entendimento estético do espaço interno medieval, bem como as premissas da Ordem [Fig. 252].

A iluminação do espaço faz-se por meio de um clerestório aberto na nave central, sobre as arcadas, formado por janelas em arco abatido, idênticas às de São Francisco e

---

759 Este é outro ponto de separação entre São Francisco e a igreja de Leça, onde se encontram capitéis com temáticas muito diversificadas, incluindo cenas da *Paixão*.

760 A página da DGEMN sobre o edifício não faz qualquer menção à cobertura da igreja antes do revestimento com talha dourada, limitando a referir a "estrutura da cobertura em madeira (...) [e] sanefas e forro da cobertura em madeira entalhada a dourado." Ver [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3944) (consultada a 20/03/2012).

Santa Clara de Santarém, salvaguardado o facto de as de Santarém possuírem dois lumes<sup>761</sup>. As naves laterais possuíam igualmente janelas, a maioria tapada pela existência de retábulos barrocos; na fachada sul, porém são ainda visíveis duas janelas de grande verticalidade, em arco abatido, com dois lumes em arco quebrado<sup>762</sup> [Figs. 253 e 254]. As janelas das capelas da cabeceira, hoje parcialmente tapadas, permitiriam também uma iluminação profusa do espaço, complementada pelos janelões do transepto. Na fachada principal abre-se, ainda hoje, uma rosácea que contribuiria para a cuidada distribuição da luz.

A fachada principal encontra-se hoje parcialmente encoberta pelo edifício setecentista da Ordem Terceira de São Francisco, sendo apenas visível o corpo correspondente às naves principal e sul [Fig. 255]<sup>763</sup>. O portal medieval desapareceu, mas mantém-se a rosácea que o encimava. Trata-se de uma estrutura muito elaborada, com um óculo central recortado, do qual irradiam colunas que desembocam num conjunto de arcos trilobados [Fig. 256].

Na fachada sul abre-se um portal lateral [Fig. 257] composto por várias arquivoltas inseridas num gablete pontiagudo, que ostenta uma estrela de cinco pontas, motivo habitualmente associado ao *signo-saimão* dos templários e que também aparece na igreja de Santa Maria do Olival, exactamente na mesma zona (embora na fachada principal). A organização do portal franciscano é, aliás, muito semelhante, à que se encontra na igreja templária – desde a utilização do gablete, à colocação do suposto *signo-saimão*, à tipologia das arcadas e à forma como descarregam em colunas com capitéis de cestos esguios e bases elevadas, passando pela utilização de uma decoração com uma sequência de pequenos arcos (que em Tomar se adivinha por entre o estado de degradação da pedra). Este modelo,

---

761 É possível que o clerestório de São Francisco do Porto fosse originalmente também formado por vãos de dois lumes, entretanto retirados.

762 Em qualquer destes três edifícios as janelas poderão ter sido alteradas em data posterior à construção, uma vez que este modelo de janela tende a ser mais comum no final da idade Média.

763 As dependências conventuais encontravam-se a norte, mas desapareceram nas guerras liberais, durante o cerco do Porto, em 1833, altura em que foram incendiadas. Sobre o Cerco do Porto ver A. Martins da Silva, "A Vitória definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional", in *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 1993, pp. 90/1.

no entanto, já fora definido na igreja de São Francisco de Santarém (excepção para o *signo-saimão*), pelo que a sua adopção na igreja do Porto deverá ter como herança a igreja franciscana<sup>764</sup>, mais do que a igreja templária do Olival. Apenas a inclusão do *signo-saimão* na igreja de São Francisco do Porto causa alguma estranheza, devendo talvez ser entendido com uma função apotropaica do espaço<sup>765</sup>.

Na zona da cabeceira, no exterior, o escalonamento é perfeitamente evidente, bem como a existência de contrafortes igualmente escalonados, sendo também visível o cuidado colocado nas aberturas, tanto a nível da distribuição da iluminação como a nível decorativo, com a introdução de esferas a emoldurar os arcos das janelas da capela-mor<sup>766</sup> [Figs. 241 e 258].

\* \* \*

As duas igrejas mendicantes analisadas neste capítulo contam-se entre as que maiores alterações sofreram ao longo dos séculos, com transformações a nível da planta, no caso da cabeceira de São Domingos de Guimarães, ou, a nível ornamental, no caso do revestimento barroco da igreja de São Francisco do Porto, cujo aspecto austero e despojado desapareceu em absoluto.

No entanto, e apesar das transformações, qualquer delas se pode considerar "um exemplar típico das igrejas das ordens mendicantes do gótico médio português, que ainda no século XV, se mantêm, desde o século XIII"<sup>767</sup>. Esta observação de Pedro Dias, embora tendo apenas como objectivo salientar a uniformidade existente na arquitectura destas

---

764 P. Dias, "Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização", in *Opus Cit.*, p. 59 aproxima os portais destas duas igrejas devido à influência mudéjar visível nos arquilhos que ambos ostentam.

765 M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, T. I, p. 1082, refere a presença de uma estrela de cinco pontas na inscrição patente no sino de Almoester, referindo que essa estrela seria justamente um "símbolo apotropaico". A inclusão deste símbolo em São Francisco do Porto deverá assim passar por uma função protectora e não por uma simbologia templária.

766 M. T. Chico remete para as igrejas galelas das ordens mendicantes onde este tipo de decoração também aparece. *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p.120.

767 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 135.

ordens desde o século XIII ao século XV, serve-nos, porém, como ponto de partida para uma ilação mais vasta e que remete para o facto de, no seu conjunto, ao longo do século XIII e XIV, as ordens mendicantes terem eleito um modelo tipológico que passa pelas igrejas de três naves, com cabeceira escalonada (de três ou cinco capelas conforme os casos), transepto tendencialmente destacado, cobertura em madeira nas naves e transepto e ausência de decoração, sendo o aspecto geral despojado, simples e austero. A difusão destas ordens neste período e a conseqüente multiplicação das suas construções leva a que este modelo tenha um grande impacto e influência na arquitectura gótica deste período, tornando-se um dos modelos "chave" da arquitectura gótica nacional<sup>768</sup>. Esta conclusão permite-nos chegar a uma outra, de particular relevância para o objectivo deste estudo: esta tipologia dominante é, naturalmente, homogênea, e não privilegiou as *experiências*. Salvo casos pontuais (como a igreja clarissa de Coimbra) não é na arquitectura mendicante que se encontram os *experimentalismos*.

## 1.2. As igrejas com Transepto Incluso:

### 1.2.1. As Construções Mendicantes:

#### a) Santa Clara-a-Velha de Coimbra

A história do malogrado convento de clarissas de Coimbra<sup>769</sup> é infeliz desde os seus primórdios. A fundação, em 1283<sup>770</sup>, deve-se a D. Mor Dias, uma dama de boa linhagem,

---

<sup>768</sup> Esta ideia não deve, no entanto, ser extremada ao ponto de confundir a arquitectura mendicante portuguesa com a arquitectura gótica nacional, como fez A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 247.

<sup>769</sup> Ver sobre este convento Artur Corte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Novos dados para o seu Conhecimento. Operação Arqueológica 1995-1999*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Arqueologia / Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2001; A. Corte-Real, P. C. Santos e T. Mourão, "Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Intervenção Arqueológica – 1995-1999. Apresentação Preliminar dos Resultados", in *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7, *Arqueologia da Idade Média em Portugal*, coord. Mário Barroca, António M. Cuello, Manuel Real, UTAD, Vila Real, Setembro de 1999, Porto, ADECAP, 2000; A. Corte-Real, P. C. Santos e T. Mourão, F. P. Macedo, "Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra", in *Estudos – Património*, vol. 2, Lisboa, IPPAR, 2002; F. P. Macedo, "O Mosteiro Velho de Santa Clara", in *Monumentos*, nº 18, Março 2003, Lisboa,

filha de um sobrejuiz do rei e alcaide de Coimbra, que mandou levantar, numa zona baixa da cidade, uma pequena igreja e um exíguo conjunto de infra-estruturas habitacionais para as freiras. O lançamento da primeira pedra fez-se em 1286<sup>771</sup>, mas as complicações com os monges crúzios da cidade foram inúmeras e dificultaram o andamento das obras<sup>772</sup>. Em 1302, quando D. Mor morre, as questões ainda não estavam resolvidas e é a Rainha Santa quem vai dar continuação ao convento<sup>773</sup>. D. Isabel resolve então construir nova igreja e

---

DGEMN / MOP, 2003; F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*; G. Rossi Vairo, "Isabella d'Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)", in *Collectanea Franciscana*, 71, Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 2000; P. Dias, *Coimbra, Arte e História, Opus Cit.*, pp. 97-99. Ver também António G. Vasconcellos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão, esposa do Rei lavrador, Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, tendo, no entanto, em atenção que algumas das posições defendidas pelo autor se encontram ultrapassadas.

770 V. Correia e N. Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 72; *Imagen de la Reina Santa, Santa Isabel, Infanta de Aragón y Reina de Portugal*, vol. I, *Catalogo de la Exposición*, Zaragoza, Diputacion de Zaragoza, 1999, "Cronologia", pp. 81 a 86; A. Moreira, "Breve História das Clarissas em Portugal", in *Opus Cit.*, p. 214; F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 114.

771 António Filipe Pimentel, "Santa Clara-a-Velha de Coimbra, das origens aos presentes trabalhos de recuperação", in *Munda*, nº 27 – Maio de 1994, Coimbra, GAAC, 1994; Francisco F. Benevides, *Rainhas de Portugal, Estudo Histórico com muitos documentos*, Tomo I, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1878, p. 174; P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, p. 31; A. Moreira, "Breve História das Clarissas em Portugal", in *Opus Cit.*, p. 214; F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 268.

772 Sobre o assunto ver M<sup>a</sup> T. Monteiro, J. R. Sousa, "Notas sobre o Pleito entre D. Mor Dias, fundadora do Convento de Santa Clara, de Coimbra, e os Cónegos do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)", in *Estudos Medievais*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos / Secretaria de Estado da Cultura, vol. 1, 1981; F. P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, pp. 29 a 33; Ana P. Santos, *A Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à FL da Universidade de Coimbra, Coimbra, FL/UC, 2000; F.P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 113 a 121.

773 É possível que a rainha Santa também tenha tido interferência antes da morte de D. Mor Dias, podendo tê-la influenciado na escolha de um mosteiro de clarissas, dedicado a Santa Clara e a Santa Isabel da Húngria, sua tia-avó. Cfr A. G. Vasconcellos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão, esposa do Rei lavrador, Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, *Opus Cit.*, vol. 1, pp. 71 a 74 e F. P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, p. 31. Ana P. Santos defende que "Só nos resta atribuir à presença em Coimbra da nova rainha, sobrinha-neta da religiosa húngara, o facto de D. Mor também lhe ter dedicado o seu mosteiro de Clarissas ou até mesmo a disposição testamentária desta dama, segundo a qual Santa Isabel deveria ser invocada pelos Menores em data própria. Ter-se-ia tratado, pois, de uma menagem à Rainha. E a ser assim, seria a valia por esta emprestada à fundação do mosteiro de D. Mor meramente passiva? Não haverá que duvidar desta passividade. Considerando que à data da fundação do mosteiro a soberana não contaria mais de 14 anos, e que havia apenas seis meses que pisara Coimbra pela primeira vez, pouca ou nenhuma iniciativa se poderá atribuir a D. Isabel.", in *A Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, *Opus Cit.*, pp. 100/101.

dependências, tendo obtido autorização do papa Clemente V, em 1314 para fundar um convento de clarissas. As obras começaram em 1316, sob a orientação de mestre Domingos Domingues. Em 1317, chegaram as primeiras freiras vindas de Zamora, embora o convento ainda não estivesse terminado, situação que se mantinha em 1327, quando a Rainha faz o seu segundo testamento<sup>774</sup>. "A (re)fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra foi acompanhada da construção de edifícios '*ex fundamento*', tendo a maior parte dos antigos desaparecido à medida que os novos progrediam e não sendo hoje aparentemente visível o reemprego de materiais. Porém, esta circunstância só se verifica quando existem razões muito consistentes, entre as quais se conta a prosperidade económica, a vontade de prestígio, a mudança de funções e a ruína avançada. Ora, as alterações sofridas pela igreja em função de se tornar depositária dos reais despojos, reflectem todos os argumentos acima expandidos, à excepção da ruína. Na verdade, o templo primitivo, já sacralizado pelas suas funções, não estava em ruínas, porquanto foi acomodado e aplicado a casa do capítulo."<sup>775</sup>

A 8 de Julho de 1330<sup>776</sup>, dá-se a sagração da igreja, que estaria já, portanto, passível de ser aberta ao culto e, em 1331, Estêvão Domingues terá substituído Domingos Domingues na direcção do estaleiro.

O convento encontrava-se inserido num amplo complexo, uma vez que, para além da igreja, a Rainha manda edificar um claustro, uma capela dedicada a Santa Isabel da Hungria, uns paços privativos<sup>777</sup> e um hospício, ambos desaparecidos.

---

774 Como se depreende do seguinte trecho "*& mando soterrar o meu corpo em o meu Mosteyro de Sancta Clara, & de Santa Isabel de Coimbra em o meo geo (a) do coro. E se acontecer que eu saia deste mundo ante que essa Igreja seia feita, mandome em tanto deitar, em o coro da outra Igreja velha acima da Iffante Dona Isabel, minha neta.*", testamento de D. Isabel, 22 de Dezembro de 1327, cit. por A. G. Vasconcellos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão, esposa do Rei lavrador, Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa), Opus Cit.*, "Documentos", p. 13. V. Correia e N. Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Opus Cit.*, p. 72, referem esta "igreja velha" como podendo ser a primitiva igreja de D. Mor Dias.

775 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 126.

776 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 132.

777 "*Mandou a Santa Rainha fazer hum moderado Palácio tão vesinho ao Mosteyro, que visto da Cidade pareciao hum mesmo edificio Mosteyro, & palácio.*", Frei Raphael de Jesus, *Monarquia Lusitana, Parte Sétima*, Livro IV, Cap. XVIII, *Como, quando, aonde & por quem foy edificado o Real Mosteyro de Santa Clara de Coimbra*, Lisboa, Na Impressão de António Craesbeeck de Mello, Impressor de ElRey Nosso Senhor, Anno MDCLXXXIII, com todas as licenças necessarias / Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 1325.

As vicissitudes provocadas pelas cheias do Mondego começaram logo em 1331, com uma inundação que alagou a igreja e cobriu o túmulo de D. Isabel. Por este motivo a rainha mandou edificar uma capela superior, praticamente ao nível das janelas, vindo aí a colocar o seu túmulo e o da sua neta, a infanta D. Isabel.

Ao longo do século XV e XVI as cheias do rio Mondego foram uma constante, causando profundos estragos no conjunto edificado, nomeadamente nos Paços da Rainha e no hospício, que já se encontravam em ruínas na segunda metade do século XVI. Apesar da constru o, entre 1612 e 1615, de um pavimento intermédio no prolongamento da capela funerária<sup>778</sup>, a situa o das freiras tornava-se absolutamente insustentável e, em 1647, D. João IV manda construir um novo convento no Monte da Esperança, terreno mais elevado e protegido das cheias. O convento do século XIV   definitivamente abandonado em 1677. Apenas a igreja se manteve em funcionamento por um período indeterminado, acabando, contudo, por ser também desactivada em data desconhecida.

O abandono do espaço levou   progressiva ruína que se manteve ainda no século XX, apesar da classifica o de Monumento Nacional em 1910. Os trabalhos de recupera o chegam apenas no final da década de 20, em 1928, através da ac o da DGEMN<sup>779</sup>, que se centrou essencialmente na limpeza e desobstru o dos espaços, intervindo, no entanto, de forma um pouco mais "invasiva" ao procurar reconstruir alguns elementos supostamente originais<sup>780</sup>. O verdadeiro "resgate" do convento começará, contudo, só no fim do século, em 1995,<sup>781</sup> com a interven o do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e com a ac o do IPPAR, cuja vasta opera o arqueológica, de

---

778 Este pavimento transformou a parte inferior da igreja numa cisterna. Durante as interven es da DGEMN, em 1933, retirou-se o pavimento; mantiveram-se, no entanto, os arcos em que este assentava; ver Francisco P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 33.

779 Sobre a ac o da DGEMN em Santa Clara-a-Velha ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, pp. 137 a 181 e pp. 230 a 234 (Anexos).

780 Sobre estas quest es ver A. Corte-Real, P. C. Santos, T. Mourão e F. P. Macedo, "Interven o no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra", in *Opus Cit.*, pp. 24/25.

781 Embora anteriormente uma proposta de recupera o do convento j  tivesse sido ensaiada pelo extinto IPPC (Instituto Portugu s do Património Cultural) com o lançamento de um concurso de "valoriza o da Igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra". Ver A. Corte-Real, P. C. Santos, T. Mourão e F. P. Macedo, "Interven o no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra", in *Opus Cit.*, p. 25. Sobre a campanha de interven es iniciada em 1995 ver Idem, *Ibidem*, pp. 25 a 31 e F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, pp. 237 a 251.

drenagem das águas, recolha do espólio encontrado, "descoberta" dos espaços conventuais e recuperação da igreja e do convento no seu conjunto, permitiram a abertura do mesmo ao público; como complemento da visita ao monumento foi ainda criado um Centro de Interpretação<sup>782</sup>.

A igreja estrutura-se em três naves de sete tramos, com transepto incluso e cabeceira com capela-mor poligonal e duas colaterais [Fig. 259].

A capela-mor encontra-se bastante arruinada, mantendo-se apenas, com o alçado completo e a cobertura, o primeiro tramo; a planta do segundo tramo, terminado em absíde de três panos, da qual sobreviveram vestígios dos pilares e contrafortes é, contudo, conhecida [Figs. 260 e 261]. Um aspecto curioso e original desta capela é a sua forma trapezoidal: aqui nenhum lado é paralelo a outro e, por conseguinte, o pano de fecho dispõe-se de forma oblíqua relativamente ao eixo da igreja<sup>783</sup>. Para além disso, os panos laterais da capela possuem uma pequena diferença na sua dimensão e as paredes laterais no tramo rectangular não correm paralelas nem ao eixo da igreja, nem entre si, estando mais afastadas uma da outra à medida que se avança para o tramo poligonal; isto faz com que este último espaço seja mais amplo. As implicações simbólicas que um desvio poderia implicar<sup>784</sup> não servem aqui como explicação pois as irregularidades são diversas e difíceis

---

782 Para um balanço e evolução das campanhas e intervenção ver A. Côrte Real, "Valorização do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha de Coimbra. Passado e Contemporaneidade...do Projecto à Fruição. Balanço de uma Intervenção", in *Património. Estudos. Revista do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, nº 11, 2011, Lisboa, IGESPAR, 2011 e Fernando Marques e Carla Simões, "Valorização do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha em Coimbra. Intervenções de Conservação e Restauro da Igreja e Claustro", in *Património. Estudos. Revista do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, nº 11, 2011, Lisboa, IGESPAR, 2011. Para uma compreensão dos princípios inerentes à criação do "Centro de Interpretação de Santa Clara-a-Velha" ver Lúcia I. Gambini, "Museologia (quase) do Feminino: o Programa Museológico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha", in *Património. Estudos. Revista do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, nº 11, 2011, Lisboa, IGESPAR, 2011.

783 Cfr F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 357.

784 Por exemplo, o paralelismo entre o plano da igreja e a inclinação da cabeça de Cristo na cruz, referida por alguns autores medievais como Durando ou Honório de Autun. Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 358.

de compreender, não sendo de excluir a hipótese de problemas construtivos<sup>785</sup>. Relativamente à planta do tramo poligonal, F. P. Macedo defende a ideia (baseado na análise de paramentos e suportes) de que esta área terá sido a última parte da cabeceira a ser terminada e que a sua forma terá derivado da necessidade de adaptação a um tipo de abobadamento diferente daquele que inicialmente se teria previsto. A análise do conjunto da cabeceira permitiu ao autor a conclusão de que, contrariamente ao habitual, ou em Santa Clara-a-Velha a construção não começou pela capela-mor, ou então esta foi posteriormente (numa fase mais avançada das obras) transformada. O autor coloca mesmo a hipótese da pré-existência de uma capela-mor (provavelmente) recta contemporânea dos absidiolos, criando-se assim uma cabeceira de formas rectas à semelhança do que se encontrava em diversas igrejas cistercienses<sup>786</sup>. A hipótese não é impossível, até porque os mendicantes parecem ter absorvido uma influência cisterciense, mas não nos parece a mais provável, uma vez que no século XIV as cabeceiras de tipologia recta<sup>787</sup> (mesmo na arquitectura cisterciense) haviam perdido terreno.

A cobertura inicialmente prevista para este espaço pode ter sido em abóbada de berço quebrado<sup>788</sup>. O projecto, contudo, terá sido abandonado optando-se por um sistema mais sofisticado, como se vê pelo tramo sobrevivente, coberto por abóbada de ogivas. A chave deste tramo é decorada com um florão de quadrifólios e duas figuras zoomórficas<sup>789</sup> nos extremos, num trabalho muito mais elaborado do que as restantes chaves da igreja [Fig. 263].

---

785 Esta hipótese também não é rejeitada por F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 358, apesar de anteriormente ter defendido a experiência do arquitecto – ver pp.255/256.

786 Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 359 a 370.

787 A nível do conjunto da capela-mor e laterais rectas.

788 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 376/377 refere a existência de duas aberturas rasgadas na parte superior das paredes norte e sul do tramo recto, que poderiam estar previstas para funcionar como janelas; a sua existência enquanto foco de iluminação não seria, contudo, necessária se as janelas do tramo poligonal estivessem previstas desde o início [Fig. 262].

789 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 380, avança a hipótese de serem canídeos.

No tramo rectangular o arco toral e as nervuras da abóbada descarregam em mísulas [Fig. 264]; no tramo poligonal descarregavam em colunas de secção octogonal assentes num plinto quadrangular [Fig. 260]. Nas capelas laterais os suportes são idênticos aos do tramo poligonal da capela-mor, o que parece corroborar a teoria de F. P. Macedo de uma possível (re)construção simultânea destes três espaços.

A iluminação do espaço far-se-ia através das janelas abertas nos panos do tramo poligonal, muito embora a sua tipologia permaneça desconhecida [Fig. 260]; sabemos apenas que possuíam um mainel central, o que deixa adivinhar uma solução com dois lumes (possivelmente em arco quebrado) e um pequeno óculo no topo ao centro; este modelo encontra-se nas janelas das fachadas laterais e é comum no nosso território<sup>790</sup>.

A capela-mor e capelas laterais são intercomunicantes, de acordo com a tipologia mais comum na arquitectura destas ordens. Neste caso a transição para a capela norte faz-se por meio de uma abertura em arco quebrado com uma execução bem cuidada<sup>791</sup> [Fig. 265]. A ligação entre a capela-mor e a capela sul, porém, apresenta hoje uma abertura rectangular, que deverá resultar de um alargamento da abertura original, sendo que os motivos que levaram a esse aumento permanecem desconhecidos. Originalmente a tipologia deveria ser idêntica à do lado norte<sup>792</sup>.

As capelas laterais possuem uma tipologia pouco comum. No interior são poligonais, formando três panos, mas exteriormente rematam de forma recta apresentando um aspecto cúbico [Fig. 266]. F. P. Macedo, na sequência das hipóteses relativas à capela-mor, defende a ideia de que as capelas laterais estariam planeadas para serem rectas tanto externa como internamente, tendo adaptado uma forma interior poligonal com três panos para melhor se coadunarem com a tipologia de terminação da capela-mor [Figs. 267 e 268].

---

790 A hipóte é defendida por F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 378 e afigura-se-nos adequada.

791 Esta ligação terá sido emparedada no século XVI, mas actualmente encontra-se desimpedida. Ver A. Corte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Novos dados para o seu Conhecimento. Operação Arqueológica 1995-1999, Opus Cit.*, p. 138.

792 Ambas as passagens foram entaipadas e cobertas por reboco com azulejos. O entaipamento deverá ser anterior ou contemporâneo do século XVI, altura em que se coloca o revestimento de azulejos na zona da cabeceira. Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 384.

A assimetria do interior destas capelas é um dos elementos apresentados a favor desta ideia<sup>793</sup>. No século XIV, como referido, as cabeceiras de planta recta tenderam a desaparecer das construções mendicantes, sendo que, mesmo no século XIII, a tipologia recta estava limitada às capelas laterais (como nos caso de Santarém). Este quadro parece contrariar a probabilidade de a cabeceira de Santa Clara-a-Velha de Coimbra ter sido pensada, no seu conjunto, com uma tipologia recta, embora não seja possível afirmá-lo categoricamente. No caso das capelas laterais, contudo, a definição da parede exterior, de estrutura sólida e maciça, pode eventualmente derivar da necessidade de conferir uma maior estabilidade ao edifício, assente num solo permeável. A cobertura das capelas é feita, em ambas, com abóbada polinervada ornamentada com uma chave floral [Fig. 269].

Os capitéis deste espaço possuem ornamentação vegetalista, cuidada, e de qualidade superior aos que se encontram nas naves [Fig. 270]. Na capela lateral norte um dos capitéis em que descarrega o arco de entrada apresenta, em contraste com os restantes, uma decoração zoomórfica com quadrúpedes [Fig. 271].

A iluminação destes espaços faz-se por meio de uma fresta aberta, no pano central, em arco perfeito, encontrando-se no absidiolo norte outra abertura (na parede norte), sendo esta também uma simples fresta em arco de volta perfeita<sup>794</sup>. A utilização de frestas, ao invés de janelas mais amplas, resulta numa iluminação pouco abundante, por contraste com a capela-mor, onde a luminosidade seria certamente mais intensa.

O desnivelamento entre a cabeceira e as naves permitiu a colocação de uma rosácea na parede testeira sobre o arco triunfal<sup>795</sup> [Fig. 272].

Também a opção pelo transepto incluso é uma situação pouco comum e cuja expressão em Portugal na arquitectura associada às ordens mendicantes foi muito reduzida.

---

793 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 370 e 390.

794 F. P. Macedo considera que esta abertura "extra" é mais um argumento a favor da reconstrução do interior das capelas, uma vez que a localização desta fresta não é "num dos panos laterais de fecho, como é habitual nas capelas poligonais, mas sim na parede do tramo recto inicial", *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 391.

795 A rosácea que hoje vemos é fruto dos trabalhos de restauro da década de trinta e foi refeita com base nos fragmentos encontrados. A ladear esta rosácea encontram-se duas aberturas ovaladas, provavelmente rasgadas em data incerta, quando se tornou necessário permitir o acesso ao espaço entre as abóbadas e o telhado. Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 420.

F. P. Macedo refere que esta é uma situação "precoce no contexto geral da arquitectura religiosa portuguesa, visto só ter passado a ser frequente no decurso do século XV"<sup>796</sup>, mas não avança com uma explicação para esta opção. Verifica-se, no entanto, uma ténue diferenciação da zona do pseudo-cruzeiro face ao conjunto da igreja, uma vez que os arcos descarregam aqui em colunas (truncadas) de tipologia distinta das do resto do templo (cilíndricas), com fuste poligonal terminado em mísulas de ponta de diamante [Figs. 273 e 274].

As naves laterais são particularmente elevadas, erguendo-se quase à mesma altura da nave principal, situação pouco comum<sup>797</sup>, e que tem sido relacionada com uma influência de Alcobaça [Fig. 275].

As arcadas assentam em pilares com colunas adossadas que ajudam a sustentar os arcos torais, interrompendo-se a uma altura elevada e terminando de forma cónica [Fig. 276]. F. P. Macedo<sup>798</sup> considera que esta tipologia adoptada em Santa Clara-a-Velha remete para uma solução de recurso face ao abobadamento que finalmente acabou por se escolher para a igreja. Não nos parece, contudo, que seja de rejeitar a inspiração em Alcobaça, apesar de nessa igreja as colunas se prolongarem até mais abaixo. Os paralelismos com Alcobaça podem também ser estabelecidos a nível dos capiteis e fustes das colunas, possuindo os capitéis de Santa Clara-a-Velha carácter vegetalista, com uma folhagem estilizada, se bem que de tratamento arcaizante<sup>799</sup> [Fig. 277]. F. P. Macedo procura também analogias com os capiteis vegetalistas da Sé Velha de Coimbra, sendo, no entanto, de sublinhar o tratamento mais pormenorizado que estes apresentam<sup>800</sup>.

---

796 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 424.

797 Devido a esta situação, F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 413, coloca a hipótese de a cobertura exterior ter sido feita, não em telhado de duas águas englobando as três naves (solução adoptada pela DGEMN), mas antes com um terraço ligeiramente inclinado e revestido a cerâmica, como acontece com alguns edifícios góticos na Ocitânia e em Aragão.

798 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 475.

799 Sobre os capitéis ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 508/509 e 519 a 530; imagens pp. 510 a 518. O autor divide-os em dois formatos distintos, troncocónicos concâvos invertidos e campaniformes invertidos.

800 Na porta de transição para o claustro encontra-se um capitel de natureza zoomórfica, com dois animais cruzados e afrontados, que dada a localização e a originalidade face aos restantes, pode ter sido aí colocado com uma função de protecção da porta e da passagem do exterior para o interior. Esta ideia já havia sido

Uma particularidade da igreja de Santa Clara-a-Velha é o facto de a nave central ser mais larga no extremo ocidental do que no topo Este, junto à capela-mor. Pelo contrário, as naves laterais são mais largas do lado Este e mais estreitas a Oeste. Esta situação confirma a ideia de que o edifício é de uma "evidente irregularidade métrica"<sup>801</sup> [Fig. 274]. Considerando que esta irregularidade terá sido propositada (e, de acordo com o que já havíamos visto, também em São Domingos de Elvas), é possível que o objectivo tenha sido o de criar a ilusão de um espaço mais comprido. Paralelamente, poderá encontrar-se uma justificação de carácter mais prático na necessidade de colocar, do lado ocidental, o cadeiral do coro das freiras, que obrigaria a um espaço mais amplo<sup>802</sup>.

A igreja de Santa-Clara-a-Velha funcionava como um espaço simultaneamente público e privado, sendo as duas áreas, naturalmente separadas. A "igreja de dentro" encontrava-se do lado ocidental e abria para o claustro através de um portal rasgado na fachada sul. A "igreja de fora" ficava do lado este da igreja e abria para o exterior através do portal norte. O coro das monjas ocupava assim os quatro tramos ocidentais e tinha, como referido, acesso directo ao claustro<sup>803</sup>. Uma parede, na qual se abre o vão destinado à

---

defendida por Francisco P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 38, que coloca a hipótese de as figuras serem dragões.

801 A. Corte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Novos dados para o seu Conhecimento. Operação Arqueológica 1995-1999*, *Opus Cit.*, p. 135. M. Tavares Chicó cita como exemplo de uma situação idêntica a Catedral de Poitiers, in *Guia de Portugal*, apresentação e notas de Sant' Anna Dionísio, 3º volume, *Opus Cit.*, p. 318.

802 Ver Francisco P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 36 e Idem, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, pp. 438 e 440.

803 A questão do acesso do claustro ao coro das freiras tem levantado algumas questões, sendo que as opiniões não são concensuais. Luís F. Urbano, *A Arquitectura dos Conventos Femininos, Notas de um Início de Investigação*, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica a apresentar à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, FAUP, 2005, pp. 94/95, defende que a transição para o espaço do coro se fazia originalmente através de um portal em arco quebrado existente na parede da nave sul, que actualmente alberga o túmulo quatrocentista de D. Isabel Coutinho, e que terá sido fechado quando começaram as cheias. Segundo este autor, o portal pelo qual hoje se acede ao coro, será posterior à construção original e terá sido aberto para facilitar o acesso ao piso inferior da igreja, quando este foi transformado em cripta no século XVI. F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, p. 474, pelo contrário, considera que o portal que hoje alberga o túmulo pode anteriormente ter servido para albergar um altar.

grade, cortava transversalmente o templo a toda a largura, impedindo a comunicação entre os dois espaços<sup>804</sup>.

O coro era formado por duas áreas<sup>805</sup>, a mais baixa, situada nos dois tramos a seguir à parede divisória e que funcionaria como um antecoro; e a mais elevada, na qual se situaria o cadeiral e à qual se acederia por nove degraus de pedra, que ainda hoje sobrevivem parcialmente<sup>806</sup> [Fig. 278].

Esta igreja destaca-se das suas contemporâneas pelo facto de ser completamente abobadada, situação pouco comum à época no território nacional, sobretudo nas igrejas mendicantes. A nave central é coberta por abóbada de berço quebrado com possantes arcos torais de secção recta com uma cadeia a unir os fechos decorados com brasões<sup>807</sup> [Fig. 274]. É provável que o projecto inicial previsse uma abóbada de cruzamento de ogiva, como parecem comprovar duas mísulas existentes nos cantos da parede ocidental<sup>808</sup>. A (eventual) incapacidade técnica do arquitecto tem sido apontada como responsável pela solução final em berço quebrado. F. Pato Macedo rebate esta ideia por considerar que "Domingos

---

804 Actualmente esta parede ergue-se até à abóbada com uma forma rectangular; no entanto, do lado destinado aos fieis, são ainda perceptíveis na parede os arranques de um arco quebrado que, possivelmente, corresponderia ao vão original onde se colocaria a grade. A alteração na forma e destruição da parede original deverá ter acontecido aquando da construção da capela funerária de Santa Isabel. Sobre a estrutura de separação e grade ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 427 a 431.

805 "O coro é uma peça fundamental dos mosteiros femininos, com uma ligação directa para o interior do mosteiro. Era o lugar para a oração comum, mesmo ao longo do dia, e o local de onde as clarissas adoravam o Santíssimo Sacramento quando este se encontrava no altar-mor. Dado que as irmãs estavam proibidas do contacto com o exterior, e que as igrejas eram abertas a todos os fieis, era do coro que assistiam ao culto divino." Luísa M<sup>a</sup> Rodrigues Silva, *A Construção do Novo Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: 1647 a 1769. Da Decisão à Conclusão: obras e architectos*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, p. 26

806 Na zona do coro, as abóbadas de tijolo sobre as quais foi contruído o piso superior no século XVII mantêm-se em três tramos da nave central [Fig. 278]. Ao contrário do que acontece na zona dos fieis, onde estas abóbadas foram retiradas durante as intervenções da DGEMN, mantendo-se apenas os arcos de pedra [Fig. 275].

807 "Em cada um dos tramos, dispunham-se cinco brasões de armas, alternadamente as de Portugal, representadas por escudetes com as cinco quinas, e de Aragão com as palas", F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 488.

808 Esta hipótese já havia sido defendida por M. Tavares Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 166, nota 5. F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 486 considera também que estes arranques de mísulas revelam as hesitações na definição de uma solução de abobadamento para este espaço.

Domingues, que havia construído o claustro do mosteiro de Alcobaça, não era seguramente um inexperiente.<sup>809</sup> O mesmo autor coloca ainda a hipótese de inicialmente a igreja poder ter sido planeada para ser uma estrutura de três naves, de altura desigual, com cobertura de madeira. "Assentamos esta hipótese na tipologia dos suportes (pilares de secção rectangular com colunas adossadas no sentido longitudinal), bem como no alçado, constituído por arcadas a separar as naves"<sup>810</sup>. Durante a evolução das obras ter-se-á optado por uma cobertura em pedra, planeando primeiro (ao que tudo indica) uma abóbada de cruzamento de ogivas, que acabou por ceder lugar ao abobadamento em berço quebrado com arcos torais. As razões que levaram a essa opção não são suficientemente claras, embora talvez seja possível relacioná-la com a tipologia de cobertura da Sé Velha de Coimbra, defendendo mesmo F. P. Macedo que "na elevação das naves '*quase à mesma altura*' não pode deixar de se ver uma influência da tradição do românico desta cidade"<sup>811</sup>, descartando ou, pelo menos, relegando para segundo plano uma possível influência de Alcobaça. A tipologia da Sé românica de Coimbra, estruturada num modelo de tribunas, não pode, porém, ser entendida como um modelo de três naves à mesma altura, pelo que a influência de Alcobaça não nos parece de rejeitar [Fig. 279].

As naves laterais possuem cobertura em cruzaria de ogivas, sem arcos formeiros, e com arcos torais mais possantes que os da nave central; as nervuras descarregam em mísulas que se juntam às colunas que sustentam os arcos torais [Fig. 280]. Nas mísulas que sustentam as nervuras do lado dos pilares encontram-se paralelismos com as mísulas de Alcobaça, a nível de forma e ausência de decoração; do lado das paredes laterais as mísulas ostentam uma ornamentação vegetalista. Na nave lateral norte encontra-se uma cadeia de secção lisa e circular, muito simples [Fig. 281] e na nave lateral sul vê-se uma cadeia de decoração mais elaborada com sequências de quadrifólios [Fig. 282]. O perfil das nervuras e arcos torais não é idêntico, o que permite colocar a hipótese, que se nos afigura plausível, de as colaterais poderem ter sido pensadas para abobadamento de aresta, optando-se já com

---

809 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 255/256.

810 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 475.

811 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 501.

as obras avançadas pelo cruzamento de ogivas<sup>812</sup>; uma hipótese alternativa, é a de se ter pensado na abertura de capelas entre os contrafortes e resolvido o abobadamento com abóbadas de berço transversais<sup>813</sup>, solução utilizada em Portugal na Igreja de São João de Tarouca, como já se viu. A colocação de capelas entre os contrafortes não era, porém, uma tipologia comum em Portugal no século XIV; o modelo de São João de Tarouca apresenta colaterais separadas por arcos e com as abóbadas colcadas transversalmente à nave central, seguindo uma tipologia cisterciense borgonhesa, mas não pode verdadeiramente ser entendido como um exemplo de igreja com capelas entre os contrafortes; na realidade, a primeira experiência de uma igreja com capelas entre os contrafortes no nosso território parece ter sido São Francisco de Évora<sup>814</sup>. Pensamos, pois, ser menos credível um plano original que previsse capelas entre os contrafortes, do que um projecto que optasse por abóbadas de aresta.

A iluminação deste espaço faz-se por meio de janelas abertas nas naves laterais, uma vez que a elevação das mesmas impossibilita, tal como em Alcobaça, a colocação de um clerestório na nave principal. Estas janelas são formadas por dois lumes e encimadas por óculos quadrilobados [Fig. 280]. Existem ainda três rosáceas, uma sobre o portal ocidental, outra sobre a capela-mor e a terceira sobre a porta que se abria para o claustro [Fig. 283].

A densidade da pedra (que o abobadamento e a ausência de clerestório, pouco comuns na arquitectura das ordens mendicantes, podem ajudar a acentuar) tem levado

---

812 A cobertura com abóbada de aresta é a solução adoptada na Sé Velha de Coimbra e, embora não consideremos que esta construção tenha tido uma influência predominante em Santa Clara, não nos parece inviável aceitar que alguns aspectos possam ter sido tomados em conta.

813 Sobre estas hipóteses ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 479 a 481.

814 J.C. Vieira da Silva, *O Tardo Gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo, Opus Cit.*, p. 95, coloca a hipótese de "as capelas laterais entre os contrafortes, que a igreja actual ostenta, terem sido erguidas em campanha de obras anterior à efectuada por D. João II". Contudo, o mesmo autor refere também "o estado de ruína em que uma igreja anterior [às obras de D. Afonso V], correspondente já a uma segunda construção, se encontrava em meados do século XV" (*Ibidem*, p. 96), justificando novas obras, que seriam, deste modo as terceiras depois da construção inicial na segunda metade do século XIII e de uma "segunda construção" em data incerta. As capelas laterais viriam talvez dessa segunda campanha de obras, eventualmente no final do século XIV ou inícios do século XV, data em que se ergue o claustro [1376] e em que são instituídas capelas privadas na igreja. Ver para estas questões Idem, *Ibidem*, II Parte/ Cap. III – 2. e 3 e a página do monumento [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2724](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2724), consultada em 18/09/2012.

alguns autores a considerar esta igreja como sendo ainda parcialmente românica<sup>815</sup>, classificação que não subscrevemos. Consideramos mais correcta a ideia de que a igreja possui alguns aspectos arcaizantes, para os quais "deve ter pesado a longa tradição românica da cidade de Coimbra e limitações de carácter técnico"<sup>816</sup>.

A fachada ocidental termina numa empena triangular comum aos três corpos da igreja e flanqueada nos extremos por possantes contrafortes que ajudam a suportar o abobadamento interno. No topo possuía uma simples rosácea da qual sobrevivem as molduras (parcialmente refeitas pela DGEMN), despojadas de qualquer ornamentação. No nível térreo abre-se um singelo portal em arco quebrado, que comunicava com a casa de entrada, com a portaria e com os aposentos da Rainha<sup>817</sup> [Fig. 284].

As fachadas laterais possuem contrafortes a marcar os tramos, o que é uma solução invulgar na arquitectura mendicante, mas perfeitamente justificada pela existência de abóbadas de cantaria no espaço interno. Estes contrafortes elevam-se até ao nível do telhado, terminando de forma oblíqua e apresentando um pequeno escalonamento [Fig. 283].

Na fachada norte, voltada à cidade, encontra-se, no segundo tramo, o portal principal, que funcionava como porta de acesso para a população, que ocupava os três

---

815 "Impedido pelas lacunas da sua formação técnica de o levar às últimas consequências, não deixaria apesar de tudo Domingos Domingues de construir um edificio austero e *românico* ainda, certamente, pela quantidade de material empregue mas, não obstante, grandioso e já *gótico*, pelo sentido da luz e da verticalidade expresso na notável elevação das coberturas que, mau grado os assinaláveis desvios verificados, consegue erguer quase à mesma altura.", A.F. Pimentel, "Santa Clara-a-Velha de Coimbra, das origens aos presentes trabalhos de recuperação", in *Opus Cit.*, p. 7.

816 Francisco P. Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 34.

817 "Independentemente das hipóteses colocadas, consideramos que a explicação para a abertura desta 'porta' axial na fachada radica na preocupação de funcionalidade dos aposentos régios, anexos ao mosteiro. Nesse sentido, consistiu mais uma contribuição directa da rainha D. Isabel para a arquitectura da igreja.", F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, p. 554. A portaria era antecedida de um pátio ao qual se acedia por meio de uma porta, designada "porta da rosa". O nome derivaria da rosácea na fachada da igreja e não do facto de supostamente o "milagre das rosas" ter ocorrido neste espaço. Sobre o assunto ver *Idem*, *Ibidem*, p. 281.

tramos orientais da igreja<sup>818</sup>; encontra-se inserido num gablete inscrito entre dois possantes contrafortes, com os quais está nivelado [Fig. 285]. É composto por quatro arquivoltas molduradas e contornadas por um arco quebrado, também moldurado<sup>819</sup>; as arquivoltas assentam em capitéis com continuação em colunas apoiadas em bases elevadas [Fig. 286]. Tais capitéis apresentam, de um lado e de outro, e de forma alternada, decoração vegetalista e zoomórfica (aves, quadrúpedes e coelhos ou lebres) [Figs. 287 e 288]. Foi já sublinhado<sup>820</sup> que não se trata de uma persistência do românico, uma vez que não são retratados monstros ou figuras híbridas, mas sim animais vivos, sendo possível uma ligação a São Francisco e ao *Cântico das Criaturas*. As representações de animais ou de cenas com São Francisco não são invulgares nas construções mendicantes. No claustro de São Francisco de Santarém surgem representações zoomórficas e nas colunas da Sala do Capítulo do século XIV encontra-se um capitel com São Francisco a falar aos pássaros<sup>821</sup>. O portal norte de Santa Clara-a-Velha possuía um alpendre que ocupava toda a largura e que aí foi colocado ulteriormente, em data incerta, mas seguramente anterior ao século XVI. Seria uma estrutura de grandes dimensões, com cobertura, possivelmente de duas águas, sustentada por pilares<sup>822</sup>.

Na fachada sul, abre-se, no quarto tramo, um terceiro portal, que dá acesso ao coro das freiras. Este portal de acesso ao interior possui dimensões significativas para um portal que não é virado ao exterior; é composto por quatro arquivoltas reentrantes com capitéis de decoração fitomorfa<sup>823</sup> [Fig. 289]. No espaço correspondente ao terceiro tramo ergue-se

---

818 A anteceder este portal encontrava-se um pátio aberto ao longo do lado norte da igreja, ao qual se acedia pela chamada "porta do couto" ou "porta da cadeia".

819 No término do arco que envolve as arquivoltas vê-se uma estrutura rectangular escavada, cuja ornamentação, de carácter devocional ou heráldico se perdeu.

820 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 452. Sobre os capitéis ver Idem, *Ibidem*, pp. 450 a 453.

821 Sobre este claustro ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses. Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, p. 71.

822 Sobre o alpendre ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 453 a 458.

823 "A implantação do portal ocorreu já depois da fachada da igreja estar edificada, como resulta de evidências construtivas, integrando, plausivelmente, a mesma campanha de obras que construiu a sineira e obrigou a mundaças substanciais no edifício. A colocação, no interior da parede, entre contrafortes, da caixa da escada em caracol destinada ao acesso à torre sineira, no espaço correspondente ao quinto tramo a contar da cabeceira, tornou necessário proceder a um reforço desta parede para além do limite do contraforte que lhe

um campanário rectangular, de elevação superior à do telhado e terminado em empena triangular com um arco quebrado ao centro. Esta localização (e elevação) da torre sineira também é pouco comum, mas pode estar relacionada com o acentuar, desde o exterior, da divisão interna da "igreja dupla"<sup>824</sup>.

A fachada sul é marcada pela ligação à galeria norte do claustro, encontrando-se, deste modo, nos três primeiros tramos do lado oriental, arcos abatidos, cuja função parece ter sido nivelar a parede de forma a permitir a colocação da imposta de onde arrancava a abóbada que cobria o claustro (da qual ainda são visíveis vestígios dos arranques num nível acima dos arcos)<sup>825</sup>. Os dois últimos tramos são ocupados por janelas, a última do lado ocidental já sem o mainel e os lumes que a compunham<sup>826</sup> [Fig. 290].

Alguns autores<sup>827</sup> consideram que esta igreja é uma imitação de Alcobaça, nomeadamente a nível da elevação das naves quase à mesma altura, apesar de o arquitecto não ter alcançado o seu objectivo, por incapacidade técnica. "As colunas misuladas que sustentam os arcos torais da nave central, as abóbadas de cruzaria das naves laterais – solução também experimentada na nave central, mas logo abandonada a favor de um esquema tradicional de berço quebrado -, atestam a presença do modelo alcobacense."<sup>828</sup> Se a influência de Alcobaça pode, e deve, ser tida em consideração, é, no entanto, preciso ter

---

fica encostado." F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 540. Antes da construção deste portal, possivelmente edificado ao mesmo tempo que o campanário, poderia existir um portal de menores dimensões, com o qual a rosácea estaria alinhada. Sobre as impostas foi construída uma abóbada de berço como forma de protecção da entrada; a abóbada não sobreviveu até aos nossos dias, mas os seus arranques são ainda perceptíveis.

824 Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 425/426 e 545/546.

825 Os últimos tramos do lado ocidental também teriam arcos, mas foram eliminados pelas intervenções da DGEMN. Ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 536 e 548.

826 Isto deve-se ao facto de entre os restauros da DGEMN, nos anos 30 do século XX, e as presentes intervenções do IPPAR, esta ter sido a única porta de acesso à igreja. F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 548.

827 P. Dias, *Coimbra, Arte e História, Opus Cit.*, pp. 99, A.F. Pimentel, "Santa Clara-a-Velha de Coimbra, das origens aos presentes trabalhos de recuperação", in *Opus Cit.*, p. 7.

828 A.F. Pimentel, *Ibidem*, p.7.

também em conta outras possíveis fontes de influência. F. P. Macedo<sup>829</sup> remete para a presença da Sé Velha de Coimbra, onde se estrutura uma igreja românica com tribunas sobre as laterais, num esquema que o autor considera de três naves à mesma altura, avançando com a hipótese (que segundo o próprio carece de confirmação) de se ter podido adoptar nas igrejas da cidade um tipo de arquitectura com características idênticas em várias igrejas da urbe<sup>830</sup>.

No que respeita a uma possível imitação da igreja franciscana de Coimbra (ou até mesmo da igreja dominicana) não é possível adiantar nada, uma vez que esta (s) não sobreviveu até aos nossos dias.

A ligação da Igreja de Santa Clara-a-Velha às igrejas *fernandinas* de Córdova é também sublinhada por F. P. Macedo, ao nível da cabeceira e do tipo de planta de três naves sem transepto; porém, os paralelismos não são totais, uma vez que a nível de alçado estas igrejas apresentam uma estrutura de nave central mais elevada e laterais rebaixadas com cobertura de madeira. Na sua tentativa de procurar influências para as especificidades da igreja clarissa de Coimbra, o mesmo autor estabelece ainda um paralelismo específico com a igreja de Santa Ana de Triana, em Sevilha, edificada sob a protecção de Afonso X, entre 1276 e 1300: esta é uma igreja de três naves à mesma altura, com cabeceira tripartida de planta poligonal e sem transepto; os pontos de contacto são ainda visíveis ao nível das colunas dos pilares e das mísulas em que estas terminam (embora para estes não fosse necessário procurar uma influência tão longínqua dados os paralelismos existentes com Alcobaça), bem como das cadeias que unem as nervuras; apesar das diferenças de materiais (em Santa Ana privilegia-se o tijolo) o autor defende a ideia de poderem ter vindo para Portugal, a pedido de Isabel de Aragão, arquitectos que tenham trabalhado na Andaluzia e em Burgos (onde se encontram igrejas com semelhanças com a de Santa Ana). O autor remete ainda para as influências do chamado gótico *plantageneta* ou *angevino* onde as naves à mesma altura e a utilização de "ogivas arqueadas" seriam pontos de contacto com Santa Clara-a-Velha. Não apresentando nenhum modelo como definitivo ou absoluto, F. P. Macedo procura antes hipóteses que permitam compreender as opções e originalidades da

---

829 F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, pp. 494 a 498.

830 O desconhecimento sobre algumas das igrejas da cidade impossibilitam a confirmação desta tese.

igreja coimbrã, considerando que, muito embora a influência da própria cidade tenha sido importante, certos aspectos devem vir do exterior, estando provavelmente ligados à presença da Rainha patrocinadora e à sua origem aragonesa<sup>831</sup>. Não tendo acompanhado nós as campanhas de intervenção no edifício, nem dedicado ao seu estudo o mesmo grau de profundidade deste autor, limitamo-nos aqui a analisar o seu minucioso trabalho e a ponderar as suas hipóteses e conclusões, que se nos afiguram válidas, sólidas e bem fundamentadas. Apesar disso, alguns paralelismos parecem-nos difíceis de estabelecer – nomeadamente o procurar da origem das três naves à mesma altura na estrutura românica da Sé Velha de Coimbra; aceitamos, de forma menos relutante, a influência de Alcobça. Parece-nos, contudo, muito pertinente a ideia do autor de procurar relacionar as influências deste convento com a figura da sua mecenas, Isabel de Aragão e, conseqüentemente, com construções espanholas.

A Igreja de Santa Clara-a-Velha de Coimbra distingue-se das restantes igrejas pertencentes aos mendicantes, analisadas até ao momento, em pontos fundamentais, que vão da elevação das naves quase à mesma altura, à cobertura geral em pedra, passando pelo transepto incluso. As particularidades desta igreja foram já analisadas em detalhe pelos vários membros da equipa que trabalhou ao longo dos últimos anos nas escavações arqueológicas do convento; apesar disso, as razões para as mesmas continuam a levantar alguns problemas. A originalidade desta construção, no entanto, não pode deixar de se encontrar relacionada com o apoio dado pela Rainha Santa Isabel a este convento, escolhido pela mesma para sua morada eterna<sup>832</sup>.

Apesar deste cenário, é, contudo, possível estabelecer algumas aproximações com a arquitectura dos mendicantes em Portugal: a preferência pelas plantas de três naves mantém-se, a tipologia da cabeceira (a nível do seu recorte interno) é idêntica à da igreja

---

831 Sobre esta questão das influências ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, *Opus Cit.*, pp. 501 a 506.

832 G. Rossi Vairo, "Isabella d'Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)", in *Opus Cit.*, p. 168, chama a atenção para o facto de a Rainha ter pretendido (para além das questões funerárias) evidenciar neste mosteiro uma afirmação política, celebrando na sua pessoa a união das coroas de Portugal, Aragão e Castela.

franciscana do Porto e à das clarissas de Vila do Conde – significativamente também construções do século XIV, o que parece testemunhar o abandono das cabeceiras com cinco capelas e formas rectas – e, salvaguardados alguns luxos como o abobadamento em pedra, não encontramos em Santa Clara de Coimbra excessos decorativos ou mesmo arquitectónicos.

Tendo estas questões em conta é, no entanto, inegável que a igreja de Santa Clara-a-Velha de Coimbra constitui um modelo original no panorama religioso arquitectónico do século XIV português, afirmando-se como um *experimentalismo* dentro da arquitectura mendicante. A análise da evolução das obras permite comprovar que se foi "experimentando" ao longo do processo construtivo, alterando-se o que parecem ter sido as opções iniciais – na definição da planta das capelas, no abobadamento das naves – em favor das soluções que em determinado momento, por razões técnicas ou estéticas (e que, em boa parte, nos são desconhecidas), pareceram mais adequadas. O resultado final é um edifício único na arquitectura gótica portuguesa do século XIV e que se assume, claramente, como um dos mais significativos *experimentalismos*, não apenas da arquitectura das ordens mendicantes, mas sim de toda a arquitectura medieval nacional.

### 1.2.2. As Construções Cistercienses:

#### a) Santa Maria de Almoester

A fundação do Mosteiro feminino de Santa Maria de Almoester<sup>833</sup> integra-se no ciclo de fundações cistercienses femininas que se verifica no século XIII, centúria em que se nota

---

833 Sobre este mosteiro ver as obras de Francisco M. Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, tese para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História da Arte, especialidade de História da Arte Islâmica e Medieval, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2007 e *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990; M<sup>a</sup> Antónia J. T. Chagas, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester, contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, 1997, Évora, 1997; José M. Varandas, *Monacato Feminino e Domínio Rural, o património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*, Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994; Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico",

um decréscimo de fundações cistercienses (entre outras razões, motivado pelas ascensão das ordens mendicantes), mas em que se constituem algumas das principais casas de monjas bernardas do país<sup>834</sup>. Na realidade, as fundações do século XII são todas de monges, sendo que a corrente feminina da Ordem só começa a implantar-se em Portugal no século XIII.

O Mosteiro situa-se na região de Santarém<sup>835</sup>, num vale pouco acentuado e na confluência de duas ribeiras, a da Atalaia e a de Almoester, respeitando, assim, as premissas (e necessidades) da ordem quanto à localização junto a cursos de água.

Tudo indica que a fundação de Almoester se deveu à vontade de D. Sancha Pires (ou Peres)<sup>836</sup> que no seu testamento, datado de 1287, deixa explícita a vontade de criar na sua

---

in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto C. Baquero Moreno*, coordenação de Luís Adão da Fonseca, Luís C. Amaral e M<sup>a</sup> Fernanda Santos, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Civilização Editora, 2003. Sobre as questões relacionadas com a toponímia ver David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, colectânea organizada por José P. Machado, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa / Círculo David Lopes, 1968.

834 O ramo feminino da Ordem de Cister entra em Portugal graças à acção das filhas de D. Sancho I, as princesas Mafalda, Sancha e Teresa, que, em 1196, substituem os monges beneditinos do mosteiro do Lorvão por monjas cistercienses. Em 1224, a princesa Mafalda procede também a uma reforma no Mosteiro de Arouca, que passa a integrar uma ala de monjas cistercienses. A primeira fundação de raiz foi o Mosteiro de Celas, cuja data exacta de fundação é difícil de precisar; sabe-se, contudo, que o mosteiro já funcionava em 1219, visto que, nessa data, a sua fundadora, D. Sancha, lhe faz uma doação, sendo de admitir que tenha sido fundado cerca de 1215. Sobre esta questão ver M<sup>a</sup> A. Marques, “A Integração das Mulheres na Ordem de Cister. O caso Português”, in *IX Centenário de la Fundación del Cister, II Congreso sobre el Cister en Galicia y Portugal – Ourense 1998*, vol. I, Zamora, Ediciones Monte Casino, 1999; ver também sobre estas princesas W. Garcia, “Iconografía de la santidad cisterciense en el arte português: las Beatas Teresa, Sancha y Mafalda”, in *Actas, Cister, Espaços, Territórios, Paisagens, Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, vol. II, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 451/464.

835 É de referir que a fundação do Mosteiro contribuiu em muito para dinamizar a área envolvente. “O Mosteiro de Santa Maria veio a partir do século XIII marcar uma forte presença no lugar em que foi implantado. Como pólo de poder, riqueza e prestígio, provocou transformações, marcando a paisagem como ponto de referencia arquitectónica, como gerador de dependências e relações, dando origem ao crescimento da povoação, que já foi vila, e ao incremento da produção agrícola dos campos vizinhos cultivados em seu proveito”, M<sup>a</sup> Antónia T. Chagas, “Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares”, in *Actas, Cister, Espaços, Territórios, Paisagens, Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, vol. II, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, p. 662. Por outro lado, a fundação de Almoester marca também a “descida” de Cister para sul de Alcobaça, que durante mais de um século definira a fronteira da Ordem. Ver M<sup>a</sup> A. Marques, “A Integração das Mulheres na Ordem de Cister. O caso Português”, in *Opus Cit.*, vol. I, p. 121.

836 Esta opinião já vinha sendo defendida desde o final do século XIX e início do século XX, por Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, *Opus Cit.*, pp.153-154 e Alberto Pimentel, *Portugal Pittoresco e*

propriedade, em Almoester, um mosteiro feminino, de que a sua filha, D. Berengária Aires<sup>837</sup> (aia da Rainha Santa Isabel), se deverá encarregar<sup>838</sup>. D. Berengária não só irá cumprir a vontade da mãe, como será a grande impulsionadora do "projecto"<sup>839</sup>. Almoester ficou com filiação directa em Claraval, muito embora, na prática, a responsabilidade do Mosteiro tenha ficado a cargo de Santa Maria de Alcobaça.

Em 1289, o mosteiro recebe autorização de fundação do Papa Nicolau IV, sendo a primeira pedra provavelmente lançada ainda nesse mesmo ano<sup>840</sup>. A data da cerimónia de sagração da igreja tem levantado algumas dúvidas. Tem sido avançada a data de 19 de Junho de 1300<sup>841</sup>, sendo a cerimónia presidida pelo bispo de Lamego, D. Vasco Martins de Alvelos e estando presentes a Rainha Santa e o abade de Alcobaça, D. Domingos; mas, L. M. Rêpas, considera que "cruzando a cronologia do referido prelado<sup>842</sup> com a de D. Vasco Martins de Alvelos, que foi bispo de Lamego entre 1296 e 1302, concluímos que a referida

---

*Illustrado*, vol. II, *Opus Cit.*, parte I, p. 298. Ver mais recentemente Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico" in *Opus Cit.*

837 Fr. F. Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia dos primeiros 23 annos DelRey D. Dinis*, *Opus Cit.*, Livro XVI, capitulo LXVIII, pp. 148a – 150, informa-nos sobre a linhagem de D. Berengária Aires.

838 "Imprimeiramente mando que mnha filha D. Beringueira faça fazer hum Moesteiro de Monjas da Ordim de Cistel, ou d' outra Ordim que seja a serviço de Deos, qual mnha filha tiver por bem, no meu logar d' Almoester", cit. por Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, *Opus Cit.*, p. 154 e por M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo I, *Opus Cit.*, p. 1086.

839 D. Sancha não terá, aliás, tempo para se dedicar ao assunto pois morre ainda em 1287. "Assim, se é verdade que foi por iniciativa de D. Sancha Peres que se fundou o mosteiro de Almoester, o que se confirma de imediato na carta de filiação de Almoester a Claraval, todo o processo de fundação foi movido por D. Berengária Aires. Na realidade, foi esta que, no cumprimento das disposições testamentárias de sua mãe, envidou esforços junto das autoridades competentes – o abade de Cister, o Papa, o bispo de Lisboa e o monarca – para fazer aprovar, construir e povoar o mosteiro de Almoester. Foi ela também que, como patrona, o protegeu, engrandeceu e para ele procurou o favor régio.", Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, p. 799.

840 Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, p. 797 propõe esta data. F. M. Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 229, afirma que "a documentação não permite confirmar o ano de 1289 como o do lançamento da primeira pedra do mosteiro, embora nos pareça demasiado tardia a data de 1335."

841 M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo I, *Opus Cit.*, p. 1087, considera que esta data deverá estar correcta, pois, no ano de 1300 o dia 19 de Junho coincidiu com um Domingo.

842 D. Domingos foi abade de Alcobaça entre 1291 e 1297.

cerimónia de sacração do templo de Almoſter, a ter existido, só poderá ter ocorrido nos anos de 1296 ou 1297<sup>843</sup>.

A descoberta de um sino em bronze com uma inscrição apotropaica, datado de 1292<sup>844</sup>, parece revelar-nos um facto importante: o possível início da vida da comunidade monástica. Paralelamente, pode pressupor-se a existência de um campanário para colocar o sino, o que significaria que as obras já deveriam estar adiantadas; esta ilação não pode, porém, ser aceite de forma categórica, pois o sino pode ter precedido a conclusão do campanário. No entanto, para além do sino, é necessário ter em conta outra documentação, nomeadamente a que relaciona este mosteiro com de Celas em Coimbra<sup>845</sup> e que nos informa que as suas primeiras monjas foram nove religiosas que fizeram o seu noviciado em Celas e que depois transitaram para Almoſter. Uma doação de bens feita por essas noviças a D. Berengária, em 1296, testemunha que as noviças ainda se encontravam em Celas nesse ano. A transição de Celas para Almoſter terá, portanto, de ter ocorrido depois dessa data. Assim sendo, a inscrição no sino de 1292 pode provar que as obras já estariam em andamento, o que vai ao encontro da possibilidade de lançamento da primeira pedra, em 1289; não é, porém, um dado absoluto face à instalação da comunidade monástica, que terá de ser posterior a 1296. As primeiras referências a religiosas de Almoſter (mais concretamente à sua abadessa) datam de 1301<sup>846</sup>. A instalação da comunidade deverá, deste modo, ser balizada entre 1296 e 1301<sup>847</sup>.

---

843 Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoſter: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, p. 800.

844 "SIGILLUM: BERENGARIE: ARIE\* // MENTEm : SancTAm : SPOnTANEAm : HONOREm : DEO : ET PAT(ri)E : LIBERACIONEM : / + Era : M<sup>a</sup> CCCa : XXXa : " Ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo I, *Opus Cit.*, pp. 1080-1087 (inscrição na página 1080). A envolver a palavra "Era" encontra-se uma estrela de cinco pontas de carácter apotropaico.

845 Sobre estas questões ver Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoſter: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, pp. 801 a 804.

846 Ver Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoſter: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, p. 803.

847 Luís M. Rêpas, "A Fundação do Mosteiro de Almoſter: revisão de um problema cronológico", in *Opus Cit.*, p. 802 refere a presença em Celas, ainda em 1298, de uma monja que viria a transitar para Almoſter. Embora esse dado possa contribuir para reduzir um pouco mais as balizas não é conclusivo, pois não significa que as restantes não pudessem já ter passado para Almoſter. Esta datação vai também ao encontro das datas propostas por Francisco Teixeira.

A data de edificação real da igreja, levanta, porém, alguma polémica. Francisco Teixeira<sup>848</sup> defende duas campanhas de obras, uma no final do século XIII e a segunda já no século XIV. Uma opinião semelhante, embora com menos certezas face às datas, é apresentada por M<sup>a</sup> Antónia Chagas<sup>849</sup>. Contudo, Dom Maur Cocheril<sup>850</sup> apresenta uma proposta diferente, considerando que a construção dos edifícios não deve ser anterior a 1317, datação também aceite por José Varandas<sup>851</sup>. A ser verdade, esta clara discrepância entre a documentação de 1292, 1296 e 1301 e a construção em 1317, levar-nos-ia a concluir que durante o período em que a igreja e lugares regulares ainda não haviam sido edificadas, as monjas viveriam no paço que D. Berengária herdara da sua mãe; tal situação pode ter-se verificado, mas as datações propostas por Maur Cocheril para a cronologia de Almoester partem de uma deficiente análise dos documentos e são, como tal, questionáveis<sup>852</sup>. Tendo em conta os estudos mais recentes da documentação, torna-se lícito supor que as obras se tenham iniciado ainda no século XIII. O facto de a Rainha Santa ter deixado verbas ao mosteiro no seu testamento, leva-nos a pensar que, no termo da década de vinte do século XIV, as obras poderiam ainda não estar concluídas<sup>853</sup>; isso não invalida, no entanto, o seu início ainda no final da centúria anterior.

A extinção oficial do mosteiro deu-se a 16 de Novembro de 1887, na sequência da morte da última monja, em 1884. As dependências monásticas foram então ocupadas (já em 1888) pela Coudelaria Nacional, para servirem de cavalaria, e a igreja foi ocupada pela Paróquia local. Em 1920, o mosteiro foi, finalmente, classificado como Monumento

---

848 *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, pp. 149-150 e “O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros”, in *Opus Cit.*, vol. II, pp. 546-547.

849 *Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares, Opus Cit.*, pp. 60-61

850 *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal, Opus Cit.*, p. 345.

851 *Monacato Feminino e Domínio Rural, o património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV, Opus Cit.*, p. 32

852 Ver as propostas de D. Maur Cocheril em *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal, Opus Cit.*, pp. 342/3 e 345 e a revisão do problema em L. M. Rêpas, “A Fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico”, in *Opus Cit.*

853 Muito embora deva ser tido em conta que as verbas poderiam não ser para a igreja e sim para outras áreas do mosteiro, nomeadamente o claustro, uma vez que não é especificada nenhuma parte em concreto.

Nacional, mas entretanto já o estado de degradação era significativo, especialmente nos lugares regulares.

A análise arquitectónica da igreja, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista estilístico, bem como o estudo das siglas de pedreiros<sup>854</sup> encontradas, permite-nos, efectivamente, concluir que a igreja foi edificada em duas campanhas distintas<sup>855</sup>. Na primeira, ter-se-á erguido a cabeceira, definido os muros limite do espaço sagrado e construído a Casa do Capítulo; através do número reduzido de siglas é possível especular a atribuição desta campanha a uma oficina com uma mão de obra diminuta. Num segundo momento, após uma eventual interrupção das obras, uma nova oficina terá sido encarregue da construção. Quanto ao claustro deve ter sido erguido numa (ou mais) fase (s) posterior(es) à construção da igreja. Não sendo possível saber quais as oficinas em questão, pode-se, no entanto, descartar com razoável segurança, a hipótese, por um lado, de um mestre estrangeiro, e por outro de um mestre monge cisterciense. Não só nada nas siglas leva a conclusões no sentido destas duas hipóteses, como a tipologia construtiva da igreja, indicia (como se irá observar) claros paralelismos com a arquitectura das ordens mendicantes, amplamente difundida na região. Contudo, muito embora a autoria não deva ser estrangeira e apresente pontos de contacto com a arquitectura mendicante, certos aspectos característicos da arquitectura cisterciense foram mantidos, nomeadamente a utilização do pé real, ao invés do habitual (na Península) pé romano. “A utilização da unidade de medida de origem francesa, indicia, apesar de tudo, a influência marcante da Ordem de Cister na edificação deste mosteiro, confirmando a persistência da tradição da

---

854 Sobre o estudo das siglas ver Francisco M. Teixeira, “O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros”, in *Opus Cit.*, vol. II.

855 Neste ponto Francisco Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, e M<sup>a</sup> A. Chagas, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares, Opus Cit.*, encontram-se de acordo, embora M<sup>a</sup> Antónia Chagas considere que o traçado da igreja, embora não edificado nessa campanha, foi definido na primeira campanha, quando se ergueu a cabeceira – ver p. 62.

arquitectura de modelo importado sobre a tradição da arquitectura regional, na qual era tradicionalmente utilizado o pé romano.”<sup>856</sup>

As circunstâncias que levaram à fundação do mosteiro levam a crer que o mesmo tenha sido edificado sobre uma estrutura arquitectónica pré-existente, que seria a quinta herdada por D. Berengária. Foi já defendido num estudo sobre o mosteiro<sup>857</sup> que esta quinta possuía uma capela, tendo a igreja assentado sobre essa capela. Esta orientação teria assim condicionado a implantação das dependências monásticas, resultando daí a forma trapezoidal do claustro. No entanto, neste período cronológico apenas os paços régios possuíam capelas, pelo que a hipótese da igreja ter sido edificada aproveitando uma capela pré-existente se torna insustentável<sup>858</sup>.

A igreja de Almoester organiza-se em três naves de quatro tramos, de altura desigual (a central mais elevada do que as laterais, embora a diferença seja pouco acentuada), com transepto incluso<sup>859</sup> e cabeceira de planta tripartida escalonada [Fig. 291]. O modelo de Almoester é idêntico ao que se vê em Odivelas e corresponde a uma tipologia cisterciense feminina que encontramos no século XIV<sup>860</sup>.

---

856 M<sup>a</sup> Antónia Chagas, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, *Opus Cit.*, p. 103

857 M<sup>a</sup> Antónia T. Chagas, “Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares”, in *Opus Cit.*, vol. II, p. 663.

858 "A existência em paços de capelas privadas para uso exclusivo dos seus possuidores parece ter-se mantido, até ao fim do século XV, um privilégio quase exclusivamente real", J. C. Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses, Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI)*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à FCSH da UNL, 1993, p. 34. Sobre a questão das capelas em paços ver, Idem, *Ibidem*, "O Oratório e a Capela", pp. 30/34.

859 A. Gusmão, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia da Idade Média)*, *Opus Cit.*, p. 375, chama a atenção para a influência exercida em Almoester pela Igreja de S. Francisco de Estremoz, onde o transepto também é incluso; essa influência não pode, contudo, ser aceite de forma linear, até porque em São Francisco de Estremoz o transepto é abobadado, circunstância que, tal como o facto de ser incluso, é pouco comum nas ordens mendicantes, mas que não se vai repetir em Almoester.

860 Virgolino F. Jorge classifica cinco grupos de igrejas de monjas cistercienses em Portugal, ordenando-os cronologicamente segundo a planta conhecida ou existente. Almoester e Odivelas (igrejas consagradas no século XIV) definem o primeiro grupo. São Bento de Cástris (igreja do século XVI) e São Bernardo de Portalegre (consagrada em 1572), com uma planta cruciforme, correspondem ao segundo. Os mosteiros de São Bernardo de Tavira, Santa Maria de Cós (igrejas reformadas na segunda metade do século XVII) e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>

A cabeceira possui uma planta tripartida, escalonada, com abside e absidiolos, de terminação recta, e, perfeitamente integrada no chamado “plano bernardino” [Fig. 292]; esta leitura, porém, deve ser questionada face aos vestígios que indicam um espaço prévio no local. A cabeceira apresenta uma capela-mor composta por dois tramos [Fig. 293]. O primeiro tramo possui planta rectangular e é coberto por abóbada de cruzaria de ogivas, ligeiramente rebaixada; as nervuras são de secção recta e descarregam em pequenas mísulas de ábaco destacado, correndo entre os abacos uma cornija. A abóbada é atravessada por uma cadeia, também de secção recta e arestas chanfradas, mais comum na arquitectura das ordens mendicantes do que na arquitectura cisterciense [Fig. 294]. Este tramo abre-se para a zona do cruzeiro através de um arco quebrado duplo, assente em ábacos largos unidos por um friso simples e com capitéis vegetalistas assentes em colunas e colunelos [Fig. 295]. Este primeiro tramo deverá pertencer à estrutura original da cabeceira da igreja, com uma cronologia situada entre o final do século XIII e o início do século XIV.

A este deste tramo, porém, abre-se um segundo tramo, de pequenas dimensões e planta rectangular, coberto por uma abóbada de canhão. Os dois tramos são separados por um arco toral de volta perfeita de perfil idêntico ao das nervuras. Assenta em capitéis de ábaco pronunciado, apoiados em colunas adossadas à parede e colocadas sobre bases elevadas, embora menores que as das naves. Este tramo é actualmente iluminado por duas janelas rectangulares e tem a parede de topo tapada com um altar em talha dourada<sup>861</sup> [Fig. 296]. É em volta deste segundo tramo que gira a problemática sobre a estrutura primitiva da cabeceira. A diferença da espessura das paredes destes dois tramos (o segundo menos espesso) e os vestígios arquitectónicos encontrados - um antigo pano murário e o arranque de um contraforte - levam à conclusão de que este tramo oriental é posterior ao ocidental. A datação e planta do tramo oriental primitivo levantam problemas.

---

da Assunção de Tabosa (reconstrução do século XVIII), de planta simples, exemplificam o terceiro. Um quarto grupo, classificado como monumental, encontra expressão nos Mosteiros de S. Pedro de Arouca (segundo quartel do século XVIII) e S. Mamede de Lorvão (consagrada em 1761) . E por fim, Santa Maria de Celas (igreja da primeira metade do século XVI), de planta centralizada, testemunha o quinto grupo. Ver “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal, Notas sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, in *Cistercivm, Revista Monástica*, ano LI/ nº 217, Out.-Dez. 1999.

<sup>861</sup> Para além destas adulterações pós-medievais no tramo este, toda a capela se encontra revestida de azulejos, estando a abobada pintada.

Segundo Francisco Teixeira<sup>862</sup> a abside original teria uma planta poligonal de cinco faces (idêntica à de Santa Clara de Santarém) e as alterações (capela-mor recta) deverão ser apenas do período em que se incluiu na capela-mor o altar de talha dourada, ou seja a época barroca. M<sup>a</sup> Antónia Chagas<sup>863</sup>, pelo contrário, conclui que a abside original teria uma planta em semicírculo e cobertura abobadada, tendo integrado uma construção já existente no paço de D. Sancha Pires - a referida capela<sup>864</sup> -, hipótese que, como se referiu anteriormente, não nos parece sustentável. Esta autora concorda, porém, com F. Teixeira na ideia de que a planta da capela-mor actual corresponde a uma campanha de obras da época moderna.

Apesar das diferenças de interpretação, qualquer dos autores considera, contudo, que os vestígios existentes pertenceriam ao tramo medieval oriental, coevo do que ainda subsiste a oeste. Esta situação anula a possibilidade de ter existido desde o início uma cabeceira correspondendo ao modelo bernardino.

Uma segunda questão no que toca à cabeceira, tem a ver com o facto de a largura total da mesma ser inferior à das naves. A explicação para esta situação também não é consensual. Francisco Teixeira afirma que esta discrepância foi motivada pelo planeamento inicial de um transepto, que depois acabou por não ser edificado, causando o referido desacerto. Um argumento que pode atentar contra esta hipótese é a frequente inexistência

---

862 *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, pp. 62/64, pp. 68/69 e p.147. A hipótese é reafirmada in *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, pp. 233/34.

863 *Mosteiro de Santa Maria de Almoester, contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares, Opus Cit.*, p. 61

864 “É possível crer que a génese desta casa monástica terá sido assente sobre a estrutura preexistente arquitectónica e agrícola da quinta de D. Sancha, a qual incluía uma capela. Sobre esta última, tendo sido efectuada a observação aturada no local, constata-se que ainda existem vestígios materiais de uma cabeceira primitiva à qual se sobrepõe a actual”. M<sup>a</sup> Antónia T. Chagas, “Mosteiro de Santa Maria de Almoester: contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares”, in *Opus Cit.*, vol. II, p. 663. Tem também sido discutida - cfr. José M. Varandas, *Monacato Feminino e Domínio Rural, o património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV, Opus Cit.*, p. 21 e M<sup>a</sup> Antónia T. Chagas, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester, contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares, Opus Cit.*, pp. 33-34 - a possibilidade de o mosteiro assentar sobre uma estrutura cristã pré-muçulmana, arrasada ou danificada durante as investidas muçulmanas na região, sendo que, na opinião dos autores, esta hipótese explicaria o topónimo. Não existem, no entanto, dados que confirmem esta teoria.

de transeptos nas igrejas femininas da Ordem<sup>865</sup>. M<sup>a</sup> Antónia Chagas remete a solução para razões de ordem social e não de natureza arquitectónica, considerando que o plano inicial das naves deverá ter sido alargado, devido a um número crescente de monjas<sup>866</sup>.

Os capiteis visíveis na capela-mor (alguns foram cobertos por uma camada de estuque e pintados), possuem cesto campaniforme e decoração vegetalista com folhagem larga [Figs. 297 e 298]. A inspiração é simultaneamente cisterciense e mendicante, uma vez que podemos encontrar paralelos com os capiteis de Santa Clara de Santarém, mas também com os de Alcobça, que poderá, aliás, ter servido de modelo para os capitéis da igreja clarissa escalabitana.

As capelas colaterais são mais baixas e mais pequenas do que a capela-mor. A cobertura faz-se com abóbada de berço quebrado [Fig. 299], uma tipologia que tendia a ser menos utilizada no final do século XIII, mas que era bastante comum nas igrejas da Ordem de Cister e que as ordens mendicantes irão, também, adoptar, como se vê pelos casos de Elvas e Santarém<sup>867</sup>. As capelas estão ligadas à capela-mor através de aberturas internas em arco de volta perfeita, solução muito comum na arquitectura das ordens mendicantes portuguesa [Fig. 300]. Abrem-se para o transepto (incluso) através de arcos quebrados duplos.

A capela absidial sul possui um arco toral assente em mísulas em ponta de diamante muito largas (elementos actualmente inexistentes na capela norte, mas que deverão ter existido). Os ábacos dos capitéis do arco de entrada e das mísulas estão unidos por uma cornija que continua até à parede este da capela, actualmente tapada por um altar de talha dourada. As paredes e tecto da capela encontram-se revestidos de azulejos policromos [Fig. 301]. Os capitéis da capela possuem cesto campaniforme e decoração vegetalista a enquadrar simbologia heráldica: o escudo de cadeado, o esquartelado com quatro quartéis

---

865 Odivelas também não possuiria transepto. Note-se, contudo, que a proximidade desta igreja com a arquitectura mendicante, onde o transepto é comum, pode ajudar a corroborar a teoria de F. Teixeira. Não há, porém, no presente estado da investigação forma de confirmar a hipótese.

866 *Mosteiro de Santa Maria de Almoŕ, contributo para uma proposta metodol3gica de conserva33o e valoriza33o dos edif3cios regulares, Opus Cit.*, p. 62

867 Salvaguardadas em Santarém todas as quest3es, j3 referidas, relacionadas com as interven33es da DGEMN.

lisos e a flor-de-lis associada a D. Berengária [Fig. 302]. É possível que D. Berengária Aires tenha planeado fazer-se sepultar nesta capela e, como tal, aqui deveriam surgir as suas armas<sup>868</sup>. No conjunto da igreja, a representação da heráldica de D. Berengária afirma-se como "símbolos de prestígio e de afirmação de poder, neste caso de D. Berengária, como protectora do mosteiro e patrocinadora da obra constructiva (...) [exprimindo] a importância que D. Berengária Aires teve nos primeiros tempos de vida da comunidade e o papel que assumiu no controlo da própria edificação, apesar do seu estado laico, o que revela a importância dos fundadores e dos seus descendentes directos"<sup>869</sup>.

Na abóbada da capela norte, pintada, mas sem revestimento azulejar, abriu-se ao centro um óculo octogonal, que poderá ter levado ao desaparecimento de um arco total idêntico ao da capela sul [Fig. 303]. No topo da capela encontra-se um altar de talha dourada<sup>870</sup>. As colunas que sustentam o arco de acesso ao espaço desta capela estão profundamente danificadas e modificadas – do lado sul a coluna não é de todo visível, pois foi revestida com talha dourada; do lado norte, coluna e capitel encontram-se desgastados, podendo-se apenas vislumbrar que a decoração do capitel seria vegetalista [Fig. 304].

O transepto inscrito, com cobertura em madeira, apresenta uma demarcação evidente da zona do cruzeiro para os braços, alcançada através da inclusão de arcos quebrados (prolongando o esquema de divisão das naves) [Fig. 305].

---

868 O brasão de D. Berengária surge na inscrição do sino; a flor-de-lis aparece no segundo e terceiro quadrantes, com as pétalas preenchidas por pequenas pérolas. Ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo I, *Opus Cit.*, p. 1081. No transepto os símbolos heráldicos de D. Berengária aparecem também em dois capitéis. Jorge M. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 461 refere que estava previsto a arca tumular ser colocada na nave norte junto ao transepto.

869 F. Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, pp. 234/235.

870 A decoração das paredes nesta capela é distinta: do lado sul surge um pequeno painel de azulejos, que não cobre toda a superfície; do lado norte abre-se a porta para a sacristia (pequeno espaço com abóbada de cruzamento de ogivas) havendo revestimento de azulejos a ladear a porta; sobre esta, porém, e a todo o comprimento da parede, encontra-se um painel rectangular de talha dourada. Aliás, todo o interior da igreja foi remodelado no século XVIII, com a introdução de diversos altares de talha dourada e com o revestimento das paredes com painéis de azulejos. Sobre estas transformações ver M. Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 351/353.

A separação das naves faz-se através de arcadas com arcos quebrados, assentes em pilares com colunas de secção facetada adossadas no intradorso [Figs. 306 e 307]. O modelo de secção recta das arcadas foi sistematicamente utilizado pelas ordens mendicantes, podendo-se talvez colocar a hipótese de uma influência das igrejas escalabitanas; porém, estas construções mendicantes possuem arcos duplos e utilizam a coluna de fuste cilíndrico para sustentar o arco interno. Em Almoster não existe arco interno e a coluna que integra o pilar é facetada. Por outro lado, é importante relembrar que a tipologia recta de pilares e arcadas também foi utilizada nas construções cistercienses, em Tarouca sem arco interno ou coluna, em Santa Maria de Aguiar com ambos. A herança da própria ordem cisterciense (e apesar dos pontos de contacto com construções mendicantes noutros aspectos) não é, pois, de rejeitar. Pilares e colunas repousam em bases comuns, muito elevadas e largas. As colunas apresentam capitéis de cesto facetado com decoração vegetalista.

A iluminação faz-se por meio de pequenas frestas em arco de volta perfeita abertas nas naves laterais (três de cada lado), não existindo clerestório na nave central [Fig. 308]. Sobre a capela-mor abre-se um pequeno óculo e sobre as capelas laterais rasgam-se frestas iguais às das naves. Na parede ocidental surge uma grande rosácea [Fig. 309].

Pelo facto de ser um mosteiro feminino teria de haver na nave uma divisão (um gradeamento) que separasse a comunidade monástica feminina daqueles que presidiam ao ofício litúrgico; não existem, contudo, vestígios dessa divisória medieval e a que hoje existe data de 1709.

Contrariamente aos outros exemplos da arquitectura cisterciense analisados (salvaguardadas as especificidades já referidas para Santa Maria de Aguiar), as naves da igreja de Almoster possuem cobertura de madeira, ao invés de abobadamento em pedra. Esta opção aponta para uma situação de proximidade com a arquitectura das ordens mendicantes, muito embora seja de referir que as casas femininas da Ordem de Cister apresentavam frequentemente modelos arquitectónicos mais simples do que as masculinas; um exemplo significativo é a ausência de transepto em algumas casas femininas, por oposição ao destaque que este elemento apresenta nas casas masculinas. No que respeita à

cobertura em madeira nas naves de Almoster, a aproximação à arquitectura das ordens mendicantes, poderá ter estado por detrás desta opção.

A porta principal da igreja, situa-se, como habitual nas igrejas femininas, numa das fachadas laterais, do lado sul, no tramo correspondente ao transepto inscrito [Fig. 310]. Está inscrita num rectângulo saliente de alvenaria, elemento decorativo comum nas igrejas paroquiais da Estremadura, como se irá ver pelos exemplos de Santo André de Mafra e de S. Leonardo da Atouguia da Baleia<sup>871</sup>, e que lhe confere profundidade. A terminação superior do rectângulo foi intervencionada em campanhas de restauro do século XX, pelo que não é possível definir se a sua actual terminação em moldura horizontal é a original; uma hipótese alternativa é a terminação em gablete já utilizada em construções anteriores, como por exemplo, Santa Maria do Olival, São João do Alporão e São Francisco de Santarém. A terminação dos arcos parece, contudo, ser demasiado elevada para permitir a continuação em gablete que ocuparia a parede quase toda. O portal abre-se em arco quebrado com três arquivoltas compostas por toros de diferente diâmetro, assentes em ábacos salientes, idênticos aos do interior, e que por sua vez repousam em capitéis [Fig. 311]. Estes possuem decoração vegetalista e heráldica, sublinhando-se, mais uma vez, a presença das armas de D. Berengária.

A meio da parede conserva-se uma cachorrada, cuja função terá sido de sustentar uma *alpendrada*<sup>872</sup>.

A fachada oeste apresenta uma estrutura escalonada, evidenciando a divisão interna do espaço, sublinhada pela presença de contrafortes, de grande simplicidade, semelhantes aos que se encontram na igreja de Santa Clara de Santarém; possuem base paralelepípedica e o corpo marcado por dois esbarros [Fig. 312]. No registo superior rasga-se uma grande

---

871 Para estas igrejas ver II Parte, capítulo 2.

872 Segundo J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 461/463, este espaço deve ter funcionado como local de enterramento de laicos; sublinhe-se, porém, que isso era invulgar num mosteiro feminino.

rosácea com um óculo central do qual partem colunas que desembocam em arcos trilobados. O corpo central termina em frontão triangular e os laterais em empena oblíqua.

A cabeceira possui uma volumetria escalonada e que revela a organização tripartida do espaço interno<sup>873</sup>. Na parede da capela-mor abre-se um óculo octogonal pós-medieval (imperceptível no interior devido ao altar de talha) e nas capelas laterais rasga-se uma pequena fresta em arco de volta perfeita (igualmente inteligíveis do interior) [Fig. 292].

A toda a volta corre uma fiada de modilhões de terminação pentagonal, de acordo com modelos existentes em diversas construções dos séculos XIII e XIV, como por exemplo, os casos já assinalados de São João do Alporão (embora nesta igreja com uma maior ornamentação) e Santa Clara de Santarém, repetindo-se a tipologia em São Dinis de Odivelas, como veremos.

A leitura da igreja de Santa Maria de Almoester levanta problemas no que toca à compreensão de diversos elementos, nomeadamente na zona da cabeceira. Por outro lado, a análise da igreja deste mosteiro deve ser feita tendo em conta não apenas os modelos tipológicos da Ordem Cisterciense, mas também a arquitectura mendicante, tendo os conventos de franciscanos e clarissas erguidos em Santarém exercido, sem dúvida, alguma influência na construção de Almoester. Contudo, e, em última análise, importa realçar o enquadramento da igreja, mais do que no *espírito* mendicante ou no *espírito* da arquitectura cisterciense numa tipologia de três naves com cabeceira escalonada que parece ter marcado os séculos XIII e XIV.

---

873 Ao lado da capela lateral sul encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Piedade, pequena construção manuelina, já do século XVI, coberta por uma magnífica abóbada (sem comunicação com o interior da igreja).

## b) São Dinis de Odivelas

Segundo a lenda, o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas resulta de um voto do rei D. Dinis a S. Luís, bispo de Toulouse. Reza a tradição que, durante uma caçada em Beja<sup>874</sup>, o monarca se conseguiu defender do ataque de um urso, graças à intervenção do Santo francês por ele invocado<sup>875</sup>. A verdade é que, independentemente deste episódio, D. Dinis já teria, há algum tempo, intenção de fundar um mosteiro cisterciense, uma vez que no Capítulo Geral da Ordem de Cister, reunido em Setembro de 1294, é autorizado o pedido de fundação do monarca português<sup>876</sup>. As questões que realmente motivaram o monarca a fundar um novo mosteiro da ordem cisterciense permanecem desconhecidas para nós, mas parece seguro afirmar que, para além de motivações piedosas, a fundação de Odivelas tenha passado por uma questão de afirmação pessoal do prestígio de D. Dinis. "Odivelas deve representar um desejo de projecção pessoal, de criação de uma memória própria, individual, capaz de, na travessia do tempo, preservar a lembrança do rei"<sup>877</sup>. O desejo, aquando da fundação, de erguer um panteão familiar deve ser posto de lado, uma vez que, no testamento de 1299<sup>878</sup>, posterior à fundação de Odivelas, o monarca refere ainda o Mosteiro de Alcobaça como local escolhido para se fazer tumular. Contudo, pouco antes da sua

---

874 O episódio deverá situar-se em Novembro de 1294, altura em que D. Dinis se encontrava em Beja. Ver José A. Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, Cap. III/3. *O Ciclo do Apogeu (1288-1304)*, 3.5.1., p. 137.

875 A invocação deste santo não é de estranhar. São Luís de Toulouse era primo de D. Dinis e há referências de que o rei já havia invocado anteriormente a sua protecção. São Luís era neto do rei da Sicília, Carlos de Anjou, irmão de (São) Luís IX de França, ambos primos co-irmãos de D. Afonso III. Ver J. S. M. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, cap. III/3, *O Ciclo do Apogeu (1288-1304)*, 3.5.1., p. 137. J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 473, nota 45, chama a atenção para o facto de a mesma invocação aparecer noutras igrejas do seu reinado, como a Igreja de São Dinis de Vila Real.

876 J. S. M. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, cap. III/3, *O Ciclo do Apogeu (1288-1304)*, 3.5.1., p. 137. Ver também H. V. Vilar e M<sup>a</sup> J. Silva, "A Fundação do Mosteiro de Odivelas", in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, Outubro 1991, vol. 1, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992, p. 591.

877 M<sup>a</sup> A. Marques, "A Integração das Mulheres na Ordem de Cister. O Caso Português", in *Opus Cit.*, vol. I, p. 122. Sobre as motivações de D. Dinis ver também H. V. Vilar e M<sup>a</sup> J. V. Silva, "A Fundação do Mosteiro de Odivelas", in *Opus Cit.*, vol. 1.

878 Ver H. V. Vilar e M<sup>a</sup> J. Silva, "A Fundação do Mosteiro de Odivelas", in *Opus Cit.*, vol. 1, p. 592 e J. S. M. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, cap. IV/1. *A Alma e o Corpo*, 1.2., pp. 208-211. Sobre os testamentos de D. Dinis e outros documentos relacionados com o convento ver João Fresco e Sofia C. Matos, "D. Dinis e Odivelas", in *D. Dinis, Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*, Lisboa, Edições Colibri/ Câmara Municipal de Odivelas, 2011.

morte, D. Dinis faz do mosteiro a sua morada final, planeando, a partir de 1318, transformar o mosteiro no panteão régio da sua dinastia, ideia na qual foi temporariamente apoiado por D. Isabel<sup>879</sup>. Embora o projecto tenha sido abalado pelos conflitos familiares derivados da guerra civil de 1319/1324 (e a Rainha Santa venha, mais tarde, a optar pelo convento de Santa Clara-a-Velha), D. Dinis irá manter a sua opção, determinando no testamento de 1322 (20 de Junho) que o seu túmulo ficasse no centro da igreja<sup>880</sup>.

Esclarecidos os trâmites legais com o abade de Cister, a 27 de Fevereiro de 1295 lança-se a primeira pedra do mosteiro, dedicado, segundo a Carta de Confirmação da mesma data, a S. Dinis e S. Bernardo. As obras terão sido dirigidas por Antão e Afonso Martins<sup>881</sup>, e prolongaram-se durante o primeiro quartel do século XIV. Muito embora haja notícia de que, a 1 de Março de 1296, o mosteiro começou a ser habitado por monjas, esta situação deve remeter para instalações provisórias (possivelmente construções efémeras em madeira), estando possivelmente levantadas apenas as paredes da capela-mor. A entrega oficial do mosteiro às monjas data de 1305<sup>882</sup>, pelo que vários autores, nomeadamente os cronistas, referem a sua conclusão em dez anos - "*E fez a Rua Nova de Lisboa, e assim o Mosteiro de São Dinis de Odivelas, em que jaz, o qual, logo a poucos anos que reinou, mandou*

---

879 Sobre o projecto de criar um panteão da família real em Odivelas ver Giulia Rossi Vairo, "O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)", in *Família, Espaço e Património (26-27 de Novembro de 2010)*. Actas, coord. Carlota Santos, Guimarães, CITCEM (no prelo).

880 D. Dinis foi o primeiro monarca a fazer-se sepultar no interior de uma igreja monástica em Portugal, sendo que "o local de tumulação dos reis deixou, a partir deste momento, de ser a galilé para se transferir para o interior das igrejas" J. C. Vieira da Silva, "Da Galilé à Capela-Mor: o percurso funerário na arquitectura gótica portuguesa", in *Opus Cit.*, p. 48. Ver também J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 471. Para além desta passagem do "exterior" para o interior da igreja, D. Dinis é ainda responsável por uma alteração nos padrões comportamentais dos monarcas que o antecederam, ao romper com os panteões régios de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça e escolher um espaço novo para si (e inicialmente também para a sua mulher).

881 A ausência de dados biográficos sobre os dois arquitectos levanta algumas questões sobre a sequência de trabalhos e eventual colaboração em simultâneo na obra, bem como sobre o parentesco entre eles. A questão foi abordada por A.C. Borges de Figueiredo, *O Mosteiro de Odivellas, Casos de Reis e Memórias de Freiras*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1889, pp. 146-158. Sobre os arquitectos ver também M. M<sup>a</sup> Tomé, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a Salvaguarda do Património Edificado*, dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico a apresentar à Universidade de Évora, Évora, 1995, p. 16; F. Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, pp. 212/213.

882 M. M<sup>a</sup> Tomé, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a Salvaguarda do Património Edificado*, *Opus Cit.*, p. 16.

começar e, em sua vida, se acabou em dez anos"<sup>883</sup>. No entanto, ainda há referências ao andamento das obras em 1324<sup>884</sup>, o que contradiz esta (aliás, improvável) celeridade.

A escolha do local, correspondendo às premissas habituais da Ordem<sup>885</sup>, deve, no entanto, ser igualmente entendido dentro do crescimento da cidade de Lisboa que, no final do século XIII, se destacava entre as principais urbes do reino, tendo ascendido entretanto à condição de capital<sup>886</sup>. O facto de D. Dinis possuir um paço na zona de Odivelas (em Vale de Flores) deverá também ter contribuído para a escolha do local, uma vez que a relação entre estes espaços não era invulgar – como se viu, a Rainha Santa Isabel manda edificar um paço em Santa Clara-a-Velha e D. Berengária possuía um paço em Almoester. "A construção de paços em mosteiros, revelando facetas de uma religiosidade da época, reflectem também condições sociais e económicas peculiares, já que fundar um mosteiro era, por um lado, sinal de poder e, por outro, garantia de subsistência através da cobrança dos direitos de aposentadoria e comedoria que os patronos fundadores para si reservavam"<sup>887</sup>.

A igreja teve acrescentos sucessivos ao longo dos séculos. Em 1424, o Infante D. Pedro, duque de Coimbra e Regente de Portugal, mandou edificar uma capela, adossada ao

---

883 Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, segundo o Códice inédito nº 891, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida da versão actualizada da edição ferreiriana de 1726, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, cap. XXXII, p. 323.

884 J. S. M. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, cap. 3, *O Ciclo do Apogeu (1288-1304)*, 3.5.1., p. 138.

885 Era uma zona isolada, apesar da proximidade da capital, existiam na zona pedreiras que podiam fornecer matéria prima para a construção e havia uma proximidade de linhas de água (a Ribeira de Caneças). Sobre esta última questão ver M. J. Tomé, M<sup>a</sup> F. Monteiro, M<sup>a</sup> G. Cornacho e V. F. Jorge, "Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas", in *Actas do Simpósio Internacional sobre Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Convento da Arrábida, Novembro 1993, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

886 Aceita-se, por norma, o ano de 1255 como data da ascensão de Lisboa a capital do reino, relacionando esta datação, entre outras coisas, com a fixação da morada régia em Lisboa, quase em permanência. A partir deste momento, a cidade vai ser alvo de benesses e atenções sistemáticas por parte dos monarcas (em particular D. Afonso IV). Para os contemporâneos, no entanto, a situação não seria tão evidente e só a partir da dinastia de Avis se pode considerar a condição de capital verdadeiramente oficializada. Ver sobre o assunto M<sup>a</sup> Emília Ferreira, "Capital", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.

887 J. C. Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses, Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI)*, vol. I, *Opus Cit.* p. 141. Sobre a relação entre paços e mosteiros ver Idem, *Ibidem*, II Parte, "A Evolução dos paços do século XII ao século XVI / Paços e Mosteiros", pp. 135 a 142.

absidiolo norte, em memória da sua mãe, D. Filipa de Lencastre, falecida em Odivelas. O nártex de acesso a esta capela deve datar do mesmo período. As grandes transformações datam, porém, dos reinados de D. João IV e de D. João V, tendo este último monarca ampliado significativamente o mosteiro. Com o terramoto de 1755, grande parte do mosteiro entrou em ruína. Do período medieval sobreviveu apenas a cabeceira da igreja, o pórtico lateral norte da igreja e possivelmente parte das alas sul e oeste do chamado *Claustro Novo*<sup>888</sup>.

A igreja que hoje antecede a cabeceira data de 1757, e apresenta uma tipologia distinta da estrutura medieval. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, inicia-se o período de agonia do mosteiro, que desaparece, por fim, em 1886, com a morte da última monja. O antigo mosteiro cisterciense é então incorporado na Fazenda Nacional e, por decreto de 9 de Março de 1899, é nele criado o *Instituto D. Afonso*, para a educação de órfãos de oficiais do exército e da armada. Entre 1944 e 1950 são levadas a cabo diversas intervenções de conservação e beneficiação no conjunto do mosteiro<sup>889</sup> e, em 1958, inicia-se um novo ciclo de reparações<sup>890</sup>.

A igreja possuía cabeceira tripartida escalonada e transepto provavelmente incluso<sup>891</sup>, estando o corpo da igreja, ao que tudo indica, dividido em três naves - a central

---

888 Esta ideia é defendida por M. M<sup>a</sup> Tomé, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a Salvaguarda do Património Edificado, Opus Cit.* F. Teixeira refere como fazendo parte da construção original "alguns capitéis integrados num claustro reedificado no séc. XVI, o denominado Claustro da Moira", *Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, p. 203.

889 São intervencionados os vãos da cabeceira de forma a recuperarem a forma original; são reconstruídos capitéis; e são retiradas decorações barrocas. Ver M. M<sup>a</sup> Tomé, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a Salvaguarda do Património Edificado, Opus Cit.*, p. 71.

890 Na página do monumento no site da DGEMN encontram-se listadas as várias intervenções de conservação e manutenção levadas a cabo ao longo das décadas pelas várias instituições a que o mosteiro esteve ligado. Entre as mais significativas contam-se as obras de conservação e reparação pela Direcção Regional dos Edifícios de Lisboa, em 1950; os arranjos exteriores do edifício pela Direcção dos Serviços de Construção e Conservação, em 1955, continuadas no ano seguinte pela DGEMN; e as diversas reparações do telhado levadas a cabo pela DGEMN ao longo dos anos. Ver a página do monumento [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4067](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4067), consultada em 22/03/2012.

891 Como refere J. Custodio Vieira da Silva, "(...) não é possível determinar com segurança se também em Odivelas o transepto terá ficado excluído", in "Arte Gótica", *História da Arte Portuguesa. Época Medieval, Opus Cit.*, p. 121.

mais larga do que as laterais, correspondendo a sua largura à da abside, e as naves laterais de largura idêntica à das capelas laterais. Segundo as descrições de cronistas a separação entre a nave central e as laterais far-se-ia "por uma arcaria assente sobre pilares"<sup>892</sup>. Desta planta, porém, hoje apenas se mantém a cabeceira, sendo necessário fazer reconstituições, por vezes conjecturais, do restante espaço [Fig. 313].

A cabeceira insere-se dentro do género de tipologia que temos vindo a abordar, com existência de àbside e capelas laterais escalonadas face à capela-mor [Figs. 314 e 315].

A capela-mor possui uma planta de terminação poligonal em três panos [Fig. 316]. A sua organização interna é, no entanto, original, sendo composta por três tramos, desnivelados no pavimento (o mais elevado a este), acedendo-se de um para o outro por meio de um degrau. O abobadamento é feito por meio de abóbadas de cruzamento de ogivas no primeiro e segundo tramo, possuindo o terceiro uma abóbada polinervada; a separação entre tramos é feita através de arcos torais quebrados [Figs. 317 e 318]. As nervuras são facetadas e de secção recta e as três abóbadas possuem uma chave floral ao centro. Os arco torais e a abóbada polinervada a este, bem como a primeira nervura oeste do primeiro tramo, assentam em capitéis apoiados em colunas [Fig. 319]; a abóbada do tramo intermédio e as nervuras oeste do terceiro tramo e este do primeiro, apoiam-se em mísulas troncocónicas [Fig. 320]. Em ambos os casos os capitéis possuem decoração vegetalista e fitomórfica e ábacos (interligados) rectos e destacados [Fig. 321]. As colunas assentam em bases quadradas sobre plintos rectangulares elevados [Fig. 322]. A iluminação é feita, em cada pano, por uma janela de dois lumes abertos em arco quebrado com um pequeno óculo trilobado sobre estes [Fig. 323]. Sobre o arco triunfal existe uma rosácea, distinta da primitiva, que contribuiria para a iluminação do espaço das naves.

As capelas laterais possuem também planta poligonal de três panos, mas dividem-se apenas em dois tramos, de acordo com uma organização espacial mais comum [Fig. 324].

---

892 M. M<sup>a</sup> Tomé, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a Salvaguarda do Património Edificado, Opus Cit.*, p. 53. São ainda "visíveis as marcas que denunciam a existência de arcos estruturais que partiam da cabeceira e marcavam a separação entre a nave central e as colaterais. Esta separação entre as naves está ainda assinalada pela diferença de cotas do pavimento, e, pela presença de uma balaustrada de madeira que marca as zonas de separação, ocupando aproximadamente a posição da anterior arcaria.", Idem, *Ibidem*, p. 53. A 11 de Junho de 2008 a balaustrada de madeira não existia.

Os tramos, contudo, encontram-se igualmente desnivelados, acedendo-se de um ao outro por meio de um degrau no pavimento. A iluminação é feita através de frestas estreitas abertas no pano central - os panos internos estão adossados à capela-mor, inviabilizando a abertura de frestas de iluminação<sup>893</sup>; no pano oposto sacrificou-se igualmente a abertura de uma fresta, talvez por uma questão de simetria. A iluminação do espaço pode também considerar-se arcaica, optando por simples frestas ao invés de janelas de dois lumes idênticas às da abside, solução que se encontra, por exemplo, nas capelas internas de São Domingos de Elvas.

Estes espaços são abobadados, no primeiro tramo por abóbadas de cruzamento de ogivas com nervuras facetadas e rectas, e no segundo com abóbada polinervada. Os tramos são separados por um arco toral quebrado, correndo a todo o comprimento uma cadeia longitudinal e sendo as chaves ornamentadas com uma simples roseta [Fig. 325]. As nervuras, facetadas e de secção recta, descarregam em capitéis assentes em colunas que se prolongam até ao chão e em mísulas troncocónicas [Fig. 326]. A secção recta das nervuras possui paralelismos com os modelos que encontramos nas ordens mendicantes, muito embora se deva referir o caso das naves laterais de Santa Maria de Aguiar (salvaguardadas as questões relacionadas com as intervenções da DGEMN). Os capitéis, ábacos e bases das colunas são idênticos aos da capela-mor.

As capelas e a ábside são intercomunicantes, situação comum na arquitectura das ordens mendicantes, mas menos utilizada na arquitectura cisterciense<sup>894</sup>. A passagem entre as capelas faz-se por meio de arco de volta perfeita<sup>895</sup>.

---

893 Os problemas relacionados com esta questão já foram debatidos aquando da análise de São Domingos de Elvas [ver p. 200] e têm sido sublinhados por outros autores; veja-se por exemplo a análise de F. Teixeira que conclui que a "cabeceira revela uma dificuldade técnica que não é exclusiva desta edificação e que se encontra noutros exemplos da arquitectura contemporânea, como no mosteiro cisterciense de Santa M<sup>a</sup> de Almoester. Como consequência desta má articulação resultam problemas de iluminação das capelas laterais." in *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV, Opus Cit.*, p. 209.

894 Em Portugal encontram-se em Almoester, cuja ligação às tipologias mendicantes já foi abordada. E em França, aparecem em Fontenay, mas são uma excepção (e A. N. Gusmão in *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal, Opus Cit.* refere-as como sendo de data tardia).

895 Actualmente os absidiolos estão ladeados pela capela de D. Filipa, a norte, e pela sacristia, a sul, ambas comunicantes com as capelas laterais, mas datadas de épocas construtivas posteriores (a capela do século XV; a sacristia do século XVIII).

O transepto, como já foi dito, encontrar-se-ia possivelmente, incluso no corpo da igreja, situação que também se verifica na igreja de Almoster, o que (a comprovar-se esta particularidade) pode estar associado a uma tipologia cisterciense feminina, como anteriormente referido. Essa especificidade feminina poderia explicar a originalidade desta tipologia, menos comum nos séculos XIII e XIV, do que a planta com transepto destacado.

Na área que possivelmente corresponderia ao braço norte do transepto incluso encontra-se o portal de acesso ao exterior. É formado por três arcos quebrados com arquivoltas apoiadas em colunas assentes sobre bases quadrangulares elevadas; os capitéis são vegetalistas, com dois níveis de folhagens e ábacos destacados [Fig. 327]. Aquando da construção da capela de D. Filipa, edificou-se igualmente (ao que tudo indica) um nártex de acesso à capela, que protege também este pórtico de acesso à igreja [Fig. 328].

No exterior, a cabeceira apresenta contrafortes escalonados a separar os panos de parede na capela-mor, possuindo os contrafortes das capelas laterais apenas um pequeno esbarro quase no topo [Fig. 315]. Ao longo da cabeceira correm modilhões pentagonais, numa tipologia comum entre o século XIII e XIV, como já tivemos oportunidade de referir<sup>896</sup>.

\* \* \*

As duas construções pertencentes à Ordem de Cister abordadas neste capítulo não se enquadram completamente nos modelos cistercienses nacionais analisados na I Parte, apresentando um distanciamento significativo a nível da estruturação da cabeceira e cobertura do espaço interno das naves. Por outras palavras, mantêm a divisão tripartida do espaço das naves, mas não herdaram a tipologia de cabeceira "bernardina" existente em São João de Tarouca (e eventualmente em Santa Maria de Aguiar), nem a tipologia radiante patente em Alcobaça. O modelo que adoptam na sua origem (sublinhando-se todas as dúvidas relativas a Almoster) - cabeceira tripartida e escalonada, com ábside poligonal - é o

---

<sup>896</sup> Este tipo de modilhão é também por vezes designado em "forma de proa", devido ao seu remate inferior saliente e lateralmente encurvado.

modelo cisterciense que encontramos em alguns exemplos de Castela e Navarra, mas que deverá ter chegado a Almoester e Odivelas, mais por via das construções mendicantes, do que através dos (actuais) territórios espanhóis. Por outro lado, a opção por uma cobertura do espaço das naves com madeira e não com abóbada de pedra (pelo menos em Almoester), confirma a inspiração em modelos mendicantes.

Relativamente aos modelos estéticos, como por exemplo, o tipo de nervuras das abóbadas ou definição dos arcos, que nestas duas construções possuem perfil recto, o afastamento face às soluções encontradas em Santa Maria de Alcobaça é evidente; no entanto, como já se viu, nas igrejas de Tarouca e Santa Maria de Aguiar, a modelação rectas das arcadas e (em Aguiar) nervuras das abóbadas era já visível. Resta saber se a opção por este modelo estético se filia directamente nos exemplos de Tarouca e Aguiar ou se chega, por via indirecta, através da influência das ordens mendicantes; tendo em conta a sua aparente ascendência sobre estas duas construções no que concerne à estruturação da cabeceira e cobertura do espaço das naves e não sendo possível fazer afirmações categóricas, não é, contudo, impossível admitir que também aqui a influência derive de uma inspiração em modelos mendicantes.

No entanto, apesar desta dualidade Cister / Ordens Mendicantes relativamente às heranças destas edificações, a conclusão mais importante da sua análise (inserida dentro do panorama geral), prende-se com a confirmação do domínio da tipologia de igrejas de três naves com cabeceira escalonada no gótico português.

### 1.2.3. As Igrejas Paroquiais:

Edificadas segundo a tipologia de igreja de três naves com cabeceira composta por capela-mor e capelas laterais, surgem também duas igrejas paroquiais (que fogem assim à tipologia mais comum nestes casos, que é a de capela-mor única) – São Clemente de Loulé e a Igreja matriz de Santiago do Cacém.

### a) Matriz de São Clemente de Loulé

A data exacta de fundação da Igreja matriz de Loulé não é conhecida, podendo-se, no entanto, estabelecer balizas cronológicas seguras. Dada a conquista final do Algarve por D. Afonso III, auxiliado pelos cavaleiros de Santiago e Calatrava, em 1249 (Faro, antiga Santa Maria do Ocidente, cai em poder cristão em Março de 1249), a igreja não poderá ser anterior a esta data. Porém, o domínio efectivo do Algarve levantou problemas entre D. Afonso III e D. Afonso X de Castela, arrastando-se as contendas até finais da década de sessenta. Os limites definitivos do Algarve só vêm a ser estabelecidos a 16 de Fevereiro de 1267, com o Tratado de Badajoz<sup>897</sup>, altura em que os castelos de várias cidades, incluindo Loulé, são entregues à coroa portuguesa. A 4 de Dezembro de 1298 a igreja já existia e é integrada no padroado da Ordem de Santiago, em virtude de uma troca entre D. Dinis e o Mestre da Ordem. Em posse destes dados podemos, portanto, situar o início da construção da igreja entre 1249 e 1298. A data de 1251 foi recentemente avançada<sup>898</sup>, uma vez que nesse ano D. João Viegas, Arcebispo de Braga, encarregou os dominicanos da edificação de vários templos no Algarve. Não há, porém, indicação de que esta igreja lhes tenha pertencido. Assim sendo, parece acertado procurar datar o começo da construção apenas entre 1267, data em que a questão da posse do território algarvio é resolvida e, 1298, data em que sabemos que a igreja já existia.

Alguns autores<sup>899</sup> têm-na situado no reinado de Dinis, o que baliza o início da igreja entre 1279 e 1298 e o seu término em 1325, cronologia que nos aparece aceitável<sup>900</sup>.

---

897 Através deste tratado Afonso X de Castela renuncia ao reino do Algarve e D. Afonso III aos territórios compreendidos entre os rios Guadiana e Guadalquivir. O limite da fronteira entre os dois reinos fica estabelecido da confluência do rio Caia à foz do rio Guadiana. Sobre este assunto ver, C. F. S. Miguel, "Convenção de Badajoz", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, p. 271. Sobre a conquista do Algarve ver R. A. Torres, "D. Afonso III", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 40-41; J. Mattoso, "O Triunfo da Monarquia" in *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *Opus Cit.*, I Parte, *A Formação da Nacionalidade no Espaço Ibérico*, pp. 134-139; e L. Ventura, *D. Afonso III*, *Opus Cit.*, III./1. *O Fim da reconquista* e III./4. *A Questão do Algarve*.

898 S. Carrusca, *Loulé, o Património Artístico*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, p. 76.

899 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, *Opus Cit.*, vol. 1, p. 385, refere-a como "de iniciativa dionisina" e P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 149 considera que a igreja "remonta ao período de D. Dinis".

900 O portal da fachada principal poderá ser ulterior, como se verá mais adiante.

Quanto à invocação do orago, São Clemente (embora por vezes também apareça sob a invocação de Santa Maria), é particularmente invulgar. Uma explicação plausível parece ser a de que a conquista (ou tomada) da cidade, cuja data certa permanece desconhecida, possa ter ocorrido no dia do santo mártir, a 23 de Novembro (de 1249)<sup>901</sup>. Uma questão sobre a qual também não há certezas, embora pareça mais segura, é o facto de a igreja ter sido edificada no lugar da antiga mesquita, da qual sobreviveu a almenara árabe (datada do século XII<sup>902</sup>), transformada em torre sineira e incorporada na igreja.

A igreja, bastante simples, estrutura-se em três naves com cabeceira tripartida escalonada e sem transepto<sup>903</sup> [Fig. 329]. Sublinha-se aqui uma diferença face às restantes igrejas abordadas neste capítulo, nas quais o transepto estaria incluso, existindo uma demarcação do espaço (essa situação verifica-se, pelo menos, em Santa Maria de Almoester; em São Dinis de Odivelas não podemos ter certezas). Na Igreja de São Clemente de Loulé não há qualquer demarcação do espaço do transepto, simplificando-se, deste modo, ao máximo o traçado da igreja, o que, aliás, é comum nas igrejas paroquiais.

A cabeceira é composta por capela-mor e capelas laterais, que hoje apresentam algumas alterações face à composição original. A capela-mor é mais elevada e mais larga do que as capelas laterais, estruturação que já se deveria apresentar no período medieval; contudo, a sua planta, abobadamento e arco de acesso foram transformados em época pós-medieval<sup>904</sup> [Fig. 330]. Sobre o arco triunfal encontra-se uma janela mainelada, aberta em

---

901 A hipótese é avançada por J. Romero Magalhães, *A Conquista do Algarve aos Mouros*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1987, p. 12.

902 M<sup>a</sup> J. Pinheiro, *Loulé, Cidade de Mil Encantos*, Loulé, Empresa Litográfica do Sul, 1995, p. 80.

903 No século XVI a igreja foi alvo de várias campanhas das quais resultaram diversos acrescentos, nomeadamente as capelas laterais, e em 1719 colocaram-se os revestimentos de azulejos. O terramoto de 1755 provocou alguns danos na igreja, tendo-se procedido ainda nessa centúria à sua recuperação, reparando nomeadamente o arco triunfal. Qualquer das intervenções contribuiu para alterar o aspecto medieval da igreja. Já no século XX, entre 1939 e a actualidade, a DGEMN realizou diversas intervenções na igreja, essencialmente de consolidação e manutenção, mas também, pontualmente de substituição de elementos (como a demolição das abobadas pós-medievais, em 1969, substituídas por tectos de madeira). Sobre as intervenções da DGEMN ver a página dedicada à igreja - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2900](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2900), consultada a 23/01/2012.

904 Estrutura-se actualmente numa planta rectangular mais extensa do que as capelas laterais, coberta por uma abobada de canhão e com um arco de volta perfeita à entrada construído após o terramoto de 1755.

arco quebrado com dois lumes, também quebrados, e um pequeno óculo com quadrifólio no topo, cuja tipologia é completamente distinta das restantes aberturas, o que permite considerar a hipótese de aqui ter sido colocada após a construção original.

A capela lateral norte apresenta actualmente uma planta rectangular, mantendo-se do período medieval apenas uma abertura (na parede norte ) em arco quebrado composto por largas aduelas em pedra, e o arco de acesso à capela – este formado por arcos duplos de secção recta, um interno, mais largo, e outro externo, mais delgado, assentes em impostas sem capiteis; o arco externo prolonga-se até ao chão em blocos de pedra e o arco interno apoia-se num pilar facetado, formado por blocos de pedra, idênticos às aduelas, rectas e facetadas [Fig. 331]. A tipologia recta e facetada destes arcos, com arco interior, assemelha-se aos exemplos analisados nas construções mendicantes (embora nestas construções o arco interno se apoie em colunas), podendo existir aqui uma influência das igrejas destas ordens.

A capela do lado sul mantém a planta medieval, estruturada em dois tramos, o primeiro rectangular e o segundo, terminado em abside de três panos rectos (com o pano norte adossado à capela-mor). O espaço é coberto por abóbada de berço quebrado e os tramos são separados por um arco toral quebrado, assente em mísulas arredondadas com decoração naturalista. Na parede de topo abre-se uma ampla fresta em arco quebrado, formada por dois arcos. O arco de acesso a esta capela apresenta uma composição igual ao do lado norte [Fig. 332].

As capelas comunicam entre si, o que mais uma vez revela uma inspiração mendicante.

A nave central, mais larga e mais elevada, está dividida em três tramos e estrutura-se em três arcadas formadas por arcos quebrados compostos por aduelas iguais às dos arcos das capelas, de secção recta e facetadas [Fig. 330]. Não existe qualquer arco interno de carácter ornamental, apenas o lançamento do arco constituído pelas referidas aduelas criando uma tipologia de arcada muito simples e rudimentar [Fig. 333]. Os arcos assentam em capitéis vegetalistas de ábacos destacados, apoiados em colunas de fuste cilíndrico sobre bases quadradas muito elevadas. Os capitéis possuem uma decoração à base de

simples folhagens, pouco destacadas face ao cesto do capitel, num registo de grande simplicidade e algum arcaísmo [Fig. 334].

As naves apresentam cobertura em madeira, solução que remete para uma proximidade com a arquitectura mendicante<sup>905</sup> [Fig. 335]. É de referir, no entanto, que o abobadamento actual resulta de uma intervenção da DGEMN, em 1969, na qual foram retiradas as abóbadas pós-medievais que então cobriam o espaço e colocada a presente cobertura. A cobertura original, porém, seria também em madeira, opção confirmada pela colocação das janelas e pela própria fragilidade das colunas de sustentação das arcadas que não foram executadas para suportar estruturas pesadas.

A iluminação é feita por um clerestório na nave central, com janelas colocadas sobre a junção dos arcos (testemunhando a ausência de nervuras que sustentassem uma cobertura original em pedra). As janelas são escavadas na parede, estreitas e em arco perfeito, apontando para um tipo de solução de iluminação ainda próxima do românico [Fig. 333]. Nas naves laterais as janelas foram sacrificadas pelas construções ulteriores acrescentadas, sobrevivendo apenas uma de cada lado, de perfil idêntico às da nave central. Na fachada principal abre-se ainda uma pequena rosácea e duas estreitíssimas frestas e sobre o arco da capela-mor rasga-se a já referida janela mainelada.

Na nave norte, junto à capela lateral da cabeceira, encontra-se uma capela de planta rectangular, posterior ao período de construção original, mas cujo arco de entrada apresenta semelhanças com os arcos das capelas da cabeceira a nível do trabalho das aduelas, pese embora o facto de neste arco existir ornamentação; deverá datar ainda da época medieval, embora de uma data posterior à da composição das arcadas da nave e arcos da cabeceira [Fig. 336].

No exterior a composição do absidiolo sul torna-se difícil de apreender, uma vez que a percepção espacial está condicionada pela construção que se encontra adossada a sul, para além de estar inserido dentro de um pequeno muro. Consegue-se apenas observar em

---

<sup>905</sup> A aproximação à arquitectura românica também seria possível, muito embora nesta a cobertura de madeira costume surgir associada às igrejas de nave única.

condições a janela de iluminação, com dois arcos quebrados, de concepção bastante rudimentar [Fig. 337].

A fachada principal denuncia a divisão interna em três corpos<sup>906</sup>. O corpo central, mais elevado do que os laterais, termina em empena triangular [Fig. 338]. Possui ao centro um portal inserido num gablete muito agudo. O portal abre-se em arco quebrado com três arquivoltas toreadas, a exterior ornamentada com folhagem estilizada [Fig. 339]. As arquivoltas apoiam-se em impostas muito salientes sobre capitéis de composição vegetalista. Os capitéis, muito corroídos, possuem uma folhagem presa à cesta e com alguma falta de dinamismo. Num deles pode ver-se um fruto que parece ser uma bolota. Os quatro (dois de cada lado) capitéis externos assentam em fustes cilíndricos e os interiores, de menores dimensões, assentam sobre um delgado colunelo [Figs. 340 e 341]. Todos repousam em pequenas bases rectas colocadas sobre um plinto muito elevado. No tímpano do gablete surge uma pequena mísula. Sobre o portal abre-se uma rosácea, escavada na parede e com duas arquivoltas, actualmente sem qualquer ornamentação central. Os dois corpos laterais da fachada terminam em empena oblíqua e possuem duas pequenas e estreitas frestas, mais próximas do tipo de abertura românico do que das janelas mais amplas do gótico<sup>907</sup>. As aberturas da fachada, frestas e rosácea, são reduzidas e parecem comprovar a ideia (igualmente perceptível no interior) de que a concepção da iluminação desta igreja não foi uma prioridade, situação que pode efectivamente denunciar um certo arcaísmo. O portal tem sido associado ao das igrejas da Graça, também em Loulé, e Santa Maria, em Faro (actual Sé). O modelo, contudo, é comum na ordem franciscana – comprovam-no os exemplos de S. Francisco de Santarém e de São Francisco de Alenquer, e o próprio portal da Graça de Loulé, antigo convento franciscano [Fig. 342]<sup>908</sup>. É, portanto,

---

906 As fotografias de meados do século XX mostram um corpo pós-medieval adossado à nave lateral norte, que foi posteriormente retirado.

907 Note-se, porém, que estas frestas foram desentapadas pela DGEMN em 1969 e que poderão ter sido transformadas em época posterior ao período medieval; actualmente apresentam uma feição distinta das que se encontram no clerestório e no absídiolo sul. A aceitar este perfil, temos de o entender como algo arcaizante. Não recorrendo à comparação com as excepcionais janelas maineladas de Santa Maria do Olival, mas olhando para exemplos como São Francisco do Porto ou Leça do Balio, vemos que as janelas são mais amplas, permitindo uma iluminação mais eficaz.

908 Ver sobre o que resta deste convento a página do IGESPAR dedicada ao mesmo - <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70615/>, consultada a 23/01/2012 e P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 112.

plausível falar de uma influência mendicante, através do portal da Graça. A aceitar a influência da igreja da Graça, edificada em 1328, tem igualmente de se aceitar que a execução do portal ter-se-á dado em data posterior ao levantamento da igreja<sup>909</sup>.

Na fachada lateral norte abre-se um segundo portal [Fig. 343], também em arco quebrado, muito simples e sem qualquer ornamentação.

#### b) Matriz de Santiago do Cacém

A igreja matriz de Santiago do Cacém, adossada ao perímetro sudeste das muralhas do castelo, coloca diversos problemas, não apenas ao nível das suas origens, mas também no que concerne à organização da sua própria planta<sup>910</sup>. A cronologia exacta desta igreja continua por determinar, optando alguns autores por simplificar a questão, classificando-a (inapropriadamente) como românico-gótica<sup>911</sup> e situando a sua construção original no reinado de D. Dinis, ou ainda no de D. Afonso III; essa primitiva edificação é tradicionalmente atribuída aos cavaleiros da Ordem do Templo, a quem havia sido doado o Castelo, em 1217. A atribuição, porém, carece de confirmação e, a ser verídica, não há vestígios dessa igreja.

Logo no início do século XIV, possivelmente entre 1310 e 1336<sup>912</sup>, ter-se-á iniciado a construção da presente igreja, definindo uma tipologia de três naves e cabeceira tripartida.

---

909 M. F. Castelo Ramos, cit. por S. Carrusca, *Opus Cit.*, p. 77, situa-o no final do século XIV. Esta datação é talvez excessivamente tardia, mas aceitamos que o portal deverá ter sido edificado já na primeira metade da centúria de trezentos, uma vez que as suas arquivoltas e capiteis apresentam um tratamento distinto do que vemos no interior da igreja, sendo que no caso dos capiteis a gramática é claramente mais cuidada.

910 Esta igreja tem sido pouco estudada ao longo das últimas décadas. Embora o património escultórico e o tesouro pertencentes à mesma tenham vindo a ser recentemente alvo de alguns trabalhos especializados, a igreja em si não tem suscitado o mesmo interesse. Sobre a igreja, a investigação mais aprofundada dos últimos anos é a obra *Património Edificado de Santiago do Cacem, Breve Inventário*, inventário, recolha, investigação e tratamento da informação por Carlos Sobral, Edições Colibri / Câmara Municipal de Santiago do Cacem, 2001.

911 J. A. Falcão e J.M. R. Ferreira, "Marcas Lapidares da Igreja Matriz de Santiago do Cacem (Baixo Alentejo)", *extrait des Actes du Colloque International de Glyptographie de Cambrai*, 14-16 Septembre 1984, Cambrai, 1985, p. 471.

912 Estas datas correspondem ao ano em que D. Vataça se torna donatária da vila (1310) e ao ano da sua morte (1336). P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. 1, p. 391, data a igreja de 1330.

Muito embora não haja certezas nem unanimidade relativamente a esta intervenção<sup>913</sup>, alguns dados parecem, efectivamente, indicar a possibilidade de a mesma se ter realizado, impulsionada por uma importante dama da região, D. Vataça Lascaris<sup>914</sup>, princesa de linhagem bizantina, amiga pessoal da Rainha Santa Isabel<sup>915</sup> e que, em 1310, se torna donatária da vila de Santiago do Cacém, tendo provavelmente aí residido entre 1317 e 1325.

A igreja foi intervencionada por diversas vezes: em 1530, sob a comendadoria de Alonso Peres Pantoja, responsável pelas transformações no abobadamento da cabeceira primitiva; em 1704, pela acção do provedor Gaspar Lopes Machado; entre 1796 e 1830, na campanha motivada pelo terramoto de 1755 – a alteração da orientação do espaço data desta campanha de obras, bem como a construção da actual fachada, que diverge segundo os autores, situando-a uns no final do século XVIII<sup>916</sup> e outros em 1822<sup>917</sup>; em 1895 em virtude de um incêndio e na sequência de um anterior sismo, em 1858<sup>918</sup>; e, por fim, na década de trinta do século XX, pela acção da DGEMN<sup>919</sup>, que se irá prolongar ao longo da centúria.

---

913 J. A. Falcão e J.M. R. Ferreira, *Opus Cit.*, p. 472, consideram esta intervenção discutível. P. Dias, *Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 109, porém, aceita a campanha do século XIV, situando-a cerca de 1330.

914 Sobre esta dama ver a pormenorizada nota biográfica inserida em C. Torres e J. F. Boiça, *A Cabeça Relicário de Casével*, Edição do Campo Arqueológico de Mértola, 1995.

915 D. Vataça chega justamente a Portugal inserida no séquito que acompanha D. Isabel após o casamento com D. Dinis. Em Portugal casa, em 1285, com Martim Anes de Soverosa e, no final da sua vida, na sequência da amizade com a Rainha, recolhe-se na sua companhia, em 1325, nos Paços de Santa Clara-a-Velha, onde viria a falecer onze anos mais tarde.

916 A. Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal*, vol. X, *Opus Cit.*, 1948, p. 757.

917 I. V. Barbosa, *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem brasão d' armas*, vol. III, Lisboa, Tipographia do Panorama, 1860 / 1865, p. 30.

918 Datações apresentadas in *Guia de Portugal*, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve, Opus Cit.*, p. 9 e A. Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal, Opus Cit.*, vol. X, 1948, p. 757. Ver também a ficha de inventário da igreja no site da DGEMN - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6493](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6493) consultado a 03/11/2011.

919 A intervenção da DGEMN, no final da década de trinta, constou essencialmente de obras de remodelação no interior do templo com o objectivo de lhe restituir a feição quinhentista. A actual localização do coro-alto data também desta intervenção; antes disso situava-se no primeiro tramo da nave central. No início desta década, em 1933, o Arcediago António Rebelo dos Santos havia igualmente procedido a obras de renovação nas zonas da capela-mor, fachada principal e torre sineira. Para todas estas intervenções ver a síntese incluída na obra *Património Edificado de Santiago do Cacem, Breve Inventário, Opus Cit.*, pp. 22-25.

A igreja possui uma planta de três naves. Teria, ao que tudo indica, cabeceira tripartida escalonada e, eventualmente, transepto incluso [Fig. 344].

A actual orientação da igreja é exactamente a oposta da original, o que dificulta a sua leitura, tornando-a confusa. No espaço hoje ocupado pela capela-mor abrir-se-ia o portal principal da igreja, uma vez que a fachada principal se situava desse lado [Fig. 345]. A cabeceira situava-se, assim, do lado oposto, no local onde hoje se situa o coro alto, as escadas de acesso ao mesmo e a (actual) área de acesso à igreja [Fig. 346].

Contudo, a organização das coberturas na zona da (primitiva) cabeceira permite avançar com a hipótese de o espaço estar desde a origem dividido em três, compreendendo uma capela-mor, e duas capelas laterais. A cabeceira foi, porém, desde logo intervencionada na época de D. Manuel. Essa intervenção, embora mantendo a separação tripartida da zona, incluiu um novo abobadamento do espaço. O actual abobadamento da primitiva cabeceira data, portanto, do período manuelino. No presente estado da investigação, sem campanhas arqueológicas que permitam recolher informação relativa às fundações e planta ou sem nova documentação, qualquer hipótese de reconstituição da área é meramente conjectural. Assim, nesta matéria são possíveis duas opções de reconstituição, existindo elementos a favor de qualquer delas, mas ambas levantando também problemas significativos.

Uma primeira hipótese, mais problemática, remete para a possibilidade de o abobadamento manuelino se estender para o espaço que poderá ter sido a zona de transepto incluso, também dividido em três, por meio de arcos quebrados, que demarcariam os braços do transepto, da zona do cruzeiro [Figs. 347 e 348]. Embora estes arcos sejam mais baixos do que os arcos das naves (o que causa alguma perplexidade), é discutível que possam ser entendidos como arcadas intercomunicantes entre as capelas<sup>920</sup> - são demasiado largos e apresentam uma tipologia demasiado elaborada, com um arco no intradorso assente em capiteis apoiados em mísulas cónicas facetadas<sup>921</sup> [Figs. 349 e 350]. É possível que o

---

<sup>920</sup> Conforme sugerido na página sobre esta igreja, no site da DGEMN, onde se lê "abside e absidiolos intercomunicantes, de 2 tramos cobertos por abóbadas de nervuras e abobada estrelada" - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6493](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6493) consultado a 03/11/2011

<sup>921</sup> Em comparação com as mísulas das abóbadas, estas possuem um perfil mais característico do período gótico em que se inscreve a construção da igreja.

abobadamento do período manuelino tenha unificado, em termos de coberturas, a zona da cabeceira e transepto.

A área que correspondia à capela-mor apresenta actualmente uma planta rectangular, muito embora seja provável que terminasse em abside de três panos. Possui uma cobertura manuelina em abóbada polinervada de secção recta, rebaixada, com chaves decoradas com elementos vegetalistas, heráldicos e cristocêntricos [Fig. 351]. As nervuras assentam em mísulas idênticas às que se encontram nas naves laterais, também manuelinas; são, porém, distintas das que se encontram nos arcos da possível zona do cruzeiro, remetendo (as da capela-mor e naves) para a intervenção do século XVI. Um arco total separa esta abóbada de uma outra, de cruzamento de ogivas. Na leitura conjectural de uma cabeceira com transepto incluso este espaço coberto por abóbada de ogivas corresponderia ao (primitivo) cruzeiro.

As capelas laterais, por sua vez, são cobertas por abóbada de cruzamento de ogivas de secção recta com uma pequena chave, de motivo floral, ao centro; nesta proposta de reconstituição um arco total quebrado faz a separação dos braços do transepto, que apresentam cobertura idêntica. As nervuras do abobadamento descarregam em mísulas ornamentadas de perfil semelhante às da capela-mor [Figs. 352 e 353].

Estariamos assim, perante uma cabeceira tripartida com transepto incluso, bem demarcado da zona do cruzeiro por arcos quebrados muito amplos e de perfil ornamentado. Colocam-se, porém, dois problemas fundamentais nesta reconstituição: por um lado, a altura dos arcos de separação entre o cruzeiro e os braços do transepto, menos elevados que os das naves, solução que não é comum; por outro, a leitura das abóbadas das três capelas faz todo o sentido integrando toda a cobertura no espaço das mesmas e entendendo a capela-mor e as laterais como espaços de dois tramos, cobertos por abóbadas separadas por arcos torais.

Em alternativa a esta proposta, surge a possibilidade de a estrutura sobrevivente da cabeceira corresponder à planta original, com capela-mor e capelas laterais intercomunicantes, cujo abobadamento foi modificado no período manuelino, tendo a terminação oriental das mesmas sido destruída e refeita em data incerta. Neste contexto não

existiria transepto. Esta é a hipótese mais lógica em termos de abobadamento e aponta para uma composição das capelas (mor e laterais) com dois tramos separados por arco toral, o que é, efectivamente, um modelo comum<sup>922</sup>. Embora saibamos que a terminação das capelas foi completamente destruída e refeita e que o abobadamento data da campanha manuelina, é possível que este tenha respeitado uma divisão de tramos já existente. Por outro lado, se aceitarmos o espaço do suposto transepto incluso como fazendo parte da cabeceira isso significa que estaríamos perante uma igreja paroquial de quatro tramos, o que corresponde a um modelo muito comum (vejam-se os casos analisados no capítulo 3). Esta hipótese coloca apenas um problema: pressupõe que os arcos que fazem a separação entre o (possível) cruzeiro e os (possíveis) braços do transepto fossem arcos de ligação entre as capelas. A sua definição é, no entanto, demasiado distinta<sup>923</sup> de todos os modelos analisados até então e a aceitá-los como arcos de comunicação entre as capelas pressuporia uma estrutura de cabeceira de grandes dimensões e aparato. As áreas que hoje subsistem não confirmam, contudo, essa grandiosidade, o que é estranho.

Em qualquer dos casos, o conjunto que hoje podemos observar está particularmente alterado face ao que seria a sua forma original, cuja plena compreensão se torna difícil.

O corpo da igreja organiza-se em três naves separadas por arcadas com arcos quebrados<sup>924</sup> assentes em pilares octogonais [Fig. 354]. As arcadas possuem um arco interno, de secção recta e facetada. Em vários arcos encontram-se aninhadas na parte côncava, pequenas esculturas, com figuras antropomórficas, cabeças, aves e folhagem, que permitem pressupor uma ornamentação figurada das arcadas, absolutamente original. Os capitéis possuem cesto de formato quadrado ornamentado com folhagem muito bem recortada, mas absolutamente presa ao cesto; a sua traça é idêntica à que se encontra no

---

922 Não sabemos, porém, como é que se organizaria anteriormente o abobadamento, nem se as capelas seriam mais profundas do que são hoje.

923 Em termos de dimensão e de complexidade decorativa, nenhuma outra igreja analisada neste capítulo se lhe assemelha minimamente.

924 À excepção do primeiro (de cada lado) junto à actual capela-mor, que se abre em arco perfeito e que deve resultar de um acrescento feito aquando da modificação da orientação da igreja.

portal sul [Fig. 355]. As naves possuem cobertura em abobada de canhão, pós-medieval, as laterais com arcos torais assentes em mísulas do período manuelino.

Na fachada lateral sul sobreviveu um portal aberto em arco quebrado<sup>925</sup>, formado por três arquivoltas toreadas, inserido num gablete muito acentuado [Figs. 356 e 357]. Dos extremos do gablete partem pilastras embebidas na parede, rematadas triangularmente e encimadas por cruces. As arquivoltas descarregam em capitéis-impostas, o central apoiado num colunelo de mármore, o exterior e o interior, na própria estrutura da parede. Os capitéis-impostas possuem uma decoração diversificada com inclusão de animais variados – pavões afrontados acompanhados de aves mais pequenas, um leão (a devorar um animal de pequeno porte inidentificável), um touro, um felino; paralelamente encontram-se elementos decorativos de natureza vegetalista e acentuado cunho naturalista. A datação deste portal tem oscilado entre o século XIV e o século XV<sup>926</sup>, contribuindo para esta última cronologia o naturalismo patente na folhagem dos capiteis.

A compreensão desta igreja torna-se bastante complexa devido às diversas vicissitudes por que passou. A intervenção manuelina na cobertura da cabeceira coloca, como se viu, problemas substanciais, para além dos suscitados pela mudança na orientação do espaço. É, contudo, seguro aceitar que estamos perante uma tipologia de igreja de três naves, com cabeceira tripartida, com capela-mor e capelas laterais, sendo que esse é o aspecto fundamental a reter, pois permite-nos inserir a Igreja de Santiago do Cacém nesta tipologia primordial que temos vindo a analisar .

\* \* \*

---

925 Conhecido, pelo menos desde o século XIX como *Pórtico do Sol*. Ver Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 24.

926 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 109 e P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, p. 391 defendem uma cronologia do século XIV. A. M. Quaresma, "O Alentejo Meridional: Mito e Realidade", in *Entre o Céu e a Terra, Arte Sacra da Diocese de Beja*, publicado sob a direcção de José António Falcão, Tomo I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000, p. 52, data o portal do século XV.

A análise das sete construções deste primeiro da capítulo da II Parte permite o esboçar de algumas conclusões significativas. A sua leitura, porém, só estará completa se a esta análise se juntarem as doze construções abordadas na I Parte, de forma a se poder traçar um quadro tipológico dos séculos XIII e XIV e a partir daí procurar avaliar as especificidades do século XIV e a importância (ou não) dos *experimentalismos* nesta centúria.

As igrejas de três naves com cabeceira escalonada, analisadas neste capítulo (mendicantes, cistercienses e paroquiais) apresentam indubitavelmente pontos de contacto entre si. Essa uniformidade, porém, pode também estender-se a uma parte significativa das construções abordadas na I Parte.

Na realidade, no seu conjunto, dos dezanove edifícios estudados até ao momento, apenas quatro se destacam declaradamente face aos restantes: Alcobaça, pela tipologia radiante da sua cabeceira, Santa Catarina de Monsaraz pela planta centralizada, São João de Alporão pela peculiar tipologia de nave única com a sua complexa cabeceira e o claustro e torre lanterna da Sé Velha, por serem partes estruturantes de uma igreja, mas não a igreja propriamente dita.

As outras quinze igrejas inserem-se dentro de uma tipologia comum de igreja de três naves, com cabeceira escalonada, variando a forma do transepto – destacado na maioria dos casos, incluso nos restantes. A igreja de Santa-Clara-a-Velha de Coimbra afirma-se como um caso particular, pois, muito embora se inscreva na tipologia das três naves, apresenta características únicas dentro deste contexto.

Partindo desta premissa geral de união entre as igrejas - a tipologia das três naves (à qual ainda regressaremos) - torna-se, contudo, necessário começar por procurar retirar algumas conclusões a um nível mais particular, olhando para as questões relacionadas com um enquadramento das igrejas nas respectivas ordens.

Não é possível deixar de sublinhar que uma parte significativa destas igrejas pertenceram a Ordens Mendicantes: em dezanove casos analisados, sete são igrejas mendicantes, cinco pertenceram à Ordem de Cister, três a ordens militares, duas são paroquiais, uma é uma sé e, com um estatuto distinto, surgem a torre lanterna e claustro da

Sé Velha. Torna-se pois, necessário comprovar se há características de união entre as igrejas mendicantes que não apareçam nos restantes modelos, ou se, pelo contrário, estas igrejas vão influenciar as outras construções.

No seu conjunto, e como anteriormente referido, a arquitectura mendicante portuguesa é parcialmente tributária de uma herança cisterciense expressa acima de tudo no despojamento e na concepção do espaço em três naves. No entanto, as condicionantes próprias das ordens levam à alteração de determinados aspectos da arquitectura cisterciense, como a substituição do abobadamento por cobertura de madeira na zona das naves. Nasce assim um modelo que levou à criação de uma "arquitECTURA mendicante" nacionalizada<sup>927</sup> e cuja tipologia, ao contrário do que acontecia com a arquitectura cisterciense, não deriva na íntegra de tipologias de nenhum outro território mendicante.

Olhando para os exemplos estudados e fazendo uma breve síntese tipológica dos vários espaços, tornam-se evidentes algumas questões fundamentais.

Em termos de cabeceira o modelo predominante nas construções mendicantes é claramente o de três capelas (capela-mor e duas laterais), sendo as excepções a esta regra as igrejas mendicantes de Santarém e São Domingos de Elvas, que apresentam cinco capelas. Característica também, é a interligação das capelas<sup>928</sup>. A iluminação desta zona parece ter seguido um modelo comum, com janelas duplas encimadas por óculo na capela-mor (São Francisco do Porto, Santa Clara de Santarém) e vãos simples em arco perfeito (São Francisco do Porto, Santa Clara-a-Velha) ou quebrado (Santa Clara de Santarém, São Francisco de Santarém) nas capelas laterais; a abertura de todas as janelas com dois lumes, como acontece em Elvas, é claramente uma excepção.

Estas características fizeram-se também sentir nas igrejas cistercienses trecentistas de Santa Maria de Almoester e São Dinis de Odivelas, com cabeceiras tripartidas de capelas intercomunicantes e janelas duplas na capela-mor (em Odivelas, visto que a capela-mor de Almoester foi transformada) e frestas nas laterais. O modelo de cabeceira tripla escalonada

---

<sup>927</sup> Concordamos aqui com a expressão utilizada por M. Chicó, in *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 85

<sup>928</sup> A excepção (aparente) é a Igreja de São Francisco do Porto; em São Domingos de Guimarães, as transformações são demasiado profundas para permitir especulações.

havia já sido adaptado nas igrejas ducentistas de Tarouca e (possivelmente) Aguiar, mas com uma planta distinta, na qual se privilegiaram as formas rectas, pelo que a influência para as igrejas de Almoester e Odivelas, não deverá ter vindo das suas "irmãs" masculinas. No que respeita à iluminação não é possível estabelecer paralelismos com as construções cistercienses do século XIII, uma vez que as alterações posteriores impossibilitaram o conhecimento da fenestração nestes espaços.

A organização do espaço da cabeceira de forma tripartida e com capelas intercomunicantes verifica-se também em Santa Maria do Olival, muito embora o sistema de iluminação apresente algumas diferenças, uma vez que tanto nas capelas laterais como na capela-mor se rasgam simples frestas (embora as das capela-mor sejam maiores).

A passagem destes modelos para as igrejas paroquiais de três naves do final do XIII e do século XIV é mais difícil de afirmar devido às alterações sofridas nestes espaços. A tipologia tripartida escalonada mantém-se em São Clemente de Loulé e deveria existir em Santiago do Cacém. Da mesma forma, as aberturas existentes nas capelas de Loulé permitem-nos supor que estas seriam intercomunicantes. Os paralelismos em termos de iluminação do espaço das cabeceiras são praticamente impossíveis de fazer dada a quase total ausência de vestígios; no caso de Loulé, contudo, subsiste uma fresta em arco quebrado na capela lateral sul, que pode talvez indiciar uma iluminação feita com janelas simples nas laterais e, eventualmente, janelas duplas na capela-mor.

Relativamente à cabeceira da Sé de Évora, as ligações com a arquitectura das ordens mendicantes, em particular com as igrejas de São Domingos de Elvas e Santa Clara de Santarém, já foram estabelecidas<sup>929</sup>. No entanto, dadas as alterações sofridas nesta zona da Sé e as lacunas existentes face ao conhecimento exacto do modelo original, torna-se difícil

---

929 Ver M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 54 e pp. 70/71, nota 14.

definir com exactidão os paralelismos<sup>930</sup>. Por outro lado, seria sempre necessário salvaguardar a monumentalidade específica associada a uma catedral<sup>931</sup>.

No que respeita à existência ou não de transepto, não se encontrou um modelo chave na análise destes exemplos. Salvaguardados os casos que levantam dúvidas, o número de construções com transepto destacado é praticamente idêntico ao de construções com transepto incluído ou sem transepto (em dezasseis igrejas, nove possuem transepto destacado, quatro incluído e três não possuem transepto)<sup>932</sup>. Aqui há uma clara diferença entre o modelo de eleição das ordens mendicantes e o das restantes construções, uma vez que dos sete exemplos mendicantes, cinco possuem transepto saliente ou, pelo menos, semi-saliente e apenas os casos de São Francisco de Estremoz e Santa Clara-a-Velha apresentam o transepto incluído.

Curiosamente as igrejas cistercienses femininas, vão optar por este modelo (incluído)<sup>933</sup>, muito embora, por um lado, os seus transeptos não sejam abobadados<sup>934</sup>, e, por outro, esta não seja a solução escolhida nas casas masculinas anteriormente estudadas. A resposta para esta opção deve ser encontrada ao nível de uma estética e funcionalidade própria das casas femininas e de uma influência mendicante.

Quanto às igrejas paroquiais tudo indica que optaram também pelo transepto incluído (em Santiago do Cacém a situação não se apresenta linear) ou mesmo pela sua ausência, o que se justificaria por uma questão de simplicidade dos espaços ou até mesmo pela não necessidade desta área em termos funcionais.

---

930 Aceitando a cronologia de V. F. Jorge para a cabeceira de Évora - entre 1280 e c.1303 (ver Parte I, cap. 4.2, pp. 233/234) -, temos também de aceitar a ascendência das construções mendicantes sobre a Sé e não o contrário, estendendo assim a influência mendicante também para o universo das sés. Esta opinião é também defendida por A. Sutton, *Opus Cit.*, p. 180.

931 Este ponto também foi sublinhado por M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 54 que afirma que "a cabeceira da catedral de Évora era porém diferente quanto às proporções das capelas laterais e da capela-mor (...) [sendo que] as quatro capelas laterais, embora com dimensões diferentes, terminavam a igual altura e todos os arcos que lhes davam acesso ficavam à mesma distância do trifólio".

932 Excluíram-se as igrejas de Santa Catarina de Monsaraz, dada a planta centralizada, e de Santiago do Cacém por se desconhecer o modelo.

933 Em Almoester categoricamente. Em Odivelas sem certeza, mas aceitamos que seria o modelo escolhido.

934 Como acontece nos casos de Santa Clara-a-Velha e de São Francisco de Estremoz.

A Sé de Évora apresenta um transepto destacado, o que se afigura uma escolha comum na arquitectura catedralícia.

A análise da tipologia das arcadas testemunha claramente a existência de modelos próprios das ordens mendicantes. No que toca à sua composição o modelo repete-se em seis das setes construções – arcos quebrados duplos, ambos de secção recta; apenas em São Francisco de Estremoz, embora mantendo-se os arcos duplos, a ornamentação é mais elaborada, apresentado escócias e toros. Esta tipologia de arcada surge apenas nas igrejas de Santa Maria do Olival e de Santa Maria de Aguiar (embora com formas de sustentação do arco interno distintas da que vemos nos exemplos mendicantes: em vez de uma coluna de fuste cilíndrico, uma coluna facetada na igreja do Olival e um pilar facetado, maciço, em St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Aguiar). Não se vindo a repetir em nenhuma das restantes construções cistercienses, nem nas paroquiais, temos de assumir que se trata de uma opção estética associada às construções (nacionais) das ordens mendicantes (e sublinhando-se, deste modo, a influência que as construções mendicantes escalabitanas terão tido sobre a igreja templária do Olival). No entanto, o perfil recto e facetado dos arcos (e nervuras) repete-se em Santa Maria de Almoester, São Dinis de Odivelas e São Clemente de Loulé<sup>935</sup>.

É facto que devemos ter em conta que a secção recta das arcadas provinha já da arquitectura cisterciense - Santa Maria de Alcobaça é a excepção; São João de Tarouca e Santa Maria de Aguiar, apresentavam um modelo facetado e recto, de grande simplicidade. As construções mendicantes portuguesas poderão ter herdado esse modelo das igrejas da Ordem de Cister e, de acordo com os seus ideais de sobriedade e despojamento, adoptado esta tipologia recta e torná-la "sua", estruturando sistematicamente os seus arcos de acesso às capelas e arcadas com arcos duplos. No caso da igreja templária do Olival e da paroquial de Loulé não nos parece que recebam influência directa das igrejas de Cister; os paralelismos a vários níveis com as igrejas mendicantes (nomeadamente no que concerne às coberturas) levam-nos a crer que também a este nível a fonte directa tenha sido a arquitectura das Ordens Mendicantes.

---

935 Sendo que nos três casos os arcos de acesso às capelas são duplos, embora as arcadas não possuam arcos duplos (faz-se, naturalmente, a ressalva para São Dinis de Odivelas de que não conhecemos o modelo).

Quanto aos capitéis, a ornamentação é maioritariamente vegetalista (surgindo pontualmente alguns casos de decoração zoomórfica e heráldica), não se podendo falar de gramáticas mendicantes, cistercienses, templárias ou paroquiais, devendo-se, ao que tudo indica, as principais diferenças, quer nos temas quer na execução, à capacidade técnica dos canteiros<sup>936</sup>.

A forma de abobadamento (ou não) dos espaços, é uma questão em que encontramos uma grande uniformidade. Nas construções mendicantes, à excepção dos já referidos casos de Estremoz e Santa Clara-a-Velha, o abobadamento circunscreveu-se à zona da cabeceira. Esta simplicidade arquitectónica parece ter transitado para a igreja templária de Santa Maria do Olival, para a igreja paroquial de São Clemente de Loulé (em Santiago do Cacém não há certezas absolutas) e para as igrejas cistercienses de Almoester e (provavelmente) de Odivelas. As construções cistercienses masculinas, erguidas ainda no século XIII (Tarouca, Aguiar e Alcobaça), optaram pelo abobadamento em pedra mais comum na ordem. A mesma solução foi utilizada na Sé de Évora, mas deverá aí ser entendida dentro de um conceito de monumentalidade próprio de uma catedral.

No conjunto, o modelo de eleição destas igrejas passa pelo abobadamento exclusivo da cabeceira, reservando-se para as naves a cobertura de madeira; esta opção revela uma simplicidade arquitectónica cuja essência deverá remeter para o espírito das ordens mendicantes<sup>937</sup>.

Não é possível encontrar uma mesma homogeneidade a nível do tratamento da luz nas naves, não só porque, efectivamente, as soluções são por vezes distintas, mas também porque, em vários casos, o sistema de iluminação desta zona permanece desconhecido. A existência ou não de clerestório varia (embora tendencialmente as construções mendicantes possuíssem clerestório e as cistercienses não) e o modelo de janelas também.

---

936 Aceitamos, porém, que pontualmente possam existir casos específicos de representações ligadas a uma ordem, como no caso de Santa Clara-a-Velha, em que os capitéis com animais podem efectivamente estar associados a São Francisco.

937 Conforme referido anteriormente, a opção por uma cobertura em madeira no espaço das naves já havia sido utilizada na arquitectura românica portuguesa; porém, com a particularidade (também já mencionada) de surgir associada às igrejas de nave única. A escolha da cobertura de madeira para espaços, mais amplos, de três naves, poderá, de facto, relacionar-se com uma influência mendicante.

Em termos da fachada principal torna-se difícil definir qualquer tipologia, pois grande parte das fachadas foi transformada em época pós medieval (é o caso de São Domingos de Elvas, São Domingos de Guimarães, São Francisco do Porto, São Francisco de Estremoz, São Dinis de Odivelas, São João de Tarouca e Santiago do Cacém). Apesar disso, no que respeita à definição da estrutura da fachada num só corpo ou em três corpos parece verificar-se uma certa constância na predileção pela divisão tripartida, existente nas fachadas de Santa Maria de Aguiar, São Francisco e Santa Clara de Santarém, Santa Maria do Olival, São Domingos de Guimarães, São Francisco do Porto, Santa Maria de Almoester e São Clemente de Loulé; a igreja de São João de Tarouca apresenta-se, desde o século XVII, com a fachada organizada num só corpo - porém, antes da elevação dos alçados na centúria de seiscentos, a fachada estruturar-se-ia também em três corpos. Apenas as igrejas de São João do Alporão, de nave única, e de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, exemplo claro de *experimentalismos*, privilegiaram a organização da fachada num só corpo<sup>938</sup>. Embora praticamente todas mantenham uma rosácea (as exceções são a igreja franciscana de Estremoz, a dominicana de Elvas, São Dinis de Odivelas, e Santiago do Cacém)<sup>939</sup>, ou saibamos pelo menos que existia (como acontece em São Francisco de Santarém), mantém-se dúvidas relativamente a outros vãos de iluminação – na maioria das construções as aberturas, actualmente, limitam-se ao portal e rosácea e somente na igreja de Santa Maria do Olival encontramos janelas a ladear o portal de entrada; em São João de Tarouca os vãos existentes são pós-medievais e desconhecemos se existiram janelas na fachada medieva, e em São Francisco do Porto é ainda visível uma janela lateral de origem. Relativamente aos portais de entrada medievais, grande parte deles desapareceu. Sabemos que o gablete foi usado pelos mendicantes - São Francisco de Santarém comprova-o<sup>940</sup> - e que este modelo também foi adoptado em Santa Maria do Olival, bem como em construções paroquiais - como acontece em Loulé; mas não podemos estabelecer o gablete como um elemento

---

938 As fachadas de São Francisco de Estremoz, São Dinis de Odivelas e da matriz de Santiago do Cacém foram destruídas ou encontram-se demasiado alteradas para permitir extrapolações. A fachada de São Domingos de Elvas seria, de acordo com o desenho de Duarte d'Armas, em três corpos, estrutura que, aliás, ainda hoje mantém apesar das alterações barrocas.

939 Em Santa Maria de Aguiar encontra-se uma janela no lugar da rosácea, solução que poderá corresponder à tipologia primitiva.

940 E, como se viu, o gablete aparece também em São Francisco de Alenquer e no portal primitivo de S. Francisco de Évora, bem como no portal lateral de S. Francisco do Porto.

próprio dos portais destas centúrias ou declaradamente mendicante, pois faltam-nos exemplos que o comprovem<sup>941</sup>.

No que respeita às cabeceiras, destaca-se o escalonamento<sup>942</sup> que caracteriza a maioria das construções estudadas neste capítulo e na I Parte, sendo também de sublinhar a tendência para as terminações poligonais na capela-mor das construções mendicantes, muito embora a terminação das capelas laterais varie (inclusive nas igrejas com cinco capelas). Relativamente às igrejas cistercienses verifica-se uma heterogeneidade significativa, com a existência de duas cabeceiras tripartidas, escalonadas, mas de terminação recta e outras duas tripartidas, igualmente escalonadas, de remate poligonal. É significativo que os casos de terminação recta correspondam às construções do século XIII e os de terminação poligonal às do século XIV, testemunhando o progressivo abandono das formas rectas em favor das poligonais. Esta tipologia aparece também em Santa Maria do Olival. A organização da capela-mor nas restantes construções é difícil de estabelecer, uma vez que se verificaram alterações posteriores (como em São Clemente de Loulé, Santiago do Cacém e na Sé de Évora), tornando-se difícil estabelecer um padrão.

Em síntese, no seu conjunto, as igrejas analisadas na I Parte e no capítulo 1 da II Parte, partilham *a priori*, de uma tipologia de base comum: as três naves com cabeceira escalonada. Em termos de planta a distinção que se encontra nestas igrejas diz respeito à existência ou não de transepto, sendo que a tipologia inclusa ou a exclusão do mesmo parece estar essencialmente ligada às construções femininas (Santa Maria de Almoester e provavelmente São Dinis de Odivelas), às igrejas Paroquiais (São Clemente de Loulé e a matriz de Santiago do Cacém<sup>943</sup>) e a situações de excepção, como o caso de São Francisco de Estremoz em que este espaço é abóbado e os casos particulares de *experimentalismos* de São João do Alporão e Santa Clara-a-Velha de Coimbra.

---

941 Excluimos a Sé de Évora neste quadro comparativo pela monumentalidade da sua fachada, que remete para a especificidade já referida de se tratar de uma catedral.

942 Excluimos o caso da cabeceira de Alcobça pela excepcionabilidade do seu plano e a de São João do Alporão pela sua estrutura incomparável.

943 Neste contexto a igreja de Santa Maria do Olival aproxima-se do universo paroquial.

Estabelecido o ponto de contacto óbvio da definição em três naves com cabeceira escalonada, que levou à inclusão destes exemplos num mesmo grupo, tornou-se forçoso olhar para o conjunto mendicante em bloco.

Não se podendo falar, como já foi sublinhado, de uma tipologia mendicante, é, no entanto, indispensável, ter em conta que há características, não apenas tipológicas, mas também estéticas, que são próprias das igrejas destas ordens. A característica mais marcante é porventura a forma de cobertura dos espaços. Aqui, como se referiu, a homogeneidade dentro das edificações mendicantes é quase total, extravasando essa homogeneidade para outras construções, como se pode ver. Definitivamente parece-nos que esta opção geral pela simplicidade das coberturas em madeira se relaciona com arquitectura das ordens mendicantes; sabemos que as suas premissas estabeleciam este princípio, que em Portugal, apesar de algumas excepções, foi seguido com bastante rigor. Sabemos, por outro lado, que as construções cistercienses do século XII / XIII, como Santa Maria de Alcobaça, São João de Tarouca e (provavelmente) Santa Maria de Aguiar, eram espaços completamente abobadados<sup>944</sup>. Parece-nos, assim, sensato, aceitar que as construções não mendicantes herdaram este despojamento tipológico da fórmula seguida na arquitectura destas ordens.

Uma outra situação que merece destaque é, como referido, a organização das arcadas (e o perfil das mesmas), dos arcos de acesso às capelas e das nervuras das abóbadas.

No seu estudo sobre a arte mendicante, A. Sutton levou a influência desta arte ao extremo, afirmando que "durante o período gótico as formas arquitectónicas que os frades haviam aperfeiçoado em meados do século XIII, foram adoptadas a tal ponto por outras ordens e pelo clero secular que a arquitectura mendicante pode ser considerada sinónimo de arquitectura gótica religiosa em Portugal. (...) Em Portugal, provavelmente mais do que em qualquer outro país da Europa, a influência mendicante revelou-se suprema no período gótico e justifica a simplicidade arquitectónica e pobreza escultórica que caracteriza as igrejas portuguesas góticas"<sup>945</sup>. Parece-nos exagerado resumir a arquitectura gótica

---

944 Em Santa Maria de Aguiar, como se viu, a nave principal levanta dúvidas; mas, parece seguro, pelo menos, afirmar que o abobadamento deste espaço foi pensado.

945 A. Sutton, *Opus Cit.*, pp. 247-248.

portuguesa a uma fórmula mendicante<sup>946</sup>. As tipologias e soluções que se desenvolvem nos séculos XIII e XIV, e que aqui abordamos, testemunham a existência de modelos para lá dos definidos pela arquitectura das Ordens Mendicantes. Contudo, e, salvaguardada esta questão, é inegável que a arquitectura das ordens mendicantes teve em Portugal um ascendente significativo sobre as construções que lhe são contemporâneas e posteriores.

Porém, estabelecida esta questão particular da ascendência da arquitectura destas ordens (que existe e não deve ser desvalorizada), o que nos parece fundamental sublinhar, no conjunto dos edifícios analisados, e recuperando a premissa geral que tomámos como ponto de partida, é a predominância, ao longo dos séculos XIII e XIV, da tipologia de igreja de três naves com cabeceira escalonada (independentemente do destacamento ou não do transepto). Em dezanove construções analisadas, apenas quatro não se enquadram neste modelo – Santa Maria de Alcobaça, Santa Catarina de Monsaraz, São João do Alporão e o claustro e torre lanterna da Sé Velha de Coimbra. As razões para esta exclusão são diferentes de caso para caso.

Relativamente ao claustro e à torre-lanterna da Sé Velha de Coimbra, o facto de se tratar de estruturas isoladas e não de uma igreja no seu todo, faz com que se auto-excluem.

Quanto à igreja de Santa Maria de Alcobaça, a sua compreensão tem de passar pela inserção no vasto complexo monástico a que pertencia, inserido numa tipologia característica da ordem cisterciense, verificando-se no caso concreto de Alcobaça a duplicação do modelo da igreja de Claraval, implementado em Portugal (provavelmente) por mestres estrangeiros e transposto para um edifício de escala inusitada no nosso território.

A igreja de Santa Catarina de Monsaraz, coloca, como se viu, alguns problemas relativos à sua função e atribuição aos templários, sendo, no entanto, credível que a igreja tenha pertencido a esta ordem e que possa ter funcionado como um pequeno espaço de oração (inclusivé de apoio a peregrinos). Paralelamente, o facto de poder ser um pequeno

---

<sup>946</sup> Para além disso, sublinhamos igualmente que a ideia de "pobreza escultórica" nos parece excessiva, embora seja evidente que o gótico catedralício do Norte da França, com os seus portais com estátuas-colunas e tímpanos historiados (herdados do românico) quase não encontrou eco em Portugal.

oratório poderá explicar a escassez das dimensões e a rejeição de uma estrutura em cruz latina com cabeceira tripartida. Não obstante, a opção por uma tipologia de nave única com cobertura de madeira e capela-mor, abobadada ou não, enquadrar-se-ia mais dentro dos modelos já experimentados no território. A utilização da planta centralizada deverá estar associada à presença templária. Independentemente das dúvidas e dos problemas, Santa Catarina de Monsaraz deve ser entendida como uma exceção dentro do panorama do gótico português. Não nos parece, contudo, que se tenha procurado ensaiar, nesta construção, uma tipologia alternativa ou um possível modelo a difundir. O que Santa Catarina de Monsaraz poderá simbolizar é a transposição para Portugal de determinadas fórmulas utilizadas pelos templários e que pelas suas especificidades apenas se adaptavam a edifícios com funções particulares. Para todos os efeitos, dentro do panorama nacional em que as tipologias de três naves (ou mesmo de nave única) se afirmaram de forma categórica, esta construção centralizada surge (a par com a Rotunda de Tomar) como um *experimentalismo*.

Uma situação distinta encontra-se em São João do Alporão. Aqui a planta utilizada, a nave única, já havia sido amplamente difundida no país, embora com variações face ao modelo hospitalário. A explicação para o resultado final da igreja do Alporão, com o abobadamento em pedra e o original modelo da cabeceira, embora possa passar pelas várias campanhas de obras, não se esgota aí. Aparentemente, o que se procurou fazer em São João do Alporão foram, de facto, *experiências*: a inclusão da abóbada de cruzamento de ogivas num amplo espaço de nave única, a criação de um modelo de capela-mor diferente de todos os conhecidos em Portugal, torna, efectivamente, esta igreja num *experimentalismo*. Que não teve continuação, possivelmente por razões de natureza prática de adaptação aos ritos litúrgicos, à organização do espaço interno ou até mesmo por questões financeiras relacionadas com os custos do abobadamento em pedra, mas, que apesar da inexistência de continuação do modelo, se afirma como um *experimentalismo*.

*Experimentalismo* pode também ser considerado o caso de Santa-Clara-a-Velha que, apesar de se inserir no quadro mais abrangente das igrejas de três naves com cabeceira escalonada, apresenta uma série de especificidades que parecem resultar da experimentação de diversas soluções em busca da mais adequada para a igreja em questão. Algumas

particularidades desta igreja, como o abobadamento geral do espaço, poderão estar associadas ao facto de a Rainha Santa Isabel se ter encarregue deste mosteiro e o ter transformado na sua morada funerária, verificando-se, deste modo, a probabilidade, já afluada em São Francisco de Estremoz, de os mecenatos poderem interferir nos programas arquitectónicos finais.

Sublinha-se, no entanto que as quatro construções acima referidas, experimentais ou não, afirmam-se como as excepções no panorama até agora analisado. Olhando para as construções até agora abordadas, o modelo escolhido pela arquitectura gótica portuguesa dos séculos XIII e XIV, independentemente da ordem religiosa ou paróquia a que pertenciam, parece ter sido o modelo de três naves com cabeceira escalonada. A análise das restantes construções dirá até que ponto esta ideia se confirma.

## **2. As Igrejas de três naves com capela-mor:**

*"(...) eu, como sábio arquitecto, coloquei o alicerce,  
mas outro edifica sobre ele"*

1ª Carta aos Coríntios, 3, 10

Uma tipologia próxima da analisada no capítulo anterior, no que respeita à composição das naves, mas absolutamente distinta no que concerne à organização da cabeceira, é a planta das igrejas de três naves com a cabeceira constituída exclusivamente por capela-mor, que se afirma como um dos modelos mais típicos da arquitectura gótica da região da Estremadura, associado às construções paroquiais.

### **2.1. A Igreja de Santo André de Mafra**

As origens da igreja de Santo André levantam algumas questões. Em 1147, a vila e o castelo<sup>947</sup> foram tomadas aos árabes por D. Afonso Henriques, na sequência da conquista de Lisboa. Em 1189, a vila é doada por D. Sancho I ao Bispo de Silves, D. Nicolau, outorgando-lhe este bispo o primeiro foral; dois anos mais tarde, a vila reverte para a Coroa, devido à extinção da referida diocese. Passados mais dois anos, o mesmo monarca doa o castelo a D. Gonçalo Viegas, Mestre da Milícia de Évora (mais tarde Ordem de Avis). Durante este período não há qualquer referência à existência de uma igreja com a invocação de Santo André, embora devesse existir uma igreja na vila, pois o foral de 1189 refere a existência de clérigos<sup>948</sup>. Contudo, na primeira metade do século XIII, é realizada

---

947 Sobre o castelo mantêm-se diversas dúvidas; ver a entrada M. Gandra, "Reconstituição conjectural do castelo de Mafra" in *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513*, Catálogo da Exposição / Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Prof. Raul de Almeida – Junho de 1989, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 1989, pp. 13/20.

948 Alguns autores afirmam-no mesmo de forma categórica: "Sabe-se que existia uma igreja em Mafra ao tempo da concessão do Foral de 1189. Seria impensável não existir um templo, especialmente em território

uma inquirição do termo de Lisboa, na qual se encontram inventariadas as igrejas, não se encontrando nenhuma referência a qualquer igreja em Mafra; só no final do século, num documento de 3 de Abril de 1283, se mencionará uma igreja<sup>949</sup>.

A referência ao orago de Santo André, porém, só aparece no século XIV, no testamento de D. Maria Anes de Aboim, datado de 30 de Julho de 1337. Esta dama era, desde 1289, donatária da vila e detentora do padroado da respectiva igreja, pelo que o edifício que hoje subsiste poderá dever-se a acção desta figura<sup>950</sup>.

Muito embora a tradição local, e diversos autores do século XIX e da primeira metade do século XX, considerem esta igreja anterior ao século XIV, alguns recuando mesmo a sua antiguidade ao período anterior à conquista árabe<sup>951</sup>, a realidade é que nada, na informação documental, confirma essa antiguidade. Aquilo que uma análise do espaço parece comprovar é a execução desta estrutura no início do século XIV, de acordo com modelos comuns nesse período e espaço geográfico<sup>952</sup>. Paralelamente, as escavações levadas a cabo nos últimos anos não detectaram qualquer vestígio anterior ao século XIV<sup>953</sup>.

---

dependente de um bispado.", in M. Gandra, "Vistas da Igreja de Santo André antes da Reconstrução/Restauro dos Anos Quarenta", *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513, Opus Cit.*, p. 55.

949 "O documento, que se guardava no Arquivo do Cabido da Sé, ardeu em 1755, conservando-se apenas o índice do século XVIII onde o seu conteúdo aparece enunciado. Tratar-se-ia de um privilégio concedido por D. Dinis a Diogo Ramires, cónego da Sé de Lisboa e prior da Igreja de Mafra, para poder comprar e anexar certas possessões à sua capela.", in M. Gandra, "Vistas da Igreja de Santo André antes da Reconstrução/Restauro dos Anos Quarenta", in *Opus Cit.*, p. 55.

950 O senhorio de Mafra resultou de um "escambo" entre esta vila e a de Portel, que D. Maria herdara de seu pai, resultando daqui um prolongado litígio com o seu irmão D. Pedro Anes. Quando D. Dinis procedeu à troca das duas vilas, salvaguardou para si os direitos da Coroa face ao litígio. Ver comentários à "Carta per que he coutada a Vila de Mafra com todos seos Termhos e Deuisões e Marcos" e ao "Treslado do Testamento de Dona Maria de Boim", in *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513, Opus cit.*, p. 32 e 35.

951 Estácio da Veiga, *Antiguidades de Mafra ou Relação Archeológica dos característicos relativos aos povos que senhorearam aquelle Território antes da instituição da Monarchia Portugeza. Memoria apresentada á Academial Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typographia da Academia, 1879, p. 68, situa a igreja entre o segundo terço do século XII e a primeira metade do século XIII. Filipe N. Gorjão, cit. por E. Veiga, in *Ibidem*, p. 62, considera que a igreja foi "templo christão antes mesmo da invasão dos sarracenos nas Hespanhas, e uma tradição vocal se conserva de ter servido de mesquita de mouros.", opiniões refutadas por E. Veiga. J. P. Freire e C. Passos, *Mafra*, Porto, Litografia Nacional, 1934, p. 14, colocam a igreja na transição do XIII para o XIV. A mesma datação é apresentada por S. Dionísio, *Guia de Portugal*, vol. 2, *Estremadura, Alentejo e Algarve, Opus Cit.*, p. 574. Também de acordo com a tradição, Pedro Hispano, futuro João XXI, foi pároco nesta igreja; mas mais uma vez, porém, não há nenhuma informação fidedigna que possa confirmar a tradição.

952 A atribuição da igreja ao século XIV é aceite por vários autores. Ver V. Correia, "Igreja de Santo André, em Mafra", in *Monumentos e Esculturas (séculos III – XVI)*, Lisboa, Livraria Ferin Editora, 1924, Fernando

É possível aceitar a existência de uma igreja em Mafra, datada do período imediatamente a seguir á conquista da vila (embora a documentação a esse respeito seja passível de suscitar dúvidas); a sua localização no local da actual igreja de Santo André é menos credível, uma vez que os vestígios arqueológicos não indicam a existência de fundações ou qualquer outro elemento anterior ao século XIV. A existir uma igreja anterior ao século XIV na vila de Mafra, temos, de momento, que pensar que esta se situaria noutra local e que, na centúria de trezentos, por motivos que permanecem desconhecidos, teria sido abandonada e edificada a igreja de Santo André de acordo com a estrutura hoje subsistente. Esta reconstrução no início do século XIV teria sido, muito naturalmente, levada a cabo pela então donatária da vila<sup>954</sup>. Alguns autores atribuem a edificação da igreja ao sobrinho e herdeiro de D. Maria, D. Diogo Afonso de Sousa<sup>955</sup>. Nenhuma das atribuições

---

B. Pereira, "A Arquitectura e a Escultura Monumental da Região de Mafra entre o Gótico e o Classicismo", *Do Gótico ao Maneirismo, A Arte na Região de Mafra na Época dos Descobrimentos*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2000, p. 21. Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 101, considera possível a igreja ter sido obra de D. Afonso de Sousa, que foi donatário da vila no século XIV. O autor considera que a igreja se insere numa estrutura tipológica idêntica à da igreja de S. Pedro de Arganil, embora já mais evoluída. P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, p. 385, coloca a igreja no final do século XIII, embora a atribua a D. Diogo Afonso de Sousa, que, como referido foi donatário já no século XIV.

953 Ver Ana C. Sousa, "Arqueologia, Escultura, Pintura e Alfaias Litúrgicas", *Do Gótico ao Maneirismo, A Arte na Região de Mafra na Época dos Descobrimentos*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2000; Ana C. Sousa, "Campo Arqueológico de Santo André (Mafra) – 1. O Adro da Igreja de Santo André: notícia preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1997", in *Boletim Cultural*, nº 97, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 1998; e Ana C. Sousa e Marta Miranda, *A Igreja de Santo André*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2001.

954 Jaime M. G. Sousa, *Arquitectura Paroquial, O Acolhimento do Gótico na Grande Estremadura*, dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, F.C.S.H. / U.N.L., 1995, p. 109, refere que em 1305, com o consentimento de D. Maria, o padroado e as rendas de Santo André são anexadas à capela de São Sebastião da Sé de Lisboa. No entanto, nessa data as obras na igreja já deveriam estar já em andamento.

955 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 101; P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *Opus Cit.*, vol. I, p. 385. Em 1319 D. Maria ainda "governa" a vila (a 20 de Outubro desse ano ela ordena ao concelho da Ericeira que "dê aos regatões de Mafra os pescados de que estes tenham necessidade, pelos mesmos preços que os pagam os regatões de outras partes", ver a Cronologia da obra *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513, Opus Cit.*, p. 7) e, em 1337, redige o seu testamento, no qual fez doação do senhorio da vila ao seu sobrinho, devido à ausência de herdeiros directos. O término do senhorio de D. Diogo Afonso de Sousa dá-se em Novembro de 1344 com a sua morte, passando o senhorio da vila para a sua mulher. No Boletim da DGEMN é colocada a hipótese de ter sido D. Dinis a ordenar a reconstrução da igreja, em 1304, ano em que o monarca procede à reforma do foral de 1189; porém nessa data D. Maria é donatária da vila e é provável que as intervenções significativas na vila se devam à donatária. Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, Junho 1944, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1944, p. 9.

pode ser confirmada com segurança, mas sabe-se que, em 1344, são mandados executar e colocar na igreja os túmulos de D. Diogo e da sua mulher, D. Violante Lopes Pacheco, podendo aceitar-se que a igreja já estaria concluída nesta data, remetendo a sua construção para o período em que D. Maria era donatária<sup>956</sup>.

Ulteriormente, entre os séculos XVI e XVIII, foram acrescentados diversos anexos à igreja, incluindo uma sacristia (situada do lado sul e referida em documentação desde o século XVI), um baptistério (do lado norte e referido no século XVIII), a casa da Irmandade do Santíssimo (a sul junto à capela-mor e mencionada numa visitação de 1760) e a Torre Sineira (a sul, por trás da casa da Irmandade do Santíssimo, edificada entre o século XVI e XVII)<sup>957</sup>. Com a construção do Convento de Mafra, em 1717, o centro da vila deslocou-se para junto do mesmo, provocando uma diminuição da importância da igreja de Santo André e levando gradualmente a uma situação de abandono da mesma. Esse abandono e a ameaça de ruína poderão ter levado à inclusão dos contrafortes que, em data indeterminada, entre o século XVIII e XIX, foram adossados à igreja<sup>958</sup>. Já no início do século XX, as várias construções anexas foram totalmente removidas, tendo a igreja sofrido duas campanhas de obras, uma logo no início do século (a cargo da Junta da Paróquia com subsídios do Ministério das Obras Públicas<sup>959</sup>) e a segunda na década de quarenta, da responsabilidade da DGEMN. Esta última campanha é grandemente responsável pelo aspecto que a igreja actualmente apresenta, uma vez que "a DGEMN apenas encontrou de pé, e mal seguras, as quatro paredes do corpo da igreja, além da capela-mor que, abobadada e de mais robusta construção, lograra resistir com danos de menor gravidade ao abandono a

---

956 Por outro lado, poderia ser apenas a capela-mor a estar terminada, uma vez que os túmulos destinavam-se a ser aí colocados; assim sendo, a única afirmação segura é situar a igreja na primeira metade do século XIV.

957 Sobre as construções anexas ver Ana C. Sousa, "Arqueologia, Escultura, Pintura e Alfaias Litúrgicas", in *Opus Cit.*, Ana C. Sousa, "Campo Arqueológico de Santo André (Mafra) – 1. O Adro da Igreja de Santo André: notícia preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1997", in *Opus Cit.*, e Ana C. Sousa e Marta Miranda, *A Igreja de Santo André, Opus Cit.*

958 Os mesmos foram retirados durante o restauro da DGEMN. Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 29. Nesta campanha de intervenção, para além das demolições de estruturas pós-medievais, edificou-se "em lugar apropriado, uma pequena sacristia, indispensável ao exercício do culto", *idem*, p. 30.

959 Ver *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513, Opus Cit.*, p. 56.

que fora condenada."<sup>960</sup>. A reconstrução do espaço interno foi, contudo, baseada nos vestígios encontrados, tanto a nível das fundações, como a nível dos materiais encontrados enterrados<sup>961</sup>, afigurando-se, portanto, correcta. Mais dúvidas levanta, porém, a reconstrução do pórtico principal, como adiante se verá.

A igreja possui uma planta de três naves, sem transepto, terminando numa só capela de organização poligonal [Fig. 360].

A capela-mor é mais baixa do que o corpo das naves e apresenta uma planta poligonal, dividida em dois tramos com ábside estruturada em cinco panos murários [Fig. 361]. Nos panos junto ao tramo este e na parede de topo abrem-se janelas em arco de volta perfeita com três lumes em arco quebrado<sup>962</sup> [Fig. 362]. O espaço é coberto no primeiro tramo por uma abóbada de cruzamento de ogivas, fazendo-se a separação entre os tramos por meio de arco toral quebrado; no segundo tramo o abobadamento é polinervado. As nervuras são muito grossas e de secção recta e facetada à semelhança do que se viu na maioria das igrejas do capítulo anterior. Os tramos estão unidos por uma cadeia longitudinal, tendo as abóbadas chaves ornamentadas. A cadeia ostenta uma decoração vegetalista e com flores diversas, incluindo cabeças de cravos e rosas estilizadas. A chave do tramo este é decorada com flores estilizadas e a do tramo oeste apresenta ao centro uma pequeníssima flor da qual partem dezoito raios curvos, formando um motivo identificado como uma suástica<sup>963</sup> [Figs. 363 e 364]. As nervuras descarregam em colunas com capitéis

---

960 *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 24.

961 Lê-se no Boletim "Assentamento, sobre os primitivos alicerces, das colunas monolíticas que separam as naves, bem como dos respectivos capitéis e bases" e, sobre estas estruturas, a informação de que "As preciosas pedras que as compunham apareceram disseminadas entre os altos silvedos e os destroços que enchiam todo o recinto. E como a terra conservara sem avaria notável os alicerces das duas colunatas, não foi muito árdua a obra de recomposição dessa parte da igreja", in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 30 e p. 25.

962 Foram reparadas durante a campanha da DGEMN, ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 30. Diz-nos E. Veiga, *Opus Cit.*, p. 64 que "mão profana e damninha completamente obstruiu e desfigurou" estas janelas, sendo que no final do século XIX, era necessário "um atento exame para se poderem verificar". O restauro da DGEMN devolveu-lhes o aspecto primitivo

963 Ver V. Correia, "Igreja de Santo André, em Mafra", in *Opus Cit.*, p. 134 e J.P. Freire e C. Passos, *Mafra*, *Opus Cit.*, p. 17. M. Gandra, "Árvore da Vida", in *Mafra, da Reconquista, ao Foral de 1513*, *Opus Cit.*, p. 60

vegetalistas de cesto alto e grande simplicidade e ábaco com escócia e toros, unido a toda a volta por uma moldura de perfil idêntico ao seu; na zona de separação dos tramos, as nervuras de ambas as abóbadas e o arco toral, descarregam em três colunas unidas por um ábaco comum [Fig. 365].

A transição das naves para a capela-mor faz-se por meio de um arco quebrado (idêntico ao do portal principal), com molduras toreadas que descarregam em ábacos apoiados em colunas de fuste pentagonal e capitéis simples, assentando as bases sobre socos [Fig. 362].

As naves encontram-se divididas em quatro tramos separados por arcos quebrados com pouca elevação [Fig. 366]; este factor tem sido apontado como um elemento arcaizante, sendo que, se comparadas com a maioria das arcadas das igrejas analisadas no capítulo anterior, as arcadas da igreja de Santo André são, efectivamente, baixas, remetendo para uma característica mais próxima do universo românico do que do gótico. Os arcos são simples, de perfil recto e facetado, sem qualquer tipo de ornamentação. Assentam em pilares cilíndricos, espessos e pesados, aos quais também falta uma certa leveza própria da arquitectura gótica; os pilares repousam em bases de pouca espessura sobre plintos [Fig. 367]. Os capitéis são de natureza vegetalista, com uma folhagem espalmada, presa à cesta e pouco destacada [Figs. 368 e 369]. Na primeira arcada junto à capela-mor, na face virada para a nave lateral e um pouco acima do ábaco, encontra-se o único motivo antropomórfico desta igreja: um rosto masculino<sup>964</sup> [Fig. 370].

---

considera que a cadeia que une a abobada simboliza a Arvore do Jardim de Éden, sendo a sua raiz a suástica que simboliza Deus. A árvore teria relação com a figura que ainda hoje se vê na primeira arcada junto à capela-mor, um pouco acima do ábaco, e que, segundo o mesmo autor simbolizaria Adão. Esta leitura, impossível de confirmar, parte, no entanto, de um princípio correcto no que respeita à associação da suástica a Deus, uma vez que enquanto símbolo (milénar) de eternidade, a suástica é também um símbolo do divino em várias religiões.

<sup>964</sup> M. Gandra, "Árvore da Vida", in *Opus Cit.*, p. 60, identificou esta imagem como sendo uma representação de Adão, sendo que na arcada do lado oposto, deveria estar a correspondente feminina, ou seja, o rosto de Eva. O autor considera que esta representação estaria relacionada com o orago da igreja, Santo André, chamando a atenção que o étimo de André em grego é *anthropos*, que significa Homem, sendo o primeiro homem, Adão. Segundo o mesmo autor a localização também faria sentido pois no (apócrifo) *Apocalipse de S. Bartolomeu*, Jesus diz a André: "Tu serás a coluna de luz da Jerusalém Celeste". Como referido na nota anterior, não há forma de confirmar esta leitura, nem sequer certeza de que a representação antropomórfica seja original.

A iluminação da igreja é diminuta fazendo-se por meio de escassas frestas nas paredes laterais, não existindo clerestório na nave central; tendo, porém, presente as alterações pós-medievais na igreja, e as intervenções da DGEMN na mesma, não é possível afirmar com segurança se existiria ou não um clerestório. Sobre o arco triunfal abre-se um pequeno óculo quadrilobado e sobre o portal principal abre-se um segundo óculo sem qualquer ornamentação; na capela-mor rasgam-se três janelas. Este deficiente tratamento da luz – a corresponder à iluminação primitiva integral - é talvez o aspecto mais arcaizante do edifício.

As naves apresentam cobertura de madeira, que no século XX veio substituir as abóbadas pós-medievais que até ao início da centúria cobriam o espaço [Fig. 371].

A fachada principal termina em empena triangular englobando as três naves, tornando-se, deste modo, a divisão interna imperceptível do exterior. No seu conjunto é uma estrutura muito simples, rasgada apenas por um portal e por um pequeno óculo acima deste [Fig. 372]. O portal insere-se num pequeno corpo rectangular, saliente<sup>965</sup>, e abre-se em arco quebrado formado por três arquivoltas. Uma quarta arquivolta foi inserida pelo restauro dos Monumentos Nacionais na década de quarenta, podendo ler-se no respectivo Boletim a informação de que houve uma "reintegração do pórtico principal, dificultada pela colocação de uma nova arquivolta e respectivos colunelos, que se tinham suprimido para alargamento da entrada"<sup>966</sup>. Não há, porém, indicação das fontes que documentam a existência (ou inexistência) prévia desta arquivolta, nem qualquer indicação de terem sido encontrados os fustes ou capitéis originais para fazer esta "reintegração". As arquivoltas externa e interna apresentam perfil toreado, ao contrário da central que se apresenta de secção recta, lisa e sem qualquer ornamentação<sup>967</sup>. Assentam em ábacos destacados, o

---

965 Mas sem continuação em gablete. P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p.101, chama-lhe "o antepassado dos gabletes do nosso gótico mais avançado."

966 *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 30.

967 Seguimos aqui o perfil das três arquivoltas visíveis nas fotos anteriores aos restauros da DGEMN. De acordo com essas imagens e comparando com o estado actual, acrescentou-se uma arquivolta no centro e respectivas colunas (a diferença na pedra é aliás, claramente visível no fuste das colunas). Sublinha-se, porém, que - talvez para haver uma sequência arquivolta toreada/arquivolta recta - passou-se a arquivolta toreada

exterior terminando em imposta embebida na parede; sob os ábacos encontram-se capitéis vegetalistas de folhagem pouco saliente, mas com um pouco mais de volume que a dos capitéis internos e mais elaborada a nível dos motivos apresentados. Os fustes das colunas são pequenos e descarregam em bases circulares sobre socos elevados, sendo, no entanto, a coluna da arquivolta interna mais elevada e mais esguia e o capitel de muito menores dimensões [Figs. 372 a, 373 e 374].

O óculo que se abre sobre o portal encontra-se escavado na parede e apresenta duas molduras, a externa recta e a interna toreada; foi reconstruído pela DGEMN "segundo os vestígios existentes"<sup>968</sup>.

Na fachada sul abre-se um segundo portal, igualmente inserido num pequeno corpo saliente e de composição semelhante. Apresenta três arquivoltas, a externa recta e facetada e as central e interna toreadas; descarregam todas sobre ábacos apoiados em capitéis vegetalistas com continuação em colunas de base circulares assentes em socos; a arquivolta interna é similar à do portal principal – o colunelo é mais esguio e elevado e o capitel muito menor que os restantes [Fig. 375].

A capela-mor, de altura inferior ao corpo das naves, estrutura-se em ábside de cinco panos rectos, separados por contrafortes escalonados, encontrando-se ainda um contraforte em cada uma das paredes do primeiro tramo [Fig. 376].

O aspecto geral da igreja é a de um corpo horizontal, maciço e com poucas aberturas. A toda a volta corre uma fiada de modilhões e sobre os contrafortes abrem-se gárgulas.

---

interna para o centro (colocada sobre as colunas novas) e colocou-se a nova arquivolta, de secção recta, sobre os colunelos internos já existentes.

<sup>968</sup> *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 36, *Opus Cit.*, p. 30.

## 2.2. A Igreja de Santa Maria de Sintra

A vila de Sintra passou para domínio cristão após a conquista de Lisboa, em 1147, rendendo-se sem luta, o que aliás se justificava, uma vez que, conquistada Lisboa, os pólos que a rodeavam seriam praticamente insustentáveis. Em 1154 recebe foral de D. Afonso Henriques, o que parece confirmar a importância da vila enquanto região de vigilância da costa marítima de Lisboa<sup>969</sup>. A partir deste momento e de forma progressiva verifica-se um desenvolvimento da vila associado à atenção que a corte dispensava a esta terra, sobretudo a partir do século XIII<sup>970</sup>.

Tal como acontece com Santo André de Mafra, as origens da igreja de Santa Maria de Sintra colocam algumas dúvidas. Antes da actual igreja gótica existiu uma igreja românica atribuída à iniciativa de D. Afonso Henriques<sup>971</sup> e referenciada pelo menos desde 1217<sup>972</sup>. Esta primeira construção, possivelmente, não seria maior do que uma capela ou ermida<sup>973</sup>, sendo provavelmente este pequeno templo que a actual construção veio substituir, devido à acção do Prior-Reitor Martim Dade, cónego da Sé de Lisboa. Segundo alguns autores<sup>974</sup>, a remodelação ter-se-á dado em finais do século XIII; outros situam-na

---

969 É significativo que o foral de Sintra seja o "único foral promulgado pelo rei para a região a sul de Leiria, antes do que concedeu aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer em 1170, e dos forais de Santarém e Lisboa de 1179.", J. Mattoso, *D. Afonso Henriques, Opus Cit.*, Cap. 18. "A Reorganização do Reino", p. 187.

970 Sobre as questões relacionadas com a história de Sintra ver Sérgio Carvalho, *História de Sintra, as eras da vila no contexto do seu tempo*, Sintra, Sintra Editora, 1992 e idem, *A Vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, dissertação de Mestrado em História Medieval, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1988.

971 *Sintra, Patrimoine de la Humanité*, coord. J. Cardim Ribeiro, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1998, p. 226; S. Dionísio *Guia de Portugal*, 1º vol., *Generalidades, Lisboa e Arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1991, p. 527; R. Costa, *Sintra e os seus Arredores*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1941, p. 44. No *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, Dezembro de 1939, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, p. 6, inclui-se esta igreja no surto de construções cristãs que após a tomada da vila aí foram edificadas e que englobava, São Pedro, São Miguel, São Martinho e Santa Maria.

972 Ver J. Sousa, *Arquitectura Paroquial, O Acolhimento do Gótico na Grande Estremadura*, *Opus Cit.*, p. 108. V. Serrão, *Sintra*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 35, considera que a igreja foi "fundada talvez ainda no século XII, mas totalmente reformulada nos fins do século XIII e inícios do XIV".

973 *Sintra, Patrimoine de la Humanité, Opus Cit.*, p. 226; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, *Opus Cit.*, p. 8.

974 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, vol. I, p. 385.

entre finais do século XIII e início do XIV<sup>975</sup>; outros ainda consideram que, depois da remodelação do Prior Martim Dade em finais do século XIII, ter-se-ão feito novas remodelações em meados do século XIV<sup>976</sup>. A análise do espaço e a sua comparação com igrejas similares, como Santo André de Mafra, leva-nos a aceitar esta última datação.

O terramoto de 1755 causou alguns danos na igreja obrigando a intervenções ulteriores, nomeadamente a nível da fachada. Já no século XX a igreja foi objecto de uma campanha de restauro levada a cabo pela DGEMN na década de trinta, na qual se procurou, e de acordo com a política habitual da instituição, devolver-lhe o aspecto primitivo<sup>977</sup>.

A igreja possui uma planta muito idêntica à de Santo André de Mafra, com três naves, sem transepto e capela-mor com terminação poligonal [Fig. 377]. No entanto, verificam-se diferenças a nível da elevação das naves, da elegância das colunas e do tratamento dos capitéis que nos levam a concordar com Pedro Dias que considera que esta igreja surge na "evolução de Santo André de Mafra"<sup>978</sup>.

A capela-mor é formada por dois tramos, o primeiro de planta rectangular e o segundo terminado de forma pentagonal [Fig. 378]. O primeiro tramo é coberto por abóbada de cruzamento de ogivas cujas nervuras descarregam em capitéis vegetalistas sobre mísulas [Figs. 379 e 380]. O segundo tramo possui uma abóbada polinervada com as nervuras a assentarem em capitéis vegetalistas apoiados em colunas embebidas nas paredes sobre bases elevadas<sup>979</sup> (à excepção da nervura que se encontra junto ao arco toral e que descarrega sobre mísulas como as nervuras do primeiro tramo). As nervuras das abóbadas são facetadas e de secção recta, com chaves florais, e as abóbadas são unidas por uma

---

975 J. Sousa, *Arquitectura Paroquial, O Acolhimento do Gótico na Grande Estremadura, Opus Cit.*, p. 108; Carlos de Azevedo, *Monumentos e edifícios Notáveis do distrito de Lisboa*, 2ª ed. Fac-similada, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1990, p. 30.

976 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 103.

977 Sobre esta campanha ver o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, *Opus Cit.*

978 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 103.

979 O remate das janelas na sua base, inclinada para dentro e formando um esbarro que une as quatro colunas, causa um estreitar das duas colunas centrais, formando um efeito estético de "ampulheta" muito original e que não se repete em nenhuma das outras igrejas paroquiais analisadas [Figs. 382 e 384].

cadeia longitudinal em zigue-zague [Fig. 381]. A separação entre os tramos é acentuada pelo arco toral, quebrado, que, ao contrário do que acontece na Igreja de Santo André de Mafra, se apoia apenas numa coluna e não em três [Fig. 380].

A iluminação faz-se por meio de uma janela de dois lumes em arco quebrado encimados por trifólio, no pano central, e duas janelas simples nos laterais<sup>980</sup> [Fig. 382]. Nos ângulos da janela central, junto à base dos colunelos que a ladeiam, surge (de cada lado) um pequeno rosto [Figs. 383]. Ao mesmo nível destes rostos encontram-se os capitéis em que descarregam as nervuras da abóbada, enquadrando a respectiva janela, e que apresentam também pequenos rostos (um em cada capitel) virados um para o outro e criando assim uma linha com quatro figurações niveladas [Fig. 384]. Nenhum atributo os acompanha pelo que é imprudente procurar atribuir-lhes qualquer identificação (como, por exemplo, os quatro evangelistas), devendo-se a sua existência talvez mais a razões estéticas do que simbólicas.

O arco de triunfo que faz a transição para as naves rasga-se em arco quebrado duplo; o interior, muito largo, recto e facetado, assenta numa coluna embebida na parede; o exterior, toreado, descarrega numa imposta apoiada no pé direito. Sobre o arco abre-se um pequeno óculo [Fig. 378].

As três naves são estruturadas em quatro tramos com arcadas de arco quebrado, simples, formadas apenas pelas aduelas de feição recta [Fig. 385]. As arcadas são mais elevadas do que as de Santo André de Mafra, acentuando a verticalidade do espaço de Santa Maria. Os arcos descarregam em ábacos largos, sobre capitéis vegetalistas assentes em colunas, tal como na igreja mafrense, sendo que em Santa Maria as colunas são não apenas mais elevadas mas também mais elegantes. Estão colocadas sobre plintos quadrados muito elevados [Fig. 386].

Os capiteis possuem cestos largos preenchidos com folhagem estilizada de tratamento diverso, uns com grandes folhas espalmadas muito nervadas e recortadas, outros com dois níveis de folhagem sobrepostos, mais presos ao cesto na base e destacando-se do

---

<sup>980</sup> Foram recuperadas pela DGEMN – "Recuperação geral das primitivas janelas da capela-mor", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, *Opus Cit.*, p. 24.

mesmo no topo [Fig. 387]. Na arcada que faz a separação para a nave sul, no primeiro capitel (a seguir à capela-mor) o tratamento do cesto e da ornamentação é absolutamente distinto dos restantes, apresentando-se o cesto arredondado e a decoração formada por três níveis sucessivos de folhas muito pequenas, repetindo-se o motivo na base do ábaco [Fig. 388].

Junto à capela-mor os arcos descarregam, do lado este, em capitéis adossados às paredes e rematados por mísulas [Fig. 389].

O primeiro tramo oeste das naves é ocupado pelo coro, manuelino, datado já do século XVI<sup>981</sup> [Fig. 388].

As naves apresentam cobertura em madeira à semelhança do que se verifica também em Santo André de Mafra e de acordo com o que terá sido a tipologia mais comum nas igrejas paroquiais desta região [Fig. 385].

A iluminação do espaço é feita por meio de frestas abertas nas paredes laterais<sup>982</sup>, duas em cada lado; embora não exista clerestório na nave central e as janelas sejam de dimensões reduzidas, permitem, porém, uma iluminação um pouco mais forte do que na igreja de Santo André de Mafra. Paralelamente, na parede este da igreja rasgam-se um pequeno óculo sobre o arco de acesso à capela-mor e duas janelas, nas paredes de topo das naves laterais (uma janela em cada parede) [Fig. 390]. É provável que na parede oeste existisse um óculo ou rosácea, que terá ruído com o terramoto de 1755.

Este mesmo sismo foi responsável pelo ruir da fachada principal, que foi reconstruída entre 1757 e 1760<sup>983</sup>. O portal principal, no entanto, sobreviveu até aos nossos dias. Encontra-se inscrito num gablete, denotando uma evolução face aos portais de Santo André que, embora inseridos num corpo destacado, não possuíam gablete. O gablete termina, porém, de forma abrupta, mesmo acima das arquivoltas, sendo possível que o

---

981 R. Costa, *Sintra e os seus Arredores*, *Opus Cit.*, p. 44; J. Pessanha, *Sintra*, Porto, Marques Abreu Editor, 1932, p. 14; C. Azevedo, *Monumentos e edifícios Notáveis do distrito de Lisboa*, *Opus Cit.*, p. 31.

982 Foram recuperadas pela DGEMN – "Reabertura das frestas primitivas nas fachadas laterais e entaipamento das janelas que as tinham substituído.", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, *Opus cit.*, p. 23.

983 A torre data deste período.

remate original fosse um pouco mais agudo [Fig. 391]. É formado por três arquivoltas, a interna e a externa toreadas, a central simples e de secção recta; descarregam em capitéis de folhagem destacada assentes sobre colunelos de grande elegância [Fig. 392]. O tímpano aberto em dois arcos canopiais e o delicado mainel que divide a porta datam já do segundo quarto do século XVI<sup>984</sup>.

Do lado sul abre-se um portal em arco quebrado formado por uma arquivolta toreada assente em capitéis de cesto arredondado compostos por folhagem estilizada disposta a toda a volta; estes assentam numa coluna colocada sobre uma pequena base apoiada no pé direito da parede. Tal como no portal central, o tímpano em arco canopial resulta de uma intervenção posterior [Fig. 393]. Do lado norte encontra-se um pequeno portal de forma recta com duas aduelas na parte superior ornamentadas com carrancas<sup>985</sup> [Fig. 394].

A capela-mor é marcada pela existência de contrafortes escalonados e que ostentam gárgulas na parte superior. A janela central encontra-se inscrita num arco toreado assente em ábacos destacados sobre capitéis de cesto esguio e esbeltas colunas, num perfil geral de grande elegância e delicadeza que denota uma qualidade superior à da capela-mor da igreja de Santo André de Mafra. O beiral da cabeceira é sustentado por modilhões pentagonais idênticos aos que se encontram em diversas construções analisadas nos capítulos anteriores.

### 2.3. A Igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia

A data de fundação da igreja de São Leonardo da Atouguia da Baleia permanece desconhecida. É possível que uma primeira igreja tenha sido edificada depois da reconquista do território, entre o final do século XII e o início do século XIII, mas a actual construção deverá ser situada entre finais do século XIII e inícios ou mesmo meados do

---

984 S. Dionísio *Guia de Portugal*, 1º vol., *Generalidades, Lisboa e Arredores, Opus Cit.*, p. 527 atribui este trabalho a mestre Nicolau [Chanterenne].

985 A porta da fachada norte encontrava-se entaipada, tendo sido recuperada pela DGEMN, aparecendo "intacta, sem mutilação alguma". Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 18, *Opus Cit.*, p. 22.

XIV<sup>986</sup>. A existência, na nave central, de uma lápide datada de 1371, permite-nos aceitar que nessa data a igreja já estaria concluída<sup>987</sup>.

A igreja foi posteriormente ampliada com a construção de uma sacristia do lado norte da capela-mor e com uma sala ampla do lado sul<sup>988</sup>; nas naves (de cada lado no primeiro tramo a seguir à capela-mor) abriram-se duas capelas laterais, a do Santíssimo Sacramento, iniciada em 1658, a do lado oposto em data incerta.

A Igreja de São Leonardo da Atouguia da Baleia apresenta uma estrutura de três naves, sem transepto e com cabeceira composta por capela-mor, à semelhança dos exemplos de Santo André de Mafra e de Santa Maria de Sintra, muito embora a igreja da Atouguia seja de maiores dimensões [Fig. 396].

A capela-mor é formada por dois tramos, o primeiro rectangular e o segundo poligonal, terminando em cinco panos [Fig. 397]. O primeiro tramo é coberto por abóbada de cruzamento de ogivas, com nervuras rectas e facetadas [Fig. 398]; junto ao arco toral as nervuras descarregam em mísulas circulares, sem ornamentação e, junto ao arco de acesso à capela, em simples impostas [Fig. 399]. O segundo tramo é coberto por uma abóbada polinervada de secção idêntica à do primeiro tramo. As nervuras que se encontram junto ao arco toral assentam em mísulas semelhantes às do primeiro tramo; as restantes nervuras descarregam em capitéis de folhagem larga com impostas salientes (alguns bastante danificados) [Figs. 400 e 401]. A separação entre os tramos é marcada por um arco toral de secção facetada e recta apoiado em capitéis de imposta saliente e cesto com decoração vegetalista de folhagem larga que encimam as colunas assentes sobre bases pequenas [Fig.

---

986 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 100. Ribeiro Christino, "A Igreja de S. Leonardo da Atouguia da Baleia", in *Terra Portuguesa*, ano 1, nº 4, Maio 1916, Lisboa, Typographia Anuário Comercial, 1916, pp. 110/112 remete a construção original para o século XII, situando a actual no século XIV, resultando de uma reconstrução possivelmente relacionada com a presença de D. Pedro I na povoação de Serra de El-Rei, nos arredores da Atouguia. Ver também a página da DGEMN sobre a igreja [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761), consultada a 13/02/2012.

987 Lápide de Domingos Bartolomeu. Ver a página da DGEMN sobre a igreja, consultada a 13/02/2012 - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761).

988 Na página da DGEMN sobre a igreja [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1761), consultada a 13/02/2012, é referida como "sala de arrumos", sem se especificar qual a sua função primitiva.

402]. As abóbadas possuem chaves com motivos florais e uma cadeia em zigue-zague a uni-las<sup>989</sup>.

A iluminação provém de três janelas, a central de dois lumes com óculo quadrilobado ao centro, as laterais simples, todas em arco quebrado pouco acentuado [Fig. 397].

O arco de acesso à capela-mor é quebrado e duplo: o arco interno, facetado e recto, descarrega numa coluna igualmente facetada com capitél liso; e o externo, toreado, assenta numa coluna com capitél de ornamentação vegetalista muito simples [Figs. 403 e 404].

A nave central, acentuadamente mais elevada do que as laterais, divide-se em quatro tramos<sup>990</sup>. Os arcos são quebrados, de grande simplicidade e perfil facetado e recto, descarregando em colunas sobre bases quadradas [Figs. 403 e 405]. Os capitéis possuem formato cúbico e maioritariamente ostentam uma decoração vegetalista de tratamento pouco destacado face ao cesto [Fig. 406]. Dois deles, porém, distinguem-se por apresentarem uma iconografia claramente românica: um deles possui animais fantásticos com corpo de ave, caudas a terminarem em folhas pendentes e rostos humanos, num registo acentuadamente híbrido e que os assemelha a hárprias; o segundo ostenta novos seres híbridos, com quadrúpedes de rosto humano que ladeiam e atacam um réptil [Figs. 407 e 408]. A sobrevivência de uma iconografia tão marcadamente românica coloca algumas questões. Foi já avançada a teoria de que os capitéis pertenceriam a um primeiro templo, tendo sido reaproveitados aquando de uma reconstrução no século XIV<sup>991</sup>. Não há, no entanto, nenhuma documentação que permita comprovar esta teoria e a semelhança com os restantes capitéis, a nível do formato e da pedra utilizada, não parece corroborar a ideia. É possível que se trate apenas de uma reminiscência estilista de uma estética que, no nosso território, tardou em desaparecer<sup>992</sup>.

---

989 Esta cadeia está ligeiramente desviada em relação ao eixo longitudinal da abóbada.

990 Em ambas as colaterais se abrem capelas laterais (uma de cada lado) posteriores ao período medieval.

991 Ver R. Christino, "A Igreja de S. Leonardo da Atouguia da Baleia", in *Opus Cit.*, p. 112. O autor coloca os capitéis no século XII.

992 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 100 classifica-os simplesmente de "românico tardio".

A cobertura do espaço das naves é em madeira, aproximando-se assim dos exemplos até agora analisados neste capítulo e parecendo comprovar um modelo preferencial nas igrejas paroquiais do final do século XIII/início do século XIV [Fig. 405].

A iluminação faz-se por meio das janelas da nave central e laterais, ambas escavadas em arco quebrado, mas inseridas em vãos rectangulares rasgados à face da parede [Fig. 405]; para além destas janelas, no topo das naves laterais abre-se uma janela em arco perfeito, na parede oeste surge um óculo de grandes dimensões e na parede este, sobre o arco de passagem para a capela-mor, rasga-se um pequeno óculo [Fig. 403]. A existência de clerestório nesta igreja distancia-a, no que respeita à iluminação, dos exemplos de Mafra e Sintra, parecendo existir aqui uma maior preocupação com a iluminação do espaço, que poderá também derivar da maior dimensão da igreja.

A fachada principal estrutura-se em três corpos, de acordo com a divisão interna, o central mais elevado e terminando em frontão triangular e os laterais rematados em empena oblíqua [Fig. 409].

O portal central é enquadrado por um corpo rectangular saliente, à semelhança de outros portais da região da Estremadura, como o da Igreja de Santo André de Mafra<sup>993</sup> e o da Matriz da Lourinhã. É composto por arquivoltas toreadas e rectas assentes em colunas sobre bases elevadas. Os capitéis encontram-se muito degradados (como, aliás, a generalidade do portal, cuja pedra, muito corroída poderá ter sido particularmente danificada devido à proximidade do mar), mas permitem ainda discernir uma decoração de carácter zoomórfico e fantástico, com animais afrontados e seres híbridos – nomeadamente, e à semelhança do interior, criaturas com corpo de ave e rosto humano que parecem ser hárpias [Figs. 410 e 411]. Sobre o portal abre-se um óculo de grande dimensão que poderá ocupar o lugar de uma antiga rosácea; não existem, porém, dados suficientes que permitam comprovar esta hipótese.

---

<sup>993</sup> P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, p. 385, considera-os de tal maneira idênticos que aceita a possibilidade de uma mesma empreitada.

O portal sul segue uma tipologia idêntica, inscrevendo-se num corpo rectangular saliente e apresentando duas arquivoltas toreadas, assentes em colunas grossas com capitéis vegetalistas, de cesto largo; na parte superior o corpo rectangular é rematado por um cordão torcido e flores quadrifoladas [Fig. 412].

Na fachada norte abrem-se dois arcosólios com função funerária e um pequeno portal em arco trilobado com dois colunelos de capitéis vegetalistas de reduzidas dimensões, possivelmente de datação ligeiramente posterior.

A capela-mor apresenta contrafortes com esbarros a marcar a separação das janelas. O topo é rematado por ameias ornamentais<sup>994</sup> e, sob o beiral, surgem modilhões com diferentes figurações antropomórficas e zoomórficas, absolutamente distintos do modelo pentagonal, mais comum nos edifícios góticos analisados até ao momento.

#### 2.4. A Igreja Matriz da Lourinhã

As origens da Igreja matriz da Lourinhã são obscuras. Segundo a tradição, o primeiro edifício, construído junto às muralhas do Castelo, data ainda do tempo de D. Afonso Henriques e foi edificado pelo primeiro donatário da vila, um fidalgo francês, de nome D. Jordão, que ajudou na conquista da vila<sup>995</sup>. Porém, desse templo nada chegou até aos nossos dias e a própria notícia relativa ao mesmo carece de confirmação. Uma segunda

---

994 Estas, pelo perfil apresentado, deverão ser pós-medievais, como acontecia com as da Igreja Matriz da Lourinhã (retiradas já no século XX).

995 Mário B. Pereira, *Lourinhã, Subsídios para uma Monografia*, Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã, 1996, pp.40/41; Teresa M<sup>a</sup> F. de Sousa, "Subsídios para o Estudo das Reconstruções Efectuadas na Igreja Matriz da Lourinhã (Igreja de Santa Maria do Castelo)", in *Actas do Primeiro Seminário do Património da Região Oeste*, 23/25 Junho 1995, Caldas da Rainha, Património Histórico-Grupo de Estudos, 1996, p.159. Segundo o site da DGEMN, em 1160, D. Jordão "povoou a Lourinhã de cristãos e mandou edificar um castelo", remontando a essa época a construção dentro das muralhas "da primeira igreja ou capela românica, que teria sido construída após a reconquista por D. Jordão, com a invocação de Nossa Senhora da Anunciação" - [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326), consultado em 08/02/2012. P. Dias, *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *O Gótico, Opus Cit.*, p. 88 afirma que é "indiscutível a existência de uma construção mais antiga" do que a do século XIV.

igreja foi construída no século XIV<sup>996</sup>, em data incerta, mas possivelmente já no reinado de D. João I: em 1384, o monarca entrega o senhorio da vila ao arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente de Lemos, seu amigo pessoal; D. Lourenço viria a falecer em 1397 e o período do seu senhorio deverá corresponder ao momento de construção da segunda igreja. Por outro lado, D. Rodrigo da Cunha refere que o arcebispo D. Lourenço "*mandou emadeirar a Igreja*"<sup>997</sup>, sugerindo que esta estaria finalizada já no final do século XIV. A data de sacração coloca também alguns problemas. A sacração é atribuída a D. Lourenço, supondo-se, portanto, que dataria ainda do século XIV<sup>998</sup>; em algumas obras, contudo, aparece referenciada já no século XV<sup>999</sup>. No século XVI é acrescentada à igreja, do lado sul, uma torre sineira.

A Igreja tem sido mencionada como sendo um espaço de peregrinação, inserida na rota dos Caminhos de Santiago<sup>1000</sup>, devido à existência de conchas no portal norte. Esta hipótese poderia justificar a dimensão do edifício, excessivo para a população da vila.

A igreja apresenta uma planta de três naves, sem transepto e com cabeceira formada exclusivamente por capela-mor poligonal [Fig. 413].

A entrada para a capela-mor faz-se por meio de um amplo arco quebrado, duplo, facetado e de secção recta. Tanto o arco interno como o externo assentam em capitéis

---

996 L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 444; P. Dias, *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *O Gótico*, *Opus Cit.*, pp. 88/89. P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 425; T. M<sup>a</sup> de Sousa, "Subsídios para o Estudo das Reconstruções Efectuadas na Igreja Matriz da Lourinhã (Igreja de Santa Maria do Castelo)", in *Opus Cit.*, pp. 159/160.

997 cit. por Mário B. Pereira, *Lourinhã, Subsídios para uma Monografia*, *Opus Cit.*, p. 41.

998 No site da DGEM sobre a Igreja é referido que no último quartel do século XIV, a igreja "é sagrada com grande magnificência por D. Lourenço Vicente de Lemos"; ver [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326), consultado em 08/02/2012.

999 Rodrigues Miguéis, "Igreja Matriz da Lourinhã", *Guia de Portugal*, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve*, *Opus Cit.*, p.562. M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 122 situa a própria edificação da igreja nos últimos decénios do século XV, mas trata-se de uma datação ultrapassada.

1000 T. M<sup>a</sup> de Sousa, "Subsídios para o Estudo das Reconstruções Efectuadas na Igreja Matriz da Lourinhã (Igreja de Santa Maria do Castelo)", in *Opus Cit.*, p. 160.

vegetalistas de impostas salientes, continuando o interno numa coluna embebida na parede e o exterior num colunelo [Figs. 414 e 415].

A capela-mor é abobadada e composta por dois tramos, o primeiro recto e o segundo com terminação poligonal [Fig. 416]. No tramo oeste o abobadamento é feito por meio de abóbada de cruzamento de ogivas, com nervuras facetadas e rectas e uma chave em forma de escudo, cuja ornamentação é actualmente imperceptível [Fig. 417]; nos ângulos, junto à entrada da capela, as nervuras descarregam em mísulas vegetalistas cónicas com impostas duplas [Fig. 418] e, junto à junção com o segundo tramo, em capitéis vegetalistas com a ornamentação disposta em dois níveis e imposta saliente, apoiados em elegantes colunas [Fig. 419]. A separação entre os tramos é marcada por um arco toral, quebrado. O tramo este é coberto por uma abóbada polinervada, de secção idêntica à do tramo oeste e igualmente ornamentada com uma chave em forma de escudo [Fig. 420]; neste último ainda é possível discernir a respectiva heráldica, vendo-se quatro flores-de-lis, um ramo de loureiro e dois escudos menores opostos transversalmente pelos vértices [Fig. 421]. O ramo de loureiro associa-se às armas da vila, os escudos, enquanto armas reais, poderão sugerir a prestação de vassalagem ao rei e as flores de lis poderão ter um cunho mariano (plausível dada a invocação da igreja a Nossa Senhora da Anunciação) ou senhorial. As armas de Portugal apresentam escudos tipo "cadeado", "besantados" e ainda sem quinas, o que aponta para um período situado entre 1250 e 1400<sup>1001</sup>. Esta cronologia dos escudos parece comprovar a finalização da igreja, ou pelo menos da capela-mor, ainda no século XIV. As nervuras descarregam em capitéis de cesto alto, esguio e composição vegetalista muito destacada do cesto (em alguns muito danificada) [Fig. 419], com continuação em colunas embebidas nas paredes terminadas em bases elevadas sobre plintos. As abóbadas são unidas por uma cadeia facetada e recta.

A iluminação da capela é feita por meio de cinco janelas: três nos panos da àbside, em arco de volta perfeita e formadas por dois lumes em arco quebrado com um óculo trilobado no topo entre os arcos [Fig. 416]; e, outras duas, de perfil idêntico, nas paredes do

---

1001 Interpretação de Francisco de Simas A. Azevedo para a obra *Lourinhã, Subsídios para uma Monografia, Opus Cit.*; ver p. 42.

primeiro tramo [Fig. 415]. Sob as janelas encontra-se um esbarro arredondado que corre ao longo de toda a capela.

As naves são formadas por quatro tramos, elevando-se a central bastante acima das laterais [Fig. 414]. Este acentuar da elevação da nave central face às laterais já se havia verificado na Igreja de São Leonardo, podendo existir alguma influência desse espaço na estruturação da igreja matriz da Lourinhã. As arcadas são estruturadas com arcos quebrados facetados, de perfil recto, assentes em colunas com capitéis vegetalistas de cesto largo, alto e folhagem destacada, bem recortada e carnuda, de grande naturalismo [Fig. 422].

Os capitéis das naves da igreja matriz da Lourinhã têm sido considerados o elemento mais importante de todo o conjunto da igreja, pela notável qualidade da sua composição e pelo naturalismo extraordinariamente apurado que os coloca entre os mais impressionantes do gótico português. Deve, porém, ter-se em conta que o tratamento da flora não é idêntico em todos eles: nuns, pequenas folhas de recorte perfeito dispõem-se em dois níveis (à semelhança do que se verifica em alguns dos capitéis da capela-mor, embora a folhagem seja distinta) [Fig. 423]; noutros, folhas largas abrem-se revestindo a totalidade do cesto [Fig. 424]; noutros ainda, uma folhagem esguia e elegante desenvolve-se ao longo do cesto sem o revestir na totalidade, num registo idêntico aos capitéis do portal principal da Catedral de Évora, em que as folhas se autonomizam face ao cesto [Fig. 425]; e, num único caso, surge uma ornamentação com nenúfares executada com um extraordinário naturalismo [Fig. 426]. M. Chicó realça em particular este capitel com as folhas de nenúfar, que compara com as da catedral francesa de Nevers<sup>1002</sup> [Fig. 426 a]. No seu conjunto, porém, os capitéis acusam um naturalismo extremo que evidencia o abandono progressivo das formas românicas, híbridas e antropomórficas, para dar lugar a uma ornamentação inspirada na natureza que, cada vez mais, se procura reproduzir de forma realista<sup>1003</sup>.

As colunas assentam em bases quadradas, altas e largas, colocadas sobre plintos muito elevados; os ângulos das bases são ornamentados com folhas de formatos diferentes, por vezes acompanhadas de bolotas, e que se adaptam à forma das bases criando um efeito

---

1002 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 30 e 123.

1003 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa, Opus Cit.*, p. 426 remete para uma influência de um "realismo aristotélico".

muito elegante no remate das mesmas [Figs. 427, 428 e 429]. Esta decoração das bases revela, a par da ornamentação capitelar, um programa escultórico muito cuidado e de qualidade muito superior ao das restantes igrejas paroquiais analisadas.

As naves possuem cobertura em madeira, resultante das intervenções da DGEMN na década de trinta do século XX, muito embora esta solução deva corresponder ao tipo de cobertura original [Fig. 414].

A iluminação é feita através do clerestório aberto na nave central com três janelas em arco quebrado, com dois lumes também em arco quebrado e óculo trilobado (as quais resultam da já referida intervenção da DGEMN<sup>1004</sup>); nas naves laterais abrem-se três frestas em arco perfeito do lado norte e duas do lado sul; sobre o arco de acesso à capela-mor encontra-se ainda um óculo [Fig. 430].

A fachada principal apresenta uma estrutura dividida em três corpos com correspondência com o espaço interno - o corpo central terminando em frontão triangular e os laterais em empena oblíqua [Fig. 431]. O portal, em arco quebrado, encontra-se inscrito num corpo rectangular saliente. É formado por cinco arquivoltas toreadas, sem ornamentação, que descarregam em quatro colunas e (a arquivolta interna) num colunelo, assentes em pequenas bases apoiadas na estrutura do corpo saliente. Os ângulos do mesmo são ornamentados com um fino colunelo de capitel vegetalista [Fig. 432].

Os capiteis do portal apresentam vestígios de escultura antropomórfica, sendo ainda identificáveis a crucificação, o episódio de Daniel na cova dos leões, símbolos de fecundidade e tentação, as santas mulheres, e dois anjos guardiães do limiar do sagrado<sup>1005</sup> [Figs. 433 e 434]. Na base dos colunelos encontram-se, bastante danificados, dois animais juntos, costas com costas, que teriam, possivelmente, uma função de guarda do portal.

---

1004 "Demolição parcial das paredes laterais da nave central, para reconstituição das seis janelas geminadas que ali tinham existido e cujos elementos se achavam dispersos nas mesmas paredes", *Boletim DGEMN*, nº 16, Junho de 1939, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1939, p. 25

1005 Sobre os capitéis do portal ver M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 123 e o site da DGEMN sobre o monumento, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326), consultado em 08/02/2012.

Sobre o portal rasga-se uma rosácea radiante, de forma estrelada, composta por arcos trilobados e por um quadrifólio central e inserida em duas arquivoltas [Fig. 431]. M. Tavares Chicó apontou como sua inspiração, a rosácea do transepto sul da Catedral de Évora<sup>1006</sup> [Fig. 214], cujo perfil é efectivamente semelhante.

No seu conjunto, este portal apresenta grandes semelhanças com a igreja paroquial de Santo André de Mafra<sup>1007</sup>, permitindo mais uma vez colocar a hipótese de modelos comuns às igrejas paroquiais da região oeste.

O portal lateral sul rasga-se em arco quebrado com três arquivoltas simples e de secção igual à do portal principal; nos ângulos possui finos colunelos, tal como o portal da fachada oeste. As arquivoltas assentam em três colunas encimadas por capitéis vegetalistas, surgindo num deles a cabeça de um anjo e noutra uma cabeça barbada – qualquer delas muito corroída e quase imperceptível [Figs. 435, 436 e 437]. O portal está inscrito num gablete pontiagudo<sup>1008</sup>.

Do lado norte abre-se um portal de menores dimensões, ornamentado com carrancas e conchas de vieiras, remetendo para a hipótese, já referida, de a igreja se inserir nas rotas para Santiago [Figs. 438 e 439].

A capela-mor apresenta, entre as janelas, os contrafortes de sustentação da abóbada interna, marcados por esbarros. A toda a volta vêem-se modilhões de terminação pentagonal, actualmente resultantes das obras de recuperação levadas a cabo na igreja pela DGEMN, uma vez que entre as alterações que a igreja sofreu no século XVII, se conta a sua destruição<sup>1009</sup> [Fig. 440].

---

1006 M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 72, nota 36.

1007 O paralelismo já havia sido estabelecido por M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 123.

1008 A diferença no aparelho da pedra remete para campanhas posteriores, provavelmente fruto das intervenções da DGEMN.

1009 Por sua vez, as ameias, pós-medievais foram retiradas no restauro da DGEMN, em 1939 - "apeamento das falsas ameias da capela-mor", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 16, *Opus Cit.*, p. 26.

Encostada à fachada sul encontra-se uma torre sineira erguida já no século XVI, à semelhança do que se verificou na igreja de São Leonardo e cuja inclusão truncou ligeiramente a janela do primeiro tramo da capela-mor.

Em meados do século XVI, a igreja estaria ainda em bom estado de conservação, uma vez que da Visitação levada a cabo por dois sacerdotes oriundos de Lisboa entre 1541/1545, se conclui que "*a Igreja é notável e grande e bem ataviada*"<sup>1010</sup>; porém, no século XVII, um conjunto de intervenções causou alterações e danos na igreja<sup>1011</sup>: a construção de uma parede ocultou o portal sul e atrofiou a fachada oeste<sup>1012</sup>; paralelamente as paredes da nave e capela-mor foram alvo de um reboco geral que ocultou as janelas<sup>1013</sup>. Uma imagem da Igreja, de 1880, apresenta-a sem os vãos de iluminação da parede norte e com as coberturas arruinadas<sup>1014</sup>. O estado de degradação e alteração em que a igreja chegou ao século XX levou a uma profunda intervenção da DGEMN na década de trinta (entre 1931 e 1935), na qual se procurou devolver-lhe o aspecto medieval. De acordo com as informações

---

1010 Ver Site da DGEMN sobre o monumento, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326), consultado em 08/02/2012.

1011 Segundo o site da DGEMN sobre o monumento, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6326), consultado em 08/02/2012 as alterações foram muitas e profundas – "as fachadas principal e sul são emparedadas provavelmente com as pedras do antigo castelo e são sujeitas a alterações: mutilações no corpo saliente que dava relevo ao pórtico principal, o acréscimo de 2 arquivoltas na rosácea da frontaria, formação de uma espécie de gruta em torno do pórtico da fachada sul, reboco geral das paredes da nave central que provocaram a perda de 2 grupos de janelas geminadas, desaparecimento de janelas geminadas de maiores dimensões na capela-mor, acrescentamento de uma fiada de merlões na cornija da abside e construção da torre sineira de cantaria lavrada que substituiu o primitivo campanário; a obra decorreu conforme desenho atribuível a João Nunes Tinoco".

1012 Estes elementos foram retirados pela DGEMN - "demolição total da parede com que no século XVII se encobria a frontaria e a fachada do sul, restauração das cantarias laterais do pórtico principal e eliminação de duas arquivoltas falsas na rosácea"; "reconstituição parcial dos dois pórticos (o principal e o da fachada sul) com várias colunas novas, substituição de cantarias nos socos, etc". *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 16, *Opus Cit.*, pp. 25/26.

1013 Estas foram recuperadas na intervenção da DGEMN - "restauração parcial das janelas geminadas da capela-mor, com aproveitamento de todos os elementos primitivos existentes", *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 16, *Opus Cit.*, p. 26.

1014 L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 444.

fornecidas no Boletim sobre a igreja, as recuperações foram feitas segundo os vestígios encontrados.

\* \* \*

As quatro igrejas paroquiais analisadas neste capítulo estão subordinadas a uma tipologia comum, que, embora partindo de uma planta de três naves partilhada com as restantes construções estudadas até ao momento (independentemente da presença ou não de transepto), apresenta, contudo, uma organização da zona da cabeceira distinta e mais simples.

Para além de uma planta idêntica, estas igrejas encontram pontos de contacto entre si a outros níveis, desde a organização das fachadas à estruturação da cabeceira em cinco panos, à preferência pela cobertura em madeira nas naves, passando ainda pelas semelhanças a nível da definição das arcadas. Na realidade, salvaguardadas as diferenças de escala, dos modelos de iluminação e dos tipos de capitéis e mísulas, as quatro igrejas apresentam uma homogenia muito grande. Esta verifica-se, naturalmente, logo à partida na escolha da planta, de três naves, sem transepto e com cabeceira sem capelas laterais, sendo de imediato reforçada na definição da capela-mor, estruturada em dois tramos e com ábside de cinco panos. Ainda a nível da capela-mor as semelhanças são evidentes no abobadamento, não tanto pela escolha de uma abóbada de cruzamento de ogivas para o primeiro tramo e de uma abóbada polinervada para o segundo – pois esta é a solução mais facilmente adaptável aos espaços em questão -, mas pelo perfil das nervuras, sistematicamente facetadas e rectas. A opção por chaves decoradas com motivos florais (à excepção das chaves da Igreja da Lourinhã) e por cadeias a unir as abóbadas é também comum às igrejas, embora o tipo de cadeia não seja igual em todas: Santa Maria de Sintra e São Leonardo partilham cadeias em zigue-zague, enquanto que em Santo André de Mafra a cadeia é ornamentada com flores e na Matriz da Lourinhã se apresenta facetada e sem ornamentação. As principais diferenças no que respeita à concepção da capela-mor encontram-se na organização dos elementos de descarga das nervuras, nomeadamente no

que respeita ao tipo de mísulas e capitéis; no caso de Santo André de Mafra, verifica-se ainda um afastamento face às restantes igrejas pelo facto de as duas abóbadas e o arco total descarregarem em três colunas, enquanto que nas outras igrejas se optou por uma só coluna, comum às diferentes nervuras (na matriz da Lourinhã) ou por uma coluna e mísulas. Em termos de iluminação do espaço encontra-se uma certa uniformidade, concentrando-se as janelas nos três panos centrais nas igrejas de Sintra, Atouguia e Lourinhã e elegendo-se um modelo com dois lumes quebrados e óculo central (embora apenas na matriz da Lourinhã as janelas sejam todas de dois lumes); somente em Santo André de Mafra o modelo é absolutamente distinto, tanto no que toca à organização dos lumes, como no que respeita à localização das janelas.

A estruturação das naves permite também o estabelecimento de paralelismos evidentes, na escolha da cobertura em madeira e no lançamentos das arcadas, simples, sem arcos internos e de secção facetada e recta em todas as igrejas<sup>1015</sup>. No que concerne ao tipo de colunas e bases encontram-se algumas diferenças na existência (em Santa Maria de Sintra e na Matriz da Lourinhã) ou não (em São Leonardo e Santo André) de bases quadradas sobre plintos e, sobretudo, na dimensão e elevação das colunas - que em Santo André de Mafra assumem um aspecto mais pesado e atarracado do que nas restantes construções. Os capitéis são maioritariamente vegetalista em todas as igrejas (embora em Santo André de Mafra e em São Leonardo da Atouguia se encontrem vestígios de antropomorfismo e hibridismo), verificando-se, porém, um grau de naturalismo diverso.

No que respeita à iluminação das naves não é possível definir uma tipologia, uma vez que as opções escolhidas diferem de igreja para igreja, não só no que respeita à existência ou não de clerestório (presente na igreja de São Leonardo e na Matriz da Lourinhã), como na colocação ou não de janelas nas paredes de topo das laterais (que se encontram em Santa Maria de Sintra e em São Leonardo) e na existência de rosácea ou simples óculo. É preciso ter também em conta neste aspecto os estragos causados pelo terramoto em Santa Maria de Sintra (nomeadamente a nível da parte superior da fachada) e as opções de reconstrução escolhidas pela DGEMN.

---

<sup>1015</sup> Modelo também utilizado na igreja de São Clemente de Loulé, como se viu.

Em termos de organização das fachadas principais encontra-se uma homogeneidade bastante acentuada, extensível também à zona da cabeceira. Excluindo a igreja de Santo André, que apresenta uma empena triangular que abrange toda a fachada ocidental<sup>1016</sup>, as restantes construções possuem a fachada ocidental estruturada com uma empena central, triangular, e laterais oblíquas, evidenciando de imediato a divisão interna do espaço. Comum a todas as igrejas é também a inclusão do portal central num corpo saliente - em Santo André de Mafra, São Leonardo da Atouguia e na Matriz da Lourinhã, uma estrutura rectangular; em Santa Maria de Sintra um gablete. Todos os portais possuem arquivoltas toreadas em arco quebrado (variando o número das mesmas e a existência ou não de arquivoltas de secção recta), encontrando-se as principais distinções a nível dos capitéis, que são vegetalistas nas igrejas de Mafra e Sintra, híbridos na Atouguia e historiados na igreja da Lourinhã.

As fachadas laterais são um pouco mais diversificadas entre si, inserindo-se o portal sul num corpo rectangular saliente nas igrejas de Santo André e São Leonardo, num gablete na igreja matriz da Lourinhã e abrindo-se num simples arco quebrado na igreja de Santa Maria; em todas elas as arquivoltas são toreadas e os capitéis vegetalistas (embora na matriz da Lourinhã apareçam também elementos antropomórficos). Os portais da fachada norte, existentes nas igrejas de Sintra, Atouguia e Lourinhã, apresentam todos um perfil distinto.

No que concerne à cabeceira as semelhanças são evidentes, possuindo todas as capelas-mor contrafortes escalonados.

Em termos gerais as igrejas apresentam uma uniformidade muito significativa, tanto a nível da planta, como em termos decorativos, quer no interior, quer no exterior. É facto que se torna possível observar uma certa evolução arquitectónica e escultórica entre elas, sobressaindo nesta questão a igreja de Santo André de Mafra, por apresentar alguns arcaísmos, já ultrapassados nas restantes construções, inclusive no que se refere à elevação das naves, elegância das colunas, delicadeza das nervuras da capela-mor e soluções de

---

<sup>1016</sup> Que, aliás, poderá não ter sido a solução original.

descarga das nervuras e iluminação nesta mesma zona. Estes arcaísmos poderão prender-se com os mestres que aí trabalharam, uma vez que, em termos de cronologia, as diferenças face às restantes construções, à excepção da Matriz da Lourinhã, não deverão ser significativas.

Paralelamente, a igreja de Santa Maria de Sintra e a Matriz da Lourinhã destacam-se por possuírem um gótico mais maduro, nomeadamente através da introdução dos plintos sob as bases quadradas, contribuindo desta forma para uma maior elegância das colunas e elevação do espaço; também os capitéis da igreja matriz da Lourinhã acusam uma concepção mais evolucionada que os restantes.

A simplificação, nestes quatro edifícios, da tipologia de cabeceira de três capelas antecedida por transepto, escolhida para a maioria das igrejas das ordens religiosas e militares dos séculos XIII e XIV, e também visível em algumas paroquiais, poderá encontrar uma explicação nas diferentes necessidades espaciais destas igrejas.

A definição da tipologia de capela-mor isolada surgira já no românico, muito embora durante este período esteja associada às igrejas de nave única e não às construções de três naves. Por outro lado, o modelo de capela-mor nas igrejas românicas oscilava (tendencialmente) entre a planta recta nas igrejas de nave única e a planta semi-circular nas igrejas de três naves e cabeceira tripartida<sup>1017</sup>. O modelo de abside poligonal, terminada em cinco panos, não tem as suas raízes na arquitectura românica. Deve-se antes tentar encontrá-la na arquitectura das ordens mendicantes, cujas capelas-mor (ainda que ladeadas pelas capelas laterais) privilegiavam as estruturas poligonais.

Nesta análise das raízes da tipologia de cabeceira de nave única poligonal é incontornável uma breve abordagem da Igreja de Santa Cruz de Santarém, fundada em data incerta no século XIII com o apoio régio, e entregue por D. Dinis aos Cónegos de Santa Maria da Alcáçova, em 1280, mas reconstruída por D. Lourenço Domingos Minatos e D<sup>a</sup>

---

<sup>1017</sup> Esta questão já foi abordada na I Parte /Cap. 3 – 3.4, pp.175/176.

Iria Afonso Caeira, já no século XIV<sup>1018</sup>. A igreja, de três naves formadas por três tramos, sem transepto e com cobertura de madeira, apresenta uma capela-mor, profunda, composta por um primeiro tramo recto e por um segundo poligonal terminado em àbside de cinco panos com janelas de dois lumes em arco quebrado. O templo foi remodelado no século XVI - tendo-se substituído, provavelmente em 1551 as colunas medievais por colunas com capitéis renascentistas – e nos séculos XVII e XVIII – com a colocação de um revestimento parietal de azulejos<sup>1019</sup>. Estas alterações, embora causando uma adulteração estética do espaço, não perturbaram a leitura tipológica do mesmo, permitindo o estabelecimento de pontos de contacto com as igrejas abordadas neste capítulo. Encontramos, assim, uma planta idêntica no que respeita à definição da nave (embora em Santa Cruz estruturada em apenas três tramos e não em quatro) e da capela-mor, com dois tramos, o oriental poligonal. Também no que concerne a feição das arcadas e nervuras da capela-mor se encontram semelhanças na definição das mesmas em secção recta e facetada (no caso das nervuras). A implantação desta igreja em Santarém, numa data em que as obras das construções mendicantes já estariam avançadas, permite relacioná-las e aceitar a influência das igrejas mendicantes em Santa Cruz. O impacto desta obra nas igrejas de Mafra, Sintra, Atouguia e Lourinhã não é linear devido à possibilidade de as cronologias serem simultâneas (em algumas delas) tornando-se impossível definir de onde partiriam as influências; para além disso, a ascendência das construções mendicantes de Santarém na igreja de Santa Cruz, faz com que uma possível influência deste templo nas igrejas mencionadas, transporte, deste modo, essa mesma ascendência [Figs. 441, 442 e 443].

---

1018 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, pp. 74/75 entende que as obras que lhe deram a forma que hoje conserva devem ter começado depois de 1280, muito embora possa "aceitar que toda a construção seja já trecentista". J. Custódio, "Igreja de Santa Cruz – Classificação IIP: 1950-05-02", in *Património Monumental de Santarém, Inventário, Estudos Descritivos, Opus Cit.*, pp. 111/113, remete a construção original para c/ 1261, embora considerando ser "natural que a planta de Santa Cruz obedecesse ao tipo de linguagem introduzido no gótico trecentista de Santarém", tendo ainda em conta que as igrejas paroquiais da cidade "seguiram o exemplo e o tipo de programa e planta mendicante". Na página da DGEMN sobre a igreja é indicado o século XIV como data de reconstrução da igreja – ver [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3394](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3394) (consultada a 30/08/2012).

1019 Sobre as transformações dos séculos XVI a XVIII e sobre as intervenções da DGEMN entre 1954 e 1963/4 ver J. Custódio, "Igreja de Santa Cruz – Classificação IIP: 1950-05-02", in *Opus Cit.*, bem como a página da DGEMN sobre o monumento [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3394](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3394) (consultada a 30/08/2012).

Uma outra questão fundamental na análise destas igrejas, e com ligação directa com a anterior, é a simplicidade decorativa e o perfil recto e facetado das nervuras e arcadas, que apontam também para uma influência de modelos dominantes nas igrejas das ordens mendicantes. Da mesma forma, a utilização do gablete no portal axial de Sintra e no portal sul da Lourinhã podem também remeter para um contacto com o universo mendicante<sup>1020</sup>.

As igrejas paroquiais de três naves analisadas neste capítulo (à semelhança do que já havíamos visto em alguns elementos da Igreja de São Clemente estudada no capítulo anterior) parecem ter sido influenciadas pelos modelos tipológicos das construções mendicantes, não só no que respeita à forma da capela-mor, mas também a nível da estruturação de arcadas e nervuras, conferindo a estes espaços uma nítida afinidade com as igrejas dessas ordens e sublinhando a importância das mesmas no panorama da arquitectura portuguesa.

Importa ainda referir, ao olhar para estes edifícios, a sua proximidade geográfica e a sua localização na região oeste do país<sup>1021</sup>. Por um lado, torna-se possível aceitar a deslocação de mestres (ou seus discípulos) em igrejas cujas cronologias coincidam e que se encontram separadas por distâncias reduzidas. Por outro, é de sublinhar a aceitação em todas elas (incluindo Santo André de Mafra) de modelos góticos já bem definidos, enquanto que noutras regiões do interior do país e mais a norte a sua aceitação foi mais lenta e a sobrevivência de gramáticas românicas mais duradoura (não apenas nas igrejas paroquiais, mas também nas monásticas)<sup>1022</sup>: vejam-se os casos de São Pedro de Arganil, datada do final do século XIII, da igreja do Mosteiro de Cete<sup>1023</sup>, do primeiro quarto do

---

1020 Esta possível influência já havia sido referida na Igreja de São Clemente de Loulé.

1021 P. Dias a propósito da igreja de S. Leonardo da Atouguia refere "as construções paroquiais em zonas prósperas do litoral", in *História da Arte em Portugal*, vol. 4., *O Gótico*, *Opus Cit.*, p. 48.

1022 Esta problemática já havia sido afluada por P. Dias, *Idem*, p. 47, relativamente à Igreja de São Pedro de Arganil, referindo "a permanência de uma estética retrógada nas zonas rurais do interior de todo o território a norte do Tejo".

1023 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 381, classifica esta igreja como "românica com uma maquiagem 'gótica'".

século XIV ou da Igreja-Colegiada de Barcelos e da Igreja de S. Domingos de Vila Real, ambas já do século XV<sup>1024</sup>.

Uma nota final para salientar que estas igrejas não são *experimentalismos*; embora apresentando uma variante face ao modelo de três naves com transepto e cabeceira tripartida que definimos como sendo mais comum, a tipologia destas quatro paroquiais não parece afirmar-se como uma experimentação, mas antes como uma simplificação do modelo mais corrente, mantendo do mesmo características essenciais em termos tipológicos e decorativos.

---

1024 A escassez de aberturas, a permanência de grossos contrafortes na fachada e a pouca elevação são características que todas elas conjugam, total ou parcialmente.

### **3. As Igrejas de uma só nave com cabeceira tripartida:**

"Tudo está ordenado para um só fim, que é Deus"

São Tomás de Aquino, *Summa Contra Gentes*, cap. XVII

#### **3.1. A Igreja do Convento de Santa Clara de Vila do Conde**

O Convento de Santa Clara de Vila do Conde foi fundado entre 1317 e 1318<sup>1025</sup>, por D. Afonso Sanches<sup>1026</sup> filho bastardo de D. Dinis, e pela sua mulher, D. Tareja Martins Telo, filha mais velha do 1º Conde de Barcelos e senhora de Vila do Conde. A 15 de Março de 1318 o Papa João XXII assinava a bula *Ordinem Sanctae Clarae*, referente à regra do convento e a 7 de Maio do mesmo ano, lavrava-se na vila a escritura de dotação, em presença do mordomo-mor do rei, Nuno Rodrigues de Vasconcelos<sup>1027</sup>.

A data de início da construção da igreja e convento é discutível. Na carta de dotação do convento lê-se *fecta esta carta de hordenaçom no moesteyro de sancta clara de ujlla de*

---

1025 Sobre o convento de Santa Clara de Vila do Conde ver Marisa Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", *De Arte, Revista de História del Arte*, nº 3, León, Universida de León, Facultad de Filosofia y Letras, 2004; Joaquim P. Neves, *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (pequena crónica de um grande mosteiro)*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982. J. A. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, Cap. IV – *O Homem / 3.3.2. Barregãs e Bastardos*, p. 242 situa a fundação em 1317, Marisa Costa, *Ibidem*, p. 24, L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, p. 285 e J. P. Neves, *Ibidem*, p. 15 em 1318. A existência de documentos de doação de bens de D. Dinis ao convento desde Abril de 1318, permite pressupor que a fundação do Convento poderia ter tido lugar ainda em 1317, embora a bula papal relativa ao convento e a carta de dotação dos fundadores datem já de 1318 (Março e Maio, respectivamente).

1026 D. Afonso Sanches foi um dos filhos bastardos do rei D. Dinis. "Trovador como o seu pai e o seu irmão Pedro Afonso, foi senhor de um vasto património, situado de um e do outro lado da fronteira, e de uma grande casa, a que associava o favor paterno e a influência política que detinha na corte", J. A. Pizarro, *D. Dinis, Opus Cit.*, Cap. IV – *O Homem / 3.3.2. Barregãs e Bastardos*, p. 242. As suas datas de nascimento e morte são incertas, J. A. Pizarro, *idem*, p. 242, declara-o nascido antes de 1289 e falecido em 1327. No *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 434, o nascimento é situado c. 1288 e a morte em 1329. Sobre D. Afonso Sanches ver, para além das obras supra-citadas Marisa Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", in *Opus Cit.*.

1027 Para pormenores sobre estes documentos ver Marisa Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", in *Opus Cit.*.

*conde*<sup>1028</sup>, o que poderia levar a supor que a construção já tivesse sido iniciada, ideia reforçada pela bula papal, onde se lê que *já naquelle conuento estauão Religiosas*<sup>1029</sup>. Contudo, é pouco provável que se tenha dado início às obras antes da aprovação papal, sendo que esta referência pode remeter para uma construção provisória, ou mesmo para os paços de D. Teresa que aí existiam. Um cenário provável é que as obras se tenham iniciado pouco depois da carta de dotação. Quanto ao término da obra, alguns autores remetem para depois do ano de 1354<sup>1030</sup>, muito embora, nesta data, na igreja, devessem apenas faltar alguns acabamentos. Dada a dimensão não excessiva do projecto é provável que em meados do século a igreja já estivesse praticamente concluída, pelo que se pode situá-la entre o primeiro e o segundo quartel do século XIV.

O principal protector do convento, para lá dos fundadores, foi D. Dinis, que lhe fez inúmeras doações, chegando mesmo a declarar-se "protector e defensor" do convento, em 1319<sup>1031</sup>. O filho dos fundadores, D. João Afonso, concluiu a obra, mas depois da sua acção ter-se-á verificado um certo desinteresse pelo convento (ou pelo menos pela estrutura funerária), uma vez que, no final do século XV, o local de tumulação dos fundadores se

---

1028 in *Chancelarias Portuguesas*, cit. por M. Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", *Opus Cit.*, nota 10, p. 25. A mesma citação é incluída em F. Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XVIII, Cap. LXIV. *Iornada delRey a Galisa, e fundação de S. Clara de Vila do Conde por Afonso Sanches seu filho*, *Opus Cit.*, p. 270.

1029 F. Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XVIII, Cap. LXIV. *Iornada delRey a Galisa, e fundação de S. Clara de Vila do Conde por Afonso Sanches seu filho*, *Opus Cit.*, p. 269.

1030 "As obras do convento não foram começadas e acabadas de repente, pelo que, em 1354, D. Afonso Sanches pediu a seu filho, no testamento, que terminasse os edificios.", P. Dias, *A Architectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 92, e *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *O Gótico*, *Opus Cit.*, p. 43. Mas D. Afonso Sanches morre entre 1327 e 1329, pelo que existe aqui uma confusão na informação. O que Fr. M. da Esperança nos diz na *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Segunda parte, que conta os seus progressos no Estado de tres Custódias, principio de Província, & Reforma Observante*, Lisboa, na Officina António Craesbeeck de Mello, Anno 1666, Livro VIII, cap. II, p. 167, é que "mandou depois acaballo, em particular a Galilé, & capelas seu filho D. João Afonso, que foi o do Ataúde, celebrado nas historias de Hespanha, & Senhor de Albuquerque, em testamento do anno 1354, a 13 do mez de Julho". O que podemos concluir, portanto, é que, no seu testamento de 1354, D. João Afonso, filho de D. Afonso Sanches, mandou concluir o convento, sublinhando a conclusão da galilé e das capelas.

1031 Sobre as doações de D. Dinis ver Carlos S. Tarouca, "O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, Edição de 37 cartas régias de D. Sancho I (a. 1200) a D. Manuel I (a. 1521)", Sep. *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. IV, 1947, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1947.

encontrava em ruínas, vindo a ser substituído, já no século XVI, por acção de D. João III e da abadessa D. Isabel de Castro<sup>1032</sup>.

O convento destinava-se a damas da nobreza carenciadas: “*Entre outras cousas que o Fundador dispos, foi que as Religiosas aly admitidas, serião fidalgas pobres, & que porfessassem clausura, & por esta causa as dotaua abundantissimamente para que não necessitassem de sair para fora a petitórios*”<sup>1033</sup>.

A igreja clarissa de Vila do Conde destaca-se das restantes pelo facto de apresentar uma só nave, à semelhança do que é habitual na Galiza<sup>1034</sup>, mas pouco comum em Portugal. Da tipologia mais comum das edificações da ordem mendicante em Portugal mantem o transepto destacado e a cabeceira tripartida escalonada, mas sem interligação entre as capelas<sup>1035</sup> [Fig. 444].

A cabeceira apresenta uma estrutura tripartida, escalonada, com a capela central muito verticalizada face aos restantes espaços [Fig. 445]. A capela-mor, significativamente mais estreita do que a nave, apresenta uma planta irregular, mais larga a oeste do que a este, talvez numa tentativa de anular a ideia de redução do espaço face à largura da nave. É formada por um tramo quadrado e outro poligonal de cinco panos [Fig. 446]. O primeiro tramo é coberto por uma abóbada sexpartida e o segundo por uma abóbada polinervada; ambas possuem nervuras facetadas e de secção recta, unidas por uma cadeia com as mesmas características. Nas abóbadas e no arco toral surgem chaves com motivos heráldicos [Fig. 447]. As nervuras descarregam em colunas, ladeadas por finos colunelos, à excepção da nervura central da abóbada do primeiro tramo que assenta numa mísula [Fig. 448]. Os capiteis são desprovidos de decoração e estão coroados por ábacos muito

---

1032 Cfr. J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 566.

1033 Frei F. Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XVIII, Cap. LXIV. *Jornada delRey a Galisa, e fundação de S. Clara de Vila do Conde por Afonso Sanches seu filho*, *Opus Cit.*, p. 270.

1034 Ver Parte I, Cap. 3.4, pp. 172/173.

1035 P. Pereira, "A Arquitectura" (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 377, porém, considera que a igreja "escapa à tipologia mendicante".

destacados; as colunas possuem um pequeno esbarro ligeiramente acima do solo e estão poisadas em bases rectas, elevadas [Fig. 449].

A iluminação da capela-mor é abundante, proveniente de cinco janelas, uma em cada pano, rasgadas em arco de volta perfeita com dois lumes em arco canopial [Fig. 449].

A transição para a nave central faz-se por meio de um arco quebrado duplo, de perfil facetado e recto, o arco interno mais grosso e assente numa coluna idêntica às do interior da capela, e o externo sobre um colunelo também idêntico aos do interior [Fig. 446].

As capelas laterais abrem para os braços do transepto através de arco quebrado com as mesmas características que o da capela-mor, excepção para o facto de o arco interno assentar numa mísula e o externo na imposta da parede. Possuem um único tramo, profundo, terminado de forma absidial com dois panos. São cobertas por abóbada idêntica à do primeiro tramo da capela-mor, com cadeia e chaves ornamentais<sup>1036</sup>. As nervuras descarregam em mísulas em ponta de diamante. A iluminação das capelas laterais faz-se por meio de duas frestas estreitas em arco de volta perfeita. Uma particularidade destas capelas é não possuírem ligação entre si [Figs. 450 e 451].

O transepto, muito largo, destaca-se declaradamente face à nave única. A colocação de arcos transversais assinala de forma marcante a zona do cruzeiro. Estes arcos são duplos, em volta perfeita e de secção idêntica às nervuras das abóbadas, assentando em mísulas. O espaço do transepto possui cobertura em madeira. A iluminação provem de duas janelas em arco de volta perfeita, com dois lumes quebrados, idênticas às que se encontram nas naves; resultam de restauros da DGMN - no século XVII rasgou-se no braço norte uma janela rectangular, demolida e substituída durante as campanhas da DGEMN. A janela do lado sul teve de ser parcialmente reconstituída<sup>1037</sup> [Fig. 452].

---

1036 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 111, chama a atenção para a originalidade destas abóbadas referindo que "Na capela-mor o tramo inicial é coberto de uma abóbada sexpartida, e, nas laterais, este sistema de cobertura (...), combina-se com as nervuras que partem de mísulas colocadas entre os dois panos das absides".

1037 Ver *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N° 14, Dezembro de 1938, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1938, pp. 33-37.

A transição para o espaço da nave única faz-se por meio de um amplo arco quebrado duplo, o arco externo auto-rematando-se de forma triangular, o interno apoiado numa coluna [Fig. 453]; os capitéis destas colunas (um de cada lado) possuem ornamentação com animais fantásticos de grande elegância [Fig. 454].

A nave é francamente larga, possuindo, tal como o transepto, cobertura em madeira<sup>1038</sup>. Encontra-se dividida pela necessidade de separação do coro das freiras, sendo que em Santa Clara de Vila do Conde a separação é total, dada a construção de uma parede de cima a baixo [Fig. 455].

A iluminação da nave resulta de janelas de dois lumes com um pequeno óculo trilobado no centro<sup>1039</sup> [Fig. 456].

Do lado norte, junto ao braço do transepto, foi construída, já no século XVI (1525/26), a Capela dos Fundadores (ou da Conceição), uma vez que D. Afonso Sanches tinha ordenado "*edificar para si, & sua mulher enterro fora da Igreja, dizendo, que só para os Santos se deuia dar sepultura dentro dos Templos*"<sup>1040</sup>. Os corpos encontravam-se, portanto, de início, numa galilé edificada para o efeito, tendo sido trasladados para a nova capela (e para novos cenotáfios) já no século XVI.

---

1038 As coberturas da igreja foram reconstruídas pela DGEMN, tanto a nível externo, como a nível interno – "Reconstrução de toda a armação do telhado, cobertura geral da igreja com telha nacional dupla"; "Repregamento e restauração dos tectos de madeira, em caixotões, de grande valor artístico e ornamental, que no alto das naves, já gravemente atingidos pela ruína geral, se estavam desconjuntando" in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, pp. 34/35.

1039 São, contudo, reconstruções da DGEMN - "(...) reconstrução completa das mesmas fachadas [norte e sul], onde foram colocadas todas as antigas janelas, escrupulosamente reconstituídas segundo os elementos primitivos que se puderam salvar", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, p. 35.

1040 Frei F. Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, Livro XVIII, Cap. LXIV. *Jornada delRey a Galisa, e fundação de S. Clara de Vila do Conde por Afonso Sanches seu filho*, p. 270. A questão da galilé como espaço funerário foi já abordada na I Parte, cap. 1/ 1.2.2, pp. 99/100. Sobre esta galilé ver *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 566/567.

O aspecto exterior de Santa Clara faz lembrar as igrejas fortificadas, com coroamento de ameias a toda a volta (a maioria reconstituída no século XX<sup>1041</sup>) e uma estrutura maciça, que as pequenas aberturas laterais não chegam para aligeirar [Fig. 457].

A fachada ocidental é formada por um único corpo correspondente ao espaço interior uno; termina em empena triangular, com cruz de pedra no topo, e é flanqueada por contrafortes em degrau nos extremos. Na parte superior abre-se uma rosácea<sup>1042</sup>, com um óculo central e arcos trilobados, num modelo semelhante ao da igreja de São Francisco do Porto. Uma pequena fresta, sob a rosácea, ilumina o coro das freiras [Fig. 457].

Na fachada norte, junto à Capela dos Fundadores abre-se um portal em arco quebrado, com três arquivoltas; são todas facetadas e rectas, as exteriores apoiadas em colunelos com continuação em colunas esguias sobre bases quadradas; a interior com as aduelas a continuarem na própria estrutura das paredes, ornamentadas por uma fina reentrância no vértice. Os capitéis das arquivoltas externas possuem cesto alto, esguio com decoração com fitas e folhagem estilizada [Figs. 458 e 459]. Este portal foi reconstituído pela DGEMN, após a mutilação do mesmo com a introdução de uma porta rectangular entre as aduelas<sup>1043</sup>.

A fachada sul é marcada pela torre sineira<sup>1044</sup> e pela sala do capítulo, que se ergue adossada à torre<sup>1045</sup>. Ambas as construções são revestida de ameias no topo, à semelhança da estrutura da igreja [Fig. 460].

---

1041 "Colocação de todas as ameias que, em grande número, faltavam no corpo da igreja", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, p. 37

1042 "(...) foi reaberta e reconstituída a antiga rosácea, que alguns elementos primitivos, por fortuna encontrados, permitiam reconstituir", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, p. 35.

1043 "Reconstituição do primitivo pórtico da fachada do norte, depois de apeada a grosseira porta rectangular que fôra violentamente introduzida sob as aduelas do seu arco ogival"; aliás, uma parte substancial da fachada norte (e sul) foi re-arranjada – "Apeamento de grande parte das fachadas do norte e do sul da igreja, seguida da reconstrução completa das mesmas fachadas.", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, p. 35.

1044 Já não é a original, mas sim o resultado de um restauro da DGEMN. Pode ler-se no Boletim desta instituição "Apeamento da torre sineira e reconstituição do primitivo campanário", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14, p. 34.

1045 As dependências conventuais erguiam-se a sul da igreja. Hoje é ainda visível a entrada para a sala do capítulo, se bem que restaurada, e a área do claustro, muito embora as arcadas sobreviventes, já não sejam

A cabeceira ostenta nas três capelas contrafortes de degraus pesados e grossos que conferem ao conjunto um aspecto maciço e pouco leve<sup>1046</sup> [Fig. 461].

Dentro do panorama da arquitectura religiosa dos séculos XIII e XIV em geral, e da arquitectura das ordens mendicantes em particular, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde surge como uma excepção. A planta de nave única, como visto anteriormente<sup>1047</sup>, não foi inexistente no território português das centúrias de duzentos e trezentos e, nomeadamente, a tipologia de nave única com transepto desenvolvido e cabeceira tripartida terá existido nas igrejas de São Francisco de Alenquer e Portalegre, fundadas ainda no final do século XIII, mas com as igrejas concluídas já no XIV. Contudo, estas construções são uma minoria dentro de um panorama geral que privilegia a tipologia de três naves, preferencialmente com cabeceira tripartida.

Em Vila do Conde a opção pela tipologia de nave única poderá vir mais destas suas congéneres masculinas do que das igrejas da Galiza ou das "casas-mães" de Assis, cujas tipologias não parecem ter tido grande repercussão no território português, não sendo expectável que a sua influência se fizesse sentir de forma directa em Santa Clara de Vila do Conde.

A dimensão, ampla e larga, da nave e a estrutura da cabeceira, com capelas profundas, gerando no conjunto um espaço mais vasto do que à partida se poderia esperar de uma igreja de nave única poderá ter a ver com os seus fundadores. D. Afonso Sanches, ainda que bastardo, era filho de rei (e provavelmente o primogénito mesmo entre os

---

medievais e tenham sido grandemente reconstruídas pela DGEMN. O estado de ruína geral do convento havia já motivado, antes das intervenções da DGEMN, na década de trinta do século XX, uma acção de recuperação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entre 1922 e 1924. Sobre estas intervenções ver L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, pp. 285-287 e *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Opus Cit.*, Nº 14.

1046 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 93 sublinha que estes se tornam necessários devido á forma do terreno.

1047 Ver Parte I, cap. 3.4.

bastardos<sup>1048</sup>) e casara com uma dama da alta nobreza e de estirpe elevada. O seu interesse pelo convento, desde a fundação à sua sobrevivência, foi sempre constante e a sua participação nos destinos do mesmo activa<sup>1049</sup>, no que foi acompanhado pela sua mulher – aliás, a fundação e dotação de conventos femininos por damas da alta nobreza (em conjunto ou não com os seus maridos) e até mesmo rainhas, foi bastante comum; vejam-se o convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, fundação de D. Mor Dias e depois "tomado a cargo" por D. Isabel, e o Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios, fundação de D. Châmoa Gomes e do seu marido D. Rodrigo Froilaz.

No caso de Vila do Conde, porém, D. Afonso Sanches parece ter tido um interesse especial no convento, na medida em que esta fundação servia propósitos diferentes de natureza política e religiosa. A fundação do convento revela-se, por um lado propícia "à salvaguarda de uma parte dos seus bens, doando-os à instituição religiosa sem abdicar de certos direitos, ou transferindo-os para a gestão do cenóbio após a sua morte e evitando, assim, uma eventual usurpação [e] (...) por outro lado, o caridoso gesto de dois cristãos devotos que, em remissão dos seus pecados, resolveram agradecer a graça de Deus e edificar em Sua honra um lugar santo proporcionava, ao mesmo tempo, uma forma de ostentar, quiçá infundir, o poder e autoridade de D. Afonso Sanches"<sup>1050</sup>.

Paralelamente, é evidente que o facto de os fundadores se terem feito sepultar nesta igreja "obrigava" a que o espaço tivesse a devida dignidade.

---

1048 A data de nascimento do seu irmão, Pedro Afonso, é incerta. Sobre a descendência de D. Dinis ver J. A. Pizzaro, *D. Dinis, Opus Cit.*, Cap. IV – *O Homem*.

1049 Os manuscritos sobreviventes "levam a acreditar num protagonismo crucial do bastardo régio, não só ao nível da criação do mosteiro de Santa Clara, mas também no quadro dos principais eventos que configuraram o seu percurso de vida", M. Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", *Opus Cit.*, p. 34

1050 M. Costa, "Poder e Autoridade de fundar um Mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde", *Opus Cit.*, pp. 36/37. Frei Brandão é particularmente vago na explicação das possíveis motivações de D. Afonso Sanches: "*Ou fosse que à imitação da Rainha S. Isabel que o anno antecedente fundou o Mosteiro de S. Calara de Coimbra, ou pela geral deuação à sagrada Religião dos Menores, neste presente edificou & doutou outro da mesma Ordem nesta sua Villa, que naquelle tempo, & no presente he hum dos grandiosos, & bem dotados de Espanha.*", in *Sexta Parte da Monarchia Lusitana* Livro XVIII, Cap. LXIV. *Iornada delRey a Galisa, e fundação de S. Clara de Vila do Conde por Afonso Sanches seu filho*, *Opus Cit.*, p. 269. Para uma análise mais detalhada das motivações de Afonso Sanches ver Marisa Costa, *Ibidem*.

Estas três razões, política, religiosa e de perpetuação da memória, justificam o cuidado posto no projecto e uma certa grandiosidade inerente ao mesmo.

No que respeita à invulgaridade da planta, reiteramos a ideia já referida de que se trata de uma excepção. Mas não um *experimentalismo*. Não se trata de um caso único, sem precedentes e que resulte de um ensaio de uma tipologia inovadora (continuada ou não). Trata-se de uma opção por uma planta com particularidades face a um modelo mais comum, mas que surgira já noutras construções (os referidos congéneres masculinos) e que deverá vir na sequência dessas construções. Aliás, a filiação em modelos relacionados com a arquitectura das ordens mendicantes é visível até no perfil das nervuras das abóbadas e dos arcos das capelas, transepto, arcada de transição para a nave e arquivoltas do portal de acesso.

Devido à alteração pós-medieval das igrejas de Alenquer e Portalegre, que poderão ter servido de inspiração a Santa Clara de Vila do Conde, esta assume-se actualmente como uma excepção de particular relevo no panorama arquitectónico português dos séculos XIII e XIV e, mais do que isso, como uma estrutura original. À data da sua execução, porém, seria "apenas" um modelo menos comum, mas não um caso único ou *experimental*.

#### **4. A problemática das igrejas fortificadas/fortaleza:**

*"Olhei, e vi um cavalo branco. O que o montava tinha um arco;  
foi-lhe dada uma coroa e partiu vencedor para novas vitórias."*

Apocalipse, 6, 2

As igrejas abordadas neste capítulo – Leça do Balio, Flor da Rosa e a Boa Nova de Terena - revestem-se de um estatuto especial por serem espaços com características associadas a estruturas fortificadas.

A edificação destes três edifícios em pleno século XIV, num período cronológico em que a Reconquista já tinha terminado em Portugal e em que, conseqüentemente, o território não se encontrava num estado de guerra permanente (apesar das sistemáticas guerras com Castela), não pode ser justificada por questões de necessidade defensiva do território português. A explicação para esta opção deverá ser encontrada noutros motivos, nos quais se poderão incluir a herança de um *facies* guerreiro proveniente da arquitectura românica e dos tempos em que a Reconquista era ainda uma realidade, a vontade pessoal dos encomendadores e, em dois dos casos, a ligação dos mesmos às ordens militares. A situação de proximidade com a fronteira, das construções alentejanas, poderá também ter sido relevante.

Dentro deste contexto é ainda necessário assinalar as diferenças tipológicas existentes entre estas construções, começando pela disparidade entre a estrutura de três naves com cabeceira escalonada da igreja de Leça do Balio e a tipologia cruciforme das igrejas da Flor da Rosa e Terena. Esta diferenciação parte da concepção de edifícios com objectivos distintos e relaciona-se com a distinção entre o conceito de igreja-fortificada e o de igreja-*fortaleza*. A diversidade entre os dois tipos de construção foi assinalada por M. Chicó, que fez a separação entre igrejas que apenas variavam (face às monásticas) no aspecto exterior, complementado por ameias e mata-cães, mas cuja estrutura seguia os modelos das igrejas monásticas, e igrejas que se assumem como torres e que optam assim, não apenas por um aspecto exterior diferenciado, mas também por uma planta divergente.

"As igrejas fortificadas portuguesas diferem pouco das igrejas monacais. Mesmo quando a fachada é mais sólida, as aberturas ficam mais longe do solo e as paredes são mais espessas, a planta e a estrutura têm as mesmas características e só o aspecto exterior é diferente devido às linhas de ameias e à robustez das torres. Ora, pelo contrário, as duas igrejas-fortalezas do Sul [Terena e Flor da Rosa] obedecem a outra concepção e são verdadeiras torres de planta cruciforme"<sup>1051</sup>.

#### 4.1. Igrejas de três naves:

M. T. Chicó engloba na sua listagem de igrejas fortificadas as sés do Porto, Lisboa, Évora e Viseu, bem como a Igreja de Santa Maria de Alcobaça e, numa época mais tardia, a igreja Matriz de Viana do Castelo, São Braz de Évora, São Francisco de Évora, Santo André de Beja, Santa Maria de Elvas, a Madalena de Olivença e as matrizes de Viana do Castelo e do Alvito, sublinhando a indiscutível continuidade do "*facies* guerreiro das catedrais e das igrejas paroquiais desde a época românica até ao alvorecer do Renascimento"<sup>1052</sup>. Na maioria destas igrejas, porém, o que lhes confere a aparência militarizada são as ameias e/ou um certo aspecto maciço herdado do românico, mantendo no restante o semblante próprio da arquitectura religiosa. No entanto, as ameias por si só não podem ser entendidas como um elemento exclusivamente militar, uma vez que também se afirmam como sinónimo de senhorio e de afirmação de poder<sup>1053</sup>. A Igreja hospitalária de Leça do Balio, contudo, reúne um conjunto de características (para lá do aspecto sólido e das ameias) que vão da existência de mata-cães à configuração de caminhos de ronda, passando pela presença da torre, que a transformam num exemplar único de igreja-

---

1051 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 115. Esta citação já foi reproduzida mais do que uma vez, nomeadamente por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 113 e por P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 324. Optámos também por a transcrever por nos parecer que resume de uma forma notável as diferenças fundamentais entre as duas tipologias.

1052 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, pp. 113 e 115.

1053 M. J. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova*, Lisboa, IPPAR/MC, 2006, p. 113 sublinha a importância das ameias enquanto símbolo de senhorio nas estruturas habitacionais.

fortificada, onde o "facies guerreiro" se assume, no exterior, como um distintivo marcante e absolutamente definidor da igreja.

#### a) Leça do Balio

A Igreja de Leça do Balio pertencia, como referido anteriormente, à Ordem do Hospital, tendo sido sede da Ordem no território nacional. A ocupação do local recua a datas anteriores à formação da nacionalidade, não havendo, contudo, vestígios arquitectónicos desse período<sup>1054</sup>. Nas primeiras décadas de permanência dos Hospitalários em Leça ergueu-se uma primeira igreja - possivelmente no reinado de D. Afonso Henriques, que, como referido anteriormente, em 1140 passou carta de couto e privilégios aos Hospitalários<sup>1055</sup> -, da qual sobreviveram apenas algumas bases.

A igreja que hoje permanece é já muito ulterior e deve-se à acção de Fr. Estêvão Vasques Pimentel, cujo priorado decorreu entre 1306 e 1336, podendo-se, portanto, balizar a data de início da construção do templo neste período<sup>1056</sup>. O conjunto arquitectónico

---

1054 Tem sido defendida a ideia de que o local possuía uma ocupação pré-românica, com a existência de um edifício religioso cristão possivelmente desde o século IX. Ver *Guia de Portugal*, apresentação e notas de Sant' Anna Dionísio, 4º volume, *Entre Douro e Minho, I. Douro Litoral*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1994, p. 437. Se essa ocupação tão recuada carece de confirmação, sabe-se, porém, que em 1003 existia no local um mosteiro duplo, cujo padroado começou por ser privado, passando depois para o Mosteiro da Vacariça e por fim para a Sé de Coimbra, vindo progressivamente a ser abandonado – sobre este processo ver José M. S. Fonseca, *O Mosteiro de Leça do Balio. Cinco Depoimentos*, Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1991, pp. 39/43; P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, Lisboa, Edições Inapa, 2001. Todo o historial primitivo deste mosteiro está bem documentado em cartas de doações e diplomas diversos. Esta é, no entanto, uma conjuntura anterior à presença dos Hospitalários em Leça, sendo que uma datação segura relativa à presença desta ordem em Leça do Balio remete já para o período de governo do Conde D. Henrique, devendo-se a sua consolidação à acção de D. Afonso Henriques. Sobre a entrada da Ordem em Portugal ver I Parte, Capítulo 2.2.

1055 Ver I Parte, Capítulo 2.2, p. 115. Na página da DGEMN sobre a igreja pode ler-se "séc. 12 - início da construção de um mosteiro românico, pelos freires da ordem do Hospital, não tendo sido concluído (...) 1192 / 1211 - D. Sancho I mandou reformar e ampliar a Igreja e casa de Santa Maria de Leça". A informação permite-nos aceitar que em meados do século XII se terá dado início às obras do mosteiro e igreja, tendo esta última sido alvo de ampliação no reinado de D. Sancho I, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968), consultado em 28/03/2012.

1056 *Guia de Portugal*, 4º vol., Tomo I, *Opus Cit.*, pp. 57 e 438; J. Fonseca, *O Mosteiro de Leça do Balio. Cinco Depoimentos*, *Opus Cit.*, p. 43; P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, *Opus Cit.*, p. 67; P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 113.

original incluía a igreja e um paço, que servia como residência aos balios<sup>1057</sup>. Tal como a igreja, também o paço sobrevivente é o resultado de uma reconstrução do século XIV, correspondente ao período em que D. Garcia Mendes foi comendador de Leça, entre 1290 e 1301; as obras começaram, portanto, pela renovação do paço, tendo-se seguido, já com Fr. E. Vasques Pimentel a reconstrução da igreja<sup>1058</sup>.

Nos séculos XVII e XVIII a igreja foi alvo de acrescentos barrocos com a introdução de altares de talha dourada e a construção de uma sacristia e residência do respectivo sacristão<sup>1059</sup>. As obras da DGEMN no início da década de trinta do século XX [1934] demoliram todos os acrescentos procurando devolver à igreja o seu aspecto medieval<sup>1060</sup>.

A igreja apresenta uma planta de três naves, com cabeceira tripartida escalonada e transepto incluso. Do lado sul, junto à fachada ocidental, encontra-se adossada uma torre [Fig. 462].

A cabeceira é formada pela capela-mor e capelas laterais de terminação poligonal. A capela-mor termina em parede de três panos e é coberta por uma abóbada única, polinervada<sup>1061</sup> [Fig. 463]. As nervuras são molduradas e possuem ao centro uma chave com

---

1057 Este conjunto conventual encontrava-se numa das vias mais importantes de ligação a Santiago de Compostela, partindo do Porto e passando por Braga e Tui, sendo que a escolha do local para sede da Ordem pode ter passado justamente pela integração num Caminho de Peregrinação.

1058 Sobre a ligação entre a igreja e o paço ver P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiro do Hospital, Opus Cit.*, pp. 84/91.

1059 A sacristia barroca e os altares de talha são descritos na obra de D. Pinho Brandão, *A Igreja do Mosteiro de Leça, os Paços do Balio e as Capelas da Baliagem numa descrição de 1734*, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 11, Agosto de 1964, Matosinhos, Tipografia Leixões, 1964. O site da DGEMN, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968), consultado em 28/03/2012, informa-nos que no século XVII "o bailio, pertencente à família dos Távoras, empreendeu grandes obras na igreja e mosteiro".

1060 Ver sobre estas intervenções o *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, Porto, DGEMN / Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1935 e a "intervenção realizada" no site da DGEMN [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968), consultado em 28/03/2012.

1061 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 91 e p. 103, nota 49, já havia assinalado esta particularidade da cobertura do espaço com uma única abóbada que, segundo o autor, apenas se verifica nesta igreja, na Igreja de São Francisco do Porto, na igreja de Santo Estêvão de Beja e, como referido no capítulo anterior, nas capelas laterais da igreja de Santa Clara de Vila do Conde.

motivos vegetalistas [Fig. 464]; descansam em elaborados conjuntos de coluna com dois colunelos cingidos em dois pontos da sua elevação por anilhas triplas e assentes em bases elevadas. Os capitéis (alguns muito danificados) são vegetalistas, formando elegantes enrolamentos no topo; os ábacos, muito destacados e toreados, são comuns aos capitéis da coluna e colunelos [Fig. 465]. Três janelas de dois lumes em arco lanceolado com um óculo quadrilobado ao centro permitem um ampla luminosidade no espaço<sup>1062</sup>. O lançamento dos arcos das janelas é acompanhado por uma moldura perlada que arranca das colunas onde se apoiam as nervuras, acrescentando, deste modo, um requinte significativo ao perfil dos vãos de iluminação [Fig. 465]. O arco de acesso à capela-mor é duplo, possuindo secção recta e facetada; o arco exterior tem continuação num fino colunelo de capitel vegetalista e o interior em coluna de capitel figurativo; as impostas são toreadas [Fig. 463].

As capelas laterais possuem terminação idêntica à capela-mor, sendo o pano adossado a esta cego e os outros dois rasgados por frestas em arco quebrado. O abobadamento é análogo ao da capela-mor, inclusivé ao nível do tipo de nervuras. As colunas, porém, são simples, sem anilhas, nem colunelos a ladeá-las [Figs. 466 e 467]. A iluminação provém das simples frestas em arco quebrado que se encontram nas paredes de topo e de uma terceira rasgada na parede lateral<sup>1063</sup> [Fig. 468]. Os arcos de acesso às capelas são iguais ao da capela-mor, tanto a nível da estruturação dos próprios arcos, como no que toca aos elementos de sustentação dos mesmos e respectivos capitéis [Fig. 467].

O transepto encontra-se incluso<sup>1064</sup>, demarcando-se, contudo, do corpo das naves através de arcos-diafragma na transição para as naves laterais, bem como através de uma maior elevação face a estas mesmas naves. Os arcos que separam os braços da zona do cruzeiro surgem na continuação das arcadas, abrindo-se, porém, mais acima, mas mantendo um perfil idêntico de arco quebrado duplo [Fig. 469]; descarregam em colunas com capitéis

---

1062 P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus Cit.*, p. 72 assinalam a proximidade com as igrejas das ordens mendicantes no que respeita à espacialidade, abobadamento e iluminação.

1063 Tanto as janelas das capelas laterais, como as da capela-mor foram refeitas durante a intervenção da DGEMN – "Restauração das janelas da ábside e das absidiolas", in *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, *Opus Cit.*, p. 39.

1064 Conforme assinalado na Igreja de São Francisco do Porto esta é uma das diferenças fundamentais entre as duas igrejas.

na zona de terminação do arco e, mais abaixo, ao nível dos capitéis das arcadas. Estes últimos surgem apenas do lado oeste; a este, no pano murário entre a capela-mor e as laterais as colunas terminam em mísulas de três faces com folhagem vegetalista e ábacos destacados [Fig. 470]. Em ambos os topos do transepto se rasgam janelas em arco quebrado, de dois lumes com um quadrifólio no topo.

A igreja é constituída por quatro tramos, com arcadas formadas por arcos quebrados duplos de secção recta<sup>1065</sup> [Fig. 471]; estes repousam em capitéis de ábaco toreado, com continuação em colunas adossadas a pilares. Nas faces viradas para a nave central e para as naves laterais as colunas assumem uma função meramente estética e são rematadas, acima dos capitéis, por uma saliência recta e facetada com um enrolamento na ponta<sup>1066</sup> [Fig. 472]. Apenas na coluna do último tramo (este), que sustenta o arco diafragma de transição para o transepto, o perfil é distinto. A diferença deve-se ao facto de, como referido, nela se apoiar o duplo arco diafragma [Fig. 473]; do lado da parede o arco assenta numa mísula.

Os capitéis da igreja de Leça do Balio têm levantado algumas interrogações devido ao seu conteúdo historiado e fantástico, mais rapidamente associável ao universo românico do que ao gótico. O tratamento destes capitéis, tanto no que respeita ao cesto, como no que concerne à figuração, desmente, contudo, a possível sobrevivência de exemplares românicos, remetendo antes para uma plástica gótica, onde sobreviveu apenas o gosto pela figuração. A nível formal o seu cesto é elegante e esguio, sendo as figuras trabalhadas com uma grande minúcia e cuidado.

Os capitéis da arcada sul apresentam um ciclo narrativo associado à ideia da *Redenção*, começando na apresentação do Pecado, com a tentação de Adão e Eva, e terminando na Crucifixão, apresentando um Cristo *Redentor*<sup>1067</sup>. A escolha de temáticas relacionadas com a Paixão e com a Salvação apontam já para uma espiritualidade própria

---

<sup>1065</sup> As bases das colunas foram restauradas durante a intervenção da DGEMN – "Restauração dos pilares que separam as naves, todos mutilados na parte inferior, para encaixe do vigamento do soalho sobreposto ao primitivo pavimento da igreja". Este soalho foi também retirado e o pavimento rebaixado até ao nível original. Ver *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, *Opus Cit.*, p. 40.

<sup>1066</sup> P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 115, chamou-lhes "uma espécie de mísulas invertidas".

<sup>1067</sup> São apresentadas as cenas da Tentação de Adão e Eva, Expulsão do Paraíso, Adoração dos Magos, Flagelação e Crucifixão.

do período gótico, a que os Mendicantes não são alheios, e que permite afastar a tentativa de inclusão destes capitéis na arte românica [Fig. 474].

No lado norte da igreja as temáticas são distintas e surgem capitéis vegetalistas a par de outros com cabeças barbadas, animalistas e com seres fantásticos, numa diversidade imensa. A distinção nas temáticas dos capitéis pode significar a presença de duas oficinas diferentes, especializadas em géneros/gramáticas distintas<sup>1068</sup>.

O espaço das naves possui cobertura de madeira, numa solução próxima das igrejas das ordens mendicantes e comum na arquitectura gótica portuguesa [Fig. 471]. Relativamente a esta questão P. Costa e L. Rosas chamam a atenção para o facto de que, em cerca de trinta igrejas góticas de três naves (edificadas ao longo dos séculos XIII, XIV, XV e XVI) que sobreviveram até aos nossos dias, apenas cinco são abobadadas na totalidade: as igrejas dos mosteiros de Alcobaça, da Batalha, de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, do Convento de Jesus de Setúbal e da Sé da Guarda<sup>1069</sup>. Embora parte destas igrejas extravase já do âmbito cronológico do nosso estudo, a constatação deste facto confirma a análise que temos vindo fazer das igrejas tratadas na II Parte - das quais apenas Santa Clara-a-Velha é completamente abobadada - e permite concluir que há uma clara preferência pela cobertura em madeira nas edificações góticas portuguesas de três naves. É importante referir, no entanto, que essa preferência parece expandir-se a partir das igrejas mendicantes de Santarém, aparentando assim uma ligação ao modelo arquitectónico desta ordens.

A iluminação das naves provém do clerestório aberto na nave central e das janelas das laterais, com dois lumes inseridos em moldura de arco ligeiramente abatido [Fig. 475]; nas paredes de topo encontramos ainda um óculo, a este sobre a capela-mor, uma rosácea, a oeste, sobre o portal e duas janelas nas paredes ocidentais<sup>1070</sup>.

---

1068 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 115, já havia chamado a atenção para a existência de "duas campanhas independentes a trabalhar ao mesmo tempo".

1069 P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus Cit.*, p. 71.

1070 P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus cit.*, p. 72 referem que o mesmo sistema de iluminação é "utilizado em praticamente todas as igrejas mendicantes". É, porém, necessário ressaltar que em muitas das construções mendicantes os vãos de iluminação foram alterados e os modelos originais são desconhecidos.

No seu conjunto o espaço interno desta igreja alcança um equilíbrio muito grande na conjugação de todos os elementos que o compõem, resultando daqui um efeito final particularmente harmonioso<sup>1071</sup>.

A fachada ocidental evidencia a divisão interna, com o corpo central mais elevado terminando em frontão triangular, e os laterais em empena recta, rebaixados, e rematados por ameias. A ladear o portal e prolongando-se até quase ao remate triangular encontram-se dois possantes contrafortes, marcados por dois esbarros na parte superior. Um pouco acima do portal, ao nível do remate dos corpos laterais encontra-se um balcão, assente numa cachorrada animalista com aberturas para arremessos; é coroado com ameias que formam uma linha contínua com as dos corpos laterais, acentuando o aspecto fortificado da fachada [Fig. 476].

O portal da fachada ocidental rasga-se em arco quebrado com quatro arquivoltas assentes em elegantes colunas. A arquivolta interna possui decoração vegetalista; as restantes são mais simples com toros e escócias, possuindo a externa uma moldura vegetalista [Fig. 477]. Os capitéis, tal como os do interior, são variados, apresentando figuras zoomórficas e temas vegetalistas, esculpidas em cestos esguios. Apoiam-se em colunas (excepção para o interior que repousa num fino colunelo) assentes em bases elevadas [Fig. 478]. Sobre o portal encontra-se uma rosácea com claras semelhanças com a rosácea da igreja clarissa de Santa Clara de Vila do Conde e com a que, posteriormente, irá surgir em São Francisco do Porto. Dada a possibilidade de Santa Clara de Vila do Conde e a igreja de Leça do Balio terem tido campanhas contemporâneas torna-se impossível precisar qual terá sido a fonte de inspiração original<sup>1072</sup>. Nos panos laterais rasgam-se simples janelas em arco quebrado.

---

1071 Já J. C. V. da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 123 havia chamado a atenção para a "elegância na harmonia conseguida do conjunto".

1072 Esta rosácea foi restaurada durante as campanhas da DGMEN, devendo, porém, ter sido uma intervenção ligeira pois o boletim diz "reparação" da rosácea e não restauro, o que permite pressupor que a rosácea se acharia pouco danificada – "Reparação das duas rosáceas: a que ornamenta a fachada principal e a que se recorta ao fundo da nave central, no tímpano do arco da capela-mor", *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, *Opus Cit.*, p. 40.

Na fachada sul abre-se novo portal de acesso ao interior, idêntico ao da fachada ocidental, inclusive no que respeita ao tratamento decorativo das quatro arquivoltas e ornamentação capitelar, com motivos vegetalistas e híbridos. No entanto, ao contrário do portal ocidental está inserido num gablete pontiagudo, solução que aparece também em São Francisco do Porto. Esta fachada possui a particularidade de (ao contrário da fachada norte) não ter contrafortes, o que poderá significar que estaria planeado um claustro deste lado da igreja [Figs. 479 e 480]. A definição de um portal com gablete, porém, parece contrariar esta ideia, pois os portais abertos para os claustros costumam ser mais simples<sup>1073</sup>.

Este lado da fachada é marcado, no extremo ocidental, pela massa imponente da torre, estrutura quadrada com poucas aberturas, que se eleva muito acima da igreja. Possui balcões com mata-cães nas paredes viradas ao exterior e nos ângulos no terraço e é rematada por ameias iguais às da igreja<sup>1074</sup>. No topo, sob as ameias surgem duas janelas em cada pano (uma do lado norte), sendo que abaixo destas as aberturas são reduzidas a simples frestas, quase imperceptíveis [Fig. 479].

A fachada norte ostenta três contrafortes dispostos ao longo da nave lateral [Fig. 481]. Tanto no braço norte do transepto, como no braço sul se abrem, para além dos janelões, portais - desentapados e restaurados durante as obras da DGEMN<sup>1075</sup> – sendo o do lado norte mais complexo, com arquivoltas.

A cabeceira é assinalada pela presença de contrafortes com esbarros colocados entre as janelas, conferindo ao conjunto um aspecto compacto. As janelas da capela-mor possuem uma moldura perlada a envolver o arco quebrado, à semelhança do que se verifica

---

1073 É, no entanto, possível que se tenha planeado a construção de um claustro, o que justificaria a ausência de contrafortes e que devido, ao abandono da ideia (por razões desconhecidas), se tenha elaborado um portal de maior aparato. Note-se, contudo, que os contrafortes são absolutamente desnecessários em termos de sustentação da estrutura, uma vez que as naves não são abobadadas.

1074 A descrição desta torre na página da DGEMN sobre a Igreja remete para os paralelismos da mesma com algumas construções militares da Ordem – "Interiormente, não maciça, com masmorra, como a torre de menagem do Castelo de Belver e as torres do Castelo da Amieira, ambas também construções da Ordem do Hospital.", [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4968), consultado em 28/03/2012.

1075 "Reabertura e restauração de duas portas primitivamente abertas nos topos do transepto e que se achavam entapadas", *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, *Opus Cit.*, p. 40. O Boletim não explica em que estado estavam os portais e se a "restauração" foi feita com base nos elementos sobreviventes. O facto de o portal do lado sul ser mais despojado limitando-se a um simples arco quebrado faz, porém, sentido uma vez que desse lado já existia um portal de maior aparato.

no interior, revelando um cuidado posto na decoração que contrasta um pouco com a estrutura maciça do conjunto [Fig. 482].

As fachadas são rematadas por cornija assente em modilhões de perfil arredondado e, sobre estes, a igreja é coroada a toda a volta (nave central, laterais, transepto e cabeceira) por ameias, que, juntamente com o balcão da fachada e com a torre com os seus mata-cães, conferem ao templo um aspecto fortificado. "O aspecto defensivo que apresenta, à maneira de uma igreja fortificada, deve-se ao facto de constituir a casa-mãe de uma ordem militar. Mais do que prático, o seu programa é essencialmente simbólico"<sup>1076</sup>. Paula Costa e Lúcia Rosas, na sua monografia sobre Leça do Balio, chamam a atenção para o facto de ser comum as ordens militares possuírem igrejas inseridas em "conjuntos monumentais defensivos", que incluíam a própria igreja, um cemitério, um paço e outras construções, citando como exemplo as igrejas hospitalárias do Alporão (embora o núcleo residencial desta igreja não fosse um paço), de Leça do Balio e da Flor da Rosa, bem como o conjunto do Convento de Cristo em Tomar e o núcleo da Ordem de Santiago em Alcácer do Sal<sup>1077</sup>. A existência de uma efectiva função defensiva associada a estas construções variava, sendo real em Santarém, onde a Igreja hospitalária estaria inserida na estrutura militar da vila, junto a uma porta, mas inexistente em Leça do Balio. No entanto, o aparato defensivo manter-se-ia em muitas das construções, independentemente da sua real função, ostentando apenas um cunho simbólico associado ao papel que as ordens militares haviam desempenhado no território.

Uma questão fundamental relativamente a esta igreja tem sido a sua sistemática associação à Igreja de São Francisco do Porto, rementendo a igreja hospitalária de Leça para um enquadramento mendicante. Os pontos de contacto entre estas duas igrejas, contudo, têm de ser entendidos no sentido de que a influência directa se faz sentir da igreja de Leça para a franciscana do Porto e não o contrário, dada a cronologia das obras. Assim

---

<sup>1076</sup> P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus Cit.*, p. 82.

<sup>1077</sup> P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus Cit.*, pp. 92/95. A mesma ideia é expressa por C. A. F. de Almeida, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 64.

sendo, aspectos como a semelhança a nível do abobadamento da cabeceira terão sido desenvolvidos em Leça e seguidos na Igreja de São Francisco. No entanto, salvaguardada esta questão, a ligação à arquitectura das ordens mendicantes continua a ser evidente em Leça: é visível na tipologia da cabeceira, na cobertura das naves, no tipo de perfil das arcadas (apesar da multiplicação das colunas com carácter decorativo em Leça) e no cuidado posto na distribuição da luz. Terá apenas de se remeter a influência para as construções mendicantes já edificadas e não para a igreja franciscana do Porto. "A verdade é que o surto construtivo de encomenda mendicante, ao ser muito vasto e intenso na época gótica, padronizou soluções arquitectónicas cujo aparato ficou indelevelmente ligado às igrejas conventuais de franciscanos, dominicanos e clarissas"<sup>1078</sup>. Essas soluções foram, no entanto (e previsivelmente), adaptadas em construções não mendicantes, contribuindo, por um lado para reforçar o ascendente da influência mendicante no panorama gótico português e, por outro, para conferir um certo ar de uniformidade (ou pelo menos de semelhança) a um conjunto muito vasto de construções góticas em que a planta de três naves, a cabeceira escalonada, a cobertura em madeira das naves, o despojamento decorativo e o perfil de arcadas e nervuras são uma marca comum.

Até certo ponto a igreja hospitalária de Leça pode ser inserida nesse conjunto uniforme, embora o trabalho das nervuras ou o envolvimento das janelas com molduras perladas revele uma maior preocupação decorativa por parte da igreja hospitalária. Acima de tudo, porém, a presença dos elementos fortificados acaba por a transformar num caso à parte e que se destaca inclusivé (conforme referido) de outras igrejas designadas "fortificadas". A opção pela reunião de um vasto agregado de elementos de fortificação transforma este templo numa "igreja monástica" única assumindo-se assim, não apenas como uma excepção, mas também como um *experimentalismo* ao ir mais longe do que as restantes igrejas (supostamente) fortificadas.

---

<sup>1078</sup> P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital*, Opus Cit., p. 68.

#### 4.2. Igrejas de planta centralizada cruciforme:

Na sua análise das problemáticas das igrejas-*fortaleza* de Flor da Rosa e Terena, M. T. Chicó escreveu uma breve, mas exacta, descrição das características fundamentais destas igrejas, debaixo do ponto de vista da observação do espaço religioso: "São igrejas de uma só nave e de planta cruciforme em que a nave, a capela-mor e o transepto têm abóbadas de berço quebrado cortadas por numerosos arcos torais, como as de várias torres de menagem e só o tramo central do transepto é coberto de uma abóbada de ogivas"<sup>1079</sup>. É ainda o próprio autor, porém, a assinalar a disparidade na definição destes espaços, ao classificar a igreja de Terena como "pesada e baixa" e a da Flor da Rosa como "uma vasta construção que (...) tem a verticalidade das grandes naves da igreja da Batalha"<sup>1080</sup>. Apesar destas divergências, as duas igrejas partilham, no entanto, de características comuns na determinação dos seus aspectos militares, que as transformam nos únicos verdadeiros exemplos de igrejas-*fortalezas* no território e em casos particulares de *experimentalismos*.

##### a) Santa Maria de Flor da Rosa

Em 1340 a sede da Ordem do Hospital mudou-se de Leça do Balio para a vila do Crato, passando o Priorado de Portugal da Ordem dos Hospitalários a chamar-se Priorado do Crato, situação que, naturalmente, contribuiu para uma valorização da vila do Crato e do próprio território envolvente.

O conjunto em que se insere a igreja-*fortaleza* da Flor da Rosa, nos arredores da vila do Crato, forma uma estrutura fortificada de um convento-paço<sup>1081</sup> disposto em torno de um pátio, depois transformado em claustro.

---

<sup>1079</sup> M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 27.

<sup>1080</sup> Idem, *ibidem*, p. 27.

<sup>1081</sup> A designação é dada, entre outros, por P. Costa e L. Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital, Opus Cit.*, p. 98. Sobre a igreja e o paço-convento ver Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I, *Distrito de Portalegre, Opus Cit.*; Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte*, Crato, Câmara Municipal do Crato, 1986; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a*

A igreja foi fundada por D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem dos Hospitalários<sup>1082</sup> (e pai do famoso Condestável, D. Nuno Álvares Pereira), sendo habitualmente assinalado o ano de 1356 como data de início das obras. No entanto, existem referências documentais anteriores que devem ser tidas em conta: a primeira é uma carta de 1340 referente ao pedido de outorgamento de D. Álvaro a D. Afonso IV para fundar uma capela no termo do Crato<sup>1083</sup>; a segunda um documento que menciona, já em 1351, uma reunião do cabido da Ordem na Flor da Rosa<sup>1084</sup>. As informações, no entanto, não são suficientemente explícitas, não se sabendo se a "capela" em questão corresponde ao actual templo – poderia ser uma construção anterior – nem que edifícios já existiriam em 1351 quando se dá a reunião do cabido. É pois razoável considerar-se a hipótese de ter havido obras na Flor da Rosa a iniciarem-se um pouco antes da data tradicionalmente aceite, mas essas obras não têm necessariamente de ter sido as da actual igreja.

O conjunto habitacional e religioso da Flor da Rosa foi edificado em dois períodos distintos: o primeiro (e que nos interessa directamente) no século XIV e o segundo já no século XVI. As obras do século XIV deverão ter começado pela definição de uma estrutura quadrangular (posteriormente transformada no actual claustro) aberta para um pátio e que consistiria, de acordo com a descrição de Fernão Lopes (posta em evidência por J.C.Vieira da Silva<sup>1085</sup>), numa "casa-forte". Adoptando a cronologia proposta por J. Rodrigues esta

---

*meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 588/634; J. C. Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses, Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI), Opus Cit.*, p. 73/77.

1082 O priorado de D. Álvaro Gonçalves Pereira decorreu entre 1336 e 1380.

1083 Sobre o assunto ver J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 590/591.

1084 Trata-se de uma autorização do Cabido da Ordem, presidido por Fr. Álvaro, para o Comendador de Távora proceder ao emprazamento de propriedades da instituição. Ver J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 23 e J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 589/590.

1085 "Trata-se de uma casa-forte – uma fortis domus 'deffemssavell' – e não de um mosteiro (...) construída pelo poderoso D. Álvaro Gonçalves Pereira no fim do reinado de D. Afonso IV", J. C. Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses, Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI), Opus Cit.*, p. 74.

primeira fase deverá datar de c.1340. Seguidamente, numa segunda e terceira campanhas, entre c.1340 e 1355 e de 1355 a 1380, ter-se-á construído a igreja e as torres defensivas. No século XVI, nas primeiras décadas e na década de 1530-1540, deram-se as adaptações de espaços anteriores a uma estrutura conventual propriamente dita<sup>1086</sup>.

A edificação da casa-forte, cerca de 1340, com uma estrutura cúbica, maciça, com frestas e seteiras levanta algumas questões, uma vez que "do ponto de vista tipológico, nada se assemelha a esta edificação: não existem paralelismos no território português e na mesma época"<sup>1087</sup>, pelo menos no que respeita à arquitectura habitacional. Com a arquitectura militar, porém, poder-se-iam estabelecer pontos de contacto, em termos de uma planta quadrada, com os castelos templários já existentes de Nisa e Alpalhão<sup>1088</sup> [Fig. 483] e, cerca de uma década mais tarde, com o castelo hospitalário da Amieira, mandado edificar pelo próprio D. Álvaro Gonçalves Pereira entre 1350-1360<sup>1089</sup>. Os motivos da construção desta casa-forte, de carácter claramente militarizado<sup>1090</sup>, permanecem desconhecidos,

---

1086 Ver J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 594/603. Existiram outras campanhas no XV, entre 1430 e 1440, com um carácter utilitário, correspondendo essencialmente à construção do fosso e estruturas hidráulicas. *Ibidem*, p. 595.

1087 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 596.

1088 Sobre estes castelos ver N. Villamariz Oliveira, *Castelos Templários em Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 635/644 e pp. 661/672.

1089 "Com Belver, com a qual se combina na defesa da linha do Tejo, neste caso a sul, [o castelo da Amieira] institui uma rede de fortificações na defesa das antigas terras de Guidintesta e do priorado, reforçadas por Flor da Rosa, estribando o domínio hospitalário do Alto Alentejo", P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus cit.*, p. 328. Esta ideia é particularmente importante pois reforça a ligação entre a Flor da Rosa e o castelo da Amieira, ambos resultado da acção do mesmo (poderoso) homem, justificando a possibilidade de uma "ideia" hospitalária de tipologia quadrada em construções de carácter defensivo; por outro lado, sublinha-se também aqui a vertente de implantação da ordem no Alentejo e a necessidade de estruturas defensivas nas regiões de relativa proximidade com a fronteira.

1090 Uma outra questão prende-se com o *Ius Crenelandi*, o monopólio régio para a edificação de estruturas de natureza militar. "É com D. Dinis que triunfa em Portugal, de uma forma clara e decisiva, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares". M. J. Barroca, "D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa", *Revista da Faculdade de Letras, História*, II, 15/1, Porto, FLUP, 1998, p. 807. Passam então a ser necessárias cartas régias a autorizar a construção para se poderem edificar *casas-fortes*. A necessária autorização concedida por D. Afonso IV à Flor da Rosa poderá ter a ver com a situação de potencial instabilidade da fronteira, uma vez que, desde D. Dinis, se passou a dar "especial atenção às fortificações que se localizavam ao longo da fronteira terrestre do reino", *Ibidem*, p. 808. Esta autorização pode talvez relacionar-se com o mesmo princípio que levou D. Afonso IV a fazer de Terena uma "igreja-fortaleza".

podendo apenas avançar-se com a possibilidade da ligação à Ordem do Hospital e à proximidade da fronteira.

A ligação à Ordem do Hospital pode estar reforçada pela própria toponímia do local, uma vez que a palavra "rosa" poderá ser uma invocação da cidade de Rodes (*rhodon* em grego significa rosa), então sede internacional da ordem do Hospital. A invocação de nomes de lugares importantes ou sagrados foi comum nas ordens militares que transpunham para as suas possessões na Europa topónimos "importados" de outros territórios – exemplos dessa situação em Portugal encontram-se, entre outros, em Castelo Branco, antiga possessão templária cujo nome derivaria de Chastel Blanc na Síria e no próprio Crato [*ocrate* na carta de foral da vila de 1232], uma transposição do *Krac dos Cavaleiros*, célebre comenda e castelo dos hospitalários na Síria<sup>1091</sup>.

Os objectivos subjacentes à construção da (actual) igreja são de entendimento menos complexo, embora não estejam também absolutamente esclarecidos. D. Álvaro Gonçalves Pereira faz da Flor da Rosa uma comenda e manda erguer o templo "em remimento de seos pecados"<sup>1092</sup>. Segundo J. C. V. da Silva o objectivo inicial da fundação poderá ter sido a criação de um panteão familiar, o que, no dizer do autor, poderá explicar a irregularidade da planta, bem como a definição do espaço numa só nave e capela-mor<sup>1093</sup>. Já J. Rodrigues concorda que a função principal da fundação do templo foi de panteão, mas para receber "túmulos de dignitários da Ordem"<sup>1094</sup>. Não parecem restar dúvidas de que a igreja deveria ter uma função funerária, uma vez que os braços do transepto possuem

---

1091 Sobre esta questão ver para as possessões templárias e hospitalárias N. Villamariz Oliveira, *Castelos Templários em Portugal, Opus Cit.*, cap. "A Toponímia", pp. 222/240 e para as hipóteses relacionadas com Flor da Rosa e Crato J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 592/594.

1092 *Carta de doação do padroado de Santa Maria de Castelo de Vide a Flor da Rosa, 1375*, Apud J. C. Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses, Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI)*, *Opus Cit.*, p. 76.

1093 J. C. V. da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 123. O autor define a planta como uma "cruz grega irregular". A escolha preferencial de plantas centralizadas, inclusive em cruz grega, como espaços funerários recua já ao período paleocristão.

1094 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 626.

arcossólios (num total de seis). Contudo, na ausência de documentação que esclareça a quem se destinariam (e dos próprios túmulos que parecem nunca ter chegado a existir), apenas podemos aceitar com segurança a função funerária, mas não os seus destinatários.

Para além desta possibilidade há, no entanto, que ter em conta o objectivo (fundamental) de uma forte implantação da ordem na região centro/sul do país. A escolha de uma estrutura "militarizada", com uma conjugação de elementos que vai para lá do "mero" *facies* guerreiro que caracteriza a Igreja de Leça do Balio, poderá ter a ver com a localização do conjunto arquitectónico numa região de fronteira com um país onde a presença muçulmana era ainda uma realidade<sup>1095</sup>. A verdade é que igreja e paço-convento surgem como um bloco compacto de semblante militar. P. Dias define a igreja "como se fosse uma torre de menagem"<sup>1096</sup> que sobressai no conjunto do paço, ideia que se deve em parte à integração da igreja no conjunto das torres do paço e que reforça a concepção de igreja-*fortaleza*. A percepção de que a igreja ostentava uma aparência mais próxima do universo militar do que do religioso, tem, aliás, vindo a ser assinalada desde há várias décadas: no *Guia de Portugal* escreve-se sobre o conjunto que este "lembra mais uma fortaleza que um mosteiro"<sup>1097</sup>, no *Dicionário Corográfico de Portugal* lê-se que "cabe-lhe mais o nome de castelo do que de templo"<sup>1098</sup>. C. A. Ferreira de Almeida vai mais longe e afirma que todas as características da igreja derivam da mesma ter sido construída para ter "exteriormente a função de uma torre de menagem"<sup>1099</sup> (o que, apesar de tudo, nos parece excessivo). Nenhuma outra construção de carácter religioso (à excepção da Igreja de Terena) assume, no território, um aspecto tão militarizado. Não rejeitamos a hipótese de D.

---

1095 J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 26 referem a definição de uma "fortaleza capacitada para travar possíveis ímpetus dos inimigos da fé, dos muçulmanos, com cujo território as possessões hospitalárias faziam praticamente fronteira". Relativamente à igreja a ideia parece-nos um pouco excessiva. Talvez o conjunto tenha sido pensado para poder resistir de facto ao inimigo, mas acima de tudo, parece-nos que o carácter militarizado que D. Álvaro quis imprimir à igreja terá, por um lado, uma ligação a um *facies* adequado a uma ordem militar (ainda por cima no território da nova sede da ordem) e, por outro, uma função dissuasora simbólica (em que a proximidade da fronteira terá, sem dúvida, jogado um papel importante).

1096 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 115.

1097 *Guia de Portugal*, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve, Opus Cit.*, p. 431.

1098 Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal, Continental e Insular - Hidrográfico, Histórico, Orográfico, Biográfico, Arqueológico, Heráldico, Etimológico*, vol. VI, *Opus Cit.*, p. 804.

1099 C. A. F. de Almeida, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico, Opus Cit.*, pp. 67/68.

Álvaro Gonçalves Pereira poder ter procurado estruturar um templo com capacidade de defesa (tendo em conta a proximidade da fronteira), pensamos, contudo, que não se deve esquecer a tradição de uma arquitectura fortificada no país, da qual existiam já à data de construção da Flor da Rosa, dois exemplos importantes na região sul: a ermida de Santa Catarina de Monsaraz, edifício (provavelmente) pertencente a uma outra ordem militar, compacto, com poucas aberturas e ameadado no topo; e a igreja da Boa Nova de Terena que comunga de muitas das características da Flor da Rosa. Essa tradição revestir-se-ia na Flor da Rosa de uma componente ainda mais marcante pelo facto de estarmos perante uma igreja pertencente a uma ordem militar.

A igreja da Flor da Rosa conjuga, deste modo, a tradição militarizada (acentuada nas ordens militares), com a vontade de uma implantação marcante numa região que passara a ser a sede da Ordem e que, para além disso, era uma região de fronteira, revestindo-se a estrutura militarizada, por um lado, de uma componente simbólica de afirmação, por outro de dissuasão e, em última análise, mesmo de último reduto (embora esta hipótese nos pareça mais remota).

O conjunto chegou ao século XX bastante danificado devido ao abandono sucessivo (que se verifica progressivamente após a perda da independência do reino) e a acidentes naturais (de que o terramoto de 1755 e um forte temporal em 1897 foram os mais significativos). Ainda no século XVII o arquitecto Pedro Nunes Tinoco no seu livro sobre as plantas e perfis das igrejas do Priorado do Crato descreve o estado do paço-convento da seguinte forma: “*Os edificios dos paços de Frol da Rosa estão todos deneficados sem viver ninguém neles e se deve acudir à reformação deles e igreja*”<sup>1100</sup>. E na década de vinte do século passado a descrição sobre o estado de conservação no *Guia de Portugal* do monumento classificava-o como “uma ruína lamentável, a que só o musgo e a hera dão ainda uma poesia melancólica”,<sup>1101</sup> tendo as paredes da igreja abatido em Janeiro de 1897, como

---

1100 cit. por J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 29.

1101 *Guia de Portugal*, apresentação e notas de Sant’ Anna Dionísio, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve, Opus Cit.*, p. 431.

consequência de um forte temporal. Apesar destas circunstâncias e de ter sido declarado monumento nacional em 1910, será apenas na década de quarenta do século XX que se irá proceder a uma recuperação sistemática do monumento, através da acção da DGEMN<sup>1102</sup>.

A igreja de Santa Maria da Flor da Rosa possui uma planta cruciforme em cruz latina, formando o braço mais longo da cruz a nave, terminada, para lá do transepto, na capela-mor [Fig. 484].

O acesso à igreja faz-se actualmente atravessando uma galilé e nártex que desemboca directamente no prolongamento da nave (esta desenvolve-se para este e prolonga-se para oeste). O espaço para onde se entra é coberto por uma abóbada estrelada e sustenta o coro-alto de datação já quinhentista. Ao fundo, para oeste, encontra-se um espaço composto por dois tramos cobertos por abóbada de cruzamento de ogivas e com o chão em terra batida e que, embora surgindo no prolongamento da igreja, não fazia parte da mesma no período medieval<sup>1103</sup>. A igreja medieval desenvolve-se para este com a sua nave única de acentuada verticalidade, cruzada pelo transepto e com a capela-mor ao fundo [Fig. 485]. A parede oeste da nave rasga-se num amplo arco quebrado que ocupa toda a dimensão da parede, sustentando a elevação da mesma até ao topo. Sob este rasga-se um segundo arco quebrado, estruturado com a função de reforçar o primeiro e que se apoia em mísulas quadradas [Fig. 486]. Ambos possuem perfil facetado e recto. O topo da parede não é uniforme: do lado sul a parede comporta no seu interior a escada em caracol de acesso à torre sineira e à cobertura da igreja (cuja deveria possuir um caminho de ronda). Do lado norte encontra-se recuada face ao lado sul, permitindo aligeirar o peso; possui uma janela tipo fresta, escavada em arco de volta perfeita.

---

1102 As principais intervenções da DGEMN na igreja e convento paço tiveram lugar em 1940 e entre 1958 e 1962: "1940 - restauro da cabeceira e da parte arruinada do convento; 1958/1962 - reconstrução de coberturas, terraços, pavimentos e ameias; consolidação de torres; colocação de gárgulas". Sobre estas intervenções ver a página da DGEMN [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4573](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4573), consultada em 04/04/2012.

1103 Segundo J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 58, até ao século XVII este espaço estaria mesmo isolado da igreja. Na opinião dos autores, aliás, a nave deve ser entendida "como terminando na parede Oeste que abriga a escada de caracol, sobre o coro alto mais moderno", *Ibidem*, p. 85.

O acesso medieval à igreja seria diferente do actual. Possivelmente situar-se-ia na parede sul da nave, perto do ângulo com o transepto sul, dando assim acesso directo à nave. A posterior construção da sacristia viria a entaipar ou destruir este portal de acesso medieval<sup>1104</sup>. A nave é abobadada com berço quebrado apoiado em arcos torais de secção recta que descarregam numa cornija. A iluminação provem de janelas tipo fresta nas paredes laterais e da já referida abertura na parede oeste [Fig. 487].

Na parede norte abrem-se dois portais: um (perto da entrada), em arco de volta perfeita, dá acesso ao claustro; o outro, ligeiramente elevado face ao nível do solo, abre-se em arco quebrado formando uma arquivolta interna toreada assente em finos colunelos; as impostas avançam parede dentro e são ornamentadas com parras estilizadas, criando um dos poucos elementos decorativos da igreja<sup>1105</sup> [Fig. 488]. Sobre este arco abre-se, mais ou menos a meia altura da parede, um arco, a que corresponde do lado oposto uma porta gótica aberta numa sala no primeiro piso das dependências conventuais; a abertura deveria funcionar de forma a permitir que quem estivesse na sala pudesse assistir à liturgia<sup>1106</sup> [Fig. 486].

A capela-mor é um espaço de dimensões reduzidas, terminando num pano recto, que forma a continuação do braço vertical da cruz. É coberta por abóbada de berço quebrado com dois arcos torais de secção recta [Fig. 485]. Recebe iluminação de duas janelas em arco perfeito de perfil moldurado, colocadas nos panos norte e sul [Fig. 489]. A parede este não possui qualquer abertura, situação assaz invulgar.

A nave da igreja é atravessada pelo transepto que se destaca de forma acentuada para lá das paredes da mesma [Fig. 490]. Ambos os braços são cobertos por abóbada de berço quebrado, com arcos torais de secção recta, num esquema igual ao da nave e cabeceira, harmonizando assim a cobertura da igreja [Fig. 491]. Apenas o cruzeiro possui

---

1104 Aceitamos deste modo a hipótese de localização do portal primitivo, proposta por J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit*, p. 78.

1105 A elevação deste arco permite pensar que não se trataria de um portal, adiantando J. Rodrigues e P. Pereira a hipótese de poder ter sido uma tribuna ou púlpito – ver *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit*, p. 59.

1106 "Tal abertura cumpria então a função de varandim, através do qual alguém, cujos aposentos se situassem nesta sala, assistia ao serviço religioso.", J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 67.

um abobadamento diferente, com abóbada de cruzamento de ogivas, de secção recta e chave ao centro [Fig. 492].

Os arcos torais descarregam numa cornija que corre ao longo de toda a igreja, sem decoração<sup>1107</sup>. A definição do perfil dos arcos torais e das nervuras da abóbada em secção recta encontra ecos nos modelos mendicantes, onde abóbadas e arcadas apresentam quase sistematicamente esta definição, sublinhando-se a importância, que já anteriormente assinalamos, da arquitectura das ordens mendicantes no panorama nacional<sup>1108</sup>. Por outro lado, o abobadamento total do espaço da igreja afasta-se das soluções mendicantes, encontrando antes raízes na "arquitectura cisterciense", em particular na igreja de Santa Maria de Aguiar. Também tributário da arquitectura da ordem de Cister é a planta recta da capela-mor, mais uma vez passível de comparação com a igreja cisterciense de Aguiar<sup>1109</sup>.

O transepto, nave e capela-mor elevam-se à mesma altura, criando uma sensação de equilíbrio espacial, mas também de verticalidade extrema, uma vez que a elevação da igreja é muito significativa [Fig. 493] – já M. T. Chicó havia assinalado que a Flor da Rosa "é a mais vertical de todas as igrejas portuguesas construídas na Idade Média"<sup>1110</sup>.

A iluminação do transepto provém das janelas abertas no topo dos braços: no cimo do pano mural encontra-se uma pequena janela tipo fresta como as da nave, e, ligeiramente

---

1107 Segundo J. Rodrigues e P. Pereira, no ângulo da nave com o transepto sul, a cornija apresenta, ao centro, uma figuração antropomórfica (uma figura com uma túnica e um caule e folha a saírem da boca) e de ambos os lados representações zoomórficas. A altura a que estas representações se encontram torna-as imperceptíveis vistas do solo. Os autores comparam esta figuração com as impostas da Igreja do Castelo de Santiago do Cacém. Para uma descrição pormenorizada ver *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 92.

1108 Esta ligação da tipologia de arcos e nervuras da Igreja da Flor da Rosa ao universo mendicante já havia sido estabelecida por J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 88, que referem, outrossim, o papel do "primeiro gótico mendicante que depois estendeu as suas influências, quanto aos processos de construção e tipologias, a outras edificações sacras – e não só".

1109 J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, pp. 88/89 assinalam também essa herança destacando a "tradição cisterciense quanto às tipologias de elementos de suporte e quanto à opção planimétrica da cabeceira, em "ad quadratum". Os autores consideram que a Igreja da Flor da Rosa surge de uma confluência de correntes que incluem a "arquitectura cisterciense" e a arquitectura das ordens mendicantes, aplicadas numa construção que combina a "dupla função religiosa e defensiva/utilitária".

1110 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 116. O autor está a referir-se às construções anteriores à igreja do mosteiro da Batalha.

mais abaixo, mas ainda ocupando uma parte da metade superior da parede, abrem-se janelas em arco de volta perfeita iguais às da capela-mor [Fig. 490].

Em ambos os braços se abrem arco-sólios (na parede este e nas paredes de topo) rasgados em arco quebrado, confirmando a função funerária associada à igreja [Fig. 494]. Não há, porém, indícios de que tenham chegado a receber os túmulos que lhes estavam destinados. Na parede oeste do braço sul abre-se, junto ao ângulo com a nave, um portal que dá passagem para a sacristia do século XVI. No braço norte abre-se, na parede de topo, um pequeno portal com comunicação para as dependências conventuais.

A fachada ocidental da igreja caracteriza-se pela peculiaridade de, na realidade, não ter uma fachada na verdadeira acepção do termo, "apenas se compreendendo a sua arquitectura em função da sua integração no todo monástico"<sup>1111</sup>.

A fachada sul corresponde à actual entrada no conjunto do paço-convento (resultando a sua configuração provavelmente das alterações do século XVI), encontrando-se a igreja a este do núcleo habitacional [Fig. 495]. A fachada da igreja é marcada pelo braço do transepto, avançado face à nave e à cabeceira. Apresenta uma pequena fresta no corpo da nave e outra idêntica no transepto, quase junto ao beiral do telhado; sob esta, a meio do corpo do transepto, abre-se uma janela, esguia e emoldurada por duas arquivoltas [Fig. 496]; uma janela idêntica encontra-se na parede lateral da capela-mor [Fig. 497]. No ângulo oeste da nave surge, elevando-se acima do telhado, o campanário com dois vãos em arco de volta perfeita [Fig. 496].

A fachada norte desenvolve-se de forma equivalente à fachada sul, à excepção do campanário, sobressaindo o braço do transepto face ao corpo da nave e capela e verificando-se a mesma disposição e número de aberturas [Fig. 498].

A rematar transepto e capela-mor (à mesma altura) corre um friso de matacões dentado. Do lado sul da nave são ainda visíveis alguns matacões atestando a sua existência

---

<sup>1111</sup> J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, pp. 49/50.

[Fig. 499]. No seu todo contribuem para frisar o carácter militarizado e a "impressão de fortaleza (...) indelével na Igreja da Flor da Rosa"<sup>1112</sup>.

b) Nossa Senhora da Assunção da Boa Nova de Terena

A primeira Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou da Boa Nova de Terena foi edificada no reinado de D. Afonso III, à volta de 1261/2. As referências à *Igreja de Santa Maria de Terena* existentes nas *Cantigas de Santa Maria* do monarca castelhano, Afonso X, *O Sábio*, permitem-nos saber que antes da actual construção existira já uma igreja em Terena, dedicada a Santa Maria<sup>1113</sup>. De acordo com a documentação pode saber-se que em 1261 a igreja ainda não estaria construída, mas que a sua construção já estava programada pelos, então, senhores de Terena: D. Gil Martins de Riba de Vizela e D. Maria Anes da Maia. A igreja irá granjear uma fama tão vasta como local de milagres que, em apenas duas décadas, o cancionero mariano de Afonso X integra canções de louvor a *Santa Maria de Terena*, comprovando o carácter "transfronteiriço" da mesma<sup>1114</sup>.

Dessa primeira construção não restam actualmente vestígios materiais (à excepção de uma base de coluna), uma vez que, já no século XIV, a igreja foi alvo de uma profunda reconstrução. Com a morte de D. Gil Martins de Riba de Vizela, em 1312, a posse dos seus bens, incluindo a vila de Terena, passa para a coroa portuguesa. D. Dinis, então rei de Portugal, irá dois anos mais tarde, em Outubro de 1314, doar a vila ao Infante D. Afonso que se preparava para constituir a sua casa senhorial<sup>1115</sup>. O templo actual resulta da acção

---

1112 J. C. V. da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 123.

1113 Cfr. Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria*, editadas por Walter Mettmann, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. I, 1959, vol. II, 1961, vol. III, 1964/ reimpressão fac-similada da UC, Imprensa de Coimbra, 1997. O cancionero integra 12 cantigas dedicadas a Santa Maria de Terena. Sobre o assunto ver também Fernando Castelo-Branco, *A Igreja da Boa Nova de Terena*, Comunicação apresentada à 7ª secção do *XXIII Congresso Luso-Espanhol* – Coimbra, 1956, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.

1114 Para um historial pormenorizado da primeira construção de Santa Maria de Terena ver M. J. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, pp. 115/121.

1115 Sobre o processo de transição da vila e igreja para a coroa ver M. J. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, pp. 121/124.

mecenática de D. Afonso IV<sup>1116</sup>, provavelmente após a sua subida ao trono, em 1325. Mário Barroca, na sua monografia sobre o castelo e a ermida, baliza a construção entre 1325 e 1340, aceitando que se poderá reduzir o intervalo temporal aos anos de 1325 a 1332<sup>1117</sup>. A posterior integração numa Comenda da Ordem de Avis tem sido referida por diversos autores, muito embora sem indicação da data ou da forma como o processo se desenrolou<sup>1118</sup>.

Até ao século XVII a Igreja manteve a designação de *Santa Maria de Terena*, passando a *Igreja da Boa Nova* apenas após 1672, na altura em que a lenda relacionada com a figura de D. Maria, filha de D. Afonso IV (e a sua recepção de *boas novas* neste local) começou a ser difundida. As alterações da época moderna não se limitaram à mudança de nome. No século XVIII a igreja sofreu intervenções que incluem o revestimento pictórico das paredes da capela-mor, a colocação de altares de talha no transepto, a colocação de um campanário a rematar a fachada oeste e a substituição do terraço medieval por telhados de duas águas. Mais tarde, já no século XX, as paredes da nave e braços do transepto foram também revestidas de pinturas<sup>1119</sup>. Todo este revestimento pictórico "tem uma importância evidente para a história deste templo, uma vez que interferiu profundamente na forma como os devotos, e todos os que visitam a igreja desde então até aos nossos dias, visualizam o interior da igreja"<sup>1120</sup>. Nas décadas de quarenta e

---

1116 Embora a tradição atribua (erroneamente) a edificação do templo à Infanta D. Maria, mulher de D. Afonso XI de Castela e filha de D. Afonso IV [de Portugal] – cfr. *Guia de Portugal*, apresentação e notas de Sant' Anna Dionísio, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve, Opus Cit.*, p. 130. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Distrito de Évora (zona sul), Opus Cit.*, p. 55, refere esta atribuição como não estando provada. Sobre a "desconstrução" da lenda ver F. Castelo-Branco, *A Igreja da Boa Nova de Terena, Opus Cit.*

1117 M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 124. P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 326 e J. Rodrigues, *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 621 subscrevem esta cronologia.

1118 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 55; J. C. V. da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 123; P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 326; C. A. F. Almeida, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico, Opus Cit.*, p. 68.

1119 Para uma pequena apreciação sobre as pinturas ver *Guia de Portugal*, 2º volume, *Estremadura, Alentejo, Algarve, Opus Cit.*, p. 130. Para as alterações relacionadas com a toponímia e intervenções diversas ver M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 119 e pp. 139/158.

1120 M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 154.

setenta do século XX a DGEMN levou a cabo pontuais acções de manutenção e recuperação da igreja<sup>1121</sup>.

A Igreja de Terena é um templo-*fortaleza*, com uma planta em cruz grega, de aspecto maciço e denso [Fig. 500]. A opção pela estruturação de uma igreja deste tipo em Terena levanta algumas questões, nomeadamente devido à ligação à figura do monarca Afonso IV. As obras de carácter militar, como castelos e cercas, eram, em princípio, responsabilidade do rei que deveria assegurar a defesa do reino<sup>1122</sup>. A igreja de Terena, no entanto, não pode ser entendida como arquitectura militar, mas sim como arquitectura religiosa militarizada. Por outro lado, a sua possível entrega a uma Ordem Militar é posterior à sua construção, pelo que a escolha do modelo de "igreja-*fortaleza*" deverá partir do próprio rei. É possível que D. Afonso IV tenha considerado a região em que o templo se encontra instável ou perigosa, por ser, tal como a área do Crato, uma zona de fronteira. A questão da proximidade com a fronteira castelhana, que aliás também se levanta, como anteriormente referido, para a Flor da Rosa, tem sido apontada<sup>1123</sup> como justificação para a tipologia da Igreja de Terena e poderá, efectivamente, ter pesado na decisão de D. Afonso IV. M. Barroca, por sua vez, afirma que "na origem desta opção por uma arquitectura fortificada estiveram necessariamente outros motivos que não a simples ausência de uma estrutura castelar nas suas proximidades"<sup>1124</sup>, defendendo a ideia de que o castelo é anterior à ermida, mas não explicando quais os possíveis motivos. A existência prévia do castelo permite-nos concluir que o objectivo da igreja não seria a defesa da vila - ideia que, aliás,

---

1121 Ver o site da igreja [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4442](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4442) consultado em 10/04/2012.

1122 Sobre este assunto ver P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 29 e a questão do *Ius Crenelandi* na nota 1090, p. 368.

1123 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 55. F. Castelo-Branco, *A Igreja da Boa Nova de Terena, Opus Cit.*, p. 15, refere que a função de "fortaleza" da igreja poderia estar relacionada com um objectivo de refúgio da população (hipótese que também não se nos afigura credível, por um lado, devido à existência de um castelo, por outro, porque as dimensões da ermida seriam escassas para tal efeito), mas sem assinalar a relação com a fronteira.

1124 M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 124.

nos pareceria sempre absurda - mas não dá resposta à opção pelo modelo de "igreja-fortaleza", questão à qual ainda voltaremos.

O espaço interno estrutura-se numa só nave terminada na capela-mor e atravessada pelo transepto [Fig. 501]. A capela-mor, de dimensões idênticas às da nave, é um espaço despojado<sup>1125</sup>, com abóbada de berço quebrado e uma fresta de iluminação, rematada de forma recta, na parede de topo<sup>1126</sup> [Figs. 502 e 503]. A passagem do cruzeiro para a capela-mor faz-se por meio de um amplo arco quebrado de secção recta que descarrega em meias colunas; estas possuem capitéis de cesto arredondado, lisos, com uma simples folha sob o ângulo do âbaco e assentam sobre os silhares da própria estrutura da parede [Figs. 504 e 505]. A decoração do espaço interno é praticamente inexistente, limitando-se à folhagem simples destes capitéis. Esta austeridade decorativa do templo encontra paralelismos na igreja da Flor da Rosa, onde a decoração também é limitada.

A transição do cruzeiro para os braços do transepto e para a nave faz-se por meio de um arco toral de perfil igual ao que se abre para a capela-mor [Fig. 506]. Nos ângulos dos braços do transepto com a nave as meias colunas elevam-se sobre uma só coluna inserida no ângulo<sup>1127</sup> [Fig. 507]. Em ambos os topos do transepto se rasga uma porta para o exterior encimada por uma comprida fresta de iluminação em arco de volta perfeita [Fig. 506]. A existência de portas em três dos braços da cruz parece comprometer um pouco a ideia de igreja-fortaleza (apesar de exteriormente possuírem mata-cães), contribuindo para uma leitura da igreja que vai mais no sentido de aceitar o aspecto militarizado como sobrevivência de um *facies* guerreiro. As restantes opções internas e externas parecem procurar anular essa ideia.

A zona do cruzeiro possui abóbada de cruzamento de ogivas de perfil recto e sem chave ao centro [Fig. 508]. Nos quatro panos da abóbada vêem-se aberturas quadrangulares

---

1125 A decoração pictórica que reveste as paredes e abobadamento, naturalmente, subverte o despojamento medieval.

1126 Actualmente a fresta é apenas visível do exterior uma vez que o altar do século XVI a oculta do interior.

<sup>1127</sup> A discrepância face ao alçado inferior nos ângulos do transepto com a capela-mor pode ser original ou resultar de uma intervenção da época moderna. Não há dados suficientes para apoiar nenhuma das hipóteses.

idênticas às seis que se encontram nos braços do transepto e nave (duas em cada abóbada). T. Espanca interpretou estes orifícios como tendo uma função de ventilação<sup>1128</sup>, mas F. Castelo-Branco e, mais recentemente, M. Barroca, definiram-nos como matacães para tiro vertical, funcionando como último nível de protecção do perímetro interno da ermida<sup>1129</sup>; estes mata-cães são um caso único no que respeita à arquitectura religiosa portuguesa e assumem-se como mais um elemento de natureza militar reforçando a ideia de que em Terena "as soluções militares se sobrepõem às soluções religiosas"<sup>1130</sup>. Parece-nos, no entanto, que uma vez conquistado o espaço interno da igreja a possibilidade de defesa seria já nula, mesmo com estes mata-cães, e que a sua existência acaba por ter um cunho mais simbólico do que prático. A escolha por um abobadamento em berço quebrado (com arcos torais) e ogivas no cruzeiro possui nítidas afinidades com a solução encontrada na Flor da Rosa [Fig. 509]. Essa similariedade já havia sido assinalada por M. T. Chicó, que refere "(...) um sistema de cobertura que, se aparece na arquitectura militar do Sul, não volta a ser empregado noutra construção religiosa"<sup>1131</sup>, sublinhando desta forma o carácter excepcional dos dois templos, inclusive no que concerne ao abobadamento.

A iluminação do espaço interno far-se-ia por meio das frestas em arco de volta perfeita da nave e transepto (as dos braços do transepto mais alongadas do que a da nave) e da fresta recta da capela-mor, criando uma luminosidade equilibrada em todos os braços [Fig. 510].

O aspecto externo da ermida é maciço, com a largura da fachada próxima da da altura, criando um módulo quase quadrado<sup>1132</sup>, com três dos braços com proporções iguais e o quarto, a capela-mor, ligeira (e quase imperceptivelmente) maior [Fig. 511]. Entre a

---

1128 T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 56.

1129 F. Castelo-Branco, *A Igreja da Boa Nova de Terena*, *Opus Cit.*, p. 6; M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova*, *Opus Cit.*, p. 132.

<sup>1130</sup> M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova*, *Opus Cit.*, p. 114.

1131 M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 116.

1132 A ideia de um módulo quadrado é sublinhada por M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova*, *Opus Cit.*, p. 125, a nível da planta – com os espaços da nave, transepto e cruzeiro a medirem todos 7,5 m de lado e a capela-mor, 8,5 m, quebrando deste modo subtil a regularidade da cruz – e do aspecto exterior.

parede norte da capela-mor e o braço norte do transepto surge o pequeno volume rectangular da sacristia (com acesso pelo interior) [Fig. 512]; e do lado oposto, junto à parede sul da capela-mor, encontra-se o maciço de pedra triangular que alberga a escada em caracol de acesso (também pelo interior) à cobertura e ao caminho de ronda.

A igreja possui em três das suas faces (norte, sul e oeste) portas, em arco quebrado, de grossas aduelas de secção recta. As portas são encimadas por uma estreita fresta, rasgada em arco de volta inteira, profundamente escavada, num perfil de grande simplicidade<sup>1133</sup> [Fig. 513].

Sobre as frestas encontram-se balcões com matacões<sup>1134</sup>, sustentados por quatro cachorros de formato cúbico e com um ressalto triplo, permitindo a abertura de três orifícios para tiro vertical e garantindo desta forma a protecção das três portas de acesso ao interior do templo. Os balcões norte e oeste são ornamentados por escudos com as armas reais, reforçando a ligação do templo à coroa<sup>1135</sup>; no balcão sul surge uma simples seteira. Nos recantos de ligação entre os braços são visíveis armadilhas com orifícios para a descarga de projecteis de arremço, intensificando o carácter militarizado da igreja [Fig. 514].

Os ângulos dos braços da cruz são reforçados por contrafortes, que se elevam até cerca de 2/3 da altura, rematados com um esbarro de modo a "eliminar os pontos mortos da fortificação"<sup>1136</sup> [Fig. 511]. Estes contrafortes surgem como elemento de distanciamento

---

1133 Do lado norte a fresta deverá ter sido alterada posteriormente, pois o seu perfil não é idêntico e favorecia o tiro exterior.

1134 A existência de matacões parece sugerir uma cronologia posterior a D. Afonso III. Ver sobre este assunto M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 122.

1135 As armas são "emolduradas com orlas de 15 castelos e campo de cinco escudetes em forma crucial de nove arruelas cada", T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Opus Cit.*, p. 55. A disposição dos escudetes em cruz com uma bordadura de castelos remete para um período posterior ao reinado de D. Afonso III, uma vez que este "emolduramento" foi acrescentado ao brasão nacional com este monarca. Ver M. Barroca, *Terena, o Castelo e a Ermida da Boa Nova, Opus Cit.*, p. 122. Ver também *Nobreza de Portugal e do Brasil*, direcção de Afonso Zuquete, vol. I *Nobreza de Portugal*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, cap. II "Títulos, Sucessão e Armas dos Reis de Portugal", p. 62.

1136 J. C. V. da Silva, *História da Arte Portuguesa, Época Medieval, Opus Cit.*, p. 124. J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 85, chamam a atenção para o cuidado posto na definição dos "engenhosos dispositivos defensivos" e na forma como esse cuidado se afirma como um "ponto de identidade" com a Flor da Rosa.

face à Flor da Rosa. O aspecto militarizado, contudo, é aqui tão (ou mais) intenso como nesse templo hospitalário, sendo que a "forma da igreja (...) é como que submersa pelo facies defensivo que se procura ali assegurar"<sup>1137</sup>.

O topo da ermida, que se eleva à mesma altura, é coroado por ameias; em 1700 o balcão da fachada oeste viu as suas ameias serem substituídas por uma torre sineira quebrando assim a sequência ameada. Alterado foi também o sistema exterior de cobertura que na época medieval deveria estruturar-se num terraço, com um caminho de ronda/adarve, ao qual se acedia pela escada de caracol, cuja porta se abria na capela-mor.

A conformidade tipológica e de soluções encontradas na Igreja de Terena e na Igreja da Flor da Rosa, bem como a sua proximidade geográfica, levou a que, no estudo sobre a Flor da Rosa, J. Rodrigues e P. Pereira tenham aceite ser possível ver-se "na grande Igreja (e no paço acastelado subjacente) sede dos Hospitalários, a mão, senão do mesmo mestre, da mesma "escola" de canteiros e artífices que trabalhou na Boa Nova de Terena, sem dúvida mais familiarizada com o labor de edificações militares e mais apta a levantar robustos panos de muralha e altas torres"<sup>1138</sup>. Mais recentemente, porém, J. Rodrigues afirmou julgar "hoje difícil defender que se tenha tratado do mesmo mestre ou da mesma 'campanha'", embora mantenha que a Flor da Rosa seguiu "um programa construtivo semelhante ao do templo de Terena, mais antigo alguns anos", sublinhando que a igreja (e todo o conjunto medieval da Flor da Rosa) "parece resultar do trabalho de uma oficina de arquitectos militares"<sup>1139</sup>.

As duas igrejas surgem, na realidade, e como já referido, como casos isolados no panorama arquitectónico português dos séculos XIII e XIV. Uma terceira construção, pertencente também à Ordem do Hospital e igualmente situada no Alentejo poderá também ter feito parte deste conjunto de templos-*fortaleza*: trata-se da Igreja de Vera Cruz de

---

1137 J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 84.

1138 J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 86.

1139 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 622 e 629.

Marmelar [Portel], edificada entre 1268 e 1278<sup>1140</sup>. Tal como a Igreja da Flor da Rosa, a Igreja de Vera Cruz faria parte de um conjunto de paço e dependências conventuais (embora separadas da igreja), que chegou até aos nossos dias em estado de ruína. A igreja, por sua vez, foi profundamente alterada na época moderna [séc. XVI ], conservando do século XIII apenas a cabeceira. A definição quadrada da cabeceira, a sua verticalidade e o coroamento superior com ameias pode eventualmente "denotar um princípio orientador dentro da Ordem do Hospital que deve ser tido em consideração"<sup>1141</sup>. Embora aceitemos a possibilidade de pontos de contacto que permitam delinear uma eventual linha militarizada nas igrejas da ordem (ou mesmo das ordens militares em geral), fazemos, no entanto, a ressalva de que a Igreja da Vera Cruz de Marmelar apresenta uma cabeceira tripartida, composta por capela-mor e capelas laterais, que poderá apontar no sentido de uma estruturação mais comum das naves em três corpos<sup>1142</sup> [Fig. 515].

Independentemente da integração ou não da Igreja de Marmelar neste conjunto e da comunhão ou não de mestres e campanhas entre Terena e a Flor da Rosa, o carácter excepcional destes dois últimos templos é indiscutível. A compreensão dos motivos que levaram a essa situação não é imediata, mas certas hipóteses podem ser avançadas.

Um primeiro aspecto prende-se com a intenção clara de tornar estas igrejas em templos-*fortaleza*. Parece ser consensual que o seu *facies* tem tanto (ou mais) de militar como de religioso e que ambas foram dotadas de diversos dispositivos defensivos. As razões que levaram a essa circunstância poderão relacionar-se com factores distintos: a localização geográfica, a vontade dos encomendantes e a ligação a uma ordem militar.

As duas primeiras razões parecem ter sido fundamentais nas igrejas do Alentejo e comuns a ambas; a terceira poderá relacionar-se com a Flor da Rosa e com Leça do Balio

---

1140 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 118; J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 86.

1141 J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 87.

1142 Não obstante "a identidade dos tipos de cabeceira da Flor da Rosa, de Marmelar e, em certo sentido, também de Terena, todas do género "ad quadratum", J. Rodrigues e P. Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa, Um Estudo de História da Arte, Opus Cit.*, p. 87. Aqui relembraríamos, contudo, a possível herança da arquitectura da ordem cisterciense.

(enquanto templo fortificado, mas não igreja-*fortaleza*) e permitir o estabelecimento de ideais estéticos da Ordem do Hospital, que a Igreja da Vera Cruz de Marmelar confirmaria.

Relativamente à localização geográfica pensamos que não deverá certamente ser coincidência o facto de as duas igrejas-*fortaleza* existentes no país se situarem numa região de proximidade com a fronteira castelhana. Essa localização, e a consequente proximidade do perigo muçulmano<sup>1143</sup>, deverão ter pesado na escolha de igrejas que se assumem como redutos defensivos. Não tendo sido, naturalmente, projectadas para uma intervenção directa em caso de conflito armado, a sua estrutura poderá no fundo ter uma função dissuasora-simbólica; ou, em última análise - pelo menos na Flor da Rosa, templo ligado a uma ordem militar - ter sido pensada para (juntamente com o conjunto do paço-convento) resistir a um ataque, embora esta hipótese nos pareça mais remota.

A esta preocupação com o carácter militarizado de ambos os templos está subjacente a vontade dos encomendantes: um prior da Ordem do Hospital e um monarca, figuras (necessariamente) distintas, mas que procuraram soluções idênticas para (est)as igrejas que mandam edificar. E mesmo que algumas das razões que levaram a essa preocupação (e opção) possam permanecer desconhecidas, não há dúvida que D. Alvaro Gonçalves Pereira na Flor da Rosa e D. Afonso IV em Terena pretenderam criar igrejas com uma tipologia original, diferente da habitual planta de três naves que se dissemina pelo

---

1143 Embora Portugal, no que respeita a conflitos com o "infiel" vivesse uma situação de tranquilidade há já várias décadas, a situação da Península Ibérica em si era instável, o que, em última análise poderia ameaçar a própria estabilidade portuguesa. No século XIV, inclusive, para além da presença da ameaça permanente do reino de Granada, verificam-se uma série de incursões dos merínidas de Marrocos na Península, em concreto na região da Andaluzia. A sequência de investidas por parte dos árabes e as consequentes derrotas e perdas de territórios por parte dos cristãos – vejam-se os seguintes acontecimentos, a título de exemplo: 1291, sultão merínida de marrocos ataca Jerez e faz incursões na Andaluzia cristã; 1302, o rei de Granada conquista territórios cristãos; 1304 e 1308, incursões granadinas no reino cristão de Valença; 1324, conquista granadina de Huesca; 1329, incursões dos merínidas de Marrocos na Andaluzia; 1338, os merínidas de Marrocos entram na Península Ibérica; 1339, confronto entre tropas castelhanas e marroquinas na Andaluzia – colocavam os reinos cristãos numa situação de perigo. Perigo acentuado pelo facto de em jogo estar também o controle da passagem entre Marrocos e a Península Ibérica e entre o Mediterrâneo e o Atlântico. A participação de D. Afonso IV na Batalha do Salado (ao lado do genro, Afonso XI, com quem se encontrava incompatibilizado) demonstra que o monarca português "compreendera bem a gravidade da situação e as suas consequências para a realidade ibérica e mesmo transpirenaica (...) a defesa de Portugal não era vista por Afonso IV no espaço restrito das suas fronteiras, mas sim numa perspectiva mais ampla em que o quadro estratégico era o da Península Ibérica (...) o soberano português dava mostras de que o destino do reino se jogava também para lá dos limites físicos do respectivo território", Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, cap. X - *A Batalha do Salado*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 219; para a sequência de investidas árabes ver *Ibidem, Cronologia*, pp. 274-286.

território neste período, e em que, para além da opção por uma estrutura centralizada<sup>1144</sup>, a componente militar foi um elemento chave. No caso da Boa Nova de Terena este aspecto é tanto mais original quanto a igreja não pertence a uma ordem militar (mesmo que possa ter vindo ulteriormente a pertencer) e o seu encomendante esteve ligado a outras construções em que a ideia de igreja-*fortaleza* é inexistente.

No caso da igreja da Flor da Rosa, a associação ao universo militar, mesmo numa construção religiosa, é mais fácil de entender devido ao carácter da ordem e ao próprio conjunto em que a igreja se inscreve. A igreja da Flor da Rosa é inserida numa *casa-forte*, que num primeiro momento surge (possivelmente) como um bloco compacto, com poucas aberturas e fechado para o exterior e que, num segundo momento é complementado com torres de aspecto idêntico à própria igreja. Esta surge, assim, como parte de um todo fortificado. Por outro lado, trata-se de uma igreja mandada erguer por um prior da Ordem do Hospital e aqui pode, efectivamente, fazer-se uma analogia com outras construções religiosas da ordem onde, pelo menos, o *facies* guerreiro estava presente: casos de Leça do Balio, onde mais que o mero *facies* surgem efectivamente elementos defensivos e, possivelmente, de Vera Cruz de Marmelar. Não se podendo reduzir as construções religiosas da Ordem do Hospital a estruturas fortificadas ou *fortaleza*<sup>1145</sup>, não podemos, no entanto, deixar de sublinhar que parece ter havido uma tendência nesse sentido.

Por fim, última questão, para nós fundamental: pelo seu carácter excepcional no quadro da arquitectura portuguesa das centúrias de duzentos e trezentos e pelas soluções tipológicas e defensivas combinadas, as igrejas da Flor da Rosa e da Boa Nova de Terena afirmam-se como dois exemplos de *experimentalismos* absolutamente notáveis.

---

1144 A opção por uma planta centralizada na Flor da Rosa poderá relacionar-se também, e como já avançado por J. C. Vieira da Silva (ver Parte II, cap. 4.2 a), p. 369), com a função funerária do templo. Mas essa função, que pode explicar a planta, não justifica o carácter militarizado: a densidade das paredes, a redução das aberturas, a existência de mata-cães e (possivelmente) de caminhos de ronda. Por outro lado, também não pode ser aplicada à Boa Nova de Terena que, tanto quanto se sabe, nunca teve uma função funerária.

1145 Nem podendo limitar as construções de carácter fortificado apenas à Ordem do Hospital. Veja-se o já referido caso de Santa Catarina de Monsaraz, provalvemente da Ordem do Templo e, significativamente, também implantado no Alentejo, perto da fronteira.

## 5. As Capelas Funerárias:

*No espelho da sua própria morte, cada homem  
redescobria o segredo da sua individualidade*<sup>1146</sup>

A fundação de capelas funerárias privadas foi um hábito comum ao longo da Baixa Idade Média, fruto de uma mentalidade que procurava em vida um eterno perpetuar da memória e a salvação da alma através dos serviços prestados a Deus<sup>1147</sup>. A preocupação com a morada eterna prende-se também com a consciencialização da *morte de si próprio*<sup>1148</sup>, a percepção de um fim (terreno) inevitável e a centralização desse fim em si mesmo. A morte torna-se individual e, conseqüentemente, a sua preparação e o cuidado posto no "invólucro" terreno da alma ganham destaque e individualizam-se igualmente<sup>1149</sup>.

---

1146 Philippe Ariés, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, 1988, p. 41.

1147 Os objectivos da fundação de capelas, porém, extravasavam para lá das questões religiosas, evidenciando um "mecanismo social de grande importância, destinado a preservar para a eternidade o prestígio e a fortuna de determinadas famílias", Manuela Santos Silva, "Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a Instituição de Capelas Funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *A Região de Óbidos na Época Medieval, Estudos*, Caldas da Rainha, Património Histórico / Câmara Municipal de Óbidos, 1994. Sobre a instituição de capelas funerárias na Idade Média ver Idem, *Ibidem*, p. 160.

1148 Sobre esta questão ver a obra de referência de Philippe Ariés, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média, Opus Cit.*, 1988. Para questões relacionadas com a preparação da *boa morte* e doações na Idade Média portuguesa ver M<sup>a</sup> José F. Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, Cap. 2 "Pobreza, Caridade e Morte: Temor do Juízo Final e da Morte; As Doações". Para questões legais, como as doações à Igreja, os testamentos, os testadores e as suas classes sociais, bem como para a compreensão de conceitos mentais relacionados, com os rituais (cortejos, cerimónias fúnebres) e escolhas de locais de tumulação durante os séculos XIV a XVI em Portugal ver Hermínia V. Vilar, *Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300 – 1500)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990 e Ana M<sup>a</sup> Rodrigues, "A Comemoração dos Defuntos nos Finais da Idade Média", in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música dos fins do século XI à época tridentina*, Lisboa, Arte das Musas/CESEM, 2009.

1149 Ver relativamente à questão da individualização da sepultura e do espaço funerário Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR / MC, 2001, cap. 1 "Escultura Tumular: a nova realidade do século XIV", em particular a problemática da relação entre o aumento das dimensões das arcos funerárias e o espaço de que, conseqüentemente, começam a necessitar – pp. 23/24. Ver também J. C. Vieira da Silva, "Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", em particular o cap. "O Espaço Arquitectónico da Tumulação e a Localização da Arca Funerária", in *Revista de História da Arte*, n<sup>o</sup> 1, Lisboa, Instituto de História da Arte, F.C.S.H. / U.N.L. – Edições Colibri, 2005 e J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas*

A existência de capelas funerárias na Baixa Idade Média portuguesa é observável de norte a sul do país, não apenas nos principais núcleos urbanos, mas também em cidades de menores dimensões e vilas. Por norma encontram-se incluídas no conjunto de edifícios que compõem uma catedral, ou fazendo parte de uma igreja<sup>1150</sup>; no entanto, podem surgir como espaços independentes, conforme se vê pelo exemplo da Capela de São Martinho de Óbidos<sup>1151</sup>. A sua fundação está associada aos membros do clero e da nobreza e, pontualmente, da alta burguesia<sup>1152</sup>, que dispunham dos meios para edificar as suas moradas eternas e, sobretudo, para as manter ao longo dessa eternidade. "Não era qualquer pessoa que possuiria riqueza suficiente para poder manter perpetuamente um capelão residente, pagar os custos da realização dos repetidos ofícios de sufrágio, ou ainda para poder edificar anexa à igreja uma capela própria destinada ao repouso eterno não só do instituidor, mas, em princípio, de toda a sua linhagem"<sup>1153</sup>. As capelas funerárias tornam-se, assim, privilégio de alguns.

---

*funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 545. Na sua análise da individualização das sepulturas P. Ariés, *Opus Cit.*, p. 39 sublinha o facto de as inscrições funerárias e as efígies, usadas no universo romano e desaparecidas a partir do século V, reaparecerem a partir do século XII testemunhando o facto de que a "arte funerária evoluiu para uma individualização crescente", Idem, *ibidem*, p. 40.

1150 Geralmente colocadas do lado norte (como acontece nas capelas de Bartolomeu Joanes na Sé de Lisboa, dos Ferreiros em Oliveira do Hospital, dos Mestres em Alcácer do Sal e da Glória na Sé de Braga) devido à simbologia inerente a este ponto cardeal, "o lado do frio, da ausência da luz, da morte.", J. C.Vieira da Silva, "Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", in *Opus Cit.*, p. 52.

1151 A capela de S. Martinho de Óbidos, embora fisicamente independente, era, no entanto, sufragânea da Igreja de S. Pedro de Óbidos. Ver Manuela S. Silva, "Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a Instituição de Capelas Funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *Opus Cit.*, p. 169, nota 88.

1152 Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 104 faz referência à ascensão das oligarquias urbanas que, para além de poder económico, passam a ocupar igualmente importantes cargos públicos. No caso de Bartolomeu Joanes e da capela que manda erguer na Sé, a relação pessoal que o mercador tinha com o monarca D. Dinis deverá também ter justificado a possibilidade de erguer o seu espaço funerário na Sé da capital do reino. A edificação destes espaços e a execução das arcas funerárias passa também pela vontade de afirmação pessoal e integração na sociedade; relativamente às capelas e arcas de Bartolomeu Joanes e João Gordo, ambas inseridas no conjunto de construções das sés das respectivas cidades, J. C.Vieira da Silva considera que estas podem ser entendidas como um "sinal, porventura, da necessidade de, através da manifestação do seu poder económico, ambos serem aceites como pares entre os membros da nobreza a que haviam ascendido", "Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", in *Opus Cit.*, p. 62.

1153 Manuela S. Silva, "Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a Instituição de Capelas Funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *Opus Cit.*, p. 159.

Os exemplos abordados neste capítulo testemunham a proliferação deste fenómeno no século XIV, bem como a diversidade de espaços em que estas aparecem.

### 5.1. *Capelas de planta recta:*

#### a) Capela de Bartolomeu Joanes da Sé de Lisboa

A capela de Bartolomeu Joanes na Sé de Lisboa, resulta dos últimos designios de um rico mercador de Lisboa, Bartolomeu Joanes, que no seu testamento datado de 28 de Novembro de 1324 deixa aos seus herdeiros a indicação de que na Sé de Lisboa se mande erguer uma capela "*com invocação de São Bartolomeu no lugar que o Cabido lhe tem prometido, na qual cantarão 16 Cappellães, a saber 12 por sua alma, 2 por ElRey D. Dinis seo senhor hum por a Raynha D. Izabel sua mulher e outro pello Infante D. Affonso seo filho e por seos filhos deste Infante, com tal condição, que o dito Rey em sua vida, e o dito Infante na sua, e depois seos filhos, e sucessores lhe fação conservar, e defender a dita Cappella e hospital (...) Manda também instituir hu Hospital, em que se mantenhão 12 pobres.*"<sup>1154</sup> Bartolomeu Joanes morreu dois dias depois da elaboração deste testamento, mas os seus testamenteiros cumpriram a sua vontade e a capela foi erguida e mantida através de inúmeros bens até ao século XVIII<sup>1155</sup>. A data exacta do início da construção é desconhecida podendo, no entanto, situar-se entre o final de 1324, após a morte de Joanes, e 1326, data do contrato entre os testamenteiros e o cabido da Sé<sup>1156</sup>. A sua arca tumular e respectivo jacente, revestem-se de "todos os atributos de poder

---

1154 Cit. in Ana Paula Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica*, dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, FL, 2000, pp. 37-38. Relativamente ao hospital as notícias são escassas, mas poderá ter sido integrado, no século XV, no de Todos os Santos, como aconteceu com outras instituições similares. Ver Idem, *Ibidem*, p. 38.

1155 Nos séculos XVIII e XIX a capela sofreu alterações e foi utilizada para fins distintos daqueles inerentes à sua fundação, nomeadamente habitação e cartório.

1156 Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 103, considera plausível o início em 1326. M. Chicó, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 172, nota 83, afirma que as obras teriam começado um pouco antes da morte de Bartolomeu Joanes, em 1324; mas esta afirmação deve-se possivelmente ao facto de desconhecer as disposições do testamento que nos informa de que Bartolomeu Joanes não ergueu a capela durante o seu tempo de vida. Para análise da placa que se encontra na capela ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Opus Cit.*, vol. II, T.2, p. 1493/1505.

reconhecíveis na época"<sup>1157</sup>, da espada à túnica e manto que envolvem Bartolomeu Joanes, passando pelos borzeguins com acicates de cavaleiro que calça e pela heráldica que ornamenta as faces da arca; esta encontra-se, presentemente, encostada à parede oeste da capela. A autorização dada a um mercador, pertencente à burguesia, para erguer na Sé da principal cidade do reino uma capela funerária deverá encontrar justificação não apenas nas somas deixadas à Sé e ao cabido (embora, naturalmente, este fosse um factor de peso), mas também, na relação pessoal entre Bartolomeu Joanes e o rei D. Dinis – que deveria ser estreita, segundo se depreende através do testamento de Joanes<sup>1158</sup>.

A capela desenvolve-se de forma paralela ao longo dos dois primeiros tramos da nave lateral norte da Sé, abrindo-se para a mesma por meio de um amplo portal em arco quebrado. A planta, rectangular, termina a este de forma poligonal, com três panos [Fig. 516].

O espaço está dividido em dois tramos cobertos por abóbada de cruzamento de ogivas no tramo oeste e polinervada no tramo este. As nervuras são toreadas e possuem chaves com motivos vegetalistas unidas por cadeia longitudinal também toreada (embora com dois toros e não três como nas nervuras) que se prolonga até à parede oeste. A

---

1157 Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 101. A colocação da heráldica testemunha o facto de a burguesia também utilizar brasões como afirmação do seu estatuto e importância na sociedade. Foi já analisado por vários autores as semelhanças entre o brasão de Bartolomeu Joanes e o brasão de Domingos Joanes, de Oliveira do Hospital. A coincidência dos apelidos, a par da proximidade nos símbolos heráldicos, coloca a hipótese de haver uma ligação de parentesco entre ambos. Ver sobre esta questão M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Opus Cit.*, vol. II, T. II, p. 1497 e pp. 1629/1630; Carla V. Fernandes, *Ibidem*, p. 105; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 548. Para uma análise do túmulo ver J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *El Intercambio Artístico Entre los Reinos Hispanos y las Cortes Europeas en la Baja Edad Media*, León, Universidad de León, 2009.

1158 Ver sobre esta possibilidade Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 104; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 549. Este autor (*Ibidem*, p. 546) refere também o "processo de mimetismo" de Bartolomeu Joanes ao dedicar a capela a S. Bartolomeu, da mesma forma que D. Dinis dedicara o Mosteiro de Odivelas a S. Dinis. A mesma ideia deverá ter tido João Gordo ao dedicar a Capela a São João Evangelista.

demarcar os tramos e separar as abóbadas encontra-se um arco toral de feição idêntica às nervuras. Arco toral e nervuras descarregam em colunas que se prolongam até ao solo assentando em bases elevadas sobre socos rectos; no ângulo sudoeste a coluna termina numa mísula [Figs. 517, 518, 519].

A parede norte é vazada por dois amplos janelões em arco quebrado, um de três lumes com três óculos trilobados, e o outro de dois lumes, com apenas um óculo trilobado [Fig. 520].

Na cabeceira abrem-se três janelões de dois lumes, iguais ao da parede norte, embora mais estreitos; o que se encontra junto ao angulo sudeste, está adossado ao pano murário da sé e é, conseqüentemente, cego; os outros dois, abrem para o átrio lateral de acesso à Sé e estão parcialmente obstruídos [Fig. 521]. As janelas da parede norte são formadas por três arquivoltas, a exterior contornando o perfil da janela até à base e as duas interiores assentando em finos colunelos de capitéis vegetalistas [Fig. 520]. As janelas da parede este possuem apenas duas arquivoltas assentes em colunelos. Sob as janelas corre a toda a volta uma moldura em esbarro, toreada [Fig. 521].

Apesar das intervenções que esta capela sofreu em épocas ulteriores, a parede sul conserva várias aberturas da estrutura românica da sé, cujo muro foi aproveitado para o alçado sul da capela: junto à cabeceira, e parcialmente truncadas pela definição desta parede poligonal, encontram-se uma janela em arco de volta perfeita e uma fresta sobreposta à janela, ambas abertas para a colateral norte da sé [Fig. 522]. No topo do alçado, também truncada pela estrutura da cabeceira, surge uma janela que dá para a galeria superior à nave; sobre o portal, ao mesmo nível da anterior, encontra-se uma abertura idêntica.

A iluminação da capela provém das janelas das paredes norte e este e da rosácea<sup>1159</sup> que se rasga a oeste, justificando-se a multiplicação destes vãos pela necessidade de obter o máximo de luz possível, uma vez que a localização da capela, a norte da Sé, e não

---

1159 Esta rosácea é formada por elementos da rosácea original, mas resulta das intervenções levadas a cabo por A. Fuschini. Cfr. A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica*, *Opus Cit.*, p. 74.

recebendo qualquer claridade do lado meridional, a torna num espaço obscurecido [Fig. 523].

O portal de acesso abre-se na parede sul, escavado na espessura do muro da Sé e estruturado em arco quebrado com duas arquivoltas toreadas; a exterior prolongando-se até ao chão, a interior assentando numa coluna de bases elevadas sobre socos, com capitéis vegetalistas de cesto esguio e imposta destacada. Do lado aberto para as naves da Sé é formado por arquivoltas assentes em colunas de bases elevadas com capitéis vegetalistas [Fig. 524].

No exterior são visíveis as faces norte e oeste [Fig. 525] e, parcialmente, a cabeceira, semi encoberta pela colocação do abobadamento do átrio lateral [Fig. 526]. A face norte é marcada pelos grandes vãos de iluminação que ocupam uma parte significativa da superfície parietal revelando a preocupação pela iluminação do espaço interno. Na face oeste rasga-se a grande rosácea ao centro do pano murário<sup>1160</sup> [Fig. 527]. Sobre a cobertura corre um terraço, rematado, desde inícios do século XX, por ameias<sup>1161</sup> [Fig. 528].

No final do século XVII, em 1696, esta capela sofreu diversas transformações que alteraram em absoluto o espaço, embora a maioria não tenha implicado danos irreversíveis<sup>1162</sup>. No início do século XX o engenheiro A. Fuschini foi encarregue da

---

1160 A falta de coincidência entre a rosácea aparecer descentrada vista do interior e centrada no exterior deve-se ao facto de a fachada oeste estar embebida na estrutura da torre norte da Sé.

1161 Ver A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica, Opus Cit.*, p. 74.

1162 Entre as mais significativas conta-se a colocação de um pavimento de madeira a meio do alçado, possibilitando a existência de dois andares, um de habitação para empregados da sé, outro funcionando como cartório. A intervenção mais drástica foi possivelmente a abertura de um portal na parede norte da capela, em frente ao portal que dá para a colateral norte da sé, formando, deste modo, um corredor de acesso ao interior da sé, através da capela. Este vazamento da parede da capela tornou-se necessário pelo facto de o portal norte da sé, contíguo à capela ter sido substituído por umas escadas que ligavam ao piso superior. Sobre as alterações dos séculos XVII/XVIII ver A.P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica, Opus Cit.*, pp. 73-75 e Júlio Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. V, 2ª edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Lisboa, S. Industriais da C.M.L., 1936, pp. 58-59.

recuperação e restauro da Sé, tendo removido na capela as estruturas do século XVIII<sup>1163</sup>, embora planeando, não a recuperação do espaço, mas sim a sua transformação num baptistério - adulteração dos objectivos que haviam levado à construção da capela e que o Cabido da Sé não permitiu.

#### b) Capela de S. Martinho de Óbidos

A fundação da capela de S. Martinho de Óbidos, deve-se a Pêro Fernandes, prior da Igreja de Santiago de Torres Vedras, vigário da Lourinhã e beneficiado da Sé de Lisboa, que mandou edificar este espaço para nele se tumular e perpetuar a sua memória, bem como para assegurar a salvação da sua alma e da dos reis D. Dinis e D. Afonso IV.

A data exacta de construção da capela encontra-se por definir, sendo, no entanto, possível, situá-la por volta da década de trinta do século XIV. Sabe-se que o traslado da ordenação da capela fora pedido em 20 de Setembro de 1331 e feito a 9 de Outubro do mesmo ano<sup>1164</sup>; no entanto tem sido aceite por alguns autores que o traslado poderá ser bastante ulterior à instituição<sup>1165</sup>. Na ausência de outra documentação balizamos a construção entre as décadas de vinte e trinta.

---

1163 As obras de recuperação de A. Fuschini começaram pela reconstrução das abóbadas, reforçando-as com linhas de ferro ocultas, passando em seguida ao restauro exterior das janelas, assentamento das ameias e, por fim, desobstrução do antigo portal lateral e construção de "uma pequena galilé a ligar o anexo do Camarim do Patriarca e a Capela de Bartolomeu Joanes, servindo de contraforte a esta última", que nas palavras do próprio se encontrava "ligeiramente desaprumada", in M<sup>a</sup> João Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património em Portugal (1929-1960)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, FL/UL, 1995, p. 550. Ver sobre esta intervenção Idem, *Ibidem*, pp. 544/551; A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica, Opus Cit.*, pp. 73/75 e p. 38; L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, pp. 79/81.

1164 Segundo Silvestre J. Seabra, Apud M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, T. 2, p. 1550, em Novembro de 1331 Pero Fernandes instituiu um morgado nesta capela "com obrigação de dois capelães que dissessem missa quotidiana e officio divino", mandado que a capela tivesse "todos os ornamentos, vestimentas, cálix e uma alâmpada anualmente acesa".

1165 Ver relativamente a esta questão Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval, Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987, pp. 120-122. Na (pouca) bibliografia existente sobre este espaço encontra-se a data de 1320 referida nas *Memórias Históricas e Diferentes Apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos Historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção neste apontamentos*, introdução e notas de João Trindade, Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 2001, p. 129 e, posteriormente,

A orientação desta capela, com a fachada virada a este e a cabeceira a oeste, contraria a disposição habitual dos espaços religiosos. A irregularidade desta situação é sublinhada na página da DGEMN sobre o monumento<sup>1166</sup>, embora não sejam avançadas explicações sobre o assunto. Também a página do IGESPAR<sup>1167</sup> refere a existência de irregularidades na capela, remetendo para intervenções pós terramoto de 1755 devido à necessidade de consolidação das estruturas. É indiscutível que a capela possui uma orientação pouco comum, resultante de motivos que permanecem desconhecidos. Dada a falta de documentação que esclareça esta questão, aceitamos que, em data incerta, houve uma alteração na orientação do espaço, que de início deveria respeitar a disposição mais típica com a cabeceira a este e o portal de acesso a oeste. Embora não sendo um procedimento comum, a inversão na orientação de um espaço religioso poderia ser levada a cabo se as circunstâncias o exigissem: tivémos já oportunidade de analisar uma situação idêntica na igreja Matriz de Santiago do Cacém.

A capela possui uma planta rectangular, dividida em dois tramos, cobertos por uma abóbada de cruzamento de ogivas com chaves de motivos florais [Fig. 528]. Os tramos são demarcados por um arco toral, sendo que tanto este como as nervuras da abóbada apresentam secção facetada e recta [Fig. 529]. O arco toral descarrega em colunas adossadas às paredes e as nervuras da abóbada assentam em mísulas triangulares junto ao arco e em colunas nos ângulos da capela. Mísulas e capitéis possuem ornamentação

---

aceite por outros autores, como, por exemplo, José Fernandes Pereira, *Óbidos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 37. O ano de 1331, correspondente ao traslado, é aceite por outros autores como, por exemplo, Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. V, *Distrito de Leiria*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1955, p. 90 e P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 100.

1166 Ver página do monumento, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4914](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4914), no site da DGEMN, consultado a 25/05/2012.

1167 <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74041/> consultado a 05/07/2012. A informação presente nesta página é, porém, confusa, pois é mencionado o óculo trilobado situado no "externo oeste", e, em simultâneo, a colocação do portal (que se rasga na parede em frente ao óculo) na parede norte. De acordo com a análise feita nesta página, a parede referida no site como "parede norte" é ligeiramente mais espessa que as restantes - "provavelmente em consequência do terramoto de 1755, a necessidade de consolidação estrutural terá levado não só ao fortalecimento da parede Norte, optando-se então pela deslocação do pórtico para a parede que oferecesse mais garantias de estabilidade, mas também à remodelação de toda a fachada". Embora aceitado a possibilidade de deslocação do portal, chamamos, no entanto, à atenção para as confusões que a página do IGESPAR possui na análise do espaço.

vegetalista, com folhagem diversificada e de tratamento cuidado, destacando-se os ábacos, salientes e facetados; as colunas apoiam-se em bases quadradas, altas, sobre socos [Fig. 530].

Pedro Dias<sup>1168</sup> chama a atenção para o naturalismo dos capitéis sublinhando a aceitação, nas zonas litorais, dos motivos góticos ao nível da decoração e a maior dificuldade de concepção de mudanças a nível estrutural, nomeadamente a nível da iluminação; na realidade, a capela apresenta ainda uma iluminação escassa, feita através de frestas em arco de volta perfeita de inspiração românica abertas nas paredes norte, sul e este, num registo que se distancia de um entendimento lumínico do espaço próprio do gótico [Fig. 531]. Problema idêntico apresentam as capelas de S. João Evangelista na Sé do Porto – onde apesar da mutilação sofrida se consegue perceber a manutenção de janelas de dimensões reduzidas – e a Capela dos Ferrreiros em Oliveira do Hospital – onde a iluminação é feita através de simples óculos.

Na parede oeste abre-se um óculo com grelha quadrilobada [Figs. 529 e 532]. Actualmente este óculo encontra-se entaipado pela parede da casa que se encontra encostada à capela, não permitindo assim qualquer entrada de luz a oeste. À data de edificação da capela, porém, deste óculo resultaria uma iluminação mais directa do espaço. Tendo em conta a possível inversão na orientação do espaço, este óculo encontrar-se-ia primitivamente sobre o portal de entrada (entretanto deslocado para este); ou, em alternativa, estaria colocado a este, sobre o altar, tendo sido transferido para oeste na altura em que se mudou o portal - neste caso, com o portal ter-se-ia deslocado também a fresta que o encima.

Nas paredes norte e sul abrem-se arcosólios (um a sul, dois a norte) para os túmulos do fundador e seus familiares<sup>1169</sup> [Fig. 530]; acima de dois dos arcosólios e junto às frestas vêem-se duas pequenas mísulas, hoje desprovidas de qualquer imagem [Fig. 531].

---

1168 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 100.

1169 Ver Manuela S. Silva, *Óbidos Medieval, Estruturas Urbanas e Administração Concelhia, Opus Cit.*, p. 122.

A fachada [Fig. 533] possui um portal em arco quebrado, ligeiramente descentrado para o ângulo norte<sup>1170</sup>, composto por três arquivoltas côncavas e toreadas; as arquivoltas exteriores assentam em colunas sobre bases elevadas e a interna apoia-se num fino colunelo [Fig. 534]. Os capitéis, ligeiramente corroídos pela acção do tempo, são de natureza vegetalista, com uma folhagem carnuda e pujante, mais destacada face ao cesto do que nos capitéis do interior do templo. As impostas são destacadas e toreadas [Fig. 535].

Sobre o portal encontra-se uma lápide rectangular com uma inscrição em caracteres góticos que poderá reproduzir, resumindo, o documento de 1331, de instituição do morgado<sup>1171</sup> [Fig. 534]; ao centro da fachada, mas descentrada para sul face ao portal, surge a fresta de iluminação [Fig. 533]. A colocação desta fresta ao centro da fachada permite aceitar a hipótese de este ser o local original da mesma, tendo sido deslocado para esta parede apenas o portal; nesse caso esta fresta abrir-se-ia sobre o altar e, na parede em frente, o óculo rasgar-se-ia sobre o portal.

A parede lateral norte – a única completamente visível - é marcada por um contraforte escalonado correspondendo à zona de divisão interna dos tramos. Nesta mesma parede, no alçado correspondente ao tramo este, abre-se a fresta de iluminação [Fig. 536]. A parede sul está parcialmente encoberta pela habitação vizinha, mas a fresta de iluminação, é ainda observável [Fig. 537]. A cabeceira foi completamente aglutinada pela construção que lhe está adossada. Na parte superior do alçado, nas três paredes visíveis, corre uma fiada de modilhões de terminação pentagonal, seguindo um modelo que, como visto anteriormente, foi bastante comum nos séculos XIII e XIV [Fig. 537].

### c) Capela de S. João Evangelista da Sé do Porto

A Capela de S. João Evangelista ou de João Gordo encontra-se inserida dentro do conjunto de edifícios que compõem a Sé do Porto, sendo visível do exterior no extremo sul da fachada ocidental.

---

1170 Esta não seria provavelmente a sua localização, uma vez que, como referido, este portal se deveria encontrar a oeste, na parede oposta.

1171 Cfr. M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, T. 2, pp. 1549/1550.

A Capela foi fundada na primeira metade do século XIV, por João Gordo, Contador Real no Porto e almoxarife do rei D. Dinis<sup>1172</sup>; João Gordo morreu em 1333, pelo que a fundação da capela é anterior a essa data, embora o ano exacto seja desconhecido<sup>1173</sup>. O seu túmulo, com jacente representado com a espada que afirma a sua condição de cavaleiro, tem sido aproximado das obras de Mestre Pero<sup>1174</sup>, cuja actividade na década de trinta da centúria de trezentos permite também ajudar a situar a capela neste período.

À data da sua construção, a Capela situava-se junto ao claustro românico, fazendo-se o acesso, virado para o claustro, na parede norte da capela [Fig. 538]; a parede oeste, onde habitualmente se abre o acesso aos espaços sagrados, encontra-se nesta capela virada para a zona do terreiro do bispo, e fechada para o exterior<sup>1175</sup>. A colocação da capela no extremo do claustro românico (aceitando-se que este teria uma planta e dimensões idênticas às do claustro gótico) faz com que esta capela assumisse "desde o início um *distanciamento*

---

1172 M<sup>a</sup> Leonor Botelho, "A Casa do Cabido da Sé do Porto. O século XX e uma nova leitura espacial", separata da Revista *Museu*, IV série, nº 13, 2004, Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo, 2004, p. 225. Manuel Monteiro, *Igrejas Medievais do Porto*, Porto, Marques Abreu Editor, 1954, p. 25; M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, T. II, p. 1631. João Gordo aparece habitualmente designado na bibliografia como Cavaleiro da Ordem de Rodes [possivelmente por à data de construção da capela a sede da Ordem do Hospital ter já passado para Rodes (em 1308), onde se manteve até 1522], no entanto, como refere J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*, p. 427, "a observação do jacente de João Gordo não permite retirar, de forma nenhuma, esta ilação, já que a sua representação é similar a tantas outras ainda conservadas do século XIV".

1173 "Nem sempre se teve esta capela como sendo dedicada a S. João Evangelista e o seu sarcófago como sendo de João Gordo. Durante muito tempo acreditou-se ser esta capela dedicada a S. Martinho e ser o túmulo de D. Martim Mendes Pais, Mestre Escola da Sé do Porto. Devemos a Magalhães Basto o esclarecimento deste equívoco mediante a revelação de novos dados documentais, uma vez que não existe nesta capela qualquer inscrição que aluda directamente ao seu fundador, aí sepultado. A confusão relativamente ao orago desta capela advém certamente do facto de ter desaparecido a imagem de S. João, assim como o altar onde os clérigos rezavam em sua intenção.", M<sup>a</sup> Leonor Botelho, *As Transformações sofridas pela Sé do Porto no Século XX. A Acção da DGEMN (1929 – 1982)*, dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 2004, p. 63.

1174 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 96; M<sup>a</sup> C. Quaresma, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. XIII, *Cidade do Porto*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995, p. 171. M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus cit.*, vol. II, T. II, p. 1631, situa a execução do túmulo entre 1335 e 1336. J. C. Vieira da Silva, "Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", in *Opus Cit.*, p. 69 considera que pela sua qualidade plástica e inovação temática e compositiva o túmulo deve ter saído "provavelmente das mãos de mestre Pero (ou da dupla Mestre Pero/Telo Garcia)". Para uma análise do túmulo ver J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*

1175 Segundo M. Monteiro, "A Jazida Medieval de João Gordo", in *Opus Cit.*, p. 49, a inserção da fachada oeste no terreiro do bispo terá inviabilizado a abertura do acesso ao interior nesta parede.

e uma *relativa* autonomia face ao edifício da Sé<sup>1176</sup>. Esta situação é idêntica à que encontramos na Capela do Bispo D. Gonçalo Pereira de Braga, mas afasta a capela portuense da lisboeta de Bartolomeu Joanes que se encontra intimamente ligada com o espaço da Sé<sup>1177</sup>. No final do século XIV, o claustro românico é substituído pela crasta gótica, ficando a capela fora do seu perímetro, junto ao seu ângulo sudoeste, mas mantendo o acesso através do mesmo, como se depreende de um documento do século XVI no qual se lê que "*Johão Anes Gordo Instituyo a capella de São Jm<sup>o</sup> onde jaz sepultado em hua sepultura de pedra da Batalha q. está a porta travessa da crasta desta see do pto, defronte do pulpeto, encostada a parede da dita crasta da porta de fora peguada com o alpendre da premeira porta das casas do Bpo*"<sup>1178</sup>. No século XVIII, na sequência das obras para a construção de novas dependências capitulares, abriu-se um acesso directo para o terreiro na fachada oeste e fechou-se o arco da parede norte, isolando a capela do conjunto da Sé. As obras da DGEMN na década de quarenta do século XX, fecharam esta abertura, repondo o acesso original<sup>1179</sup>.

O acesso para a zona do claustro faz-se por meio de um possante arco quebrado de secção recta, reforçado por uma arquivolta externa côncava e toreada [Fig. 539]. O arco interno repousa em grossas colunas adossadas à parede e o externo em colunelos igualmente adossados; ambos possuem capiteis vegetalistas<sup>1180</sup> e impostas destacadas, assentando em bases, as dos colunelos mais elevadas [Fig. 540].

---

1176 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 552.

1177 Esta diferença entre as capelas de João Gordo e Bartolomeu Joanes foi já assinalada por J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 553, que, aliás, sublinha também a tendência mais arcaizante da capela de S. João Evangelista, a nível de planta e de capitéis.

1178 *Tombo das Rendas da Mesa Capitular da Sé do Porto* de 1577, cit. por M. Monteiro, "A Jazida Medieval de João Gordo", in *Opus Cit.*, p. 50.

1179 Sobre as intervenções da DGEMN na Sé do Porto ver M<sup>a</sup> L. Botelho, *As Transformações sofridas pela Sé do Porto no Século XX. A Acção da DGEMN (1929 – 1982), Opus Cit.* Para a capela de S. João Evangelista em particular ver o capítulo "1942-1946 – Restauração da Casa do Cabido, da Capela de S. João e da Sacristia do Cabido".

1180 O capitel do arco interno, do lado oeste, possui uma composição figurativa, com representações antropomórficas e zoomórficas revelando reminiscências românicas arcaizantes. J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 553 refere a presença de grifos [Fig.

A capela possui uma planta rectangular, terminando a este de forma poligonal com três panos [Fig. 538 a]. O espaço interno encontra-se danificado e adulterado desde o século XVIII, altura em que as obras para as novas dependências capitulares destruíram a abóbada nervada que cobria a capela [Fig. 542]. Esta apoiava-se em colunas elevadas na zona da cabeceira e nos ângulos oeste. As colunas possuem uma moldura anelar que continua ao longo da parede e se une às impostas do arco de entrada [Figs. 543 e 544]. Os capitéis ostentam um cesto cúbico desprovido de ornamentação, mas são reconstruções e desconhece-se o modelo original; as impostas sobre os mesmos dão a volta à capela formando uma moldura decorativa paralela à que corre ao nível da moldura anelar das colunas [Fig. 545].

A iluminação provinha de três pequenas janelas rasgadas no alçado superior da cabeceira, em arco quebrado [Fig. 545] e de uma fresta em arco perfeito na parede ocidental<sup>1181</sup> [Fig. 544]. As obras do século XVIII danificaram também as janelas que desde então se encontram entaipadas e mutiladas.

No pano sudeste da cabeceira abre-se um nicho, que poderia servir para guardar alfaias litúrgicas ou para colocar uma imagem de S. João Evangelista, que, embora mencionada por alguns autores, hoje se encontra desaparecida, tal como o altar<sup>1182</sup> [Fig. 543].

Na parede sul, em frente ao arco de acesso rasga-se um amplo arcossólio em arco quebrado abatido; o arco descarrega em colunas geminadas de capiteis com motivos vegetalistas. Sob o arcossólio, mas afastado da parede, encontra-se o túmulo de João Gordo [Fig. 546].

---

541]. Esta figuração parece ser complementada com os quadrúpedes que se vêm na arquivolta interna junto à imposta [Fig. 540].

1181 Actualmente esta fresta resulta da intervenção da DGEMN. Ver M<sup>a</sup> L. Botelho, *As Transformações sofridas pela Sé do Porto no Século XX. A Acção da DGEMN (1929 – 1982)*, *Opus Cit.*, p. 156.

1182 Cfr. M. Monteiro, *Igrejas Medievais do Porto*, *Opus Cit.*, p. 26. M<sup>a</sup> Clementina Quaresma, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. XIII, *Cidade do Porto*, *Opus Cit.*, p. 171, refere que o desaparecimento ocorreu na altura das obras setecentistas.

A fachada ocidental, alinhada com a fachada da sé (embora entre ambas se entreponham as construções setecentistas da Casa do Cabido, que aglutinaram a capela), possui uma simples fresta a meio do alçado, sendo desprovida de qualquer ornamentação [Fig. 547]. A fachada sul ostenta dois contrafortes, um a meio e o outro no ângulo sudeste, que auxiliavam a sustentação da abóbada. A cabeceira, a este, está inserida, desde o século XVIII, nas dependências capitulares, não sendo visível a partir do exterior [Fig. 548]. À data da sua construção, porém, não estaria aglutinada por outras construções, como se testemunha pelo rasgamento das três janelas de iluminação.

#### d) Capela de D. Gonçalo Pereira ou de Nossa Senhora da Glória da Sé de Braga

A Capela de de D. Gonçalo Pereira ou de Nossa Senhora da Glória (nome que advém de ser dedicada à Assunção da Virgem) da Sé de Braga foi fundada, como se pode induzir do próprio nome, pelo arcebispo da cidade, D. Gonçalo Pereira<sup>1183</sup>. A fundação recua ao início da década de trinta do século XIV. Sabe-se que em 1331 o arcebispo recebeu autorização para adquirir as casas junto à Sé de forma a poder edificar a sua capela funerária nessa área e que, em 1332, obteve permissão papal para a dotar de maneira a assegurar a sua manutenção, tendo as obras começado em Março desse mesmo ano<sup>1184</sup>.

---

1183 Filho do Conde D. Gonçalo Pires Pereira e da sua primeira mulher Urraca Vasques Pimentel, D. Gonçalo Pereira nasceu c/ 1265. Foi educado na corte de D. Dinis e cursou na Universidade de Salamanca, tendo vindo a ocupar o cargo de arcebispo de Braga entre 1326 e 1348. Da sua ligação com D. Teresa Pires Vilarinho nasceu D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai do Condestável. Sobre a figura do arcebispo ver M<sup>a</sup> Helena da Cruz Coelho, “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, volume II / 1, *A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990. Ver também em Luis Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989 o apontamento biográfico na nota 169, pp. 94/5, bem como (nas pp. 93/100) a apreciação sobre as tomadas de posição do arcebispo nas lutas entre coroa e nobres, nas tentativas de D. Afonso IV de restringir o seu poder e ainda a referência à participação na guerra de 1336-1339 com Castela e, seguidamente, na Batalha do Salado.

1184 O documento de fundação, porém, está datado de 27 de Abril de 1334. Para informação relativamente ao processo legal de fundação da capela ver Helena C. Matos, *Estudo sobre a Sé de Braga* (dissertação para a Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1959), Braga, Livraria Cruz, 1960; M<sup>a</sup> Helena C. Coelho, “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, in *Opus Cit.*; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 557/558.

A morada funerária de D. Gonçalo situa-se a nordeste da Sé, adossada através da parede sul à capela de S Geraldo (fundada no século XII, mas completamente refeita no século XVIII<sup>1185</sup>) [Fig. 549]. A capela de D. Gonçalo possui uma ampla planta rectangular<sup>1186</sup>, sendo um espaço de grande simplicidade arquitectónica, com cobertura de madeira, dispensando assim colunas, capitéis e respectiva ornamentação escultórica [Fig. 550]. No extremo norte abre-se uma pequena torre de formato quadrangular que funcionava como sacristia da capela.

A parede este é vazada por três grandes janelas abertas em arco quebrado e dispostas de forma escalonada. As janelas são formadas por molduras que acompanham a dimensão da janela, às quais se acrescenta uma outra, exterior, que termina ao nível superior dos lumes e é rematada por mísulas de base cilíndrica. Possuem dois lumes, muito esguios e elegantes, em arco trilobado com um óculo central e terminam em esbarro [Figs. 551 e 552].

Na parede oeste encontra-se uma quarta janela, sobre o portal de acesso, rasgada em arco quebrado e com um perfil mais simples que as da parede oposta [Fig. 553].

Na parede norte encontra-se o portal trilobado de acesso à torre e, na parede sul, o arco de acesso à capela de São Geraldo, alterado nas obras do século XVIII.

As paredes são ornamentadas com pinturas a fresco que formam tapetes geométricos de uma variada paleta cromática, correspondentes a uma empreitada de revestimento pictório do espaço posterior à edificação da capela [Fig. 550]. No meio dos

---

1185 Para uma cronologia dos vários edifícios que compõem a Sé de Braga ver Manuela Cunha e Manuela Martinez, "A Catedral", in *Braga e a sua Catedral*, Braga, Edição do Cabido da Sé, 1990.

1186 A dimensão do espaço permitiu ao arcebispo a execução de um túmulo de proporções consideráveis, colocado no centro da capela e, como tal, esculpido de todos os lados. A obra foi encomendada em 1334 a Mestre Pero e Telo Garcia. Cfr. Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 24. Sobre a importância do contrato com os mestres escultores ver J. C. Vieira da Silva, "Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", cap. "Um caso exemplar: o contrato de D. Gonçalo Pereira com os mestres Pero e Telo Garcia", in *Opus Cit.*, p. 74. Sobre o túmulo ver também J. C. Vieira da Silva, J. Ramôa, "'Sculpto Immagine Episcopali'. Jacentes Episcopais em Portugal (séc. XIII-XIV)", *Revista de História da Arte*, nº 7, Lisboa, Instituto de História da Arte, F.C.S.H. / U.N.L., 2009, pp. 109/113 e Erede Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340, Opus Cit.*, pp. 124/132. Ainda para a análise do túmulo, mas também da capela ver J. C. Vieira da Silva e L. Afonso, "A Arquitectura e a Produção Artística", in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música dos fins do século XI à época tridentina*, Lisboa, Arte das Musas/CESEM, 2009.

motivos geométricos mudéjares destacam-se os brasões de D. Gonçalo Pereira e as armas de Portugal, num escudo com castelos na bordadura e os escudetes direitos [Fig. 554]. M<sup>a</sup> Helena C. Coelho refere a existência nas paredes dos "sinais dos Pereira e de D. Afonso IV", enquanto que Pedro Dias afirma que o brasão de Portugal que ornamenta a parede "é já o que resultou da reforma do Príncipe Perfeito", datando estas pinturas de um período posterior ao reinado de D. João II, tendo também integrado as mesmas dentro do universo da arte mudéjar<sup>1187</sup>. A colocação dos escudetes leva-nos a concordar com a atribuição do brasão a um período contemporâneo ou posterior às alterações que D. João II introduziu nas armas de Portugal<sup>1188</sup> e, conseqüentemente, a aceitar uma datação entre o final do século XV e o início do século XVI para a decoração mural da capela.

A fachada oeste é vazada pelo portal de acesso e pela janela que o encima, rematando em frontão triangular, coroado no topo com a cruz vazada dos Pereiras assente sobre uma criatura híbrida que forma uma gárgula. O portal é formado por arquivoltas côncavas. As impostas do portal prolongam-se até aos extremos da parede imprimindo assim uma certa dinâmica à fachada. A existência de modilhões sob a janela poderá apontar para uma antiga alpendrada [Fig. 555].

---

1187 M<sup>a</sup> Helena C. Coelho, "O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir", in *Opus Cit.*, p. 409. P. Dias, "Arquitectura Mudéjar Portuguesa: tentativa de sistematização", in *Opus Cit.*, p. 61. De acordo com a análise feita por este autor a capela teve três campanhas de revestimento pictórico. Sobre a primeira não existe informação e a autoria dos primeiros frescos permanece desconhecida; já foi, porém, colocada a hipótese de poder ter sido obra do pintor Gonçalo Gonçalves, que o arcebispo de Braga mandara vir de Lisboa para pintar o coro da Catedral – cfr. M. Monteiro, *O Túmulo de D. Gonçalo Pereira, Iconografia Funerária do Minho*, Braga, Oficinas Gráficas "Pax", 1944, p. 5. P. Dias, *Ibidem*, p. 61 refere que há documentação "que atesta que a capela foi afrescada logo no século XIV" e que as sondagens "feitas pelos serviços oficiais" confirmam essa primeira campanha. Não há, contudo, mais dados sobre a mesma. Segundo o mesmo autor uma segunda campanha de ornamentação pictórica do espaço introduziu figuras alegóricas e guerreiros, num registo figurativo cuja totalidade do conteúdo ainda não foi plenamente apreendida. Na terceira campanha, já do século XV ou XVI, pintaram-se então os motivos geométricos e mudéjares. Mais recentemente, J. C. Vieira da Silva e L. Afonso, "A Arquitectura e a Produção Artística", in *Opus Cit.*, p. 64, dataram os padrões paralelepíedicos e os motivos de inspiração mudéjar, bem como as figuras dos guerreiros (que definem como "homens silvestres") já do século XVI.

1188 Na obra *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. I *Nobreza de Portugal*, *Opus Cit.*, cap. II "Títulos, Sucessão e Armas dos Reis de Portugal", p. 62, pode ler-se que "D. João II, em 1485, reformou as armas reais, mandando pôr a direito os escudetes dos flancos, que até aí eram deitados e apontados ao do centro, fixando em cinco o número dos besantes e suprimindo a cruz de Avis, que já nos reinados de seu pai e avô era apenas representada pelas pontas, assentes na bordadura".

Na fachada norte situa-se a torre, ameada<sup>1189</sup> e desprovida de qualquer ornamentação; na parte da parede norte que já não é ocupada pela torre vê-se uma cornija, assente sobre modilhões [Fig. 556]. Na cabeceira rasgam-se as janelas de iluminação que repetem exteriormente o modelo interno, com uma moldura a terminar ao nível superior dos lumes e assente em mísulas [Fig. 557].

#### e) Capela dos Ferreiros da Igreja Matriz de Oliveira do Hospital

A Capela dos Ferreiros da Igreja Matriz de Oliveira do Hospital<sup>1190</sup> foi fundada por Domingos Joanes. A designação de *ferreiros* está associada a uma lenda<sup>1191</sup> relacionada com o fundador, sobre o qual sabemos muito pouco. No entanto, a forma como Domingos Joanes se encontra representado na famosa escultura do *Cavaleiro de Oliveira do Hospital* - com armadura com cota de malha, elmo de viseira, maça de armas e escudo com o brasão de família -, bem como a representação do jacente no seu túmulo - com espada e o mesmo brasão colocado lateralmente - permitem identificá-lo como um cavaleiro, um membro da nobreza de armas, cujo poder assenta nessas mesmas armas. A inclusão, a par da sua estátua e do seu túmulo, da arca funerária da sua mulher, D. Domingas Sabachais, nesta mesma capela, transforma o espaço num pequeno panteão que se pretendeu familiar ou, pelo menos, conjugal<sup>1192</sup>.

A data de fundação da capela levanta algumas questões. De acordo com algumas fontes manuscritas, na parte de fora da capela existia uma lápide com a seguinte inscrição: *No nome de Deus e da Virgem Santa Maria sua Madre, Domingos Joanne, Cavalleiro de Oliveira,*

---

1189 A fachada norte é igualmente ameada, devendo as ameias ostentar, nesta capela, um significado simbólico de poder do arcebispo.

1190 A igreja propriamente dita resulta de uma reconstrução do século XVIII não apresentando vestígios medievais.

1191 Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, "Oliveira do Hospital - Igreja Paroquial/Capela dos Ferreiros", in *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, reorganizado e completado por A. Nogueira Gonçalves, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 158.

1192 Sobre as questões relacionadas com a escolha de locais de enterramento da nobreza e tumulária nobre ver Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra, Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, cap. 3 "Os Enterramentos da Nobreza", pp. 39/41. Sobre a representação iconográfica de Domingos Joanes ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Opus cit.*, vol. II, T. II, p. 1629 e J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*

fez esta Capella para si e para sua mulher na Era de 1279 Annos<sup>1193</sup>. Esta lápide encontra-se desaparecida, pelo menos, desde a década de cinquenta do século XX, mas a sua existência parece não levantar dúvidas. A transcrição da mesma, no entanto, pode ser questionada, nomeadamente no que concerne à interpretação da data que parece demasiado recuada face à arquitectura edificada. Para além disso, as dúvidas são acentuadas pelo facto de os túmulos do fundador e sua mulher, D. Domingas Sabachais, bem como a escultura que representa o fundador, estarem atribuídas a Mestre Pero, cuja actividade se situa por volta da década de trinta do século XIV.

A discrepância entre a suposta data de fundação da capela e a execução dos túmulos e estátua coloca algumas interrogações<sup>1194</sup> a que alguns historiadores e historiadores de arte têm procurado dar resposta. A interpretação mais plausível foi feita por M. Barroca que defendeu a existência de um erro na compreensão dos numerais das centenas referidos na lápide, podendo esta referir-se à Era de 1379, ano de 1341<sup>1195</sup>. Esta datação está mais de acordo com a tipologia arquitectónica do espaço e com as obras escultóricas que aí se encontram e parece-nos, como tal, uma hipótese válida.

---

1193 Ver relativamente à problemática respeitante à lápide e sua interpretação Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, "Oliveira do Hospital - Igreja Paroquial/Capela dos Ferreiros", in *Opus Cit.*, p. 158; M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, t. 2, pp. 1627-1632; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 314/316. A colocação nas capelas funerárias de placas com os termos da doação, a data da fundação da capela ou a indicação de que *aqui jaz* seguida de breves informações sobre o defunto tornou-se muito comum a partir do século XIII, como, aliás, também se prova pela lápide existente no interior da Capela de Bartolomeu Joanes e pela lápide colocada no exterior da Capela de São Martinho de Óbidos. Sobre este assunto ver P. Ariés, *Opus Cit.*, pp. 40/41.

1194 Esta discrepância já foi, aliás, assinalada por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 98, que afirmou que "uma lápide hoje desaparecida datava a instituição da capela de 1279, posto que a estatuária remanescente não possa ser anterior aos anos trinta do século seguinte".

1195 M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, t. 2, pp. 1627-1632. V. Correia e A. Nogueira Gonçalves, "Oliveira do Hospital - Igreja Paroquial/Capela dos Ferreiros", in *Opus Cit.*, p. 158 haviam proposto a hipótese de ser Ano de 1279 e não Era, avançando assim trinta e oito anos a fundação da capela; contudo, esta cronologia continuava a não ser compatível com os trabalhos escultóricos. J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 315 considera que o ano de 1341 deverá ser já de conclusão da capela. J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*, p. 419, indica o ano de 1341 como data de realização do jacente.

A capela estrutura-se num espaço rectangular colocado paralelamente à igreja e actualmente inserido entre a capela quinhentista de S. Brás e a torre sineira [Fig. 558].

Acede-se à capela através de um arco quebrado, formado por grandes aduelas de arestas rectas [Fig. 559].

O espaço é coberto por uma abóbada de berço quebrado, sem arcos de reforço, mas rematada por uma moldura nas paredes laterais; esta moldura é o único elemento ornamental do espaço presente na própria arquitectura [Fig. 560].

Na parede Norte está incrustada uma pedra calcária, com capitais góticas, do século XIV onde se pode ler: *ESTAS : PEDRA/S: DE: ESTAS: LI / MASIES: // VEERO (N) / DE: PURTUNAS*, o que na opinião de Vergilio Correia significa que as pedras seriam originárias de Portunhos "aonde, possivelmente, como pensou o Dr. Vergilio Correia, o escultor Mestre Pêro teria a oficina"<sup>1196</sup>.

A iluminação do espaço faz-se por meio de dois óculos quadrilobados abertos na parede norte [Fig. 561]; deveria ser complementada pela fresta de formato rectangular, escavada na parede este, em frente à qual se colocou uma imagem da Virgem, mas que inicialmente deveria ter uma função de iluminação da zona do altar. Sob esta fresta e num plano ligeiramente mais elevado do que o resto da capela, encontra-se, justamente, o altar de pedra com retábulo atribuído à oficina de Mestre Pero [Fig. 562].

Do lado oposto, a oeste, situa-se, numa mísula a meia altura na parede, a pequena escultura com o cavaleiro e, por baixo, os túmulos de Domingos Joanes e Domingas Sabachais<sup>1197</sup> [Fig. 560].

O espaço interno é de grande simplicidade e revela alguns elementos arcaizantes, na escolha de um abobadamento de berço quebrado em vez do cruzamento de ogivas ou na

---

<sup>1196</sup> V. Correia e A. Nogueira Gonçalves, "Oliveira do Hospital - Igreja Paroquial /Capela dos Ferreiros", in *Opus Cit.*, p. 159. Ver também M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, t. 2, p. 1632.

<sup>1197</sup> Segundo a leitura de J. C. V. da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*, p. 421 - que secundamos -, a colocação dos jacentes com uma ligeira torção da cabeça e parte superior do corpo para a direita, identifica o lado virado para o público e revela que as arcas tumulares deveriam estar encostadas à parede uma a seguir à outra. A colocação do brasão, no topo das arcas (do lado das cabeças), na borda das tampas e de pé, virados para fora comprova esta ideia [Figs. 563 e 564].

redução da iluminação a pequenos óculos (apesar da ornamentação quadrilobada já caracteristicamente gótica) rejeitando a abertura de janelas de dois lumes.

No exterior a única parede visível possui um contraforte escalonado entre os óculos de iluminação; estes últimos são profundamente escavados na espessura da parede e ornamentados ao centro por um motivo quadrilobado. A sustentar a cornija surge uma fiada de modilhões de ornamentação vegetalista com um perfil muito distinto do modelo pentagonal mais comum nesta época<sup>1198</sup> [Fig. 565].

No seu todo, espaço arquitectónico e conjunto escultórico, "destinavam-se a proceder a uma *actualização da linguagem artística de modo a tornar o novo edifício e o seu conteúdo um objecto de propaganda senhorial*"<sup>1199</sup>. O cuidado posto na definição de um conjunto que engloba, não só uma estrutura arquitectónica, mas também um programa escultórico que, para lá dos túmulos compreende ainda uma pequena estátua equestre representando o fundador, parece demonstrar duas preocupações fundamentais: por um lado, a afirmação imediata de uma linhagem<sup>1200</sup>, possivelmente recente, sendo aqui também visível a crescente laicização da sociedade; por outro, a ideia de preservação da memória para a posteridade, sentimento que progressivamente se vai afirmando na Idade Média e que parece comprovar que "mais do que uma arte de viver, o cristianismo do século XIV

---

1198 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 316, sublinha a inspiração românica destes modilhões, o que comprova, uma vez mais, um certo sentido arcaizante desta capela.

1199 P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus Cit.*, p. 336. É de sublinhar neste "todo" um certo contraste entre o trabalho escultórico, entregue a um dos mais conceituados escultores da época, e a arquitectura da capela que evidencia, como referido, algumas soluções mais arcaizantes.

1200 Esta ideia já havia sido sublinhada por J. C. Vieira da Silva, "A Construção de uma Imagem. Jacentes de Nobres Portugueses do Século XIV", in *Opus Cit.*, p. 420, que define o conjunto da capela, escultura do cavaleiro, retábulo (em que parecem estar representados os doadores) e túmulos, como uma "obra de grande impacto a nível local, denunciadora, desde logo, da afirmação de uma nobreza de província".

foi uma arte de bem morrer, e a capela, mais do que o lugar das orações e da contemplação mística, o dum culto funerário"<sup>1201</sup>.

## 5.2. Capelas de planta centralizada:

### a) Capela dos Mestres da Igreja do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal

A Capela dos Mestres da Igreja do Senhor dos Mártires<sup>1202</sup> em Alcácer do Sal, dedicada ao apóstolo São Bartolomeu e erguida em louvor da Virgem, foi fundada em 1333 pelo quarto mestre da Ordem de Santiago, D. Garcia Peres, eleito mestre em 1329<sup>1203</sup>. Assume-se, portanto, logo à partida, como um edifício de excepção dentro das construções funerárias até então abordadas, não apenas pelo tipo de planta, mas também por se encontrar associado a uma ordem militar. Paralelamente, tudo indica que o objectivo do fundador tenha sido o de estabelecer um panteão colectivo para mestres da ordem, uma vez que existem referências à existência de sepulturas de quatro mestres da Ordem no interior da capela (muito embora não se tenham encontrado vestígios das mesmas)<sup>1204</sup>. A escolha do local, numa zona de necrópole, aponta nesse sentido e a lápide de fundação informa-nos de

---

1201 G. Duby, *O Tempo das Catedrais, A Arte e a Sociedade (980-1420)*, *Opus Cit.*, p. 237/8. Salva-se aqui a exaltação que a *École des Annales*, centrada na compreensão das mentalidades e da "longa duração", fez da importância da morte, por vezes, talvez excessivamente exponenciada. No entanto, tendo isto em conta, a citação de G. Duby sublinha, efectivamente, um aspecto fundamental da vivência medieval no qual a análise das capelas funerárias se insere.

1202 A data de fundação da igreja permanece desconhecida, e actualmente é difícil de precisar devido às transformações da época moderna.

1203 Um dos primeiros autores a debruçar-se sobre esta capela foi Vergílio Correia que lhe dedicou vários estudos: "O 'Senhor dos Mártires' de Alcácer, in *Monumentos e esculturas (séculos III – XVI)*, Lisboa, Livraria Ferin, editora, 1924 (2ª edição correcta e aumentada); "Alcácer do Sal (Esboço de uma Monografia)", in *Obras*, vol. IV, *Estudos Arqueológicos*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1972; "Uma Conferencia sobre a Necrópole de Alcácer do Sal", in *Obras*, vol. IV, *Estudos Arqueológicos*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1972. Ver também sobre esta capela J. C. Vieira da Silva, "A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal", in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 415/424.

1204 V. Correia, "Alcácer do Sal (Esboço de uma Monografia)", in *Opus Cit.*, p. 140, informa-nos de que a *Visitação* de 1513 [mandada fazer pelo Mestre de Santiago e Avis, D. Jorge, filho bastardo de D. João II] "revela que jaziam no seu térreo quatro mestres".

que o espaço foi escolhido para sepultar o fundador e o seu irmão, D. Pedro Escacho, terceiro mestre da ordem, entre 1319 e 1329. Tratar-se-ia, portanto, de um panteão colectivo de uma ordem militar, assumindo-se com "uma precocidade notável na concepção e definição de um espaço funerário autónomo para tumulação dos mestres da Ordem de Santiago, reforçada pela sua localização em sítio ermo e fora da vila"<sup>1205</sup>.

A Capela dos Mestres está, aliás, ligada à Igreja dos Mártires em volta da qual se congregam um conjunto de construções funerárias<sup>1206</sup> que no seu todo conferem ao espaço um cunho claramente cemiterial de indiscutível ligação à Ordem de Santiago da Espada.

A presença da Ordem de Santiago da Espada em Alcácer recua ainda ao século XII, tendo a vila sido doada por D. Afonso Henriques aos Espatários em 1172, ano em que estes cavaleiros chegam a Portugal<sup>1207</sup>. Cerca de vinte anos mais tarde, em 1191, a vila é reconquistada pelos muçulmanos, para vir a ser recuperada pelas forças cristãs em 1217, desta vez de forma definitiva. Nesta data é novamente doada à Ordem de Santiago que aí estabelece a sua sede, desempenhando a vila, e com o apoio dos Espatários, um papel muito significativo na consolidação dos territórios recentemente reconquistados na linha de transição para o Alentejo<sup>1208</sup>.

---

1205 J. C. Vieira da Silva, "A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal", in *Opus Cit.*, p. 235.

1206 A chamada Capela do Tesouro datada do século XIII e mantendo ainda os arcosólios que testemunham a sua função; a Capela de D. Maria de Resende, erguida por esta dama no século XV para albergar o túmulo do seu marido, D. Diogo Pereira, comendador da Ordem, falecido em 1427; e a capela de Martim Gomes Leitão, datada de c/ 1402, hoje desaparecida.

1207 A Milícia do Bem Aventurado Apóstolo Santiago foi instituída a 1 de Agosto de 1170, "embora se deva compreender que já nos meses anteriores, talvez ainda em 1169 pudessem ter uma qualquer existência", Mário R. S. Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1991, p. 31. O fundador, D. Pedro Fernandes, apresentou a milícia ao rei D. Fernando II de Leão, que lhes entrega a guarda da vila de Cáceres, onde se irão implantar durante os primeiros meses de existência da ordem. A 12 de Fevereiro de 1171, porém, a ordem coloca-se, em Santiago de Compostela, sob a vassalagem do Apóstolo, recebendo, em simultâneo, o Arcebispo de Compostela como freire e passando, assim, de uma simples milícia de cavaleiros defensores de Cáceres a milícia de Espanha. Em 1172 cruzam fronteiras e chegam a Portugal e em 1175 a bula *Benedictus Deus* de Alexandre III confirma a Ordem. Sobre a presença da Ordem de Santiago em Portugal ver Idem, *Ibidem*.

1208 Sobre a vila ver M<sup>a</sup> Teresa L. Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

A Capela dos Mestres é um edifício de planta centralizada octogonal, tipologia que se assume como mais um elemento de exceção deste edifício [Fig. 566]. A opção pela planta centralizada revela-se uma escolha significativa, uma vez que estas tipologias já haviam sido utilizadas em espaços funerários no período paleocristão. Esta tendência, no entanto, desaparece no período gótico, altura em que se verifica uma clara preferência pelas tipologias rectangulares (com ou sem uma terminação poligonal) na edificação de espaços funerários – todos os exemplos observados anteriormente comprovam essa preferência<sup>1209</sup>.

Acede-se ao espaço da Capela dos Mestres pela nave da igreja dos Mártires através de um arco quebrado de secção recta e facetada, escavado na profundidade da parede [Fig. 567].

A capela estrutura-se numa planta octogonal coberta com uma abóbada estrelada de oito panos, formada por nervuras facetadas de secção recta unidas por uma chave de decoração vegetalista [Figs. 568, 569 e 570]. As nervuras descarregam em mísulas troncocónicas, que têm o seu arranque a meia altura das janelas; são rematadas por uma pequena imposta, mas não apresentam qualquer decoração [Fig. 568].

A iluminação é feita através de longas janelas de dois lumes com um óculo trilobado abertas em em seis dos oito panos – o pano em que se rasga o arco de acesso à igreja apresenta a janela com um desenvolvimento até meio, sendo a parte inferior cega; na face em que se abre a porta para a escada de caracol não existe janela, mas uma pequeníssima fresta – criando um espaço profusamente iluminado e com uma concepção de luminosidade já nitidamente gótica [Fig. 571].

Sob as janelas corre uma moldura arredondada em esbarro que pode ser entendida como o único elemento decorativo do espaço, uma vez que as mísulas não possuem decoração e que não existem capitéis [Fig. 571]. A simplicidade do espaço deverá estar relacionada com a função funerária do mesmo, mas também com um certo despojamento que, por norma, se encontra nas construções das ordens militares (como testemunham os

---

1209 E, como já sublinhado por J. C. Vieira da Silva, "A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal", in *Opus Cit.*, p. 235, posteriormente apenas dois espaços funerários irão optar pela planta centralizada – a Capela do Fundador e as chamadas Capelas Imperfeitas, ambos no Mosteiro da Batalha.

casos aqui abordados, nomeadamente a igreja da Flor da Rosa e a Ermida de Santa Catarina de Monsaraz).

Num dos panos de parede encontra-se um letreiro com a inscrição *Aqi jaz a ósada q acharom nos fundamentos desta capela e o mestre dom Garcia Periz por lhis satisfazer mandou que a nom tirem ende*<sup>1210</sup> que remete para as ossadas encontradas quando se escavaram os alicerces da capela e que foram mantidas *in situ*, sendo esta a "primeira notícia histórica que possuímos acerca da necrópole antiga dos Mártires, pois com toda a probabilidade as ossadas procediam de sepulturas arcaicas"<sup>1211</sup>. A preocupação de manutenção das ossadas no seu local, bem como a colocação da placa que lhes faz referência, revela (para além de um respeito evidente pelos mortos) uma consciencialização por parte do fundador do sentido de continuidade do espaço enquanto local de tumulação.

Numa das faces do octógono abre-se a porta para a pequena torre que aloja a escada de caracol de acesso ao terraço que cobre a abóbada [Figs. 572 e 573]; este terraço é rematado por uma platibanda maciça que se apoia numa cornija com modilhões.

As faces externas do octógono são marcadas pela existência de contrafortes escalonados com gárgulas simples no topo. Entre estes rasgam-se as janelas de dois lumes terminadas em vão oblíquo [Fig. 574].

No seu conjunto, a Capela dos Mestres revela uma excelente qualidade de execução<sup>1212</sup>, expressa no perfeito equilíbrio alcançado na definição dos seus vários elementos, nomeadamente o lançamento da abóbada.

---

1210 Apud V. Correia, "Uma Conferencia sobre a Necrópole de Alcácer do Sal", in *Opus Cit.*, p. 152.

1211 V. Correia, "Uma Conferencia sobre a Necrópole de Alcácer do Sal", in *Opus Cit.*, p. 152.

1212 Esta qualidade já havia, aliás, sido salientada por J. C. Vieira da Silva, "A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal", in *Opus Cit.*, p. 236, que chama também a atenção para a excelência alcançada, durante o reinado de D. Dinis, nas construções militares – frequentemente pertença das ordens guerreiras - nomeadamente nas torres dos castelos. O autor sublinha, naturalmente, que as dimensões mais reduzidas destes espaços permitem maior facilidade de experimentações que espaços amplos, nomeadamente a nível do abobadamento – citando os exemplos da Igreja de Santa Clara-a-Velha e da Torre de Menagem do Castelo de Beja – e uma maior qualidade a nível dos resultados conseguidos. A perfeição da abóbada da Capela dos

No conjunto das capelas funerárias analisadas, a Capela dos Mestres surge como uma excepção. A associação a uma ordem militar, a função de espaço cemiterial dessa mesma ordem e a tipologia centralizada fazem desta capela uma estrutura excepcional. Contudo, a eleição de espaços centralizados, embora em construções não funerárias (pelo menos comprovada ou exclusivamente funerárias), não é um caso único no nosso território, sendo visível na Rotunda de Tomar, erguida pelos cavaleiros da Ordem do Templo, na Ermida de Santa Catarina de Monsaraz, possivelmente também uma construção templária e, embora com uma tipologia diferente, na igreja da Flor da Rosa, construção associada à Ordem do Hospital. A persistência de modelos centralizados associada a construções das Ordens militares<sup>1213</sup>, coloca a possibilidade de estas ordens, mais do que qualquer outra entidade (colectiva ou privada), terem desenvolvido uma preferência por este tipo de plantas. Não recorrendo exclusivamente a plantas centralizadas (Santa Maria do Olival ou a Igreja de Leça do Balio são disso testemunhos), parecem, no entanto, ter optado recorrentemente por esta tipologia, o que poderá ter uma ligação com a permanência de parte destas ordens na Terra Santa (onde encontramos a Mesquita de Omar, ou Cúpula do Rochedo, a que os Templários chamaram *Templum Domini*<sup>1214</sup>), "exportando" as tipologias

---

Mestres comprova essa qualidade, embora não se possa considerar inteiramente uma experimentação, uma vez que na Rotunda de Tomar e na Ermida de Santa Catarina de Monsaraz já tinham sido lançadas coberturas idênticas.

1213 A associação é feita, sobretudo, com as construções da Ordem do Templo como referido na I Parte, cap. 2.1.2.2., p. 123.

1214 Esta mesquita foi mandada erguer pelo Califa ‘Abd al-Malik ibn Marwan, no ano de 691, sobre o que restava do antigo Templo de Salomão, que ocupava o cume do Monte Moriah, tornando-se, assim, o primeiro edifício sagrado em honra de Maomé. Segundo a Bíblia, o Templo de Salomão, foi mandado erguer, pelo monarca do mesmo nome, de acordo com um plano divino. Este Templo foi alvo de várias destruições ao longo dos séculos, a última das quais perpetrada pelo exército do Imperador Tito, aquando da subjugação de Jerusalém, em 70 d.C., após as revoltas hebraicas. Ter-se-ão então, erguido sobre o Templo umas termas públicas que com a queda do Império romano viriam também a ser abandonadas. Será sobre esta sequência de ruínas que, no século VII, virá a ser erguida a Mesquita de Omar ou Cúpula do Rochedo. Quando, no século XII, Balduino II transfere o seu palácio para junto da *Torre de David*, cedendo toda a zona da esplanada da Mesquita à Ordem do Templo, estes procedem a algumas transformações e passam a designá-la *Templum Domini*. Uma outra mesquita situada na esplanada do antigo Templo de Salomão, a mesquita de *Al-Aqsa*, de planta basilical, foi inicialmente adaptada para residência do mesmo monarca, e albergou também, numa das suas alas, Hugo de Payns e seus companheiros, gerando por vezes alguma confusão entre os dois espaços. A inspiração provém, contudo, da Mesquita de Omar. Esta chamada de atenção é fundamental, uma vez que as confusões relativamente aos edifícios sagrados de Jerusalém são inúmeras, sendo que habitualmente se compara (erroneamente) a Rotunda de Tomar a uma terceira construção, o Santo Sepulcro: o Santo Sepulcro é uma construção de planta circular, cujas origens remontam ao domínio romano da cidade de Jerusalém. A construção original - a *Anastasis*, palavra grega para Ressurreição - foi iniciada em 326, por ordem do

apreendidas nesse território para os territórios peninsulares, onde irão ser assimiladas também por outras ordens, como a de Santiago da Espada. No caso concreto de Alcácer do Sal as tipologias centralizadas de Tomar e Monsaraz deverão ter tido alguma influência na definição do modelo da Capela dos Mestres, destacando-se em particular a Rotunda de Tomar, que partilha com esta Capela a planta octogonal e um sentido verticalizante que em Monsaraz é menos acentuado. Esta influência foi já analisada por J. Rodrigues<sup>1215</sup> que sublinha a importância do número oito - associado à *Ressurreição* - na escolha do modelo octogonal. A ligação à *Ressurreição* representaria um papel particularmente importante num espaço funerário, como a Capela dos Mestres. O autor refere ainda o facto destes edifícios terem funcionado como *lanternas dos mortos*, possuindo uma fonte de iluminação nocturna para o exterior, assumindo-se, deste modo, tanto em termos simbólicos, como em termos práticos, enquanto *faróis de fé*.

A tipologia, função e características simbólicas deste edifício permitem estabelecer pontos de contacto com as já referidas igrejas de planta centralizada de Santa Maria de Eunate (c. 1170) e do Santo Sepulcro de Torres del Rio (c. 1200), bem como com a Igreja (provavelmente) templária da Vera Cruz de Segóvia (c. 1200). Apesar de as igrejas de Eunate e Torres del Rio já não serem consideradas templárias, a verdade é que se encontra na Península Ibérica um conjunto de igrejas centralizadas, em que uma parte significativa das mesmas está associada à Ordem do Templo (Tomar, Monsaraz, Segóvia) ou a outra ordem militar (Alcácer do Sal<sup>1216</sup>), não podendo, portanto, deixar de se entender que esta(s) ordem(ns) teve um papel importante na difusão destes modelos. Significativo é também o facto de uma parte das construções de planta centralizada na Península Ibérica estar relacionada com espaços funerários, o que independentemente da relação com as ordens

---

Imperador Constantino, no local onde teria estado o tumulo de Cristo. Durante o período de ocupação árabe da cidade - em 1009 - este santuário foi destruído; mas, entre 1042 e 1048, o imperador bizantino Constantino IX, com a autorização do califa árabe, mandou erguer um novo templo circular, que sobreviveria até à conquista de Jerusalém em 1099, para depois voltar a ser intervencionado. Ver sobre estas questões N. V. Oliveira, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal, 1120-1314, Opus Cit.*, pp. 212/218.

1215 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 422/424.

1216 E, apesar de ser uma tipologia de centralização distinta, a Flor da Rosa não deixa de ser uma igreja de planta centralizada, com uma função funerária e associada a uma ordem militar, pelo que deve também ser tida em conta.

militares, permite estabelecer uma herança oriunda do universo da Alta Idade Média<sup>1217</sup>. A transposição para o universo gótico obriga, naturalmente, à adaptação dos formulários próprios deste estilo, substituindo-se – como se vê em Alcácer do Sal - as cúpulas paleocristãs por abóbadas nervadas e os clerestórios em arco perfeito na base das cúpulas, por esguias janelas de dois lumes.

\* \* \*

As capelas funerárias analisadas neste capítulo permitem o estabelecimento de algumas conclusões. Tipologicamente consegue-se definir uma tendência para as plantas rectas. A planta centralizada que se encontra na Capela dos Mestres, contrariamente ao que poderia ser expectável devido à associação entre este modelo e os espaços funerários no período paleocristão, assume-se efectivamente como uma excepção e não como a regra. Sob esse ponto de vista podemos considerar a Capela dos Mestres como um *experimentalismo* ao "subverter" aquilo que se tinha tornado a tendência mais comum do período gótico nos espaços funerários – a tipologia recta – recuperando um modelo pré-gótico e readaptando-o.

Dentro das plantas ortogonais, no entanto, podem encontrar-se variantes. As capelas de São Martinho de Óbidos, de Nossa Senhora da Glória e dos Ferreiros apresentam uma estrutura rectangular com as paredes este e oeste a terminarem ambas de forma recta, sendo que este foi um modelo de grande aceitação e utilizado em construções com enquadramentos distintos: a Capela de São Martinho de Óbidos é uma estrutura (fisicamente) independente de qualquer igreja; a Capela da Glória está englobada dentro do conjunto de edificios de uma Sé (embora não se encoste directamente a ela e assuma uma

---

1217 J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 423, "estende" esta herança à dedicação da Capela dos Mártires à Virgem Maria, inserindo-a na sequência de igrejas centralizadas dedicadas à Virgem que surgem depois da cristianização do Pantheon de Roma, dedicado no início do século VII a *Santa Maria e todos os Mártires*.

certa independência); e a Capela dos Ferreiros está adossada a uma igreja matriz para a qual se abre directamente.

Ligeiramente diferentes são as capelas de Bartolomeu Joanes e de São João Evangelista, que possuem uma planta rectangular, mas com terminação poligonal na parede este. Estando ambas associadas a Sés, inserem-se nas mesmas, porém, de forma distinta: a Capela de São Bartolomeu abre directamente para as naves; a Capela de São João encontrava-se ligada ao claustro da Sé, mas afastada da catedral propriamente dita.

Este último aspecto é também importante pois dá-nos conta da diversidade de soluções adoptadas na colocação das capelas funerárias. Se, à partida, a situação mais comum é estarem directamente ligadas a uma igreja ou catedral, a forma como interagem com esse templo varia. A Capela de Bartolomeu Joanes na Sé de Lisboa e a Capela dos Ferreiros na igreja de Oliveira do Hospital abrem directamente para os respectivos templos por meio de arcos e não possuem qualquer saída directa para a rua. Já a Capela de São João Evangelista na Sé do Porto, embora não possuindo igualmente um acesso directo para o exterior, encontrava-se fisicamente desligada da Sé e abria para o espaço do claustro. Uma situação diferente é observável na Capela da Glória ou de D. Gonçalo Pereira na Sé de Braga: esta surge na sequência de uma outra capela (a de S. Geraldo) com a qual tem ligação directa, sendo esta, e não a Capela do arcebispo D. Gonçalo, que se encontra parcialmente adossada ao templo (embora sem passagem directa para o mesmo). Em virtude desta circunstância, a capela de D. Gonçalo Pereira abre directamente para a rua, facto em que se distancia em absoluto dos exemplos anteriormente mencionados. O caso mais original, em termos de colocação, é, no entanto, a Capela de São Martinho em Óbidos que foi colocada em frente à Igreja de São Pedro (da qual era sufragânea), mas fisicamente separada desta e, conseqüentemente, possuindo ligação directa para a rua.

Uma questão que também importa sublinhar tem a ver com a maior ou menor capacidade de adaptação destes espaços às fórmulas góticas. Tendo em conta que as cinco capelas de planta recta estão separadas apenas por cerca de 15 anos (e algumas datam da mesma década) poder-se-ia esperar que as tipologias de iluminação e cobertura (os elementos mais marcantes em espaços tendencialmente simples) fossem sistematicamente idênticos. No entanto, encontram-se diferenças significativas entre as capelas, destacando-

se as de Bartolomeu Joanes e de D. Gonçalo Pereira como as mais evoluídas e observando-se nas restantes algumas soluções mais arcaizantes. Em termos de cobertura, a solução mais arcaizante encontra-se na Capela dos Ferreiros em Oliveira do Hospital, onde se recorre ainda à abóbada de berço quebrado. Paralelamente, a cobertura mais evoluída e de maior qualidade encontra-se na Capela de Bartolomeu Joanes. Os casos da Capela de São João Evangelista e de D. Gonçalo Pereira não podem ser avaliados nesta análise, o primeiro porque a abóbada não chegou até nós e o segundo porque apresenta uma opção de cobertura completamente distinta, rejeitando o abobadamento em pedra. No que respeita aos sistemas de iluminação encontram-se ainda fortes reminiscências do mundo românico nas frestas da capela de Óbidos, nos óculos de Oliveira do Hospital e nas janelas de dimensões reduzidas que rematam o topo da Capela da Sé do Porto. Por contraste, as janelas das capelas de Braga e de Lisboa alongam-se na superfície da parede, vazando de forma significativa a pedra e permitindo uma entrada de luz substancial. O facto de D. Gonçalo Pereira ter passado pela Sé de Lisboa permite supor que este arcebispo tenha contactado com soluções plenamente góticas na capital, vindo depois a aplicá-las na sua morada funerária.

Uma plena compreensão da arte gótica é igualmente visível na Capela dos Mestres em Alcácer do Sal. Este espaço, que deve ser analisado separadamente devido ao seu carácter excepcional, revela, independentemente disso, uma qualidade notável e um entendimento absoluto dos modelos góticos, patentes na belíssima abóbada estrelada e nas amplas janelas de iluminação.

À semelhança das igrejas monásticas e paroquiais, as capelas funerárias revelam a existência de modelos preferenciais, mas não exclusivos. Revelam também que, no final da Idade Média, o homem "tinha a consciência muito aguda de que era um morto adiado, de que o adiamento era curto, de que a morte, sempre presente no interior de si mesmo, destruía as suas ambições, envenenava os seus prazeres"<sup>1218</sup> e que, por isso mesmo, era necessário aproveitar a vida terrena, mas, acima de tudo, salvaguardar a eterna e evitar o esquecimento *post mortem*.

---

<sup>1218</sup> Philippe Ariès, *Opus Cit.*, p. 38.

## 6. Os Claustros:

*"O claustro é um paraíso, uma região protegida pelo baluarte da disciplina na qual se encontra ampla abundância de riquezas preciosas"*<sup>1219</sup>

A selecção dos claustros monásticos e catedralícios a abordar (e porque este não é um estudo específico sobre claustros) foi feita no sentido de incluir exclusivamente aqueles que, por motivos diversos, podem ser entendidos como resultantes de alguma forma de *experimentalismo*.

Por uma questão de coerência e em consonância com os capítulos anteriores, resolvemos estudar os claustros portugueses de acordo com uma divisão por ordens religiosas e separando os claustros monásticos dos catedralícios. O primeiro claustro seleccionado, Santa Maria de Alcobaça, afirma-se como um exemplo excepcional pela ligação a um mosteiro também ele excepcional. Este claustro pelo simples facto de pertencer à Ordem de Cister seria sempre importante de referir pela contribuição fundamental que esta Ordem teve no aperfeiçoamento da estrutura do claustro. Infelizmente, não é uma Ordem da qual tenham sobrevivido muitos claustros góticos; para além disso, alguns dos mais significativos não têm lugar neste estudo: excluíram-se, na verdade, alguns casos que, dentro do conjunto de claustros medievais se destacam<sup>1220</sup> mas que não se enquadram nesta abordagem. Entre eles o claustro do mosteiro de Celas que, embora não podendo ser entendido como um exemplo típico da arquitectura gótica (nem da arquitectura cisterciense), encontra o motivo para o seu carácter de excepção no programa escultórico que não faria sentido abordar neste enquadramento<sup>1221</sup>. Excluiu-se também o

---

1219 S. Bernardo cit. por Jean Delumeau in *Uma História do Paraíso, O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, p.149.

1220 E que abordámos na dissertação de mestrado. Ver Catarina Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*

1221 Na realidade, dado que a sua estrutura original e a sua relação com o resto do mosteiro se encontram completamente alteradas, não podemos analisar este claustro no que respeita à sua planta primitiva, tipo de

claustro de São Bento de Cástris, notável pela sua relação com a arquitectura mudéjar, mas edificado já nos séculos XV (o piso térreo da galeria sul), XVI (galeria norte e oeste) e XIX (galeria este) e extravasando, portanto, do período deste estudo.

A inclusão da arquitectura claustral mendicante revelou-se incontornável devido à descoberta do extraordinário claustro de Santa-Clara-a-Velha de Coimbra, recentemente recuperado e estudado e que surge como um dos mais originais claustros portugueses. A selecção de mais exemplares mendicantes, porém, mostrou-se desadequada. Embora, no que respeite a claustros pertencentes a construções destas ordens o espólio medieval sobrevivente seja razoável – apesar de muitos se encontrarem num estado de ruína e abandono penoso (vejam-se, para citar apenas dois exemplos, os casos de São Domingos e São Francisco de Évora) - a maioria deles segue uma tipologia idêntica, repetindo ao longo dos séculos XIV e XV arquetipos comuns. Os citados claustros eborenses<sup>1222</sup>, São Francisco de Santarém<sup>1223</sup>, São Domingos de Guimarães<sup>1224</sup> e Santa Clara de Portalegre<sup>1225</sup> inserem-se

---

cobertura ou relação com as dependências monásticas; ou seja, arquitectonicamente torna-se impraticável tentar classificá-lo como um *experimentalismo*.

1222 O claustro de S. Francisco, de um só piso, é uma obra do século XIV, mandado construir, em 1376, por D. Fernando Afonso de Moraes, comendador da Ordem de Santiago. Foi seu arquitecto o mestre João de Alcobaça, que se terá inspirado em alguns aspectos do vizinho claustro da Catedral, nomeadamente na simplicidade vegetalista de parte dos capitéis. Deveria ser na sua origem um claustro de grandes dimensões, como se pode perceber pela galeria adossada à igreja. O convento de São Domingos de Évora foi fundado entre 1286 e 1298, tendo tido como padroeiros Martim e Catarina Anes. Com a extinção das casas religiosas em 1834, foram arrasados os conventos dominicanos eborenses - S. Domingos, Nossa Senhora do Paraíso e Santa Catarina. A igreja do convento de S. Domingos foi completamente destruída em 1836 e do convento restou apenas uma parte do claustro gótico, obra já do século XIV. No século XX, depois de ter sido ocupado por um conjunto de oficinas metalo-mecânicas (!), o convento foi deixado ao abandono com restos das construções das oficinas e um vasto matagal a invadi-lo.

1223 O actual claustro de S. Francisco é uma obra do século XIV, tendo a sua reconstrução ficado a cargo de João Durão, chanceler de D. Afonso IV. Não terá, no entanto, ficado construído na íntegra no século XIV. Em inícios do século XV, com efeito, D. Fernando de Noronha, Conde de Vila Real, mandou colocar o seu túmulo e o de sua mulher, D. Brites de Menezes (filha do primeiro Conde de Viana), no coro, mandado construir por D. Fernando. Esta honra de se fazer sepultar junto ao próprio rei e num espaço privilegiado da igreja foi retribuída com a construção de uma galeria do claustro e com a reconstrução da Sala do Capítulo. A outra galeria que ainda não se achava construída ficou a dever-se aos Condes de Viana. As várias fases de intervenção do claustro de Santarém fazem, assim, com que um claustro de origem trecentista apresente vestígios de acrescentos feitos no século XV pelas famílias Vila Real, Viana e Menezes e ainda testemunhos ulteriores de uma campanha manuelina patente em três magníficos portais.

1224 O claustro de São Domingos de Guimarães deve ter sido iniciado ainda no século XIV, muito embora as obras se possam ter prolongado até ao século XV. Actualmente percente à Sociedade Martins Sarmento, encontrando-se no próprio espaço claustral várias peças arqueológicas.

nesse grupo: estruturas com arcadas em arco quebrado assentes em colunas duplas, capitéis maioritariamente vegetalistas, coberturas em madeira ou abobadamentos simples, salas do capitulo (as que sobreviveram) abertas por meio de um arco ladeado por duas janelas e, no conjunto, uma grande simplicidade e despojamento<sup>1226</sup>. Tendo consciência da existência de um modelo padrão, optou-se por analisar apenas o caso que apresentava características dissonantes face a esse modelo e tentar compreender a razão dessa "dissonância".

Relativamente aos claustros catedralícios do século XIV verificou-se que as catedrais de Lisboa e Évora possuem claustros que se afirmam como *experimentalismos* notáveis, tornando-se, dessa forma, casos de abordagem incontornável. O claustro da Sé Velha de Coimbra foi naturalmente excluído deste capítulo, uma vez que a sua análise se inseriu na Parte I, nos capítulos relacionados com a implantação da arquitectura gótica no território nacional.

### 6.1. Claustros Monásticos:

No mosteiro, o claustro funciona como espaço distribuidor e organizador das outras dependências, que se organizam em seu redor, tornando-se, assim, não só o centro físico mas também (juntamente com a igreja) espiritual do mosteiro.

Por norma, verifica-se na arquitectura claustral, tal como nas igrejas, a existência de tipologias comuns dentro de uma mesma ordem, sobretudo no que respeita a organização e

---

1225 O Mosteiro de clarissas de Portalegre é uma fundação real de D. Leonor Teles, iniciada em 1376; contudo, os vestígios da construção medieval são hoje uma pequeníssima parte do conjunto do edifício. O claustro gótico, apesar de ainda começado no século XIV, sofreu numerosas alterações em séculos posteriores, de tal modo que hoje apenas restam, da sua fase inicial, as galerias Norte e Oeste. Lamentavelmente, do antigo congénere Convento de São Francisco de Portalegre, de que nos anos quarenta Luis Keil - *Inventário Artístico de Portugal*, vol.I, *Distrito de Portalegre, Opus Cit.*, p.129 - ainda referia ruínas de um claustro gótico ducentista, não resta hoje mais que um monte de pedras empilhadas num pátio.

1226 Dos casos citados, São Francisco de Santarém é o único com abobadamento pétreo, tendo os outros (pelo menos de origem) cobertura de madeira. O modelo de arcadas duplas é também seguido em todos com excepção do singelo claustro de São Domingos de Évora. A decoração capitelar é maioritariamente vegetalista, embora em São Francisco de Santarém e São Domingos de Guimarães apareçam alguns exemplos figurativos. No seu conjunto, estas características parecem ter sido herdadas da arquitectura cisterciense e do claustro de Alcobaça.

distribuição das dependências em torno do claustro – veja-se, por exemplo, a colocação do Refeitório, disposto paralelamente à galeria a que está anexo na Ordem de Cluny e perpendicularmente na Ordem de Cister. A organização dos "espaços regulares" na arquitectura claustral cisterciense tende, porém, a ser seguida por outras ordens, nomeadamente as mendicantes. Assim sendo, as diferenças mais significativas (sobretudo, dentro de uma mesma ordem) encontram-se geralmente ao nível da decoração, por motivos relacionados com opções dos canteiros ou mesmo devido a regionalismos estéticos, como no caso do claustro de São Bento de Cástris que possui nítidas ligações com a arte mudéjar. A inclusão de um claustro num conjunto monástico excepcional, pelo seu papel como casa mãe de uma ordem ou pela sua relação com a coroa, por exemplo, pode também ditar a originalidade do mesmo. É este o caso dos claustros cisterciense de Santa Maria de Alcobaça e mendicante de Santa Clara-a-Velha.

#### a) Santa Maria de Alcobaça

O claustro de Santa Maria de Alcobaça, devido ao mecenato régio e pelo facto de fazer parte da casa principal da Ordem em Portugal, conta-se como uma excepção dentro do panorama dos claustros monásticos portugueses, muito embora alguns dos ideais cistercienses estejam aqui patentes.

De acordo com Paulo Pereira<sup>1227</sup>, mesmo antes da edificação do templo devem ter começado a ser construídas as dependências anexas, nomeadamente o dormitório, que apresenta uma tipologia mais simples do que a igreja, e D. Maur Cocheril<sup>1228</sup> entende mesmo que houve um claustro anterior ao claustro de D. Dinis, construído ao mesmo tempo que as dependências, referindo como testemunhos desta hipótese alguns capitéis mais arcaicos que se encontram na parede adjunta à igreja e na galeria da Sala do Capítulo. A edificação das dependências necessárias ao quotidiano dos monges em simultâneo com a

---

<sup>1227</sup> "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol 1, *Opus Cit.*, p.348

<sup>1228</sup> *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, *Opus Cit.*, p.299

construção da igreja afigura-se-nos credível<sup>1229</sup>. Isso não significa, no entanto, que se tenham erguido ao mesmo tempo galerias com arcadas que constituiriam o claustro em si<sup>1230</sup>. É possível que as primeiras galerias tenham sido estruturadas em madeira, de forma a permitir a circulação entre os "espaço regulares" numa área coberta; parece-nos estranho que, em caso de existência de um claustro anterior ao do período dionisino, nenhum documento escrito lhe faça referência e os testemunhos arquitectónicos se limitem a alguns capitéis arcaizantes, que podem ser fruto de um canteiro menos evoluído.

Tem também sido levantada a hipótese da construção de um primitivo claustro a sul da igreja, uma vez que as campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo IPPAR puseram a descoberto vestígios de construção nessa área<sup>1231</sup>. Não está, no entanto, provado que essas estruturas datem dos primeiros tempos de existência de Alcobaça, nem que pertencessem a um claustro. Parece-nos que a edificação de um primeiro claustro a sul é de certa forma contestada pela aceitação de que as dependências monásticas, a norte, são contemporâneas das obras da igreja. Não faria sentido erguer os espaços regulares a norte e ao mesmo tempo levantar uma estrutura claustral a sul.

O claustro actual data de 1308, altura em que a seis de Abril foi colocada, pelo abade Pedro Nunes, a sua primeira pedra na presença do Mestre de obras Domingos Domingues, que viria a terminar o claustro a onze de Setembro de 1311. A conclusão da crasta por Domingos Domingues tem suscitado algumas confusões devido à abreviatura do nome que surge no *Chronicon Alcobacense*, publicado por Frei Fortunato Boaventura na *História Cronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça* e que levou Sousa Viterbo a

---

1229 Posição que já havíamos defendido na tese de mestrado *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, p. 51, ao contrário do que compreendeu Paulo A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Murphy*, nº 1, 2006, Coimbra, editor Paulo Varela Gomes / Departamento de Arquitectura da F. C. T. da Universidade de Coimbra, 2006, p. 68, nota 85.

1230 Ver sobre este assunto Vasco M. P. Appleton, *Abadia de Santa Maria de Alcobaça, caracterização construtiva*, Tese de Mestrado em Construção, apresentada à Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2000, p.69 e P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus cit.*, pp. 309/310.

1231 Ver Vasco M. P. Appleton, *Abadia de Santa Maria de Alcobaça, caracterização construtiva, Opus Cit.*, p.30.

pensar que um Mestre Diogo Dias<sup>1232</sup>, teria vindo substituir Domingos Domingues. A análise que Nogueira Gonçalves<sup>1233</sup> fez do assunto, chamando a atenção para uma má interpretação do códice alcobacense, permitiu o esclarecimento do equívoco e a conclusão de que o claustro foi começado e terminado por Domingo Domingues.

O claustro de Alcobaça insere-se na série de obras de que D. Dinis e sua mulher, a Rainha Santa Isabel, foram mecenas. Embora D. Afonso III tivesse já dotado o claustro, este foi, na realidade, construído às custas de D. Dinis.

Também dois séculos mais tarde, quando D. Manuel se interessa pela abadia de Alcobaça, um dos locais a sofrer intervenção é justamente o claustro. Em 1519, João de Castilho é encarregue das empreitadas, laborando com outros mestres; no claustro fica à frente das obras um Mestre Nicolau, de que quase nada se sabe. Os trabalhos deste período iniciam-se com a construção de um piso superior, tendo, porém, sido interrompidos, permanecendo o claustro por muito tempo inacabado, coberto apenas com cobertura de telha vã<sup>1234</sup>.

O entendimento de um claustro monástico passa pela sua relação com as estruturas que lhe estão anexas. Assim, o estudo do claustro alcobacense tem necessariamente de envolver também as dependências contíguas, tornando-se necessário um conhecimento do quotidiano do monge para que o papel do claustro possa ser apreendido em toda a sua plenitude.

---

1232 Ver a "entrada" "Domingos Domingues", in *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol.I - A/G, *Opus Cit.*, p. 289; o autor criou ainda uma "entrada" específica para o mestre Diogo, referenciando-o exclusivamente como sendo o responsável pela conclusão do claustro de Alcobaça – ver idem, *Ibidem*, vol.I - A/G, p. 287.

1233 "Epítome Cronológico dos Primeiros Tempos de Alcobaça", Adenda aos escritos de Vergílio Correia, *Obras*, vol. V, *Estudos Monográficos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 232 e 233. A mesma posição é defendida por P. Dias, "Domingos Domingues. Arquitecto Régio do Século XIV", *Mundo da Arte, Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, nº 5, Abril 1982, Coimbra, Epartur, 1982, p. 2 que para além da documentação se socorre da "homogeneidade das formas de construção" para reafirmar que "aí só houve uma e a mesma orientação, do princípio ao fim dos trabalhos". Esta leitura é também reiterada por M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II / Tomo 2, *Opus Cit.*, pp. 1347/48.

1234 Veja-se, em relação ao sobreclaustro, o artigo de J.Custódio Vieira da Silva, "Alcobaça, o Período Manuelino", *Actas do Congresso sobre San Bernardo e o Cister en Galiza e Portugal*, 17-20 Outubro 1991, vol. II, Ourense-Oseira, IX Centenário de San Bernardo, Ourense, Ediciones Monte Casino, 1992.

O "Claustro do Silêncio" em Alcobaça é, segundo A.Nobre de Gusmão<sup>1235</sup>, o maior claustro gótico português e um dos mais vastos que os cistercienses edificaram. De planta quadrada [Fig. 575], foi inicialmente construído com um só piso, sendo a sua estrutura, a nível de divisão das arcadas, irregular. Todas as galerias são formadas por uma arcada exterior de volta perfeita, composta por grupos de arcos assentes em colunas duplas, com o espaço entre os arcos e a arcada ornamentado por óculos cujo preenchimento varia<sup>1236</sup>; a organização dos grupos de arcos não é, porém, igual em todas as alas: as galerias Norte [Fig. 576] e Sul [Fig. 577] são compostas por arcos duplos (abrindo-se nos tramos de ângulo da galeria sul apenas um arco); a galeria Este [Fig. 578] possui arcadas triplas (sendo o penultimo tramo de ângulo junto à galeria sul formado por dois arcos e o último por um só arco) e a galeria Oeste [Fig. 579] apresenta quatro tramos com arcos duplos, dois com arcos triplos e um simples. Para além disto, nas galerias Norte e Oeste [Fig. 579] os arcos interiores não são somente apontados, mas também trilobados<sup>1237</sup>. Apesar da irregularidade na definição dos tramos e respectivas arcadas, o conjunto final é harmonioso e Domingos Domingues demonstrou "grande capacidade em Alcobaça"<sup>1238</sup>.

O abobadamento [Fig. 580] é feito por abóbadas de cruzamento de ogivas com arcos torais em cada tramo, com chaves nos fechos, mas sem cadeia longitudinal a uni-los, nascendo as nervuras de mísulas cónicas de cinco faces [Fig. 581] – à excepção das que se encontram no lado da parede das galerias sul e este que são trifacetadas e rectas [Fig. 582]. As mísulas cónicas são decoradas com elementos vegetalistas estilizados.

Da mesma forma, também os capitéis do claustro se encontram ornados com uma decoração vegetalista sóbria [Figs. 583 e 584], com folhas bem recortadas, de cariz um tanto ou quanto geométrico, que parece enquadrar-se nos preceitos de simplicidade impostos por S. Bernardo. A ornamentação na Abadia de Alcobaça é aliás, como salienta

---

1235 *A Real Abadia de Alcobaça, Opus Cit.*, p.87

1236 Um deles possui uma cruz de Cristo, resultado de um restauro posterior, uma vez que aquela cruz só foi adoptada nos finais do século XV, altura em que o piso térreo do claustro já estava concluído.

1237 Na galeria oeste a forma dos arcos varia: uns são quebrados, outros trilobados.

1238 P. Dias, "Domingos Domingues. Arquitecto Régio do Século XIV", *Opus Cit.*, p. 4. A explicação para a irregularidade das arcadas poderá passar pela compensação das diferenças de cota e de profundidade de cada galeria. Ver Paulo Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 310.

Paulo Pereira "em todo o conjunto, profundamente contida"<sup>1239</sup>. Maioritariamente foram excluídas as figurações próprias do imaginário românico e até mesmo os temas doutrinários que, por vezes, se esculpam com intuito pedagógico. São, contudo, visíveis alguns capitéis com seres híbridos alados que se destacam das restantes composições de temática naturalista [Fig. 585]. Poderão, eventualmente, ser resultado do trabalho de um canteiro posteriormente substituído. No seu todo, porém, o que aparece é um vegetalismo de natureza já gótica, com heras, folhas de acanto e frutos salientes a povoarem capitéis e mísulas, embora ainda sem a exuberância de folhagem que se irá encontrar num gótico mais avançado.

O acesso da igreja para o claustro faz-se através de uma porta ("porta dos monges") junto ao ângulo da parede Norte da nave com o respectivo braço do transepto, que liga à galeria Sul [Fig. 586].

A galeria Sul [Fig. 582] do claustro de Alcobaça era o local de meditação e reflexão dos monges<sup>1240</sup>, que aí se reuniam para fazer as suas leituras individuais ou para ouvirem uma leitura pública; recebe, por este motivo, o nome de *Claustro da Leitura* ou *Claustro da Colação*, tendo existido a todo o seu comprimento bancos de pedra, onde os monges se sentavam a ler. Em termos de desnivelamento face ao solo, é aqui que o desnível é menos acentuado. Ao centro desta galeria abre-se a passagem para o jardim central, de acordo com a disposição habitual nos claustros cistercienses. Rasgam-se ao longo da parede desta galeria três pequenos nichos, que serviam para colocar as lâmpadas que iluminavam o espaço<sup>1241</sup>. Uma edícula [do século XVI] de planta quadrada faz saliência para o lado do pátio central. Actualmente está vazia, mas possuía uma escada de pedra que ligava ao andar superior<sup>1242</sup>.

---

1239 Paulo Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol.I, *Opus Cit.*, p.350

1240 O Claustro do Silêncio em Alcobaça segue, aliás, na perfeição, o modelo cisterciense de claustro. Ver C. Villamariz, *Claustro Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV*, *Opus Cit.*, pp. 17 a 21.

1241 De uma intervenção pós-medieval é um nicho, renascentista, com uma imagem da *Virgem do Claustro* atribuída a Nicolau Chanterenne.

1242 Esta escada é conhecida através de um desenho de Albrecht Haupt. Ver M. Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, *Opus Cit.*, p. 62.

A galeria Este, igualmente designada por *Claustro do Capítulo* ou *Claustro da Terça*, engloba, como o próprio nome indica, a sala do capítulo, antecedida pela sacristia e seguida do parlatório e sala grande ou sala dos monges. A sacristia medieval surge no enfiamento do braço norte do transepto, com o qual comunica, possuindo igualmente uma porta aberta para o claustro. É coberta por abóbada de berço e iluminada por uma janela na parede este. Segundo o estudo de D.Maur Cocheril sobre Alcobaça<sup>1243</sup>, a sacristia estaria na sua origem dividida em dois espaços, que albergariam a própria sacristia e o *armarium*; esta hipótese parece ser confirmada pela comparação com o modelo de Alcobaça, Claraval, onde esta divisão se verificava.

A Sala do Capítulo [Fig. 587], um dos centros espirituais da comunidade e um dos locais mais importantes do mosteiro é, conseqüentemente, também uma das divisões mais cuidadas: de planta quadrada, divide-se em três naves de três tramos separadas por arcos torais, sendo toda abobadada e repousando as abóbadas em pilares revestidos de oito colunas com capitéis de *crochets*, rematados com ábacos poligonais; os pilares assentam em pequenos socos [Fig. 588]. As nervuras são molduradas, ao contrário das que se encontram no refeitório, dormitório e sala dos monges, revelando uma delicadeza e elegância superiores às das restantes dependências [Fig. 588]. As mísulas na parede contígua ao parlatório e na parede de topo são cónicas com cinco faces e decoração vegetalista à semelhança das que se encontram nas galerias [Fig. 588]; na parede contígua à sacristia são trifacetadas de acordo com a outra tipologia que também se vê nas galerias [Fig. 589]. Na parede do fundo rasgam-se três janelas que iluminam a divisão. A entrada para esta sala segue a habitual tipologia cisterciense, com um portal - de volta perfeita - ladeado por janelas geminadas [Figs. 590 e 591]; a sua estrutura indica uma época construtiva anterior à do próprio claustro, recuando até ao século XIII, confirmando a ideia de anciania de alguns dos "espaços regulares". A antiguidade desta sala e a necessidade de ela ter sido construída mesmo antes de ser edificado o claustro contradiz a informação dada pelo cronista alcobacense do século XVIII, Frei Manuel de Figueiredo<sup>1244</sup>, que afirma que só a partir do século XVI terá esta sala servido como sala capitular. Não parece credível

---

<sup>1243</sup> Alcobaça, *Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 62.

<sup>1244</sup> cit. por V.Correia, in *Inscrições do Claustro do Silêncio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p.8

que se tenha edificado uma sala que segue a tipologia habitual de sala capitular no século XIII, para depois esta só vir a ser utilizada com essa função três séculos mais tarde, até porque não havia outro espaço que pudesse servir tais funções.

De acordo com o que era costume na ordem cisterciense, a sala do capítulo serviu também como espaço de tumulação dos abades - "*que fossem sepultadas nesta casa as pessoas mais dignas da religião: os Abades perpetuos, os Abades geraes presentes e todos os que foram Abades nos outros mosteiros, se morrerem em Alcobaça*"<sup>1245</sup>. Por especial concessão aí foram sepultados também o cronista atrás citado, Frei Manoel dos Santos [1672/1748] e o cronista Frei Bernardo de Brito [1569/1617]; os restauros já do século XX destruíram, infeliz e inexplicavelmente, a maioria das sepulturas que aqui existiam<sup>1246</sup>. As dimensões deste espaço, bem como a qualidade da sua execução são testemunhos do carácter excepcional deste claustro, inclusivé quando comparados com outras salas do capítulo, de construções importantes da ordem, como, por exemplo, Fontfroide [Figs. 592 e 593].

Ao lado da sala do capítulo encontra-se o parlatório [Fig. 594], aberto em arco de volta inteira, e com uma porta de comunicação para o exterior (para a zona da horta). Está organizado como se fosse um corredor a toda a largura do edifício, sendo este espaço coberto com uma abobada de cruzaria de ogivas, formando três tramos<sup>1247</sup>.

---

1245 Frei Manoel dos Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, BNL - Códice Alcob. 307, Fols. 1-35, leitura, introdução e notas por Aires Augusto Nascimento, Alcobaça, Edição da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979, p. 51. O mesmo cronista indica ainda, na sua descrição do mosteiro, o local onde eram enterrados monges e conversos - "*Os monges ordinarios tem seu jazigo no lanço exterior do claustro desta mesma parte oriental; e no outro lanço correspondente a este da parte do occidente são enterrados os irmaons conversos, separados de nos na vida, e na morte*", Idem, *Ibidem*, p.51. O claustro albergava, pois, as sepulturas de toda a comunidade, mas seguindo, na morte, a separação e a hierarquia que já se verificava em vida: o abade na principal divisão do claustro e os monges no exterior, separados dos conversos. Reflete-se assim, na morte, o quotidiano da comunidade.

1246 Sobre os restauros na Aabadia de Alcobaça ver L. Rosas, *Monumentos Pátrios a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, "Catálogo Analítico", pp. 25/28.

1247 "O tramo do meio foi feito de novo em abobada de aresta, com o fim de deixar espaço para um dos braços da escada do dormitório. Esta modificação é muito antiga, sendo, no entanto, impossível datá-la com rigor", Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, *Opus Cit.*, p. 65. Era neste espaço que o abade escutava, após a reunião na Sala do Capítulo, os monges que lhe pretendiam falar a sós, ou em número de dois; os restantes monges que necessitavam de falar com o abade esperavam no claustro. Verifica-se, mais uma vez, a forma como o espaço do claustro se liga a todas as actividades da comunidade: à leitura no capítulo, à conversa privada com o abade, à espera dessa conversa, à meditação e reflexão e até mesmo à morte.

A seguir ao parlatório encontrava-se uma escada para o dormitório [Fig. 595]. A regra prevê a existência de duas escadas: uma, a chamada "escada das matinas", que os monges utilizavam à noite para se irem deitar e de madrugada para virem assistir ao ofício das matinas, e que dava para o transepto; a outra, que tinha comunicação com o claustro, era utilizada durante o dia. É esta última que se encontra a seguir ao parlatório, sendo, no entanto, uma reconstrução feita a partir dos vestígios da primitiva escada, encontrados já no século XX. O dormitório ocupa todo o primeiro andar desta galeria [Fig. 596]. Está estruturado em três naves com onze tramos, separadas por duas filas de colunas monolíticas, muito grossas e ornamentadas com capitéis adaptados à forma da coluna e de decoração pouco saliente. Os arcos torais e as nervuras, de secção quadrada, são também muito grossos<sup>1248</sup>. As mísulas da parede são em ponta de diamante, facetadas e desprovidas de qualquer ornamentação. No seu conjunto é um espaço simples e despojado e cuja arquitectura remete para uma primeira fase das obras no mosteiro<sup>1249</sup>.

No fim desta galeria encontra-se ainda a sala grande ou sala dos monges (erroneamente apontada por alguns autores como a adega), que pode ter servido como espaço de trabalho e leitura ou ainda de sala para os noviços<sup>1250</sup>. Dividia-se em três naves de seis tramos cada, coberta por abobada de cruzamento de ogivas, com arcos e pilares de feição idêntica aos do dormitório [Fig. 597]. É iluminada por duas janelas nas paredes este, oeste e norte<sup>1251</sup>. O último tramo do lado sul é separado do restante espaço por um muro<sup>1252</sup>.

---

1248 Aqui, como na sala dos monges, o requinte é menor, o que se prende, certamente, com o destino mais funcional e menos "nobre" destes espaços, por comparação com a sala do capítulo, espaço nobre por excelência, entre as dependências monásticas.

1249 As janelas do dormitório são invulgarmente amplas para um espaço destes (habitualmente iluminado por janelas reduzidas para impedir a entrada do frio), o que se explica facilmente: foram alargadas aquando da transformação do espaço em aposento abacial. No século XX, os restauros levados a cabo por Augusto Fuschini destruíram alguns elementos manuelinos, alterando o espaço do dormitório com a destruição dos aposentos do abade transformados em escadaria de acesso ao dormitório e, conseqüentemente apeando a escada em espiral já existente para essa função. Sobre os restauros no claustro ver L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, pp. 336/337 e "Catálogo Analítico", pp. 25/28.

1250 Segundo Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, *Opus Cit.*, p. 69, mais tarde funcionou como prisão.

1251 A sala tem também diversas portas: na parede oeste abre-se a porta para o claustro e uma outra que comunica com a cozinha moderna. Na parede norte abre-se uma porta em arco perfeito (ladeada por duas janelas) que dá para a rua.

Esta sala é constituída por cinco patamares, criados para corrigir o desnível do solo, aqui francamente acentuado.

A arcada central desta galeria abre-se, tal como na galeria sul, para o jardim - apenas na galeria oeste a abertura se faz na segunda arcada, devido ao desnivelamento do terreno, que não permitiu a comunicação com o jardim a meio da galeria.

A galeria norte [Fig. 599], também chamada *Claustro do Refeitório* ou *Claustro da Sexta*, compreende a cozinha moderna, o refeitório e a passagem para o Claustro de D. Afonso VI.

A cozinha é uma obra do século XVII que veio ocupar o espaço do antigo *calefactorium*; a entrada, feita em arco de volta inteira, correspondia, pois, à entrada do *calefactorium* [Fig. 600]. A cozinha primitiva foi destruída quando D. Afonso VI aí mandou edificar um claustro, restando apenas a porta de entrada junto ao ângulo com a galeria oeste<sup>1253</sup>.

No centro da galeria encontra-se o refeitório, que é a zona mais ornamentada do mosteiro, depois da sala do capítulo e um dos mais notáveis de toda a arquitectura cisterciense. Seguindo o esquema comum aos mosteiros cistercienses, o refeitório foi colocado de forma perpendicular em relação ao claustro e não horizontalmente (como acontece na Ordem de Cluny, por exemplo). É dividido em três naves de cinco tramos, separadas por duas filas de quatro colunas [Fig. 601]. O espaço é abobadado por abobada de cruzaria de ogivas com nervuras e arcos de secção recta, idênticos aos da sala dos

---

1252 “Uma parede divide o tramo sul a todo o comprimento, formando um compartimento estreito iluminado por uma janela pequena. Encontra-se a mesma disposição na planta de Claraval. Seis nichos pequenos foram cavados nas paredes, três de cada lado”, Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 69. Apesar da descrição do espaço o autor não iditenfica qual a função a que se destinava. No entanto, tendo em conta que esta sala poderá ter servido como espaço de leitura e/ou trabalho parece-nos lógico supor que estes compartimentos funcionassem como *armarium* [Fig. 598].

1253 Durante as intervenções arqueológicas efectuadas até 1998, pelo IPPAR, foram identificados troços das paredes norte e oeste da cozinha primitiva, constatando-se que estas paredes eram sustentadas por dois contrafortes de ângulo, de que ainda se mantêm as bases; encontraram-se também elementos de uma canalização medieval associada a esta cozinha. Ver Ana Nunes, “Intervenção Arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI”, in *Actas, Cister, Espaços, Territórios, Paisagens, Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, MC / IPPAR, 2000, vol. II, p. 523.

monges e do dormitório<sup>1254</sup>. As colunas são mais finas e elegantes do que as do dormitório e da sala dos monges e possuem capiteis vegetalistas com *crochets*; não assentam directamente no solo, mas sim em socos quadrados. Nas paredes encontram-se mísulas-capitéis de carácter vegetalista; possuem ábacos destacados e um remate tripartido que alarga de baixo para cima formando quase um enrolamento no topo que causa um efeito muito requintado [Fig. 602].

A iluminação faz-se através de seis janelas de volta perfeita, abertas na parede norte e encimadas por um óculo ladeado por mais duas janelas [Fig.603]. Na parede este surgem mais dois níveis de janelas, o inferior com cinco e o superior com três e a oeste rasgam-se quatro janelas, sobrepostas duas a duas (as de baixo encontram-se hoje entaipadas). As janelas do refeitório são todas em arco de volta perfeita, mas por razões de ordem estética e não devido a qualquer tipo de arcaísmo, uma vez que todo o espaço foi concebido de acordo com matrizes góticas de grande qualidade.

O púlpito é um dos mais bonitos da arquitectura cisterciense, sendo as escadas de acesso ao mesmo ornamentadas com cinco arcadas que assentam sobre colunelos encimados por capitéis vegetalistas [Fig. 604]. Uma estrutura semelhante encontra-se no púlpito do Mosteiro de Santa Maria de la Huerta<sup>1255</sup> (cujo Refeitório data de 1215), pese embora o facto de aqui se rasgarem dez arcos.

Em frente ao refeitório encontra-se o lavabo [Figs. 576 e 606], inserido num magnífico pavilhão do século XIV, ampliado no século XVI, aquando das intervenções manuelinas - na sua origem o pavilhão deveria terminar à altura das janelas superiores. Tal como o refeitório, também o lavabo é um dos mais notáveis e mais belos lavabos cistercienses, o que evidencia o cuidado e a qualidade de execução alcançados em

---

1254 Dom Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 73, coloca a possibilidade de este espaço ter sido inicialmente coberto por tecto de madeira, que assentaria em cornijas, ainda parcialmente visíveis nas paredes, mas a hipótese carece de confirmação. Esta hipótese é também aventada por Gustavo Matos Sequeira, no artigo sobre o Mosteiro de Alcobaça, incluído no *Inventário Artístico de Portugal*, vol. V, *Distrito de Leiria, Opus Cit.*, pp. 13-14

1255 Filiação de Morimond, na província de Sória; a fundação do mosteiro recua até cerca de 1150, muito embora a construção da igreja não deva ter começado antes de 1162.

Alcobaça, fruto muito possivelmente do mecenato régio que possibilitou a construção deste claustro.

A galeria oeste [Fig. 607], inteiramente refeita no século XVI, servia, como era habitual nos mosteiros cistercienses, como mero corredor de passagem, não recebendo nenhuma designação específica, pois não lhe estava associada nenhuma actividade em particular. Segundo hipótese formulada por D.Maur Cocheril<sup>1256</sup>, antes das reformas do século XVI encontravam-se aqui as dependências dos conversos, separadas do claustro pela "rua dos conversos". Afigura-se possível que assim fosse, pois embora não se encontrando actualmente vestígios das dependências dos conversos nesta época, elas teriam de existir; por outro lado, Claraval apresentava essa mesma disposição e, como já se referiu mais de uma vez, Alcobaça seguiu fielmente o modelo de Claraval.

É, contudo, de sublinhar que as intervenções arqueológicas levadas a cabo, até 1998, pelo IPPAR<sup>1257</sup>, nos espaços hoje ocupados pelos claustros de D. Afonso VI e da Portaria (ou da Cadeia) e pelo corredor situado ao lado da sala das conclusões, não identificaram quaisquer vestígios da Ala dos Conversos, quer a nível do refeitório, quer a nível do celeiro; pelo contrário, “a presença de contrafortes de consideráveis volumetrias adossados às paredes da cozinha medieval e do Claustro de D. Dinis, bem como de um portal, contrariam as teorias elaboradas acerca da funcionalidade daquele espaço”<sup>1258</sup>. Contudo, estas intervenções são ainda ‘superficiais’, pelo que um avanço dos trabalhos pode levar a resultados diferentes.

O jardim central, actualmente ajardinado, era organizado no século XVIII com quatro grandes laranjeiras, uma em cada canto<sup>1259</sup>. A existência destas árvores de fruto deveria remontar já à época medieval, uma vez que a maioria dos claustros medievais possuía no seu centro árvores de frutos com conotações simbólicas.

---

<sup>1256</sup> *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal, Opus Cit.*, p. 73 e reconstituição possível na fig. XV/ilustrações.

<sup>1257</sup> Ver Ana Nunes, “Intervenção Arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI”, in *Opus Cit.*, vol. II.

<sup>1258</sup> Idem, *Ibidem*, vol. II, p. 524.

<sup>1259</sup> Veja-se a descrição do viajante Richard Twiss na sua obra *Travels Through Portugal and Spain in 1772 and 1773*, London, G.Robinson, T.Becket and J.Robinson, 1775, p.40.

A construção de um segundo andar [Fig. 576] no claustro provocou, como não podia deixar de ser, algumas alterações no piso térreo. O sobreclaustro é constituído por arcadas correspondentes às do andar inferior, divididas por arcos vazados que respeitam a organização do claustro original, mas que obrigaram a um reforço das estruturas de suporte já existentes. Assim, os contrafortes foram prolongados até ao telhado com pilares finos que se encaixaram no remate daqueles. Contudo, a construção deste sobreclaustro processou-se em Alcobça de forma a que a harmonia e elegância do claustro não fossem afectadas, e o conjunto dos dois pisos resulta brilhantemente, sem dissonâncias, criando, pelo contrário, um claustro de dois andares de grande beleza e perfeita interligação.

#### b) Santa Maria de Almoſter

No mosteiro de Almoſter as dependências monásticas foram edificadas a norte da Igreja repetindo a inversão face a Claraval, que já se verificara em Alcobça. A edificação do claustro tem sido atribuída à acção mecénica da Rainha Santa Isabel, muito embora não seja possível comprová-lo<sup>1260</sup>. Do conjunto de "espaços regulares" apenas a sala do capítulo sobreviveu até aos nossos dias, acompanhada de duas galerias do claustro, o *claustro da leitura* (galeria sul), que se encontra completo, e o *claustro do capítulo* (galeria este), parcialmente arruinado.

A planta trapezoidal do claustro [Fig. 291], invulgar na arquitectura claustral, deverá ter sido condicionada "pela necessidade de utilização de panos murários pré-existent" <sup>1261</sup>, ideia que parece ser confirmada pelas próprias dimensões, maiores em comprimento que as da igreja, situação claramente inusitada. O andamento das obras do claustro é desconhecido. A análise das siglas na igreja, porém, levou, como vimos

---

<sup>1260</sup> "O custeamento da edificação do Claustro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Almoſter tem sido atribuída à Rainha Santa Isabel. Embora essa hipótese seja plausível, no entanto, fazendo uso das fontes escritas e dos ensinamentos que se podem extrair do próprio monumento, torna-se susceptível de crítica.", F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoſter*, *Opus Cit.*, p. 113. Posteriormente o mesmo autor considerou que "não parece haver razão para duvidar do papel da rainha na edificação do claustro e possivelmente de parte dos lugares regulares" – ver *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*, *Opus Cit.*, p. 240.

<sup>1261</sup> F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoſter*, *Opus Cit.*, p. 115.

anteriormente, F. Teixeira a defender a hipótese de duas campanhas de obras; é possível que o andamento das obras da igreja tenha condicionado também o avanço das obras do claustro: as próprias siglas nele existentes parecem comprovar essa ideia. Nomeadamente é plausível supor que a sala do capítulo possa ter começado a ser edificada quando apenas estava ainda construída a zona da cabeceira e que à medida que as obras avançaram esta dependência se tenha tido que adaptar ao espaço disponível "limitado pela abertura da porta de ligação do templo com o claustro"<sup>1262</sup>.

Um dos mestre de obras deste espaço foi Ioannis Dauide<sup>1263</sup>, cuja sigla aparece em dois tramos do *claustro da leitura* e também no *claustro do capítulo*. Não há, porém, nem através de informação documental, nem através das siglas encontradas, forma de termos uma noção exacta do período de construção relativo ao claustro, nem quanto à data de início, nem quanto à sua conclusão, aceitando-se, ao admitir a intervenção da rainha Santa, uma cronologia entre a segunda década e o início da terceira década do século XIV.

As arcadas são formadas por arcos quebrados, de número irregular, apoiados em esbeltas colunas duplas assentes em pequenas bases<sup>1264</sup> [Figs. 608 e 609] e ornamentadas com capitéis campaniformes de decoração variada. Os mais comuns possuem motivos vegetalistas [Fig. 610], mas podem também encontrar-se, na galeria sul, dois capitéis com motivos heráldicos<sup>1265</sup> [Fig. 611] e mesmo um capitel com reminiscências do bestiário

---

1262 F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 117.

1263 F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 122; M<sup>a</sup> A. Chagas, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester, contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares, Opus Cit.*, p. 87. Ver também para a questão das siglas existentes no claustro e possíveis campanhas de obras F. Teixeira, *Ibidem*, p. 122/123.

1264 M. Cocheril, *Notes sur l'Architecture et le Decor dans les Abbayes Cistercienne du Portugal*, p. 145, compara estas arcadas às do claustro do Mosteiro de Celas (de onde terão vindo as primeiras monjas) e às do claustro do Mosteiro de Santo Tirso. A tipologia de colunas geminadas foi, contudo, particularmente utilizada nos claustros das ordens mendicantes, como por exemplo, São Francisco de Santarém, São Francisco de Évora, Santa Clara de Portalegre, Santa Clara-a-Velha de Coimbra e São Domingos de Guimarães, o que tende a acentuar os - já assinalados - paralelismos deste mosteiro com as construções mendicantes. Sublinhe-se, no entanto, que esta tipologia também se encontra em Alcobaça, casa-mãe da Ordem.

1265 F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 124 analisou os escudos representados, sem, porém, os identificar, referindo apenas que não se trata das armas da Rainha Santa. Mais recentemente em *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*,

românico – um grifo e um dragão afrontados [Fig. 612]; no século XIV as imposições de não figuração e as premissas de São Bernardo haviam já sofrido algum relaxamento, que poderá justificar a introdução deste bestiário; paralelamente encontram-se em Alcobaça alguns (poucos) exemplos de capitéis com bestiário que poderão ter tido eco em Almoester<sup>1266</sup>.

A cobertura das galerias não era abobadada, mas sim em madeira<sup>1267</sup>, solução de grande simplicidade, que levou Francisco Teixeira a classificar este claustro, como pertencente ao *tipo franciscano*<sup>1268</sup>, uma vez que os claustros cistercienses são por norma abobadados. É facto que uma parte significativa dos claustros mendicantes possuíam cobertura de madeira, como se verifica em São Francisco de Évora, São Domingos de Guimarães ou Santa Clara de Portalegre, mas o abobadamento em pedra também foi utilizado nas construções destas ordens (embora mais raramente), nomeadamente em São Francisco de Santarém e em Santa Clara-a-Velha. Por outro lado, as coberturas de madeira não foram um exclusivo das ordens mendicantes, aparecendo igualmente em construções beneditinas, de que o claustro do Mosteiro de São Bento de Santo Tirso é um exemplo [Fig. 613].

A sala do capítulo possui uma planta poligonal quadrangular irregular. Abre-se para o claustro de acordo com a tipologia habitual, através de uma abertura em arco de volta inteira, ladeado por duas janelas de cada lado, também em arco perfeito, ornamentadas com capitéis vegetalistas de grande simplicidade, sentindo-se em todo o conjunto do portal um arcaísmo evidente [Fig. 614]. O aspecto mais invulgar deste espaço é a sua cobertura em madeira, absolutamente desusada nas casas da Ordem, mesmo nas femininas [Fig. 615]. Esta solução está efectivamente mais próxima da arquitectura mendicante, que privilegiou

---

*Opus Cit.*, p. 242, colocou a hipótese de os símbolos poderem "representar monjas que patrocinaram a feitura do claustro, embora não seja de excluir a hipótese de identificarem locais de enterramento."

<sup>1266</sup> A propósito desta influência F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 122 considera que no geral o claustro alcobacense foi o modelo de inspiração do claustro de Almoester. Verificam-se, porém, algumas diferenças fundamentais, nomeadamente, no que respeita ao abobadamento e na inclusão, em Alcobaça, dos arcos – duplos ou triplos – em tímpanos.

<sup>1267</sup> As mísulas que ainda são visíveis nos panos murários da igreja correspondem a um abobadamento do século XVI. Ver F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 114.

<sup>1268</sup> *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 118

as coberturas de madeira, não apenas nas naves, mas também nas galerias do claustro e até mesmo (embora mais raro) nas salas do capítulo, como se pode concluir pelas salas do capítulo dos Conventos de Santa Clara-a-Velha e de Santa Clara de Vila do Conde<sup>1269</sup>.

Junto à sala do capítulo abre-se uma porta que dá passagem para a nave colateral norte da igreja [Fig. 616].

O refeitório, que ocupava toda a ala norte (a qual não sobreviveu até aos nossos dias), apresenta diversas modificações, levantando, assim, a sua datação alguns problemas. No entanto, o portal que abre para o claustro é de feição manuelina, permitindo calcular, com alguma segurança, a edificação do refeitório, entre o final do século XV e o início do XVI<sup>1270</sup> (embora o próprio portal pudesse ter sido feito nessa data). A aceitar uma cronologia tão tardia, devemos necessariamente aceitar também que este não terá sido o refeitório original, pois a comunidade não poderia ter passado dois séculos sem um espaço próprio para as refeições. É pois, provável, que este refeitório tenha vindo ocupar o espaço de uma construção anterior destinada ao mesmo fim. A sua colocação paralela ao claustro (e não perpendicular, como habitual na Ordem), deverá ter resultado dos desnivelamentos de terreno existentes na zona norte do claustro. Não é, porém, uma situação inédita, pois em Santa Maria de Aguiar verifica-se o mesmo.

A localização do dormitório num mosteiro feminino pode diferir da que se encontra nos mosteiros masculinos, pelo facto de não ser necessário (nem permitido) a entrada das monjas directamente para a zona que nos mosteiros masculinos é ocupada pelo coro dos monges. Em Almoester é possível aceitar que existisse uma zona de dormitório junto ao *claustro do capítulo*, sendo que esse dormitório seria destinado às monjas. Porém, os vestígios encontrados pertencentes a uma área de dormitório (e que se encontram em franca

---

1269 Sublinhe-se, no entanto, que o caso de Santa Clara-a-Velha resulta de uma adaptação a um espaço pré-existente, o que pode ter condicionado determinadas opções e que em Santa Clara de Vila do Conde a sala do capítulo é actualmente uma construção com alterações pós-medievais, não permitindo certezas sobre como seria a sala medieval. Esta opção poderá ter sido igualmente utilizada em algumas casas masculinas, uma vez que a análise da primitiva sala do capítulo (séc. XIII) do Convento de São Francisco de Santarém, permite concluir que esta teria uma cobertura em madeira, ao contrário da actual (séc. XV). Ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, pp. 76/79.

1270 F. Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Opus Cit.*, p. 132 coloca a probabilidade de este refeitório ter sido construído na sequência da visitação do bispo de Titópola D. Francisco da Fonseca, uma vez que há notícia de campanhas de obras no mosteiro após essa visitação.

ruína) situam-se na galeria oeste, devendo este ser o dormitório das conversas. A existência de dois dormitórios, tal como nos mosteiros masculinos, é comum. Do dormitório das monjas, no entanto, não sobreviveram vestígios.

A leitura geral do mosteiro de Santa Maria de Almoester encontra-se profundamente dificultada pelo desaparecimento de uma parte significativa das dependências claustrais. Pode, no entanto, afirmar-se que algumas das soluções aí encontradas apresentam um grau de *experimentalismo* razoável, começando pelas dimensões que ultrapassam as da própria igreja e passando pela cobertura em madeira da sala do capítulo. As razões que motivaram estes *experimentalismos* não são suficientemente claras, podendo aceitar-se a adaptação a panos murários pré-existentes para justificar as dimensões do claustro, mas não se encontrando razão aparente para a escolha de uma cobertura em madeira na sala do capítulo; a aproximação à arquitectura mendicante parece-nos insuficiente e a colaboração da Rainha Santa no custeamento do claustro deveria invalidar problemas de ordem financeira. Em última análise poder-se-á aceitar que o desejo de simplicidade extrema poderá ter vindo das próprias monjas.

### c) Santa Clara-a-Velha de Coimbra

Embora seguindo, no geral, a estrutura de claustro definida pela Ordem de Cister as ordens mendicantes, pelo seu tipo de ideologia, mais virada para o exterior do que para o interior do convento, têm uma vivência do claustro diferente daquela que os cistercienses tinham: entre outros aspectos, os mendicantes não denominam cada galeria do claustro com um nome próprio, nem têm necessidade de todos os espaços definidos pelos cistercienses<sup>1271</sup>, vindo progressivamente, a recusar o dormitório comum, adoptando o uso de celas individuais (o que leva, já no século XV, à construção de um segundo piso no claustro), reflexo de um novo modo de vida.

---

1271 Nomeadamente dispensam espaços relacionados com a agricultura como, por exemplo, o *cellarium*. Sobre este assunto ver W. Braunfels, *Monasteries of Western Europe, The Architecture of the Orders, Opus Cit.*, p. 132.

A estruturação do claustro, assim, acaba por definir uma imagem específica das diferentes ordens e das diferentes mentalidades<sup>1272</sup>. As clarissas, porém, embora mendicantes, são uma ordem feminina e vivem em reclusão, pelo que muitas das premissas que são válidas para as igrejas e claustros das ordens mendicantes masculinas não se adaptam às igrejas e claustros de clarissas.

Em termos cronológicos, o século XIV é a altura em que as ordens mendicantes vão consolidar o que antes Cister havia iniciado, deparamo-nos, assim, na arquitectura claustral das ordens mendicantes com uma tipologia comum<sup>1273</sup> e uma decoração que tende cada vez mais para o vegetalismo, simples e despojado, exaltado dois séculos antes por S. Bernardo e agora continuado pelos mendicantes.

Dentro de um determinado modelo padrão surge, porém, um caso específico que, embora repetindo determinadas matrizes, ganha, em algumas das opções construtivas, contornos experimentais e distintos. Trata-se do claustro do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, construção de carácter *experimentalista*, como, aliás, todo o mosteiro.

As cheias do Mondego que, no século XVII, obrigaram as freiras a abandonar o mosteiro para irem instalar-se em Santa Clara-a-Nova, submergiam regularmente o claustro e dependências adjacentes. Em 1872, A. Filippe Simões escrevia para a revista *Artes e Letras* um artigo intitulado "Navegar em Ruínas", onde dá notícia da desobstrução de uma porta lateral (do lado Sul da igreja) que fazia a ligação para o claustro, afirmando que "deste retiro [o claustro] (...) não restam outros vestígios mais que os encontros das abóbadas na parede meridional da igreja"<sup>1274</sup>. Se, por um lado, esta afirmação nos dá conta do estado de "desaparecimento" a que o claustro tinha chegado, por outro, permite-nos desde logo deduzir, que o claustro seria abobadado, situação mais invulgar nos claustros

---

1272 Veja-se, por exemplo, a diferença na utilização das dependências monásticas (como a sala do capítulo e o refeitório) e da própria igreja, espaços exclusivos dos monges (e conversos) na ordem cisterciense e que os mendicantes tornam públicos ou semi-públicos. Ver W. Braunfels, *Monasteries of Western Europe, The Architecture of the Orders, Opus Cit.*, p. 138.

1273 Cfr. páginas 416/417.

1274 A. F. Simões, "Navegar em Ruínas", in *Artes e Letras*, Anno I, Lisboa, Rolland & Semiond Editores, 1872, p. 115.

mendicantes e que deixava adivinhar a originalidade deste espaço. Em Outubro de 1995 iniciaram-se (como referido em 1.2.1 a) escavações em Santa Clara-a-Velha que puseram a descoberto restos de um magnífico claustro, de proporções gigantescas e que, pelo aparato do portal de ligação com a igreja e por alguns capitéis encontrados, se deduzia ter sido trabalhado com um cuidado e magnificência pouco comuns nas construções mendicantes. Mais de uma década volvida e terminadas as escavações, identificou-se a localização de alguns dos "espaços regulares", permitindo um conhecimento mais aprofundado do núcleo monástico, tornando-se possível confirmar o grau de excepcionalidade do claustro.

A datação exacta do claustro e o seu mestre levantam ainda alguns problemas. O início da construção do claustro deverá ter começado após a conclusão da igreja - sabemos que pelo menos a parede sul teria de estar terminada, uma vez que o claustro se encostava à mesma e sabemos também, pelo último testamento de D. Isabel, que, em 1327, a primitiva igreja ainda não tinha sido transformada em sala do capítulo, o que permite supor que as obras do claustro ainda não estariam em andamento. Estas informações levam-nos a tentar situar o claustro depois de 1330. Em 1331 Estêvão Domingues começou a trabalhar no mosteiro (substituindo assim Domingos Domingues), não tendo, porém, aí permanecido durante muito tempo, uma vez que o seu nome aparece mencionado no documento de 1332 relativo ao estaleiro de obras da Sé de Lisboa. A construção da crista de Santa Clara-a-Velha não pode, portanto, ser atribuída linearmente a Estêvão Domingues, uma vez que não há certeza de que a obra tenha começado logo em 1331; e, mesmo aceitando que sim, teremos também de admitir que este arquitecto foi responsável pela definição inicial do claustro, mas terá abandonado a obra numa fase inicial<sup>1275</sup>.

---

<sup>1275</sup> Sobre o assunto P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 720 diz o seguinte: "Considerando que a igreja, quando foi sagrada em 1330, se encontrava concluída, apenas depois dessa data terão avançado as obras do claustro. Ora, em 1331, o mestre Estevão Domingues sucedeu no estaleiro de Santa Clara, ao arquitecto régio Domingos Domingues, portanto, para ser este mestre a dar o arranque à construção, esta só pode ter começado nesse ano e não encontramos documentação abonatória para o poder confirmar. Parece também pouco provável que o lançamento de uma obra da envergadura deste claustro tenha sido feita por um mestre já no ano seguinte a trabalhar no claustro da Sé de Lisboa. Portanto continua unicamente a poder afirmar-se a sua posteridade relativa à igreja".

O claustro de Santa Clara-a-Velha encontra-se colocado do lado sul da igreja e apresenta uma planta trapezoidal de dimensões invulgares, sobretudo, para uma construção mendicante [Fig. 617].

As galerias eram formadas por conjuntos de três arcos de volta perfeita inseridos, no lado do pátio, num grande arco abatido; as galerias norte, sul e este eram formadas por seis arcadas de três arcos e a galeria oeste, substancialmente mais curta, por um grupo de três arcos e cinco de dois. O espaço entre o arco abatido, elevado a um nível superior, e os arcos por ele englobados era preenchido por um tímpano sem qualquer vazamento.

O modelo de arcada definido no claustro de Santa Clara-a-Velha é idêntico ao que se encontra no claustro da Sé Velha de Coimbra, que poderá ter servido de modelo, salvaguardando-se o facto de o tímpano/bandeira da arcada da Sé Velha ser vazada por um óculo ormanentado.

As arcadas de Santa Clara-a-Velha descarregam em colunas duplas, de capitéis geminados e bases poisadas sobre plintos de secção rectangular assentes no murete que corre ao longo das galerias [Fig. 618]. O modelo de coluna dupla foi, como se viu, muito comum nos claustros das ordens mendicantes, aparecendo, aliás, também nas construções cistercienses, como se pode constatar pelos casos de Almoester e Alcobaça, de onde poderá ter derivado. Surge, portanto, aqui uma tipologia comum. Mais invulgar é a utilização do arco de volta perfeita, tanto mais que o arco quebrado havia já sido utilizado no claustro de Alcobaça e aparece em simultâneo (aceitando-se que ambas as construções se devem à rainha Santa) no claustro de Almoester.

Os capitéis das arcadas são de carácter vegetalista<sup>1276</sup> possuindo, no entanto, uma certa diversidade a nível de forma e tratamento da folhagem, tendencialmente estilizada e revelando um tratamento cuidado [Figs. 619 e 620].

Os vestígios encontrados nas galerias norte, sul e este permitem concluir que estas alas (e provavelmente também a oeste) eram cobertas por abóbadas de berço sustentadas

---

<sup>1276</sup> Para uma descrição pormenorizada dos capiteis ver P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, pp. 744 a 752. A nível de forma o autor classificou-os como sendo essencialmente em campânula invertida e troncocónicos invertidos.

por arcos torais de volta perfeita e chaves ligadas por cadeia longitudinal; os arcos torais assentavam em mísulas de grande volume, de formato piramidal e possivelmente desprovidas de decoração. Nos tramos dos ângulos surgem abóbadas de cruzamento de ogivas apoiadas em mísulas de forma cónica com capitéis de decoração fitomorfa [Fig. 621]. A opção pela cobertura em abóbada de berço revela-se surpreendente - note-se que na igreja as naves laterais possuíam abóbadas de cruzamento de ogivas e que o claustro da Sé Velha ostentava, desde inícios do século XIII, uma cobertura deste género – e a razão para tal escolha permanece desconhecida<sup>1277</sup>.

A galeria norte corre ao longo da igreja, abrindo-se aqui a porta de transição entre um espaço e outro [Fig. 622].

Na galeria este [Fig. 623] encontrava-se o refeitório e uma pequena divisão que poderia ser a sala *de profundis* e encostada à parede sul do refeitório encontrava-se a cozinha que não possuía comunicação directa com o claustro. O refeitório abre-se para o claustro por meio de um portal com duas arquivoltas em arco quebrado, molduradas e assentes em dois finos colunelos [Figs. 624 e 625]. A imposta é ornamentada com folhagem estilizada, sendo os capitéis também vegetalistas. Encontra-se colocado paralelamente ao claustro, afastando-se da tipologia habitual definida nos claustros das ordens cistercienses. Segundo P. Macedo "a escassa largura da sua parede não é de molde a conjecturar um possível abobadamento"<sup>1278</sup>, o que causa uma certa surpresa, dado o abobadamento geral das galerias e magnificência do mesmo.

Em frente ao refeitório, mas descentrado face a este situa-se o lavabo<sup>1279</sup>. Esta construção revela por si só a magnificência do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, uma vez que nos claustros das ordens franciscana e clarissa era mais comum a existência de um

---

<sup>1277</sup> Esta opção foi já relevada por P. Macedo, *Santa-Clara-a-Velha, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 733, sem que, no entanto, o autor tenha também encontrado uma justificação válida.

<sup>1278</sup> P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, p. 845.

<sup>1279</sup> Para uma descrição detalhada do lavabo ver P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha, Singular Mosteiro Mendicante, Opus Cit.*, pp. 787 a 817. A colocação descentrada face ao refeitório era a única possível, "atendendo à repetição na sua construção da fórmula modular utilizada nas naves do claustro", Idem, *Ibidem*, p. 801. No centro do lavabo encontra-se um tanque circular de grandes dimensões, posterior à construção do lavabo em si.

pequeno tanque de pedra do que a construção de um lavabo. O lavabo de Santa Clara-a-Velha possui planta rectangular e é formado nos quatro lados por três arcos de volta perfeita inseridos num arco abatido colocado exteriormente [Fig. 626]. O preenchimento do espaço entre os grupos de três arcos e o arco exterior faz-se com óculo quadrilobado, verificando-se assim uma maior preocupação com a decoração comparativamente com as arcadas das galerias. Os arcos internos apoiam-se em duas colunas com capitéis vegetalistas [Fig. 627]. A cobertura do espaço fazia-se por meio de uma abóbada de cruzamento de ogivas, o que denota uma evolução face ao abobadamento das galerias.

A galeria sul era ocupada pela sala do capítulo e pelo parlatório aberto no ângulo sudeste. A sala do capítulo foi edificada aproveitando a primitiva igreja de iniciativa de D. Mor Dias, o que pode justificar a sua planta rectangular irregular [Fig. 628]. Aliás, a opção de preservar a igreja do mosteiro primitivo deve ter condicionado a própria disposição do claustro, sendo inclusive responsável pela colocação da sala do capítulo na galeria em frente à igreja, em vez de seguir o modelo cisterciense (mais comum) de localização deste espaço numa das galerias laterais à igreja<sup>1280</sup>.

A data exacta de adaptação da igreja de D. Mor Dias a sala do capítulo é desconhecida. Sabe-se, no entanto que no seu testamento de 1327, a Rainha D. Isabel estipula que se a sua morte ocorrer antes de a nova igreja estar terminada o seu corpo deve ser sepultado na antiga igreja. Esta informação permite-nos saber que durante o curso das obras a igreja primitiva continuava em funcionamento, sendo lógico pressupor que a transformação em sala do capítulo só tenha ocorrido após a sagração da nova igreja, em 1330.

Este espaço abria-se para o claustro de acodo com o modelo cisterciense, através de três arcadas (portal ladeado de "janelas"), assentes em colunelos de capitéis geminados; à

---

<sup>1280</sup> Embora, como refere P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha, singular mosteiro mendicante, Opus Cit.*, p. 822, "a escassez destas dependências em mosteiros medievais das ordens mendicantes a nível europeu, não é de molde a que possamos saber se tinham uma localização usual na topografia dos claustros"; no entanto, a arquitectura das ordens mendicantes tende a seguir modelos cistercienses, para além do que, a disposição dos "espaços regulares" nos claustros da ordem de Cister segue uma organização racional e prática que, conseqüentemente, tenderia a ser adoptada por outras ordens.

semelhança do que se verificava no lavabo, entre as arcadas e o arco abatido encontravam-se óculos decorativos [Fig. 629]. Não há indícios de que a sala do capítulo tenha sido abobadada, o que tendo em conta o abobadamento das galerias e a grandiosidade do claustro (visível, por exemplo, na definição de um lavabo em vez de um simples tanque) é (tal como no refeitório) uma solução inesperada.

Surge ainda nesta galeria uma abertura, em arco quebrado [Fig. 630], para um espaço estreito, que poderia ser uma simples passagem para as restantes dependências do mosteiro: oficinas, dormitório das noviças, cerca, e o segundo claustro, cuja existência confirma a importância do mosteiro.

A galeria oeste é aquela sobre a qual menos se sabe, uma vez que não foi escavada na totalidade; tudo indica, no entanto, que o dormitório se encontraria no nível superior desta galeria [Fig. 631].

Pode-se concluir que, à parte a magnificência da obra, a tipologia construtiva afigura-se semelhante à dos outros claustros mendicantes - arcos quebrados assentes em colunas duplas e capitéis vegetalistas. Apenas os possantes contrafortes agora visíveis permitem estabelecer uma diferença, pois sugerem, na realidade, uma abóbada de grandes proporções que cobriria um claustro igualmente majestoso. O portal de ligação com a igreja, construído com arquivoltas várias de altura bastante elevada, é mais uma evidência da grandeza deste claustro. Da análise dos vestígios até agora descobertos no claustro de Santa-Clara-a-Velha pode inferir-se que, se, por um lado, partes da estrutura construtiva se inserem num gótico caracteristicamente mendicante, por outro lado, a grandiosidade e magnificência de alguns aspectos do claustro - nomeadamente as dimensões do espaço, o abobadamento das galerias e a construção de um lavabo - surgem como um factor não comum à grande maioria dos claustros mendicantes e que deverão resultar da intervenção da Rainha Santa. Em contraste com esta sumptuosidade encontram-se, porém, alguns aspectos que causam estranheza: por um lado a opção pela abóbada de berço e pela utilização do arco de volta perfeita nas arcadas, elementos que revelam um certo arcaísmo e que são tanto mais surpreendentes quanto no interior da igreja já haviam sido

experimentadas soluções mais inovadoras e no próprio claustro os tramos angulares apresentavam cobertura de ogivas; por outro lado, a escolha (aparente) de não abobadar nem a sala do capítulo, nem o refeitório, dependências que, dada a imponência geral conferida ao claustro, estaríamos à espera de ver com cobertura pétrea. Se, relativamente à sala do capítulo a adaptação ao espaço pré-existente pode ser visto como motivo esclarecedor desta situação, para as restantes questões, sobretudo para os arcaísmos, a resposta não é evidente. Aparentemente foram sendo desenvolvidas opções construtivas excepcionais para um claustro mendicante, hesitando-se, talvez pelo próprio carácter excepcional, em arriscar em soluções técnicas mais inovadoras. Todos estes factores conjugados, dos elementos de grandeza aos arcaísmos contrastantes, fazem do claustro de Santa-Clara-a-Velha um caso notável de *experimentalismo*.

\* \* \*

Os claustros monásticos abordados, embora pertencentes a construções de ordens distintas, apresentam matrizes de base idênticas a nível de estruturação das arcadas, ornamentação de capitéis e tipologia de abertura da sala do capítulo – definidas em Santa Maria de Alcobaça - , encontrando-se as diferenças fundamentais no que respeita aos tipos de cobertura (das galerias e dependências monásticas) e grandiosidade que atingiram.

Curiosamente, encontram-se menos paralelismos entre os dois claustros cistercienses do que entre o claustro de Alcobaça e o claustro de Santa Clara-a-Velha.

O claustro de Santa Maria de Almoester é uma construção que, apesar da grandeza invulgar das dimensões, se pauta por princípios de despojamento e simplicidade que o aproximam da arquitectura claustral mendicante. A analogia com Santa Clara-a-Velha não é, porém, possível neste enquadramento uma vez que Santa Clara se distancia dos claustros mendicantes justamente ao nível da simplicidade e despojamento. A par da sua simplicidade extrema (que culmina na cobertura de madeira da sala do capítulo), a principal originalidade do claustro de Almoester encontra-se no facto particular de ultrapassar em dimensões a estrutura da própria igreja, o que, como se viu, terá uma explicação plausível

na adaptação a espaços prévios. O (provável) patrocínio da Rainha D. Isabel parece ter tido nesta crasta um impacto limitado, ao contrário do que acontece em Santa Clara-a-Velha.

Em profundo contraste com Almoester surge o claustro de Santa Maria de Alcobaça que, muito embora podendo estar na base da tipologia de arcadas, composição dos capitéis e estrutura de acesso à sala do capítulo, distancia-se de forma significativa do claustro de Almoester nas dimensões grandiosas de todo o espaço, sistemático abobadamento das galerias e "espaços regulares" e requinte de pormenores. A grandiosidade do *claustro do silêncio*, um dos "mais vastos que os cistercienses edificaram" é justamente um dos seus atributos de excepção, ao qual se juntam o refinamento encontrado na definição de partes das dependências – veja-se o púlpito do refeitório – e elementos que o compõem – caso do lavabo. Inserido numa tipologia cisterciense típica em termos de planta, o seu carácter de excepção dentro do panorama português encontra razão de ser no facto de ter sido a casa-mãe da ordem no território e no financiamento régio das obras.

Claramente o caso mais original (e problemático) e também o mais emblemático *experimentalismo* deste conjunto de claustros monásticos é o claustro do mosteiro que D. Isabel escolheu para seu lugar de sepultamento. Se parte do carácter excepcional do claustro (as dimensões, o abobadamento, a existência do lavabo) resulta (aparentemente) do mecenato da Rainha Santa, encontrando-se assim plenamente justificado, para as restantes excepções (da simplicidade da coberturas das dependências aos arcaísmos evidentes) não encontramos motivo evidente. De certa forma esta inexplicabilidade de alguns dos seus elementos excepcionais acaba por contribuir para acentuar o seu carácter *experimental*.

## 6.2. Claustros Catedralícios:

Com uma importância e significado diferentes do claustro monástico, o claustro catedralício é, no entanto, um espaço necessário e de grande utilidade para o bom funcionamento de uma catedral. Se nem sempre a sua construção se seguiu de imediato à construção da igreja, o facto é que ela acaba por se verificar na maioria das catedrais.

No caso português, em quatro das mais importantes catedrais medievais – Coimbra, Lisboa, Évora e Porto – veio-se a erguer um claustro que se revelou fundamental para a organização da vida quotidiana do cabido. Era no espaço do claustro que decorriam as reuniões do cabido - em alguns casos, como em Lisboa, na sala do capítulo, noutros, como em Coimbra ou Évora, numa determinada galeria - que se discutiam os assuntos relacionados com a catedral e que se organizava a vida diária dos cónegos. Paralelamente, constatou-se que, para além de se discutirem no claustro os assuntos do cabido, também questões municipais eram aí tratadas: veja-se o exemplo de Évora, em que as reuniões do Município se davam no claustro da catedral, ou os casos de Lisboa e Porto cujos claustros catedralícios albergaram durante algum tempo as Misericórdias das respectivas cidades.

Igualmente importante é o facto de o ensino de clérigos se processar também no claustro. Os claustros catedralícios portugueses foram, pois, locais não só de reunião e organização do quotidiano do cabido mas também lugares de difusão do saber, do ensino da gramática, do cômputo e ainda de música.

A sua existência encontrava, por si só, razão de ser apenas nestes motivos. Porém, os claustros catedralícios desempenharam ainda uma importante função enquanto locais de tumulação de bispos, cónegos e mesmo de laicos. Em qualquer dos claustros catedralícios analisados se guardaram restos mortais desde inícios do século XIII até datas tão posteriores quanto o século XVIII.

A juntar a estas razões de ordem prática acrescenta-se uma outra, de natureza estética, que se liga ao engrandecimento e embelezamento de uma catedral pela construção do seu claustro. A existência de um claustro numa catedral é um símbolo da opulência e magnificência não só da catedral mas também do seu bispo. Por razões de natureza distinta, dois dos mais importantes claustros catedralícios do gótico português afirmaram-se, como veremos, como um *experimentalismo*.

#### a) Sé de Lisboa

O período dionisino foi, frequentemente, uma época de ensaios arquitectónicos, onde os preceitos do gótico se impunham ainda de forma hesitante face aos valores do românico: é exemplo disso o claustro da Sé de Lisboa, onde a vertente românica é visível, verificando-se, contudo, em paralelo, uma clara emergência do gótico.

Antes deste claustro gótico poderá ter existido na Sé um outro, românico, que, a existir, seria "um simples terrado cingido de grossa muralha"<sup>1281</sup> e não um claustro na verdadeira acepção da palavra.

O actual claustro data de fins do século XIII, prolongando-se as obras até inícios do século XIV. Júlio de Castilho baseia-se nas semelhanças com Alcobaça e no truncamento sofrido aquando do lançamento da capela-mor no reinado de D. Afonso IV para considerar este claustro uma obra dionisina<sup>1282</sup>. A datação exacta das obras do claustro, bem como os mestres que efectivamente aí trabalharam levanta, porém, algumas questões.

O primeiro arquitecto a trabalhar no claustro deverá ter sido um Mestre de nome Miguel Martins, que Sousa Viterbo refere, de acordo com um contrato de venda de 22 de Março de 1281, como o "que tem a obra da see"<sup>1283</sup>. Embora o documento não refira explicitamente o claustro não há notícia de outra campanha de obras a decorrer na Sé no final do século XIII, o que nos leva a aceitar a existência de obras (provavelmente no seu

---

1281 Manuel Ribeiro, *A Sé de Lisboa*, Porto, Marques Abreu, 1931, p.14. As escavações arqueológicas não detectaram vestígios desse terrado. P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 57, nota 19, sugere que este terraço (a ter existido) poderia não se situar sob o actual claustro; não vemos, porém, em que outra zona se poderia situar um espaço terraplanado, dadas as dificuldades de implantação a norte e sul da Sé. Cremos que, a existir, teria de ser neste espaço não passando de um área aplanada da qual não sobreviveram quaisquer indícios, ou então, terá de se aceitar que o espaço de reunião do cabido e de escola (nomeadamente a escola onde estudou Santo António - ver p. 454) funcionaria disseminado pelo casario nos arredores da catedral. Sobre a organização de "claustros" fora do perímetro das próprias catedrais ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, cap. IV "O Claustro Catedralício", pp. 36/45.

1282 Afirma J.Castilho que "(...) o desenho do claustro da Sé de Lisboa é em tudo conforme com o desenho do claustro de D. Denis em Alcobaça", *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, vol.VI, 2ª edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Lisboa, S. Industriais da C.M.L., 1936, p.45. Ver também *Idem*, vol.V, p.111.

1283 Carta de 22 de Março da Era de 1319 [ano de 1281] publicada por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol.II - H/R, *Opus Cit.*, p.150.

início) no claustro nesta data. A continuação das obras até ao reinado de D. Afonso IV e dirigidas nessa altura pelo Mestre João Anes tem sido geralmente aceite como segura, tendo por base um documento de 1332 relativo à proveniência dos materiais utilizados nas obras da Sé, que refere Mestre João à frente das mesmas<sup>1284</sup>. Recentemente, porém, Paulo A. Fernandes provou que esta ideia não é linear, devendo ser questionada ou pelo menos ponderada<sup>1285</sup>. Tal como o documento de 1281, também este poderá não ter qualquer relação com as obras do claustro, uma vez que também não o menciona, referindo apenas a existência de um (grande) estaleiro no sítio da Sé. Esse estaleiro poderia estar relacionado com as campanhas de preparação para a construção da nova cabeceira<sup>1286</sup> e as obras do claustro poderiam já ter terminado. A edificação, em 1305, da Capela de São Estêvão por Estêvão Domingos e Mor Martins, para aí se fazerem sepultar e a localização da mesma no extremo sul da galeria este parecem sugerir que as obras já estariam avançadas no início do século XIV, o que contraria a hipótese de em 1332 aí trabalhar João Anes. Analisadas estas questões aceitamos<sup>1287</sup> como válida a proposta de P. A. Fernandes de que as obras do claustro da Sé de Lisboa estariam em andamento (numa fase de disponibilização de

---

<sup>1284</sup> O documento dá-nos noção da proveniência dos materiais bem como uma listagem de várias pessoas que trabalhavam no projecto – ver P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 27 e p. 60, nota 33 e P. Pereira, *Arte portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, pp. 310/311. P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 105, refere João Anes como Mestre das obras do claustro, em 1332, considerando insegura a atribuição de trabalhos no claustro a Miguel Martins, embora aceitando que este trabalhou na Sé entre 1281 e 1319. P. Pereira, *Idem*, pp. 310/311, data o claustro entre 1319 e 1332. Há, no entanto, uma confusão na atribuição destas datas, uma vez que nenhum documento menciona o ano de 1319 e sim a Era de 1319, portanto ano de 1281. A data de 1319 deve, pois, ser descartada, sendo as datas a ter em consideração 1281 e 1332; entre elas há um intervalo de 50 anos, pelo que a aceitação de um dos documentos como podendo estar relacionado com o claustro e a rejeição do outro como não estando faz toda a diferença. De acordo com M. Van de Winckel, "Atribuição da Data a Edifícios Antigos pelo Método das Siglas Lapidares, Breve Exemplo da Aplicação deste Método: a Sé de Lisboa", in *Separata da Revista Municipal*, nº 100, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1965, p. 9, a menor frequência de siglas existente no espaço do claustro parece evidenciar um grande número de aprendizes, o que não invalida nem soluciona as questões anteriormente levantadas.

<sup>1285</sup> P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*; J. Rodrigues, *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, pp. 514/515 tende a considerar válidos os argumentos de P. A. Fernandes.

<sup>1286</sup> A problemática relacionada com a datação da charola de D. Afonso IV será abordada no capítulo 7.

<sup>1287</sup> Neste ponto rectificamos a posição expressa em 1997 na dissertação de mestrado em que aceitámos João Anes como Mestre das obras. Ver C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, p. 112.

terrenos ou mesmo de início de obras) em 1281, devendo estar bastante avançadas no início do século XIV<sup>1288</sup>. O grande estaleiro de 1332 não deveria, portanto, relacionar-se com o claustro muito possivelmente já terminado.

Devido ao acentuado declive do terreno, o claustro foge à regra de localização lateral à igreja e encontra-se situado por trás da cabeceira. Insere-se assim na categoria de claustros que Jean de Sturler define como "claustros orientais"<sup>1289</sup> e destaca-se, logo à partida, dos restantes claustros portugueses devido à originalidade da sua localização [Fig. 632].

Uma das funções mais importantes deste claustro parece ter sido a de espaço funerário; na realidade, a Sé de Lisboa, pela sua antiguidade e pela sua importância como catedral da primeira cidade portuguesa, foi um importante local de tumulação<sup>1290</sup> e o claustro é um vasto repositório de lápides, inscrições sepulcrais e túmulos, tendo inclusive uma das suas capelas sido mandada fazer para servir de sepultura a um casal do século XIV. Julio de Castilho informa, aliás, que o claustro foi o cemitério da freguesia da Sé;

---

1288 Ver P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, em particular as pp. 22/23 e 27/30.

1289 Jean de Sturler, "À Propos des Cloîtres Orientaux des Régions de Mosanes...et d'Ailleurs", in *Mélanges Félix Rousseau, Études sur l'Histoire du Pays Mosan au Moyen Age*, Bruxelas, 1958, p. 584.

<sup>1290</sup> Esta ideia já havia sido por nós analisada: ver *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV, Opus Cit.*, pp. 113/115. A ideia foi também posteriormente abordada por A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa – Abordagem Cripto-Histórica, Opus Cit.*, p. 12 que refere que "A Sé de Lisboa possuiu, desde o século XII, um relevante núcleo de capelas com um carácter eminentemente funerário (...) A demanda de locais de enterramento na nova capital do reino por parte da clerezia, nobreza e burguesia ascendente, a exemplo dos próprios monarcas, a isso obstou". Assim, o adro da Sé serviu, no século XII, de cemitério à Ordem de Santiago, que à época não tinha casa própria, tendo escolhido o mais importante edifício da cidade para albergar as suas sepulturas (escavações feitas em meados do século XX, junto à fachada principal, no espaço que medeia entre os dois gigantes da torre sul, puseram a descoberto um grupo de sepulturas com caracteres do século XII, pertencentes à Ordem). Na capela-mor encontram-se os túmulos de D. Afonso IV e de sua mulher D. Beatriz, e a charola foi o local eleito pela nobreza para se fazer tumular. Entre os túmulos mais importantes que se encontram na charola está o chamado túmulo da Infanta Desconhecida (figura quase seguramente de sangue real). Igualmente importantes, e exemplos do que de melhor se fez em Portugal a nível de tumularia nobre, são os túmulos de D.Lopo Fernandes Pacheco (valido de D.Afonso IV) e de sua segunda mulher, D. Maria de Vilalobos (neta do rei castelhano D. Sancho IV) que repousam na Capela de São Cosme. Sobre estes túmulos ver Carla V. Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa, Opus Cit.*, p. 42 a 72.

contudo, não especifica em que data, pelo que a informação permanece incompleta. As sepulturas e túmulos medievais aí encontrados foram, no entanto, numerosos<sup>1291</sup>.

Uma outra função importante da Sé foi a de espaço de reunião da Misericórdia de Lisboa. Há notícia de que, em 1385, uma Irmandade da Misericórdia ou Confraria de Nossa Senhora da Piedade<sup>1292</sup> teria funcionado na capela fundada pelo almirante e em 1498, a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, fundou, com a ajuda de Frei Miguel Contreiras, a

---

<sup>1291</sup> A Capela de Santo Aleixo possui dois arcosólios de cada lado da parede, sendo possível identificar uma dama do século XIII e um bispo do século XIV; os outros dois encontram-se demasiado destruídos para permitir qualquer tipo de especulação [Figs. 633]. Na sala do capítulo, porém, surgem mais dois arco-sólios, tendo estado um deles ocupado pelo túmulo de D. Margarida Albarnoz, mulher do almirante Cogominho, falecido no século XIV. Na mesma sala encontra-se igualmente o túmulo do arcebispo D. João Anes, também do século XIV. Ainda em arco-sólios estão, na última capela da galeria este, os túmulos de Estevão Domingues e de sua mulher, Mor Martins [Fig. 634], que, segundo a lápide aí conservada, mandaram fazer esta capela em 1305, com a condição de que ali se não sepultasse mais ninguém a não ser eles e os seus filhos; à entrada da capela existe, no entanto, uma lápide cuja inscrição diz "Aqui jaz Rodrigo Galeano, presbítero do tesouro porcionista desta igreja. Era de 1370 [1332]", Julio Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais, Opus Cit.*, vol. VI, p. 65. Presume-se que ou o acordo não foi cumprido ou o presbítero seria um parente chegado do casal. A galeria Sul possui, de igual modo, um arco-sólio com dois túmulos não identificados. À parte os arco-sólios, todo o claustro está repleto de lápides e de inscrições sepulcrais que se mantêm até ao século XVIII, contando-se entre as mais importantes e mais antigas a que se encontra na Capela de S. Miguel e que pertence a Pero Vicente, clérigo de D. Branca, filha de D. Afonso III. Segundo a informação patente na lápide, a capela foi mandada fazer por este clérigo, obviamente pessoa de importância, uma vez que era o clérigo pessoal de D. Branca - Veja-se J. Cordeiro de Sousa, "Mais uma Inscrição Inédita da Sé de Lisboa", in *Colectânea Olisiponense, Artigos Publicados em Revistas e Jornais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953. De todos estes exemplos se conclui que o claustro da Sé foi, na realidade, um importante espaço de tumulação, essencialmente de nobres e clérigos, embora também aí tenham sido sepultadas pessoas desprovidas de títulos, como parece ser o caso de Estevão Domingues e Mor Martins. Como afirma Lucília V. da Costa, "Morte e Espaço Funerário na Arquitectura Religiosa do Século XV", in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, p. 234, a partir do século XIII "os privilegiados pelo nascimento ou pela riqueza começam a preferir as inumações no interior das igrejas, convertendo numa regra as excepções até aí reservadas a alguns membros da Igreja". Ulteriormente, o claustro serviu também como espaço de tumulação para gente pobre, encontrando-se, entre as capelas de Santo Aleixo e de S. Miguel, um padrão onde se lê que um cónego do século XVIII, de nome João Falcão de Sousa, mandou fazer vinte sepulturas na crasta para se enterrarem os pobres da freguesia. Seria eventualmente este o "cemitério" a que se refere Júlio de Castilho. Assim sendo, tem de ser feita a distinção das épocas, constatando-se que, nos séculos XIII e XIV, o claustro foi um espaço de tumulação seleccionado para clérigos ou para nobres que aí se tumulavam devido ao seu título e eventuais doações, e ainda para o casal jacente na última capela da galeria este, que se pode supor tenha pertencido à alta burguesia. Só mais tarde, num contexto e mentalidade diferentes, viria a albergar gentes pobres - Sobre a questão das tumulações no claustro veja-se J. Cordeiro de Sousa, *Colectânea Olisiponense, Opus Cit. e Inscrições Sepulcrais na Sé de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927; Matos Sequeira e Nogueira de Brito, *Sé de Lisboa, Estudo Histórico-Arqueológico e Artístico*, fotografias de Alvão & Ca., Porto, Litografia Nacional-Edições, 1930. Ver também, para datações das capelas e reedificações das mesmas, Julio de Castilho, *Ibidem.*, vol. VI, "Quadro Cronológico de Algumas datas apuradas acerca da Sé de Lisboa", pp. 239/243.

<sup>1292</sup> Veja-se sobre este assunto Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais, Opus Cit.*, vol. VI, p. 61 e Manuela Birg, "Igreja de Santa Maria Maior", in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 852

Confraria ou Irmandade da Invocação de Nossa Senhora da Misericórdia de Lisboa, que passou a reunir-se na sala do capítulo do claustro da Sé de Lisboa; apenas em 1534 passou a Misericórdia para o edifício que D. Manuel mandou construir, para esse efeito, na Ribeira Velha. O claustro da Sé reunia, deste modo, não só o cabido desta catedral, como era hábito, mas também a Misericórdia de Lisboa, factor que é sintomático da importância não só da Sé, enquanto principal edifício religioso do reino, mas também do seu claustro.

O claustro da catedral de Lisboa encontra-se, como já foi referido, colocado a nascente, por detrás da capela mor, devido ao acentuado declive do terreno a sul e excessiva inclinação a norte; porém, o declive também aqui era acentuado, tendo sido necessário demolir o bairro de origem muçulmana aí existente e aplanar o terreno, bem como construir muralhas para a sua contenção – estas formando, a sul, um maciço compacto absolutamente notável e tendo exigido uma perícia técnica significativa, não deixando, por outro lado, de se afirmar como uma experiência na arquitectura claustral que não encontra no território nenhuma outra estrutura de contenção desta envergadura<sup>1293</sup>. Esta localização irregular do claustro deve ter tido como consequência a estruturação do mesmo numa planta trapezoidal assimétrica, pouco comum. É provável, como sublinha, P. A. Fernandes, que a definição de um espaço quadrado regular, partindo dos braços do transepto da antiga cabeceira românica, resultasse num claustro demasiado pequeno, optando-se assim por um alargamento progressivo à medida que as galerias norte e sul se afastam da cabeceira. Paralelamente o claustro terá também tido que se enquadrar numa malha urbana já existente o que deverá ter condicionado igualmente a sua planta e desvio face à cabeceira<sup>1294</sup>. A invulgaridade da sua localização e a irregularidade da sua planta

---

1293 O muro oeste do claustro da Sé de Évora adapta-se também ao declive do terreno, erguendo-se como um bloco compacto ao lado da fachada da catedral, mas apesar disso a implantação no terreno e o desnível do mesmo colocaram menos problemas estruturais e de edificação.

1294 P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 25/27 e 30.

conjugadas transformam este claustro num dos mais interessantes *experimentalismos*<sup>1295</sup> claustrais portugueses, não havendo nenhum exemplo idêntico em Portugal.

Construído com um só piso, o andar superior foi colocado no século XVI, vindo provavelmente de outro local<sup>1296</sup>; a sua colocação sobre o piso térreo destruiu o remate deste piso, como se pode facilmente constatar pelas diferenças na pedra [Figs. 635 e 636]<sup>1297</sup>. Segundo Norberto de Araújo, aí funcionaram "triviais edifícios de habitação (...) incluindo os famosos paços dos arcebispos"<sup>1298</sup>. O acesso a este piso fazia-se através de uma escada de caracol situada no extremo sul da galeria este, que deverá ser contemporânea da data original do claustro, permitindo nessa época o acesso à parte superior das galerias.

A comunicação do claustro com a igreja encontra-se adulterada, face ao que deveria ser originalmente, pela construção da charola: actualmente, o acesso ao claustro é feito através de duas das capelas do deambulatório; antes da construção da charola de D. Afonso IV, o claustro inseria-se nos braços do transepto e a comunicação com a igreja far-se-ia por aí.

Também a divisão das galerias em tramos se encontra alterada/truncada, embora ainda hoje se possa verificar a sua total irregularidade. Segundo hipótese de António Couto<sup>1299</sup>, a galeria norte estaria dividida em treze tramos, a galeria este em seis tramos (como é na realidade) e a galeria sul em onze tramos. A necessidade de entroncar a galeria norte na galeria este obrigou a um prolongamento da primeira fazendo com que os três últimos tramos (a oriente) se disponham de forma oblíqua face ao resto da galeria [Fig. 637]; na junção da galeria norte com a galeria este verifica-se nova irregularidade da planta com a introdução de um tramo significativamente mais reduzido que os demais [Figs. 632 e

---

1295 Este carácter experimental foi já assinalado por P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 30 que classificou o claustro como uma "obra que, longe de simplista ou mediana, exigiu um esforço assinalável, e uma boa dose de experimentalismo em todas as vertentes do projecto."

1296 Ver Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais, Opus Cit.*, vol.5, p.117

1297 Desde o nosso estudo sobre claustros datado de 1997 o segundo piso foi retirado.

1298 Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, vol. 2, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d., p.45.

1299 Cit. por Júlio de Castilho, in *Lisboa Antiga. Bairros Orientais, Opus Cit.*, vol.5, p.113

638]. P. A. Fernandes<sup>1300</sup> procurou explicar esta disparidade defendendo a ideia de que a ala este resultaria de uma campanha de obras simultânea, mas distinta da da ala norte, campanha essa que teria começado pelo lado sudeste. A hipótese explicaria efectivamente a particularidade do tramo em questão; não há, no entanto, razão aparente que justifique a existência de duas campanhas simultâneas, sendo que por outro lado, a aceitar-se essa situação, a irregularidade da adaptação entre os tramos revelaria a inexistência de um plano prévio e uma absoluta ausência de contacto entre as duas campanhas. Do lado sul, a junção com a galeria este parece ter sido responsável pela definição trapezoidal do último tramo da ala sul, o que denota mais uma anomalia no traçado. Ainda na definição da planta encontra-se nova assimetria na disposição ligeiramente trapezoidal dos tramos que se encontram em frente à Capela de Nossa Senhora da Terra Solta. Estas irregularidades múltiplas parecem revelar, mais do que a presença de campanhas simultâneas, as dificuldades sentidas pelo mestre que dirigiu as obras, que, aliás, são perfeitamente compreensíveis dadas as circunstâncias adversas com que teve de se deparar e que não invalidam, na realidade, que no geral as soluções encontradas tenham sido francamente positivas.

Todas as galerias são abobadadas com abóbadas de cruzamento de ogivas, se bem que de forma muito simples e sem se verificar ainda o lançamento de uma cadeia longitudinal a unir as nervuras [Fig. 637]; por um lado, a cobertura de ogivas não estaria ainda bem implementada no território, por outro, a ligação das galerias nos ângulos do trapézio, irregular, dificultaria o lançamento da cadeia. São constatáveis algumas irregularidades nas abóbadas, não só devido à assimetria da planta, mas também devido aos estragos causados pelos muitos sismos que a Sé sofreu. No cruzamento das nervuras surgem pequenas chaves com artezões e florões. O peso das abóbadas é suportado, no lado que dá para o jardim, por contrafortes muito simples que delimitam os vãos [Fig. 636].

As nervuras nascem de mísulas cónicas triplas sem continuação em colunas [Fig. 639]. Na galeria norte do lado da parede não possuem qualquer decoração, mas do lado das

---

1300 P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, pp. 32 e 37.

arcadas e ao longo da galeria este são encimadas por capitéis vegetalistas com ábacos muito destacados<sup>1301</sup>.

As arcadas dividem-se, nas galerias norte [Fig. 636] e sul [Fig. 640], em grupos de dois arcos quebrados separados pelos contrafortes, e em grupos de três, na galeria este [Fig. 638], assentando os arcos em colunas geminadas unidas pelas bases e pelas impostas [Fig. 641]. Os arcos são encimados por óculos de moldura grossa com decoração geométrica com um certo cariz arabizante, à semelhança do que irá acontecer no claustro da Catedral de Évora. Na segunda arcada da galeria este, os arcos são encimados por dois e não apenas por um óculo, apresentando dimensões menores que os restantes [Fig. 638] - tal variante não é, contudo, repetida. Também na primeira arcada da galeria Este (junto à galeria Norte) se verifica nova irregularidade, surgindo aqui apenas um estreito arco quebrado (sem óculo por cima) e não a divisão em três que se mantém ao longo do resto da galeria [Fig. 638]. Esta redução a um só arco corresponde em termos de planta ao tramo mais estreito anteriormente referido. A estruturação dos tramos em arcadas duplas ou triplas, encimadas por óculos, encontra-se também no claustro da Abadia de Alcobaça.

Tanto a galeria norte como a galeria este se encontram em condições penosas; a galeria sul, porém, está completamente arruinada [Fig. 642]: o abobadamento ruiu com o terramoto de 1755, que danificou igualmente as arcadas, ficando a galeria truncada a pouco mais de meio e tendo desaparecido a estrutura que fazia a ligação com a igreja. As arcadas foram em grande parte refeitas nos restauros do século XX e as mísulas "sobreviventes" resultam de reformulações (ou totais refeituas) de A. Fuschini<sup>1302</sup>. Saliente-se ainda que a

---

1301 Na galeria sul os restauros empreendidos por A. Fuschini põem em causa a autenticidade das mísulas sobreviventes, pelo que não as incluímos nesta análise. Cfr. P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 34 e p. 61, nota 46.

1302 Depois da morte de Fuschini, em 1911, é nomeado para dirigir as obras da Sé António do Couto e Abreu, sabendo-se que em 1916 o claustro estava novamente em obras. A. do Couto foi responsável pelos trabalhos de reconstrução de parte das arcadas da galeria sul (na continuação dos trabalhos de Fuschini), por intervenções nos óculos das arcadas e pela reformulação das capelas do lado este. Ver L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, "Catálogo Analítico", p. 327 e P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 41 e p. 61, nota 41.

janela ogival que se abre no topo sul da galeria este data igualmente das obras de restauro levadas a cabo por A. Fuschini<sup>1303</sup> [Fig. 643].

Os capitéis do claustro apresentam decorações diferentes, sendo uns vegetalistas [Fig. 641], com uma folhagem bem recortada e cesto esguio e outros figurativos, antropomórficos ou animalistas, de acordo com uma iconografia ainda românica. O tratamento dos capitéis vegetalistas denuncia já, no recorte da folhagem e volume da mesma, uma tentativa de naturalismo, embora em fase inicial<sup>1304</sup>. Encontra-se, pois, no tratamento dos capitéis, uma situação de transição do românico para o gótico - que já se havia verificado nos capitéis da Sé Velha de Coimbra - patente também em alguns elementos construtivos, como por exemplo as abóbadas, que embora sejam já de cruzamento de ogivas, não possuem ainda a cadeia contínua a uni-las.

Um dos desenvolvimentos essenciais deste claustro está na abertura de capelas várias ao longo das galerias norte e este, que, para além de terem servido como locais de oração com altares e devoções a santos vários, foram também, como anteriormente referido, importantes locais de tumulação.

---

1303 Em 1906 Manuel Monteiro escreve uma carta a António Augusto Gonçalves não qual expressa as suas opiniões (negativas) sobre as intervenções de Fuschini na Sé; sobre esta janela diz o seguinte: "Foi-se ao claustro e na testeira da ala oriental, voltada a sul, abriu uma janella phantástica para a rua!... Creio que para arejar!... Uff!", cit. in L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, "Catálogo Analítico", pp. 325/326.

1304 P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, pp. 43/44 sublinha a ruptura com os capitéis de *crochets* visíveis no Claustro da Sé Velha de Coimbra e na sala do capítulo em Alcobaça. O próprio autor refere, porém, a persistência destes capitéis à entrada da Capela de Santo Aleixo. Dentro deste contexto é de sublinhar a tendência para um vegetalismo mais arcaico nas mísulas da galeria norte, que parece confirmar a ideia de as obras terem começado por esta ala, avançando depois para a galeria este. Uma leitura global dos capitéis que compunham o claustro da Sé de Lisboa torna-se praticamente impossível, pois para além dos capitéis desaparecidos, muitos dos supostos sobreviventes são obra dos restauros do século XX. P. A. Fernandes, *Ibidem*, p. 66, nota 72 afirma que dos 43 capitéis existentes nas arcadas das galerias norte e este apenas encontrou 24 originais; "na ala sul, somente o primeiro, junto ao torreão, se pode considerar original, sendo os restantes objecto do inventivo restauro de Fuschini", nomeadamente o mais conhecido capitel zoomórfico que apresenta duas aves, uma delas a beber de uma taça. Para uma análise pormenorizada dos capitéis ver Idem, *Ibidem*, pp. 42 a 47. Algumas divergências entre os capitéis podem também resultar da (possível) existência do grande número de aprendizes referido por M. Van de Winckel, *Atribuição da Data a Edifícios Antigos pelo Método das Siglas Lapidares*, *Opus Cit.*, p. 9 – ver nota 1284, p. 444.

A maioria delas foi fundada ainda durante o período medieval, sofrendo alterações nos séculos XVII e XVIII. Preenchem a galeria norte as seguintes capelas: a primeira, dedicada a S. João Evangelista, foi construída durante o período gótico, tendo sido reedificada em 1631; segue-se a capela de S. Lourenço, também gótica e reedificada igualmente em 1631; também do período gótico é a capela da Nossa Senhora de Belém e São Nicolau, que foi remodelada em 1634; encontra-se de seguida a Capela do Senhor Jesus da Boa Sentença, cuja data permanece incerta; a finalizar a galeria estão as capelas de Santo António de Pádua e de Nossa Senhora da Tocha, ambas (re-)construídas em 1652, mas apresentando vestígios góticos que fazem crer na hipótese de terem sido edificadas, na sua origem, durante o período medieval. Estas capelas encontram-se hoje fechadas, estando algumas mesmo entaipadas e cheias de objectos vários, funcionando como arrecadações [Fig. 644]<sup>1305</sup>.

Na galeria este abrem-se, de igual modo, capelas em toda a sua extensão. A primeira, dedicada a Santo Aleixo [Fig. 633], foi edificada entre o final do século XIII e o início do XIV (de acordo com os túmulos aí existentes) e reconstruída no ano de 1646. A segunda recebe a designação de S. Miguel e Almas (denominação pós 1755) e remonta a 1308, data em que foi instituída por Pero Vicente, clérigo da Infanta D. Branca e cónego da Sé de Lisboa, para aí se fazer sepultar. Seguem-se a Capela de Nossa Senhora da Piedade [Fig. 645] e a sala do capítulo [Fig. 646], que têm causado alguma confusão - ambas medievais, foram construídas separadamente, tendo no século XVII sido destruído o muro que as separava<sup>1306</sup>, tornando-as, deste modo, comunicáveis entre si. As interpretações relativas á instituição das mesmas variam: segundo Júlio de Castilho<sup>1307</sup>, uma delas, não sendo possível precisar qual, terá sido mandada erguer por Nuno Fernandes Cogominho, almirante-mor de D. Dinis e por sua mulher, D. Margarida de Albernaz, entre 1290 e 1300; recebe a invocação de Nossa Senhora da Piedade, que, mais tarde, no século XVII, terá

---

<sup>1305</sup> Todas possuem gradeamento em ferro forjado, obras já do século XVII (forjadas entre 1631 e 1653). Sobre a descrição das capelas ver Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. VI, *Opus Cit.*, pp. 45 a 67.

<sup>1306</sup> Na planta apresentada por Júlio Castilho em *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. V, *Opus Cit.*, p. 218, as duas capelas ainda estão unidas.

<sup>1307</sup> *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. V, *Opus Cit.*, pp. 56/62; para uma análise geral do claustro ver as pp. 40 a 74.

passado a designar as duas capelas, também conhecidas como Capela dos Bispos ou dos Arcebispos, ou como Capela de Nossa Senhora da Terra Solta. Qual delas foi o resultado da devoção do almirante-mor de D. Dinis não é possível dizer. O corpo de D. Margarida repousa hoje na capela maior e é plausível supor que aí tenha estado desde o início, contudo é impossível afirmá-lo com toda a certeza. De acordo com Ana P. Figueiredo<sup>1308</sup>, a Capela de Nossa Senhora da Terra Solta (a maior das duas) começou por ser fundada para funcionar como sala do capítulo, mas perante a necessidade de espaços funerários foi cedida a D. Margarida que aqui instituiu a Capela de Nossa Senhora da Piedade, entre 1290 e 1300. Independentemente da sequência dos acontecimentos, na capela maior, habitualmente designada como de Nossa Senhora da Terra Solta, funcionou a sala do capítulo.

A abertura para a sala do capítulo faz-se, de acordo com a tipologia cisterciense, através de um arco quebrado, ladeado por duas janelas também com dois arcos quebrados, assentes em colunas duplas. Esta entrada para a sala do capítulo remete para uma possível inspiração na sala do capítulo da Abadia de Alcobaça, construção provavelmente ainda ducentista. Internamente esta capela encontra-se dividida em dois tramos, sendo abobadada e iluminada através de duas janelas abertas em arco quebrado.

A penúltima capela da galeria este [Fig. 647] não possui qualquer invocação; a última foi mandada erguer, em 1305, por Estevão Domingues e Mor Martins, como acima se escreveu, tendo-se encontrado vestígios de mosaico cerâmico vidrado no pavimento<sup>1309</sup>, facto inédito em Portugal e que evidencia uma grande opulência dos fundadores da capela.

A galeria Sul não possui quaisquer capelas, mas sim, logo junto ao ângulo com a galeria este, um arco-sólio que alberga dois túmulos não identificáveis e quatro altares sem invocação conhecida; as suas datas de construção devem recuar à fundação do próprio claustro.

---

1308 *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica, Opus Cit.*, pp. 45/6.

1309 Nota de Augusto Vieira da Silva, in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. VI, *Opus Cit.*, p.62.

É interessante verificar que o claustro da Sé de Lisboa possui mais capelas no seu interior do que qualquer outro dos claustros góticos portugueses; o facto de ser a catedral da principal cidade do país talvez tenha estimulado a vontade de nobres e burgueses de aí se fazerem tumular, da mesma forma que tal factor talvez justifique a proliferação de devoções que se encontram nas várias capelas, onde possivelmente diversas pessoas, para além dos clérigos, iriam rezar. Pelo facto de ser a Sé de Lisboa, o culto no próprio claustro estaria talvez mais aberto a leigos do que noutras catedrais.

Curiosamente, encontram-se poucas referências à existência da escola deste claustro, muito embora seja provável que aí tenha existido, pois na *Monarchia Lusytana* vem mencionado que Santo António estudou na Sé de Lisboa, havendo igualmente notícia da fundação da Escola da Catedral de Lisboa por um bispo estrangeiro<sup>1310</sup>. Contudo, e talvez devido à existência da Universidade de Lisboa desde cedo, é possível que a escola catedralícia tenha tido pouco significado, funcionando em exclusivo para o cabido da Sé. O claustro da Sé, ao contrário de outros claustros, parece ter tido um papel muito mais importante a nível de espaço de tumulação do que enquanto local de ensino e divulgação do saber.

Um aspecto sistematicamente referido na análise do claustro da sé lisiponense são os seus pontos de contacto com o *Claustro do Silêncio* em Alcobaça - a nível da tipologia de arcadas, tratamento dos capitéis, abobadamento e definição da entrada para a sala do capítulo - sendo habitualmente o claustro cisterciense entendido como fonte de inspiração do claustro da Sé<sup>1311</sup>. A datação proposta por P. A. Fernandes para o claustro da capital, que aceitámos ser provável, obriga, no entanto, a que se reveja a questão das influências, uma

---

<sup>1310</sup> Ver Fr. Francisco Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia dos primeiros 23 annos DelRey D. Dinis*, *Opus Cit.*, p. 163. Veja-se relativamente a esta questão C. Villamariz, *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV*, *Opus Cit.*, p. 43 e sobre as escolas catedralícias Idem, *Ibidem*, pp. 40 a 45. Dadas as datas de nascimento e morte de Santo António [c/1190-1231] o estudo efectuado no claustro da Sé terá forçosamente de remeter para o "terreno" cingido de muralha ou para o casario que envolvia a Sé.

<sup>1311</sup> J. de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. VI, *Opus Cit.*, p. 44, P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 105, P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus Cit.*, p. 311. A mesma posição foi por nós assumida na dissertação de mestrado *Claustros Góticos Portugueses, Séculos XIII a XV*, *Opus Cit.*, p. 118.

vez que à data de início das obras do *Claustro do Silêncio*, 1308, o Claustro da Sé de Lisboa já deveria estar avançado, como se prova pelas fundações das capelas de São Estêvão e de São Miguel, em 1305 e 1308, respectivamente<sup>1312</sup>. A fundação das capelas antes de as arcadas estarem lançadas, embora não sendo impossível, não está, contudo, comprovada; ora a aceitar-se a sua construção antes da edificação das capelas, tem também de se aceitar que as mesmas arcadas estariam já terminadas em 1305 – tendo como ponto de partida um possível início das obras em 1281 esta cronologia não nos parece demasiado forçada, mesmo tendo em conta as dificuldades iniciais de preparação e nivelamento do terreno. A questão não é, porém, linear e há aspectos que podem pôr em causa esta sequência cronológica, nomeadamente o tratamento dos capitéis de algumas capelas privadas, como a de São Miguel, onde se encontram capitéis figurativos de carácter claramente românico, o que poderia revelar uma antiguidade destes espaços face à construção das arcadas. Nesse caso a construção das arcadas ter-se-ia prolongado para lá da edificação das capelas, estando ainda em construção (e possivelmente em inícios) em 1308 quando começam as obras no claustro de Alcobaça. As explicações para este arcaísmo poderão ser justificadas pela presença de canteiros diferentes. P. A. Fernandes que, embora defendendo a antiguidade da Sé, reconhece este "anacronismo" justifica a situação com a deslocação dos canteiros que trabalhavam em Lisboa para o estaleiro de Alcobaça, tornando-se assim necessário recorrer na capital a canteiros de menor qualidade<sup>1313</sup>. É, porém, estranho que esses mesmos artífices não tenham assimilado as gramáticas decorativas dos capitéis que ornamentavam as arcadas supostamente já edificadas. A edificação prévia das capelas e uma evolução estilística na passagem das mesmas para a construção das arcadas afigura-se talvez mais credível. Assim sendo, apesar de uma precedência do claustro da Sé de Lisboa sobre o de Alcobaça, uma parte das obras terá decorrido em simultâneo e dada a celeridade do processo em Alcobaça é possível que este claustro ainda tenha exercido a sua influência sobre o da Sé. Como referimos, a questão não

---

<sup>1312</sup> Na sequência da sua argumentação, P. A. Fernandes, "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, pp. 47 a 53, defende, muito naturalmente, uma precedência do Claustro de Lisboa face ao de Alcobaça, aceitando apenas a influência deste último no que respeita à estruturação do acesso à sala do capítulo, que pertenceria a um período inicial das obras de Alcobaça.

<sup>1313</sup> "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições'", *Opus Cit.*, p. 48.

é linear e parece-nos que no presente estado de conhecimentos relativamente ao assunto apenas se pode aceitar como seguro a existência de paralelismos entre os dois claustros devendo manter-se alguma prudência na aceitação absoluta do ponto de partida da influência, uma vez que nos parece haver argumentos válidos para ambas as hipóteses. Esta problemática não se coloca no que respeita à sala do capítulo de Alcobaça, de datação (provavelmente) anterior ao claustro e que deverá, efectivamente, ter servido de modelo à sala do capítulo de Lisboa.

O claustro da Sé de Lisboa é um belíssimo exemplar do gótico inicial português, embora, por todas as suas irregularidades, não se possa considerar um exemplo típico de claustro catedralício, mas sim um caso de *experimentalismo*, que se verifica, logo à partida, na inusitada colocação do mesmo e que se afirma de forma muito evidente na planta escolhida, nas suas várias anomalias e nas hesitações entre um universo românico e gótico (a nível por exemplo dos capitéis), como se os mestres canteiros e arquitectos estivessem ainda a experimentar quais as fórmulas e gramáticas mais adequadas para este espaço.

#### b) Sé de Évora

O claustro da Sé de Évora data de uma época posterior à edificação da catedral e não há notícia de nenhuma construção que o tenha antecedido. Somente no início do século XIV é que se mandou erguer o claustro, cuja fundação se deve ao bispo D. Pedro que governou a arquidiocese de Évora entre 1322 e 1340. Uma lápide, mandada gravar por Martim de Ortiz, criado do bispo D. Pedro, e colocada na capela do bispo, dá a data aproximada da construção do claustro, bem como a do governo de D. Pedro: "(...) *era de 1378 [1340] passou D. Pedro, bispo de Évora, eleito que foi de conca, o qual foi bispo XVIII anos e X meses e VIII dias e fundou esta crasta e este moimento em que jaz enterrado*"<sup>1314</sup>. Subentende-se que, em 1340, altura em que D. Pedro faleceu, a capela, se não estava já completamente terminada, estaria pelo menos em condições de receber o túmulo.

---

<sup>1314</sup> Inscrição cit. por M.Tavares Chicó, *Catedral de Évora, Esculturas Séculos XV e XVI*, Lisboa, Editorial Litoral, 1946, p. 7 e Idem, *A Catedral de Évora na Idade Média*, Évora, Edições Nazareth, 1946, p. 39. Aparece integralmente em M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II/Tomo 2, p. 1621.

As origens do bispo D. Pedro, têm gerado uma certa polémica: em meados do século XX alguns estudiosos do assunto, como o Deão Alcântara Guerreiro, apontaram este bispo como sendo o terceiro com o nome de Pedro; paralelamente, M. Tavares Chicó e posteriormente Túlio Espanca e Pedro Dias refutaram a ideia considerando o fundador do claustro o bispo D. Pedro IV<sup>1315</sup>. Um estudo mais recente sobre o bispo, empreendido por Erede Francisco, procurou clarificar a questão, confrontando a informação inscrita na lápide da capela, com os documentos existentes no arquivo do cabido da Sé, concluindo que o bispo D. Pedro, vindo de Cuenca, onde teria exercido o seu bispado até à data da vinda para Portugal, seria o segundo com este nome<sup>1316</sup>.

Túlio Espanca<sup>1317</sup> indica também a colaboração de membros do corpo capitular e da nobreza na edificação do claustro, dado que algumas chaves das galerias este e oeste apresentam armoriais de nobres da época de D. Afonso IV, como os Touregão, os Baiões ou os Cabrais; também no único capitel figurado do claustro [Fig. 648] (situado na primeira arcada da galeria norte junto à passagem para o jardim) aparece um escudo idêntico aos das chaves da abóbada. A necessidade de um claustro numa catedral como esta e a importância de uma figura como o bispo D. Pedro são factores que podem, na realidade, ter levado a nobreza da época a colaborar no financiamento desta crasta.

A edificação do claustro da Catedral de Évora enquadra-se numa situação específica, uma vez que se fica a dever à vontade de um bispo que aí desejou ser sepultado. A escolha do claustro como espaço funerário era comum (como se pode ver na Sé Velha de Coimbra e na Sé de Lisboa) e o próprio chão do claustro da Catedral de Évora apresenta várias campas - o *Livro III dos Aniversários do Cabido de Évora*, obra de Martim Vasques

---

<sup>1315</sup> Ver J. de Alcântara Guerreiro, "A Sé de Évora do Século XII ao fim do Século XVII", in *A Cidade de Évora*, nº 7-8, Ano II, Junho/Set.1944; M. Tavares Chicó, *Catedral de Évora, Esculturas Séculos XV e XVI, Opus Cit.*; T. Espanca, *Inventários Artísticos de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora, Opus Cit.*, p. 37; P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 109.

<sup>1316</sup> Erede C. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340, Opus Cit.*, pp. 19 a 27. M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Opus Cit.*, vol. II/Tomo 2, p. 1621 também já havia designado o bispo como segundo prelado desse nome. A mesma opinião é partilhada por P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 305 e J.C. Vieira da Silva, J. Ramôa, "'Sculpto Immagine Episcopali' Jacentes Episcopais em Portugal (séc. XIII-XIV)", in *Opus Cit.*, p. 107.

<sup>1317</sup> *Inventários Artísticos de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora, Opus Cit.*, p. 37.

(chantre e cónego da catedral e capelão mor de D. Fernando, Duque de Bragança) escrita em 1470, apresenta uma vasta lista de cónegos, bacharéis, bispos e arcebispos, um porteiro do cabido, familiares de cónegos e algumas mulheres que se fizeram sepultar em campa rasa no chão do claustro<sup>1318</sup>. Frequentemente os bispos sepultavam-se na sala do capítulo, mas o erguer de todo um claustro, com uma capela privativa, para fazer sepultar um bispo é, em Portugal, uma situação inédita e de excepção. Situação que só se poderia ter dado já no século XIV, um período de mudanças estruturais, de modificações nas mentalidades e, sobretudo, uma época de início de um individualismo exacerbado e de uma nova forma de encarar a religiosidade. Paralelamente, e como vimos no capítulo anterior, é também um período de grande contacto com a morte, que assume, deste modo, um papel cada vez mais importante no quotidiano, aumentando a preocupação de "bem morrer", de cuidar do espaço que vai albergar o corpo após o seu fim terreno<sup>1319</sup>: uma das preocupações de D. Pedro foi, na realidade, deixar à Sé uma vasta dotação para serem ditas missas por sua alma na capela que lhe serve de túmulo - este costume de dizer missa na capela manteve-se, pelo menos, até ao século XVII. O século XIV é também ainda uma época de espectáculo, de ostentação de poder e de grandeza, três razões que podem eventualmente ajudar a compreender os motivos que terão levado o bispo D. Pedro a desejar um espaço tão inédito e grandioso para sua sepultura.

A par destes motivos, a construção de um espaço de reunião para o cabido de uma tão importante catedral impunha-se e a sua falta era, com toda a certeza, grandemente sentida. Sabe-se que, após a construção do claustro, não só o cabido aí se reunia mas também o Município fazia as suas reuniões nesse espaço. De acordo com Túlio Espanca, o baixo relevo trecentista representando Giraldo *sem Pavor* a cavalo, ladeado por duas cabeças de mouros degolados, que se encontra no braço sul do transepto virado para o terraço sobre a galeria norte do claustro, foi aí colocado precisamente por o Município se reunir no claustro; este relevo representa "o mais arcaico escudo de armas da cidade"<sup>1320</sup>.

---

1318 Veja-se Pe. Henrique da Silva Louro, "Sepulturas da Sé de Évora dos Séculos XIII a XV", in *A Cidade de Évora*, nº48/50, 1965/1967.

1319 Sobre estas questões ver Cap. 5, pp. 386/387.

1320 *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora, Opus Cit.*, p. 38

Também a Escola da Catedral de Évora tinha lugar no claustro. A Escola da Catedral existia já, aliás, antes da edificação do claustro, no local do antigo Paço Episcopal (hoje o Museu). Porém, com a construção da crasta, este espaço adaptava-se plenamente ao funcionamento da Escola, que então passa a decorrer aí. Em 1593, o arcebispo D. Teotónio de Bragança, ao visitar a catedral, faz referência à existência de uma escola no claustro para ler, escrever, e contar "para os moços do coro e outros de fora"<sup>1321</sup>.

Verifica-se, assim, que as prescrições do III Concílio de Latrão, em 1179<sup>1322</sup>, sobre o ensino nas catedrais foram seguidas na grande maioria das catedrais portuguesas. Analisou-se já a existência de uma escola em Coimbra e de outra em Lisboa, e agora verifica-se a sua existência também em Évora. O caso de Évora é, contudo, específico, uma vez que, para além da escola de gramática, comum a todas as catedrais, aí existiu, igualmente, uma Escola de Música grandemente afamada<sup>1323</sup>.

---

1321 cit. por João d'Annunciada, *Descrição da Igreja Cathedral d' Évora*, Lisboa, Typographia António José da Rocha, 1844, p. 13.

1322 Este concílio determinou que os bispos promovessem nas suas catedrais o ensino de gramática e teologia e que cada catedral tivesse um mestre-escola encarregado de educar rapazes pobres. Ver J. Héfélé, *Histoire des Conciles d' après les Documents Originaux, Opus Cit.*, "Onzième Synode Général, Troisième de Latran, en 1179", vol. VII, Livro 34, pp. 499/513.

1323 No geral, em todas as catedrais e à medida que se organizavam os cabidos, prestava-se uma atenção paralela à música litúrgica, que acompanhava parte dos sacramentos, entre os quais a Eucaristia. Porém, nem todas as catedrais atingiram um tão notável desenvolvimento no ensino da música litúrgica como a Catedral de Évora. Desde que o cabido começou a funcionar, em inícios do século XIII, que se estabeleceu o Canto do Ofício e da Missa e, a partir de finais do século XIV, a Catedral de Évora tinha já ao seu serviço "quinze presbíteros e bacharéis que celebravam missas, serviam no coro e eram pastores de almas", Cónego J. Augusto Alegria, *História da Escola de Música da Sé de Évora*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p.18. Se existia um coro, tinha de existir o ensino de canto, mesmo que ainda não houvesse uma escola de música organizada. Considerando que o ensino de gramática e de cômputo funcionava no claustro e que a futura Escola de Música também irá ter lugar nesse espaço, é lógico e plausível supor que este ensino de canto se processasse, já no século XIV, no claustro da catedral. No final do século XIV, por bula do Papa Bonifácio IX, de 4 de Novembro de 1395, estabeleceu-se a aplicação de uma prebenda canonical ao já existente mestre-escola do cabido e, em 1450, o bispo D. Vasco Perdigão impõe ao mestre-escola a obrigação de ensinar e sustentar quatro moços de coro. Com o advento do século XVI é convidado, para mestre da Capela da Catedral de Évora, Mateus de Andrade, músico que irá impulsionar a escola. A Escola de Música da Catedral passa então garantidamente a funcionar no claustro, tal como todas as reuniões que se relacionassem com este assunto. Temos notícia de que, em 1536, se reúnem na Capela do bispo fundador os cantores da catedral, presididos pelo secretário do cabido, Diogo Afonso, e pelo escrivão da câmara, António Rodrigues (vide Idem, *Ibidem*, p.28) . O *Livro da Fazenda* do arcebispo D. Henrique refere a seguinte situação relativa ao ano de 1553: "*Imsynar a cantar cantochão canto dargão e contraponto na crasta da dita see [de Évora] aos cantores moços do coro e da estamte e aos crerigos e pessoas que ahy vierem*" (cit. in Idem, *Ibidem*, p.32) . A

O claustro desempenhava, deste modo, um papel fundamental na organização de toda a vida quotidiana do cabido, funcionando aí as escolas, servindo como espaço de reunião para os cónegos e músicos, e sendo ainda um local de tumulação. Torna-se, assim, cada vez mais clara a necessidade de uma catedral possuir um claustro e mais perceptíveis as razões que levam à sua edificação, juntando-se a todos estes factores, em Évora, a vontade pessoal do bispo aí se fazer tumular.

O claustro da Catedral de Évora encontra-se encostado à parede sul da igreja e apresenta uma planta rectangular [Fig. 205], sendo coroado no topo, a todo o comprimento, por ameias piramidais e correndo ao longo dos muros um friso trilobado. A construção de galerias que se abrem para o pátio central através de arcos únicos sem qualquer preenchimento é um facto inovador, que distancia a organização das arcadas do claustro de Évora dos claustros anteriormente analisados [Fig. 649].

As galerias norte e sul são constituídas por seis tramos, enquanto as galerias este e oeste possuem apenas cinco tramos cada. Ao longo das quatro quadras abrem-se arcos quebrados com duas arquivoltas reentrantes, assentes em colunas delgadas de pouca elevação; as colunas possuem capitéis vegetalistas, ábacos salientes e repousam em bases circulares sobre plintos altos colocados nos muretes das arcadas. Os arcos são encimados por óculos trabalhados com motivos geométricos de cariz mudéjar (à excepção da galeria norte em que os óculos não possuem preenchimento) [Figs. 650 e 651]. A existência de óculos sobre os arcos remete para o tipo de preenchimento que se encontra nas arcadas do claustro da Sé de Lisboa, ao qual se terá ido buscar inspiração. Em todas as galerias, exceptuando a norte, os arcos junto aos ângulos são mais estreitos que os restantes, sendo que na galeria sul o arco que está junto ao ângulo com a galeria oeste é geminado e com uma pequena bandeira decorada, certamente ulterior à construção do claustro [Fig. 652].

Os óculos encontram correspondência nas paredes das galerias este e oeste onde surgem como fonte de iluminação [Fig. 653]. Na galeria sul são substituídos por janelas em

---

escola atingira então um tal desenvolvimento que o ensino de música não se limitava já aos moços de coro e clérigos, sendo também ministrado a pessoas de fora que quisessem aprendê-la.

forma de arco quebrado incompleto e decoradas com conjuntos de arcos quebrados com trifólios, existindo ainda duas grandes janelas nos extremos da galeria; esta ala é francamente mais iluminada do que as restantes, por um lado devido à dimensão das janelas e, por outro, por se encontrar virada a sul [Figs. 654 e 655]. Na parede da galeria norte não se encontram aberturas, pois esta é a parede que está encostada à igreja (a galeria recebe, no entanto, uma iluminação directa através das arcadas, viradas a sul).

As galerias são constituídas por abóbadas nervuradas de quatro panos, correndo a todo o comprimento uma cadeia longitudinal que une todas as chaves [Fig. 654]; a existência deste elemento revela uma arquitectura elaborada e uma execução cuidada e levada a cabo por arquitectos experientes - recorde-se que esta cadeia ainda não aparece em Coimbra e Lisboa. Em todas as nervuras aparecem chaves (umas maiores, outras menores) decoradas com motivos vegetalistas e escudos [Figs. 656 e 657]. Na galeria oeste surge, numa das chaves, uma representação habitualmente designada como "homem selvagem", que apresenta dois homens selvagens em luta [Fig. 658]. É a primeira imagem deste género a aparecer em Portugal e o seu surgimento numa chave do claustro da catedral de Évora levanta algumas questões. É praticamente impossível precisar porque é que tal figuração aqui aparece, mas afigura-se credível que seja fruto de um escultor que tenha tido contactos com este tipo de iconografia no estrangeiro, nomeadamente na vizinha Espanha. Paulo Pereira<sup>1324</sup> considera estas representações de *Homens Silvestres* como figurações do mito do "homem primogénito", anterior à época cristã, memória de seres fantásticos que povoavam as lendas sobre homens selvagens, tão comuns aos séculos XV e XVI; mas a representação de Évora data de meados do século XIV, ou seja, de um momento anterior a todas as outras representações existentes em Portugal e, por isso mesmo, o seu aparecimento numa chave do claustro de Évora causa ainda maior surpresa. Talvez a explicação mais plausível passe, mais do que por uma ligação ao "homem selvagem" que se torna comum, sobretudo, a partir do século XV, por uma relação com a cultura popular e com as celebrações do mês de

---

<sup>1324</sup> Paulo Pereira, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei, Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Coimbra, IHA/FL/Universidade de Coimbra, 1990, pp. 174/177.

Maio, em que homens com trajes de folhagens "desempenhavam o mítico combate entre o Verão e o Inverno"<sup>1325</sup>.

As nervuras são molduradas e assentam em feixes de três colunas de mármore, rematadas no topo por pequenos capitéis vegetalistas e poisados numa base comum [Fig. 659]; nos ângulos interiores as nervuras repousam numa só coluna. A meio das colunas surgem anéis simples e lisos, que criam uma linha de leitura perspectivada. Este modelo de sustentação do peso da abóbada representa uma evolução significativa face ao sistema de mísulas sem continuação em colunas que encontrávamos no claustro da Sé de Lisboa<sup>1326</sup>. O resultado alcançado em Évora evidencia uma maior verticalidade e elegância que sublinham a maturidade alcançada neste claustro. Curiosamente este tipo de sustentação do abobadamento havia já sido ensaiado no claustro da Sé Velha de Coimbra, anterior ao de Évora em cerca de cem anos<sup>1327</sup>. Esta constatação permite comprovar a, já referida, notável qualidade do claustro conimbricense, mas, sobretudo, reforçar a probabilidade do seu arquitecto ser um mestre estrangeiro, uma vez que no território português dificilmente se encontraria um mestre que, no início da centúria de duzentos tivesse esta capacidade. Do lado do jardim central, o peso da abóbada é ajudado a suportar pela existência de contrafortes piramidais encimados por gárgulas zoomórficas [Fig. 660].

Os capitéis do claustro de Évora, de secção circular e ábacos salientes, são vegetalistas, evidenciando-se um tratamento e estilização da folhagem nem sempre igual, fruto, com toda a certeza, de diferentes canteiros<sup>1328</sup>, verificando-se, no entanto, uma tendência geral para as folhas pouco recortadas [Fig. 661]. No lado do jardim central surge

---

1325 Paulo Pereira, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei, Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura, Opus Cit.*, p. 175.

1326 Verificando-se também uma evolução face ao modelo de uma coluna ladeada por duas mísulas que se vê, por exemplo, na capela mor e absidiolos (na junção entre o arco toral e as nervuras das duas abóbadas) de São Dinis de Odivelas e nas naves laterais de Santa Clara-a-Velha de Coimbra e que é já mais elegante do que a solução encontrada na Sé de Lisboa.

1327 A analogia foi precocemente sublinhada por M. T. Chico, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 143. Em Coimbra as colunas são mais pequenas e as bases mais elevadas quebrando um pouco a sensação de verticalidade, que, aliás, é menos acentuada do que em Évora; mas o princípio construtivo é já, efectivamente, o mesmo.

1328 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 109, remete a existência de capitéis mais arcaizantes para "canteiros não enquadrados na campanha geral".

uma exceção a esta decoração vegetalista, em dois capitéis do primeiro arco da galeria norte (junto à passagem para o jardim): no primeiro, um cavaleiro armado encontra-se ajoelhado junto a uma ave de vasta plumagem - eventualmente um pavão; o segundo apresenta dois animais a devorarem uma presa [Fig. 648]. Em todo o claustro este é o único capitel figurado; dada a presença do escudo junto ao cavaleiro, pode pensar-se numa homenagem a algum nobre que tenha contribuído para a edificação do claustro; supor, mais simplesmente, que se trata de uma obra de algum canteiro ainda preso a uma iconografia românica parece aqui menos provável do que em Coimbra ou Lisboa, uma vez que se trata de um caso singular que, para além do mais, representa uma figura de um cavaleiro com o seu escudo de armas. T. Espanca considera que se deve tratar do escudo dos Baiões e que o cavaleiro ajoelhado é uma representação característica na "armaria medieval"<sup>1329</sup>; porém, o escudo dos Baião, tal como o dos Cabral, apresenta duas cabras sobrepostas e, apesar do estado de degradação do escudo do capitel, os vestígios parecem apontar no sentido de existirem crescentes, hipótese que nos parece válida, dado esse ser o símbolo dos Touregão, família que também poderá ter ajudado a custear o claustro.

Os acessos ao terraço que se encontra sobre o claustro fazem-se, no extremo da galeria sul (junto ao ângulo com a galeria este) e na galeria oeste (junto ao ângulo com a galeria sul), através de portas rectangulares que dão para escadas; paralelamente, nos extremos das arcadas da galeria norte, encontram-se, em saliência para o jardim, duas pequenas torres que albergam as escadas através das quais se ascende ao terraço [Fig. 649]. Também na galeria norte (junto ao ângulo com a galeria este) se rasga um arco quebrado, que constitui a única entrada para o jardim.

A passagem para a igreja faz-se por duas portas: uma, na galeria norte (junto ao ângulo com a galeria oeste), à qual se ascende por meio de escadas, dá para o primeiro tramo da igreja [Fig. 662]; a outra, na galeria este (junto ao ângulo com a galeria norte), abre-se em arco quebrado, possui escadas semelhantes e dá para o braço direito do

---

<sup>1329</sup> T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora, Opus Cit.*, p. 37. Ver também para os escudos das famílias Baião, Cabral e Touregão, *Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica*, coordenação de A. F. Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961 (3ª ed. 1987), pp. 75, 120/121 e 529.

transepto. A necessidade de subir escadas para entrar na igreja (ou de descer, vindo da igreja para o claustro) deriva de um acentuado desnível do claustro face à igreja.

Um estudo do claustro da Catedral de Évora não estaria completo sem uma breve análise da capela do bispo D. Pedro: dividida em dois tramos, é abobadada, assentando as nervuras da abóbada, de um lado, no pilar que sustenta o portal de acesso e, do outro, numa coluna grossa com um capitel de decoração vegetalista [Fig. 663]. A capela é iluminada por quatro janelas de dois lumes. Ao centro, desengastado já no século XX de um arco-sólio na capela, está colocado o túmulo do bispo D. Pedro, em mármore<sup>1330</sup>.

A capela é também decorada com uma escultura de S. Pedro (possivelmente uma analogia com o nome do bispo), no pilar que divide os tramos, e com duas representações da Virgem: encostada à coluna que sustém a abóbada, sobre uma mísula decorada com anjos, surge uma figuração policromada da Virgem com o Menino [Fig. 663]; junto a uma das janelas, está a segunda representação da Virgem, mais pequena, sem vestígios de policromia, mas também subordinada ao tema da maternidade - na parede frontal encontra-se uma imagem de um anjo com uma filacteria onde se pode ler *Ave Maria*, levando-nos a crer estar em presença do Arcanjo Gabriel e funcionando, deste modo, as estátuas como um conjunto que representa a Anunciação<sup>1331</sup>. A Catedral de Évora, aliás, tal como o seu nome indica, Catedral de Santa Maria, prestava particular devoção à Virgem, celebrando por ano nove festas em Sua honra<sup>1332</sup>, algumas das quais decorreriam com certeza no claustro.

---

1330 A arca tumular é toda trabalhada, com seis edículas de decoração sóbria, por banda; assenta a arca sobre dois leões e, na tampa, surge a figura de D. Pedro, com a cabeça apoiada em dois anjos. Sobre o túmulo do bispo D. Pedro veja-se Virgílio Correia, *Três Túmulos*, Lisboa, Portugalia Editora, s.d.; E. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340*, *Opus Cit.*, pp. 71/84; J. C. Vieira da Silva, J. Ramôa, "Sculpto Immagine Episcopali" Jacentes Episcopais em Portugal (séc. XIII-XIV)", in *Opus Cit.*, pp. 107/109.

1331 Esta identificação já foi também feita por E. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340*, *Opus Cit.*, p. 87.

1332 Purificação - 2 de Fevereiro, Anunciação - 25 de Março, Visitação - 2 de Julho, Stª Mª das Neves - 5 de Agosto, Assunção - 15 de Agosto, Natividade - 8 de Setembro, Apresentação - 21 de Novembro, Imaculada Conceição - 8 de Dezembro e Comemoração da Anunciação - 18 de Dezembro. Veja-se sobre este assunto J. César Baptista, "A Catedral de Évora. Estudo Histórico", sep. de *A Cidade de Évora*, nº 57, Évora, Gráfica Eborense, 1974, pp. 58/60.

A nível de escultura, o destaque deste claustro vai, no entanto, para as representações dos quatro Evangelistas nos ângulos das galerias [Fig. 664]. As esculturas em mármore datam do século XIV e acusam, segundo M.Tavares Chicó e Túlio Espanca<sup>1333</sup>, uma nítida influência borgonhesa, visível num certo realismo que as aproxima das esculturas de S. Pedro e S. Paulo do portal de entrada da Catedral. Encontram-se adossadas à coluna, não se libertando ainda do volume arquitectónico e provocando, deste modo, o efeito de estátua-coluna. O tratamento das roupagens é feito já com alguma naturalidade. O cabelo é tratado de forma idêntica nos quatro Evangelistas, aparentando todos eles uma expressão contemplativa e segurando nas mãos os respectivos Evangelhos<sup>1334</sup>. O resto da imagem, porém, apresenta particularidades consoante cada um dos retratados.

S. João [Figs. 664 e 665] segura nas mãos o respectivo Evangelho, para o qual aponta com a mão direita - lê-se o começo: *IN PRIN/ CIPPIO/ E/ RA/ T:VE/ RBUM: / ET: VE// RBUM:/ ERAT: / APUD: / DEUM/ ET: D(eu)S/ ERAT / VERB/ UM*<sup>1335</sup>. No capitel que se encontra sobre S. João surge, por entre a folhagem, uma ave (provavelmente a águia) enrolada numa filacteria com a inscrição *IOHAN(ne)S / EVAN(geliste)* [Fig. 665]. Sob os seus pés, na base, está o símbolo que o identifica: uma águia, de asas abertas. Por baixo de uma das suas asas, na coluna, lê-se distintamente *IOHANES* [Fig. 666].

São Lucas [Fig. 667] segura, com ambas as mãos, o Evangelho, no qual pode ler-se: *INICIVm/: SAnCTI: E/ UANGellA/: SECVnD(um)/: LUCA(m):/ FUIT: In:/DIE// HEROD/ IS: REG/ IS: IUDE/ E: SAC(e)R/ DOS: Q(uo)D/ AM: N/ [omine?]*<sup>1336</sup>. O capitel sobre a sua cabeça é o

---

1333 M. T. Chicó, *Catedral de Évora. Esculturas dos Séculos XV e XVI, Opus Cit.*; T. Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora, Opus Cit.*

1334 Na sua análise dos Evangelistas de Évora, E. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340, Opus Cit.*, pp. 63/64 informa que "(...) identificam-se pela filacteria onde, em caracteres góticos, se pode ler os seus nomes em latim e pela simbologia transportada quer nas mísulas das colunas que os sustentam, quer nos capitéis das mesmas. Todos apresentam auréola e livro aberto sobre o peito". Não especifica qual o livro, mas subentende-se que é o respectivo Evangelho.

1335 "Evangelho segundo S. João", Prólogo, 1, *Bíblia Sagrada, Opus Cit.* A transcrição de todas as inscrições dos evangelistas e respectiva análise encontra-se em M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa, (862-1422)*, vol. II/Tomo 2, pp. 1472 a 1477. Agradecemos ao nosso orientador o trabalho de re-leitura e re-interpretação das transcrições.

1336 "Evangelho segundo São Lucas", 1, 5, *Bíblia Sagrada, Opus Cit.*

único ornamentado apenas com folhagem, mas a seus pés surge, tal como em S. João, o símbolo que o identifica, o touro - alado e acompanhando a base, tem sob si uma filacteria, onde se lê *LUCAS : E VAnGeListe* [Fig. 668].

O capitel sobre São Marcos é semelhante ao de S. João, surgindo uma figura por entre a folhagem - um ser de aspecto um pouco híbrido que poderá corresponder ao leão, e que também prende em si uma filacteria [Fig. 669] com a inscrição *MARCUS: EVAnG(E)L(iste)*. São Marcos segura o Evangelho com a mão esquerda, estando a direita caída [Fig. 669]. No livro está inscrito: *IN ILLO: / T(empore): MARI/ A: MAG/DALENE/: ET: MA/ RIA: IA/ COBI: E(t):// SALOME/ : EMERU(n)/ T: A ROM/ ATA: UT:/ UENIEN/ TES: UN/ GERE(n)T*<sup>1337</sup>. Na base um leão alado, símbolo de S. Marcos, segura com as garras uma filacteria com a inscrição *MARCUS: EVAnG(E)L(iste)* [Fig. 670].

São Mateus é identificado por um anjo representado no capitel que se encontra sobre si; de acordo com o que já se havia visto nas outras esculturas, também aqui a figura do capitel sai de entre a folhagem e segura uma filacteria onde se pode ler *MATEUS EVAnGeliste*. Com a mão esquerda sustenta o Evangelho e com a direita aponta para os escritos [Fig. 671]: *INICIU(m): S/AN(c)TI: EV/ ANG(e)LI: S/ ECUndUN/ MATEUs/ LIBR(e): GE/ RACI(on) // IS: IH(es)U: XPI: FILII/ D(avi)D: FILII/ ABRAHAM:/ ABRAHAM:/ GENUIT/ ISAAC:*<sup>1338</sup>. A base deste Evangelista apresenta, contudo, um conteúdo diferente das outras: não é o seu símbolo que aqui se encontra (o anjo está, como se viu, no capitel), mas sim uma figura coroada que fere o peito com uma adaga [Fig. 672]. Tem inscrito o nome *ITARCUS*, o que relacionando com a vida de São Mateus, deverá remeter para o rei Hitarco da Abissínia que mandou matar São Mateus<sup>1339</sup>.

Esta figuração dos Evangelistas nos ângulos das galerias é única nos claustros góticos portugueses e revela bem a obra de excepção que é a Catedral de Évora. Em termos

---

1337 "Evangelho segundo São Marcos", 16, 1, *Bíblia Sagrada, Opus Cit.* Trata-se do início do último capítulo do Evangelho, referente à descoberta do túmulo vazio por Maria Madalena, Maria e Salomé e respectiva pregação da *Ressurreição* de Cristo. A inclusão de um capítulo final (em vez de inicial, como todos os outros) deverá ter a ver com a ligação à *Ressurreição* e ao facto de todo o claustro ser entendido pelo bispo D. Pedro como a sua morada funerária.

1338 "Evangelho segundo São Mateus", 1, 1-2, *Bíblia Sagrada, Opus Cit.*

1339 Esta é também a interpretação feita por E. Francisco, *O Bispo D. Pedro e o "Modo Gótico" em Évora de 1322 a 1340, Opus Cit.*, p. 64, que subscrevemos.

de claustros catedralícios o apogeu atinge-se no século XIV com esta magnífica crasta, resultado de um gótico já pleno e amadurecido que, se por um lado sintetiza em si alguns dos princípios básicos deste estilo, por outro se nacionaliza com a adopção de elementos tipicamente peninsulares, como o mudejarismo, que se evidencia na decoração dos óculos das arcadas e que estará presente, a partir de então, em quase toda a arquitectura gótica do Alentejo e em alguns dos seus mais notáveis claustros, como o do Convento dos Lóios de Évora ou o do Mosteiro de S. Bento de Cástris.

Os claustros catedralícios de Lisboa e Évora apresentam características muito distintas, desde o traçado da planta à organização das arcadas, sistema de sustentação das abóbadas e execução das mesmas. No claustro de Lisboa, as dificuldades de adaptação ao terreno condicionaram a localização e forma da planta, o que por sua vez condicionou a organização dos tramos causando irregularidades no traçado. Apesar das condições adversas com que se depararam, os mestres que trabalharam neste espaço procuraram ultrapassar as mesmas e arriscar tipologias, se não absolutamente inovadoras, pelo menos ainda não completamente consolidadas no território, como o abobadamento com cruzamento de ogivas. No seu conjunto, o claustro revela, inevitavelmente, os problemas de adaptação ao espaço, resultando o seu *carácter experimental* desta circunstância, mas também das opções e conjugações de estilo levadas a cabo pelos mestres responsáveis. Em Évora, pelo contrário, deparamo-nos com uma estrutura reveladora de um gótico já perfeitamente apreendido, visível num complexo e bem elaborado sistema de abobadamento, consequência do amadurecimento do estilo e da sua apreensão por parte dos construtores desta crasta. Os aspectos excepcionais deste claustro derivam, não de adaptações ou irregularidades mas do carácter particular que levou à fundação do próprio claustro: a vontade do bispo D. Pedro II de criar um espaço funerário pessoal. A existência da capela do fundador no claustro - única capela funerária de todo o espaço, o que revela um contraste absoluto com a multiplicação de espaços funerários que encontramos em

Lisboa - demonstra bem a apropriação pessoal que D. Pedro fez desta crasta<sup>1340</sup>. Paralelamente, a ornamentação dos ângulos das galerias com as esculturas dos Evangelistas – caso também excepcional nos claustros portugueses – é sintomática de uma tentativa de valorização estética do claustro, recorrendo a um programa iconográfico de natureza religiosa que, aliás, tem continuação na própria capela de D. Pedro, onde se exalta o culto mariano, mas também a figura de São Pedro, numa analogia evidente com o bispo do mesmo nome. Para lá das alterações estruturais que, face aos exemplos anteriores, encontramos na definição das arcadas ou no lançamento perfeito das abóbadas é o próprio objectivo inerente à fundação do claustro e o programa decorativo que daí resulta que fazem do claustro da catedral de Évora um caso excepcional no panorama português e, pelas opções inusitadas, também um caso paradigmático de *experimentalismo*.

\* \* \*

Os claustros analisados neste capítulo revelam poucos pontos de contacto no que concerne aos motivos pelos quais se afirmam como *experimentalismos*. Se em Alcobaça e em Santa Clara-a-Velha podemos falar da importância de patrocínios reais, em ambos os casos têm de ser tidas em conta outras circunstâncias, como o facto de Alcobaça ser a casa mãe da ordem ou a particularidade de, mais que um simples financiamento régio, o claustro de Santa Clara-a-Velha se inserir no mosteiro que a rainha definiu para sua morada eterna; neste último caso deve ainda ser levado em linha de conta a adaptação a estruturas existentes, que deverá explicar algumas particularidades, como a localização da sala do capítulo. A adaptação a construções prévias estará igualmente na base da maior dimensão do claustro de Almoester face à sua igreja, situação inusitada e provavelmente desnecessária para a comunidade de monjas que habitariam o espaço. Porém, e ao contrário do que seria expectável, o patrocínio régio aqui não terá peso de forma significativa. A mesma afirmação é válida para o claustro da Sé de Lisboa, cujos diversos *experimentalismos*

---

1340 Não deixa de ser sintomático que, embora havendo notícia de que o cabido se reunia no claustro, não tenha sido edificada uma sala do capítulo. A única capela deste claustro é, de facto, a capela funerária do fundador.

passam pelas condicionantes de terreno e opções de mestres e canteiros. Em Évora, no entanto, se bem que não possamos falar de uma intervenção régia, é claramente a vontade pessoal do fundador da crasta a motivar o seu carácter excepcional.

No seu conjunto todos eles se destacam e distinguem entre si por motivos distintos, dos quais resultaram, inevitavelmente, características também diferentes: um programa monumental e requintado em Alcobaça, uma escala grandiosa e opções luxuosas em contraste com as ordens nos casos de Alcobaça e de Santa Clara-a-Velha, arcaísmos e plantas irregulares em Lisboa e Almoester, mas também no mosteiro de clarissas de Coimbra, localizações invulgares e traçados anómalos novamente em Lisboa ou um programa estético incomparável em Évora. Estas múltiplas particularidades resultaram numa diversidade de *experimentalismos* para os quais não há um fio condutor ou uma explicação homogénea que se possa considerar abrangente e justifique a originalidade de todos estes espaços. As características de cada um são únicas, derivam de factores próprios e a maioria não se repete de claustro para claustro, afirmando-se também nesta individualidade o seu *carácter experimental*.

## 7. As Experiências Reais: a Charola da Sé de Lisboa e o Coro de S. Francisco de Santarém

"(...) *cras enim moriemur*"<sup>1341</sup>

As duas obras analisadas neste capítulo foram alvo de um estudo separado pelo facto de, como já referido na introdução, não serem uma estrutura independente (igreja, capela ou claustro), mas antes parte integrante de uma construção específica. Afirmam-se, no entanto - pela forma como se destacam face às edificações em que se inserem - como obras específicas (no caso da cabeceira da Sé de Lisboa fazendo, inclusivé, parte de um período artístico distinto do resto da igreja) cuja análise e leitura teria forçosamente de ser feita separadamente das construções em que se inserem (no caso da Sé com maioria de razão, porque a estrutura da igreja, românica, não se enquadra nos objectivos deste estudo). Por serem estruturas absolutamente distintas – uma cabeceira e um coro – o seu agrupamento num mesmo capítulo e a designação deste obrigou a uma procura imediata de um elo de ligação, sendo que o primeiro a sobressair foi o facto de serem ambas resultado da acção directa de um monarca, resultando daqui a denominação de "experiências reais" – pois que de *experiências* se trata. Numa segunda leitura, porém, outros pontos de contacto vieram à superfície, nomeadamente o serem ambas estruturas funerárias, tendo a sua construção derivado, pelo menos em parte, da vontade de criação de um espaço tumular - facto que nos parece, como se verá, particularmente significativo.

### 7.1. D. Afonso IV e a Charola da Sé de Lisboa

No reinado de D. Afonso IV a Sé de Lisboa, recentemente melhorada com a construção do claustro dionisino, foi alvo de uma nova campanha de obras, desta vez na zona da cabeceira.

---

<sup>1341</sup> "(...) amanhã morreremos", Isaías, 22, 13, *A Bíblia Sagrada, Opus Cit.*

A cabeceira original da Sé deveria estruturar-se, à semelhança da cabeceira da Sé Velha de Coimbra, numa abside, ladeada por um absidiolo de cada lado<sup>1342</sup>. As razões que levaram à destruição desta cabeceira e à sua substituição por uma estrutura completamente distinta foram diversas, contando-se entre elas (possivelmente) os cataclismos que atingiram Lisboa no século XIV e a vontade de D. Afonso IV, monarca responsável pela obra, de criar uma estrutura de grande impacto.

Um dos objectivos fundamentais do rei foi, sem dúvida, a criação de um panteão régio<sup>1343</sup>, onde o seu corpo e o da Rainha D. Beatriz, sua mulher, bem como dos seus descendentes, descansassem para toda a eternidade. A escolha da Sé Lisboa para mausoléu real implicou a rejeição dos antigos panteões escolhidos pela monarquia afonsina: Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça e Odivelas<sup>1344</sup> (rejeição que, aliás, o seu neto D. Fernando também irá manter, embora escolhendo um local diferente, como veremos). O Mosteiro de São Dinis de Odivelas fora o local de tumulação do seu pai, D. Dinis, com quem D. Afonso IV passou grande parte da vida em conflito, pelo que a separação, na morte como na vida, se afigura coerente e expectável. Quanto a Santa Cruz de Coimbra, espaço funerário do fundador da nação (e de D. Sancho I) e que, por esse motivo, detinha uma carga simbólica, estaria fora de questão para D. Afonso IV por razões de natureza diversa<sup>1345</sup>. O mosteiro de

---

1342 Cfr A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica, Opus Cit.*, p. 59. Nos restauros da década de trinta do século passado foram encontrados vestígios dos arcos de volta perfeita que davam acesso aos absidiolos. Ver Idem, *Ibidem*, p. 59. Já M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 131, descrevera a antiga cabeceira como sendo composta por "três capelas com abside semi-circular".

1343 Esta ideia foi já sublinhada por A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica, Opus Cit.*, p. 51 e J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 515.

1344 Sobre os espaços funerários da dinastia afonsina ver C.V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV*, doutoramento em História/História da Arte, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, cap. 1.3.

1345 Por um lado, as más relações do monarca com os crúzios devido às contendas entre estes e a Rainha Santa (mãe de Afonso IV) não favoreceriam a escolha do espaço; por outro, os crúzios já não eram, no século XIV, uma ordem particularmente influente: a ascensão, primeiro dos cistercienses e depois dos mendicantes retirara-lhes terreno - basta ver quais os outros panteões régios até à data, Alcobaça e Odivelas, mosteiros cistercienses e, no caso da Rainha D. Isabel, Santa Clara-a-Velha de Coimbra, construção mendicante. Também D. Fernando irá optar por um convento mendicante. A juntar a estes motivos J. Rodrigues refere ainda a questão dos conflitos entre crúzios e D. Afonso Henriques no que respeita às relíquias de São Vicente sob cuja protecção D. Afonso IV se irá colocar. Ver *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas*

Alcobaça, casa mãe da Ordem Cisterciense no território, panteão de D. Afonso II e D. Afonso III e construção de uma magnificência régia poderia ter sido uma opção viável. D. Afonso IV irá, contudo, privilegiar uma catedral e, em simultâneo, a cidade de Lisboa. A crescente importância de Lisboa, enquanto urbe moderna, com um proeminente papel político (era à data a residência habitual da corte) e económico (destacando-se a progressiva ascensão da burguesia mercantil na cidade) justificava a valorização que o próprio monarca lhe atribuía ao fazer-se sepultar nesta cidade<sup>1346</sup>. Razão de peso deverá também ter sido a presença das relíquias de S. Vicente, protector da cidade e santo mártir, na respectiva Sé, até porque "o reinado de D. Afonso IV terá sido um dos pontos altos da associação do culto vicentino à coroa"<sup>1347</sup>. Foi já assinalado o facto de que D. Afonso IV se irá fazer tumular (juntamente com D. Beatriz) *ad sanctos*, sob a protecção e intercessão directa do santo, sendo o primeiro rei de Portugal a fazê-lo<sup>1348</sup>. Estes três motivos conjugados: a vontade de

---

*funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 521 e pp. 521/22, nota 280.

1346 A importância da capital do reino e a valorização que D. Afonso IV lhe confere foram já detalhadamente abordadas por Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357), Opus Cit.*, pp. 250/264. O autor define a cidade como a "mais dinâmica" do país e "o primeiro porto português" e salienta, entre outras coisas, a transferência dos estudos gerais de Coimbra para Lisboa, em 1338, vide pp. 241 e 252. Esta ideia vai ser retomada por J. Rodrigues, *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 521. Um aspecto que também merece destaque é a substituição de um espaço monástico por uma catedral. Esta questão é analisada por C. V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, p. 323 e retomada por J. Rodrigues, *Ibidem*, pp. 521/22. Neste contexto de valorização da capital e sua catedral C. V. Fernandes, *Ibidem*, pp. 329 e 336/38, procurou fazer uma associação com a ligação de Luís IX à Basílica de Saint Denis, local de culto do mártir protector da cidade e do reino e espaço de tumulação de membros das dinastias merovíngia, carolíngia e otomiana. A ideia é, em parte, contestada por J. Rodrigues, *Ibidem*, p. 526, nota 288, que assinala - o que nos parece correcto - o facto de Luís IX ter preterido a Catedral da Notre Dame de Paris, no centro da capital do reino, por uma abadia nos arredores, valorizando assim um espaço monástico e não (completamente) urbano em detrimento da catedral urbana.

1347 Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357), Opus Cit.*, p. 242.

1348 C. V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, pp. 275/77, 333/35 e 345. J. Rodrigues, *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado, Opus Cit.*, p. 515. Também Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357), Opus Cit.*, p. 263 refere que "não é arriscado afirmar que o monarca se colocava sob a directa protecção deste santo mártir, padroeiro de Lisboa, cujas relíquias estavam depositadas na catedral da cidade, não muito afastadas do lugar exacto em que D. Afonso IV decidira vir a ser sepultado". Relativamente à questão da tumulação *ad sanctos* ver P. Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média, Opus Cit.*, pp. 26/9. Para o estudo sobre a relação do rei com a Sé e desta com o culto de S. Vicente é importante a análise dos selos do Concelho de Lisboa de 1346 (guardado no ANTT) e de 1352 (também pertencente ao

criar um panteão familiar independente dos anteriores espaços funerários régios, o desejo de se colocar sob a protecção do padroeiro da cidade (e de se associar a ele) e a intenção de valorizar Lisboa como principal cidade do reino terão ditado a intervenção de D. Afonso IV na Sé lisiponense, entretanto necessitada de obras devido aos cataclismos que atingiram a cidade nos inícios da centúria de trezentos.

Na realidade, a sequência de terramotos que abalaram a cidade de Lisboa no século XIV<sup>1349</sup>, alguns dos quais tendo causado danos na zona da cabeceira primitiva da Sé, podem ter servido como motivo para o arranque dos planos grandiosos de Afonso IV para este espaço.

A capela-mor da sé românica deverá ter ficado danificada com os abalos sísmicos de 1309 e 1321<sup>1350</sup>, levando deste modo D. Afonso IV a planear uma remodelação da zona

---

Arquivo da Torre do Tombo, mas desaparecido há bastante tempo). Uma leitura e interpretação destes selos é feita por C. V. Fernandes, *Ibidem*, pp. 589 a 610 e por J. Rodrigues, *Ibidem*, pp. 528 a 539. Este autor defende que no reverso dos selos se representaria um acto público, certamente de relevância para D. Afonso IV e para a capital do reino, podendo a cena ser a sagração da nova capela-mor em 1334, “procurando desta forma a afirmação do poder régio de D. Afonso IV e da sua ligação a Lisboa – numa sucessão complexa e conflituosa de um monarca como o seu pai, D. Dinis – ao mesmo tempo que celebra os poderes taumatúrgicos de S. Vicente e a sua relação *privilegiada* com o novo rei, reafirmando também a relação de ambos com a cidade e o reino”, *Ibidem*, p. 537. O mesmo autor, *Ibidem*, pp. 539 a 541 sustenta também a valorização pessoal do monarca, da catedral e da cidade devido à presença dos despojos [a trombeta do rei de Granada e os cinco estandartes] trazidos da Batalha do Salado, na qual D. Afonso IV se afirmou como herói. Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, *Opus Cit.*, p. 261 referira já a importância da colocação da buzina ou trombeta pendurada por cima do sarcófago do rei. A importância da Batalha do Salado para a valorização pessoal de D. Afonso IV e construção de uma imagem mítica do mesmo é amplamente analisada por C. V. Fernandes, *Ibidem*, pp. 130-136.

1349 Há notícia de sismos em 1309, 1318, 1321, 1334, 1337, 1344, 1347, 1355, 1356, 1377 e já no século XV, em 1404. Ver sobre os sismos J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 516.

1350 O terramoto de 1321 tem sido aceite por vários autores como responsável por danos vários em Lisboa. J. Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, *Opus Cit.*, vol. V, p. 200, refere-o como motivo directo para as intervenções de D. Afonso IV. Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, *Opus Cit.*, p. 253 afirma que D. Afonso IV se viu confrontado com a necessidade de “dar cumprimento às obras suscitadas pelos danos que o terramoto de 1321, portanto ainda no reinado de D. Dinis, tinha provocado no edifício”. M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, tomo 2, p. 1570 refere que é provável que as “obras tenham sido uma consequência do grande terramoto de 1321 que afectou Lisboa e que deixou marcas profundas na Sé, um edifício que certamente já estaria afectado e fragilizado por outros abalos ocorridos num passado recente, nomeadamente em 1309 e 1318”. P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial*, *Opus Cit.*, p. 318, porém, considera que a “capela-mor românica do tempo de D. Afonso I foi demolida, confrontada então com a sua pequenez”, inserindo-se esta demolição nos projectos de D. Afonso IV de transformar a Sé num panteão régio e num monumento evocativo da Batalha do Salado. O autor data, deste modo, a nova

da cabeceira. A data de início das obras é desconhecida, embora seja possível tentar balizá-la a partir de 1325 – ano em que Afonso IV sobe ao trono – e 1332 – data do já referido documento sobre o estaleiro da Sé, que muito possivelmente remete para os trabalhos na zona da cabeceira<sup>1351</sup>. Em 1334, a capela-mor já deveria estar concluída, uma vez que uma epígrafe comemorativa datada de 5 de Abril deste ano informa que D. Afonso IV “*mandou & fez edificar, & acabar à sua custa esta capella com a charola, & todas as de detrás capellas de redor d’ ella (...) na qual capella o dito senhor rey elegeo sepultura, com a raynha Dona Brites sua molher, para si, & e para seus filhos, & e para os outros de seu sangue, que delles descenderem por direita linha*”<sup>1352</sup>. Esta placa comemorativa (infelizmente desaparecida, mas cujo texto foi recolhido por D. Rodrigo da Cunha no século XVII), fornece-nos diversas informações preciosas: em primeiro lugar a confirmação de que D. Afonso IV pretendeu fazer da cabeceira da Sé o panteão régio da sua linhagem, intenção frustrada logo de imediato com o seu filho D. Pedro, mas que foi claramente expressa pelo monarca<sup>1353</sup>; é também possível inferir que o monarca mandou edificar e fez “acabar” às suas custas não apenas a capela-mor, mas o deambulatório e as capelas radiantes; terceira informação importante: a aceitarmos que em 1334 o conjunto da cabeceira estaria concluído deveremos recuar o seu

---

cabeceira de um período pós-Salado, situando-a entre 1341 e c. 1357, datação que, para as primeiras obras de D. Afonso IV, nos parece tardia. A pequenez da cabeceira românica é também referida nas *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição crítica pelo académico de número João Carlos da Silva Tarouca, S.J., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, vol. II, p. 372 (conjunto de crónicas de autoria anónima, compiladas e/ou copiadas em 1499 e com a designação de *Códice Cadaval 965*) onde o autor da crónica de D. Afonso IV dá como explicação para a reconstrução da cabeceira por este monarca o facto de a primitiva ser “pequena e nom bem obrada”; isso não invalida, porém, que para além da sua pequenez a capela não estivesse já danificada pelos diversos sismos.

1351 Sobre as questões relacionadas com este documento ver P. A. Fernandes, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’”, in *Opus Cit.* Para as datações da cabeceira ver em particular as pp. 28 e 29.

1352 Transcrição completa in M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, *Opus Cit.*, vol. II, tomo 2, p. 1568. J. Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, *Opus Cit.*, vol. V, pp. 200/1 também transcreve o texto da epígrafe declarando “procurei muito a inscrição de que se trata, mas não a encontrei”.

1353 Significativamente, e pelo facto de a Sé ser o panteão régio, mas também devido à afirmação crescente de Lisboa como capital do reino, a cabeceira da catedral vai ser o local de tumulação de alguns membros da corte de D. Afonso IV, entre eles Lopo Pacheco, chanceler da rainha D. Beatriz, mordomo-mor do Infante D. Pedro, mas, acima de tudo, companheiro de D. Afonso IV na Batalha do Salado, onde a sua valorosa acção lhe valeu a Rosa de Ouro, atribuída pelo Papa em 1341. Sobre Lopo Fernandes Pacheco ver a análise biográfica feita por Bernardo V. Sousa in *D. Afonso IV (1291-1357)*, *Opus Cit.*, pp. 114/118. Sobre a importância da Sé enquanto espaço funerário da nobreza ver Idem, *Ibidem*, p. 260.

início, dada a envergadura do projecto, a cerca de 1325, data de subida do monarca ao trono.

Esta capela-mor, contudo, ruiu com o terramoto de 1334 (ou terá, pelo menos, ficado afectada, vindo a ficar progressivamente danificada com os sismos de 1337 e 1344), sendo reedificado ainda por D. Afonso IV<sup>1354</sup> para ruir de novo (pelo menos parcialmente) com o tremor de terra de 1356 que se prolongou durante um quarto de hora causando danos significativos na cidade de Lisboa. Este novo abalo obriga a obras de recuperação que se terão prolongado durante o reinado de D. Pedro. O novo terramoto de 1377, ao qual se junta o de 1404 acompanhado da queda de um raio, justifica que D. João I tenha vindo a encarregar-se da recuperação desta área da Sé que, desta forma, foi tendo obras sucessivas ao longo dos séculos XIV e XV<sup>1355</sup>. O deambulatório e as capelas radiantes, possivelmente

---

1354 No seu testamento de 1345 o monarca declara que “... D. Affonso IV. pella graça de Deus Rey de Portugal, e do Algarve, a honra, e louvor de Deus, e da Virgem Gloriosa Santa Maria sa Madre, e do Martre S. Vicente fosse edificada por minhas próprias despezas na Igreja Cathedral de Lisboa û o Corpo do Bemaventurado S. Vicente já, a ouvia [ousia] principal da ditta Igreja com outras Cappellas darredor, a qual ouvia eu hey por minha Cappella, e em esta Cappella escolhas e por devação minha sepultura”, in António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, livro II, p. 335. Para a leitura completa do testamento de D. Afonso IV ver Idem, *Ibidem*, pp. 335 a 343.

1355 Quando a Rainha D. Beatriz faz o seu testamento em 1358 a capela ainda estaria em obras uma vez que a soberana deixa explícito que “Primeiramente mando o meu corpo enterrar em aquel lugar e Capella, hu el Rey D. Affonso meu Senhor a q Deos perdoe jaz ou ouver de jazer, e q me enterrem no meu moimento, q eu mandei fazer, o qual tenho na See de Lisboa, o qual moimento eu mando, que se ponha em aquel lugar e Capella hu o dito Senhor Rey, eu ouvermos de jazer. (...) e mando com o meu corpo a essa Capella hu ElRey, e eu jouvermos, a minha Capella, q eu ei toda por feita e acabada”, [in A. C. Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Opus Cit.*, tomo I, livro II, p. 344; para a leitura completa do testamento da rainha ver Idem, *Ibidem*, pp. 343 a 355] deduzindo-se que esperaria ver a obra acabada antes de morrer (o que não chega a acontecer). A sucessão de catástrofes naturais que atingiram a cidade ao longo do século motivam ainda, como referido, a intervenção de D. João I. A recuperação levada a cabo por este rei ainda não deveria estar finalizada em 1433 quando o monarca adoeceu, uma vez que Rui de Pina (provavelmente com base nas descrições de Fernão Lopes) narra na sua *Crónica de D. Duarte* que D. João I irá deixar verbas para a sua conclusão – “E por que a dita Capella Mayor a este tempo estava por sua ordenança, e com suas despesas começada, e nam ainda acabada, por tal que no acabamento della, depois de sua morte naõ ouvesse myngoia, ou tardança, logo ante que della se partisse, mandou em ouro amoadado trazer todo o que per vista de boõs Officiaes parecõ que para sua perfeição abastaria, e aa offerta de Missa mui devotamente ho offereceo, e encomendou ao Vedor da obra, que della nunca desestisse atee se de todo acabar, como acabou, segundo agora se vee.”, Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, edição organizada por A. Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966, cap. I, p. 36; ver também M. T. Chicó, “O Problema das Fontes de Inspiração da Igreja do Mosteiro da Batalha e a Cabeceira Gótica da Catedral de Lisboa”, in *Arquitectura da Idade Média em Portugal. Dois Estudos acerca da Igreja do Mosteiro da Batalha*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1944, p. 6. Também na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal, Opus Cit.*, vol. II, p. 372, se referem as intervenções de D. Pedro e D. João I – “E semdo ja ffeyta, reynamdo elRey D. Pedro, seu ffilho, per hum rayo ou corysco que nella deo, ha abryo e

devido à sua menor elevação, foram pouco atingidos pelos diversos tremores de terra que abalaram Lisboa na centúria de trezentos<sup>1356</sup>, sobrevivendo também melhor ao grande sismo de 1755<sup>1357</sup> que destruiu parte da capela-mor afonsina e os túmulos do monarca e sua mulher que aí se encontravam.

A elevação da capela, cujo perfil desconhecemos, deveria ser significativa, com um nível térreo de ligação ao deambulatório (provavelmente com arcos quebrados) e um clerestório superior ou mesmo um trifório intermédio seguido do clerestório superior. Em termos de planta é provável que seguisse uma tipologia comum com dois ou três tramos, cobertos por abóbada polinervada<sup>1358</sup>.

---

*destruçou per muytas partes. E depois ellRey D. Joham, deste nome ho primeyro de Purtuguall, neto do dito Rey D. Afonso, de fundamento e per outra mylhor emvemçam, a mandou ffazer e emnobreçer, na maneyra que aguora esta”.*

1356 Cfr. J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, p. 518. A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica*, *Opus Cit.*, p. 52/53 considera que o sismo de 1404 pode ter “despoletado um novo fulgor construtivo”, emergindo uma “nova cabeceira, cujos indícios arquitectónicos apontavam para um estilo mais avançado, próximo do Gótico flamejante”, mas a documentação comprovativa que apresenta refere-se ao acabamento da capela-mor, pelo que inferimos que a autora defende apenas a continuação das obras no século XV, no que respeita à capela-mor. Sobre o grau de intervenção de D. João I nesta capela “os vestígios que restam permitem-nos supor que, apesar de mais recente, conservava a disposição da capela-mor de D. Afonso IV”, M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p. 131.

1357 Sobre os efeitos do terramoto de 1755 nas capelas A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica, Opus Cit.*, p. 67 diz o seguinte: “é possível presumir que [esta zona] não terá sido demasiado afectada, considerando as informações relativas às capelas afonsinas. Nestas, o maior estrago ficou a dever-se ao incêndio, que provocou essencialmente entulho, pois os arquitectos que as fiscalizaram deram-se por satisfeitos com o seu estado de conservação, passando uma certidão que permitia a continuidade do culto”. Aliás, a descrição e desenhos da catedral feitos pelo arquitecto inglês Thomas Pitt, em 1760, revelam que só caiu parte da torre sul da fachada e o topo da grande lanterna. M<sup>a</sup> J. Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 533/34 aceita esta informação, bem como o facto de que o interior já tinha sofrido uma remodelação de feição classicista que a intervenção pós terramoto se limitou a reparar; aceita também que a demolição da abóbada da nave e da capela-mor foi feita no final do século XVIII para adaptar o monumento aos gostos classicistas e a uma melhor iluminação. A estrutura arquitectónica da capela-mor poderá então ter sobrevivido razoavelmente ao terramoto de 1755. O mesmo não se pode dizer dos túmulos de D. Afonso IV e D. Beatriz que foram completamente destruídos. Para uma cronologia sumária das datas fundamentais relacionadas com a Sé e acontecimentos ao longo dos séculos ver J. Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, *Opus Cit.*, vol. VI, “Quadro Cronológico de algumas datas apuradas acerca da Sé de Lisboa”, pp. 239 a 243.

1358 Sobre as possíveis tipologias de planta e alçado ver J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV:*

O deambulatório é formado por treze tramos, seis quadrados (os primeiros) e sete trapezoidais cobertos por abóbadas de cruzamento de ogivas [Figs. 673 e 674]. A tipologia das abóbadas com nervuras de secção rectangular e toreadas é uma inovação no panorama nacional<sup>1359</sup> reveladora de uma notável capacidade construtiva e de um gótico já plenamente amadurecido. A mesma capacidade técnica é visível na definição dos arcos torais e arcos formeiros, todos à mesma altura, unidos por uma cadeia longitudinal [Fig. 675]. As nervuras e arcos torais repousam em colunas com bases octogonais<sup>1360</sup>. Estas colunas possuem capitéis à altura da base das janelas, ostentando ao nível dos capitéis dos arcos das capelas radiantes apenas uma moldura que se interliga com os ábacos dos referidos capitéis [Fig. 676]. A iluminação do deambulatório é feita por meio de grandes janelões abertos

---

da formação à vitória do Salado, *Opus Cit.*, p. 518 e P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. I, *Opus Cit.*, pp. 392/3. Este mesmo autor in *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p.319, defende a probabilidade de a capela-mor ser "fechada por uma abside poligonal com sete panos de parede, dotados das respectivas frestas", não descartando (em nota) a possibilidade de, ao invés, ser vazada para o deambulatório, *Ibidem*, p. 358, nota 18. Segundo C. V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, pp. 330 e 332 é "possível equacionar que os arcos dos muros da capela-mor poderiam ser abertos para o deambulatório (...) Se tivermos em linha de conta que o novo projecto do reinado de D. Afonso IV incluía, desde logo, a abertura de grandes janelas ao nível do segundo registo do corredor da charola, mais facilmente aceitamos que esse projecto de iluminação não se destinaria, somente, a dotar esse mesmo corredor da luz necessária, mas visaria ampliar ao máximo a iluminação do ponto fulcral de todo o edifício – a capela-mor – tornando-a, assim, plenamente 'gótica', e necessariamente diferente da anterior, românica. O facto de na reconstrução efectuada durante o reinado de D. João I, em consequência de um novo terramoto, ter havido, eventualmente, a opção por uma capela-mor fechada para o deambulatório, entaipando-se os panos de muro até aí abertos por altas frestas, não invalida uma primeira opção diferente". A mesma posição é partilhada por J. Rodrigues, *Ibidem*, p. 519. Opinião diferente tem M<sup>a</sup> J. Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960), Opus Cit.*, pp. 583/4 que afirma que "o espaço da capela-mor está fechado e não comunica com o deambulatório. É assim agora e era-o também nos tempos da ousia gótica. A cobertura por cruzaria de nervuras sobre as janelas góticas, hoje cegas, supunha que havia já um muro que separava a capela-mor da charola." Embora sendo impossível afirmá-lo com certeza parece-nos que a abertura da capela-mor para o deambulatório faz mais sentido, não apenas na definição de um espaço que parece seguir modelos góticos internacionais, como também a nível da organização do culto e ligação às capelas radiantes.

1359 Esta inovação foi sublinhada por M. T. Chicó, "A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média", Separata de *Belas Artes*, nº 6, Lisboa, 1953, p. 4. Apesar disso o mesmo autor, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 135 considera o sistema de cobertura da charola "desnecessariamente pesado". J. Fagundes, "A Sé", in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 122, considera que o perfil "robusto de secção quadrangular e grossas molduras toreadas" dos arcos das abobadas das capelas e deambulatório denunciam um gótico afonsino arcaizante. Pensamos que esta ideia deverá ser entendida apenas por comparação com os modelos mais delicados do coro alto de Santarém e da Batalha, não nos parecendo, no entanto, que o adjectivo "arcaizante" seja o mais adequado.

1360 Do lado da capela-mor descarregam em pilares estruturados com um esbarro perto do nível do solo.

sobre as capelas radiantes<sup>1361</sup>; são formados por quatro lumes, os dois centrais mais elevados, em arco quebrado com um pequeno óculo lobulado ao centro, e os laterais adaptando-se à curvatura dos centrais e do arco exterior da própria janela [Fig. 676]. O perfil actual destes janelões resulta das obras de intervenção feitas na Sé de Lisboa ao longo do século XX<sup>1362</sup>. Apesar de algumas incertezas na sua reconstituição, a amplitude do seu vão, permitindo uma ampla iluminação do espaço, deverá ser original e remete para um entendimento da importância da luz próprio do gótico. As faces da capela-mor voltadas para o deambulatório são actualmente rasgadas por elegantes janelas terminadas em esbarro, compostas por dois lumes em arco quebrado com arquivoltas toreadas assentes em finos colunelos de pequenos capitéis vegetalistas e híbridos [Fig. 677].

A existência de um deambulatório de circulação levou P. Pereira e J. Rodrigues<sup>1363</sup> a relacionar a cabeceira lisiponense com as (chamadas) igrejas de peregrinação românicas, ideia reforçada pela existência do culto das relíquias de S. Vicente. Esta relação, aliás, não

---

1361 M. T. Chicó, "O Problema das Fontes de Inspiração da Igreja do Mosteiro da Batalha e a Cabeceira Gótica da Catedral de Lisboa", in *Opus Cit.*, p. 7 assinala a existência de paralelismos com as catedrais francesas de Beauvais e Coutances no que respeita a este sistema de iluminação.

1362 "Superiormente a cada um dos arcos de entrada das capelas existe uma larga janela ogival triangular mixtilínea, modernamente restaurada por Fuschini, com pinázios de cantaria de estilo duvidoso", J. Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais, Opus Cit.*, vol. V, p. 107.

1363 P. Pereira, "A Arquitectura (1250-1450)", in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, *Opus Cit.*, p. 393 e *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 319; J. Rodrigues, *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*, *Opus Cit.*, pp. 519/20. A mesma ideia é sustentada por A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica, Opus Cit.*, p. 61. Esta ligação ao culto das relíquias permitiria também o culto dos próprios monarcas cujos túmulos estariam provavelmente colocados juntos ao altar de S. Vicente. Não há, no entanto, como se viu, certezas sobre se os arcos entre a capela-mor e o deambulatório seriam fechados na construção original afonsina ou se essa solução data apenas das intervenções de D. João I. Em termos de culto e de relação com as igrejas de peregrinação a abertura das arcadas faz mais sentido; não há, no entanto, forma de a confirmar. Ver sobre a questão J. Rodrigues, *Ibidem*, p. 520. O autor propõe uma disposição dos túmulos e altares na capela-mor, com o altar de S. Vicente a este, os túmulos ao centro e um altar dedicado a Santa Maria a seguir aos túmulos, a oeste. A. P. Figueiredo, *Ibidem*, p. 60, defende ser provável a existência do modelo de intercomunicação directa com o deambulatório, à semelhança de Alcobaça, "pois o facto de os túmulos dos monarcas estarem situados na absida e as celebrações quotidianas serem efectuadas na capela de Santo Ildefonso, situada na charola, tendo os clérigos que se dirigirem sucessivamente aos túmulos para os incensar de água benta, implicaria uma intercomunicação que facilitasse o decurso destas cerimónias". Como já referimos, a abertura das arcadas parece-nos fazer mais sentido.

é inusitada e pode também estabelecer-se ao abordar outras cabeceiras radiantes góticas, nomeadamente a de Saint-Denis<sup>1364</sup>.

Para o deambulatório abrem-se as nove capelas radiantes<sup>1365</sup>, por meio de arcos quebrados com arquivoltas de molduras toreadas assentes em colunelos e grossas colunas adossadas à parede, sobre bases quadradas poisadas em plintos elevados [Figs. 678 e 679]. Os capitéis ostentam amplos cestos circulares e temáticas vegetalistas de grande naturalismo com folhagem delicadamente recortada e destacada face ao cesto. As representações incluem folhas diversas, como heras e videiras, com respectivos cachos de uvas. A adaptação da folhagem ao cesto varia ao longo das capelas, verificando-se um preenchimento mais intenso nas capelas do lado sul [Fig. 680]. Por entre a vegetação aparecem alguns rostos humanos de grande perfeição, envolvidos em ramagens, com o tronco coberto de folhas e as mãos a segurarem as mesmas – será talvez possível a ligação ao universo dos *green-man* [Fig. 681]. A planta destas capelas é poligonal, estruturada num tramo recto e noutra rematado em três panos<sup>1366</sup> [Figs. 673 e 678]. A iluminação provém de frestas abertas nos panos de topo, terminadas em esbarro e rasgadas em arcos quebrados de molduras toreadas, possuindo dois lumes com trifólio ao centro [Fig. 678]. A cobertura das capelas é feita por meio de abóbadas de cruzamento de ogivas, com nervuras de perfil

---

1364 Esta questão foi abordada na Introdução, cap. 2.1, p. 17.

1365 M. T. Chicó nos artigos “O Problema das Fontes de Inspiração da Igreja do Mosteiro da Batalha e a Cabeceira Gótica da Catedral de Lisboa”, in *Opus Cit.*, pp. 7/8 e “A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média”, in *Opus Cit.*, p. 4, chama a atenção para a importância destas capelas enquanto fonte de inspiração da construção mais antiga do Mosteiro da Batalha - os quatro absidiolos -, bem como da cobertura das naves colaterais, referindo a manutenção das “ogivas toreadas de secção rectangular, a composição dos alçados, das colunas e pilares, a decoração das chaves e a disposição dos panos das abóbadas que primeiramente aparecem na charola da catedral lisbonense”, “A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média”, in *Opus Cit.*, p. 4.

1366 A sua estrutura não é, contudo, trapezoidal, sendo antes os panos laterais paralelos. Por esse motivo M<sup>a</sup> J. Neto, *A DGEMN e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, *Opus Cit.*, p. 507, defende que “a concepção invulgar deste elemento da Catedral não encontra o seu modelo nos deambulatórios do tempo, quer no de Alcobaça, quer nos seus congéneres estrangeiros. Segue antes o esquema original praticado nas Capelas Imperfeitas”. Esta inspiração nas Capelas Imperfeitas implica, no entanto, um prolongamento das obras das capelas até, pelo menos, 1437, sendo que a manutenção das obras das capelas radiantes ao longo da centúria de quatrocentos, ao contrário do que acontece com a capela-mor, não está provada.

quadrangular e ornamentação toreada, ostentando cadeias longitudinais de perfil idêntico<sup>1367</sup> [Fig. 682]. As nervuras partem de colunas apoiadas em bases de secção octogonal, tais como as colunas do deambulatório em que descarregam as abóbadas. Os capitéis são mais alongados que os dos arcos de entrada, sendo a folhagem diversificada e por vezes muito esguia [Fig. 683]. A colocação das chaves à altura dos arcos formeiros revela já um excelente domínio técnico. Exteriormente a separação entre as capelas é marcada por contrafortes<sup>1368</sup>, sendo ainda visíveis sobre as mesmas vestígios dos arcobotantes (que seriam duplos) que ajudavam a sustentar a abóbada da capela-mor afonsina mais elevada que o deambulatório<sup>1369</sup> [Fig. 684].

Estas capelas foram intervencionadas durante as campanhas de restauro superintendidas por A. Fuschini e António do Couto<sup>1370</sup>, sabendo-se, por meio de uma planta de 1882, que a maioria das capelas “não sofreram grandes alterações estruturais, residindo o restauro na deslocação dos elementos decorativos barroquizantes”<sup>1371</sup>.

---

1367 M. T. Chicó, “O Problema das Fontes de Inspiração da Igreja do Mosteiro da Batalha e a Cabeceira Gótica da Catedral de Lisboa”, in *Opus Cit.*, p. 7 chama a atenção para o facto de que no coro de São Francisco de Santarém e nos absidiolos da Batalha as cadeias longitudinais “são mais delicadas e têm perfil triangular”, verificando-se assim uma evolução progressiva.

1368 Nas capelas de Nossa Senhora da Piedade e da Santíssima Trindade os contrafortes desapareceram para permitir um alargamento das capelas de forma a dar passagem para o claustro. Cfr P. A. Fernandes, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’”, in *Opus Cit.*, p. 29.

1369 P. Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. I, *Opus Cit.*, p. 394, chama a atenção para o facto de a cabeceira se estruturar com três níveis de abobadamento – capelas radiantes ao nível mais baixo, deambulatório no nível intermédio e, com uma elevação superior, a cobertura da capela-mor; esta disposição é, aliás, semelhante ao que se pode ver nas catedrais do norte de França. Já M. T. Chicó, “A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média”, *Opus Cit.*, p. 3, definira a cabeceira da Sé de Lisboa, como a única que “tem características semelhantes às das catedrais góticas do Norte”. O autor expressa a mesma ideia in *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, p.129.

1370 As intervenções na zona da cabeceira estão subordinadas, tal como o resto do monumento, ao trabalho de restauro dirigido pelos dois nomes referidos, tornando-se necessário “distinguir dois momentos na orientação imposta à intervenção no monumento, resultantes de contextos socio-culturais e artísticos diferentes. O primeiro, logo no início do século, sob a direcção do Engenheiro Augusto Fuschini (1843-1911) e o segundo com o arquitecto António do Couto Abreu (1874-1946), principalmente na década de trinta.”, M<sup>a</sup> J. Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, *Opus Cit.*, p. 513. Para as intervenções na Sé ver Idem, *Ibidem*, cap. 5 “O Restauro da Catedral de Lisboa – Protótipo de uma Época”, pp. 505 a 591.

1371 A. P. Figueiredo, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa, Abordagem Cripto-Histórica*, *Opus Cit.*, p. 66. A autora analisa as “modificações arquitectónicas de maior amplitude” que as capelas tiveram ao longo dos séculos. Ver *Ibidem*, pp. 66 a 72. Na edição de 1936 da *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, *Opus Cit.*, vol. V, p.100, lê-se o seguinte: “Tanto os vãos das portas, como os das frestas, eram simetricamente

A cabeceira da Sé de Lisboa reveste-se de um carácter excepcional pela forma como se destaca no panorama gótico português, em que as estruturas com deambulatório e capelas radiantes são praticamente inexistentes. Excepcionais são também as circunstâncias inerentes à sua edificação - desde as causas naturais (a própria sequência de abalos sísmicos que marcou praticamente todas as décadas do século XIV é em si mesma incomum) aos motivos que levam D. Afonso IV a interessar-se pessoalmente pela recuperação da Sé e a definir para esta um programa de excepção. O resultado final da fusão deste conjunto de circunstâncias é uma obra sem paralelo na arquitectura gótica portuguesa, não apenas pela forma como se distancia das construções erguidas até então, afirmando-se como um *experimentalismo*, mas também pela não repetição do programa na arquitectura que lhe sucede. Paralelamente, a qualidade técnica atingida nesta construção deve ser sublinhada, sendo que "a cabeceira da Sé de Lisboa tem um nível excepcional e deve considerar-se como o corolário lógico da gradual evolução da nossa arquitectura gótica, desde o início do século XIII"<sup>1372</sup>.

Um aspecto em particular merece-nos um destaque específico: o facto de entre os motivos fundamentais para esta edificação sobressair a vontade de D. Afonso IV de criar o seu panteão dinástico. A importância que o universo funerário atinge no século XIV revela-se cada vez mais significativa, extravasando do contexto das mentalidades para a arquitectura. Como se tem vindo a observar, uma parte significativa dos *experimentalismos* desta centúria encontra-se associada a construções de carácter funerário.

---

construídos para o interior e para o exterior da capela, e têm-se encontrado, nas demolições, elementos suficientes para permitir o seu restauro no estilo primitivo, a que actualmente (Abril de 1936) já se está procedendo em três frestas, pela face do deambulatório". A mesma edição informa que "oito das quais [capelas] têm sido ultimamente restauradas com muito cuidado e carinho pelo arquitecto Couto", *Ibidem*, pp. 105/6. Ver também L. Rosas, *Monumentos Pátrios: a Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, *Opus Cit.*, pp. 282/3. Sobre as as capelas da charola M<sup>a</sup> J. Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, *Opus Cit.*, p. 565, refere que "são limpas de altares e imagens e reintegradas na sua 'feição primitiva'."

1372 P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *Opus Cit.*, p. 107.

## 7.2. D. Fernando e o Coro da Igreja de São Francisco de Santarém

O coro da Igreja de São Francisco de Santarém foi mandado construir por D. Fernando no último quartel do século XIV, entre 1374 e 1383<sup>1373</sup>.

O propósito de D. Fernando ao mandar edificar esta estrutura foi o de criar um espaço funerário, que albergasse para a eternidade o seu corpo, o corpo da sua mãe, D. Constança<sup>1374</sup> (que D. Pedro havia preterido por D. Inês em Alcobaça) e ainda o corpo da sua mulher, D. Leonor Teles: “*mandamos fazer nossa propria e perpetua sepultura no moesteiro de S. Francisco de Santarém e hordenamos hi nossa capella na qual fazemos cantar, e cantam certos capellaens frades do dito moesteiro, em aqual ham de cantar continuamente en cada huum dia certas missas asy oficiadas como rrezadas e rrezar certas oras e responsos por nossa alma*”<sup>1375</sup>. O monarca pretendia, deste modo, criar um pequeno panteão familiar, optando, de forma original, pela criação de uma estrutura para esse efeito mesmo no meio da igreja.

---

1373 L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, p. 129, situa a construção entre 1375 e 1383; J. Custodio, “Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco”, in *Opus Cit.*, p. 65, baliza as obras entre 1380 e 1383. G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 104 considera que as obras devem ter começado entre 1374 e 1376. Esta última datação é também aceite por P. Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 103. P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 321, recua mesmo as obras a c. 1372. Rita C. Gomes, *D. Fernando*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 94, refere que as obras fernandinas na igreja e no claustro tiveram início em 1374. Sabemos que, em 1375, D. Fernando manda transferir o tumulo da mãe para São Francisco (o que acontece em 1376) o que nos leva a crer que as obras do coro já teriam começado, da mesma forma que temos conhecimento de que em 1383 já aí se oficiava, o que permite aceitar a sua conclusão. Ver G. Pradalié, *Ibidem*, pp. 103 e 106. A intervenção de D. Fernando em São Francisco de Santarém poderá ter incluído obras na igreja. L. Charréu, *Ibidem*, p. 134, considera que o portal principal e o transepto sul datam deste período. Ver relativamente a esta questão I parte, cap. 3.4.1, p. 188.

1374 Segundo Frei Manuel da Esperança, *Da História Seráfica dos Frades Menores na Província de Portugal, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XXIX, p. 468, até à construção da capela fernandina D. Constança estivera “*na capella mor dos Padres de São Domingos [de Santarém]*”. O mesmo autor informa que “*tinha a Infanta particular sepultura, da qual não era capaz o coro feito de nouo, em razão de se auer encurtado. Pelo q não sabemos hoje della, nem podemos alcançar, se he por ventura hua, que fica à mão direita de quem entra na igreja, escondida, & maltratada do tempo. Forao porèm recolhidos os seus osso na sepultura do filho, que sempre se conseruou em a sua inteireza*”, *Ibidem*, pp. 468/9.

1375 Documento de 1 de Junho de 1383 – ANTT, Stª Clara de Santarém, maço 8, nº 417-418, cit. por G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p.119, nota 36. As disposições testamentárias do rei indicam que este planeava fazer deste espaço também a morada eterna de D. Leonor Teles, o que, aliás, é confirmado pela presença dos brasões de ambos nas chaves das abóbadas. O exílio de D. Leonor em Castela e a sua estadia em Valladolid, bem como a provável doação de casas ao Convento da Merced na cidade,

A localização actual deste coro não corresponde à escolhida por D. Fernando em finais do século XIV, data em que o monarca terá mandado colocar o coro ao centro da igreja, ocupando as três arcadas centrais da nave principal (ou seja, segundo, terceiro e quarto tramos). Esta localização ao longo de três tramos (e não de dois, como hoje se pode ver) prende-se com o facto de a estrutura original apresentar mais um tramo<sup>1376</sup>, permitindo assim um espaço mais amplo. A localização deste monumento funerário no interior de uma igreja introduz uma "novidade no tratamento dos espaços funerários"<sup>1377</sup>, uma vez que antes da construção do coro de D. Fernando as igrejas escolhidas pelos monarcas como espaços funerários não eram intervencionadas ou alteradas para esse efeito. Com D. Fernando, no entanto, o interior da igreja é transformado com a colocação de uma estrutura arquitectónica ao centro da nave, criando um espaço diferente daquele que existia até então.

O desenvolvimento das capelas funerárias ao longo do século XIV foi, como se viu, significativo no território português. Surgem, no entanto, como construções independentes (vejam-se os casos de São Martinho de Óbidos, de São João Evangelista ou da Nossa Senhora da Glória em Braga), ou, no máximo, como estruturas anexas à igreja (casos das capelas de Bartolomeu Joanes, dos Ferreiros em Oliveira do Hospital ou dos Mártires em Alcácer do Sal). A inclusão de uma estrutura arquitectónica com uma função funerária no interior de uma igreja, no centro da nave principal é, claramente, uma novidade. Foi já estabelecida, por G. Pradalié e L. Charréu<sup>1378</sup>, a proximidade com a tribuna mandada

---

permitem aceitar a hipótese de a Rainha aí ter sido sepultada; o genealogista espanhol Salazar y Castro [1658-1734] transcreve o seu epitáfio que diz ter sido copiado desse Convento. Porém, a data de morte de D. Leonor Teles é desconhecida e o Convento da Merced foi demolido. "Seguro é o facto de [D. Leonor] não ter sido enterrada em São Francisco de Santarém, como queria o rei D. Fernando, mas algures em Castela após um período ainda indeterminado de exílio", Rita C. Gomes, *D. Fernando, Opus Cit.*, p. 177. Sobre as questões relacionadas com o exílio, morte e local de enterro de D. Leonor ver Idem, *Ibidem*, pp. 94 e 177 e C.V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, pp. 361 a 364.

1376 No segundos e terceiros pilares da nave central ainda são visíveis vestígios da sapata octogonal em que assentavam os pilares do coro, cfr. G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, pp. 102/103 e L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, pp. 133/34.

1377 J. C. Vieira da Silva, "Da Galilé à Capela-Mor: o Percurso do Espaço Funerário na Arquitectura Gótica Portuguesa", in *Opus Cit.*, p. 51.

1378 G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 105 e L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, p. 151. Os autores discordam, porém, relativamente ao facto de a construção conimbricense poder

edificar por D. Isabel no mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra. Embora se possa aceitar que a tribuna da Rainha Santa possa ter sido um ponto de partida, é, porém, necessário levar em linha de conta algumas diferenças fundamentais entre as duas construções: por um lado, em termos de comprimento face à nave, a tribuna de D. Isabel é significativamente mais reduzida – ocupa apenas um tramo e meio; por outro lado, a sua extensão em largura é, pelo contrário, mais vasta – a tribuna de D. Isabel ocupa toda a largura das três naves. Mas, para além das diferenças estruturais, acima de tudo é preciso sublinhar as distâncias em termos dos objectivos inerentes à sua realização. A tribuna de D. Isabel foi, efectivamente, uma solução de recurso, para proteger o túmulo da Rainha das cheias do Mondego. D. Isabel não projectou desde o início um espaço funerário específico dentro da igreja, talvez por considerar toda a igreja (e mosteiro) como a sua morada funerária. D. Fernando parte de um pressuposto distinto: ao escolher para colocação do seu mausoléu uma igreja já existente, mandada edificar por outros monarcas e não construída de raiz por si, o rei terá sentido a necessidade de criar, dentro desse templo, um espaço exclusivo para a sua morada eterna<sup>1379</sup>. O seu distanciamento face a Alcobaça onde o seu pai se fez tumular sem a sua mãe é óbvio e compreensível. Também é natural que não tenha pensado em fazer-se tumular em Odivelas juntamente com o seu bisavô, dado que não só o distanciamento em termos familiares já era significativo (D. Fernando não conheceu D. Dinis), como por outro lado o espaço disponível para se tumular com dignidade e destaque em Odivelas não era muito. Uma opção poderia ter sido a cabeceira da Sé de Lisboa onde estava o mausoléu do seu avô D. Afonso IV; esta poderia, no entanto, estar parcialmente danificada devido aos abalos sofridos ao longo do século, não constituindo um espaço apelativo. Mais do que todas estas razões, porém, parece-nos que D. Fernando terá querido criar um espaço próprio para si e para as duas mulheres que marcaram a sua vida e que, por

---

ter sido um modelo directo: Pradalié considera que foi, L. Charréu defende que, ao contrario do "coro-alto", planeado de raiz, a tribuna de Santa Clara-a-Velha foi uma solução de recurso. Este argumento não nos parece válido, pois, justamente, pelo facto de o coro de D. Fernando ter sido planeado pode ter observado o modelo já existente. Parece-nos que as diferenças entre as duas construções se encontram a outros níveis. Também P. Pereira, *Arte Portuguesa, História Essencial, Opus Cit.*, p. 315, refere a tribuna de Santa Clara-a-Velha como inspiração para a obra de D. Fernando.

1379 O Convento torna-se Convento Real no tempo de D. Fernando [ver J. Custodio, "Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco", in *Opus Cit.*, p. 65], mas a verdade é que não é um complexo monástico mandado edificar por este rei.

diferentes razões foram mal amadas: D. Constança, a Infanta esquecida e D. Leonor Teles, partidária castelhana, pouco acarinhada pela população. A escolha de um convento mendicante e em particular franciscano, faz sentido se analisado dentro das preferências religiosas do monarca que, em 1374, se filia na Ordem Terceira e que, mais tarde, se fará inumar com o hábito dos franciscanos<sup>1380</sup>. A escolha do convento franciscano de Santarém deverá também ser entendida dentro dos gostos pessoais do monarca, sendo que a "predilecção demonstrada por D. Fernando pela cidade de Santarém, desde os primeiros tempos do seu reinado, manifestou-se em iniciativas de construção várias"<sup>1381</sup>, tendo a igreja de São Francisco sido muito frequentada pela corte de D. Fernando e pelo próprio monarca, não apenas pela relação deste último com os frades menores, mas também porque o convento se encontrava perto do paço real. No seu conjunto, a escolha de Santarém para sua morada eterna e a trasladação da sua mãe para junto de si revelou "uma tomada de posição de grande significado, do ponto de vista político e simbólico. D. Fernando valorizava, com este gesto, a sua ascendência na casa real castelhana [relembrem-se as origens da sua mãe<sup>1382</sup>], e rompia com a escolha controversa de seu pai de se fazer sepultar

---

1380 Esta preferência pelos franciscanos poderá explicar o ter preterido a igreja de São Domingos de Santarém onde já se encontrava a sua mãe. O confessor principal do rei era um franciscano, Frei Fernando de Astorga, oriundo de Santiago de Compostela, verificando-se assim uma relação estreita entre o monarca e os frades menores. Ver Rita Costa Gomes, *D. Fernando, Opus Cit.*, pp. 95/6. A ligação aos franciscanos é ainda reforçada no seu próprio túmulo em que a cena da estigmatização de São Francisco é representada ocupando praticamente toda a testeira da arca funerária. Sobre este túmulo ver a extensa análise feita por C. V. Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV, Opus Cit.*, pp. 611 a 654, 711 a 720 (sobre a cena da estigmatização) e 900 a 923. Para as questões relacionadas com a inscrição epigráfica do sarcófago e datação da mesma ver M. Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Opus Cit.*, vol. II, tomo 2, pp. 1901 a 1913.

1381 Rita Costa Gomes, *D. Fernando, Opus Cit.*, p. 60. A autora refere o facto de Santarém ter sido "praticamente tão importante quanto Lisboa nas estadias da corte fernandina" e de o rei aí dispor de um "paço espaçoso, situado junto a uma das portas da cidade", *Ibidem*, p. 94.

1382 A família de D. Constança Manuel possuía sangue real e detinha de um forte poder em Castela, razões que, aliás, terão ditado por parte de D. Afonso IV a escolha desta dama para mulher do seu herdeiro. "Neto do rei Fernando III de Castela e genro de Jaime III de Aragão – pois era casado com uma filha deste último, D. Constança – D. João Manuel era uma personagem central no panorama político da Península Ibérica (...) A proposta de que a escolhida [para mulher do Infante D. Pedro] fosse a filha de D. João Manuel assentava nas qualidades da donzela, o que incluía, evidentemente, um elevado estatuto social e o poderio do seu pai", Bernardo V. Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357), Opus Cit.*, pp. 191 e 193. Ao trasladar o corpo de D. Constança para o seu panteão, D. Fernando não só homenageava a mãe, resgatando-a da desonra feita por D. Pedro, como, em simultâneo, reafirmava a sua linhagem de sangue real castelhano e aragonês. Esta valorização da figura da mãe e da sua linhagem poderá estender-se também à própria ornamentação do túmulo do monarca "através de uma decisão inédita até ao momento – a de representar os escudos com a heráldica materna, com igual destaque e dimensão aos escudos de Portugal (heráldica paterna)", C. V.

juntamente com Inês de Castro em Alcobaça<sup>1383</sup>. Para lá das razões pessoais, de eventuais mágoas face ao comportamento paterno (na vida e na morte) ou das preferências religiosas, com esta escolha o rei afirmava-se de forma política, combinando assim uma série de factores na eleição do seu panteão funerário (e de quem o acompanhava nesse espaço).

A inspiração para a estrutura do coro, para além da (possível), já referida, tribuna de Santa Isabel poderá procurar-se em França e Espanha (em particular em Aragão e Castela), onde se encontram exemplos desde o século XI (França) e XII (Aragão – Berga e Lluça)<sup>1384</sup> de tribunas para colocação dos cadeirais do coro; parece, contudo, não haver notícia da conjugação de cadeirais com túmulos<sup>1385</sup>. A construção de São Francisco de Santarém, no entanto, “é essencialmente uma capela funerária com altar [provavelmente a este] e cadeiral”<sup>1386</sup>. Revelador da originalidade da estrutura de São Francisco é ainda a sua localização, uma vez que os exemplos de tribunas com coros em França e Espanha se situam no extremo ocidental da igreja sobre o portal de entrada.

A autoria da obra permanece desconhecida, embora alguns nomes tenham já sido avançados. G. Pradalié colocou a hipótese de a obra ter sido levada a cabo por João d’Atouguia, mestre que trabalhou na cabeceira da Sé Lisboa durante o reinado de D. Fernando e que teria assim transportado os modelos definidos em Lisboa para Santarém; o autor baseia-se nas semelhanças entre as ogivas, os arcos torais, colunas e plintos e na “mesma confusão dos toros e das nervuras no arranque de um mesmo ábaco”<sup>1387</sup>, bem como nos paralelismos com alguns capitéis das capelas, para defender esta autoria. L. Charreu, descartando a hipótese anterior, considerou a possibilidade de a capela ter sido edificada

---

Fernandes, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII-XIV*, *Opus Cit.*, pp. 355/6.

1383 Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, *Opus Cit.*, p. 95.

1384 G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém*, *Opus Cit.*, p. 104 fornece uma lista de exemplos de tribunas que funcionariam como coros-altos nas regiões do Languedoc, Roussillon e sul dos Pirinéus.

1385 Cfr. *Idem*, *Ibidem*, p. 105.

1386 L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando*, *Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV*, *Opus Cit.*, p. 152.

1387 G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém*, *Opus Cit.*, p. 106.

por João Garcia de Toledo<sup>1388</sup>. Não há, contudo, informações suficientes que permitam retirar conclusões seguras, pelo que o mesmo autor aceita como possível uma autoria aragonesa, baseada em semelhanças com algumas tribunas deste território, e, ao mesmo tempo, uma autoria portuguesa, resultado de um mestre oriundo de um estaleiro de claustro, dada a estrutura aberta das arcadas do coro de D. Fernando.

A construção primitiva estruturar-se-ia, portanto, em três tramos, cobertos com abóbadas de cruzamento de ogivas com liernes e chaves a uni-los, criando um espaço imponente no centro da igreja [Fig. 685]. Sobre ele escrevia Frei Manuel da Esperança no século XVII “*Era este coro hua machina notauel, leuantada no meio da igreja em abobadas de cantaria polida, onde occupava o espaço de três arcos, dos sinco, que ella tem de comprido*”<sup>1389</sup>. Os tramos são separados por arcos torais moldurados muito elegantes [Fig. 686]; as nervuras da abóbada de perfil quadrangular são também molduradas, apresentando os liernes um perfil (já) triangular de grande delicadeza [Figs. 687 e 688]. As duas chaves combinam motivos vegetalistas com motivos heráldicos: numa uma grinalda de folhas de videira envolve o escudo real sustentado por dois anjos [Fig. 688]; noutra uma dupla coroa de heras circunda o escudo da Rainha D. Leonor [Fig. 687]. A inclusão dos escudos do rei e da rainha reforça a ideia de panteão régio<sup>1390</sup>.

A cobertura assentava em pilares cruciformes, que adoptavam os próprios pilares da nave, aos quais se adossaram colunas nos quatro lados, sendo estas ladeadas por colunelos. O conjunto assenta em plintos duplos [Fig. 689]. Os arcos que compõem a estrutura são quebrados, muito apontados e moldurados. O perfil destes arcos, com a sua multiplicidade de molduras, aproxima-se, como referido, dos arcos das capelas da Sé de Lisboa e das capelas que posteriormente se irão erguer na cabeceira do Mosteiro da Batalha. Uma particularidade das colunas deste coro é a sua baixa estatura, uma vez que os arcos se

---

1388 Cfr. L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, p. 155.

1389 Frei Manuel da Esperança, *Da História Seráfica dos Frades Menores na Província de Portugal, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XXII, p. 447.

1390 Antes das transformações do século XVI, a "fachada" poente da tribuna apresentava também os escudos régios.

prolongam até muito abaixo e as colunas possuem pouca elevação [Fig. 690], contrastando neste aspecto com a maior elevação das colunas da Sé de Lisboa e, sobretudo, com a elegância e altura que atingem as colunas da cabeceira da Batalha (sublinha-se, no entanto, o facto de o coro de D. Fernando combinar a função de capela com a de coro, estando integrada no meio da igreja, sendo, pois, forçoso que toda a estrutura se erguesse a uma altura limitada). L. Charréu caracterizou por este motivo o coro como “atarracado” associando-o à ideia de cripta<sup>1391</sup>, o que nos parece desadequado face ao aspecto geral do conjunto e à sua localização. Sublinhe-se, para além disso, que, nos ângulos, colunas e colunelos se prolongam até ao nível superior, alcançando aqui uma elegância significativa. O topo era rematado com uma cornija lobulada.

Os capitéis deste coro possuem uma qualidade notável e uma significativa diversidade de motivos: para além das representações vegetalistas, em alguns capitéis surgem, por entre a folhagem, rostos de cujas bocas saem folhas [Fig. 691], num registo semelhante ao que se vê na cabeceira de Lisboa; são ainda de destacar os “temas culturais” com a representação de uma fábula de Esopo<sup>1392</sup> [Fig. 692]. Os capitéis vegetalistas são maioritariamente compostos por dois níveis de folhagem, oscilando entre parras e folhas de hera bem recortadas e folhas de acanto e de carvalho estilizadas<sup>1393</sup> [Fig. 693]. A qualidade e naturalismo destes capitéis foi aproximado do universo das catedrais francesas por M. T. Chico, que entendeu ser necessário, em Portugal, esperar "que chegue a 2ª metade do século XIV para que possamos ver, no coro de São Francisco de Santarém, uma reprodução fiel dos capitéis franceses"<sup>1394</sup>. O naturalismo destes capitéis encontra eco nos da igreja paroquial da Lourinhã, muito embora nesta se verifique uma maior diversidade no tipo de folhagem representada. Podem também ser estabelecidos paralelismos com os capitéis das capelas da cabeceira de Lisboa, devendo, no entanto, salvaguardar-se o facto de que nestas capelas o tratamento dos capitéis é (como se referiu) variado, nomeadamente a nível do

---

1391 Ver L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, p. 135. A ideia de espaço atarracado também já havia sido sublinhada por G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 102.

1392 Cfr. J. Custodio, “Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco”, in *Opus Cit.*, p. 66.

1393 Esta dicotomia foi já assinalada por G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 100.

1394 M. T. Chico, *A Arquitectura Gótica Portuguesa, Opus Cit.*, p. 30.

preenchimento do cesto, sendo as comparações mais evidentes com os capitéis das capelas centrais e do lado norte<sup>1395</sup>.

O pequeno panteão foi alterado cerca de dois séculos depois da sua construção, em 1588, durante as obras levadas a cabo pelos frades. Os dois tramos orientais foram desmontados, mantendo-se *in loco* o tramo ocidental ao qual se acrescentou um novo tramo adossado à parede oeste, tendo as transformações permitido aos frades obter mais espaço no interior da igreja, uma melhor iluminação e a criação de um coro alto, mas alterando de forma radical e em absoluto a estrutura e aparência da construção funerária de D. Fernando. Paralelamente foram construídas abóbadas de tijolo que ligaram os dois tramos às naves colaterais<sup>1396</sup>.

A construção deste coro influenciou directamente uma outra estrutura, significativamente também erguida numa igreja franciscana: o coro alto da Igreja de São Francisco de Estremoz. Embora existam diferenças significativas - logo à partida não se trata de uma estrutura funerária, mas apenas de um coro e é uma construção de menores dimensões e aparato - a sua localização a meio da igreja remete claramente para o modelo

---

1395 Os paralelismos entre os capitéis do coro de S. Francisco de Santarém e os das capelas da Sé de Lisboa foram já analisados por G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 106. M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 30, por sua vez, aproxima os capiteis do coro de São Francisco e os capitéis da igreja da Lourinhã dos capitéis das catedrais francesas, não estabelecendo, no entanto, paralelismos entre eles.

1396 Sobre as alterações do século XVI ver L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV, Opus Cit.*, p. 133. Os trabalhos de restauro da DGEMN destruíram as abobadas de tijolo quinhentistas, das quais restam ainda vestígios na parede da colateral sul. Ver para as intervenções da DGEMN a página do monumento [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6494](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6494) consultada a 29/08/2012. Em 1844, na sequência da extinção das ordens religiosas, o 4º regimento de cavalaria instalou-se no convento e, este em geral, e o coro-alto em particular, foram particularmente atingidos por um conjunto de transformações que vandalizaram os espaços. A arcada que permitia a transição do coro para a igreja e as arcadas de ligação às colaterais foram entaipadas, transformando o coro-alto num espaço independente, compartimentado internamente, funcionando aí dependências com ligação ao aquartelamento. Mais tarde, cerca de 1876, a parte superior do coro foi transformada num terraço com ameias. Sobre as alterações do século XIX ver L. Charréu, *Ibidem*, pp. 141/2.

escalabitano<sup>1397</sup>. Todos os coros-altos que surgem em Portugal (a partir do fim do século XV) estão localizados no extremo oeste da igreja, sobre a porta de entrada e não ao centro do templo. Este aspecto afasta os exemplos de Santarém e Estremoz dos restantes coros-altos nacionais (bem como dos que surgem nos territórios francês e espanhol) e interliga-os de forma indiscutível. O caso de São Francisco de Santarém ganha, no entanto, um relevo particular pelo objectivo principal inerente à sua construção – o de panteão régio de D. Fernando e da sua mãe e mulher. Sob este ponto de vista o chamado coro-alto de Santarém não tem paralelo; simultaneamente, a sua dupla função e a conjugação dos elementos relacionados com essas funções (túmulos e cadeiral) fazem da estrutura um caso de *experimentalismo* ímpar.

As duas obras abordadas neste capítulo são construções estruturalmente distintas, uma fazendo parte da estrutura de uma igreja, a outra surgindo como um acrescento colocado no centro de uma igreja, resultando desta diferença-base estruturas que em termos de planta não são obviamente comparáveis. Estilisticamente, porém, possuem pontos de contacto diversos, a nível da tipologia de abobadamento, definição de arcos e pilares ou composição dos capitéis. Para além destes paralelismos técnicos, uma outra particularidade as aproxima: a função funerária a que ambas foram destinadas. Salvaguardadas as diferenças nos motivos inerentes à escolha do tipo de panteão a edificar, nas dimensões dos mesmos e, conseqüentemente, no resultado final, em termos de objectivo, porém, as duas construções equivalem-se (até certo ponto). Ambas resultam da vontade de um monarca de se fazer tumular num espaço próprio específico, distinto dos anteriores espaços funerários até então erguidos pela dinastia a que pertenciam. Paralelamente, as circunstâncias que envolvem a construção destes dois monumentos levou a que, por razões diversas, ambos se afirmem como *experimentalismos*: ambos surgem desenquadrados no panorama nacional, ambos surgem como uma afirmação de poder régio através da construção de uma obra distinta das suas contemporâneas e antecedentes, ambos vão ser estéreis em termos de

---

1397 Actualmente encontra-se também a oeste, mas essa localização data apenas do século XVII, altura em que foi deslocado do meio da igreja. Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Opus Cit.*, Livro IV, cap. XXI, p. 442; G. Pradalié, *O Convento de São Francisco de Santarém, Opus Cit.*, p. 107. Ver também a nota 644 na página 208.

descendência (à exceção do caso pontual do coro de São Francisco de Estremoz). De certa forma, são dois casos únicos no território. Não deixa de ser significativo que essa originalidade surja em espaços funerários. A mesma vontade de perpetuar a memória levara já à construção de diversas capelas funerárias, à edificação de conventos mendicantes (recorde-se o caso de Santa Clara-a-Velha de Coimbra) ou à construção do claustro de Évora para aí se enquadrar a capela funerária do Bispo.

E, se no caso das capelas funerárias as tipologias possuem, em geral, pontos de contacto entre si, apesar de algumas variantes (a grande exceção é a Capela dos Mestres em Alcácer do Sal) e se no caso de Évora os *experimentalismos* se afirmam essencialmente nos aspectos formais do claustro, as construções régias edificadas para espaços funerários afirmam-se sistematicamente como obras únicas no panorama nacional – Santa Clara-a-Velha de Coimbra, a Charola da Sé de Lisboa e o Coro de Santarém. A relação estabelecida, a partir do século XI, "entre a morte de cada um e a consciência que possuía da sua individualidade"<sup>1398</sup> terão certamente influenciado a afirmação de um individualismo e de um perpetuar da memória pessoal. Na esfera da monarquia, a interligação entre esses dois factores (naturalmente que associados a outros) levou à criação de espaços próprios, "individuais" ou, pelo menos, não partilhados com antepassados e que reflectissem a especificidade (bem como o poder ou a afirmação política entre outras coisas) de cada monarca. Talvez devido a esse desejo de individualização estas obras surjam como casos únicos, "individuais" e *experimentais*.

---

1398 P. Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Opus Cit., p. 41.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo foram sendo analisadas diversas estruturas arquitectónicas com características específicas e variadas numa demanda pela compreensão da importância dos *experimentalismos* na arquitectura religiosa do século XIV português. Algumas destas edificações obrigaram a uma leitura em separado pelas particularidades que comportam: as (por nós) chamadas "experiências reais", casos únicos que tipologicamente não permitem o estabelecimento de qualquer tipo de paralelismo com outras construções; os claustros, que podem (e devem) ser analisados em conjunto mas que, tipologicamente, formam um grupo particular não comparável às igrejas; e, por fim, as capelas funerárias, espaços restritos e com um fim cemiterial particular, que devem também ser entendidas no seu enquadramento próprio.

À parte estas construções ("experiências reais", claustros e capelas), que conduzem a conclusões particulares relacionadas com as especificidades de cada grupo – embora permitindo ilações finais sobre os *experimentalismos* –, estudou-se um conjunto de igrejas, monásticas, catedralícias e paroquiais. Com a análise desta série de templos, procurou-se dar resposta a duas das questões enunciadas na introdução - a possível existência de tipologias específicas associadas a cada ordem religiosa e, particularmente significativa, a tentativa de entender se alguma dessas ordens era responsável pela existência de algum desses *experimentalismos*.

A primeira conclusão que nos parece fundamental no que respeita às igrejas góticas portuguesas dos séculos XIII e XIV (e independentemente do que se possa observar noutras regiões europeias) é o facto de não existir uma tipologia única (e/ou vinculativa) utilizada por qualquer das ordens religiosas estabelecida em território português. Não obstante, verifica-se claramente a existência de modelos específicos preferenciais associados a praticamente todas elas.

O papel que as diferentes ordens estudadas desempenharam na implantação e desenvolvimento do gótico em Portugal não é idêntico. Apesar da importância que a arte cisterciense alcança pelo facto de ser a introdutora do gótico no nosso território, a expansão

e desenvolvimento do *opus novum* acaba por se fazer essencialmente ligada a construções de outras ordens, sobretudo dos mendicantes. Paralelamente, torna-se inevitável concluir que, apesar do significado da primeira construção gótica portuguesa em termos da História da Arte Portuguesa em geral - a Abadia de Alcobaça -, ela não vai ser uma estrutura repetida e difundida no gótico português. As cabeceiras com deambulatório não tiveram desenvolvimento em Portugal (sendo a exceção, como se viu, a charola da Sé de Lisboa), a dimensão do projecto não encontrou eco nas estruturas monásticas e paroquiais implantadas no país, o abobadamento total do edifício limitou-se a construções pontuais (como Santa Clara-a-Velha ou a Flor da Rosa) e, como tal, a influência de Alcobaça – tantas vezes definida como o ponto de partida do gótico em Portugal - deve ser perspectivada na sua verdadeira dimensão. Mais do que a introdução do arco quebrado (que, aliás, aparecera já noutra construção cisterciense, São João de Tarouca), do arcobotante (mesmo que limitado no seu uso à zona da cabeceira e com pouca expressão no território) ou da abóbada de cruzamento de ogivas (essa sim, com repercursões nas construções posteriores, nomeadamente e quase de imediato no claustro da Sé Velha de Coimbra), a importância da igreja de Alcobaça encontra-se ao nível do despojamento preconizado pela arte cisterciense (também visível no outro grande núcleo cisterciense até ao momento, São João de Tarouca). Em Portugal, não é o gótico luxuoso das catedrais do norte da França (e que encontraram eco noutros territórios europeus) a triunfar. É antes um gótico monástico, despojado, sóbrio e contido, oriundo do universo cisterciense, embora naturalmente, com adaptações conforme os casos e exponenciando o conceito de despojamento a um nível de humildade absoluta na recusa dos abobadamentos em pedra. Podemos, assim, aceitar uma marca da Ordem de Cister na definição de uma estética despojada.

A expansão da arte gótica em Portugal, no entanto, vai fazer-se ligada às ordens mendicantes, também elas em expansão, fortemente apoiadas pela monarquia e com uma implantação muito marcada no país a partir da segunda metade do século XIII (tanto em termos de distribuição geográfica, como no número de fundações). Esta "ofensiva" mendicante, associada a um pano de fundo político, social, mental e religioso específico,

reflete-se naturalmente na arquitectura edificada e que, pelo próprio enquadramento cronológico, vai "alvorar" a bandeira do gótico.

As ordens mendicantes definem, deste modo, ainda no século XIII, uma tipologia que irá imperar no século XIV, por um lado em termos de planta, por outro em termos de estética, a nível da definição de modelos de arcadas (e nervuras) de secção recta, facetada, simples e sem ornamentação, num registo de grande despojamento, seguindo a linha já preconizada por Cister. Estes modelos marcam as igrejas do século XIV (como já no século XIII haviam marcado Santa Maria do Olival) e vamos encontrá-los nas construções cistercienses femininas desta centúria (Almoester e Odivelas) assim como nas paroquiais: quer nas de três naves e cabeceira tripartida (como São Clemente de Loulé), quer nas de três naves e capela-mor única.

Deste contexto deriva uma conclusão fundamental em que já insistimos anteriormente e que se nos afigura essencial para compreender o real peso dos *experimentalismos*: na arquitectura do século XIV prevalece, quer nas igrejas monásticas/conventuais, quer nas paroquiais, um modelo preferencial - o modelo de três naves com cabeceira escalonada, verificando-se uma distinção entre as construções monásticas e paroquiais no que concerne à utilização ou não do transepto, comum nas monásticas (embora haja excepções) e recusado nas paroquiais. Sabemos, naturalmente, que houve excepções a este modelo: Santa Clara de Vila do Conde é disso testemunho, mas, e apesar de terem existido outras igrejas mendicantes de nave única entre os séculos XIII e XIV, este modelo foi, no seu conjunto, menos difundido que o modelo das três naves<sup>1399</sup>. Nas igrejas paroquiais, a tendência será para a manutenção das três naves, simplificando-se, porém, a zona da cabeceira, que passa do modelo mais comum de três capelas, para o da capela-mor única, facilmente explicável por questões de funcionalidade

---

1399 Se contabilizarmos as igrejas mendicantes de três naves e de nave única sobreviventes e as que não chegaram até aos nossos dias, encontramos onze de três naves (São Domingos de Santarém, São Francisco de Santarém, Santa Clara de Santarém, São Francisco de Estremoz, São Francisco do Porto, Santa Clara-a-Velha, São Domingos de Elvas, São Domingos de Guimarães, São Domingos de Lisboa, São Francisco de Guimarães e São Francisco de Évora) e seis de nave única (Santa Clara de Vila do Conde, São Francisco de Bragança, São Francisco de Portalegre e, possivelmente, São Francisco de Leiria, São Francisco de Alenquer e São Francisco da Covilhã).

do espaço. Paralelamente estes templos privilegiam as coberturas em madeira, à excepção da cabeceira, e um despojamento significativo na definição de nervuras e arcadas.

Neste universo de igrejas monásticas e paroquiais, os *experimentalismos* estão praticamente ausentes. Encontramos algumas soluções alternativas em termos de planta - referimos já Santa Clara de Vila do Conde - ou, pontualmente, na forma de cobertura e ornamentação dos espaços, destacando-se, neste contexto, a Igreja de São Francisco de Estremoz; mas não podemos definir estas igrejas como *experimentalismos*. No século XIV, a grande excepção no universo das igrejas monástico/conventuais (e também paroquiais) é Santa Clara-a-Velha de Coimbra, construção extraordinária por todos os motivos já abordados e que se assume como "o" *experimentalismo* por excelência ao incorporar em si uma sequência inusitada de soluções *experimentais*.

Independentemente das questões relacionadas com a importância dos *experimentalismos* no século XIV - às quais voltaremos pois o surto construtivo desta centúria não se esgota nas igrejas monásticas e paroquiais - o século XIII havia já "produzido" duas construções de carácter *experimental*: São João do Alporão e, embora não sendo uma igreja monástica nem paroquial, mas sim, possivelmente, um simples oratório, Santa Catarina de Monsaraz. Estas duas igrejas revestem-se de um significado especial, pois permitem-nos, por um lado, como atrás referido, aceitar a existência de *experiências* construtivas já no século XIII (embora mais raras, como se verá) remetendo-nos, por outro, para o universo das ordens militares, que se nos afigura terem tido um papel significativo na problemática de que nos ocupámos.

Em termos gerais, e procurando dar resposta a outro dos objectivos base que nos propusemos, não nos parece haver uma ordem religiosa que se possa considerar responsável por uma criação homogénea e sistemática de construções *experimentais*; contudo, é indiscutível que os *experimentalismos* surgem frequentemente associados às ordens militares - para além dos dois casos do século XIII, três outras construções sugerem a confirmação dessa ideia: a igreja monástica de Leça do Balio, a igreja do Paço da Flor da Rosa e a Capela Funerária dos Mestres, em Alcácer do Sal. Neste contexto colocam-se algumas questões relevantes, nomeadamente a categoria própria em que devemos inserir Leça do Balio e a Flor da Rosa (deixando por ora de lado a Capela dos Mestres), sendo que

a estas temos inevitavelmente de juntar a Igreja da Boa Nova de Terena, que não pertence a uma ordem militar. O elo comum às três, e um dos aspectos que lhes confere o grau de *experimentação* que possuem, é a sua inserção no universo das estruturas fortificadas/fortaleza. Se a Igreja de Terena é tanto mais inesperada e original pelo facto de não pertencer a uma ordem militar (e as razões passíveis de explicar esta originalidade foram já discutidas), Leça do Balio e a Flor da Rosa partilham essa inclusão no universo das ordens guerreiras. Sendo estruturas tipológicas diferentes e assumindo esta última um grau de *experimentalismo* significativo também pela definição de uma planta em (quase) cruz grega (enquanto que Leça do Balio se inscreve no modelo mais comum das três naves com cabeceira escalonada), pensamos, todavia, que uma parte significativa da originalidade das suas soluções passa pela relação com as ordens militares, por um lado na definição dos elementos defensivos (ainda que simbólicos) e por outro, no caso da Flor da Rosa na própria escolha da planta convergente para uma centralização, o que a aproxima da (possível) templária Santa Catarina de Monsaraz, também centralizada, ameada e (provavelmente) com poucas aberturas, (embora não possamos falar aqui de uma igreja-fortificada).

Se no caso de São João do Alporão não podemos atribuir a sequência de *experimentalismos* ao facto de ser uma igreja de uma ordem militar, nos restantes três casos parece-nos ser a inclusão no universo dos monges-guerreiros a justificar (pelo menos em parte) as escolhas, por um lado de fortificação – em Leça do Balio e na Flor da Rosa – e, por outro, de plantas centralizadas – em Monsaraz e na Flor da Rosa.

A opção pelas plantas centralizadas leva-nos de volta à quinta construção *experimental* destas ordens (para além das já citadas do Alporão, de Monsaraz, de Leça do Balio e da Flor da Rosa): a Capela dos Mestres em Alcácer do Sal. Esta edificação insere-se no universo das capelas funerárias, do qual sobressai claramente pela tipologia centralizada contrastante com as plantas rectas que caracterizam as restantes capelas analisadas. A opção por esta tipologia estará, como já tivemos oportunidade de constatar, indubitavelmente relacionada com o facto de ser uma capela de uma ordem militar.

Não se podendo reduzir a arquitectura destas ordens a igrejas centralizadas e/ou fortificadas, nem a construções *experimentais*, deve, no entanto, relevar-se o facto de

algumas das suas construções mais importantes incluírem um grau de *experimentalismo* significativo, neste caso transversal aos séculos XIII e XIV. Esta conclusão leva-nos a ponderar a importância que os encomendantes teriam na definição dos modelos escolhidos.

*A priori*, a importância dos encomendantes deve ser tida em conta, pois poderá justificar, pelo menos parcialmente, os *experimentalismos* das igrejas e capelas das ordens militares, podendo também explicar certas opções em construções como Santa-Clara-a-Velha, o Claustro da Sé de Évora e a Charola da Sé de Lisboa.

Um aspecto a reter no grau de "intervenção" que os encomendantes poderão ter tido nas construções a que estão ligados prende-se com a importância conferida a estes espaços, destacando-se aqui, claramente, o peso concedido aos espaços funerários e à consequente originalidade dos mesmos. Enquanto que em São Francisco de Estremoz - igreja financiada pelos monarcas mas que não foi a sua morada funerária - as excepções se encontram apenas na maior ornamentação da igreja e na opção de abobadamento do transepto (que deve ter ditado o facto de este ser incluso), as construções régias (e podemos também incluir aqui as episcopais) de carácter funerário afirmam-se como enclaves de *experimentalismo*.

Devendo ter-se em conta o peso dos encomendantes, terá, no entanto, de se entender que os mecenas não justificam nem explicam na íntegra a existência dos *experimentalismos*. Essa constatação torna-se válida não apenas a nível das igrejas, mas também, por exemplo, nos claustros. Apesar do peso que os mecenas deverão ter tido (em Évora, por exemplo, absolutamente fundamental), outras questões inerentes ao historial de cada claustro justificarão o seu carácter *experimental* – mesmo em Santa Clara-a-Velha e em Alcobaça, onde os mecenas terão ditado certas particularidades, outras causas se lhes juntam.

Não há nos claustros, como não há nas igrejas, uma razão única que justifique a tomada de certas opções *experimentais*. No seu conjunto, embora possam existir pontos de contacto que temos vindo a expor, cada caso é o resultado de um conjunto de circunstâncias específicas e verifica-se uma heterogeneidade significativa nas razões que ditaram a presença de *experimentalismos*.

Analisadas estas diversas problemáticas, chegamos a um ponto em que se torna essencial dar resposta à pergunta-chave e objectivo fundamental deste estudo: saber se o século XIV, em Portugal, foi, efectivamente, *o tempo dos experimentalismos*.

Embora se possa considerar, como temos vindo a referir, que a centúria de trezentos é marcada por tipologias dominantes, sobretudo nas igrejas e capelas, verifica-se que, apesar disso, no seu conjunto, o século XIV é um século em que se difundem *experimentações*<sup>1400</sup> diversas. Torna-se, porém, indispensável entender em que construções estas *experiências* surgem, de forma a poder-se fazer uma apreciação global das mesmas. E, aqui chegados, constatamos que, mais do que um panorama em que a arquitectura religiosa trecentista surja marcada por uma diversidade de soluções *experimentais* nas suas igrejas, o que se verifica é que os *experimentalismos* tendem a despontar em espaços específicos: zonas restritas da igreja (o caso da charola da Sé de Lisboa), construções independentes dentro de uma igreja (o coro de D. Fernando), claustros (no século XIV obras com um carácter *experimental* por excelência) e, por fim, as igrejas fortificadas/fortaleza. No conjunto de edificações *experimentais* do século XIV, encontramos apenas uma igreja monástica<sup>1401</sup> (Santa Clara-a-Velha de Coimbra) e uma capela (a Capela dos Mestres em Alcácer do Sal). Os *experimentalismos* aparecem, assim, associados a espaços específicos e a circunstâncias igualmente específicas. Neste enquadramento particular, não se encontra um fio condutor que una as diversas *experiências* ou que as possa explicar a todas, sendo que algumas derivam de condicionantes próprias e irrepetíveis (como no caso da igreja Boa Nova de Terena). Há, no entanto, certos factores que poderão ter potenciado a presença de soluções *experimentais* – entre eles, como referido, a ligação às ordens militares, a vontade dos encomendantes e a questão da criação de uma morada para a eternidade<sup>1402</sup>, em particular nos casos régios, mas não só.

---

1400 No conjunto das vinte e oito estruturas arquitectónicas trecentistas estudadas nesta tese, doze afirmam-se como *experimentalismos* (quatro igrejas, uma capela, cinco claustros e as duas *experiências* reais), ou seja, quase metade. Comparativamente, no século XIII, em doze construções, apenas duas podem ser consideradas *experimentais*.

1401 Estamos a incluir a Igreja de Leça do Balio, embora sendo uma igreja monástica e com uma tipologia comum de três naves com cabeceira escalonada, no grupo particular das igrejas fortificadas.

1402 Seis dos casos experimentais analisados são estruturas que possuem um carácter funerário: a charola da Sé de Lisboa, o coro de São Francisco de Santarém, a Igreja de Santa Clara-a-Velha (e deveremos entender

Todos estas ocorrências *experimentais* que povoaram o século XIV, embora não invalidem a existência de tipologias dominantes, marcam de forma indelével esta centúria, conferindo-lhe um panorama de *experimentação* significativo. No seu todo o século XIV talvez não seja *o* tempo dos *experimentalismos*, mas é seguramente *um* tempo de *experimentalismos*.

---

também o claustro como parte integrante de um mosteiro que é a morada eterna da Rainha), o Claustro da Sé de Évora, a Capela dos Mestres em Alcácer do Sal e a Igreja da Flor da Rosa. Três deles são espaços tumulares régios.